



Rodrigues Alves. Óleo de Comignani. Museu Paulista. São Paulo

.....

RODRIGUES ALVES

VOLUME I



Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente

Senador Geraldo Melo

1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade

2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima

1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio

2º Secretário

Senador Nabor Júnior

3º Secretário

Senador Casildo Maldaner

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Suplicy

Senador Lúdio Coelho

Senador Jonas Pinheiro

Senadora Marluce Pinto

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Coleção Biblioteca Básica Brasileira

RODRIGUES ALVES

APOGEU E DECLÍNIO DO PRESIDENCIALISMO

Volume I

Afonso Arinos de Melo Franco



Brasília – 2001

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

A Querela do Estatismo, de Antônio Paim

Minha Formação, de Joaquim Nabuco

A Política Exterior do Império (3 vols.), de J. Pandiá Calógeras

O Brasil Social, de Sílvio Romero

Os Sertões, de Euclides da Cunha

Capítulos de História Colonial, de Capistrano de Abreu

Instituições Políticas Brasileiras, de Oliveira Vianna

A Cultura Brasileira, de Fernando Azevedo

A Organização Nacional, de Alberto Torres

Deodoro: Subsídios para a História, de Ernesto Sena

Rodrigues Alves, de Afonso Arinos de Melo Franco (2 volumes)

Presidencialismo ou Parlamentarismo?, de Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila

Rui – o Estadista da República, de João Mangabeira

Eleição e Representação, de Gilberto Amado

Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Franqueza da Indústria, de Visconde de Cairu

A renúncia de Jânio, de Carlos Castello Branco

Joaquim Nabuco: revolucionário conservador, de Vamireh Chacon

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2000

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br – <http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Franco, Afonso Arinos de Melo.

Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo /
Afonso Arinos de Melo Franco. – Brasília: Senado Federal,
Conselho Editorial, 2000.

2v.: il., retrs. – (Coleção Biblioteca Básica Brasileira)

1. Presidente, Brasil. 2. Política e Governo, Brasil. I. Alves,
Rodrigues. II. Título. III. Série.

CDD 923.181

.....

.....

Sumário

INTRODUÇÃO

RODRIGUES ALVES: O ENIGMA DECIFRADO?

por Raymundo Faoro

pág. 11

NOTA EDITORIAL À 1ª EDIÇÃO

pág. 57

BIBLIOGRAFIA DE AFONSO ARINOS

pág. 61

UM LIVRO MONUMENTAL

por Francisco de Assis Barbosa

pág. 67

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

pág. 71

LIVRO I

CAPÍTULO PRIMEIRO

- Origens paterna e materna, *pág. 81* • – Colégio Pedro II, *pág. 89* •
- Faculdade de Direito, *pág. 92* • – O curso jurídico, *pág. 94* • – Política estudantil, *pág. 98* • – *Burschenschaft*, *pág. 102* • – A vocação política, *pág. 113*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Promotor público e juiz de direito em Guaratinguetá, *pág. 117* • – Deputado provincial, *pág. 118* • – Sessão de 1872, *pág. 120* • – Sessão

de 1873, *pág. 121* • – Sessão de 1874, *pág. 122* • – Sessão de 1875, *pág. 123* • – Casamento, *pág. 124* • – Retorno à Assembléia Provincial. Sessão de 1878, *pág. 125* • – Sessão de 1879, *pág. 127*

LIVRO II

CAPÍTULO PRIMEIRO

– Deputado geral, *pág. 131* • – A Câmara de 1885, *pág. 138* • – A última legislatura do Império, *pág. 140* • – Presidente de São Paulo, *pág. 142* • – Sessão de 1888, *pág. 151* • – Sessão de 1889, *pág. 154*

CAPÍTULO SEGUNDO

– Deputado à Constituinte, *pág. 157* • – Deputado federal por São Paulo, *pág. 161* • – Ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, *pág. 163*

CAPÍTULO TERCEIRO

– Senador por São Paulo, *pág. 191* • – Ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, *pág. 197* • – Senador por São Paulo, *pág. 223*

LIVRO III

CAPÍTULO PRIMEIRO

– Presidente de São Paulo, *pág. 255* • – Candidato à Presidência da República, *pág. 262* • – A dissidência paulista, *pág. 271* • – Plataforma de governo, *pág. 278* • – A eleição presidencial, *pág. 280*

CAPÍTULO SEGUNDO

– Presidente eleito, *pág. 283* • – Afonso Pena sucede a Silviano Brandão, *pág. 286* • – A formação do ministério, *pág. 295*

CAPÍTULO TERCEIRO

– Presidente da República, *pág. 327*

LIVRO IV

CAPÍTULO PRIMEIRO

- Rio Branco e a política externa, *pág. 339* • – A questão do Acre, *pág. 341* •
- Limites com o Equador, *pág. 353* • – Limites com o Peru, *pág. 354* • –
- Limites com a Colômbia, *pág. 358* • – Acordo da lagoa Mirim, *pág. 358* • –
- Cardinalato brasileiro, *pág. 359* • – A primeira embaixada, *pág. 368* •
- O incidente da canhoneira *Panther*, *pág. 376* • – A Conferência
- Pan-Americana de 1906, *pág. 383* • – Relações entre Rodrigues Alves e
- Rio Branco, *pág. 396*

CAPÍTULO SEGUNDO

- As grandes reformas, *pág. 401* • – Passos e a renovação do Rio de
- Janeiro, *pág. 406* • – Lauro Müller e as obras do porto, *pág. 422* • –
- O Canal do Mangue, *pág. 437* • – Frontin e a Avenida Central, *pág. 440*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Osvaldo Cruz e o saneamento, *pág. 459* • – A febre amarela, *pág. 467* •
- A peste bubônica, *pág. 484* • – A varíola e a vacina, *pág. 488* • –
- Revolução contra a vacina, *pág. 491* • – A anistia, *pág. 527*

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

- Rodrigues Alves (deputado geral pela primeira vez), *pág. 56* • –
- Afonso Arinos de Melo Franco, *pág. 65* • – Avenida Central, *pág. 69*
- – Outro aspecto da Avenida Central, *pág. 70* • – Igreja de Correlhã,
- pág. 80* • – Domingos Rodrigues Alves, *pág. 115* • – Ana Guilhermina,
- pág. 130* • – Constituinte de 1891 (painel de Visconti), *pág. 159* • –
- Bernardino de Campos, *pág. 174* • – Carta de Afonso Pena a R. A.
- (1893), *pág. 182* • – Prudente de Moraes, *pág. 194* • – R. A., ministro da
- Fazenda (caricatura), *pág. 200* • – R. A. em outra caricatura, *pág. 213* • –
- R. A. faz advertência a Francisco Glicério (car.), *pág. 225* • – R. A. e o
- funding loan* de 1898 (car.), *pág. 236* • – Campos Sales retorna da
- Europa, *pág. 241* • – Afonso Pena, *pág. 290* • – O ministério de R. A.,

uma caixa de surpresa (car.), *pág. 296* • – Correspondência entre R. A. e Rio Branco (fac-símiles), *pág. 317 a 319* • – Carta de Campos Sales (fac-símiles), *pág. 329 a 331* • – Rio Branco e os negociadores do Tratado de Petrópolis, *pág. 351* • – Chegada do Cardeal Arcoverde no Rio, *pág. 363* • – Carta do Cardeal Arcoverde a R. A., *pág. 367* • – O caso da *Panther* em car. de *O Malho*, *pág. 378* • – Delegação brasileira à Conferência Pan-Americana, *pág. 390* • – Nabuco e os participantes da Conferência, *pág. 399* • – Pereira Passos, *pág. 407* • – Remodelação do Jardim da Glória, *pág. 407* • – Passos, Frontin e Lauro Müller, *pág. 418* • – R. A. em car. de *O Malho*, *pág. 428* • – Avenida Central (início dos trabalhos), *pág. 445* • – R. A. e Frontin em car. de *O Tagarela* (a propósito da Av. Central), *pág. 450* • – R. A. inaugura a Av. Central, *pág. 457* • – Osvaldo Cruz em caricatura de J. Carlos, *pág. 462* • R. A. e as ameaças no início do seu governo. Car. de *O Tagarela*, *pág. 468* • – A luta parlamentar do combate à vacina obrigatória em car. de *O Tagarela*, onde se destaca Barbosa Lima, *pág. 474* • – A revolta de 14 de novembro em desenho de *O Malho*, *pág. 508* • – R. A. vence anarquia. Desenho de *O Malho*, *pág. 512*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 537

.....

Introdução

RODRIGUES ALVES: O ENIGMA DECIFRADO?

RAYMUNDO FAORO

A *biografia que Afonso Arinos dedicou a Rodrigues Alves tem a singularidade de procurar desvendar uma personalidade densa e esquiva, de pouca visibilidade ao olhar, ainda que indiscreto, do historiador. Obviamente, muitas outras biografias se escreveram dos presidentes brasileiros, valiosas pela pesquisa dos documentos, a maioria das vezes esparsos e, quando perdidos ou extraviados, supridos pela conjectura e pelos indícios. Outras vezes, os documentos foram preservados, sem que despertassem a curiosidade e a fadiga dos biógrafos e historiadores.*

II

A biografia é, pela sua natureza, um campo minado, ao privilegiar um personagem, seja pela eleição de um entre outros, seja pela admiração cívica ou afetuosamente do biógrafo. Tais biografias cuidam de preservar o biografado da própria condição humana, constituída pela frágil, amorfa e ardente argila, sujeita às misérias e às grandezas do mundo, com seus pecados e virtudes. Todos os homens, menos os biografados,

nesse quadro, têm o seu dia de Dr. Jekil e sua hora de Mr. Hyde. A envenenada herança de Carlyle, segundo o qual a vida social é o agregado da vida dos homens que constituem a sociedade, enquanto a história é “a essência de inumeráveis biografias” (*The Varieties of History*, Ed. Fritz Stern, 1973), costuma toldar a visão do historiador.

Essa perspectiva dita dois corolários, ambos hostis à história, compreendida num raio mais amplo. Desde logo, a vida política, social, religiosa, militar ou literária do ator são meras hospedarias, que mal deixam vestígios na sua carne e espírito. De outro lado, a história, redutível à biografia, consagraria os feitos que certos homens, os grandes homens, fizeram para mudar e modelar os homens comuns, degradados a um plano inferior que, sem esses condutores, estaria condenada à mediocridade e às trevas. Os pensamentos que povoam o espírito dos “grandes homens” seriam a alma da história, que não é senão a história deles. Eles seriam a luz que afugenta a escuridão, facho enviado pelo céu para iluminar a desamparada terra (*The Varieties...*)

Tais preconceitos, ostensivos ou ocultos no gênero biografia, não se infiltraram na obra de Afonso Arinos, senão que encontram frontal repulsa. Para ele, Rodrigues Alves seria uma “esfinge”, nada heróica, cuja personalidade não é um paradigma, cuja definição depende de uma cautelosa busca, um quebra-cabeças, posto diante do biógrafo, desafiadoramente. Por este aspecto – pela imunidade ao engrandecimento do biografado – a obra alcança um título, que, mais uma vez, lhe dá especial relevo na bibliografia histórica.

Os historiadores, entre eles especialmente os biógrafos, compreenderam, sem que Gibbon os convencesse, que os grandes homens nunca provaram sua grandeza, meras ficções subjetivas da vassalagem. Ao contrário, eles são, perigosamente, as vítimas do próprio mito, revivendo o destino de Titus Andronicus e de Othelo. A história deixou de ser, ainda no século XIX, a *magistra vitae*, a filosofia pelos exemplos, convertendo-se na fiel servidora das ciências sociais, que se fundaria sobre os supostos irrelevantes fatos. A invasão da ética na história, acentuando as virtudes de certas épocas e personagens, calando seus vícios, dita uma visão subjetiva, no momento em que entrega os maus fatos ao arquivo dos fatos mortos e irrelevantes. Houve um historiador brasileiro, com méritos de metucioso pesquisador, que excluiu a Revolução de 1893 da história do Rio Grande do Sul, para preservar o leitor do sangue derramado e pela sinistra e sórdida degola dos prisioneiros, exclusão que os próprios admiradores de Napoleão não ocultaram o abate dos prisioneiros, na campanha no Egito.

A vida de Rodrigues Alves, que se desenvolve politicamente durante cinquenta anos, foi escrita dentro dos moldes das biografias do século XX, que valoriza, sempre e claramente, a fidelidade aos documentos, submetidos a rigorosa verificação e confrontados com outras fontes. A biografia contemporânea é também uma biografia crítica, sem condescender com a chamada biografia interpretativa, com seu subjetivismo. Esta, apesar da escrupulosa pesquisa, sacrifica a neutralidade, a isenção dos valores, a narração dramática, com muitos exemplos nas biografias brasileiras, sem desdenhar, em muitos casos, de sua qualidade literária. O exemplo universal desse tipo de biografia é o livro de Catherine Drinker Bowen – The Lion and the Throne, publicado em 1956, saudado como modelo das biografias.

III

A qualidade artística da obra de Afonso Arinos se situa no quadro dos pontos altos das ciências humanas no Brasil. Alinha-se na tradição dos grandes estudos de nossa literatura, desde Um Estadista do Império, de Joaquim Nabuco, passando por Euclides da Cunha e Paulo Prado, até Sérgio Buarque de Holanda – para não mencionar os autores vivos. Não se pense que é pacífico o louvor a essa linhagem. Entre nós, o historiador Pereira da Silva (1830-1897), paralelamente a essa corrente, divulgou o preconceito contra o escritor-historiador: escritores excelentes e maus historiadores, sem ressaltar Tucídides, Tito Lívio e Tácito. O historiador, para entrar no território da ciência – o que então se chamava de ciência –, não devia ultrapassar o artesão, a cuja guilda pertencia, metucioso catador de fatos, repudiado, como charlatão, se sucumbisse ao fascínio da arte. Croce (History, It's Theory and Practice, 1960, pág. 38) julgou inaceitável, no capítulo dedicado à falsa história, a história dita poética, que se permite preencher suavemente as lacunas dos textos, adicionando as particularidades que estes omitem. Ironicamente, recorda Rousseau, para quem a história seria a arte de escolher, entre muitas mentiras, a que melhor se aproximasse da verdade. Faltou dizer onde está a história e onde mora o historiador que guardou, na sua mão direita, o pleno conhecimento dos fatos, aos quais deveria ser rigorosamente fiel, sem que a mão esquerda, reservada à dúvida e à arte criativa, nada desconfiasse da outra.

Ao tempo que investe contra a história poética, variedade das histórias não históricas, acentua a necessidade da imaginação, sem a qual a história seria

estéril. Mas a imaginação não devia obedecer ao irracionalismo poético, mas ao racionalismo, sem se afastar da história. Parece, numa conjectura que não foi comparada com o original, que Croce estaria se referindo não à imaginação, mas à fantasia, que são categorias distintas. A imaginação do historiador, quando narra os acontecimentos, não se distingue da imaginação do ficcionista. Acentuou Croce, com razão, que a história não se escreve com os sentimentos, as inclinações individuais, os entusiasmos cívicos e patrióticos, para deleitar e elevar os ânimos, acomodando os fatos, seja para educar, ou para servir à ideologia dominante.

Não haveria lugar, na história dita científica do século XIX, para Clio, filha da memória e a mais ardente das musas, na história do século XIX, fascinada, nos meios acadêmicos, pelas ciências naturais, salvo as notáveis exceções, mais tarde mencionadas. Na virada do século, as propostas inovadoras de Dilthey (1833-1911), Windelband (1848-1915) e Rickert (1863-1936) excluíram a história do território das ciências naturais e de seus métodos, incluindo-a entre as ciências do espírito, as ciências culturais – das ciências hoje chamadas de humanas, que, ao contrário das ciências generalizantes (as ciências naturais), seriam ciências individualizadoras. Estava aberto, com justificação científica, o caminho que leva ao templo e aos festivais de Clio. Um dos mais relevantes deste século, George Macaulay Trevelyan (1876-1962). Sem levar em conta esse rumo da história, que reage contra a história inspirada nas ciências naturais, o século passado, principalmente pela voz dos mais relevantes historiadores de língua inglesa, Trevelyan (George Macaulay) (1876-1962). Num ensaio escrito em 1903, reeditado em 1913 e 1968 (Clio, a Muse and Other Essays, New York, 1968, págs. 140 e segs.), observou que, duas gerações atrás – escrevia em 1903, aludindo aos meados do século XIX, a “história era parte da literatura nacional, escrita por pessoas que se situavam no mundo das letras ou da política”, mas, depois que ganhou o status de ciência, dela desertaram os homens de gênio e os grandes talentos que dela se ocupavam, desertando, com eles, os leitores de obras literárias.

São inegáveis os méritos dessa ciência, na avaliação mais aprofundada da pesquisa, ao preço de o leitor comum de obras literárias ter dela desertado. Mas os méritos se desfazem no momento em que se refugiam na exclusividade do especialismo. Tais especialistas acabaram se hospedando na Gaiola de Aço, de que falava Weber, dos “especialistas sem espírito”, desconfiados da imaginação, primando pela escrita ininteligível aos não iniciados. Recentemente (a data-base é 1903), sente-se a tendência de síntese entre uma direção e outra, com a reabilitação, inclusive, de Gibbon (1737-94), Macaulay (1800-59) e Carlyle (1795-1881). O documento cru era a

glória do historiador acadêmico e científico, quando o descobrisse e revelasse, com a lealdade e a disciplina de um soldado, obedecendo cegamente as ordens de um oráculo frio e infalível.

O dilema fundamental, no confronto das correntes em conflito, valoriza, de um lado, a acumulação dos fatos do passado, mensuráveis por processos análogos aos da ciência natural. Ou a história não se limita a essa tarefa, expurgada dos preconceitos positivistas, para realçar a sua interpretação e hermenêutica, com a narração como sua essência, marcada pela inevitável emoção e pelos valores que guiam a própria seleção dos fatos. A fraqueza da história dita moderna está no desprezo à narrativa, que não sabe mais como contar um episódio, sem enfadar o leitor de obras literárias. Negou que na história coubesse a *ars bene dicendi* repudiada como retórica fútil e verbosa. Trevelyan assinala que a história precisa de três atributos para reconquistar os títulos que dão acesso ao altar de *Clio*. Em primeiro lugar, ela tem um papel científico, que abrange a acumulação dos fatos filtrados pela escrupulosa avaliação das provas. A função imaginativa e especulativa cuida de selecionar e classificar os fatos, fazendo conjecturas sobre os espaços não esclarecidos e sobre os atores, definindo-lhes o papel desempenhado nos acontecimentos. Finalmente, a qualidade literária, a narração, numa forma que atraia os leitores, que desperte sua imaginação e, eventualmente, a emoção.

Um passo adiante no entendimento da história, resgatada das ciências naturais, chegou a ser equiparada à ficção, sem que se pudesse apontar a fronteira entre uma e outra. (Roland Barthes, apud George G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century*, Hanover and London, 1997, págs. 118 e 168.) (Para o débito da narração histórico à ficção: Leo Braudy, *Narrative Form in History and Fiction*, Princeton, 1970.) Iggers, diante da crise que gira em torno da história científica, pergunta-se se a história, como disciplina escolar, está vivendo seus dias finais. (*Ibid.*, págs. 10 e segs.) (Ver, do mesmo autor: *New Directions in European Historiography*, Wesleyan University Press, 1984, págs. 3 e segs.) Hayden White (*Metahistory – The Historical Imagination in the Nineteenth Century Europe*, Baltimore and London, 1975, págs. 1 e segs. Adota uma expressão de Bachelard: “só se pode estudar aquilo que antes se sonhou”), negando o caráter de ciência da história, fixando-se em quatro historiadores do século passado: Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt, todos historiadores e, ao mesmo tempo, artistas. Plena é, segundo a crítica recente da história, a narração artística da biografia de Rodrigues Alves, lavrada no fumo do incenso aos pés de *Clio*.

IV

A biografia de um presidente envolve o exame da presidência como instituição política e jurídica. Os historiadores e cientistas políticos negligenciaram seu estudo, permanecendo sem seguidores a obra tosca, fascinante e imperfeita de Hambloch (Sua Majestade o Presidente do Brasil. Um Estudo do Brasil Constitucional, 1889-1934, Rio, 1936 e 1981). Talvez se possa ver na crítica de Rui Barbosa aos presidentes o melhor estudo da presidência na República Velha, crítica ditada pelo absolutismo ético, sem aceitar o consequencialismo, ou, como se diz depois de Weber, a ética da responsabilidade, que quase sempre sacrifica o honesto pelo útil. Ao contrário do silêncio que aqui vigorou, são abundantes os estudos históricos e biográficos sobre a Coroa da Inglaterra e a presidência dos Estados Unidos, sem contar com o luminoso capítulo que Hauriou dedicou à presidência da França.

A República, em 1902, ainda era nova, importada de fora, à procura de aculturação. Contra essa mudança de transplante, lutou Rui Barbosa para manter a pureza do modelo original, em combate sem êxito. Até 1894, o Exército tentou dar-lhe uma feição duramente autoritária, animado pela fé dos que supunham que, sob o manto ditatorial, havia um espaço para o povo, conduzido pela liderança dos “jacobinos”, que floresceram em torno da sombra de Floriano. Uma parte do mundo político, com a base firmada pela oligarquia paulista e, de maneira mais atenuada, a mineira, no momento mais agudo da mudança institucional, empenhou-se, em proveito de um esquema hegemônico, em alijar o Exército do centro das decisões políticas.

O combate deu-se no Governo Prudente de Moraes, que, ao combater a revolta da Escola Militar (1895), assinara a pacificação depois da Revolução Federalista de 1893, e somadas as dificuldades do Exército em Canudos, cujo malogro ajudaria a consolidar a supremacia civil. O jacobinismo recebe um golpe mortal, com o impacto do atentado de 5 de novembro de 1897, levado a cabo por seus agentes, onde morre o ministro da guerra, Machado Bittencourt. O enterro do Marechal Bittencourt comove a população do Rio de Janeiro, levando-a a aclamar apoteoticamente o até então polêmico Prudente de Moraes. Daí em diante, o “jacobinismo” só sobreviveu como um resíduo inquieto na política nacional. Caía com o jacobinismo, paródia retardada e anacrônica da Revolução Francesa, que pedia Napoleão antes de Robespierre, saudoso do governo militar, representado por Deodoro e Floriano, que não lograra institucionalizar-se. Para alguns monarquistas, com os olhos fixados no Poder Moderador, a queda do trono, no primeiro momento, a lógica política exigiria a presença

do Exército, como a única força nacional e organizada, cujas qualidades não podiam ser avaliadas pelos ímpetos de Pedro, seguindo o mestre desconhecido, mas com a dúvida de Tomé, que não acreditou antes de ver. Joaquim Nabuco, em 1890, Pedro e não Tomé, segundo suas próprias palavras. No dia do golpe que fulminou o Império, observava, o governo militar seria o único capaz de preservar a unidade nacional e “para conservar um resto da antiga tolerância, por ser o Exército superior às ambições pessoais em que se resume a luta dos partidos, a qual, sem a monarquia, teria barbarizado o país”. (Escritos e Discursos Literários, São Paulo, 1949, págs. 70 e 71.) Realmente, o Exército barrou o caminho às oligarquias, mas não desempenhou o papel do Poder Moderador. A ascensão de Floriano ao governo (1891-94) dissipou-lhe as ilusões, como dissiparia as dos que, no futuro, apelaram para as Forças Armadas contra a ordem constituída. Ao menor desvio do Exército, o ramo principal das Forças Armadas, a nação seria incapaz de reagir:

“Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que ele levaria tudo de rojo, pela completa falta de resistência. A nossa submissão seria maior do que as outras nações sul-americanas, porque estas, devastadas como estão pela guerra civil, ficaram também endurecidas por elas; os seus homens públicos, como os cônsules romanos, sabem todos manobrar legiões. Entre nós, declarada a ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro, a passividade, a inércia do país. Se a ditadura assumisse o tipo sul-americano, a sociedade brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica, enervada pela ausência total de perigo em mais de cinquenta anos, habituada à atenção que o Imperador sempre mostrou a todos, muito maior do que a que ele recebia, tomada de pânico, faria renúncia da sua liberdade, de seus interesses, das suas propriedades...” (Balmaceda – A intervenção estrangeira. São Paulo, 1949, pág. 138).

O déspota que governaria com a delegação militar seria o grande carcereiro, o grande inquisidor (ibid., pág. 273), sem a magnanimidade de Caxias, imagem que a história diluiu. Diga-se ainda, para completar o pensamento de Nabuco, que a liberdade também não existiu no Segundo Reinado, mas apenas a tolerância, retirada a qual o despotismo estaria às portas do país. Na vida que escreveu sobre o pai, volta a reafirmar o desapontamento pela crença de outrora. O Senador Nabuco, acentua, não aceitaria o militarismo como substituto idôneo do Poder Moderador. Não abandonaria Benjamin Constant de Rebéque em favor de Benjamin Constant Botelho de Magalhães – pensamento que seria, nessa época, também o seu. Vivera a

tiranía de Floriano, a feroz disputa pelo poder dentro das Forças Armadas, o facciosismo, a luta pela manutenção do poder, a qualquer preço. O governo militar mostrou-se, então e sempre, na América Latina, incapaz de se institucionalizar pela autêntica anuência popular – fato inédito na história, ainda que se leve em conta a ditadura de Cromwell, também ela efêmera. As inevitáveis disputas militares, em torno do poder, deslegitimam os governos militares, que, removendo as travas constitucionais, derivam para a ditadura.

Daí por diante, salvo no Governo Hermes da Fonseca (1910-14), cuja candidatura “deslocara o eixo da política”, a República Velha pertenceria aos civis, não sem a inquietação das revoltas militares, que logo constituíram-na em oligarquia fechada, debaixo da hegemonia de São Paulo e, como sócio menor, Minas Gerais. Esse foi o meio de neutralizar o Exército, que, como instituição política, embora – como acentuou Nabuco – tenha sido o único antídoto à anarquia que a queda da monarquia poderia trazer, não conseguiu se estabilizar, nem encontrar o ponto de estabilidade, sem o qual perde a capacidade de provocar a adesão, ainda de um povo amorfo e “bestializado”, que a República encontrou no seu primeiro passo. Chegou ao fim o esboço da presidência militar e positivista, com sua política científica. O Exército, ainda quando popular, depois de uma guerra vitoriosa, se no governo, terá contra si o caráter autoritário de seu mando, a tendência ao militarismo, que afronta a nação com o preconceito do patriotismo exclusivo e da pureza de seus membros.

No fim do Governo Prudente de Moraes (1898), a presidência ainda não estava institucionalizada. Dependia, na sua forma e expressão, do presidente, sem que se concretizasse a ordem constitucional e o Estado, dentro dos quais a instituição adquire seu caráter. Esta se impõe, uma vez que está dentro do Estado, à observância dos cidadãos, sem que dependa de seu consentimento, de acordo com as normas jurídicas, mas também aos costumes e aos princípios que se inscrevem na parte não escrita da própria Constituição, de forma a se constituir uma “prática institucional”. Dentro dela há, em muitos momentos da história, uma tensão entre a instituição, com suas normas jurídicas formais e suas normas não escritas, e seu titular, entre a presidência e o presidente, que resiste aos limites em que pode exercer o poder.

Mas a instituição só existe, de acordo com um dos mais autorizados mestres, que fundiu o conceito jurídico à sua estrutura social, quando sua duração independe da vontade subjetiva de indivíduos determinados. Supunha Hauriou (Précis de Droit Constitutionnel, 1923, págs. 75 e segs. e págs. 450 e segs., acerca da instituição da Presidência da República) que, contra as tentativas de ferir ou destruir uma instituição, esta, se verdadeiramente se concretizar, permanecerá sobranceira

ao ataque, uma vez que revela sua eficácia por si mesma, ancorada nos costumes e no ordenamento jurídico.

O Estado democrático, baseado na soberania do povo, não aceita o poder pessoal, com o arbítrio como aspiração, exigindo que o poder se exerça pela presidência, como instituição, e não pelo presidente. Da mesma forma, o Poder Legislativo não se exerce pelos congressistas, mas pelo Congresso, capaz de anular os nomes próprios em favor de uma entidade geral. As instituições podem ter uma origem accidental, como aconteceu com o Brasil, em 1889, ou serem obra da razão, por deliberação da soberania popular. Mas sua origem não lhe define o perfil traçado mais pelo desenvolvimento e pela mudança dos costumes e normas sociais. A importação, como fizemos com o presidencialismo, cedendo ao modelo americano, que imantou a América Latina, fatalmente assume a feição do país, e, muitas vezes, se tornam irreconhecíveis ou incompatíveis se medidas pelo padrão da origem. As instituições formam uma rede homogênea, dentro da qual umas dependem de outras. A supremacia presidencial, anulando a independência do Poder Legislativo e a do mais alto tribunal, simula a fidelidade constitucional, segundo as regras não escritas da Constituição, baseadas nos costumes, regras mais eficazes do que as escritas.

A maioria dos países sul-americanos assumiu as características do caudilhismo, a ele atrelado um séquito de servidores incondicionais – de acordo com a definição que se deu ao termo em língua espanhola. Em língua portuguesa, o presidente, oriundo de uma oligarquia, governou para a oligarquia, chamada de elite, por se estremar do “populacho”, da “ralé”, cuja pretensão de influir na política seria considerada anárquica. Esse desprezo arrogante originava-se do “bestializado”, que não compreendeu o advento da República, e que, segundo Joaquim Nabuco, o caráter da Monarquia seria a tradição nacional posta ao serviço criação do povo, o vasto inorganismo que só em futuras gerações tomará forma e desenvolverá vida. (Escritos e Discursos Literários, S. Paulo, 1949, pág. 54.) Assinalava a incapacidade do povo de lutar pelos seus direitos (ibid., pág. 58). A República, diante dessa realidade, abandonou a tolerância do Império, negando ao povo democracia e liberdade, entregando-o às ambições estereis, à emergência de nomes de aventureiros. Era necessária uma longa maturação popular antes que se instaurasse o governo do povo. Segundo o mais lúcido dos monarquistas, a antecipação da República à sua hora histórica, num país cuja singularidade era a ausência de povo (ibid., pág. 65), a expunha ao despotismo, se se rompesse a neutralidade das Forças Armadas. A presidência era uma instituição fechada, permitindo apenas a entrada no poder daqueles que os “chefes” decidissem acolher. Nesse ponto, a diferença entre

a República e a Monarquia é muito tênue: na Monarquia, a política estava aberta a todos, ainda sem nome de família, sem fortuna ou sem relações nas altas esferas. Mas, quem não tivesse a boa vontade do estamento, não lograria que as portas do poder se abrissem. Dunshee de Abranches, no livro polêmico *Como se Faziam Presidentes* (Rio, 1973), demonstrou quanto era reduzida a minoria que escolhia e, de um modo ou de outro, elegia o presidente.

As instituições, embora acima das vontades subjetivas, no curso do tempo evoluem e perecem, se decrescer sua eficácia, no primeiro caso, ou se houver um colapso da confiança ou da obediência, no segundo caso, como aconteceu com a coroa. Mudá-las ou rejuvenescê-las não passa, muitas vezes, de uma aspiração que se frustra, como a do modelo militar, que não logrou institucionalizar-se. Essa tentativa malogra por força do surgimento, ainda que subterrâneo, de um poder com vocação hegemônica, como o poder de São Paulo contra o florianismo, de Minas e São Paulo contra o hermismo. Dois fatores levaram ao esvaziamento do poder militar: de um lado, a formação de um poder militar paralelo, configurado nas milícias estaduais, o que tornaria o Estado imune à intervenção federal, sem a qual o modelo não se estenderia a todo o país, mantendo núcleos de resistência, representados pelos Estados mais ricos e mais fortes. De outro lado, a colaboração parlamentar e ministerial, como aconteceu com Floriano, conseguiram se manter com certa autonomia. Sem esse sustentáculo, a sua permanência no poder seria precária, deixando-lhe, como única alternativa, o golpe de estado, expediente temporário que já levava o seu antecessor à renúncia, ou à exasperação do poder institucional, deformando-o.

A institucionalização da presidência, depois da frustração militar e das incertezas do Governo Prudente de Moraes, ocorreria em 1900, obra de Campos Sales, num esquema que durará trinta anos. Três características políticas caracterizam o modelo inflexível: a) a política dos governadores, por ele denominada a política dos Estados; b) a subordinação dos ministros, que deixaram de deliberar coletivamente e de traçar a política de suas pastas; e c) a escolha do sucessor pela vontade do Presidente da República – que será, entre todas, a mais polêmica das medidas, quase sempre frustrada pelas lideranças políticas, os chamados “chefes”. A política dos governadores, termo que melhor convém à realidade da reforma da política dos Estados, foi de singela realização. Construiu-se sobre a rocha da verificação eleitoral dos aspirantes ao Congresso, com a renovação da máquina do reconhecimento dos eleitos. Antes da reforma, ocuparia a presidência desta o deputado mais idoso, cuja conduta no poder de constituir a comissão verificadora reconheceria, ou não, as atas vindas dos Estados.

De 1899 em diante (a próxima eleição parlamentar se realizaria em 1900), o presidente provisório seria, se eleito, o presidente da última legislatura. “A palavra de ordem era o diploma” – acentua Campos Sales, o idealizador do sistema. (Da Propaganda à Presidência, São Paulo, 1908, págs. 236 e 237.) Em carta a um governador, em termos alevantados. Os diplomas seriam expedidos àqueles que traduzissem a opinião predominante em cada Estado (ibidem, pág. 241), acrescentando que, desta forma, se poderá garantir a formação de uma Câmara legítima, impedindo o vergonhoso e desmoralizador triunfo das duplicatas fraudulentas (ibid., pág. 242). O esquema, em forma clara, despido da retórica política e patriótica, consistia em assegurar aos candidatos do governador – a opinião dominante em cada Estado – a garantia do diploma, fossem ou não eleitos. Não se levava em conta, ao contrário do que hipocritamente afirmava transformar em realidade o art. 28 da Constituição que mandava garantir a representação da minoria. (Campos Sales, Manifestos e Mensagens, Rio, 1902, pág. 107.) Dizia-se que o princípio só seria realizável se houvesse, organizadamente, um partido de oposição – fato que o despotismo dos Estados não permitia. À sugestão do governador (na verdade, na linguagem da época, o presidente do Estado) Luís Viana, da Bahia, de resolver o assunto numa reunião, responde Campos Sales, desvendando o caráter oligárquico da política, com estas palavras:

“Esta idéia exprime certamente os bons intuitos de V. Ex^a, procurando assegurar a priori o apoio da maioria em prol da fiel execução do acordo estabelecido. Devo, porém, dizer a V. Ex^a que, em regra, sou infenso a grandes reuniões para deliberar sobre assuntos que, pela sua natureza, se relacionem com a direção ou orientação que se deve imprimir a um determinado momento político. Esta é a função que cabe a poucos e não à coletividade. Nem sempre nas deliberações coletivas prevalece o alvitre mais justo e mais conformes os (sic) grandes interesses da situação. Ao contrário, às mais das vezes o que se vê é que nas grandes reuniões predomina o conselho apaixonado dos mais exaltados, que nem sempre se inspiram no sentimento de justiça ou nas verdadeiras e reais conveniências das causas públicas. Isto é tanto mais perigoso quanto é certo que, no momento atual, dada a ausência de partidos regulares, nos achamos em pleno estado de anarquia.” (Ibid., pág. 244.)

Quaisquer que fossem as contestações, ainda as mais irrefutáveis, os resultados eleitorais seriam aqueles sancionados localmente. O pleito eleitoral não passaria de uma burla, violando sem pudor o princípio de que os votos a contar deveriam

ser livremente aqueles depositados nas urnas e fielmente contados. Entre outros, dois depoimentos pessoais retratam cruamente o ato eleitoral, a feitura das atas de um pleito que só formalmente existia, quando a mesa realmente se instalava, mesmo na Capital da República, como atesta uma crônica de Machado de Assis, que, no dia da eleição, encontrou fechado o local de votação.

O indispensável livro de Ulisses Lins de Albuquerque – Um Sertanejo e o Sertão: Memórias (Rio, 1957) – revela como ele, ainda adolescente, incumbia-se de assinar pelo eleitorado fantasma. Para que não se suponha que no Sul outras eram as práticas, como não raramente se diz, basta ler o depoimento de Paulo Nogueira Filho – Ideais e Lutas de Um Burguês Progressista, São Paulo, 1958, págs. 50 e 51 – acerca de fatos que ocorrem em torno do ano de 1906:

“Fazer oposição local ao governo de São Paulo, naquela época, tornava-se difícil. As poucas oposições municipais, como a formada em Araras, contra o domínio do senador Lacerda Franco, eram combatidas ou pela violência, no nascedouro, ou pela fraude, nas farsas eleitorais.

Coube-me, um dia de pleito, presenciar em Cosmópolis, nos arraiais dos Nogueira, o que, para mim, que assistira a eleições na Europa, era o inconcebível.

Na véspera de um pleito qualquer, o escrivão da usina Ester averte o gerente da empresa, major Artur Nogueira, em minha presença, o que era preciso providenciar a respeito. Vi que o major se espantara, ordenando, a seguir, sem tergiversar: ‘Corra o livro, homem, corra o livro’. De fato, o servidor visitou alguns habitantes da sede do distrito e colheu no ‘livro’ algumas assinaturas... O resto do trabalho ele o fez com esmero.

A papelada foi, a seguir, enviada para a sede do Partido Republicano Paulista, em São Paulo. Havia votado o povo republicano de Cosmópolis, distrito de paz da lendária Campinas, berço da República.

Nessa mesma ocasião, dois trens especiais passaram pelo ramal da usina, levando de distritos vizinhos ‘o eleitorado’ que faltava para trucidar os heróicos opositores do município de Araras. iam aos vivos, embriagando-se pelo caminho.

O major Artur Nogueira, meu tio-avô, chefe perrepista ferrenho, comentou: 'Para que tanto barulho e tanta pressa? Por que não faz o Lacerda como eu aqui? Nem urnas, nem cédulas, tudo tranqüilo, perfeito, em ordem...'. ”

A eleição, que mal existia, não estava no voto, mas nas atas que os chefes faziam mais tarde, condicionadas ao poder verificador federal, se federais as eleições. Pela verificação das eleições eram aprovados os amigos do poder local, inclusive os que tivessem sido realmente eleitos. Conta-se que um candidato a deputado perguntou a Pinheiro Machado por que não fora reconhecido. O imponente chefe teria respondido: por três motivos, o último dos quais porque você não foi eleito. Não faltava quem justificasse o sistema, base do poder oligárquico estadual, alegando que apenas derivava do poder oligárquico municipal. Embora sem negar a fraude, Alcindo Guanabara, um dos expoentes do jornalismo da República Velha, escreveu apologeticamente (Para estudos independentes, sem parcialismo: cf. o estudo crítico de Francisco de Assis Barbosa, Luso Brazilian Review, vol. V, nº 1, págs. 3 e segs.; tb. Fernando Henrique Cardoso, História Geral da Civilização Brasileira, III – Brasil Republican, São Paulo, 1975, págs. 13 e segs.) sobre o governo Campos Sales, no livro A Presidência Campos Sales (Rio, 1902), lê-se, às págs. 108 e 109:

“Pleito eleitoral, pode-se dizer que não houve em todo o país (em 1900, como sempre). Não temos embaraço para dizer o que sobejamente temos repetido e está na consciência de todos os homens públicos: a eleição entre nós está profundamente afetada por vícios e fraudes que nascem, de um lado, de deficiências e falhas da lei, de outro, do quase nenhum preparo intelectual da massa popular e da incompleta educação cívica de muitos dos que pertencem às classes dirigentes. País vasto, de população escassa, disseminada, a que falta até a instrução primária, não oferece outra base para o regime representativo, senão da influência que em cada região possam ter os poucos homens que por condições de educação e de fortuna exerçam sobre esses povos uma influência que lhes é ordinariamente benéfica e a que eles se submetem sem querer, nem poder analisá-la nas suas conseqüências e efeitos. Se no interior do país a situação é esta, dependente o resultado da eleição da vontade dos chefes preponderantes, sem que para isso haja de fato necessidade de fraudar o processo eleitoral, a resultado idêntico se tem chegado nos centros povoados e civilizados, pela prática sistemática das mais descaradas fraudes. Nos

lugares onde o eleitor ainda comparece às urnas, não lhe respeitam o voto. O que se passa nas secções eleitorais é mera comédia para aparentar que se observa a lei: o que vale, o que vai servir perante, é o que se faz depois. São as atas que se lavram mais tarde, em casa dos chefetes eleitorais, ao sabor de suas conveniências.”

Não se deve esquecer que a participação eleitoral só alcançou 5,7% da população, em 1930, com um milhão e setecentos mil votos. A eleição de Campos Sales num universo maior do que quinhentos mil votos, 3,4% da população, com a vantagem de 90,9% dos votantes. A de Rodrigues Alves, num eleitorado de seiscentos mil votos, correspondente a 3,4% da população, obtendo a vitória eleitoral com 91,7% dos votos. Se medidos estes números com as eleições dos últimos vinte anos, embora com o voto feminino, e, a partir de 1988, com o voto dos analfabetos e dos maiores de dezesseis anos, a participação era, mesmo assim, nula, facilmente manipulável. O total dos votos do vencedor, apesar da política dos governadores, só caiu da média de 90% dos eleitores nas ocasiões em que houve real disputa (Hermes venceu Rui por 64,4% dos votos, Epitácio novamente vence Rui por 71%, Bernardes vence Nilo Peçanha por 56% e Júlio Prestes vence Getúlio por 57,7%, apesar das eleições fraudulentas). O resultado se deve menos aos eleitores independentes do que à manipulação dos votos nos Estados dissidentes.

A política dos governadores – continua Alcindo Guanabara –

“combinada com habilidade e critério e funcionou com a rapidez e a precisão de uma guilhotina: Estado por Estado, os oposicionistas, ou fossem membros da Concentração ou do Partido Republicano, foram executados sem demorado sofrimento. Era óbvio que esses não tinham o diploma assinado pela maioria da junta legal. Salvo alguns casos especiais e muito raros em que interveio a amizade pessoal a guilhotina... deu os melhores resultados...” (Alcindo Guanabara, ib., págs. 110 e 111.)

Campos Sales, ao fim de seu mandato, tinha realizado a reforma política, que iria se institucionalizar na presidência. A oposição ao plano presidencial ficou sepultada na história. Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Riograndense, via com desconfiança a anulação do Congresso, cuja força poderia controlar a supremacia presidencial, presumivelmente ligada aos dois grandes Estados, cuja hegemonia impediria a entrada do Rio Grande do Sul na partilha do poder. A política dos governadores, articulada por Campos Sales e pelo Governador de Minas Gerais, Silviano Brandão, com a oposição solitária do Rio Grande do Sul e as reservas

circumspectas de Rodrigues Alves, governador de São Paulo. Quanto ao Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado convenceu seu chefe que a resistência era inútil e prejudicial ao Estado, como inútil e prejudicial seria a não aceitação de Rodrigues Alves, num momento em que era iminente uma luta armada, o que exigia o auxílio da União para a aquisição de armas (Joseph L. Love, Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930, Stanford, págs. 96 e segs.). O outro opositor, numa resistência que permaneceu nos bastidores, foi Rodrigues Alves, então governador de São Paulo, juntamente com a bancada paulista no Congresso. Em meados de abril de 1900, viera de São Paulo para levar ao conhecimento do presidente que o propósito da bancada seria reconhecer a chapa de Alberto Torres no Estado do Rio:

“Era que, contra o processo violento e iníquo de que resolvera lançar mão Campos Sales para transformar o Congresso em uma simples chancelaria do palácio, se insurgira quase toda a bancada paulista.

Para ela, tal procedimento, além de um gravíssimo erro político, representava uma traição indigna a correligionários antigos e dedicados que, nas ocasiões mais difíceis e perigosas, jamais haviam fugido à luta, abandonando seus postos de combate.”

Era assim opinião dominante entre os deputados de São Paulo que se desse o terço às oposições em todos os Estados nos quais houvessem concorrido ao pleito com elementos reais e respeitáveis. (Dunshee de Abranches, Como se Faziam Presidentes, Rio, 1973, pág. 201.) Em verdade, no governo, Rodrigues Alves fez aprovar a lei Rosa e Silva, de 1904, que, além de pretender moralizar as eleições, por meio do voto cumulativo, garantir-se-ia a representação das minorias, cumprindo-se, desta sorte, o preceito da Constituição de 1891. Visava a lei pôr um termo às representações unânimes. A primeira eleição pelo novo sistema, em 1906, em Minas, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal e em poucos outros Estados, a oposição conseguiu elevar ao Congresso alguns deputados, como Pedro Moacir e Venceslau Escobar, o historiador da Revolução de 1893 pela ótica federalista, pelo Rio Grande do Sul, entre os três eleitos, bem como Barbosa Lima, pelo Distrito Federal. Nas oligarquias do Norte e do Nordeste, a lei não “pegou”, continuando a vingar as bancadas unânimes, tolhido o presidente da República, obediente à política dos governadores, a capacidade de corrigir o escandaloso desafio à lei das minorias. A Câmara dos Deputados passou, depois disso, a contar, entre as aves engaioladas, alguns pássaros que gorjeariam, com eloquência, contra os abusos locais e federais.

Talvez inutilmente, só para o efeito de aumentar a melodia de um grupo até então tediosamente monocórdio.

*Os ministros – outro tópico da reforma de Campos Sales –, daí por diante, despachavam isoladamente com o presidente, nele reconhecendo “sem vacilações e sem condenáveis condescendências, a sua autoridade de centro e supremo critério diretor.... em suma, neste regime, não há governo senão a política do presidente”. (Os grifos não são do original. Campos Sales, *ibid.*, págs. 211 e 213.) A supremacia incontestável do presidente sobre o Congresso seria um corolário da política dos governadores, dependendo a representação do governo estadual, que expurgava – para evitar a lâmina da guilhotina – todos, como então se dizia, os dísculos. Os congressistas competiam para defender e lisonjear o presidente. Em aberta vassalagem, salvo quando o mandato se aproximava do fim, na hora da escolha do sucessor.*

Os Estados, por sua vez, consolidaram ou criaram suas oligarquias. Nos grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais e sobretudo o Rio Grande do Sul, com sua estrutura monolítica e unipessoal, situam-se as oligarquias nos partidos regionais, os partidos republicanos, no monopólio de poder que se concentrava nos “chefes”. Dispõem estes da força armada local, a fixa e a móvel, esta recrutada pelos “coronéis”, que raramente dissentiam do governo estadual. Em certas circunstâncias, os “coronéis” lutam entre si, para se impor às boas graças do governador, sem excluir, como aconteceu no Ceará e Bahia, a coligação que se rebela contra o oligarca localmente supremo. Os “coronéis”, convém esclarecer, num país sem povo, não eram os representantes do eleitorado, senão que o presentavam, atuavam em nome dele, “fabricando” as eleições.

Os candidatos não tinham contato com o eleitor, mas apenas com os seus manipuladores, que lhe falseavam a vontade, tolhendo-lhe as veleidades de influenciar, diretamente, a coisa pública. A outra forma de oligarquia será a dirigida pelo chefe da família, que vela por todos seus parentes, cunhados e genros, inclusive pelos parentes sanguíneos (ou, como se diz no Nordeste, os parentes carnis) e afins. Ambas as oligarquias, apesar das nuances particularizadoras, tinham fortes comuns...

“formações de grupos impermeáveis, com raras participações de elementos estranhos, o que resulta comumente em oposição armada e lutas radicais pelo poder, lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança; a não aceitação da neutralidade,

obrigando todos a se definirem contra ou a favor.” (Edgard Carone. A República Velha. Instituições e Classes Sociais, S. Paulo, 1970, pág. 1970.)

O próprio sistema econômico dependia das oligarquias, que controlavam a distribuição de terras devolutas e, quanto aos títulos de propriedade, o registro de imóveis, doados pelo governador aos amigos de confiança, só reconhecia, se contestados, os do correigionário. Se o proprietário de imóveis, de casas de comércio ou das nascentes indústrias fosse um “díscolo” deveria pagar os impostos e as multas pontualmente, de acordo com os valores legais. “Para os correigionários, tudo, para os oposicionistas, a lei”. Excluídos de forma categórica dos postos públicos, os profissionais liberais, por mais competentes que fossem, se oposicionistas, sofriam o boicote da situação e, se advogados, os cartórios protelavam para receber as taxas e a cobrança dos impostos de transmissão, por exemplo. Por força desse sistema compressivo, pôde o governo Campos Sales dominar o descontentamento com sua política econômica, que aviltou também os preços do café (o exame financeiro e econômico da gestão Campos Sales está nos trabalhos de Francisco de Assis Barbosa e Fernando Henrique Cardoso, evidenciando a última quebra de quase metade do sistema bancário e a queda de 30% dos preços, gerando desemprego, perda de renda dos assalariados, de que resultou a impopularidade de seu governo, de viés spenceriano, nota o primeiro, do Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho).

A oligarquia Acioli, do Ceará, constituiu o governo com os membros da família, também acolhidos na assembléia estadual. Encravavam-se também na Faculdade de Direito e nos colégios secundários, como professores de todos os ramos do Direito e das matérias do grau médio. Diz-se que, em Sergipe, um parente de um parente do governador, por falta de outro emprego, recebeu o título de professor de grego no Ateneu Sergipense, sem que um único aluno estivesse inscrito no curso, cadeira facultativa. Os Neiva, da Paraíba, só acolheram Epitácio Pessoa por ser sobrinho de uma senhora casada com um Neiva (nesse ponto o Império era mais liberal: acolhia os aspirantes que tivessem o apoio da classe dirigente, sem exigir o requisito do parentesco). E assim era também nos outros Estados. Mas havia um preço a pagar pela condescendência do presidente da República às práticas oligárquicas e pelo reconhecimento de poderes, em benefício dos grandes Estados. Os governadores e os políticos dos excluídos da hegemonia dos Estados dominantes tornavam-se dependentes e vassalos daqueles – uns eram homens de São Paulo, de Minas, do Rio Grande do Sul. Flores da Cunha elegeu-se deputado pelo Ceará sem nunca ter lá ido antes e depois da eleição. Gilberto Amado só conseguiu a cadeira de deputado pelo patrocínio

de Pinheiro Machado e, depois da morte deste, dos donos do poder. (Gilberto Amado, *Presença na Política*, Rio, 1960.)

Entendia o presidente que a institucionalização que dera à presidência não contrariava a ordem constitucional. “Acusaram-me – dizia Campos Sales – de ter dissolvido os partidos. Houve, porém, quem formulasse minha defesa nesta síntese: não se dissolve o que não existe” (ibid., pág. 225). Os críticos ao sistema, que lucidamente logo se pronunciaram, desmascararam o despotismo que se instalara na União e nos Estados:

“Alegavam que o ... regime como era praticado pelo presidente, importava o franco despotismo, porquanto, por um lado, o presidente dominava absolutamente o Congresso, e, por outro, por intermédio dos respectivos governadores, dominava os Estados, que eram por sua vez, contraditoriamente aliás (o grifo não é de Alcindo Guanabara, mas assinala a obscura visão da realidade), apresentados como submetidos à autoridade de oligarcas, a cujos desvarios e caprichos tirânicos nenhum freio se opunha. (Ibid., pág. 201.)

Um dos publicistas que com mais vigor e crueza atacou o regime, num artigo que teve larga repercussão no mundo político, apregoava que ele era o regime da treva e do despotismo, porque as grandes questões de interesse público (viu-se, atrás, que Campos Sales reputava essencial que a deliberação ficasse restrita a um pequeno grupo) eram resolvidas sem conhecimento da nação e porque todos os corpos políticos do país estavam agachados diante do presidente. Para ele, o que está instituído no Brasil é a ditadura sem freios e sem contrastes, exercida pelo presidente da República, graças à subserviência e à anulação do Poder Legislativo, sempre pronto a adivinhar os desejos mais recônditos desse déspota temporário para investi-los do caráter e da autoridade de leis. Essa degradação moral e cívica que ele assinala nos membros do Poder Legislativo eliminou a fiscalização que as câmaras exerciam sobre os atos do governo, arrancou-lhes a luz da publicidade que os envolvia e lançou o país nesta crise moral em que tristemente se debate.” (Alcindo Guanabara, ibid., pág. 205.)

Não contava Campos Sales que, nas dobras do seu sistema, a confraria dos carrascos que manejavam a guilhotina ganhou uma posição privilegiada, logo liderada por Pinheiro Machado, que ocupava a vice-presidência do Senado. Irradiou sua liderança e comando a algumas oligarquias do Norte e Nordeste. Desse controle

nasceria a rivalidade com Rosa e Silva, chefe da política pernambucana, que pretendia ser seu, por direito derivado da geografia, esse relevante papel. O novo chefe, representando o Rio Grande do Sul, com a força e a estabilidade que lhe conferiram Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros (que dominou o Estado por quase trinta anos, reelegendo-se ou elegendo um nome a ele fiel), foi a mais eficiente força desestabilizadora do sistema. Somava-se à sua atuação os vínculos com o Exército, vínculos tradicionais da política do seu Estado, outra força desestabilizadora, havida por adormecida, até que a surpresa de 1910, com a eleição de Hermes da Fonseca, acordou os políticos, inclusive sobre a extensa e tenaz raiz do poder do senador gaúcho. Contra as advertências de Rodrigues Alves, não quis Campos Sales acreditar que Estados como o Rio Grande do Sul, com suas “tendências exclusivistas”, pudessem, “cada um por seu lado, extremar o grupo na verificação dos poderes com o fim de constituir uma maioria que garantisse o predomínio da sua influência na direção política da República”. (Ibid., pág. 247.) Não contava o confiante presidente que a escolha e eleição do sucessor – “o grande eixo da política nacional” (ibid., pág. 365) – fosse o ponto mais vulnerável da instituição presidencial, ao ponto de, em 1930, explodir pelas armas.

Para concluir este capítulo, uma palavra há de ser dada sobre o Supremo Tribunal Federal, como instituição, até aqui ausente de qualquer análise. Que papel teria ele nesse regime autoritário, onde o presidente da República, com seus acólitos estaduais, era tudo? O modelo americano reservara ao mais alto tribunal um papel político, capaz de frear os abusos de poder dos outros poderes. Foi além da letra constitucional, impondo-se, sobretudo depois de Marshall, como a barreira intransponível à onipotência do Congresso e do presidente da República, o poder que julgaria os outros poderes. E aqui, que foi feito do modelo original, engrandecido no texto constitucional com a consagração de sua jurisprudência? Não seria – como queria o construtor da República, Rui Barbosa – o Supremo Tribunal Federal “o sacrário da Constituição”, o “guarda da sua hermenêutica”, o “veto permanente aos sofismas opressores”? (Apud João Mangabeira, Rui – O Estadista da República, Rio, 1943, pág. 76.) Em comentário a um dos habeas corpus que impetrou contra os atos de Floriano, denegados pelo Supremo Tribunal Federal, onde só teve um voto que concedia a ordem, escreveu duramente:

“Medo, venalidade, paixão partidária, respeito pessoal, subserviência, espírito conservador, interpretação restritiva, razão de estado, interesse supremo, como quer que te chames, prevaricação judiciária, não escaparás

do ferrete de Pilatos. O bom ladrão salvou-se. Mas não há salvação para o juiz covarde.” (In João Mangabeira, id., pág. 79.)

Mais tarde (1914), Rui abrandou suas críticas, reconhecendo que algumas conquistas da liberdade foram garantidas pelo Supremo Tribunal Federal, mas não deixou de manifestar algumas reservas à instituição. Sem que a justiça funcionasse aqui como a americana, sem que os juízes da corte suprema fossem a barreira contra as usurpações do presidente e às invasões das maiorias legislativas, “contra a onipotência de governos e congressos igualmente irresponsáveis, era entregar o país ao domínio das facções e dos caudilhos”. (Rui Barbosa, Escritos e Discursos Seletos, Rio, 1966, pág. 552.) Mas, continuava, por mais que a Constituição estatuísse contrafortes contra seus agressores, ao ponto de ser a Carta federal mais liberal do que a dos Estados Unidos, “necessitava de contar, como conta a americana, com a vigilância desvelada e o enérgico apoio da opinião nacional”. No Brasil esse apoio falecia: “tão escasso e débil, tão inconstante e falível, tão tímido e negligente, tão superficial e contestável” esse poder inerte estaria sujeito a toda espécie de receios, diante de um governo oligárquico e onipotente. (Ibid., pág. 552.)

João Mangabeira formulou um juízo rigoroso e bravo sobre o Supremo Tribunal Federal:

“O órgão que, desde 1892 até 1937, mais falhou à República, não foi o Congresso. Foi o Supremo Tribunal Federal. Grandes culpas teve, sem dúvida, o primeiro. Teve, porém, dias de resistência, de que saiu vitorioso ou tombou golpeado. ...Demais, no Congresso sempre houve minorias insubmissas, desde a que enfrentou Deodoro, a que, por mais de cinqüenta votos, aceitou a denúncia contra Floriano, até a que rejeitou as emendas constitucionais de 1934... O órgão que a Constituição criara para seu guarda supremo e destinado a conter, ao mesmo tempo, os excessos do Congresso e as violências do governo, a lei desamparada nos dias de risco e terror, quando, exatamente, mais necessitava ela da lealdade, da fidelidade e da coragem dos seus defensores.” (João Mangabeira, ibid., págs. 77 e 78.)

Opõe-se com veemência a esse juízo um ministro do Supremo Tribunal Federal, que concorda com o duro ataque apenas num ponto, o que alude ao governo Floriano, fase em que “vacilou. Errou. Tergiversou”. Logo a seguir iria encontrar seu trilho constitucional:

“Mas, dentro de pouco tempo, o Supremo Tribunal Federal imbuí-se de sua missão e aos poucos, tenazmente, constituiu-se realmente o guardião do templo das liberdades ameaçadas.” (Aliomar Baleeiro, O Supremo Tribunal Federal, Esse Outro Desconhecido, pág. 25.)

*Em defesa do Supremo Tribunal, argumenta o Ministro Baleeiro com a doutrina brasileira do habeas corpus. Sem dúvida, esse foi um momento culminante do órgão, que de tal maneira perturbou o governo que a Reforma Constitucional a anulou. Depois disso, o Supremo Tribunal Federal, à míngua de um meio processual, que só veio com a criação do mandado de segurança, ficou inibido de controlar o poder e os abusos do Poder Executivo, fiel ao esquema Campos Sales, até 1930. Contra a independência da instituição conspirou o recrutamento dos membros da corte, escolhidos entre os chefes de polícia, que, embora juristas de mérito, traziam a marca indelével de haverem estado a serviço da face mais sombria do poder. (Aliomar Baleeiro, *ibid.*, pág. 197.) Deve-se dizer que o estudo sobre o Supremo Tribunal Federal ainda está por ser feito, inclusive na sua atuação nas crises mais graves da República, como 1930, 1937 e 1964. Nossos historiadores e biógrafos deram escassa atenção a esse fundamental ramo constitucional.*

V

Foi nesse quadro e panorama que Rodrigues Alves chegou ao poder, com 90,9% dos votos, num universo de 500.000 eleitores, que correspondiam a 3,4% da população. (Os Estados de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul chegariam a perfazer 47% do eleitorado.) A presença das instituições sobre os homens tem a particularidade de frear os presidentes, dotados de poderes majestáticos, mas submissos ao sistema oligárquico, limitando a sua iniciativa pessoal, sempre que pretendam mudá-las. Para antecipar, essa impotência evidenciou-se quando quis atenuar a ditadura da política dos governadores, no ponto que garantisse o direito de representação das minorias na Câmara dos Deputados.

Como teria chegado Rodrigues Alves, governador de São Paulo, à terceira presidência paulista? O biógrafo aceita a versão de Campos Sales, exposta no seu livro, Da Propaganda à Presidência (págs. 365 e segs.), que encontrou algumas contestações em obras publicadas recentemente. Houve, ao contrário do que faz crer Campos Sales, uma acirrada disputa, alimentada pelo vice-presidente,

*Rosa e Silva, que, entre motivos para aspirar ao poder supremo, o agravo, nos seus domínios de Pernambuco, com a intervenção federal. Diversos candidatos foram aventados, sob a inspiração do vice-presidente, entre outros nomes, Quintino Bocaiúva e o Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, como biombo da candidatura do próprio Rosa e Silva. Campos Sales, aludindo ao seu vice, acentuou que o segundo, eventual substituto e sucessor do primeiro, movido pela ambição e vaidade, está “à procura do lugar de primeiro na oposição”. Estava atento a uma dissidência que se formara, por sugestão do segundo, acrescido pela dissidência política de São Paulo, comandada por Prudente de Moraes. Na hora final, depois das manobras do presidente em torno de Rodrigues Alves (Campos Sales, Da Propaganda..., *ibid.*, págs. 331 e segs.), a oposição ficou reduzida aos Estados do Maranhão, Pernambuco e Estado do Rio, unidos em torno do nome ilustre do patriarca da República, Quintino Bocaiúva. A oposição não logrou reunir sequer 10% dos votantes, com 23.500 votos contra os 316.248 dados a Rodrigues Alves, votos, uns e outros, com todas as impurezas das eleições da época. Desta vez, ao contrário do que aconteceu em 1898, com o manifesto assinado por Pinheiro Machado, contra o poder do presidente de eleger seu sucessor, integrou-se na maioria, incoerentemente pelas razões de prudência e pragmatismo já mencionadas.*

Campos Sales não teria, segundo alguns observadores, como se vangloriou, criado um candidato, senão que se socorreu do governador de São Paulo, logo apoiado por Minas, colocando-se à frente de um movimento irreversível, já alheio ao seu comando. O Rio Grande do Sul que, pelos desejos de Castilhos, deveria ficar na oposição, vendo em Rodrigues Alves um monarquista com discutível conversão à República. Mas, o problema da aquisição de armas, para enfrentar o reaquecimento da revolução de 1893, dobrou a vontade de homens que sabiam que o “poder é o poder”, irresistível e incontrastável. (Cf. Edgard Carone, A República Velha (Evolução Política), São Paulo, 1971, págs. 192 e segs.) O presidente teria se rendido ao nome de maior prestígio no quadro político, para manter a aparência da supremacia, uma das bases da “política dos governadores” que estava lhe fugindo das mãos.

“Pôde ser feita facilmente – escreve José Maria Belo (História da República, São Paulo, 1956, pág. 231) – a indicação de Rodrigues Alves para sucessor de Campos Sales na presidência da República. O seu nome surgia por si mesmo, pela confiança que inspirava aos políticos, e pela situação que então ocupava: a chefia do governo de São Paulo.”

Essa conjectura assume maior densidade, se válidas as informações prestadas por Dunshee de Abranches (*ibid.*, págs. 300 e segs.), segundo as quais, apesar da influência que Rodrigues Alves exercia no espírito de Campos Sales, este o chamava de “retrógrado” e “carranca”. De outro lado, a candidatura do governador paulista encontrava o obstáculo de ser o terceiro paulista na presidência e do seu passado monarquista. Na verdade, a candidatura teria surgido da rivalidade entre a Bahia e Pernambuco, que, mais tarde, levaria, na sucessão de Epiácio Pessoa, a uma crise pré-revolucionária (José Maria Belo, *ibid.*, págs. 325 e segs., com a *Reação Republicana*, 1921), reunindo-se em torno da candidatura de Nilo Peçanha a Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e o Estado do Rio.

O chefe baiano Severino Vieira, ex-ministro de Campos Sales e governador da Bahia, para impedir a ascensão de Pernambuco, teria lembrado publicamente Rodrigues Alves, num banquete em São Paulo. A candidatura “fora recebida com desdém e acrimônia no palácio do Catete”.

“Campos Sales tivera para seu ex-ministro (Severino Vieira), frases ásperas e duras de recriminação. Declarara a seus íntimos que tudo aquilo não passara de imprudência sem nome e de uma leviandade tanto mais inoportuna quanto era muito cedo ainda para tratar-se de tão melindroso assunto. E fizera ainda a apoteose de Quintino Bocaiúva, o único estadista talhado – em sua frase – para ser o continuador de sua política financeira, segundo o plano por ele traçado, e conservando na pasta da Fazenda Joaquim Murinho.” (Dunshee de Abranches, *ibid.*, págs. 303 e segs.)

Campos Sales, se aceitos tais fatos, assumiu a direção da empreitada de uma obra feita, a sentinela dos fatos irremediáveis. O que torna mais verossímil essa conjectura é o próprio Campos Sales, em dois lances: o primeiro, no telegrama que expediu a Severino Vieira, nos fins de 1900, no qual declara “sei que Rodrigues Alves encontra seu apoio..., que considero competente no duplo plano político e administrativo”, bem como a interpelação que faz, depois disso, a Rodrigues Alves: “terá você qualquer dúvida em ser o continuador desta política?” (a política econômica, principalmente) (*ibid.*, págs. 371 e 380). A resposta de Rodrigues Alves, antecipe-se, envolta em singular sagacidade, a manha de quem se reserva a independência e duvida da espontaneidade da oferta, é morna e evasiva.

VI

Quando a República inesperadamente se instalou, Francisco de Paula Rodrigues Alves, nascido em 1848, em Guaratinguetá, já com a população rural e urbana de mais de 100.000 habitantes, uma das maiores cidades do país, estava no curso de uma carreira política vitoriosa. Bacharel da Faculdade de Direito de São Paulo, elegeu-se, filiado ao Partido Conservador, deputado provincial em três legislaturas, deputado geral em dois mandatos, exercendo, de 1887-88, durante o governo do gabinete de Cotegipe, a presidência de São Paulo. Se a monarquia durasse, estavam abertas as portas para o ministério, o Senado e provavelmente a chefia do gabinete. (O mesmo se pode dizer de seu colega de Faculdade, Afonso Pena, que, até 1885, já havia ocupado três ministérios e mais dois por acumulação.) Filho de imigrante português que se enraizara em Guaratinguetá, pela atividade econômica e pelo casamento numa conceituada família local, Rodrigues Alves foi mais longe: casa-se, em 1875, com Ana Guilhermina, neta do visconde de Guaratinguetá, que patrocinava a sua carreira política. Deixou este uma fortuna de mais de mil contos de réis, que correspondia a meio por cento de toda a circulação monetária do país. Note-se que a imensa fortuna de Rodrigues Alves não deriva dessa herança, mas da fortuna do pai e de seus negócios na lavoura e na exportação do café. Entrava na República – republicano de 16 de novembro –, como acontecera com a quase totalidade dos conservadores, então fora do poder, despejados, em 1889, pelos liberais. Rico e nobilitado pelo casamento e pela sua avó materna, político provavelmente hábil, tinha todos os títulos para, na República, continuar sua carreira.

Os republicanos, que logo se fundiram aos conservadores, exceto no Rio Grande do Sul, onde o Partido Republicano excluiu a colaboração dos monarquistas, aceitaram seus títulos anteriores. Os históricos Prudente de Moraes, Campos Sales e Bernardino de Campos levaram os ex-monarquistas Rodrigues Alves e Antônio Prado (mais velho do que Rodrigues Alves e três vezes ministro) a integrar a banca paulista na Constituinte. Não se perca de vista que tais aparentes condescendências não se deviam à magnanimidade dos republicanos. Rodrigues Alves era detentor, a esse tempo, do poderoso colégio eleitoral de Guaratinguetá, um dos maiores e mais sólidos do Estado. Tenha-se em conta, obviamente, que ele não dispunha de um contingente popular, mas dos chefes que presentavam o povo. Esse, pela sua importância, é um dos fenômenos mais notáveis num grande Estado, equiparável talvez a Afonso Pena e Rosa e Silva, estes sem a expressão pessoal e política do paulista. Rui Barbosa,

republicano de véspera, não se equipara aos outros casos: ele sobreviveu por ter havido construído a República e sua estrutura jurídica, permanentemente senador por força do prestígio intelectual e político, que seu Estado primava em reconhecer e respeitar, sem que tivesse uma área de influência eleitoral.

Mais tarde, as oportunidades ofereceram ao ex-monarquista conservador todos os postos, com maior realce, do que a monarquia lhe ofereceria, sobretudo em tempo tão curto: ministro de Floriano e de Prudente de Moraes, deputado federal, senador, governador de São Paulo e, fenômeno inédito na nossa história política, duas vezes presidente da República com um espaço entre uma eleição e outra de dezesseis anos. Ninguém estaria mais habilitado para desvendar o bem guardado segredo do fulminante e permanente êxito de seu biografado do que Afonso Arinos. Reuniu o mais rico arquivo, composto de documentos até então esparsos, valorizado pelas recordações familiares, casado com uma neta de Rodrigues Alves.

Afonso Arinos mostra, em alguns momentos, a perplexidade dos historiadores sobre a figura do homem e de suas artes políticas, homem visceralmente político, todas as suas outras qualidades, as de orador e jornalista, postas ao seu serviço dessa tirânica vocação. São palavras insubstituíveis do biógrafo, em extensa e necessária citação:

“A visão histórica da personalidade de Rodrigues Alves concentra-se, quase que só, na sua passagem pela presidência da República, deixando na sombra dados essenciais, explicativos da formação do estadista capaz de realizar aquela obra e, também, omitindo a sua experiência propriamente política, sem cujo conhecimento os quatro anos culminantes da sua existência são, de certo modo, inexplicáveis. Enigma tão impenetrável que a tendência de muitos é atribuir-lhe, apenas, capacidade de escolha dos auxiliares diretos, e respeitabilidade pessoal para mantê-los coesos na ação. (O grifo não é do original.)

Os que assim pensam, e isto afirmam, parecem esquecer-se de que o grande regente de orquestra sabe mais música do que qualquer dos figurantes da mesma. Não toca, com a perfeição de cada qual, o instrumento que lhe for afeto, mas tem mais vivência da partitura, como um todo.

.....

Para que se compreenda o presidente, é indispensável conhecer-se a sua experiência anterior e posterior do governante (pouquíssimas pessoas

têm idéia do que foi o seu governo, em São Paulo, depois da presidência da República) e é também mister saber-se o que foi sua ação de político profissional, porque nesta está a chave que decifra todo o fecundo sentido de sua vida. (Os grifos não são do original.) Não sendo orador e escritor como Rui e Nabuco, nem sabedor de geografia histórica e musculoso trabalhador intelectual como Rio Branco, Rodrigues Alves não deixou mostras visíveis da maturação da sua personalidade e dos segredos da sua autoridade, que explodem, por assim dizer, em quatro anos de ação vertiginosa e fulgurante, que a muitos parecem saídos da penumbra e a ela restituídos.

Mas o reino da História é o dos fatos, e os fatos, embora às vezes determinados pelo acaso, não se baseiam em milagres.

O Rodrigues Alves presidente não teria existido se não existisse o Rodrigues Alves político até a medula dos ossos, político dos bancos da Faculdade de Direito ao leito de morte, na hora da morte.

.....

Historicamente a revelação da personalidade de Rodrigues Alves é tarefa de magna importância, porque, indo muito além de sua pessoa, explica em grande parte – talvez se possa dizer na maior parte – toda uma época da vida nacional, que é a entrada do Brasil no século XX.”
(Págs. 72 e 73.)

Nessa explicação preliminar, condensa-se o alcance e a profundidade da biografia de um vulto exponencial na história da República. Há, diante do historiador, uma densa esfinge a decifrar, só desvendável com a visão histórica da personalidade de Rodrigues Alves, situada numa esfinge maior, que é a própria República Velha, esta, uma esfinge pelos arquivos perdidos ou irrelatados, escassa-mente estudada, em profundidade, pelos historiadores. Afonso Arinos recusou, nesse passo, a escolha do presidente como expressão da loteria da história, cujo prêmio não está sujeito sequer ao cálculo das probabilidades. Na República Velha os chamados, os verdadeiramente chamados, eram poucos e, entre os poucos, a previsão do escolhido recaía em não mais do que duas ou três opções. O tempo das surpresas dos ungidos pelo destino ainda não chegara, reservado para a história contemporânea. A reconstrução dos passos pessoais e políticos são a essência da biografia, documentada em cada linha, liberta da fantasia, mas narrada com a imaginação e a refinada arte dos

historiadores que são, ao mesmo tempo, fiéis aos fatos, mas não desdenham dos conselhos de Clio, acessíveis apenas aos que freqüentam, com devoção, seu templo. Nem sempre suas afirmações são conclusivas, traduzindo o sentimento de insuficiência da história, obrigando seus devotos a recorrer à conjectura e à hipótese, permitindo ao historiador decidir, diante do fato, a mais viável, a mais convincente e, se tiver sorte, a mais irrefutável. A investigação é a alma da biografia em tela, ao modo das novelas policiais, devotada, sem prescindir do suspense, a encontrar a personalidade do personagem-chave. Procura, na sucessão incoordenada e descontínua dos acontecimentos, dar-lhes coerência pela trama integradora das instituições, onde a trama é contínua pelo encadeamento causal, na particular causalidade histórica e não na causalidade das ciências naturais. Sobretudo, personagens e instituições, depois de filtrados, se fazem visíveis, segundo a técnica própria de Balzac, romancista irremediavelmente admirado pelo biógrafo, talvez por ter sido o ficcionista que, entre os romancistas que a história literária destacou, o que mais flertou explicitamente com a musa da história.

VII

Permite-se o biógrafo, ao longo de seu trabalho, duas hipóteses, uma acerca da Burchenschaft (Bucha, na referência corrente a essa sociedade secreta) (págs. 24 e segs.). A outra diz respeito à história virtual, a história condicionada ao se: por exemplo, como seria o Brasil, se vitoriosa a Revolução Paulista de 32 (Virtual History – Alternatives na Counterfactual, Niall Ferguson (ed), Papermac, 1977). A Bucha floresceu na Faculdade de Direito, desde 1832, fundada por um misterioso Júlio Frank, de nacionalidade alemã, cuja identidade nunca pôde ser fixada. A sociedade obedecia ao modelo das sociedades secretas dos estudantes alemães, cujos membros eram escolhidos por cooptação, guardando, depois de aceitos, fidelidade aos seus princípios políticos e fraterna solidariedade com seus filiados.

Seus dirigentes e membros foram, entre outros, figuras que iriam ocupar, no Império e na República, os mais altos postos políticos.

Entre os primeiros, os dirigentes, estiveram Francisco Otaviano, Visconde de Ouro Preto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rui Barbosa, Assis Brasil, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Barão do Rio Branco, Pinheiro Machado, Afonso Arinos, Pedro Lessa, Venceslau Brás, Bernardino de Campos, Davi Campista, Washington Luís, Melo Franco, Antônio Carlos, Altino Arantes, Artur Bernardes (os nomes dos chefes de Governo e dos chefes de Estado

estão grifados). Quer o autor que os bucheiros Prudente de Moraes e Campos Sales, solidários com seu companheiro Rodrigues Alves, o tivessem chamado, logo no início da República, este monarquista filiado ao partido conservador, para dirigir, em São Paulo, os destinos do regime republicano.

A Bucha explicaria o jogo oligárquico da República Velha, com manobras secretas “de muitos arranjos e composições entre os próceres, que escapavam à visada do observador insciente e superficial” (pág. 109). A morte de Rodrigues Alves, em 1919, teria levado, com ela, o fim da Bucha (pág. 112). Falta a prova documental e oral, além daquela tenuemente mostrada pelo biógrafo, para a formação de melhor juízo sobre a ousada hipótese. O que a tese prova é que a Faculdade de Direito de São Paulo foi a antecâmara da política republicana, para repetir aqui uma famosa observação de Nabuco sobre a Faculdade de Olinda e Recife, bem como a escola de onde saíam os políticos, de acordo com a característica dos cursos jurídicos, nos quais a oligarquia educava seus rebentos, levando-os ao Congresso, à governança dos Estados e à presidência da República.

O ensaio da história virtual está na afirmação de que, vivo Rodrigues Alves, a República Velha poderia se renovar, sem perecer com sua morte, entregue, depois do fatal evento, a forças impenetráveis à inovação. Desta sorte, Rodrigues Alves, que abrira o país ao século XX, poderia levá-lo, sem abalos, a preservar a República. É indispensável lembrar as patéticas e emocionadas palavras do biógrafo:

“Em face de um mundo que renascia dos destroços do prussianismo e das incógnitas do marxismo, o Brasil ficou, de repente, sem um condutor capaz de guiá-lo no caminho a ser percorrido, e que, pela sua experiência e sua autoridade, pudesse conservar a estrutura política tradicional, adaptando-se às contingências das nossas realidades. Ficou sem a liderança do conservador progressista, que era Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Naquela desorientação geral dos espíritos, ninguém pôde atentar que outra morte vinha a ocorrer, sem ser percebida pelos contemporâneos.

Em 16 de janeiro de 1919 morria com Rodrigues Alves a República de 15 de novembro de 1889.” (Pág. 502 do Volume II.)

Ainda com o pressuposto da hipótese de que os governos reacionários de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes e Washington Luís estariam destinados a provocar o 1930, é difícil justificar a probabilidade de Rodrigues Alves encarregar as forças emergentes – o mundo operário e a quebra da oligarquia patrocinada por São Paulo

e Minas. Nenhuma demonstração deixou de que seria sensível às reivindicações trabalhistas, nem à quebra da oligarquia, com a demolição da obra de Campos Sales, dentro da qual, com algumas correções, florescera, como político e como estadista. De outro lado, a revolta da vacina, com sua repressão, destoa de sua flexibilidade social, na qual não condescendeu com o que se chamava o “populacho”, o povo privado de cidadania. Se a República Velha morreu com Rodrigues Alves teria perecido como a República de Catão de Utica, juntamente com os *optimates*, mas não dos populares, opacos à visão daqueles.

VIII

A presidência de Rodrigues Alves, louvada pelas suas realizações, considerada a mais profícua da República Velha, ao ponto de ser reconduzido ao alto posto, doze anos após concluir o primeiro mandato, feito único na história republicana, tem a explicação da lógica política. Não se deve apenas à escolha de seus auxiliares, aos quais dava ampla autonomia, com a reserva de cumprirem suas ordens: “os ministros faziam tudo o que desejavam, exceto o que ele não queria” (pág. 381). A escolha de seus auxiliares não se particularizou, salvo notáveis exceções, por se afastar da classe dirigente do seu tempo. No ministério, a única e notável novidade foi a convocação imperiosa, dada a relutância do escolhido, do barão do Rio Branco, cujo respeito era uma unanimidade nacional. Fora do corpo ministerial, um desconhecido iria, mais tarde, impor-se à admiração do país, Osvaldo Cruz. A obra administrativa, sob o comando do Ministro da Viação, Lauro Müller, levou para a vida pública dois engenheiros, até então alheios à política: Pereira Passos e Paulo de Frontin (o homem da “água em seis dias” já lhe havia projetado o nome).

O biógrafo dá relevo à afirmação de Gilberto Amado de que Rodrigues Alves se dispôs a fazer “uma revolução autêntica na história republicana” (pág. 335). Mas, que “revolução autêntica” seria essa, confinada a obras urbanísticas, sanitárias e portuárias na capital federal? Com a palavra Afonso Arinos, numa explicação logicamente irrefutável, tendo em conta o Brasil de 1902:

“Os observadores menos informados ou mais ligeiros não deixam de comparar o pequeno centro da dramática ação governativa com o imenso território do país. Para concluir daí que Rodrigues Alves foi uma espécie de grande prefeito municipal.

A escassa população brasileira daquele tempo, a insuficiência dos transportes (pequena rede ferroviária e quase inexistente sistema rodoviário), a economia da exportação, tudo vinha aumentar desmedidamente a importância das cidades marítimas, dos portos de mar.” (Pág. 401.)

No tempo em que o café era a base da economia do país, o café que elevava São Paulo a ocupar o primeiro lugar na produção, não seria mais lógico que se privilegiasse o porto de Santos do que o do Rio de Janeiro? A cabal explicação da importância econômica, social e política do Rio de Janeiro encontra-se em Literatura como Missão, de Nicolau Sevcenko (São Paulo, 1983, pág. 27):

“A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras. Aproveitando de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumular-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais. Núcleo da maior rede ferroviária nacional, que o colocava diretamente em contato com o Vale do Paraíba, São Paulo e os Estados do Sul, Espírito Santo e o hinterland de Minas Gerais e Mato Grosso, o Rio de Janeiro completava sua cadeia de comunicações nacionais com o comércio de cabotagem para o nordeste e o norte de Manaus. Essas condições prodigiosas fizeram da cidade o maior centro comercial do país. Sede do Banco do Brasil, da maior bolsa de valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram em maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão-de-obra.

Na passagem do século, o Rio de Janeiro apareceu com destaque como o décimo quinto porto do mundo em volume de comércio, sendo superado no continente americano apenas por Nova Iorque e Buenos Aires.”

Acima de tudo, os grupos de pressão concentravam-se no Distrito Federal, então a maior cidade do Brasil, a que mais influenciava os seus destinos e sua política. Atrás das obras realizadas por Rodrigues Alves estava a “revolução burguesa

nacional que abriu para o Brasil as portas do século XX. Portas que a implacável política econômica de Campos Sales mantivera trancadas” (pág. 338). Rodrigues Alves, sem se afastar da base agrária e cafeeira, nem sempre guiado pelo legalismo herdado da Faculdade de Direito de São Paulo, seria o porta-voz da burguesia progressista de seu Estado, com o culto conservador da reforma, da paz política, do predomínio civil, favorável à imigração, sem abalos econômicos e sociais. Mas, as reformas de seu governo, estariam isentas do extravio do estado de Direito?

IX

Pereira Passos, o prefeito escolhido para as obras de remodelação do Rio de Janeiro, que giravam em torno do porto, contou com os poderes da lei de 29 de dezembro de 1892, votada sob os auspícios do presidente. Nos anais legislativos da República – salvo nos momentos de eclipse da legalidade – não terá havido lei mais “draconiana” (pág. 411), conferindo à autoridade administrativa plenos poderes para atuar com independência do legislativo local e do judiciário. A convocação do Conselho Municipal sofreu o adiamento de seis meses, o prefeito administrava segundo os preceitos da lei recém-sancionada.

As autoridades judiciárias, locais ou federais, não poderiam interferir nos atos administrativos, nem conceder interditos possessórios. A demolição, despejo, interdição ou outras medidas, se completavam com um auto afixado no local, que previa penalidades contra a desobediência. As demolições se faziam ainda com as pessoas dentro dos prédios. Os assentamentos nos livros das repartições federais sobre transferências de imóveis, para os fins de urbanismo, valeriam como escritura pública, prescindindo da outorga uxória ou da transcrição do título (pág. 411). Mais tarde, as desapropriações amigáveis tiveram lugar, diante de uma comissão, levadas a cabo sob a espada de um prazo mínimo de caducidade do direito (pág. 447). Mais de seiscentas casas foram demolidas.

“A lei de 29 dezembro – escreve o biógrafo – foi um dos pretextos mais fortes para a conspiração política e militar que culminou em novembro de 1904.” (Pág. 413.)

Ainda assim, apesar das conseqüências da lei, o autor reputou uma aberração dos republicanos, demagogos radicais, ao “atirarem o povo, em nome da liberdade contra o progresso; em nome da República, contra o governo que estava tentando

abrir as portas do futuro”. (Pág. 413.) Haveria uma contradição histórica – insiste Afonso Arinos – no ataque dos membros da elite, das forças armadas, da imprensa e do Congresso à realização de obras de tal vulto, tendo em conta a necessária remodelação da cidade (págs. 413). Rui Barbosa, ainda em 1903, via nos poderes confiados ao prefeito o risco de um “senhor absoluto”, de um “ditador insuportável”. (Pág. 415.) Com as obras da Avenida Central e adjacentes, “cortiços, hospedarias, estalagens, pardieiros, restos vivos de um passado morto, confundiam-se no pó das derrubadas”.

Quase 50.000 pessoas moravam, em 1888, em estalagens e quartos de aluguel, acrescidos do vasto contingente de escravos, libertados nesse ano, que teve de mudar-se para as infectas casas de cômodos (João do Rio, *A Alma Encantada das Ruas*, São Paulo, 1997, págs. 277 e segs., traçou dramático perfil de uma delas, em 1904), para as favelas, então nascentes, ou para os subúrbios da cidade. A abolição, e a crise da economia cafeeira que a seguiu – nota Nicolau Sevcenko (*Literatura como Missão*, São Paulo, 1983) –, inchou a cidade com largo contingente humano (cerca de 85.000 ex-escravos e mais de 70.000 imigrantes). A cidade crescia 3% ao ano. Enquanto isso, no outro extremo, o Rio modernizava-se – “o Rio civilizava-se”, como festejava um cronista – com os bondes elétricos e as avenidas.

A cidade insalubre tornou-se ainda mais sujeita a doenças. Os salários se aviltaram com o excesso de oferta da mão de obra, com a agravante da carestia e do desemprego. A especulação imobiliária, que acompanhou a urbanização, contribuiu tanto como as demolições para o incremento e a superpovoação dos cortiços e das construções dos barracos nas favelas e subúrbios. Os casebres eram construídos com caixas de querosene e folhas de flandres, ou de sapé e barro, nas favelas, e nos subúrbios os miseráveis barracos eram desprovidos de esgotos e precariamente servidos de uma bica de água (maiores detalhes em Sevcenko, na fundamental obra citada). Para a burguesia, que se isolara das classes populares, os optimates da República, a fascinação por Paris ditava uma época nova e feliz, com as reformas de Haussman, sob a ditadura de Napoleão III, com seus bulevares, e a imitação de Buenos Aires foram os modelos que deslustraram Pereira Passos e Frontin.

X

Rodrigues Alves confidenciou a um amigo que tinha dois propósitos, como programa de governo: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro (pág. 460). As obras do porto compreendiam a reforma urbana, que lhe seria

complementar. O saneamento era um complemento harmônico da urbanização, tornando a capital reformulada livre das calamidades que afastavam os visitantes da cidade e forçavam o corpo diplomático e as pessoas abastadas a passar o verão em Petrópolis, supostamente imune a elas. A capital federal era mal afamada pelos freqüentes surtos da peste bubônica, da febre amarela e da varíola. O conselho de amigos levou o presidente a convocar, para a área do saneamento, um médico desconhecido do público, mas respeitado pelos colegas pelos seus 26 trabalhos científicos, em português, francês e alemão, um jovem de trinta anos, com seus estudos de higiene provados por um curso de aperfeiçoamento em Paris, no Instituto Pasteur.

Nomeado para a Diretoria da Saúde Pública, fixou-se, ignorando a ardente e veemente oposição, na tese, já comprovada em Cuba, da transmissão da febre amarela pelo mosquito. Tomou duas providências simples e eficientes: extinção dos mosquitos transmissores e isolamento dos doentes, para evitar que aqueles a levassem a outras pessoas (pág. 479). O isolamento do doente, com a entrada, ainda que não consentida, dos agentes de desinfecção, soou como uma invasão ao lar, sem respeito às famílias. Outra conseqüência, com amplos efeitos sociais, foram as interdições das casas insalubres, expediente também utilizado no combate à peste bubônica. Essa ação foi mais um feixe de lenha para a revolta de 1904. O êxito das medidas foi peremptório, caiu de 584 óbitos, em 1903, para 48 em 1904, chegando, apesar de alguns percalços, a zero em 1909 (pág. 483). Para uma população de 750.000 habitantes, os prédios expurgados não passaram de 30.000, embora as visitas domiciliares tivessem atingido mais de um milhão e meio. A febre amarela recrudescia no verão, enquanto a peste bubônica desenvolvia-se no inverno.

O combate à peste bubônica, com a desinfecção de ruas e casas, para remover a sujeira, onde proliferavam ratos e pulgas que infestavam uma cidade coberta de lixo nas ruas, com pequeno sistema de esgotos, tinha solução aparentemente fácil, que exigia esforço contínuo e tenaz. Também aqui a interdição de casas acendia a revolta dos atingidos. A doença, que reaparecera no Rio, em 1900, não apresentava alta letalidade, o que não significa que não devesse ser debelada.

O grande problema social surgiu, na área do saneamento, com a vacina contra a varíola, causa nominal da revolta de 14 de novembro de 1904, ao mesmo tempo insurreição popular e militar. Obviamente, outros fatores levaram o Rio à ebulição, gerando violenta oposição ao governo nas ruas, na imprensa e no Congresso. Assinala o biógrafo que, apesar da vitória da autoridade, “não evitou o seu desgaste político” (pág. 488). As mudanças rápidas na estrutura arcaica do país encontraram pela frente as resistências, conhecidas pelos sociólogos, em todas as reformas mais profun-

das. O desprestígio político, que o atormentou no fim de seu quadriênio, ao ponto de se tornar incapaz de escolher seu sucessor, deveu-se, em parte, a essa crise e sobretudo aos interesses econômicos que se congregaram na defesa do café, com o conseqüente abandono do liberalismo, em favor do proteccionismo.

O projeto de regulamentação da lei de vacina obrigatória, que transpirou antes de publicado oficialmente, permitia a vacinação por médico particular, com atestado com firma reconhecida. Esse terá sido o aspecto mais leniente do ato governamental. O atestado de vacina era condição necessária para matrícula em escolas, emprego público, emprego doméstico, emprego nas fábricas, hospedagem em hotéis e casas de cômodos, viagem, casamento, voto. Praticamente, nenhuma atividade era permitida sem o atestado de vacinação.

A reação foi imediata e explosiva. Afonso Arinos assinala que o governo não utilizou, para medidas tão drásticas, nenhum esforço de persuasão. Lembra que ao tempo em que a comunicação se restringia aos jornais, eram estes impróprios para o convencimento da população, por estarem declaradamente contra Rodrigues Alves e as medidas de saneamento (pág. 491). Difundira-se na cidade afirmação encampada pelo Deputado Barbosa Lima, o mais popular dos congressistas, que a vacina seria aplicada principalmente nas coxas, perto da virilha, ou nas nádegas, o que pareceu a mais depravada invasão da vida particular, com o desrespeito do recato das mulheres. O dever se impunha a todos: defender a honra das filhas e das esposas.

XI

O ponto mais doloroso da gestão Rodrigues Alves foi a chamada revolta da vacina, uma revolta popular civil, conjugada a um movimento militar. Paralelamente, haveria uma conspiração para a instalação de uma ditadura que mudasse os rumos da República oligárquica. O biógrafo vê nos acontecimentos de novembro uma mazorca (págs. 489, 491). As causas da revolta assim se sumariam, depois de caracterizar a mazorca como obra de elites extraviadas, que hipnotizaram a população:

“A ação revolucionária desenvolvia-se em atividades convergentes, coordenadas por pequeno grupo, cuja tarefa era auxiliada pela zoeira irresponsável na imprensa e no Congresso. O apoio popular à revolução em preparo tornava-se evidente pela repulsa que o povo começou a oferecer

à vacina voluntária. Os postos de vacinação da saúde pública registravam 23.021 pacientes em julho e só 6.036 em agosto. A massa ignorante explorada pelos demagogos acreditava nos exploradores.” (O grifo não é do original.) (Pág. 500.)

Os “demagogos” teriam diversas origens políticas: congressistas como Lauro Sodré, Barata Ribeiro, Barbosa Lima, Rui, Alfredo Varela; jornalistas como Edmundo Bittencourt e Leão Velloso; militares como os generais Olímpio da Silveira e Silvestre Travassos; positivistas, além dos mencionados, como Teixeira Mendes, e demagogos do porte do Professor Vicente de Sousa. Os argumentos contra a vacina eram de diversas índoles: a sua inocuidade, o risco de em lugar de evitar a varíola provocá-la. Acrescida de outros males, e, sobretudo, dois tópicos, um filosófico-científico e outro jurídico – a liberdade de consciência, pelos positivistas, também adversos à origem microbiana do mal, e a liberdade individual, só limitada pela Constituição (cuidava-se, no fundo, da inconstitucionalidade da medida). Insurgiu-se o mundo operário, ao qual se juntava “a malta de desordeiros recrutada adrede para a mazorca”, todos seduzidos pela oratória e pelo prestígio do Professor Vicente de Sousa. “Bandos de facínoras e prostitutas” juntavam-se a vagabundos e agitadores industriados (grupos populares cada vez maiores auxiliavam a desordem).

A caracterização dos componentes da revolta, bem como o papel dos “demagogos” a dirigir uma massa informe e fácil presa destes, corresponde às fontes da época, que, inclusive, atestam a ferocidade dos remanescentes jacobinos. A intolerância destes não escapou à crítica de Lima Barreto, que os tinha na conta, com o apoio do positivismo, de aspirarem à ditadura, levando-os à terra sagrada da tirania militar. (Numa e Ninfa.) Mas, em contrapartida, denunciou o preconceito da classe dirigente de desprezar o povo e vê-lo como um desordeiro em potencial. (O povo, ora, o povo, que capacidade teria para entender a política ou as finanças?)

Entre o político e as classes populares (no mundo rural há o “coronel”) a intermediação se faz por misto de capanga e distribuidor de favores, com a missão de anular o resultado das eleições com subornos ou pela força. Entre o político e a população torna-se, falsa a eleição, cada vez mais profundo o fosso: a nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhes entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades. (Os Bruzundangas.) A cidade do Rio de Janeiro, obedecendo a essa inspiração de segregar o povo, com seus tumultos e sua miséria, dividiu a metrópole em duas: uma européia, com seus bairros elegantes, outra composta da população, com os negros, pardos, pobres e miseráveis (Marginália), os

madraços, para os quais se pensou numa colônia correcional (Numa e Ninfa), tal como se fez na Índia e nos países conquistados.

A fascinante, criativa e bem documentada obra de José Murilo de Carvalho (Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, 1987) abre uma perspectiva nova para a compreensão da revolta. A República, ao contrário da expectativa inicial de seus adeptos, tornou-se excludente e restritiva: dela se afastaram os intelectuais, sem interesse na política e com postos decorativos na burocracia, os operários, “sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos”, dizimados os jacobinos. Os operários, distantes da política, dividiram-se em duas direções: os anarquistas e os dos que aceitavam integrar-se no sistema cooptativo do Estado. A imprensa era surda à população (pág. 37), presa ao mundo da cidade do poder e do dinheiro. Nesse território de exclusões, a política, segundo o que o povo via, além dos funcionários públicos, passou a ser negócio de bandos de criminosos e contraventores, dos empresários de eleições, alimentados pelo submundo que comprava com ela sua imunidade.

“Raro é o homem de bem que se faz eleitor, e se se alista, para atender a pedidos de amigos, não tarda que o seu diploma sirva a outro cidadão mais prestante, que no dia do pleito, para fins eleitorais, muda de nome e toma o do pacato burguês que se deixa ficar em casa, e vota com eles. Isto é o que lá se chama: – um fósforo.” (Lima Barreto, Os Bruzundangas.)

A grande maioria dos cidadãos não tinha espaço político, com a lógica excludente do sistema. “O marginal – escreve José Murilo – virava cidadão e o cidadão era marginalizado” (ibid., pág. 38), acrescentando a valiosa constatação:

“No entanto, havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva, não havia uma comunidade política. A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada.” (Ibid., pág. 38.)

Depois de demonstrar que existia, à margem da política, um aglomerado ao qual se negava o direito de cidadania, que era, tanto para o francês, como para o inglês, a “escória”, a “canalha”, a “escuma social”, entre nós eram simplesmente bandos de negros e mestiços. Eles se deixavam guiar, de acordo com um escritor, que as elites adotaram, Gustave Le Bon, pela paixão e não pela razão, para os demagogos

que os levava à explosão. (Ibid., pág. 72.) O escritor francês chegou a atribuir a Robespierre, dado a longos e teóricos discursos, qualidades hipnóticas. No Rio de Janeiro, o operariado e o proletariado (domésticos, jornaleiros e outros) formavam 71,5% da população economicamente ativa, sem que dispusesse de voto. A maior parte da população não tinha direito à participação política, numa população com grandes contingentes de ex-escravos e estrangeiros sem participação política – 20% tinha esse direito, mas não se preocupava em exercê-lo.

A cidadania ativa não estava no exercício do direito de voto – não estava e não poderia estar, dado como eram feitas, forjadas e violentadas as eleições no Brasil, com particularidades especiais no Rio de Janeiro. A cidadania ativa estava em outro lugar, no único espaço a ela disponível: a revolta. A vacinação teve grande concurso popular, quando não era obrigatória; obrigatória decresceu a presença nos postos de saúde. (Ibid., pág. 133.) A revolta da vacina não teve padrão diverso de outras revoltas na capital federal, como a revolta do vintém. Em 1902 houve três greves e, em 1903, 31. Ao contrário de ser uma reação da “gentalha”, a revolta foi alimentada por operários, com o apoio de suas organizações, que, em agosto, fizeram o primeiro ensaio de greve geral. (Ibid., págs. 117 e segs.) João do Rio, numa crônica de 18-6-1904, mostra que os trabalhadores da estiva estavam, nessa época, estruturados em torno de suas organizações de classe com forte consciência de sua posição de excluídos da vida política, pondo na boca de um líder operário a seus companheiros: “O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores acreditam que este país é rico, mas que se morre de fome? ...Não acreditem que nos baste o discurso de alguns senhores que querem ser deputados.” (A Alma das Ruas, São Paulo, 1997, pág. 264.)

XII

Não é objeto deste prefácio a extraordinária carreira de Rodrigues Alves. Magistralmente, o biógrafo, com uma grande massa de documentos, traça-lhe a trajetória, depois de concluir seu mandato presidencial. Cuida-se, neste capítulo final, da chave do “enigma” de Rodrigues Alves, com suas qualidades próprias e suas qualidades que se destacaram no seu meio e no seu tempo. O jornalismo – escreve Afonso Arinos – que exerceu ao longo da sua carreira, de estudante a presidente, a oratória e a preocupação com as letras estavam a serviço “do político visceral, que ele era” (pág. 95). Nada o interessava fora da política: fora do poder preferia a solidão de Guaratinguetá, recolhido na sua mansão, fruindo da companhia de filhos e netos, pai e avô afetuosos.

Dos homens de seu tempo, distinguia-se de todos, dotado da capacidade de ver os fatos com realismo, vigiando para que a vaidade ou a ambição os não deformassem. O perfil dos políticos da República Velha completa a percepção de sua personalidade, pelo contraste: Floriano, “pelos excessos de sua fria ambição” levaram-no a “exorbitar da ação política, para o arbítrio da força”. “A inflexibilidade orgulhosa” ofuscou a visão de Prudente, levando-o ao ostracismo. O “bacharelismo formalista” desviou Campos Sales do caminho à volta ao poder. “A intolerância de idéias” trancou a carreira de Bernardino de Campos. “O apetite de mando e o espírito caudilhista” condenaram Pinheiro Machado a não passar de frustrado candidato à presidência. Rui, “o mais poderoso engenho da geração dos fundadores da República”, foi vítima de sua “vaidade intelectual” e do seu “irrealismo doutrinário”. E Rodrigues Alves?

“Rodrigues Alves era lúcido e flexível, enérgico e sereno, pertinaz e transigente, ambicioso sem personalismo, firme nos compromissos e hábil nas composições, duro na ação, mas tolerante quando obtinha o que queria.

Acima de tudo, ele possuía, de forma admirável, o sentimento de que a política se exerce sempre tendo em vista algo que está acima dela e de quem a pratica. Qualquer coisa de indefinível dentro do qual a intensidade da vida, o gosto da glória e o desejo do poder estão sem dúvida presentes, mas que, em conjunto, transcende a tudo isso.....” (pág. 114).

Faltou dizer que o meio, o instrumento que realizava seus objetivos, era a subtileza, a extrema finura estilística, necessária num tempo em que as comunicações entre os políticos e destes para o público – o pequeno público que então fazia política – eram todas por escrito. Talvez não haja na política republicana nada mais elegante, nada mais arguto, do que a correspondência de Campos Sales com Rodrigues Alves, na hora de sua escolha para a presidência. O convidado deixa o presidente na situação de que pede e não de quem faz um favor e manifesta a preferência pelo sucessor. Queria Campos Sales que Rodrigues Alves fosse “o natural prolongamento do período que se vai seguir”.

Desejava a continuação de sua obra sob o triplice aspecto político, econômico e financeiro. Em lugar de mostrar o que nenhum político recusaria, esquivou-se ao convite, acentuando os inconvenientes de sua candidatura e lembrando o nome de Bernardino de Campos. Rodrigues Alves, pelo teor da carta de seu antecessor, percebeu que este não tinha como recuar do convite e, por tal motivo, absteve-se

de anuir ao pedido de se manifestar sobre a continuidade do governo. Em nova carta, Campos Sales solicitou um compromisso explícito sobre a questão, para ele de importância fundamental, a aceitação do seu programa de governo. A resposta foi outra vez inconclusiva: diz que em seu governo, em São Paulo, adota a mesma política do presidente na parte política e administrativa (sem aludir ao aspecto econômico e financeiro – que era a essência da carta do presidente).

Campos Sales deu-se por satisfeito, com toda certeza conformado com o desejo de independência de seu sucessor. (Campos Sales, *Da Propaganda...* obr. cit., págs. 365 e segs.) Outro episódio: transpirou pelos jornais que o presidente eleito convidara o Barão do Rio Branco para o ministério. O presidente nega a Campos Sales o convite, por achar impróprio fazê-lo antes de diplomado (o que é uma confissão da veracidade da notícia), mas, diante do entusiasmo do presidente expirante, solicita que lhe faça o convite em seu nome. A exploração da vaidade tem, ao lado do oculto humor, alguma coisa de cruel. Destaque-se que a finura, a sutileza do estilo, nada tem a ver com o estilo literário, mas com o uso da língua com eficiência política. O que se vê é que Rodrigues Alves não admitia que fosse posto no lugar de satélite. Ele comandava, ainda que a sua carreira viesse a ser ajudada por outras pessoas, que, embora contribuindo em seu favor, não lhes cedia o bastão de comando. Este foi seu jogo com Campos Sales, revelando uma constante em sua longa e consagrada trajetória.

Rodrigues Alves, como político, sempre perseguiu o poder, pela via do poder e não pelo combate contra os poderosos. Ele jamais se rebelou contra o seu poder. Chamaram-no o homem de todos os governos: fiel ao Partido Conservador, guardou a mesma fidelidade ao Partido Republicano Paulista, sem cultivar saudades da monarquia, como Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco, ambos chamados pela República, sem pleitear a adesão. Ministro de Floriano e de Prudente, guardou, não obstante, a dignidade pessoal, que permaneceu intangível às suas lealdades. Nunca manifestou o inconformismo de um Francisco Glicério, um Prudente, um Rui, um Nilo Peçanha, um Barbosa Lima, entre outros. Um fato dá a medida de sua consciência realista do poder. Quando Rodrigues Alves era governador (presidente) de São Paulo pela primeira vez, recebeu a visita de Prudente de Moraes, de quem fora ministro, que lhe dá conta da dissidência ao governo federal, contestando seu direito de indicar candidato à sucessão. Advertiu ao seu velho chefe: “Agradeço-lhe o aviso, mas você vai perder.” Prudente quis saber de onde vinha tal certeza, ao que o governador, sorrindo, bateu com a mão na cadeira, dizendo: “Por causa desta cadeira. Eu estou sentado nela; e quem nela se senta não pode ser vencido, dentro do Estado.”

(Pág. 272.) Prudente, vinho da mesma cepa, mas capaz de divergir com veemência do governo, não duvidava do “acerto da decisão desabusada. Mas nem por isto deixou de se empenhar na luta” (pág. 272).

Dizer que Rodrigues Alves era um homem votado ao poder – votado e vocacionado – é dizer muito pouco acerca de uma personalidade tão rica. Ele seria um político não maquiavélico, indiferente à moral. Não há nenhum ato seu que demonstre, ao que se lê em sua biografia, uma felonía, como traição, perfídia e mentira, para alcançar ou manter o poder. Tinha, se respeitadas as qualidades de político, os caracteres do político weberiano: o domínio da vaidade, a paixão, o distanciamento do poder, mas sem justificar os seus atos unicamente pelas conseqüências, incapaz de trair sua consciência moral. O próprio Nietzsche, que equiparava a vontade de poder aos mais saudáveis dos instintos, distinguiu os últimos em vis e nobres, criando a hierarquia dos valores. Eduardo Spranger, cujos conceitos concretizam o perfil do homo politicus (Formas de Vida, Buenos Aires, 1946), nota, a respeito dos políticos cuja autenticidade não se restringe ao ofício de mandar, o que segue:

“Em nosso sentido, o fenômeno primário do poder reside na energia que capacita para submeter-se ao supremo valor que como exigência se acrescenta à consciência. Este modo de domínio de si mesmo constitui a fonte de todas as verdadeiras relações de poder. Só o poder baseado na autêntica substância dos valores é, em última instância, o verdadeiro poder. Todo outro poder só toma de empréstimo seu aspecto formal.” (O exemplo seria Bismarck, que declarou que se não estivesse certo que a ordem divina não predestina a Alemanha a alguma coisa de bem e grande, teria se afastado dos negócios públicos.) (Págs. 245 e 246.)

Mas há outra face que complementa o tipo do verdadeiro político, distante do modelo maquiavélico, com alguns traços weberianos, não identificável com o molde do político cristão, o príncipe de São Tomás de Aquino. Ele não foi um político sem princípios, que colocava seu poder acima do país, mesmerizado com a manutenção de sua supremacia, exaltando os fins sobre os meios – “se é necessário romper a lei para impor-se, é honroso e belo violá-la”, era já o modelo de Eurípides, antecipando Maquiavel. A política seria a arte de aproveitar a ocasião e criá-la, em favor do interesse – e não da razão – do Estado. Com desdém pelo imperativo categórico de Kant, acentuava Bismarck, o tipo político mais acabado segundo o autor que estamos citando, Spranger, com estas palavras:

“Cabalmente, nunca vivi de acordo com preceitos (como seria o imperativo categórico). Quando se tratava de atuar, nunca me ocorreu perguntar-me: vamos ver de acordo a qual preceito vais agir agora. Meti o ombro e fiz o que me parecia conveniente. Acusaram-me, muitas vezes, da falta de princípios. Na verdade, caminhar na vida segundo princípios seria como entrar num estreito atalho entre os bosques com uma vara entre os dentes.”(Ob. cit., pág. 244.)

O que se espera do político não é a obediência à ética judaica-grega-romana e cristã, que poderia inscrevê-lo no hagiológico da humanidade, mas embaraçariam sua ação. Não se quer dizer, com isso, que o político deva abandonar os princípios daquela, nem medir suas ações unicamente pelas conseqüências. A ética das conseqüências, ou, como diz atualmente, a ética da responsabilidade, deixa em aberto quais as conseqüências que autorizam a ética dita absoluta, que Maquiavel banuiu da política. Entre os pólos da antinomia, basta que o político atue fundado em valores superiores, repelindo as motivações torpes, detendo-se diante do crime e do despotismo, que, no mundo atual, entram na categoria da patologia política e da patologia dos seus titulares. Postos de lado os modelos filosóficos, pode-se dizer que Rodrigues Alves, político visceral, não era liberal, ao modo dos valores da escola do Largo de São Francisco. Os poderes que concedeu aos seus auxiliares para realizar as obras urbanísticas complementares ao porto, não se compatibilizam com o estado de Direito. Também não era um democrata, não hesitando em realizar seu programa sem procurar persuadir sequer aos beneficiários dele, confiando na punição dos recalcitrantes. A política, para ele, prescindia da participação popular, fiado no realismo da visão do panorama nacional. Na realização de uma obra ou de um programa, uma vez que o povo estava encoberto pelos agentes que o prentavam, desdenhava, quase como o positivismo (que ele não professava), do povo, por ignorante, e o dos “chefetes”, por inautênticos. Não se olvide, em defesa do presidente, que o círculo político que influía nos negócios públicos era muito estreito, embora amplo e consciente fosse – como observou José Murilo – o espectro social das classes subalternas. O sistema institucionalizado por Campos Sales permitia-lhe agir sem consulta, sistema que degenerou de uma oligarquia de grupos estaduais para um pequeno espaço de chefes, sujeitos, salvo na hora da sucessão, ao chefe supremo. A República Velha foi uma obra de sucessões: a expulsão do povo de seu organismo, com a decepção do republicanismo utópico, concentrou os poderes em partidos e dos partidos chegou-se ao poder pelos nomes próprios.

O pensamento de Rodrigues Alves – sem que se veja aí uma contradição com seu programa de governo – era essencialmente conservador. Sua opção partidária, no Império, não obedeceu a meras conveniências locais, senão à sua inclinação natural. A convivência, na Faculdade de Direito, com Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves e Afonso Pena, depois ministro no Gabinete Lafayette Rodrigues Pereira, não deixou nenhum sulco no seu espírito. Tido como conservador moderado, categoria que se distinguia da ortodoxia imobilista do partido, admitia a abolição com indenização, embora, na Câmara, votasse pelo abolicionismo nos moldes da lei de 13 de maio. Preferiu seguir a orientação traçada ao seu partido pelo Trono, do que lutar pelas suas convicções.

O despertar de forças indômitas seria sempre uma desordem, uma intromissão na ordem, condenadas a manifestações passageiras, desencadeadas por dirigentes inescrupulosos. Para o conservador “uma boa administração vale mais do que uma boa administração”. (Karl Mannheim, Ideologia y Utopia, México, 1941, pág. 106.) Burke (Reflections on the Revolution in France, Pinguin Books, 1981), padroeiro do espírito conservador, por sua repulsa à Revolução Francesa, entendia que era impossível construir ou renovar um Estado pela razão, obra do tempo e da longa maturação popular. Nenhum cálculo ou plano poderia realizar mudanças duradouras, que suplantam o “construtivismo” constitucional ou legal. A história não seria nunca, para o conservador, o reino do apriorismo, mas de forças pré-rationais e supra-rationais, infensas à soberania popular.

Os conservadores, Burke como paradigma, tiveram, entre outros, um contestador que ficou na história, Thomas Paine, na defesa dos direitos do homem e do cidadão (Rights of Man, Pinguin Books, 1981), bem como ao preconizar a independência da América, que viria a formar um sistema político pela obra de uma constituição racionalmente votada, com a vitória do apriorismo – a primeira constituição dirigente do mundo, que o tempo consagrou, ao contrário do que pensavam os conservadores europeus. Mas, Burke, ao contrário do que se poderia pensar, como autêntico conservador, não se fixava no imobilismo: “um Estado sem os meios para alguma mudança não tem os meios de conservação”. (Obr. cit., pág. 106.) A mudança seria, para ele, contra o que pensavam os revolucionários franceses, uma questão de necessidade, não de escolha. O homem – dizia Joseph de Maistre (Considérations sur la France, Genève, 1980, pág. 119) – tudo pode modificar, mas nada pode criar, lei física, que é também uma lei política. Ele pode cultivar uma árvore, aperfeiçoá-la com o enxerto,

mas não pode fazê-la, criá-la. Como poderia imaginar ter o poder de criar uma constituição?

Os partidos conservadores deixaram de usar o nome (salvo na Inglaterra, e suas antigas possessões), em favor de outras denominações, que traduzem os mesmos princípios políticos. Conservador não se confunde com reacionário. O conservador não é o que busca trazer o passado de volta ou opor-se aos tempos novos, mas o que defende a herança material e cultural de um país, repele a revolução e aceita o progresso com a nota de desenvolvimento gradual do sistema político existente. (Rudolf Vierhaus, Conservantism, Dictionary of the History Ideas, New York, 1979.) O conservadorismo de Rodrigues Alves nada tinha de teórico ou doutrinário: ele considerava a política, como os verdadeiros conservadores, obra da experiência e não uma ciência abstrata.

A ação de Rodrigues Alves não obedecia a princípios, mas ao realismo das coisas vividas e possíveis. Esta será a raiz de seu amor ao poder, afastando de si as quimeras de contar com a soberania popular, no seu tempo uma abstração de que se serviam hipocritamente os adversários da ordem, talvez como Rui e Barbosa Lima. A política é uma atividade concreta e não especulativa, a arte do possível, não a utopia que conta com as gerações futuras. Ele se opunha ao radicalismo, tido por ele como revolucionário, mas convivía com o liberalismo. Bem pesadas a sua carreira e suas notáveis obras, há de se reconhecer que nada há de revolucionário no seu programa: há um vigoroso reformismo, levado a cabo dentro do limite do pensamento conservador.

*O liberalismo, no Brasil, não soube ultrapassar o dilema levantado por Tocqueville e por ele rompido, entre a democracia e a liberdade, sem que aquela tenha conseguido se emancipar dos grupos dirigentes desta, nem que esta, temendo a subversão, tenha mantido sua identidade, aliando-se, ao contrário, aos conservadores, com a ardente fé dos *œnversos*. Os conservadores – os verdadeiros conservadores e não os reacionários sistemáticos e, também eles, teóricos – só atentaram contra a democracia quando os liberais alarmaram a opinião pública com o espectro da democracia, do socialismo ou do fantasma do comunismo. O conservadorismo tivera a virtude de acreditar que as reformas tolhiam a revolução, embora não evitassem as revoltas, que, entendiam eles, se exauriam quando aquelas produzissem seus frutos. As vertentes da ação política do Brasil não se extremam no liberalismo e na democracia, mas na conduta dos liberais e dos conservadores, aqueles servindo-se do golpe de Estado, diante da*

ameaça da emergência popular, medida aceita pelos últimos, mas abjurando da sua farmacopéia reformadora. Os tempos que se abrem com o colapso da República Velha e ainda não encontraram o caminho para formar um governo da opinião pública, apropriando-se do comando político do país. Mas, esta é outra história, que está fora do território da imponente obra, que dá conta de um período ainda obscuro do tempo perdido, proustianamente resgatado pela arte do escritor e historiador e biógrafo.

À Memória de
ANA RODRIGUES ALVES PEREIRA



“Meu caro Rodrigues Alves

“O telégrafo sem fio que nos põe em comunicação desde o Pedro II já terá registrado, para você, a agradável impressão em que me acho pelas suas afetuosas palavras. Você sabe que não faz senão reciprocamente a amizade, com todas as suas conseqüências, uma das quais é o alto apreço, a fascinação que lhe conservei sempre.”

JOAQUIM NABUCO

(Carta inédita de 6 de outubro de 1898)

.....

Nota Editorial à 1ª edição

DADOS BIOBIBLIOGRÁFICOS DO AUTOR

Escritor e professor, parlamentar e diplomata, juriconsulto e erudito, historiador e cientista político, crítico e ensaísta literário, além de poeta, Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, a 27 de novembro de 1905, filho de Afrânio de Melo Franco e Sylvia Alvim de Melo Franco. Pertence a ilustre linhagem, pelos lados paterno e materno. Francisco de Melo Franco, introdutor da pediatria em Portugal e no Brasil, autor de famoso panfleto contra a Universidade de Coimbra, *Reino da estupidez* (1785), foi irmão do seu tetravô paterno. Seu avô materno foi Cesário Alvim, grande político no Império e na República. O pai, Afrânio de Melo Franco, foi um dos expoentes da Primeira e Segunda Repúblicas; como o irmão Virgílio contribuiu de modo decisivo para a vitória da Revolução de 1930 e do movimento chamado da redemocratização do país em 1945. É sobrinho de Afonso Arinos (primeiro deste nome), mestre do regionalismo brasileiro. Seus filhos, Afonso Arinos (terceiro) e Francisco Manoel destacam-se na vida dos nossos dias: o primeiro, como diplomata e antigo parlamentar, hoje ministro conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington; o segundo, engenheiro civil e economista, com curso de pós-graduação em refinaria de petróleo, exerce as funções de Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Guanabara.

Como aluno interno, Afonso Arinos de Melo Franco fez a sua formação humanística no Colégio Anglo-Mineiro, em Belo Horizonte, e no Colégio Pedro II, no

Rio de Janeiro, onde teve como professores João Ribeiro e Carlos de Laet, e como companheiros de classe: Prado Kelly, Pedro Nava e Prudente de Moraes, neto, entre outros. Em 1927, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, seguindo depois para a Europa, onde realizou estudos de especialização em Genebra. Em Montana, na Suíça, no ano de 1932, num período de tratamento da saúde, encontrou seu amigo Ribeiro Couto, internado em outro sanatório. O grande poeta dedicou-lhe o livro *Cancioneiro de Dom Afonso* (1939).

Sua carreira pública iniciou-se quando foi nomeado, pelo Presidente Antônio Carlos, promotor de justiça da comarca de Belo Horizonte, cargo que exerceu nos anos de 1927 e 1928.

Desde então, pensava em ingressar no magistério. Chegou a escrever e apresentar à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro uma tese para a cadeira de Direito Penal. Mas não pôde disputar o concurso por motivos de saúde. Surgirá mais tarde a oportunidade, ao ser contratado professor de História do Brasil na extinta Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira, onde lecionou nos anos de 1936 e 1937. Em 1938, ministra cursos de história econômica e política do Brasil na Universidade de Montevideu. No ano seguinte, dá um curso na Universidade da Sorbonne, em Paris, sobre cultura brasileira, por indicação do conselho da Universidade do Brasil e sob os auspícios do Instituto Franco-Brasileiro de Cultura. Em 1944, volta a lecionar, no exterior, um curso de literatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires. Em 1946, é nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco, de preparação para a carreira diplomática, do Ministério das Relações Exteriores.

O título de professor catedrático de Direito Constitucional em duas universidades brasileiras – a do Rio de Janeiro, atual Universidade do Estado da Guanabara, e a do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – ele o obtém em concursos realizados nos anos de 1949 e 1950, quando já havia sido eleito deputado federal por Minas Gerais.

A atividade política torna-se assim expansão natural da sua atividade como jornalista, escritor, crítico literário e professor. Deputado federal em três legislaturas (de 1947 a 1958), pelo Estado de Minas Gerais, foi conduzido ao Senado, pelo antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, em 1958, num pleito memorável. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça,

membro da Comissão Mista de Leis Complementares, relator da Comissão Especial de Inquérito sobre os contratos da Light, relator da Comissão Especial constituída para emitir parecer acerca da emenda parlamentarista à Constituição, membro da Comissão de Reforma Administrativa, líder da União Democrática Nacional até 1956, e depois líder do bloco da oposição, até 1958, relator da Comissão Especial para emitir parecer sobre a autonomia do Distrito Federal e autor da lei contra a discriminação racial, que tomou o seu nome (Lei número 1.390, de 3 de julho de 1951).

No Senado, foi membro e presidente da Comissão de Relações Exteriores, membro e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (exonerou-se da presidência, em homenagem a Milton Campos, quando este deixou o Ministério da Justiça, em 1964), relator da comissão especial sobre a competência do Senado na apreciação dos empréstimos estaduais. Participou da Conferência Interparlamentar de Cannes, França (1959). Como convidado especial dos respectivos governos, visitou Nova Déli (1960), Tel Aviv (1962), Argel e Otan (1963). Em 1966 tomou parte na Conferência Interparlamentar em Camberra, Austrália. Na categoria de embaixador extraordinário, compareceu ao Concílio Vaticano II (1962). Por delegação unânime, em nome do Congresso Nacional, saudou o general Charles De Gaulle e o presidente Giuseppe Saragat, quando da visita dos chefes de Estado da França e da Itália ao Brasil, respectivamente em 1964 e 1965.

Ainda não foi sequer sumariada a bibliografia parlamentar de Afonso Arinos, em vinte anos intensos, de 1947 a 1966, como deputado federal e senador. Por suas numerosas e freqüentes intervenções, discursos, estudos e pareceres, o acervo dessa atuação comportaria pelo menos dez alentados volumes, se fosse compendiado, mesmo seletivamente. Não tendo pleiteado a reeleição, despediu-se do Senado numa série de cinco notáveis discursos em torno da reforma constitucional. A pedido do então líder da maioria na Câmara Federal, deputado Pedro Aleixo, é da sua autoria o capítulo sobre Declaração de Direitos, inserto na Constituição de 1967.

Em 1961, Afonso Arinos ocupou no governo do Presidente Jânio Quadros a pasta das Relações Exteriores, iniciando a fase da chamada política externa independente, na qual procurou afirmar a personalidade nacional, sem prejuízo da solidariedade do Brasil a objetivos básicos supranacionais. Foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África, sendo recebido no Senegal pelo Presidente Leopold Senghor (1961).

Deixando o Itamarati com a renúncia do Presidente Quadros, voltou ao Senado, onde teve papel de relevo na implantação do sistema parlamentarista de governo, sistema ao qual se havia convertido ainda como deputado federal, como deixa

claro no prefácio do livro que publicou juntamente com Raul Pila (*Presidencialismo ou Parlamentarismo?*, 1958). Sob aquele regime, foi chefe da delegação do Brasil nas Nações Unidas, durante as XVI e XVII assembleias gerais (1961 e 1962). Chefiou em seguida a delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, em Genebra (1963).

Pela segunda vez, voltou a exercer o posto de Ministro das Relações Exteriores, no governo parlamentarista que teve como primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha (1963). Quer como ministro de Estado, quer como chefe de delegação na ONU, está para ser reunida a copiosa documentação existente, sem dúvida das mais importantes, para o estudo da política externa do Brasil contemporâneo.

Desde 1958, Afonso Arinos pertence à Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira número 25, de que é patrono Junqueira Freire, e em sucessão a José Lins do Rego. Disputou a vaga do grande romancista, concorrendo com outro grande escritor, Guimarães Rosa. Seu opositor, aliando a admiração à nobreza, num gesto de espontânea naturalidade, convidou-o para recebê-lo, ao ser empossado, em 1963, quando se elegeu na vaga aberta com o falecimento de João Neves da Fontoura.

Em 1961, em substituição ao sempre lembrado Octavio Tarquínio de Sousa, Afonso Arinos assumiu a direção da Coleção Documentos Brasileiros, fundada por Gilberto Freyre, e que esta Casa vem editando a partir de 1936, ano da primeira edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (7ª edição, 1973).

Membro da Academia Brasileira de Letras, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor catedrático de duas universidades – a Universidade do Estado da Guanabara, UEG, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ –, membro do Conselho Federal de Cultura (nomeado em 1967, quando da sua criação, e reinvestido em 1973), Afonso Arinos de Melo Franco é casado com a Sra. Anah Pereira de Melo Franco, neta do Conselheiro Rodrigues Alves. O casal tem dois filhos, acima referidos, e dez netos.

Grande trabalhador intelectual, a bibliografia de Afonso Arinos de Melo Franco é apenas esboçada, a seguir, numa tentativa de ordenar, ainda que imperfeitamente, a sua onímoda atividade de escritor e político, de publicista e homem de pensamento.

Rio, agosto de 1973.

.....

Bibliografia de Afonso Arinos

I – HISTÓRIA

O

Índio brasileiro e a revolução francesa; as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro, 1937.

Síntese de história econômica do Brasil. Rio de Janeiro, 1938; 2ª ed. Salvador, 1958.

Terra do Brasil. São Paulo, 1939.

Um soldado do Reino e do Império; vida do marechal Callado. Rio de Janeiro, 1942, Prêmio da Biblioteca do Exército.

Homens e temas do Brasil. Rio de Janeiro, 1944.

Desenvolvimento da civilização material do Brasil. Rio de Janeiro, 1944; 2ª ed. Rio de Janeiro, 1971.

Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis. Separata da revista *Brotéria*. Lisboa, 1944.

História do Banco do Brasil; primeira fase 1808-1835. Rio de Janeiro, s. d. [1944]. Prêmio da Academia Brasileira de Letras.

Um Estadista da República; Afrânio de Melo Franco e seu tempo. I, fase provincial; II, fase nacional; III, fase internacional. Rio de Janeiro, 1955. 3v.

Episódios de história contemporânea. Rio de Janeiro, 1956.

História do povo brasileiro: fase nacional. Em colaboração com Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa. São Paulo, 1968. 3v.

Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro, 1973. 2v.

História das idéias políticas no Brasil. Porto Alegre, 1972.

II – MEMÓRIAS

A alma do tempo; formação e mocidade. Rio de Janeiro, 1961.

A Escalada. Rio de Janeiro, 1965.

Planalto. Rio de Janeiro, 1968.

Mar alto. Em preparo.

III – CRÍTICA

Espelho de três faces. São Paulo, s. d. [1937].

Idéia e tempo. São Paulo, 1939.

Mar de sargaços. São Paulo, s. d. [1944].

Portulano. São Paulo, s. d. [1945].

La Literatura del Brasil; algunos aspectos de la literatura brasileña. Buenos Aires. 1945.

IV – POLÍTICA

Introdução à realidade brasileira. Rio de Janeiro, s. d. [1933].

Preparação ao nacionalismo. São Paulo, 1934.

Conceito de civilização brasileira. São Paulo, 1936.

Parlamentarismo ou presidencialismo? Debate com Raul Pila Rio de Janeiro, 1958.

Evolução da crise brasileira. São Paulo, 1965.

V – LÍRICA

Barra do dia. Poesias (1924-1937). Petrópolis, 1955. Edição fora do comércio na prensa manual de Sílvio da Cunha.

Roteiro lírico de Ouro Preto. Ilustrações de Pedro Nava. Rio de Janeiro, 1937.

Dirceu e Marília. Drama lírico em três atos. Ilustrações de E. Bianco e Luís Jardim. São Paulo, s. d. [1942].

VI – DIREITO

Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas. Tese de concurso à cadeira de Direito Penal apresentada à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1930.

As leis complementares da Constituição. Tese de concurso à cadeira de Direito Constitucional apresentada à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1948.

História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro. Tese de concurso à cadeira de Direito Constitucional apresentada à Faculdade Nacional de Direito. Rio de Janeiro, 1948.

Estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro, 1957.

Curso de Direito Constitucional. I, Teoria geral. Rio de Janeiro, 1958; nova edição, 1968.

Curso de Direito Constitucional. II, Formação constitucional do Brasil, 1960.

VII – TRABALHOS PARLAMENTARES

Emenda parlamentarista. Parecer do relator da comissão especial da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1949.

Pela liberdade de imprensa. Parecer na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1957.

Ato institucional. Considerações sobre o artigo 3º. Brasília, 1964.

A reforma constitucional de 1966. I, Considerações gerais; II, Poder militar e poder civil; III, a) Autoridade e legitimidade do executivo, b) Intervenção do Estado e liberdade econômica; IV, Direitos e garantias; V, A solução parlamentarista. Brasília, 1966.

O Congresso e a Constituição. Estudo apresentado no Senado. Brasília, 1970.

VIII – DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

A Maioridade ou a aurora do Segundo Reinado. Conferência no Centro de XI de Agosto. São Paulo, 1940.

Política cultural pan-americana. Conferência na Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1941.

Pela solidariedade continental. Discursos proferidos no Peru. Rio de Janeiro, 1953.

O Senado republicano. Discurso na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1959.

Estudos e discursos. São Paulo. s. d. [1961].

Discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1961.

Discurso sobre o Ato Adicional, pronunciado no Senado. Brasília, 1962.

José Bonifácio. Discurso comemorativo do bicentenário de seu nascimento, pronunciado no Senado. Brasília, 1963.

Saudação a Charles De Gaulle, proferida no Senado. Brasília, 1964.

Saudação a Giuseppe Saragat, proferida no Senado. Brasília, 1965.

Proust no centenário de seu nascimento. Conferência na Sociedade dos Amigos de Marcel Proust. Rio de Janeiro, 1971.

IX – PREFÁCIOS

Cartas chilenas, de Critillo (Tomaz Antônio Gonzaga). Edição do Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1940.

Glaura, poemas eróticos, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Edição Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1943.

Marília de Dirceu, de Tomaz Antônio Gonzaga. Ilustrações de Guignard. São Paulo, 1944.

História da queda do Império, de Heitor Lyra, 2 v. São Paulo, 1964.

O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal. Edição do Arquivo Nacional, 1972.



Afonso Arinos na sua biblioteca. Sobre a mesa, o retrato da esposa, Dona Anah Pereira de Melo Franco (Foto Manchete)

.....

Um Livro Monumental

Marco definitivo na obra de Afonso Arinos de Melo Franco, esse grande escritor e trabalhador intelectual incansável, esta biografia – Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo – vem completar outra biografia igualmente notável do mesmo autor – Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo, de permanente atualidade para o estudo e conhecimento de nossa história republicana.

Conselheiro do Império, chefe conservador e progressista, Rodrigues Alves encarnou mais do que qualquer outro presidente o regime de 1891. Importante capítulo deste livro é precisamente aquele em que Afonso Arinos descreve a resistência do antigo presidente da República à reforma constitucional pretendida por Venceslau Brás e que só não foi avante pelo veto de Rodrigues Alves, então à frente do governo de São Paulo e chefe incontestável da política nacional.

O quadriênio 1902-1906, que assinala o apogeu do presidencialismo foi objeto, na biografia de Rodrigues Alves, de mais de um capítulo. E nem podia deixar de o ser, já que Afonso Arinos levanta um panorama exaustivo e minucioso de todos os setores da administração, do saneamento do Rio de Janeiro à erradicação da febre amarela, da remodelação da cidade às obras do porto e expansão da rede ferroviária nacional, da política externa à gestão financeira.

Pontos do maior interesse, a despertar polêmica entre os especialistas da matéria, são os perfis paralelos, traçados quase sempre de modo magistral, entre Rodrigues Alves e Prudente de Moraes, entre Rodrigues Alves e Campos Sales, entre Rodrigues Alves e Pinheiro Machado e, sobretudo, entre Rodrigues Alves e Rui Barbosa.

Rodrigues Alves e Rui Barbosa pertenceram à mesma turma da Faculdade de Direito de São Paulo, atuaram no mesmo período histórico que se inicia com a

propaganda republicana e tem o seu crepúsculo com a morte do primeiro em 1919 e do segundo em 1923, crepúsculo em que Afonso Arinos situa o declínio do presidencialismo tal como vinha sendo praticado no regime da Constituição de 1891.

Os desencontros entre Rodrigues Alves e Rui Barbosa são páginas das mais controversas e estimulantes que há de contribuir decerto positivamente para a revisão não apenas dos retratos de duas grandes personalidades, como também para a compreensão da história da Primeira República.

Outro ponto a chamar atenção: a atitude de Rodrigues Alves, quando presidente de São Paulo, em defesa do café brasileiro, no caso do seqüestro dos estoques desse produto, em Nova Iorque, por autoridades norte-americanas (1912), como também por ocasião das dificuldades ocorridas com o armazenamento do nosso café nos portos do Havre, Hamburgo e Nova Iorque, na Primeira Guerra Mundial. Trata-se de assunto que não foi ainda devidamente estudado, e que no livro de Afonso Arinos aparece em toda a extensão e gravidade, dando a Rodrigues Alves um papel decisivo e patriótico, a compor mais uma faixa estelar na sua glória de estadista.

Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo não se limita, portanto, a um simples relato da vida e atuação de um homem público.

Baseado em documentos até agora não utilizados de arquivos particulares, de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Altino Arantes, entre outros, a biografia se insere como parte fundamental do grandioso painel de uma época.

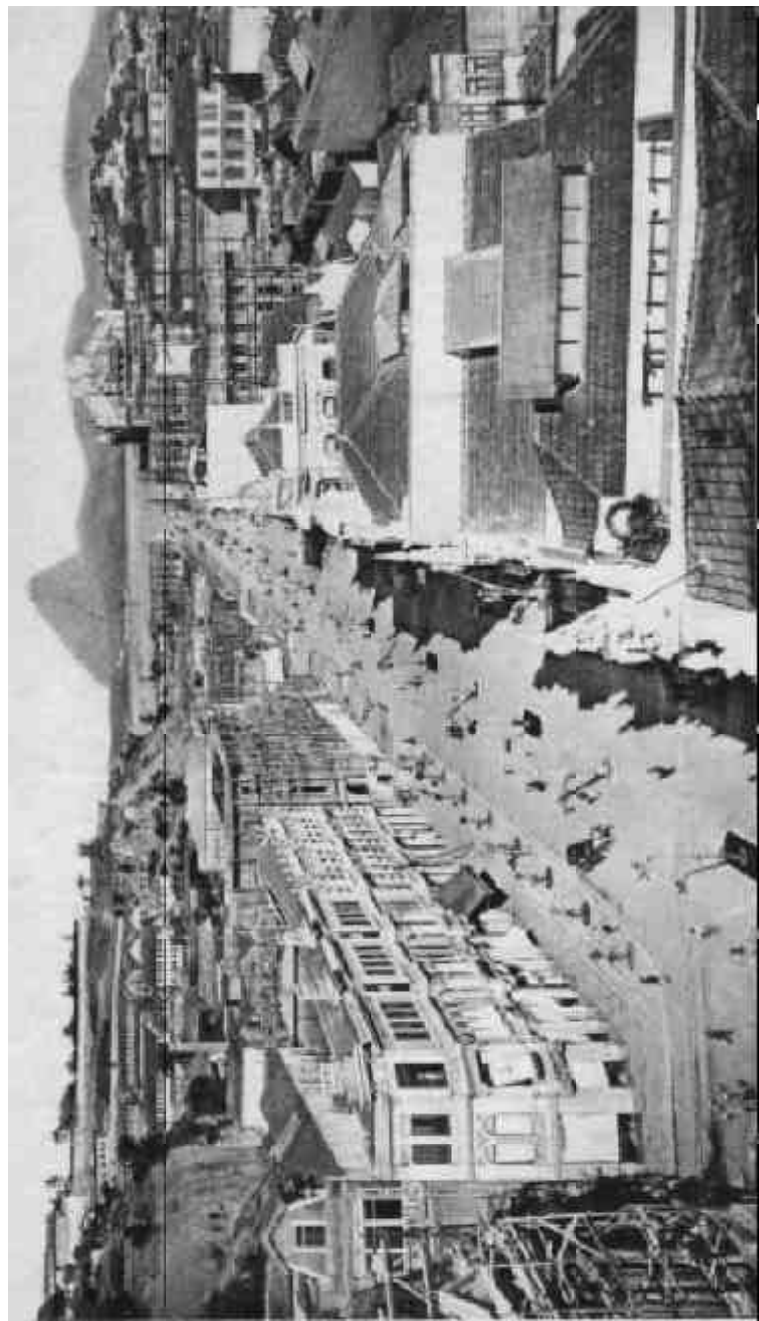
Não é somente Rodrigues Alves que surge redivivo das páginas destes dois volumes, mas a própria história brasileira nos cinqüenta anos em que o conselheiro imperial e chefe republicano desenvolveu a sua atividade de político de primeira grandeza, como deputado geral, presidente de província, senador federal, ministro de Estado, presidente de Estado, presidente da República.

O adjetivo monumental – malgrado o perigo do lugar-comum! – é o que realmente deve ser aplicado ao livro de Afonso Arinos de Melo Franco. A pequena estátua que se ergue no antigo Largo do Rosário, em Guaratinguetá, homenagem municipal, era, de fato, insuficiente para vulto de presença tão marcante no Império e na República.

Lembro-me que Costa Rego, mestre do jornalismo, num dos seus últimos artigos, na fase áurea do Correio da Manhã, reclamava o monumento que faltava ao insigne reformador e modernizador do Rio de Janeiro. Pois ele aí está: o livro de Afonso Arinos.

Francisco de Assis Barbosa

FRANCISCO DE ASSIS
BARBOSA



Avenida Central, vista no sentido norte; ao fundo, o Pão de Açúcar, cartão de visita da cidade do Rio de Janeiro. (Foto Marc Ferrer.)



Lado oeste da Avenida Central (depois Rio Branco), entre as ruas Sete de Setembro e São José, vendo-se em primeiro plano o edifício de O País, o jornal de Quintino Bocaiúva e João Lage, destruído e incendiado por ocasião da Revolução de 1930. (Foto Marc Ferrez.)

.....

Explicação Preliminar

En 1954, na introdução de *Um Estadista da República*, procedi à justificativa e ao relato da composição daquele livro. Pelas mesmas razões então desenvolvidas deixarei, aqui, breve notícia sobre o histórico deste novo trabalho

Algum tempo depois da publicação da biografia de meu pai, comecei a cogitar no preparo de um longo estudo sobre a vida de Rodrigues Alves.

Razões valiosas induziam-me à tentativa, e circunstâncias favoráveis facilitavam-lhe a execução.

As razões eram de ordem sentimental, devidas às minhas ligações com a família Rodrigues Alves e ao fato de meu pai ter sido convocado, por ele, para servir no governo que não chegou a exercer.

As circunstâncias favoráveis decorriam de que, graças precisamente àquelas relações de família, o arquivo de Rodrigues Alves, pelo menos na sua parte mais importante, veio ter às minhas mãos, formando um núcleo de documentação inestimável e, creio, sem paralelo entre os papéis deixados por qualquer outro presidente da República, em virtude das anotações por ele tomadas, durante mais de vinte anos, sobre os homens e os fatos do seu tempo, vistos, sempre, de privilegiados pontos de observação.

Eu pensava, além de tudo isso, que uma biografia extensiva de Rodrigues Alves, adicionada à que escrevi sobre meu pai, em conjunto constituiriam uma espécie

de história da Primeira República, estudada através de duas longas vidas de homens que fizeram da ação política a razão principal de suas existências.

Reconheço que não se pode comparar, em importância, a vida de Rodrigues Alves à de Melo Franco. O destino de meu pai, ainda que variado e colorido, desdobrado nitidamente em três planos, o provincial, o nacional e o internacional, não chegou às culminâncias do de Rodrigues Alves, cuja trajetória política foi a maior que o Brasil conheceu, no Império e na República.

Espero que a leitura deste livro comprove a opinião aqui expressa.

A visão histórica da personalidade de Rodrigues Alves concentra-se, quase que só, na sua passagem pela presidência da República, deixando na sombra dados essenciais, explicativos da formação do estadista capaz de realizar aquela obra e, também, omitindo a sua experiência propriamente política, sem cujo conhecimento os quatro anos culminantes da sua existência são, de certo modo, inexplicáveis. Enigma tão impenetrável, que a tendência de muitos é atribuir-lhe, apenas, capacidade de escolha dos auxiliares diretos, e respeitabilidade pessoal para mantê-los coesos na ação.

Os que assim pensam e isto afirmam, parecem esquecer-se de que o grande regente de orquestra sabe mais música do que qualquer dos figurantes da mesma. Não toca, com a perfeição de cada qual, o instrumento que lhe for afeto, mas tem mais vivência da partitura, como um todo.

A figura de Rodrigues Alves continua, na História do Brasil, anacronicamente confundida com a do presidente da República de 1902 a 1906, como se nada mais houvesse existido, antes nem depois, na sua vida.

Sua memória não se apresenta, na História convencional, ou mesmo na mais profunda, até agora, desdobrada em várias imagens atraentes, tal como ocorre com seus contemporâneos Rui Barbosa, Rio Branco ou Joaquim Nabuco, imagens nas quais o primeiro se projeta como tribuno, sábio, oráculo e combatente, o segundo como salvador da raça negra, evocador do Império e diplomata exímio, e o terceiro como modelador do nosso território, advogado público da nação e líder da América do Sul.

Rodrigues Alves tem sido, para a História oficial, apenas o presidente, o maior de todos, na opinião largamente majoritária, mas somente isto, que não é tudo. Para que se compreenda o presidente, é indispensável conhecer-se a sua experiência anterior e posterior de governante (pouquíssimas pessoas têm idéia do que foi o seu governo, em São Paulo, depois da presidência da República) e é também mister saber-se o que foi sua ação de político profissional, porque, nesta, está a chave que decifra todo o fecundo sentido da sua vida. Não sendo orador e escritor como Rui ou Nabuco, nem sabedor de geografia histórica e musculoso trabalhador intelectual como Rio Branco,

Rodrigues Alves não deixou mostras visíveis da maturação da sua personalidade e dos segredos da sua autoridade, que explodem, por assim dizer, em quatro anos de ação vertiginosa e fulgurante, que a muitos parecem saídos da penumbra e a ela restituídos.

Mas o reino da História é o dos fatos, e os fatos, embora às vezes determinados pelo acaso, não se baseiam em milagres.

O Rodrigues Alves presidente não teria existido se não existisse o Rodrigues Alves político; político até a medula dos ossos; político dos bancos da Faculdade de Direito ao leito de morte, na hora da morte.

É o deputado provincial e geral e o presidente da Província no Império; é o presidente do Estado, o constituinte e o senador; o ministro da Fazenda; o jornalista e o homem de partido; o chefe eleitoral municipal e o líder político estadual e nacional, na República; o pai de família e o lavrador de café; é este homem arguto, probo e sensato, tolerante e rude, conforme as circunstâncias, modelado pela mais variada experiência do seu tempo, haurida, por equilibrada inteligência, na vida e não nos livros, que não pode ser separado do presidente sem que este se transforme em mito.

O chefe de Estado de glória assentada tem sobre si uma luz histórica demasiado forte, a qual vem mantendo na sombra, até este livro, o homem que existiu no presidente.

Impunha-se, assim, e desde muito tempo, um retrato de Rodrigues Alves de corpo inteiro. Esta foi a finalidade do presente trabalho que, sem poder assegurar ter atingido, esforcei-me, dentro da limitação das minhas forças, por alcançar.

Historicamente a revelação da personalidade de Rodrigues Alves é tarefa de magna importância, porque, indo muito além da sua pessoa, explica em grande parte – talvez se possa dizer na maior parte – toda uma época da vida nacional, que é a entrada do Brasil no século XX.

*

Ao contrário do que sucedeu com Um Estadista da República não entremeei a composição deste livro com qualquer atividade política.

Embora, através de leituras e notas ocasionais, viesse, desde vários anos, acumulando materiais e reflexões sobre ele, seu preparo real só começou a partir de quando terminei meu mandato de senador pelo Estado da Guanabara, em março de

1967, e, um pouco por deliberação própria e um pouco compulsoriamente, afastei-me de uma atividade política que deixou de me interessar.

Tendo fixado no espírito a decisão de empreender a obra, iniciei sobre ela pesquisas e leituras mais dirigidas e coordenadas.

No decorrer de 1968, apesar de demorada crise de saúde que então atravessei, iniciei a preparação, em fichas, do material constante dos nove cadernos de notas de Rodrigues Alves, trabalho demorado e penoso, feito com o auxílio permanente de Anah.

Os demais papéis do arquivo foram também, naquele ano, postos em relativa ordem de assuntos e cronológica.

Pude, assim, iniciar a redação a 27 de dezembro de 1968.

Esta foi levada avante no Rio e em Petrópolis, e os originais se alongam por dez cadernos, nos quais encontro as anotações cronológicas seguintes: caderno 1, Petrópolis 27-12-1968 – Rio 13-6-1969; caderno 2, Rio 15-7-1969 – Petrópolis 8-1-1970; caderno 3, Petrópolis 8-1-1970 – Rio 30-8-1970; caderno 4, Rio 1^o-9-1970 – Petrópolis 3-1-1971; caderno 5, Petrópolis 3-1-1971 – faltando a data e o local de encerramento; caderno 6, faltando a data e o local do início e Rio 27-5-1971; caderno 7, Rio 24-6-1971 – Rio 14-11-1971; caderno 8, Rio 14-11-1971 – Petrópolis 13-12-1971; caderno 9, Petrópolis 14-12-1971 – Petrópolis 31-12-1971; caderno 10, Rio 31-12-1971 – Petrópolis 10 de janeiro de 1972, às 11:45 da manhã.

Passarei, agora, à indicação das fontes.

A bibliografia consultada encontra-se devidamente enumerada no local próprio.

Os anais da Câmara Provincial de São Paulo e da Câmara dos Deputados do Império, bem como os anais da Assembléia Constituinte de 1890, da Câmara dos Deputados e do Senado da República, em diversas sessões legislativas, foram aproveitados nos volumes correspondentes aos anos tratados no texto da obra. Também, quanto a assuntos específicos, tais como mensagens presidenciais, intervenção federal nos Estados, estado de sítio, elaboração orçamentária, Caixa de Conversão e outros, retirei subsídios da preciosa coleção Documentos parlamentares, nos volumes igualmente correspondentes aos assuntos referidos.

Os jornais cariocas e paulistas foram pesquisados, quer nas coleções da Biblioteca Nacional, quer em recortes conservados e classificados no arquivo de Rodrigues Alves.

As revistas ilustradas, mundanas e políticas, cujo noticiário às vezes iguala em interesse ao das fotografias e caricaturas, foram consultadas nas coleções da Biblioteca Nacional, ou na livraria de meu amigo, o avisado bibliófilo Plínio Doyle.

As principais fontes manuscritas foram colhidas nos arquivos de Rodrigues Alves, da Faculdade de Direito de São Paulo, do Barão de Cotegipe, de Prudente de Morais, do Barão do Rio Branco, de Francisco Passos, de Afonso Pena, de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco, de Paulo de Frontin, de Francisco Glicério, de José Carlos Rodrigues e de Altino Arantes. Também procedi à busca de documentos manuscritos no Arquivo Público Nacional, nos arquivos do Fórum e da Prefeitura de Guaratinguetá, bem como no do Fórum da cidade de Cunha.

Os arquivos particulares referidos, nas partes consultadas, encontram-se nos seguintes locais: os de Cotegipe e Prudente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o de Rio Branco, no Palácio Itamarati; o de Francisco Passos, no Palácio do Catete; o de Afonso Pena, no Arquivo Nacional; o de Joaquim Nabuco, com Maria Ana Nabuco; o de Rui Barbosa, na Casa de Rui Barbosa; o de Paulo de Frontin, com Glorinha Frontin Moniz Freire; o de José Carlos Rodrigues, na Biblioteca Nacional; o de Francisco Glicério, com Francisco Glicério Neto e o de Altino Arantes com Stela Arantes.

Devo, também, mencionar o depoimento oral de vários participantes ou testemunhas dos episódios narrados neste trabalho. Desde o preparo da vida de meu pai, era meu hábito conservar, de memória ou em notas, aquilo que me era relatado por homens da Primeira República, que influíram nos acontecimentos políticos da época, ou a eles assistiram de perto. Muitos desses acontecimentos entrosam-se com a vida de Rodrigues Alves. Quanto a conversas especiais sobre este, tive-as longas e numerosas com Rodrigues Alves Filho, quanto à vida pública, e com as filhas Ana, Zaira e Isabel, quanto à vida íntima e familiar.

*

Devo agora cumprir agradável obrigação de agradecer aos que mais de perto me auxiliaram na preparação deste livro, tornando possível a sua composição.

Menciono, em primeiro lugar, as filhas de Rodrigues Alves, Zaira e Isabel (embaixatriz Moniz de Aragão) que, sem quaisquer reservas, me entregaram todos os papéis do pai, que detinham em sua mansão da Rua Senador Vergueiro e na velha casa de Guaratinguetá.

Os papéis que se achavam no Rio haviam sido previamente selecionados e organizados por Rodrigues Alves Filho, o qual, pelo que me disse, pretendia escrever um livro sobre o pai, trabalho que não chegou nem mesmo a iniciar, ao que me parece.

À afetuosa confiança das minhas duas tias por afinidade, aqui deixo o preito sincero do meu maior reconhecimento.

*Depois delas, quem mais me auxiliou na coleta de documentos e dados foi o meu velho e caro amigo Antônio Gontijo de Carvalho, douto e minucioso conhecedor da História da República, principalmente no que toca a Minas, onde nasceu, e a São Paulo, onde vive. Gontijo facilitou-me o acesso aos arquivos da Faculdade de Direito de São Paulo, aos papéis de Francisco Glicério, Rubião Júnior e Altino Arantes, além de fornecer-me outras importantes e valiosas contribuições sobre assuntos de relevo neste livro, que me seria impossível especificar. A contribuição de Gontijo de Carvalho me é tanto grata quanto sei que ele diverge em muitos dos meus conceitos sobre Rui Barbosa, a quem devota extraordinária admiração.**

No Arquivo Nacional tive o acolhimento fidalgo do diretor Raul Lima e o valioso conselho de José Gabriel da Costa Pinto. A eles e aos demais funcionários que tão solícitamente me atenderam, quero deixar cordial menção.

À Biblioteca da Câmara dos Deputados e à do Senado Federal, em Brasília, devo rigorosas pesquisas em números do Diário do Congresso Nacional, referentes ao ano de 1918, importante na contextura deste livro, ano no qual os Anais do Congresso não foram publicados. Àquelas duas modelares instituições, das quais tanto me vali nos meus vinte anos de mandato parlamentar, deixo, nas pessoas de seus diretores, a expressão de meu reconhecimento.

Na Biblioteca Nacional tenho a agradecer a inestimável cooperação do ex-diretor, o acadêmico e meu amigo Adonias Filho, e da atual diretora, senhora Janice Montemor. Seria omissa, se não referisse à gentil assistência da senhora Edwiges Silveira, secretária da diretoria, bem como à do escritor Darci Damasceno, chefe da seção de manuscritos, e à de Fernando Sales, Chefe da seção de divulgação.

Na Casa de Rui Barbosa tive todas as facilidades, graças à generosa cooperação do historiador Américo Jacobina Lacombe, diretor da Fundação, e do seu diretor-executivo Ubiratã Cavalcânti. Devo mencionar o auxílio por funcionários daquela instituição.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a cujo quadro me honro de pertencer, fui acolhido pelo ilustre presidente Pedro Calmon, sob cujas instruções e graças ao desvelo da secretária, Sra. Adelaide Morosine Alba, os papéis e livros solicitados me foram prontamente fornecidos.

* Ao escrever isto, mal sabia que o meu caríssimo Gontijo não veria o aparecimento deste livro.

Na Academia Nacional de Medicina pude, graças à prestigiosa benevolência do seu ilustre presidente, Deolindo Couto, consultar importantes publicações referentes à obra saneadora de Osvaldo Cruz. Fiquei muito grato ao atendimento que ali me foi dispensado pelo funcionalismo da casa.

Também manifesto meu público reconhecimento ao funcionalismo do Museu Histórico, seção do Palácio do Catete, onde se encontra o arquivo de Francisco Passos. Às netas deste ilustre brasileiro, Sras. Maria e Ernestina Passos, estendo minha sincera gratidão.

Os mesmos sentimentos endereço à Sra. Maria da Glória (Glorinha) Frontin Moniz Freire, que me facilitou franca pesquisa nos papéis de seu pai.

Numerosas pessoas, algumas de minha velha amizade, são credoras, por igual, de meu sincero reconhecimento.

Maria Ana Nabuco forneceu-me cópia das cartas de Rodrigues Alves constantes do arquivo de Joaquim Nabuco, a cuja ordenação e classificação aquela filha devotada está procedendo.

Henrique Dodsworth, com sua memória lúcida, remeteu-me dados seguros sobre a ação de Osvaldo Cruz antes de sua investidura na Diretoria de Higiene e sobre os problemas gerais da urbanização carioca, na administração de Passos.

O meu saudoso amigo, Hêlio Viana, como era de seu costume, indicou-me discretamente, por forma verbal e escrita, várias fontes e fatos precisos, relacionados com Rodrigues Alves.

Luís Galotti, Barbosa Lima Sobrinho, Raimundo Magalhães Jr., José Honório Rodrigues, Raymundo Faoro, Pedro Nava, Prudente de Moraes, neto, Carlos Drummond de Andrade, José Joaquim Moniz de Aragão, Bruno de Almeida Magalhães, valeram-me em mais de uma oportunidade, esclarecendo dúvidas, dando-me a conhecer fontes escritas, mencionando fatos importantes.

Peço permissão para ressaltar, entre estas contribuições amigas, a de Carlos Drummond de Andrade, que, a meu pedido, procedeu a pesquisas sobre o meio artístico-musical do período da presidência Rodrigues Alves.

À Sra. Stela Arantes e aos meus amigos Francisco Glicério Neto e José Rubião, meu muito obrigado pelos dados que com eles pude obter sobre a política de São Paulo no começo do século.*

Aos meus amigos Francisco de Assis Barbosa e Antônio Houaiss sou também reconhecido. Do primeiro, de velha linhagem guaratinguetaense e muito informado

* Francisco Glicério Neto (Chico Glicério) faleceu, infelizmente, antes de poder ler estas linhas.

sobre a vida de Rodrigues Alves, sou devedor de úteis informações e conselhos; ao segundo, diretrizes e auxílios seguros sobre a técnica de edição do livro, que não saí tão escorreito como ele desejava, por deficiência de minha parte. A Chico Barbosa sou ainda devedor pela revisão total, a que procedeu, do livro, pelos numerosos conselhos que sobre o mesmo me deu, quase todos atendidos. Tarefa fraterna, bem digna da sua inteligência e do seu coração.

À memória do meu querido amigo e contraparente Walter Arantes de Carvalho Aranha, que me acompanhou nas pesquisas aos cartórios de Guaratinguetá e Cunha, deixo um pensamento de saudosa gratidão.

Ao professor José Luís Pasin, hoje um dos melhores conhecedores da história do Vale do Paraíba, na área paulista, o meu cordial agradecimento.

A Ada Maria Coaracy, fico a dever o carinho e a competência com que cuidou de modo exemplar de recensar e coordenar a lista bibliográfica e de organizar o índice onomástico e intitutivo que tanto enriquecem esta obra.

Ao velho amigo e companheiro José Olympio e à equipe dirigente da sua Casa, devo o real interesse e generosa presteza com que cuidaram da presente edição. Permito-me salientar o fraternal auxílio dos diretores Daniel e Antônio Olavo Pereira.

Agradeço ainda o empenho e o afetuoso interesse e a competência com que Chico Barbosa cuidou das ilustrações. Ilustrações em grande parte obtidas nas bibliotecas dos meus amigos Plínio Doyle – esta já começa a adquirir ares de instituição nacional – e Álvaro Cotrim, o caricaturista Álvaro, não só um artista como também um bibliófilo.

Agradeço à Dona Dora Torres de Sousa a dedicação com que procedeu à segunda cópia datilografada dos originais.

Não quero deixar de mencionar dois queridos amigos desaparecidos, Rodrigo M. F. de Andrade e Milton Campos, pelo incitamento constante com que insistiram para que eu continuasse no meu trabalho, nas horas em que lhes manifestava fadiga ou desânimo.

É possível, e mesmo provável, que eu haja omitido aqui menção a pessoas de quem tenha aproveitado informações e elementos. Se tal aconteceu, sou o primeiro a lamentar a falta, pela qual peço antecipadamente perdão.

Finalmente, e como em toda a minha obra, Anah foi a mais dedicada e paciente colaboradora. Sua assistência moral e afetiva, suas lembranças de menina, sua participação no preparo tedioso do fichário e na cópia completa dos originais, na primeira via datilografada, constituíram a presença constante que me animou e sustentou

Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo 79

ante as dificuldades e asperezas deste livro, em cujo preparo me esforcei por utilizar toda uma experiência intelectual de meio século.

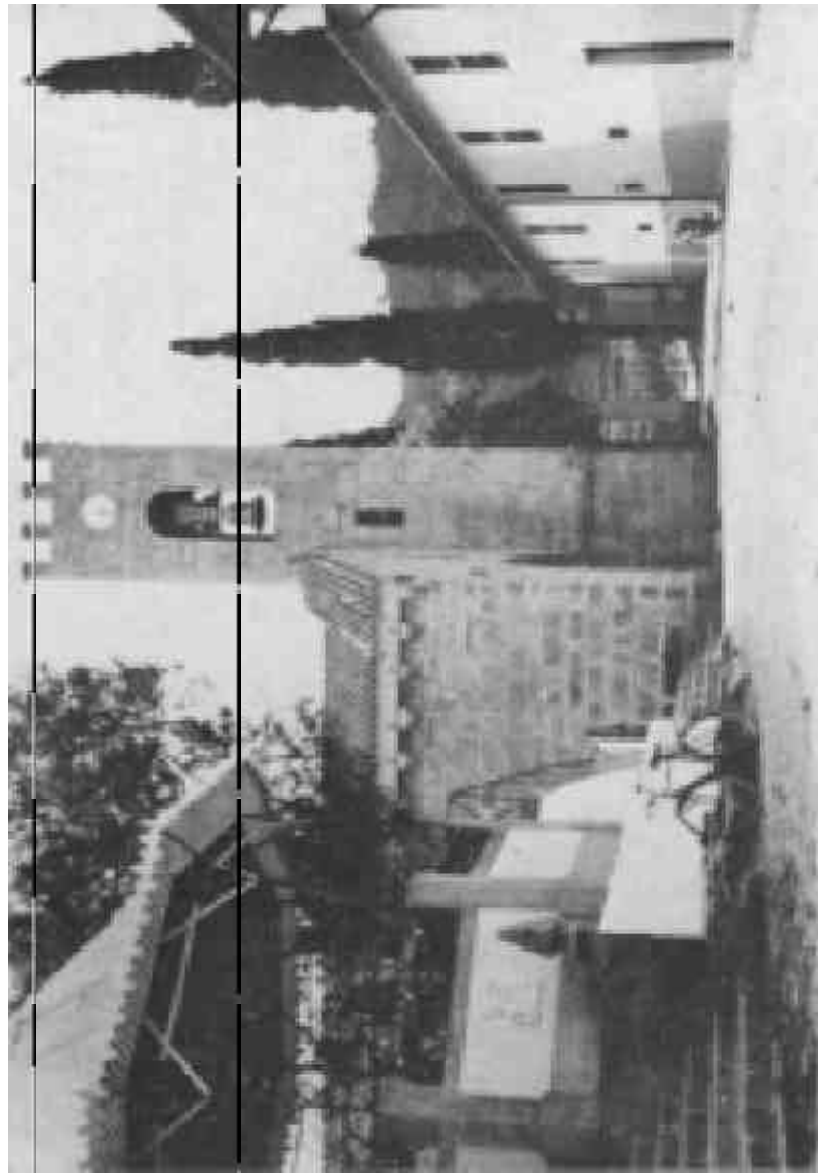
Com efeito, o presente estudo será provavelmente o último que terei condições físicas para escrever, com extensão e ambição semelhantes.

Este retrato de Rodrigues Alves, sem perder de vista o modelo, revela muito do que pensa, muito do que sente, muito do que é o retratista.

Rio, agosto de 1973.

Afonso Arinos de Melo Franco

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO



*Igreja paróquia! da freguesia da Correlhá, concelho de Ponte de Lima, em Portugal, onde foi batizado
Domingos Rodrigues Alves Cortes de António Amorim*

.....

Livro I

Capítulo Primeiro

Origens paterna e materna – Colégio Pedro II – Faculdade de Direito – O curso jurídico – Política estudantil – Burschenschaft – A vocação política.

ORIGENS PATERNA E MATERNA

Em um caderno de notas de Rodrigues Alves encontra-se a seguinte, não datada:

“Meu pai.

Veio para o Brasil em 1832, no brigue *Rio Lima* partindo de Viana e chegando com quarenta e seis dias de viagem. Trouxe a fortuna¹ de 12 vinténs em prata. Depois de uma permanência de cinco anos no Rio, empregado no comércio, enfermou (disseram os médicos que estava sofrendo do coração) e aconselharam-no a seguir para o interior. Foi para Guaratinguetá, onde se dedicou ao comércio e lavoura, constituindo família. Faleceu em 5 de maio de 1912. Eu acabava de tomar posse do governo do Estado.”²

1 Sublinhado no original.

2 A *Revista Universal Lisboense* publicou em 1845 um artigo sobre o incremento da emigração para o Brasil. Dizia que eram levados a deixar Portugal “os mancebos que tendo freqüentado as aulas não têm emprego correspondente à sua educação”. (*Apud* Jean Michel Massa. *A juventude de Machado de Assis.*)

Domingos Rodrigues Alves, o menino imigrante, nasceu em 23 de dezembro de 1818 na Freguesia de São Tomé da Correlhã, Concelho de Ponte de Lima, Província do Minho, Reino de Portugal. Era filho de Manuel Rodrigues Alves e Francisca Pereira. A casa de seu nascimento ainda existia em 1912, quando o filho ocupava, pela terceira vez, a presidência de São Paulo. Cercada de latadas de parreiras à moda da Europa meridional, ficava no cimo de íngreme ladeira, o que deu à família dos proprietários a alcunha local de “os Subidas”.

Na sua única viagem à Europa, feita depois da presidência da República, Rodrigues Alves não deixou de visitar a aldeiazinha minhota, terra dos humildes antepassados. Socorria parentes idosos que por lá viviam e mandou, certa feita, um auxílio para a restauração da antiqüíssima igreja paroquial da Correlhã, de estilo românico.

Quando emigrou para o Brasil, Domingos viajou sozinho, aos treze anos, embora recomendado pela família aos cuidados do capitão do brigue.

Viveu oitenta anos na pátria adotiva, apesar da doença cardíaca que lhe diagnosticaram na juventude. Até a velhice, conservou carregado sotaque minhoto.

Ao chegar, não trazia passaporte nem qualquer outro documento oficial, mas a identidade lhe foi atestada pelo comerciante Luís Manuel de Figueiredo, boticário na Rua da Quitanda, com o qual terá passado a trabalhar. Era costume, até o princípio do século atual, virem os jovens portugueses para o Rio, a fim de iniciarem a carreira do comércio na loja de algum patricio.

Na época em que Domingos chegou à corte do jovem Império, a cidade havia sofrido grandes transformações, decorrentes do Brasil Reino e da Independência, e era sede do segundo governo regencial.

Florescia o comércio estrangeiro não português, com cerca de uma centena de firmas, sendo mais numerosas as inglesas, seguidas pelas francesas, havendo também algumas poucas norte-americanas.

O corpo diplomático compreendia ministros plenipotenciários e encarregados de negócios, sendo importante o corpo consular.

A população andava por 230.000 almas, com grande percentagem de negros escravos.

As ruas eram compridas, estreitas e sinuosas, com casas pobres e baixas, mas, aqui e ali, destacavam-se alguns imponentes edifícios

oficiais e religiosos, bem como belas mansões residenciais. Havia um teatro de ópera, centro principal das reuniões mundanas.

As vias mais importantes eram a Direita e a do Ouvidor, pontos de concentração, respectivamente, do comércio em grosso e a varejo, destacando-se, dentro deste, o de modas femininas, no qual as costureiras, não raro, vendiam os corpos aos maridos, além de venderem vestidos às esposas.

Entre as praças destacavam-se o Campo de Santana e a da Constituição. Como locais de descanso e convívio havia o Passeio Público e o rico Jardim Botânico, muito maior então do que hoje. Para os lados da ponte do Catete e da enseada de Botafogo, sucediam-se as chácaras de negociantes abastados, ou dos políticos importantes da terra, as casas se alargando no centro de vistosos parques, ornados às vezes com pérgulas e estátuas, à italiana.

O clima quente não era insalubre, pois a febre amarela, pesadelo do segundo reinado, ainda não aparecera, pelo menos em forma epidêmica.

A atividade intelectual, prejudicada pela crise social e política, encontrava refúgio na Academia de Belas-Artes, nas Escolas da Marinha e Medicina e também na música, que era muito cultivada, tanto a sacra quanto a profana.

As mulheres pouco saíam à rua, reunindo-se a sociedade no teatro, nos palácios governativos, nas igrejas e em algumas grandes residências. Não havia clubes masculinos. Os homens se encontravam nas esquinas, nas portas dos templos, nas lojas (sobretudo livrarias) e principalmente nas redações dos jornais e sedes das agremiações políticas, que se multiplicavam, em forma de facções, porque o sistema de partidos só veio a se inaugurar entre o Ato Adicional e a regência de Araújo Lima. Havia também reuniões mais íntimas – conspiratórias às vezes – nas casas de certos senadores e deputados.

A política, a partir da abdicação de Pedro I, ocorrida no ano anterior, era um torvelinho, sem princípios coerentes nem objetivos certos.

Desse tumulto emergia, bárbaro e poderoso, um impulso mais nativista do que nacionalista, o qual levantava as iras e cobiças populares somente contra os portugueses. O motivo de tal discriminação estava em que os lusos, além de recentes senhores metropolitanos, detinham o quase monopólio do comércio ligado à vida das classes humildes.

Inglêses e franceses exerciam atividades financeiras e comerciais superiores, de que a turba erradia e sublevada praticamente não tomava conhecimento.

De tudo isso resultavam os conhecidos episódios de violência jacobina, que centenas de vítimas causaram à colônia portuguesa, no princípio da Regência. Houve momento em que a autoridade policial entrou em colapso, os juizes fugiram da cidade, as cadeias se encheram de presos sem nota de culpa (às vezes para protegê-los contra os assassinos), enquanto capoeiras, desordeiros e vagabundos armados transformavam as ruas em palcos de dramas sangrentos.

O jovem Domingos Rodrigues Alves não se fixou na corte do Império. Nela permaneceu apenas um lustro.

Em 1837 transferiu-se para a aprazível vila de Guaratinguetá, situada às margens do rio Paraíba, sobre a estrada que já então ligava o Rio de Janeiro a São Paulo.

Essa localização beneficiava a velha povoação bandeirante que, em breve, com a invasão da zona pelos cafezais, torna-se-ia próspero centro comercial, o que concorreu para sua elevação à categoria de cidade, por lei provincial de 1844.

É provável que, além dos alegados motivos de saúde, o ambiente provinciano de Guaratinguetá, mais acolhedor para os portugueses, haja contribuído para a decisão de Domingos.

O ano de 1837 marcou o início da restauração da ordem na vida brasileira, a começar pela capital do país, período que ficou bem caracterizado em famoso discurso do Deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Feijó, o bravo dominador da desordem material, era incapaz de instituir a ordem jurídica, elemento indispensável à estabilidade social. Sua renúncia à Regência foi um fato inevitável, tanto quanto a ascensão de um homem do tipo de Araújo Lima. Um e outro exprimiam necessidades sucessivas e distintas.

A vida de Guaratinguetá refletia bem o ambiente geral de restauração, observável nas Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Quando Domingos lá se instalou, a economia local de subsistência evoluía para a agricultura do açúcar e começava impetuosamente

a lavoura do café. Estas condições alteravam substancialmente o volume e a composição da população e os sistemas de trabalho. Entre os adventícios, além dos negros escravos, duas correntes de imigração se destacavam: uma interna, de mineiros, deslocados pela decadência da mineração; outra externa, de portugueses, atraídos pelo incremento agrícola e comercial da zona.

Os mineiros vinham sobretudo do Sul da Província, que ficava logo atrás da Mantiqueira. Chegavam de Campanha, Aiuruoca, Itajubá, Pouso Alto, Baependi ou Lavras e formaram troncos e numerosas famílias atuais do Vale do Paraíba.

Os portugueses originavam-se de diversas partes do Reino e estabeleciam-se nos arredores da vila como agricultores ou, no centro dela, como comerciantes.

O próprio Domingos, depois de radicado em Guaratinguetá, deve ter feito vir dois de seus irmãos, João e Manuel Rodrigues Alves, sendo que o primeiro veio a se casar com uma parenta da sua mulher. Vamos encontrar, mais adiante, esse tio do futuro presidente servindo de testemunha no seu casamento. Os irmãos de Domingos deixaram descendência, ainda hoje existente no Vale do Paraíba.

Por volta de 1840, a população rural e urbana de Guaratinguetá ultrapassava 100.000 habitantes e a exportação do café do município, segundo depõe, em 1838, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, havia “crescido assombrosamente”.

Em Guaratinguetá, Domingos Rodrigues Alves deve ter iniciado desde logo atividades lucrativas com as economias amealhadas na corte.

Seus netos ouviam-no, já nonagenário, lembrar como, graças à aplicação ao trabalho e irreprochável conduta, conseguiu em pouco tempo criar ambiente favorável na vila paulista.

Foi por esse bom conceito e essas boas relações que, a 12 de março de 1843, Domingos contraiu casamento com Isabel Perpétua (Nhá Bela), menina de quatorze anos, filha de Antônio José de Paula e Silva,³ mineiro, natural de Aiuruoca, e de sua mulher, Maria Luísa dos Anjos Querido, nascida na vila de Cunha,⁴ vizinha de Guaratinguetá.

3 A mãe de Rodrigues Alves recebeu o nome de Isabel Perpétua de Marins, que era o de sua avó paterna.

4 Paróquia em 1736. Cunha tornou-se vila em 1785, tomando o nome do seu fundador, Governador Francisco da Cunha Meneses.

A família Querido era de origem portuguesa e estava radicada naquela vila desde o século XVIII. Nos arquivos judiciários de Cunha encontram-se referências a membros dessa família como ocupantes de postos na administração local.

O ato oficial do matrimônio de Domingos acha-se hoje no arquivo do Arcebispado de Aparecida, e é o seguinte:

“Aos 12 de março de 1843, nesta vila, em casa do Alferes Antônio de Paula e Silva, feitas as denúncias na forma do Concílio Tridentino, sem impedimentos, precedendo primeiramente o sacramento da penitência, pelas 8 horas da tarde, com provisão de licença e sendo os contraentes fregueses desta Matriz, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas por palavras de presente se receberam em matrimônio Domingos Rodrigues Alves, filho legítimo de Manuel Rodrigues Alves e de D. Francisca Pereira, natural e batizado na Freguesia da Correlhã, termo da Vila de Ponte de Lima, do Arcebispado de Braga, e D. Isabel Perpétua de Marins, filha legítima do Alferes Antônio de Paula e Silva e de D. Maria Luísa dos Anjos Querido, natural e batizada nesta Matriz, e não receberam as bênçãos nupciais por ser em tempo feriado, e ficaram para recebê-las *post Dominicam in Albis*, do que para constar fiz este assento que assinei com as testemunhas. O vigário colado Manuel da Costa Pinto. Francisco Joaquim Pereira. Inácio José da Costa.”

A primeira testemunha, Francisco Joaquim Pereira, era sogro de João Rodrigues Alves, irmão de Domingos. A esposa deste é que era parenta de Isabel Perpétua (Nhá Bela).

Com outra filha do mesmo casal Paula e Silva, Guilhermina Maria das Dores (Nhá Mina), casou-se o jovem José Martiniano de Oliveira Borges, filho de Francisco de Assis e Oliveira Borges, visconde com grandeza de Guaratinguetá e de sua mulher Ana Silvéria Umbelina do Espírito Santo. Homem de grande fortuna e largo prestígio, o visconde era o maior chefe conservador do chamado Norte de São Paulo.

O Visconde de Guaratinguetá era de humilde extração. Seu pai, Inácio Monteiro, era oficial pintor, depois somente tornado lavrador. Seu

avô, Antônio Monteiro, era cabeleireiro em São Paulo no fim do século XVIII, e o sogro deste, José de Passos da Silva, alfaiate. A fortuna lhe veio a princípio da primeira esposa, mais tarde viscondessa, que se chamava, como vimos, Ana Silvéria do Espírito Santo e provinha das famílias Gomes Landim, de Lorena, e Rego Barbosa, de Guaratinguetá. Ao longo da vida, pelas qualidades pessoais e o seu trabalho, o Visconde de Guaratinguetá transformou-se em verdadeiro potentado. Pelo seu inventário verifica-se que devia ser um dos homens mais ricos do Brasil, no Segundo Reinado. Falecido em 1879, seu inventário terminou em 1880, sendo Rodrigues Alves advogado da viúva e inventariante, a segunda viscondessa.

O monte-mor partilhável foi a mais de mil contos, soma enorme, pois correspondia a mais de meio por cento de toda a circulação monetária do país. Suas fazendas tinham centenas de escravos, seus cafezais espalhavam-se por várzeas e galgavam colinas em milhares de alqueires do Vale do Paraíba. As casas das fazendas e da cidade regurgitavam de móveis em jacarandá e vinhático; porcelanas européias em serviços de mesa e até em escarradeiras e urinóis; faqueiros de prata e prata dourada; serviços de chá, salvas, bacias, copos, paliteiros, farinheiras, espevitadeiras, jarros, dúzias de objetos de prata; muitos tapetes; lampadários de bronze; candelabros de prata de cinco e de sete velas, além de objetos de ouro. Havia também retratos do Imperador e do Conde d'Eu.

O visconde teve dez filhos do primeiro leito e cinco do segundo, além de duas filhas naturais havidas entre os dois casamentos. No testamento feito na corte, em 9 de agosto de 1877, declara nunca ter sido maçom e ser filho legítimo do Alferes Inácio Joaquim Monteiro e de Ana Joaquina do Amor Divino. José Martiniano, pai da esposa de Rodrigues Alves, era o décimo e último filho das primeiras núpcias do visconde.

O casal Domingos Rodrigues Alves e Isabel Perpétua de Marins teve treze filhos, distribuídos em seis homens e sete mulheres. Os três mais velhos eram varões: Antônio, Virgílio e Francisco, que, com a idade, ficaram conhecidos respectivamente como o Comendador, o Coronel e o Conselheiro.

Eis a lista dos filhos e filhas do casal Domingos Rodrigues Alves e Isabel Perpétua de Marins: Antônio, Virgílio, Francisco de Paula, Amália Perpétua (Nhá Amália), Ernesto, Maria Perpétua, Amasílis, Geraldino, Idalina, Ana, Guilhermina, José Martiniano e Adelaide.

Antônio foi o principal chefe eleitoral da região, Virgílio dedicou-se principalmente à lavoura e exportação de café, como sócio do irmão Francisco, tornando-se também seu concunhado. Foi o mais chegado irmão do Conselheiro.

Pelo lado da avó materna, Rodrigues Alves exhibe uma das mais antigas ascendências paulistas.

Doze são as gerações que o separam de João Maciel, nascido em Viana do Minho e casado em 1570, na vila de São Vicente, com Paula Camacho.

Interessa notar que um dos seus ascendentes do século XVIII, Capitão Inácio Vieira Antunes, era também antepassado de Campos Sales.

Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu a 7 de julho de 1848, na Fazenda do Pinheiro Velho, pertencente ao avô materno Paula e Silva e situada nas vizinhanças de Guaratinguetá, entre as estradas que atualmente se dirigem a Aparecida e Cunha. A casa em que nasceu não existe mais. Por morte do avô, a fazenda passou ao pai, que construiu, em 1876, uma bela sede, hoje em ruínas. Dentro de uma moldura, na portada, figuravam as suas iniciais em ferro forjado acompanhadas daquela data. O objeto encontra-se agora no museu do Seminário Santo Afonso, em Aparecida. Ornato semelhante pode ser visto, ainda, na casa residencial de Domingos, na Praça Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá.

Francisco de Paula foi batizado na igreja matriz a 13 do mesmo mês de julho, tendo como padrinho o avô materno e por madrinha a tia Guilhermina, com cuja filha, sua prima-irmã, veio a se casar. Esta tia, madrinha e sogra, Nhá Mina, esposa, como vimos, de um filho do Visconde de Guaratinguetá, morreu muito idosa, e Rodrigues Alves sempre lhe dedicou especial carinho.

Na casa paterna, ainda existente, como ficou dito, na praça principal da cidade (o mesmo logradouro em que hoje se ergue a sua estátua), Francisco de Paula passou os tempos da infância. Em companhia de Virgílio e Antônio fez ali os estudos primários, mas deve ter revelado desde logo aptidões especiais, pois em 1859 o pai resolveu enviá-lo – o único entre os irmãos – para a corte, a fim de matriculá-lo no internato do Colégio Pedro II, considerado o melhor instituto de educação secundária do país. Segundo tradição, Rodrigues Alves foi educado no Pedro

II com auxílio do Alferes Antônio Pires Barbosa, personalidade importante em Guaratinguetá, de velha família bandeirante. Antônio era pai de José Leme Barbosa, rico lavrador e capitalista, que foi amigo de Rodrigues Alves. Este, em março de 1893, depois de deixar o ministério de Floriano Peixoto, redigiu, como advogado, o testamento de José Leme Barbosa.

COLÉGIO PEDRO II

Em 1857, o Colégio Pedro II, fundado vinte anos antes por Bernardo de Vasconcelos, havia sido dividido em internato e externato. O primeiro situava-se no Engenho Velho, na Rua São Francisco Xavier, junto ao Largo da Segunda-Feira, em prédio até hoje existente, que então ficava em meio a uma chácara, confinante com a matriz da freguesia.

O número de internos era exíguo por falta de acomodações, que só começaram a ser ampliadas em 1861. Por isto as turmas de bacharéis em letras, saídas do internato, eram reduzidas. Em 1860, por exemplo, eles foram somente quatro.

No corpo docente figuravam, no tempo de Rodrigues Alves, nomes conhecidos como os dos seguintes professores: de Retórica, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; de Matemática, Saturnino Soares de Meireles; de Francês, João Francisco Halbout e Batista Caetano de Almeida Nogueira; de Alemão e Grego, o Barão de Tautphoeus; de História, Joaquim Manuel de Macedo e Barão Homem de Melo. O reitor do internato era o Professor e Padre Joaquim Marcos de Almeida Rego.

Em pouco tempo Domingos deve se ter dado conta de que acertara ao encaminhar o terceiro filho para uma boa instrução, pois Francisco de Paula, desde o ano em que ingressou no internato, revelou-se estudante excepcional.

Quando ele se matriculou, o ensino do Pedro II achava-se regulado pelo Decreto nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia as condições para a conquista, em sete anos, do título de bacharel em Letras. O curso dividia-se em duas séries, respectivamente de quatro e três anos, compreendidas na primeira as cadeiras de Português, Fran-

cês, Inglês, Latim, Religião, Moral, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Geografia, História Geral e do Brasil, Ciências Naturais, Desenho, Música, Dança e Ginástica. Na segunda série ministravam-se os cursos de Latim adiantado, Grego, Alemão, Geografia, História, Italiano, Filosofia, Ética e Retórica. Como se vê, um programa severo e abundante de humanidades.

Nos assentos de Rodrigues Alves, conservados na Faculdade de Direito de São Paulo, figura a pública-forma de um atestado, passado em nome do Ministro do Império, Marquês de Olinda, da qual consta o seguinte texto, referente ao seu curso no Colégio Pedro II, cuja redação confusa foi respeitada:

“Faço certo que atentas as provas em exames públicos na conformidade dos estatutos do Imperial Colégio Pedro Segundo, o Senhor Francisco de Paula Rodrigues Alves, filho de Domingos Rodrigues Alves, natural de São Paulo, nascido a sete de janeiro [sic] de mil oitocentos e quarenta e oito, o qual foi apresentado em ato solene pelo reitor do internato do mesmo Imperial Colégio, o senhor Doutor Joaquim Marcos de Almeida Rego, comendador da Imperial Ordem da Rosa e Cavaleiro de Cristo, confere ao mesmo Senhor Francisco de Paula Rodrigues Alves o grau de bacharel em letras no dia oito de dezembro de mil oitocentos e sessenta e cinco.”

Pelo mesmo documento podemos acompanhar a trajetória colegial de Francisco de Paula. Ele “foi premiado em 1859 com o primeiro prêmio do primeiro ano; em 1860 com o primeiro prêmio do segundo ano; em 1861 com o segundo prêmio do terceiro ano; em 1862 com o primeiro prêmio do quarto ano; em 1863 com o segundo prêmio do quinto ano; em 1864 com o primeiro prêmio do sexto ano e em 1865 com o primeiro prêmio do sétimo ano”.

Não era sem motivo que um colega de turma do modesto menino de Guaratinguetá, ele próprio portador de um nome ilustre, pois chamava-se Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, escreveria mais tarde nas suas memórias:

“Filho de presidente do conselho foi para mim uma vibração de amor-próprio mais forte do que teria sido, imagino, o do primeiro prêmio que o nosso camarada Rodrigues Alves tirava todos os anos.”⁵

“O menino de Guaratinguetá”, como era às vezes chamado aquele aluno então anônimo, chegou a provocar a curiosidade do imperador, que o interrogava sobre os estudos, quando das suas visitas ao internato.

Segundo depõe Nabuco, o ambiente intelectual do Colégio Pedro II era predominantemente francês. Lammenais, Lamartine, Victor Hugo, Thiers, Louis Blanc formavam, com mais alguns outros, a constelação de astros que atraía a atenção reverente dos ginásianos.

Se, na turma do internato, somente Nabuco e Rodrigues Alves tornaram-se nomes nacionais, entre os contemporâneos de estudos, matriculados em outras turmas, vários eram os alunos marcados por grandes destinos. Basta lembrar os nomes do Visconde de Taunay, do Barão de Ramiz Galvão e do Barão do Rio Branco.⁶

Em 1902, sendo Rodrigues Alves presidente da República havia poucos dias, comemorou-se, a 2 de dezembro, o aniversário do colégio, no salão de honra do externato, na então Rua Larga de São Joaquim. Rodrigues Alves esteve presente, tomando assento não na mesa, mas entre os seus colegas de turma: José Américo dos Santos, Eduardo Mendes Limoeiro, Luís Betim Pais Leme e Valeriano Ramos da Fonseca. Outros componentes da mesma classe eram Soares da Câmara,

5 Possuímos três desses prêmios, estabelecidos pelo regulamento de 1855. São belos livros, encadernados em pleno couro verde, tendo impressas em ouro, na capa, as iniciais do colégio e a coroa imperial. Dois deles, *As Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, e as *Fábulas* de La Fontaine, em edições francesas, trazem dedicatórias do Reitor Joaquim Marcos de Almeida Rego. Quanto à amizade entre Rodrigues Alves e Joaquim Nabuco, existe no arquivo deste uma nota referente aos anos de 1861 a 1865, que diz: “Amigos com quem convivi: Joaquim Silvério de Castro Barbosa, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Antônio José Ferreira Braga.” (Comunicada por Maria Ana Nabuco.)

6 É curioso assinalar que, como veremos oportunamente, Rio Branco esqueceu-se de que fora contemporâneo de Rodrigues Alves, pois, quando convidado para ministro das Relações Exteriores, salientou em carta ao presidente que o não conhecia pessoalmente.

Luís de Lima e Silva,⁷ Antônio Ferreira Braga e o historiador Vieira Fazenda.

Terminados com brilho raramente igualado os estudos secundários, o jovem bacharel em letras retornou a Guaratinguetá, em fins de 1865, para, logo no início do ano seguinte, iniciar a etapa dos estudos superiores.

FACULDADE DE DIREITO

As primeiras instituições de ensino jurídico, fundadas em São Paulo e Olinda no ano de 1827, tinham o nome de Academia de Ciências Sociais e Jurídicas.

O Decreto nº 608, de 16 de agosto de 1851, reformou-lhes os estatutos e o currículo. Os Decretos nºs 1.134, de 30 de março de 1853; 1.836, de 28 de abril de 1854; e 1.568, de 24 de fevereiro de 1855, já dão àqueles estabelecimentos o nome de Faculdade de Direito.

No dia 5 de março de 1866, “achando habilitado para frequentar as aulas do primeiro ano”, Rodrigues Alves requereu admissão na Faculdade de Direito de São Paulo.

As célebres arcadas do antigo Convento de São Francisco não eram apenas o centro topográfico, mas também literário e cívico de São Paulo.

A capital paulista, que ainda não perdera o seu aspecto colonial, era de fato o “burgo de estudantes” de que fala um dos seus historiógrafos.

Clima úmido e frio, vida tediosa e sem recursos, diversões escassas, era natural que os acadêmicos de Direito, verdadeiros donos da cidade, despendessem as energias da juventude, quando fora dos estudos, na literatura e na política.

Na geração de Rodrigues Alves, a embriaguez, o demonismo, a boêmia, eram reminiscências de outras eras, superadas com a fase mais ardente do romantismo.

Na literatura dominava a poesia; na política, o jornalismo e a oratória.

7 Filho do Duque de Caxias, morto prematuramente. Nabuco conta que Caxias lhe dedicava particular afeto por ter sido colega desse filho inesquecível.

Tivessem inclinações pelo direito, pela poesia ou pela política, os estudantes vindos de todo o Brasil encontravam na Faculdade de São Paulo ambiente favorável aos seus pendores naturais.

Mas se desejassemos acentuar, nos três campos, aquele em que o estudante encontrava maior motivação, na época de Rodrigues Alves, indicaríamos, sem dúvida, o político.

Quando percorremos o elenco de professores em atividade nos anos de curso de Rodrigues Alves, observamos que raros entre eles eram os juristas puros, ou mesmo os juristas com escassas incursões na política. Os mais numerosos e importantes mestres eram, acima de tudo, políticos militantes.

Pode-se dizer que a Faculdade de Direito de São Paulo acrescentava à função de centro de estudos jurídicos o caráter de uma autêntica escola de ciência política, instituição que ainda não existia no quadro do ensino superior.

O diretor era o Padre Vicente Pires da Mota, bacharel da primeira geração (foi o terceiro formado na Faculdade) designado para a função em 1865.⁸ Outros mestres vinham da geração fundadora, como José Maria de Avelar Brotero, nomeado professor em 1827; Manuel Dias de Toledo, em 1833; Joaquim Inácio Ramalho (Barão de Ramalho), em 1836; Luís Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro), em 1839.

Os juristas puros eram, como dissemos, poucos, e, mesmo assim, haviam passado pela política. Ramalho, professor de Processo Civil, autor de obra clássica a respeito, presidira a Província de Goiás; Antônio Joaquim Ribas, lente de Direito Civil, que escreveu também um livro clássico sobre a matéria, foi deputado; o Conselheiro Crispiniano Soares, mestre de Direito Romano, foi deputado e presidente de Províncias. A maioria, porém, compunha-se de políticos militantes. O Conselheiro João da Silva Carrão, nomeado em 1845, foi presidente do Pará, senador do Império e ministro da Fazenda; Martim Francisco

8 O Conselheiro Padre Vicente Pires da Mota nasceu em São Paulo. Formou-se em 1832 e no ano seguinte já era lente interino. Em 1834 conseguiu a cátedra de Direito Civil. Nomeado diretor em 1865, conservou-se no posto até a morte, em 1882. Pires da Mota foi presidente de várias Províncias, entre as quais São Paulo (1848-1851) e Minas Gerais (1860-1861).

Ribeiro de Andrada, nomeado em 1854, foi ministro da Justiça e conselheiro de Estado; seu irmão José Bonifácio, o Moço, guia amado dos estudantes liberais, foi deputado geral, senador, ministro da Marinha e do Império; o Visconde do Bom Retiro foi deputado e senador, presidente de Província, ministro do Império e Conselheiro de Estado.⁹

Eis alguns mestres, não de direito mas de política, que deveriam atrair, pelas suas carreiras fecundas, o estudante Francisco de Paula Rodrigues Alves, porventura o mais forte temperamento político da Primeira República. Eis a escola de ciência política que ele freqüentou entre 1866 e 1870.

O CURSO JURÍDICO

Iniciando o curso jurídico, Rodrigues Alves pertenceu à turma mais gloriosa que jamais cursou qualquer faculdade de direito brasileira. A ela, em certo período, pertenceram Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves e Afonso Pena.

Ricos são os anais da vida acadêmica do jovem de Guaratinguetá, tanto nos estudos como na ação política. Tão forte era sua vocação para esta que ao que tudo indica nunca sentiu qualquer inclinação para a literatura. Entre os destacados estudantes de Direito daquela geração, essa abstenção, quanto aos ensaios literários, era pouco comum. Para não falar em Castro Alves, lembremos que Nabuco e Rui Barbosa ensaiaram-se na poesia e Paranhos, estudante, já se iniciava na história.

Até mesmo a oratória e o jornalismo Rodrigues Alves, que era eloqüente na tribuna e exímio na imprensa, os praticou sem a preocupação estética de um Nabuco, de um Rui ou de um Quintino.

Quanto ao jornalismo político ele o exerceu do início ao fim de sua carreira, de estudante a presidente. Contudo, nele, o jornalista,

9 Aos menos familiarizados com a história do Império, convém recordar que a função de Conselheiro de Estado era, com a de senador, o mais alto posto da hierarquia política. Não se confunda o título de conselheiro (dado por exemplo a Rui Barbosa, Afonso Pena ou Rodrigues Alves) com a função de membro do Conselho de Estado, órgão criado pela Constituição de 1824, suprimido pelo Ato Adicional e restabelecido pela Lei nº 234, de 23 de novembro de 1841.

o orador e o ocasional escritor eram sempre aspectos do político visceral que era ele.

Embora recolhesse, pela existência afora, em forma de anotações ou de diários fatos, opiniões e julgamentos, cujo acesso constitui legado provavelmente único entre os provenientes dos líderes do seu tempo, não lhe ocorreu nunca, como a Campos Sales, compor um livro de lição e experiência. Seus cadernos manuscritos, pouco extensos embora opulentos, todos utilizados no presente estudo, não parecem elementos acumulados para o preparo de um volume posterior. Pelo menos, nunca de um livro a ser escrito por ele próprio. Seu intuito, ao redigi-los – coisa que fez até com sacrifício durante a grave crise de saúde que o atingiu no decurso da sua terceira presidência de São Paulo –, poderia no máximo ter sido a de preservar lembranças e explicar atitudes para os filhos ou (quem sabe?) para algum biógrafo futuro. O mais provável, porém, é que fossem apenas fontes a que pudesse recorrer, na defesa ou no ataque, em vista do desenvolvimento, sempre imprevisível, de uma carreira política como a sua, que se entretecia com a própria vida.

Vivendo em um tempo e em um país onde a arquivologia era a bem dizer inexistente, Rodrigues Alves documentava-se de forma íntima e subjetiva, acumulando impressões, conversas, narrativas e fatos; copiando cartas importantes que escrevia, notícias ou artigos que lia nos jornais; emitindo julgamentos – às vezes severos – sobre os homens. Mas, em todos os cadernos que deixou, afora algumas notações familiares, não existe assunto estranho à política.

O estudo do Direito, embora ministrado em forma discursiva e teórica, oferecia sérias oportunidades de trabalho aos alunos que a isso se dispusessem. Na verdade, se compararmos as chamadas dissertações escolares de então às denominadas provas escritas dos estudantes de hoje, reconheceremos a enorme superioridade média daquelas sobre estas.

Naquele tempo, embora não houvesse originalidade de pensamento, existia entre os estudantes muito mais extensão e profundidade no saber jurídico do que observamos, nós outros professores de Direito, nos trabalhos estudantis atuais. Não é injustiça dizer-se que o ensino jurídico decaiu consideravelmente, em virtude da impossibilidade da grande maioria dos estudantes acompanhar, hoje, um curso de nível científico ou intelectual mais elevado.

Das sete dissertações de Rodrigues Alves, que se dizia existirem na Faculdade, apenas duas chegaram ao nosso conhecimento: uma do primeiro ano, sobre Direito Natural, matéria de que era professor Avelar Brotero, e outra do quinto ano de prática (Direito Judiciário Civil), cadeira regida pelo Barão de Ramalho.

A dissertação de Direito Natural, datada de 24 de maio de 1866, versou sobre o seguinte tema: “A idéia de direito é independente da idéia de um poder soberano, que o faça executar por meio da força?”

Questão secular, até hoje debatida e não resolvida, constitui o âmago do problema dos limites do poder do Estado e põe em questão a existência mesma do Direito Natural. O reconhecimento de um direito superior ao Estado e a ele anterior é o único princípio da filosofia do direito que justifica a liberdade humana, o que não impede a certos juristas democráticos sustentarem a tese funesta do Estado como origem única do direito.

Rodrigues Alves, na sua dissertação, defende a possibilidade da existência do direito independente do Estado, seguindo a orientação do professor; fá-lo, porém, com a contribuição de idéias e opiniões pessoais. Expõe de forma clara os fundamentos filosóficos do Direito Natural, procurando submeter a eles o que chama “direito positivo do Estado”; cita Hobbes, Grocio, Rousseau e Kant para, finalizando, apresentar com veemência, na soberania da Polônia, esmagada pelo tacão russo, a prova viva da sobrevivência do direito contra a força.

O martírio da Polônia era assunto corrente entre os estudantes daquela geração. Castro Alves escreveu, na poesia “Deusa Incruenta”, estes alexandrinos:

*Quando a Polônia casta, esta Lucrecia nova
Para fugir a um leito arroja-se a uma cova
E mata-se de nojo aos beijos de um czar.*

Machado de Assis (recordemos de passagem) também pagou seu tributo à moda do tempo e usou a mesma imagem da Polônia-mulher.

*Eras feliz demais, demais formosa;
A sanhuda cobiça dos tiranos
Veio enlutar teus venturosos dias...*

Castro Alves foi, além de colega, amigo íntimo de Rodrigues Alves, que, já velho, costumava recitar os versos de fogo do antigo

companheiro, muitos dos quais ele o viu escrever, sentado a seu lado, durante as aulas, no punho engomado da camisa. Parece que o aplicado paulista supria as deficiências de conhecimento do baiano genial quando das tediosas sabatinas.

A segunda dissertação de Rodrigues Alves, cujo texto integral conhecemos, é da cadeira de Prática. O assunto escolhido pelo Barão de Ramalho foi o da obrigatoriedade da proposição das ações em juízo. O trabalho do estudante parece provir de um advogado, tais os conhecimentos que denota. Rodrigues Alves expõe a complicada matéria com segura orientação teórica, mais que limitadamente forense. Examina os fundamentos do problema no Direito Romano e nas ordenações portuguesas (que então ainda se aplicavam no Brasil) e conclui mostrando os poucos casos excepcionais em que o indivíduo é forçado a comparecer em juízo como autor.

O estudo comprova que, apesar de sua intensa vocação política, o estudante conhecia a necessidade de ganhar a vida profissionalmente como advogado e preparava-se para isso.

O Professor Paulo Barbosa de Campos Filho procedeu à análise de mais três dissertações de Rodrigues Alves, apresentadas em outros anos do curso e conservadas ainda na Faculdade, no ano do centenário do grande aluno. Versavam sobre Direito Público Constitucional e das Gentes (reunidas as matérias em uma só cadeira), Penal e Administrativo. Pelo trabalho do Professor Barbosa de Campos Filho, e pelas citações nele contidas, verifica-se que as dissertações são importantes por contarem enérgicas manifestações de caráter político. Nelas, Rodrigues Alves critica a diplomacia do Império que, a seu ver, havia descuidado de alertar o governo sobre os preparativos de Solano López; ataca os ministros que não haviam cuidado convenientemente da nossa defesa, mesmo através de uma ação preventiva extra-fronteiras; condena a ação do executivo na interpretação arbitrária das leis (tal incumbência era então estranha às atribuições do judiciário) e defende com calor a liberdade de imprensa.

Os exames orais, que marcavam a terminação do ano letivo, eram chamados atos, e os alunos a eles compareciam de casaca, para serem argüidos sobre pontos sorteados de véspera.¹⁰ Correspondiam às

10 Meu avô, Virgílio de Melo Franco, que deixou a Faculdade de São Paulo pouco antes de Rodrigues Alves nela entrar, descrevia a importância e solenidade dos “atos”.

atuais provas de aula, dadas pelos candidatos à docência. Não existia a nota chamada hoje distinção. Todos os assentos existentes na Faculdade sobre o estudante Rodrigues Alves mencionam a sua aprovação, do primeiro ao último ano, com o grau plenamente, que era o máximo.

POLÍTICA ESTUDANTIL

Na Faculdade de Direito os estudantes já se apresentavam divididos politicamente em liberais e conservadores. Rui Barbosa dominou, desde que veio da Bahia, a ala liberal, na qual encontrou Afonso Pena. Rodrigues Alves colocou-se sem hesitação entre os conservadores, posição partidária que ele levou dos bancos acadêmicos para as bancadas parlamentares e em que se manteve, sem vacilações e com grande energia, até a República.

A rigor, refletia-se no meio acadêmico o caráter da divisão parlamentar. Era mais partidária, no sentido de facciosa, do que política, no sentido programático.

Tanto quanto no parlamento, a questão estudantil da época, que era a da liberdade dos escravos, dividia irremediavelmente os dois partidos tradicionais em torno de interesses e fora das linhas partidárias.

O pensamento liberal não estava ainda fixado na abolição pura e simples, nem a seria por vários anos. A posição de Castro Alves era poética e não política. A prova disso é que o projeto liberal de Dantas, que Rui Barbosa preparou muito depois, em 1884, só instituía a abolição dos sexagenários, ao passo que aceitava o princípio da indenização para a emancipação gradual dos demais escravos.

Esta era, em princípio, também, a posição dos conservadores avançados, e Rodrigues Alves, desde estudante, adotou sinceramente esse matiz.

Na Faculdade, Rodrigues Alves pertenceu ao grupo do jornal *Imprensa Acadêmica*, órgão conservador dirigido por Cândido Leitão. O posto de redator-chefe dessa pequena folha era considerado de grande importância, e para ele foram eleitos simultaneamente Rodrigues Alves e Rui Barbosa, em 1869. Rui desinteressou-se da função em virtude de suas tendências liberais. Passou a integrar o grupo do *Radical Paulistano*.

No ano seguinte Afonso Pena foi, juntamente com Rodrigues Alves, chefe da redação. Sobre este episódio existe um depoimento de Rodrigues Alves. Ei-lo:

“Em 1870, por ocasião de se proceder à eleição de redator-chefe da *Imprensa Acadêmica*, a Academia dividiu-se em ‘liberais’ e ‘conservadores’, pleiteando as candidaturas de Afonso Pena, liberal, e Rodrigues Alves, conservador. O pleito foi renhido. Houve empate no resultado e a Academia resolveu que, naquele ano, os redatores seriam os dois eleitos. Recordo-me de que fiquei muito desapontado. Os conservadores estavam, na Academia, em evidente minoria. Seria um despropósito fazer questão política da eleição e o empate se deu porque grande número de acadêmicos liberais aceitaram o meu nome.”

Esta observação final comprova o prestígio de Rodrigues Alves no corpo acadêmico, apesar de sua posição política minoritária. Era o prenúncio do que viria a ocorrer na proclamação da República, quando o deputado monarquista foi chamado a continuar na política pelos seus patrícios republicanos.¹¹

A *Imprensa Acadêmica*, que suspendera a publicação em 1869, retomou-a em 1870, graças principalmente aos esforços de Rodrigues Alves.

Na *Imprensa Acadêmica*, Rodrigues Alves escreveu assiduamente sobre assuntos internacionais, que muito preocupavam a mocidade, por causa da Guerra do Paraguai, que vinha de terminar. Talvez por isto, quando findou a guerra, em 1870, Rodrigues Alves foi o estudante escolhido para saudar, em praça pública, o grupo de voluntários paulistas que retornavam das distantes e gloriosas batalhas.

Também a este respeito existe curiosa nota manuscrita de Rodrigues Alves:

“Chegando a São Paulo o Batalhão de Voluntários Paulistas, a Academia resolveu saudar a sua bandeira e quase por aclamação

11 Afonso Pena e Rodrigues Alves eram muito amigos na Academia. Existe afetuosa carta do primeiro ao segundo pedindo um retrato.

me escolheu para orador e seu representante. Fiquei então muito contente. A festa foi soleníssima.”

Mais adiante Rodrigues Alves copia todo o texto do seu discurso, proferido a 25 de abril de 1870, extraído do *Correio Paulistano*. Eis alguns trechos:

“Paulistas! A mocidade acadêmica vem festejar vossas glórias, coroando a vossa bandeira. Romeiros luminosos, caminheiros encantados, essa que percorrestes é a estrada perigosa dos combates; e hoje, que a voz mágica dos céus, entoando hosanas aos vossos triunfos, celebra o marco dessa cruzada de honra, o anjo tutelar do Império roça suas vestes nas águas sagradas do Ipiranga e, salpicando-vos as frentes, batiza-vos heróis. É assim o caminho da glória! Vencendo, escrevestes a sentença do futuro: paz cheia de honra, vitória cheia de clemência, heroísmo cheio de abnegação e constância [...]. Bendita a paz! Ela rasga o crepe do passado enxugando as lágrimas de uma multidão para apontar os risos do futuro [...]. Essa bandeira que vos acompanha era, no ruído dos combates, o manto celeste em que se escondia a vitória. Das fráguas terríveis dessa guerra, sempre se levantou deslumbrante; coluna de luz foi sempre para vós na hora sinistra da peleja. Rota, mutilada, que importa? Vim coroá-la [...]. Moços! Bem junto corre o Ipiranga; as suas águas tradicionais rolam sonoros cantos e seus filhos vencedores e nós, crentes do futuro, atiramos aos ventos abençoados desta terra de patriotismo a enérgica saudação da mocidade.”

O estudante pagava um tributo ao estilo derramado e condoreiro do tempo. E o velho presidente, eleito pela segunda vez para a chefia do país, termina a evocação da cena antiga, que fazia a 18 de agosto de 1918, em Guaratinguetá, com uma nota precisa e melancólica:

“A festa foi soleníssima. Teve lugar no Largo da Sé, completamente cheio. A comissão acadêmica, postada no alto da escadaria da catedral, trazia a coroa de prata em uma salva. Na hora indicada, o porta-bandeira aproximou-se e inclinou o pavilhão, para receber a coroa. Nesta ocasião proferi o discurso, de forma acadêmica. Guardo disto uma idéia já apagada.”

Rodrigues Alves escrevia essas linhas cinco meses antes da sua morte.

A ação do estudante de Guaratinguetá também se fez sentir no denominado Núcleo Jurídico, centro de estudos muito conceituado. Nele Rodrigues Alves exerceu as principais funções, que eram as de orador, juiz e presidente, tendo relatado várias teses de Direito Criminal.

Fora do círculo escolar, quando estudante, colaborou na *Opinião Conservadora*, jornal dirigido por João Mendes de Almeida, dentro da linha ortodoxa do partido. Já era latente a divisão entre “mendistas” e “pradistas” (estes liderados por Antônio Prado), mas que só se concretiza em 1882.

Além das manifestações públicas, a política estudantil floria com vigor nas sociedades secretas. Em países onde a revolução romântica foi tardia, como no Brasil, as sociedades secretas influíram até tarde. Entre tais sociedades existia uma, de que adiante nos ocuparemos, cuja importância extraordinária na vida política brasileira, até a Primeira República, deveria ser completamente elucidada.¹²

O pensamento mais radical dos abolicionistas, republicano e anticlerical, abrigava-se, como é sabido, na Maçonaria, cuja loja *Fraternidade*, existente na Faculdade, abrangia alguns dos mais prestigiosos estudantes. Para que a libertação dos escravos tivesse o apoio aberto destes, a loja maçônica *Fraternidade* transformou-se na associação pública *Fraternidade Primeira*, que teve como membros Rui Barbosa e Rodrigues Alves. Os dois estudantes, juntamente com o vibrante Luís Gama, maçom, republicano e ex-escravo, foram declarados defensores de ofício dos cativos desamparados, ou mantidos em escravidão ilegal. Em certa cerimônia de gala, realizada à noite, Rodrigues Alves serviu de paraninfo na libertação de três deles.

12 Há muitas referências e alguns estudos sobre a *Burschenschaft*, tradicional associação secreta da Faculdade de Direito de São Paulo. Quem mais detida e objetivamente estudou aquela e outras sociedades secretas brasileiras foi Jamil Almansur Haddad. Falta, contudo, um estudo completo, aprofundando as influências políticas da *Burschenschaft* até a República.

Herdeiro de grande escravatura, nascido e criado entre os cafezais trabalhados por escravos, o jovem estudante punha a serviço da causa da libertação o seu temperamento ao mesmo tempo moderado e progressista.

Nunca foi abolicionista radical, mas aceitou sem relutância, apesar das grandes perdas que sofreria, a inevitável abolição, tanto que, senhor de escravos, deixou o governo de São Paulo para vir votar na Câmara a lei de 13 de maio. Nada disto impediu que no ápice de sua carreira fosse acoimado de escravocrata.

BURSCHENSCHAFT

Em 15 de fevereiro de 1834, o diretor da Academia de São Paulo,¹³ Carlos Carneiro de Campos, comunicava em ofício ao ministro do Império, Chichorro da Gama, que “um moço natural da Saxônia, que tem estado a ensinar as primeiras letras em uma das vilas desta província” propunha-se a ser professor de História, Geografia e Inglês no curso anexo. Esse moço, sobre o qual tanto de real e de falso se tem escrito, cujo nome verdadeiro ou suposto ainda agora se nimba de uma auréola de romântico mistério, dizia chamar-se Júlio Frank e foi contratado pela Academia pelo prazo de dez anos. Quem seria ao certo? Que desconhecidos acontecimentos o teriam trazido ao Brasil desde a sua longínqua Alemanha?

Até hoje – embora muito atenuada em virtude das novas motivações políticas da classe estudantil – a magia de Júlio Frank perdura entre as arcadas do Largo de S. Francisco.

Os fatos seguros sobre ele são escassos e incolores. A força da sua influência é devida à tradição ininterrupta e ao segredo que a envolve. Como todos os mitos, o mito de Júlio Frank reside menos nele próprio do que nos resultados da sua projeção na alma das gerações.

Júlio Frank nasceu em Gotha, Alemanha, no ano de 1809. Desembarcou muito moço no Rio, talvez no fim do Primeiro Reinado,

13 Depois Faculdade, como já ficou dito.

tendo sido, ao que parece, recolhido, ao chegar, em uma fortaleza carioca. Se tal se deu, é possível que a precaução fosse ligada à rebelião dos regimentos alemães verificada na cidade em junho de 1828, o que poria nas imediações dessa data a época da entrada de Frank no Brasil. Se tal conjectura corresponder aos fatos, o imigrante alemão teria dezenove anos.

Do Rio passou a residir em Sorocaba, onde se empregou no comércio, exercendo também função de professor de Francês e outras línguas. Recomendado ao Brigadeiro Tobias de Aguiar, Frank seguiu para São Paulo, onde se aproximou da Academia, na forma descrita.

A se aceitar uma tradição da *Burschenschaft* brasileira, Frank se chamaria de fato Luís Sand, e seria irmão de um jovem revolucionário cujo nome, em certo momento, empolgou a Alemanha e a própria Europa: Carlos (Karl) Sand.

Karl Ludwig Sand, nascido em Wonsiedel, em 1795, foi um fanático patriota, que dedicou a vida à unificação alemã e à implantação da república na Alemanha unificada e, como instrumento destes ideais, à deposição das dinastias submissas ao jugo estrangeiro.

Sand passou a mocidade em Tubingen, onde se inscreveu na sociedade secreta *Teutônia*. Participou da batalha de Waterloo e fez parte das tropas prussianas de ocupação do território francês, após a queda de Napoleão. Depois disso começou a freqüentar a Universidade de Erlangem, onde duas sociedades secretas de estudantes se digladiavam, a *Burschenschaft* e a *Landmanschaft*.¹⁴ Essas divisões internas eram insufladas pelo Czar Alexandre da Rússia, que desejava enfraquecer a Alemanha a fim de prolongar o domínio dos Romanoff sobre a Europa Central. O mais importante agente russo, nos meios intelectuais, era o escritor Augusto Kotzebüe, nascido em Weimar no ano de 1761. Homem de inegável talento e grande fecundidade, mas ambicioso e venal, Kotzebüe passou a ser o principal agente a serviço do dominador estrangeiro e das oligarquias alemãs, adversárias da união e da libertação da própria

14 *Landmanschaft* era o nome da sociedade secreta da Escola Politécnica de São Paulo, que mantinha íntima ligação com a *Burschenschaft*. Foi presidida por Francisco Paula Sousa, depois Ramos de Azevedo e Rodolfo Santiago. A da Faculdade de Medicina de São Paulo foi presidida por Arnaldo Vieira de Carvalho e denominava-se *Jugendschaft*.

pátria. Pago por aquele e por estas, desenvolvia intensa atividade, redigindo jornais e panfletos, espionando e denunciando os nacionalistas.

Carlos Sand, místico e extremista, entendeu que o seu dever era sacrificar-se, eliminando o panfletário. Em março de 1819 foi a Mannheim, onde residia Kotzebüe, solicitou-lhe uma audiência e, recebido, matou-o a punhaladas.

Preso e processado, Sand, que se tornara o ídolo da juventude alemã, foi decapitado em maio de 1820, por pressão do czar, em um local que ainda hoje conserva o nome de Campina Sagrada (Heilige Wiese). Seu diário, escrito em parte na prisão, transformou-se em livro condutor da juventude, e o consentido sacrifício da sua morte levou-lhe o nome à notoriedade européia como símbolo da liberdade. Chateaubriand, nas *Memórias de Além-Túmulo*, reflete bem isso quando escreve:

*“Sous le ciel de la Germanie cet amour de la liberté devint une espèce de fanatisme sombre et mystérieux, qui se propagea par des associations secrètes. Sand vint effrayer l’Europe.”*¹⁵

Luís Sand ou Júlio Frank, qualquer que fosse a sua origem, era um alemão daquele tempo, e o tempo era, na luta política, o das sociedades secretas, sobretudo para a mocidade.

Na época romântica, muitas idéias políticas, notadamente o republicanismo, desenvolviam-se fortemente naquelas sociedades. O Brasil do Primeiro Reinado e da Regência conheceu-as numerosas, desde as mais reacionárias até as mais revolucionárias. A Maçonaria, que era a mais importante, serviu a todas as colorações do ideário político. Reacionários como Pedro I, moderados como José Bonifácio, radicais como Antônio Carlos a ela pertenceram. Por isto não correspondiam as sociedades brasileiras às alemãs ou italianas, antes adaptavam-se ao meio para a obtenção dos seus fins.

Júlio Frank (chamemo-lo pelo nome que ficou conhecido) deve ter fundado a *Burschenschaft* (numerosas eram as associações com

15 O assassínio de Kotzebüe levou Metternich a convocar uma conferência diplomática em Carlsbad, no mês de agosto de 1819, à qual compareceram os mais importantes Estados da Confederação Germânica. A *Burschenschaft* foi severamente condenada e a inscrição de estudantes nela ficou equiparada a crime, tornando-os incompatíveis com a vida pública.

este nome nas universidades alemãs) logo que obteve emprego na Academia de São Paulo, ou seja, por volta de 1834.

É possível, também, que, residindo em Sorocaba, viesse a São Paulo a fim de manter contactos com os estudantes, sendo neste caso anterior à entrada na Academia a fundação da associação estudantil. Esta versão, adotada por Afonso Schmidt, encontra apoio na biografia do Visconde do Uruguai, escrita por José Antônio Soares de Sousa. Por este livro se vê que o visconde matriculou-se na Academia do Largo de S. Francisco em 1830, no terceiro ano, tendo feito o quarto e o quinto conjuntamente, pois tomou grau de bacharel em fins de 1832, antes, portanto, de ser contratado Júlio Frank.

Na citada biografia do Visconde do Uruguai lemos o seguinte:

“Contou-me meu pai, o Professor Paulino José Soares de Sousa¹⁶ que, quando estudante em São Paulo, soube que o Visconde do Uruguai fora mui ligado ao Dr. Júlio Frank e que, com este, fundara uma sociedade secreta, da qual fez parte principal. O Conselheiro Paulino, filho mais velho do visconde, também pertenceu à mesma sociedade.”¹⁷

De acordo com o mesmo livro, o Visconde do Uruguai, federalista e republicano, tinha “a cabeça povoada de revoluções”, e redigiu jornais revolucionários. Como se vê, tudo bem no espírito da *Burschenschaft* alemã. Se o primeiro Paulino de Sousa pertenceu à *Burschenschaft*, como estudante, foi ele o iniciador de uma série de grandes políticos brasileiros ligados à organização, e fica demonstrado que Júlio Frank fundou a associação antes de ser contratado como professor.

Outro estudante ilustre dos primeiros anos de vida de Faculdade, ligado a Júlio Frank, foi o futuro mestre e aclamado jurista Antônio Joaquim Ribas. Quando Frank veio ensinar no curso anexo, em 1834, ali encontrou Ribas, então com apenas quinze anos, como aluno. A amizade entre os dois moços logo se estreitou, aplicando-se Ribas a estudar, com Frank, o Latim, o Inglês e o Francês. A aproximação intelectual entre ambos levou Ribas (segundo José Luís Alves, que proferiu o seu elogio no

16 Neto e homônimo do visconde.

17 O segundo Paulino foi influente líder conservador no fim do Império.

Instituto Histórico) a colaborar no *Compêndio de História Universal* de Frank, publicado em 1841 sem nome de autor.

Naturalizado brasileiro, Júlio Frank morreu em junho de 1841, de pneumonia, em São Paulo, aos trinta e dois anos. Foi seu médico o Dr. Justiniano de Melo Franco, que também atendeu, na hora da morte, outro liberal, Líbero Badaró. Além de professor da Academia, Frank era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja revista aparece o seu necrológio, que foi proferido pelo sócio Tomás José Pinto Cerqueira.¹⁸ Seu túmulo, erigido em um pátio da Faculdade, é ainda hoje objeto de veneração e curiosidade por parte dos estudantes.

A influência do alemão se dividia entre os futuros políticos, como Paulino, e os futuros juristas como Ribas. Mas foi no meio político que a orientação da *Burschenschaft* se especializou.

Com efeito, seus dirigentes, daí por diante, em diversos postos, chamaram-se Francisco Otaviano, Visconde de Ouro Preto, Rui Barbosa, Assis Brasil, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Barão do Rio Branco, Pinheiro Machado, Campos Sales, João Pinheiro, Afonso Arinos, Pedro Lessa, Venceslau Brás, Bernardino de Campos, Davi Campista, Washington Luís, Melo Franco, Antônio Carlos, Altino Arantes, Artur Bernardes, Vergueiro Steidel, Macedo Soares e numerossíssimos outros vultos preeminentes do Direito, das letras e da política imperial e republicana.¹⁹

A seleção dos membros da sociedade era feita por cooptação, sendo escolhidos à revelia os que apresentassem as melhores qualidades de inteligência e caráter. O chefe principal era sempre um aluno do último ano, distribuindo-se entre os demais os vários postos da hierarquia.

A sociedade auxiliava economicamente os estudantes pobres (João Pinheiro e Cândido Mota, por exemplo, tiveram os seus

18 O necrológio de Júlio Frank acha-se no volume 3 (1842) da *Revista do Instituto Histórico*. Quanto ao túmulo, deve-se recordar sua semelhança com o pequeno monumento existente no centro de São Paulo, na Ladeira do Piques. Este monumento (coisa que nem toda gente sabe) está ligado à *Burschenschaft*, cujo monograma se encontra nele gravado.

19 Melo Franco pertenceu ao Conselho dos Apóstolos. Além de meu pai e do meu tio foram membros da *Burschenschaft* meu avô paterno, Virgílio de Melo Franco, e outro tio, João de Melo Franco, todos formados em São Paulo. Cesário Pereira, meu sogro, também foi membro da organização.

curso total ou parcialmente sustentados por ela) mas, por outro lado, constituía uma espécie de grupo destinado a funcionar na vida pública depois de terminados os estudos.

Nesse sentido seria altamente interessante a pesquisa que comprovasse as ligações entre a *Burschenschaft* paulista e o acesso aos mais altos postos políticos, desde o Império.²⁰

As reuniões realizavam-se habitualmente à noite. Mais recentemente eram feitas em uma casa, hoje demolida, que existia no Jardim da Luz. Todo o ritual romântico das sociedades secretas era rigorosamente observado. Rui, Rio Branco, Afonso Pena, Venceslau Brás, Artur Bernardes, nos pináculos das respectivas carreiras, não desdenhavam de, quando de passagem por São Paulo, homenagear a velha organização, prestando-se docilmente ao seu cerimonial.

A transmissão da chave era uma festa simbólica. Traduzia a permanência dos ideais da sociedade através das sucessivas gerações.

As indicações que conseguimos recolher a respeito da filiação de ilustres homens públicos à *Burschenschaft* são extremamente significativas. Não é nosso propósito estendermo-nos demasiado sobre o assunto. Limitaremos nossa pesquisa à fase republicana, destacando alguns fatos.

Logo depois do 15 de Novembro, a chamada Comissão dos Cinco, incumbida de elaborar o anteprojeto de Constituição, continha pelo menos três antigos membros da sociedade: Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e Santos Werneck, sendo que este último, relativamente obscuro, havia sido “chaveiro” (chefe supremo) da *Burschenschaft*.

É certo que Prudente de Moraes e Campos Sales a ela pertenceram, e isto explica, em parte, o fato de os dois líderes republicanos haverem, desde a implantação do novo regime, convocado a Rodrigues Alves, que integrou também a organização, na qualidade de chefe do Conselho dos Apóstolos.

20 A *Burschenschaft* constituía-se como uma elite intelectual e moral entre os alunos. O número de seus correspondentes não passaria de dez por cento do total. Compreende-se o destaque que tiveram. Em 1870 Afonso Pena era o chefe supremo da Comunhão Geral e Rodrigues Alves chefe do Conselho dos Apóstolos, que eram doze, se não nos enganamos. Meu pai e Antônio Carlos foram apóstolos na sua geração. Os apóstolos traziam nomes bíblicos, tais como Jesus, Monte Carmelo, Monte Sião, Mar Morto, Jerusalém, Monte Tabor.

O Barão do Rio Branco, já ministro do Exterior, foi saudado em sessão solene da sociedade pelo Deputado Gastão da Cunha, o que deve haver concorrido para a colaboração estabelecida entre os dois, no Itamarati. Gastão da Cunha, quando estudante, foi quem redigiu a nova Constituição (pacto) da associação.²¹

Entre o Barão do Rio Branco e a *Burschenschaft* ocorreu um incidente muito interessante. Em 1906, conversando com velhos amigos, o Barão fez referências à associação de sua mocidade, referências essas que foram consideradas indiscretas pela direção do tempo. O chefe da Comunhão Geral interpelou-o severamente. E o todo-poderoso chanceler escreveu uma carta autógrafa de explicação, justificando-se com o fato de sua longa residência no estrangeiro e a perda de contato com as normas de sigilo. Daí é que o Barão foi convidado para ser homenageado em São Paulo com sessão solene e discurso de Gastão. Em agradecimento, o Barão convidou alguns estudantes da *Bucha* (como era chamada familiarmente pelos estudantes) a virem ao Rio, para um almoço no Itamarati. Desse almoço participaram Rio Branco, Gastão, Afonso Arinos, todos “bucheiros”, e os estudantes convidados, Cásper Líbero, Vergueiro César e Vergueiro de Lorena. Os outros comensais ignoravam o verdadeiro sentido da reunião. Existe uma fotografia desse almoço que aparece na *Obra Completa* de Afonso Arinos, editada pelo Conselho Federal de Cultura.

Davi Campista era tão reverente à memória de Júlio Frank que empregou seus dotes de pintor em fazer-lhe um retrato.

Desde o início, a *Burschenschaft* paulista (B. P. segundo a sigla dos iniciados) foi liberal, abolicionista e republicana. Isto não impediu que, dissipados os entusiasmos juvenis com as exigências da vida prática, certos estudantes, tornados estadistas, se apresentassem como conservadores, escravocratas e monarquistas.

Durante o fastígio do Império tal ocorreu com a maioria dos antigos “bucheiros” (como era e são ainda chamados), mas, à medida que

21 Madame de Staël, no seu livro sobre a Alemanha, assim se refere às sociedades secretas: “Os iluminados políticos tinham adotado certos sinais para se reconhecerem; mas os interesses, e não as opiniões, lhes serviam de ligação. Eles pretendiam, é verdade, mudar a ordem social, mas, enquanto esperavam por esta grande obra, o que eles queriam logo era apoderar-se dos empregos públicos.” Estas observações desabusadas aplicam-se, em grande medida, à *Burschenschaft* paulista.

se aproximava o fim do antigo regime, a fé republicana foi se tornando o centro de inspiração da sociedade. Daí a solidariedade que entretecia, com fios invisíveis, aqueles varões, aqueles patriarcas, irmanados pelo tesouro de recordações inapagáveis. Daí também, no jogo oligárquico da Primeira República, a explicação secreta de muitos arranjos e composições entre os próceres, que escapavam à visada do observador insciente ou superficial.

O republicanismo da *Burschenschaft* era, como dissemos, uma característica habitual das sociedades secretas européias. Com efeito, a idéia de República ficara muito comprometida na opinião média do Velho Mundo, por causa das crueldades da época chamada do Terror, que coroou com um diadema de sangue a Revolução Francesa. O republicanismo europeu, não conseguindo a aceitação pacífica do norte-americano, refugiou-se, durante o período da Restauração (1815-1830), e mesmo depois, nas sociedades secretas, que então estavam no auge do prestígio. Na França, a propaganda aberta da República foi bem tardia. Iniciou-se praticamente com Gambetta, no declínio do Segundo Império napoleônico. Mas Gambetta, preocupado em apagar trágicas lembranças, não pregava a República revolucionária, e sim a evolução legal de um regime para o outro, a chamada “República conservadora”. Este legalismo evolucionista, como tudo o que vinha da França, influiu na mentalidade dos nossos estadistas do Império. Ouro Preto, na fala com que apresentou o seu gabinete em 1889, responde aos inflamados discursos republicanos de Cesário Alvim e João Manuel afirmando que a coroa cederia o passo à vontade popular, legalmente manifestada.

Existe, em todo caso, uma relação muito estreita entre a *Burschenschaft* paulista e a ideologia republicana. Por isto mesmo sua maior influência revelou-se na formação dos quadros dirigentes da Primeira República.

Na turma de Rodrigues Alves, que colou grau no ano do manifesto republicano, pertenciam à *Burschenschaft*, além dele, Rui Barbosa, Afonso Pena, Bias Fortes e Salvador de Mendonça.²² Se nem todos estes eram estudantes republicanos, todos vieram a ocupar grandes posições na República.

Como demonstrações curiosas da manutenção dos vínculos da *Burschenschaft*, transcrevemos trechos de duas cartas, a primeira escrita por

22 Afonso Pena foi chefe da Comunhão Geral e Rodrigues Alves chefe do Conselho dos Apóstolos. Eram os dois postos supremos da organização estudantil.

Afonso Pena, vice-presidente da República (já indicado para a presidência), dirigida a Pedro Lessa; e a segunda por Artur Bernardes, depois de presidente empossado, endereçada aos dirigentes anônimos da Organização.

Escreve Afonso Pena, com data de Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 1906:

“Exm^o Colega e Am^o Dr. Pedro Lessa

Desejo-lhe a continuação de boa saúde e muitas felicidades.

Pelo nosso companheiro Dr. Macedo Soares foram-me feitas indicações a que V. Ex^a se refere na sua carta de 31 de janeiro em benefício do progresso do benemérito Con.: de Inv.:²³ de São Paulo e de bom grado as tenho adotado. Para expedição do Dec.: criando o Cons.: de Deleg.: do Sub.: Ap.: da Bursch.: Bras.:²⁴ tornam-se precisas certas informações que solicito do Desembargador Pinheiro Lima como dirá a V. Ex^a o Dr. Macedo Soares.”

O emissário referido pelo signatário era José Carlos de Macedo Soares, bacharel da turma de 1905, mais tarde embaixador e ministro, então com vinte e dois anos. Deve também ser recordado que o Presidente Afonso Pena foi quem chamou Pedro Lessa da sua banca de advogado e da cátedra de professor em São Paulo para o Supremo Tribunal. Lessa resistiu ao convite, mas o presidente demoveu-o com esta declaração:

“Eu cumprirei o meu dever de nomeá-lo; o senhor saberá como cumprir o seu.”²⁵

A parte marcante da missiva de Bernardes é a seguinte:

“Ao muito Ill.: e Resp.: Conselho de Apóstolos da B.: P.:²⁶ meu muito saudar.

23 Conselho de Invisíveis, também chamado Sublime Apostolado. Foi chefiado anteriormente por Francisco Otaviano, Ouro Preto e depois por Pedro Lessa.

24 Decreto criando o Conselho de Delegados do Sublime Apostolado da *Burschenschaft* brasileira.

25 Fato narrado ao autor por Afonso Pena Júnior.

E cordialmente agradeço as congratulações com que, por proposta do Dr. Frederico Vergueiro Steidel, da B.: P.:, me distinguiu, ao ensejo de minha ascensão à Magistratura Suprema do País.²⁶

As condições em que esta se operou patenteiam o nível a que desceu a política republicana de nossa terra e quanto o Brasil necessita do concurso dos patriotas para levantar-se do charco em que os maus brasileiros o vão sepultando.

Competirá essa obra meritória às gerações mais moças, de vez que defeituosa educação das gerações atuais não permite esperar delas a ação salvadora.”

Artur Bernardes, profundamente patriota, inteligência obstinada e espírito messiânico, levou a tradição da *Burschenschaft* até a velhice. Pouco antes de morrer, sendo deputado, uma das suas preocupações (que transmitia a alguns colegas escolhidos) era a de fundar uma sociedade secreta em que entrassem moços, com ele comprometidos a defender a Hiléia Amazônica e o petróleo brasileiro contra a cobiça internacional.

De um modo geral, a participação da *Burschenschaft* de Júlio Frank nos acontecimentos políticos nacionais prosseguiu até recentemente, e é provável que ainda exista, embora muito atenuada pela diferença de motivações que hoje solicitam os estudantes.

Muitos homens públicos de atuação recente foram elementos de prol da *Burschenschaft*. Em 1923 foi chaveiro Antônio Gontijo de Carvalho.

O último chefe da associação secreta, pelo que sabemos, foi José Carlos de Macedo Soares. Recentemente houve tentativas de rearticulação da *Burschenschaft*, provavelmente com pouco êxito, porque – como já ob-

26 Ao muito Ilustre e Respeitável Conselho de Apóstolos da *Burschenschaft* Paulista.

27 Frederico Vergueiro Steidel, catedrático de Direito Comercial, era então chefe da associação, sendo sucedido por Macedo Soares. Um cronista da Faculdade, Francisco Pati, recorda-o na tribuna da *Bucha* em certa noite solene de 1921: “Magro, de estatura média, curvado para frente, fisionomia severa de asceta, soltava as palavras como lâtegos. A vocação de Apóstolo estampava-se-lhe na face macerada.” O emprego da palavra “apóstolo” por Pati é evidentemente intencional. Lembre-se que seu livro não refere os aspectos secretos da associação.

servamos – as motivações da juventude civil são hoje muito diferentes do que eram até meio século atrás. Para concluir, recordemos alguns episódios relevantes da história contemporânea, ligados à organização de Júlio Frank.

A fundação do Partido Democrático de São Paulo, tendo como figura de proa o Conselheiro Antônio Prado e como elementos atuantes antigos bacharéis do Largo de S. Francisco, é obra da *Burschenschaft*, em grande parte. Depois de 1930, a revolução paulista de 1932 não lhe é estranha, à medida que foi um movimento bacharelesco, ativado por membros da associação e do partido, como Júlio de Mesquita Filho, Henrique Baima, os irmãos Vampré e Paulo Nogueira Filho.²⁸

O sumário levantamento que foi feito das origens, desenvolvimento e ação da *Burschenschaft* paulista não pretendeu mais que contribuir para o esclarecimento de certos bastidores da oligarquia dominante na Primeira República, desvendando parte das razões da escolha dos seus representantes nos três poderes constitucionais, explicando o aspecto moral seletivo que nela predominou e a justificação parcial da unidade básica do grupo dominante. Esses três fatores de estabilidade, pressionados por várias circunstâncias, desagregam-se precisamente com a morte de Rodrigues Alves, que é a porta que cerra a Primeira República e abre os caminhos tumultuosos das que lhe seguiram. Venceslau Brás e Rodrigues Alves eram “bucheiros”. Epitácio Pessoa nada tinha com a sociedade.

O País de 7-11-1905 transcreve de *O Paraíba* de 25-11-1870 a seguinte nota assinada por E. Leão Bonrroel:

“Teve anteontem lugar na casa do Sr. Domingos Rodrigues Alves um baile magnífico dado por S. S.^a em regozijo da formatura de seu filho, o nosso estimado e talentoso patricio Francisco de Paula Rodrigues Alves. Tudo correu às mil maravilhas. O grande concurso de convivas, o prazer de que todos se achavam possuídos, a decoração da sala, o primor e a delicadeza

28 Os radicais da *Burschenschaft*, depois do movimento de 1932, formaram uma espécie de círculo concêntrico, de diâmetro menor, chamado dos “encapuzados”. Este pequeno grupo, utilizando um grande jornal, *O Estado de S. Paulo*, atuou em vários acontecimentos. Mas isto é outra história.

dos serviços, a pompa e bom gosto das *toilettes*, tudo enfim concorreu para que aquela festa seja lembrada com saudade.”

A VOCAÇÃO POLÍTICA

Ao deixar, em 1870, a Faculdade, aquela brilhante plêiade de bacharéis devia estar bem consciente do largo destino que a aguardava na vida pública. Quatro de entre eles nunca mais se perderiam de vista nos encontros e desencontros do futuro: Rodrigues Alves, Rui Barbosa, Afonso Pena e Bias Fortes.²⁹

No dia 5 de novembro, em que Rodrigues Alves colou grau, a *Opinião Conservadora*, de João Mendes, publicou esta notícia, que era também uma profecia:

“Caráter sisudo, inteligência cultivada, idéias sãs são elementos valiosíssimos que o Sr. Rodrigues Alves porá a serviço da pátria, se quiser dedicar-se à carreira política.”

O bacharel de Guaratinguetá, estudante excepcional desde a infância, cumpriu ampla e rigorosamente o vaticínio. Foi um político.

De fato, o Direito constituiu para Rodrigues Alves um instrumento para a ação política, instrumento impositivo na época em que viveu e atuou. Em toda uma longa vida de administrador e governante, presidente da Província e do Estado, deputado provincial, geral e federal, senador da República, ministro e presidente, sua ação é marcada sempre, nas virtudes e nos defeitos da personalidade, pela política. Com ela e por ela viveu, afirmou-se, venceu, entrou na história. Seus últimos momentos são dominados pela preocupação política. Quase agonizante, depois de confortado espiritualmente pela Igreja, são de ordem política as recomendações finais que faz aos familiares e próximos, despedindo-se

29 Afonso Pena deve ter sido, nos bancos acadêmicos, dos colegas mais chegados a Rodrigues Alves. Isto não impedia a cerimônia do tratamento entre eles. Veja-se esta dedicatória, em um belo volume das poesias de Alfred de Musset: “Ao meu distinto Colega e Amigo Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo, 30 de outubro de 1870. Afonso Augusto Moreira Pena.” O livro era presente de formatura que o bacharel de Minas fazia ao de São Paulo.

deles e da vida. Pode-se afirmar que nenhum patriarca republicano foi tão político quanto Rodrigues Alves.

Os excessos da fria ambição fizeram Floriano exorbitar, da ação política, para o arbítrio da força. A inflexibilidade orgulhosa perturbou a visão de Prudente, levando este grande varão ao ostracismo. Uma espécie de bacharelismo formalista prejudicou o comportamento de Campos Sales, impedindo-lhe, talvez, a volta ao poder. A intolerância das idéias obstou a ascensão de Bernardino de Campos. O apetite de mando e o espírito caudilhista cortaram a carreira e a existência de Pinheiro Machado. A vaidade intelectual e o irrealismo doutrinário marginalizaram Rui Barbosa, o mais poderoso engenho da geração dos fundadores.

Rodrigues Alves era lúcido e flexível, enérgico e sereno, pertinaz e transigente, ambicioso sem personalismo, firme nos compromissos e hábil nas composições, duro na ação, mas tolerante quando obtinha o que queria.

Acima de tudo, ele possuía, de forma admirável, o sentimento de que a política se exerce sempre tendo em vista algo que está acima dela e de quem a pratica. Qualquer coisa de indefinível dentro da qual a intensidade da vida, o gosto da glória e o desejo do poder estão sem dúvida presentes, mas que, em conjunto, transcende a tudo isso, ou melhor, coloca todas essas forças como instrumentos pessoais de uma vocação impessoal, que é a de realizar e de servir a quem não se conhece. Foi essa intuição dominadora que levou sempre Rodrigues Alves a distinguir o permanente do contingente e a extrair o essencial do episódico.

Tais qualidades explicam o fato surpreendente de haver ele (ele e não outrem por ele) resolvido problemas nacionais básicos que não podia conhecer, o que é precisamente a marca do grande político, do autêntico homem de Estado.



*Domingos Rodrigues Alves, já na velhice.
Cortesia do Prof. José Luís Pasin*

.....

Capítulo Segundo

Promotor público e juiz de Direito em Guaratinguetá – Deputado provincial – Sessão de 1872 – Sessão de 1873 – Sessão de 1874 – Sessão de 1875 – Casamento – Retorno à Assembléia Provincial – Sessão de 1878 – Sessão de 1879.

PROMOTOR PÚBLICO E JUIZ DE DIREITO EM GUARATINGUETÁ

Bacharel formado, como então se dizia, foi Rodrigues Alves nomeado promotor interino de Guaratinguetá, por decreto de 11 de dezembro de 1870, do presidente da Província, Antônio da Costa Pinto da Silva. O promotor efetivo era o bacharel Francisco de Paula e Oliveira Borges, oitavo filho do Visconde de Guaratinguetá e tio de Rodrigues Alves, o qual, provavelmente, lhe terá tomado o nome de batismo. O tio cedeu logo o exercício da promotoria ao sobrinho, pois este, que deixara a Faculdade havia pouco mais de um mês, estreou na tribuna do júri no dia 19 de dezembro, na sala da Câmara Municipal. O juiz de Direito era José Pedro Marcondes César, da numerosa família dos Marcondes espalhada pelas zonas mineira, fluminense e paulista do Vale do Paraíba, e também parente de Cerqueira César. O advogado da defesa (que obteve a absolvição do réu) era José Cardoso de Araújo Abranches, colega de Faculdade de Rodrigues Alves, e seu amigo até os tempos da presidência da República. Talvez o seu mais íntimo amigo.

Em dezembro de 1870, Rodrigues Alves serviu como promotor interino, mas já na sessão do júri de maio de 1871 aparece como efetivo. O tio teria seguramente pedido demissão, para que fosse nomeado o sobrinho. Serviu nessa qualidade até o fim do ano, tendo provavelmente se demitido nessa época, ou no começo de 1871, pois, neste último ano, como veremos, foi eleito deputado provincial.

Como promotor era também curador de menores, órfãos e interditos.

No correr de 1873, depois de terminadas as sessões da Assembléia Provincial, Rodrigues Alves foi nomeado juiz municipal e primeiro substituto do juiz de Direito da comarca da sua cidade natal. Nesse posto fica até o fim de 1874, havendo traços de sua passagem em várias sentenças e despachos arquivados nos ofícios de justiça das cidades de Guaratinguetá e de Cunha. Seus trabalhos são conscienciosos, fundados com precisão nos artigos da complicada legislação vigente, tanto do cível como do crime.

De 9 de dezembro de 1873 é uma sentença sua, em que concede liberdade a uma escrava, aplicando a Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871.

DEPUTADO PROVINCIAL

A carreira política de Rodrigues Alves começa em 1872, como deputado provincial.

Estudante filiado ao Partido Conservador, jovem bacharel militante da mesma agremiação, Rodrigues Alves contava com a valiosa proteção do Visconde de Guaratinguetá, com cuja neta em breve se casaria. Foi, assim, pela mão desse chefe, que ele entrou na atividade política.

As Assembléias Legislativas das Províncias tinham sido criadas em 1834, pelo Ato Adicional, em substituição aos anteriores Conselhos Gerais.¹

1 A Constituição de 1824 estabelecera os Conselhos Gerais das Províncias, órgãos eletivos, de poderes limitados, que elaboravam resoluções, submetidas depois à Assembléia Geral (Câmara dos Deputados e Senado do Império). As Assembléias Legislativas, em vez disso, possuíam competência legislativa própria.

As Províncias mais importantes, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, contavam 36 deputados nas suas Assembléias. Eram menores os números deles para as outras. Escolhia-se o deputado provincial da mesma forma que o deputado geral e pelos mesmos eleitores, mas a legislatura provincial não ia a mais de dois anos, metade do tempo da geral.

Rodrigues Alves foi eleito pelo primeiro distrito, no qual se elegeu também um deputado que fora seu professor na Faculdade, José Maria de Sá e Benevides.

Eleitos por outros distritos vinham Lopes Chaves e Estêvão Ribeiro de Resende.²

Presente desde a segunda sessão preparatória, em 29 de janeiro, o deputado conservador de Guaratinguetá foi indicado para a Comissão de Instrução.

A situação nacional apresentava-se solidamente conservadora, com o gabinete de 25 de março de 1871 (o de mais longa duração em todo o antigo regime), chefiado pelo Visconde do Rio Branco, sendo a Província presidida, naquele ano, por Costa Pereira e, em seguida, por Pinto Lima. O ministro do Império (Pasta a que estavam sujeitos os principais negócios provinciais) era João Alfredo.³

A vida política de Rodrigues Alves iniciava-se assim do lado do poder e sob os melhores auspícios.

Na ação parlamentar revelou-se, de pronto, o que sempre foi depois, como deputado geral, constituinte republicano e senador da República: assíduo, discreto, aplicado à tarefa, moderado nas atitudes políticas, estudioso dos assuntos, em geral pouco freqüentador da tribuna, mas eloqüente nela, quando necessário. O traço mais impressionante, também permanente, era a sua profunda e combativa fidelidade partidária,

2 Estêvão, depois Barão de Resende, de velha família mineira, era filho de pai do mesmo nome, que foi Marquês de Valença e senador do Império; era também irmão do Barão Geraldo Resende e genro do Barão da Serra Negra. Veremos adiante suas relações com Rodrigues Alves, quando este foi presidente da Província.

3 José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Francisco Xavier Pinto Lima, depois Barão de Pinto Lima, e João Alfredo Correia de Oliveira, mais tarde presidente do Conselho, quando Rodrigues Alves foi presidente da Província.

que, tanto na assembléia provincial quanto nas nacionais, o levou às vezes a ásperas contendidas.

No quadro do pensamento partidário, Rodrigues Alves era um conservador progressista como havia sido na Faculdade e como seria, depois, nas funções de deputado, senador, ministro e presidente. Toda a sua obra, toda a sua vida, são o desdobramento natural desse traço psicológico e comprovam o vigor da aliança do conservadorismo com o progressismo.

SESSÃO DE 1872

A princípio, sua atividade ficou limitada a relatórios sobre projetos sem maior importância.

A 4 de março assinou, em segundo lugar, como bom católico que era, uma moção de protesto contra a ocupação de Roma pelas tropas de Garibaldi.

Seu primeiro discurso foi proferido no dia 8 daquele mês. O prestígio de que vinha cercado patenteia-se com a notação “movimento de atenção” que focaliza sua ida à tribuna, palavras usadas tradicionalmente nas assembléias brasileiras para indicar o conceito de que vem precedido um representante.

Suas palavras iniciais marcam o propósito da discrição:

“Permitam os nobres colegas que eu rompa o silêncio que me tenho imposto.” Declara-se alheio às lutas políticas, atento ao espírito de empresa e associação, alma aberta à contemplação do futuro, que lhe parecia lisonjeiro, confiante na energia e na ação. Adverte sobre a grave situação da lavoura, por causa da falta de braços (o gabinete Rio Branco aprovava havia pouco a Lei do Ventre Livre, que era o início do fim da escravidão) e de crédito. Insiste em que a realidade devia ser enfrentada. Observa a tendência dos Estados modernos de se sobrepor à iniciativa individual nos empreendimentos básicos, cita os Estados Unidos como exemplo. Aborda o problema dos transportes, expondo as soluções encontradas em outros países, como a França e a Bélgica, e observa que, em matéria dessa natureza, cada país deve procurar suas próprias soluções. Acentua a necessidade da imigração, substitutiva do braço escravo, e termina com uma profissão de fé no progresso futuro de São Paulo.

Ao concluir o discurso, os cumprimentos dos colegas consagram-lhe o êxito.

Esta primeira manifestação política de Rodrigues Alves é de especial importância para o leitor contemporâneo, porque nela o moço deputado traça, sem o pressentir, talvez, o retrato do estadista futuro.

No dia 11 defende o direito das Câmaras Municipais contraírem empréstimos, com permissão das Assembléias Provinciais. Interpretava o Ato Adicional de maneira favorável à autonomia de São Paulo.

Entrando a Assembléia em recesso no mês de abril (o funcionamento normal delas era de três meses), Rodrigues Alves passou a exercer o posto de promotor público de São Paulo, para o qual havia sido nomeado por decreto de 8 de fevereiro. Esta acumulação de postos era permitida pela legislação da época e lhe foi facilitada pelos seus correligionários no poder.

O juiz de Direito, Antônio Cândido da Rocha, fora presidente da Província de julho de 1869 a novembro de 1870, com o gabinete conservador de Itaboraí.⁴ Rodrigues Alves, durante o ano de 1872, serviu por três períodos como promotor de São Paulo, tendo acusado em júri quatorze réus incurso em vários artigos do Código Criminal. Como oponentes, na tribuna de defesa, defrontou-se com advogados de nomeada, como seus ex-professores Sá e Benevides e Martim Francisco, além de João Monteiro, mais tarde também lente da Faculdade. Apesar do mérito dos defensores, os réus processados pelo promotor foram, na maioria, condenados.

SESSÃO DE 1873

Presente desde janeiro para o início das reuniões, Rodrigues Alves só se manifesta em plenário a 28 de fevereiro, em discurso interpretativo do Ato Adicional. Indagava-se se, nos termos daquela lei constitucional, os ofícios de justiça eram empregos gerais ou provinciais, dado que o Poder Judiciário do Império era uno. A redação apressada

4 José Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí.

do Ato Adicional deixou várias questões, como esta, indecisas, trazendo dúvidas sobre a competência das Assembléias.

Rodrigues Alves, como partidário da autonomia das Províncias, inclinava-se pelo caráter provincial daqueles empregos e defendia a competência da Assembléia, com argumentos de valioso teor jurídico.

A sua atuação de maior relevo, naquela sessão (e uma das mais importantes em todo o seu tempo de deputado provincial) relacionou-se com a educação.

Rodrigues Alves apresentou projeto instituindo o ensino obrigatório na Província. Esta idéia de obrigatoriedade do ensino implicava ainda então, para os espíritos retrógrados, agressão à liberdade dos pais e aos direitos da família. Sá e Benevides, católico ultramontano, chefiou o grupo reacionário, que negava ao poder público o direito de dispor sobre a matéria. Afirma, em discurso, que a idéia do ensino obrigatório “estava associada a movimentos comunistas e socialistas”, o que colocava o seu jovem colega de partido, e ex-discípulo, na incômoda posição de revolucionário e subversivo.

A 13 de março, Rodrigues Alves defendeu o seu projeto, mostrando a improcedência das acusações feitas pelos ultraconservadores. Referiu as práticas vigentes na França, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Portugal. Discutiu juridicamente a questão nos Direitos Público, Civil e Romano e examinou a situação precária da instrução no Brasil, com a falta de escolas, de professores e de alunos. Defendeu energicamente a intervenção do Estado no problema. A oração, muito aplaudida, foi o prenúncio da aprovação do projeto que se deu a 7 de fevereiro do ano seguinte.

SESSÃO DE 1874

Além da aprovação do projeto sobre o ensino obrigatório, o ano de 1874 marca a fase mais fecunda da ação de Rodrigues Alves na Assembléia Provincial. Naquela sessão, Rodrigues Alves freqüentou com assiduidade a tribuna, ainda que, de acordo com seu hábito, para só falar sobre os trabalhos em pauta. Matéria política só o provocava quando envolvia interesse imediato do seu partido. Seus discursos são marcados pela informação cuidadosa a respeito da matéria em causa, e pela independência dos julgamentos pessoais.

A 18 de março, voltando ao tema, que muito lhe interessava, da interpretação do Ato Adicional, proferiu oração, sem exagero, notável.

A 28, manifestando-se a propósito da Questão Religiosa, que então agitava o país, forneceu curiosa informação. Disse que D. Vital estava designado para dirigir a diocese de São Paulo, não tendo sido feita a indicação porque o combativo bispo recusou-se a conversar sobre suas intenções com um emissário do ministro do Império, João Alfredo. Depois desse desentendimento é que D. Vital foi mandado para Pernambuco.

A 30 de março, Rodrigues Alves esclareceu sua atitude quanto ao problema servil. Situa-se como emancipacionista moderado que era, ao sustentar a inconstitucionalidade de um projeto que criava imposto provincial sobre escravos. Afirma nitidamente:

“Não posso sacrificar à popularidade de idéias elevadas, generosas e que se dizem favoráveis à lavoura, convicções que tenho e que me parece mais se acomodarem aos verdadeiros e reais interesses da mesma lavoura.”⁵

SESSÃO DE 1875

Ao termo de sua segunda legislatura como deputado, Rodrigues Alves foi eleito membro da Mesa.

No decorrer de março, dias 2 e 12, combateu os favores indiscriminados que, sob a forma de garantias de juros e outras vantagens, estavam sendo concedidos às empresas de estradas de ferro. O zeloso administrador do futuro repontava no parlamentar, que não aceitava o disfarce do progresso para justificar negócios particulares, em detrimento de interesses públicos.

Ainda naquele mês, a 15, 17 e 31, discutiu longamente problemas de Direito Constitucional nos quais, parece, estava procurando se especializar.

5 Coerente com estas idéias que defendia como deputado, Rodrigues Alves, durante a sua curta presidência da província, no gabinete Cotegipe (1887-1888), vetou uma lei da Assembléa Provincial que instituía o imposto de 400 mil-réis sobre cada escravo matriculado em São Paulo.

No ano de 1875 terminava a legislatura provincial que, como dissemos, era de dois anos pelo Ato Adicional. Também naquele ano, a 25 de junho, formava-se, presidido pelo Duque de Caxias, novo gabinete, em substituição ao do Visconde do Rio Branco, o qual durou até 1878, quando se inaugurou a situação liberal, com o Visconde de Sinimbu.

Apesar de perdurar o predomínio dos conservadores, Rodrigues Alves não voltou à Assembléia Provincial no biênio 1876-1877.

Ficou em Guaratinguetá, sem descurar da política, porém dedicado a afazeres privados e cuidados familiares.

CASAMENTO

A família se organizava pelo seu casamento com a prima-irmã, Ana Guilhermina. O assento do ato é o seguinte:

“Aos 11 de setembro de 1875, nesta cidade de Guaratinguetá, em oratório particular da casa de Dona Guilhermina Cândida de Oliveira Borges⁶ feitas as denúncias canônicas, sem impedimento além do de consangüinidade em segundo grau igual da linha lateral, do qual foram dispensados por provisão de S. Ex^a Revm^a o governador do Bispado, precedendo o sacramento da penitência, às oito horas da tarde, em minha presença e das testemunhas, o Visconde de Guaratinguetá e Capitão Antônio Rodrigues Alves,⁷ se receberam em matrimônio por palavras do presente o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e D. Ana Guilhermina de Oliveira,⁸ ele filho legítimo de Domingos Rodrigues Alves e de D. Isabel Perpétua de Marins Alves e ela filha legítima do finado Dr. José Martiniano de Oliveira Borges e de D. Guilhermina Cândida de Oliveira Borges, naturais e fregueses

6 Esse oratório, com a imagem de Sant'Ana, encontra-se agora (1969) na casa de Rodrigues Alves, à Rua Senador Vergueiro, no Rio de Janeiro.

7 O Comendador, irmão mais velho do noivo.

8 Ana Guilhermina chamava-se a esposa e prima de Rodrigues Alves. Duas de suas irmãs chamavam-se Ana e Guilhermina. Sua sogra era Guilhermina. Ana Guilhermina é o nome de Anah, minha mulher.

desta paróquia, precedem a este casamento o alvará de licença do juízo de órfãos deste termo. E logo receberam as bênçãos nupciais de que mandei fazer assento. *O Vigário Benedito Teixeira da Silva Pinto.*”

Nesta fase, de 1875 a 1877, ausente da assembléia provincial, atuou no exercício da profissão na comarca do seu nascimento e nas próximas. A advocacia era, então, um dos meios mais usados para a formação das bases eleitorais nas províncias. Também nessa época, ou pouco mais tarde, é que se formam as duas empresas agrícolas em que Rodrigues Alves foi sócio do seu irmão e concunhado Virgílio: a “Viúva Borges e Genros”, que explorava a grande Fazenda das Três Barras, em Guaratinguetá, adquirida em 1858 pelo sogro de ambos, e a “Rodrigues Alves e Irmão”, que abriu as novas fazendas da zona de Jaú e São Manuel. Todas essas terras formam hoje o acervo da Companhia Agrícola Rodrigues Alves, sociedade anônima, de que são acionistas os descendentes do Conselheiro e do Coronel.⁹

Mas o exercício da advocacia profissional não o afastou, como veremos mais adiante, da atividade política, especialmente no terreno eleitoral.

RETORNO À ASSEMBLÉIA PROVINCIAL – SESSÃO DE 1878

Em 1878 voltou Rodrigues Alves ao parlamento provincial, onde veio encontrar dois deputados da corrente política republicana. Um era Martinho Prado, outro chamava-se Prudente José de Moraes e Barros. Este nascera no município de Itu, mas tinha base política na cidade de Piracicaba, antiga Vila de Constituição. Como o seu colega monarquista e conservador, Prudente formara-se em 1863 na Faculdade do Largo de São Francisco e pertencera à *Burschenschaft*. As relações entre o deputado conservador de Guaratinguetá e o republicano de Piracicaba apresentam-se, desde logo, se não amistosas – o que não era muito fácil para homens reservados como eram ambos – pelo menos confiantes. Não

9 A companhia foi posteriormente vendida pelos acionistas (nota de 1971).

faltavam razões para tanto. Os difíceis problemas com que se defrontava o regime monárquico levavam a extremos a luta tradicional entre os dois partidos, que se revezavam no serviço da coroa. Depois da Guerra do Paraguai, o reformismo liberal, mais desejoso de base eleitoral do que capaz de programação renovadora, ia se transformando numa verdadeira contestação da Monarquia. A oposição liberal permanecia latente, mesmo com o partido no poder, e não deixava de ser contraditória com os deveres de sustentação do trono.

Este estado de coisas levava ao acirramento crescente a luta entre os dois campos, que se defrontavam desde a Regência, apesar dos frágeis ensaios de composição ocorridos em meados do século.

Os conservadores ortodoxos sentiam que, com seu comportamento em problemas básicos, o Partido Liberal de fato colaborava na destruição do trono que pretendia sustentar. Bem significativo desta atitude parecia o lema adotado de “reforma ou revolução”.

Era, assim, compreensível que, na tática da luta política, os conservadores atacassem muito mais rudemente os seus adversários antigos do que os republicanos, cuja posição era autêntica e sincera. Sem contar que, muito mais fracos em número, e naturalmente excluídos do poder, não podiam os republicanos fazer sombra aos conservadores na disputa dos postos.

Essa situação revela-se, desde logo, nos debates da Assembléia, através das relações respeitadas que se formam entre o líder conservador Rodrigues Alves e o líder republicano Prudente de Moraes. É assim que, a 12 de fevereiro, aquele exprime seu apoio à atitude que este vinha adotando, no debate sobre instrução pública. Outra vez, a 27 de março, Rodrigues Alves, presidente da comissão especial que examinava o projeto de criação de imposto provincial sobre escravos (ao qual continuava contrário) reconheceu seriedade na opinião favorável de Prudente.

Na sessão de 1878, os dois mais relevantes discursos proferidos em plenário foram devidos aos futuros presidentes da República.

Prudente, a 17 de fevereiro, proferiu magnífica profissão de fé republicana, desenvolvendo a tese, cara aos da sua grei, de que a Monarquia representava planta importada no Novo Mundo e que o Brasil só seria americano quando fosse republicano.

O discurso de Rodrigues Alves, ainda mais importante pelo significado político e pela eloquência, foi feito a 15 de março e é todo

ele um violento ataque contra a situação liberal instalada a 5 de janeiro, com o gabinete presidido pelo Visconde de Sinimbu, o qual sucedera ao de Caxias. O presidente da Província, duramente atacado, era João Batista Pereira.

Rodrigues Alves, que já havia revelado as qualidades de líder governista, demonstrava agora a sua fibra de líder da oposição.

Defendeu magistralmente os princípios conservadores e investiu sem contemplações contra os liberais. Justificava a própria violência de linguagem mencionando famoso discurso do liberal Cesário Alvim na Câmara dos Deputados, no qual o Barão de Cotegipe, ministro da Fazenda, era acusado de contrabando. Como monarquista, revelava receio de que a formação de governos sem base parlamentar, pelo Poder Moderador (tal como se dera com o gabinete Sinimbu) viesse abalar a própria coroa. Observou que “o presidente do Conselho é o presidente do Clube da Reforma” e não poupou expressões como esta: “O último período liberal foi talvez o mais desastrado que tem havido neste Império.”¹⁰

Desfiou o rosário de acusações contra o Partido Liberal: fraude eleitoral, dissipação financeira, violências indiscriminadas. Comprovou as assertivas com a exibição de jornais, discursos e documentos. Rematou a catilinária contra o gabinete Sinimbu com a seguinte frase: “O governo do país, se não representa traição, representa uma nova mistificação.”

SESSÃO DE 1879

Em 1879 Rodrigues Alves exerceu, pela última vez, o mandato provincial.

Além dos deputados republicanos já referidos, destacam-se, na Assembléia, o liberal Martim Francisco III, depois deputado federal na República e escritor,¹¹ o Barão de Piratininga (Antônio Joaquim da Rosa), também literato, e Leite de Moraes. Este último, a 12 de fevereiro, denunciou “fatos horrorosos” ocorridos em Itu, que revelaram a anarquia crescente da vida rural, determinada pelas revoltas de escravos,

10 Gabinete Zacarias, de 3 de agosto de 1866.

11 O terceiro Martim Francisco era filho do segundo, que foi professor de Rodrigues Alves na Faculdade e seu colega na legislatura de 1872.

que só iriam se agravar até 1888. Naquela cidade, João Dias Ferraz da Luz, fazendeiro nascido em Minas Gerais, fora morto juntamente com a mulher, duas filhas e uma negra, por um escravo enfurecido. Era conhecido como homem caridoso e senhor que tratava bem os cativos. O próprio assassino, preso, dissera que não tinha contra o morto nenhuma queixa pessoal.

Revoltados com o crime, grupos de populares tentaram invadir a cadeia para linchar o criminoso, mas foram repelidos pela guarda, após troca de tiros.

Outro fazendeiro, por nome Galvão, havia sido morto precedentemente por escravo, em Itu.

A agitação conseqüente a esses fatos propagava-se por toda a Província.

Os conservadores, na Assembléia, agrediam os liberais falando em “cinismo” e “imoralidade”.

Grandes nomes do partido que se dizia do progresso não são poupados. Tavares Bastos é acoimado de “criminoso”, José Bonifácio, o Moço, debicado por ter sido escolhido senador do Império, embora fosse o menos votado da lista. O gabinete Sinimbu é considerado pelo deputado conservador Valadão “verdadeira Comuna de Paris, que trouxe o terror, a consternação e a anarquia ao país”.

Nesse clima de excitação e intransigência é que Rodrigues Alves vai por duas vezes à tribuna e encerra seu mandato parlamentar com vigorosas manifestações oposicionistas.

A primeira é de 12 de março. Rodrigues Alves ataca com energia o ex-presidente da Província, Batista Pereira, focalizando especialmente os seus fracassos em matéria educacional. Martim Francisco replica: “Ninguém brilha mais que o nobre deputado, porque ninguém nesta Assembléia tem, como S. Ex^ª, aquele dote que Macaulay elogiava em Pitt: a facilidade de ladear a questão e ocupar a atenção do auditório afastando-o constantemente da questão principal.” Rodrigues Alves treplica, atacando: “O nobre deputado não pode alegar serviços particulares de preferência ao serviço público; não pode alegar sacrifícios que faz, no desempenho dos seus deveres, quando o interesse público sobrepuja o interesse individual.”

Mas é a 25 de março que o deputado de Guaratinguetá, preparando-se para deixar a Assembléia, formula o seu mais longo, veemente e fundamentado requisitório contra a situação liberal.

Examina as condições reinantes em diversas províncias do Império, para recolher uma imagem global de desordem, miséria, ilegalidade, imoralidade administrativa e desprestígio público. Concentra-se no seu burgo, para terminar.

Em Guaratinguetá, no dia das eleições, 500 capangas armados haviam invadido a cidade, atemorizando a população às barbas da Força Pública inerte. A igreja matriz, ocupada pela tropa facciosa, fizera as vezes de acampamento militar. Em apoio do que afirmava, Rodrigues Alves lê vigoroso relato dos acontecimentos, por ele mesmo redigido e publicado no periódico local *O Paraíba*.

Ao descer da tribuna é aplaudido pelos correligionários postados nas galerias. Tem-se a nítida impressão, com a leitura daquelas esquecidas páginas de anais provincianos, que Rodrigues Alves deixava a Assembléia Legislativa reconhecido como um dos mais atuantes membros do Partido Conservador em São Paulo.



Ana Guilhermina, por ocasião do seu casamento com Rodrigues Alves (1875). Arquivo da família Rodrigues Alves

.....

Livro II

Capítulo Primeiro

*Deputado Geral – A Câmara de 1885 – A última legislatura do Império –
Presidente de São Paulo – Sessão de 1888 – Sessão de 1889.*

DEPUTADO GERAL

E

n 1885 terminava o período no qual Rodrigues Alves conservou-se afastado do exercício de funções políticas.

Com a instalação, naquele ano, da 19ª legislatura, veio ele para a corte como deputado geral, tendo sido reconhecido na sessão preparatória de 26 de fevereiro.¹ Continuava, sob os mesmos auspícios, a carreira parlamentar iniciada na Assembléia Provincial. Casado com uma neta do Visconde de Guaratinguetá, já então falecido, tivera melhorada a situação material, com os bens herdados pela esposa e prima, cujo pai também era morto. Por outro lado, tornara-se de certa forma herdeiro do remanescente da influência eleitoral do visconde, a qual, apesar das naturais dispersões, deveria ser bastante considerável.

Desde 1876 (antes, portanto, da lei Saraiva, que instituiu a eleição direta), Rodrigues Alves vinha preparando cuidadosamente as suas bases eleitorais. Havendo concluído o mandato provincial, contraído

¹ O Decreto nº 9.270, de 3 setembro de 1884, dissolveu a Câmara e convocou outra para o dia 1º de março de 1885. A eleição foi realizada a 10 de dezembro.

casamento e se fixado na cidade natal, possuía agora condições, inclusive tempo, para a penosa construção do prestígio político local.

Nos seus arquivos existem centenas de títulos de qualificação de eleitores expedidos naquele ano, o que comprova a intenção de Rodrigues Alves de candidatar-se em breve para a Assembléia Geral.

O título de qualificação, de acordo com a lei então vigente, continha o nome do eleitor e os seus qualificativos. A maioria era composta de lavradores (de fato trabalhadores rurais), sendo que numerosos eram analfabetos, o que era permitido pelo sistema de voto indireto, que então vigorava.

Quando Rodrigues Alves se elegeu pela primeira vez deputado geral, para a Câmara de 1885, já existia a lei Saraiva do voto direto. Dessa fase existe uma curiosa lista de eleitores, feita possivelmente pelo seu irmão Antônio, que documenta os costumes políticos do tempo. A lista é de 1887 e refere-se aos colégios eleitorais de Lorena e Cruzeiro. Os eleitores vêm numerados (começam com o Visconde de Pimentel) e os nomes são seguidos de anotações, que esclarecem qual seria o voto do eleitor. Raros são os que não votariam no candidato. Alguns impõem condições, como o pagamento de transporte, ou compromissos do candidato no exercício do mandato. De qualquer forma tem-se a impressão de que a existência dos dois partidos nacionais no Império tornava as eleições mais disputadas e autênticas do que o regime oligárquico dos PR estaduais, na Primeira República.

No arquivo de Rodrigues Alves acham-se também as respostas das cartas que ele enviava aos eleitores do distrito, quando se preparava o pleito de 1884 (dezembro), para a Câmara dos Deputados do ano seguinte.

Algumas são interessantes. Miguel José de Moraes Castro, de Areias, por exemplo, escreve:

“Conheço-o bastante e sei o merecimento que tem para o Partido Conservador do distrito a sua candidatura, que considero legítima e filha dos seus esforços e muito e muito serviço ao partido; será com muita satisfação que acompanharei a sua carreira política e muito desejo a sua vitória no futuro

pleito. Bendita a hora em que se partir e afundar a malfadada jangada que nos governa.”²

Laurindo de Almeida, de Bananal, não esconde nem sequer disfarça o seu reacionarismo, que pretende apresentar como norma de conduta ao candidato:

“V. Ex^a chefe distinto, além dos eminentes dotes que o elevam, tem a particularidade de ser fazendeiro e, portanto no caso, de tomar a peito na Assembléia a causa da lavoura, reforçar a fileira do honrado e benemérito parlamentar Andrade Figueira, defender a nossa honra, vida e propriedade que este fraco e desalmado governo deixa à mercê da canalha petroleira e comunista do Rio de Janeiro, que tenta nos colocar fora da lei, como V. Ex^a e todos nós estamos vendo. Estamos sendo sacrificados inermes e estupefatos.”

Assim encarava esse eleitor as manifestações abolicionistas do povo carioca e a ação de homens como Joaquim Nabuco: “Petroleiros e comunistas...”

Os padres trabalhavam pelo candidato, como se vê desta carta do vigário de Bocaina, Sebastião Antônio Ribeiro:

“Bem sabe quanto o considero como um dos nossos distintos correligionários, que por sua ilustração e patriotismo muito nos há de fazer.”

O padre era bravo:

“O ministério, com a pouca vergonha que tem, vai passando uma vida inglória e de descrédito para o Partido Liberal, até que dê com tudo de pernas ao ar e a coroa se desengane com semelhante gente.”

Vicente Ferreira Branco, de Silveiras, promete-lhe o voto e “dos amigos mais importantes deste lugar”, afirmando-lhe que será infalivelmente aceito com satisfação de todos. Mas, em missiva subsequente, pede a proteção para um neto, Rodolfo Branco da Gama, que vinha para a corte e pretendia empregar-se em uma casa exportadora de café.

2 Referia-se ao gabinete liberal de Lafaiete Rodrigues Pereira.

Vejamos, como fecho desta amostra, a carta de um eleitor muito importante, o Barão de Ribeiro Barbosa, presidente do diretório conservador de Bananal, grande fazendeiro que também presidia a Companhia de Estrada de Ferro Bananalense, depois incorporada à Central do Brasil. Sua carta, escrita da fazenda, é encimada pelo monograma com a coroa de barão:

“Sobre a candidatura de V. Ex^a, já escrevi ao meu amigo, o Sr. Tenente-Coronel Guerra e também meu sogro, o Visconde de São Laurindo³ escreveu ao mesmo meu amigo e ao Sr. Coronel Pires Barbosa.”

Dessa forma, apoiado desde os viscondes até os modestos trabalhadores rurais, protegidos daqueles potentados, integrado na máquina conservadora do seu partido, representando os interesses econômicos dos proprietários daquela zona cafeeira em fase de decadência e de transformação, o jovem bacharel, filho de imigrante, mas descendente também de velha estirpe paulista, entrou em 1885 para a gloriosa Câmara dos Deputados do Império.

Para isso transportou-se de Guaratinguetá com a esposa e os filhos, no início da sessão legislativa, e veio residir na Rua Paissandu, em uma casa alugada que ficava entre a Rua Marquês de Abrantes e a residência da Princesa Isabel, atual Palácio Guanabara.

O Partido Liberal estava com boa maioria na legislatura. No pleito de que saíra aquela Câmara (realizado por voto direto, de acordo com a lei Saraiva), tinham sido eleitos 67 liberais contra 55 conservadores e 3 republicanos.

Entre os conservadores contavam-se o maranhense Gomes de Castro;⁴ o sergipano Padre Olímpio de Campos;⁵ os fluminenses Francisco Belisário, Alfredo Chaves e Andrade Figueira; os paulistas Antônio Prado e Rodrigo Silva; o mineiro Diogo de Vasconcelos.

3 São Laurindo era visconde por Portugal.

4 Gomes de Castro foi senador na República e fez oposição ao governo de Rodrigues Alves, como veremos.

5 Olímpio de Campos figurou depois em trágico episódio da política sergipana, ocorrido quando Rodrigues Alves era presidente.

Os liberais apresentavam vários nomes brilhantes do partido, como Franklin Dória (Barão de Loreto), da Bahia, que presidiu a Casa em 1885; Amaro Cavalcânti, do Rio Grande do Norte;⁶ José Mariano, de Pernambuco; César Zama, da Bahia; Antunes Maciel, do Rio Grande do Sul; Cândido de Oliveira, Afonso Pena, Antônio Carlos⁷ e Afonso Celso Júnior (Conde de Afonso Celso), de Minas Gerais; Leopoldo de Bulhões,⁸ de Goiás; e José Maria Metelo, de Mato Grosso.⁹ O Partido Republicano representava-se pelos paulistas Prudente de Moraes e Campos Sales,¹⁰ e pelo mineiro Álvaro Botelho.

O gabinete liberal de Dantas, formado a 6 de junho de 1884, deixara o poder a 6 de maio do ano seguinte, quando se abriu a legislatura, sendo substituído pelo ministério Saraiva, também liberal.

A substituição correspondia a um retrocesso da coroa, atemorizada com a marcha da propaganda abolicionista, cuja repercussão popular punha em pânico os reacionários, tanto no Partido Conservador quanto no Liberal.

As manifestações do povo no Rio de Janeiro exorbitavam as fronteiras da legalidade, na opinião dos conservadores dos dois matizes. No seu opúsculo *O erro do Imperador*, publicado em 1886, Joaquim Nabuco desvenda, com agudo espírito de análise, a fisionomia da crise que, após as eleições liberais, levou ao poder, contra as praxes parlamentares, o partido chamado da ordem. Eis alguns trechos:

“Nem o Imperador, nem sua família, distinguem entre Partido Conservador e Monarquia. Entretanto Monarquia e Partido Conservador são forças não só diferentes, mas muitas vezes opostas... A Monarquia não pensa poder viver sem o

6 Amaro Cavalcânti era amigo de Rodrigues Alves, que o nomeou ministro do Supremo Tribunal.

7 Terceiro desse nome. Irmão de Martim Francisco II e de José Bonifácio, o Moço. Pai de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais.

8 Leopoldo de Bulhões, outro amigo de Rodrigues Alves, foi seu ministro da Fazenda.

9 Metelo foi dos mais ferrenhos adversários de Rodrigues Alves durante o seu mandato de presidente.

10 Por interessante coincidência, foi o republicano Campos Sales, membro da Comissão de Poderes, que, como relator, deu parecer favorável ao reconhecimento do conservador Rodrigues Alves.

Partido Conservador, o Partido Conservador sabe que pode viver sem Monarquia.”

Mais adiante, criticando os conservadores por não atribuírem importância às mais significativas manifestações populares, Nabuco observa que eles, quando chegavam às janelas da Câmara e viam na rua o povo, diziam “aquilo não vale nada, é a canalha”. No entanto, ajunta o grande escritor, “o nosso povo é assim mesmo, é um povo de pés no chão e mangas de camisa, e não é um povo branco”.

O medo da revolução social derrubara Dantas e formara uma aliança espúria entre deputados conservadores e liberais, hostis ao progresso.

É Nabuco ainda quem diz:

“Todos sabíamos que a dissidência [liberal] e os conservadores desejavam um gabinete Saraiva [...]. Infelizmente o Sr. Saraiva subiu prevenido contra o seu antecessor, contra os que haviam, por um dever de honra, sustentado a este, e contra todo o movimento de opinião durante o ministério Dantas.”

Pedro II, mais uma vez, usava o Poder Moderador como instrumento de execução de uma política pessoal. Saraiva, aliado à dissidência do seu partido e apoiando-se na oposição conservadora, era a ponte por onde escapavam as hostes retrógradas da Monarquia, fugindo ao clamor das ruas para abrigar-se no enganoso remanso dos interesses escravocratas estabelecidos. Era com a cumplicidade tácita da ala direita liberal que o poder marchava para o Barão de Cotegipe. Saraiva, com efeito, manteve-se no governo menos de quatro meses.

Os antecedentes desses fatos são os seguintes, sumariamente enunciados:

Na sessão de 28 de julho de 1884, o deputado liberal mineiro João Penido, que era contrário à política do seu partido, quanto ao projeto sobre os escravos, apresentou a seguinte moção de desconfiança: “A Câmara, reprovando o projeto sobre o elemento servil, nega a sua confiança”. Esta moção foi aprovada por 59 votos contra 52. Em consequência, Dantas, depois de votado o orçamento, dissolveu a Câmara por decreto de 3 de setembro, o qual convocou eleições para 1^a de dezembro e a futura Câmara para 1^a de março de 1885. Vieram eleitos, como dissemos, 67 deputados liberais, 55 conservadores e 3 republi-

canos. Foi nesta assembléia de maioria liberal que Rodrigues Alves apareceu, pela primeira vez, na política nacional.

A eleição era distrital e o voto direto, com um representante por distrito. Em São Paulo, os conservadores obtiveram maioria, elegendo 5 deputados contra 2 liberais e 2 republicanos.

O gabinete Saraiva, formado como dissemos a 6 de maio de 1885, apresentava-se à Câmara no dia 11, com um programa absolutamente insignificante, segundo se verifica no discurso do seu chefe. Era, evidentemente, uma situação que se sabia transitória. Tão consciente estava disso Saraiva, que a demissão do gabinete, em agosto, foi justificada perante a Câmara pelo mais obscuro dos seus membros, o Ministro da Agricultura João Ferreira de Moura.

A 20 de agosto, sem nova eleição justificativa, e diante de uma Câmara de maioria liberal, Pedro II formou um gabinete conservador, sob a chefia do mais ilustre e experiente membro do partido então em vida, que era o Barão de Cotegipe.

O discurso de apresentação do ministério, proferido pelo seu presidente na sessão do dia 24, é, ao mesmo tempo, um modelo de habilidade política e eloquência parlamentar e um atestado contristador da irregularidade institucional da sua investidura no governo. Com efeito, se as instituições parlamentaristas, grosseiramente desrespeitadas naquele episódio, não estavam na letra da Constituição, haviam-se instalado na prática do regime (como na Inglaterra) e eram, a cada momento, invocadas pelos estadistas imperiais, inclusive pelo presidente do Conselho, que chegava ao posto violando-as.

A 26 de setembro Cotegipe dissolvia a Câmara liberal e convocava as eleições para o dia 15 de janeiro de 1886, das quais resultou, como era inevitável dentro dos costumes da época, uma nova maioria maciçamente conservadora: 103 deputados, contra somente 24 liberais. Em 1886 os republicanos foram varridos da cena parlamentar. Só voltaram eles a aparecer em 1889, às vésperas da República, pela conversão de antigos monarquistas, como o conservador Padre João Manuel ou o liberal Cesário Alvim, ou pela eleição de dois republicanos históricos em preenchimentos de vagas, que foram os mineiros Monteiro Manso e Lamounier Godofredo.

A CÂMARA DE 1885

Acompanhemos, rapidamente, a breve vida da legislatura de 1885, tão cruelmente vergastada por Joaquim Nabuco nos artigos e opúsculos que representam o ponto mais alto da sua carreira de escritor político.

O presidente da Câmara era Franklin Dória, em 1888 agraciado com o título de Barão de Loreto.

O plenário estava dividido, não em função dos partidos, mas em respeito aos interesses econômicos dependentes da escravidão. Esse reagrupamento de hostes ligados às duas correntes fazia com que a única representação coesa, obediente a um programa definido e cada vez mais popular, fosse a pequena bancada republicana.

No dia 11 de junho, Campos Sales fez na tribuna memorável profissão de fé republicana, atacando diretamente a coroa e os dois partidos monárquicos.

A atuação de Rodrigues Alves no seu primeiro ano de deputado – excetuado o discurso de que adiante trataremos – é menos que discreta: apagada.

Enquanto seu antigo colega de colégio e faculdade, Joaquim Nabuco, proferia os seus mais belos discursos abolicionistas, enquanto Prudente e Campos Sales trabalhavam intensamente pela República, Rodrigues Alves fazia política partidária e municipal. A 20 de junho reclamou contra prisões de correligionários, em Guaratinguetá; em 3 de julho censurou procedimento de vereadores liberais, em Lorena; em 8 de agosto defendeu um vereador conservador, de Taubaté. No entanto, o deputado de Guaratinguetá havia sido o mais votado de sua bancada, em toda a Província. É provável que, desconhecido no país, ele visasse somente fortalecer o seu prestígio político no Partido Conservador e através da ascensão deste, que todo mundo previa próxima, também o seu prestígio em São Paulo. Como veremos, estes cálculos, se existiram, não foram errôneos.

Sua estréia na tribuna teve lugar a 15 de junho com o único discurso de boa categoria que proferiu no primeiro ano de mandato.

O conceito que já lhe envolvia o nome faz-se sentir na nota de “profundo silêncio” com que a taquigrafia acompanhou o registro de suas palavras iniciais.

O discurso é de franca oposição ao gabinete Saraiva, cujo projeto de emancipação gradual ele não repele, mas é principalmente de ataque ao governo anterior de Dantas. Na opinião de Rodrigues Alves, o ministério que caíra “abriu na história política do país um período de verdadeira fatalidade para o sistema que nos rege”. A agitação provocada poderia levar a situação aos extremos vividos pelos Estados Unidos, na Guerra de Secessão, em vez de evoluir pacificamente, como na Inglaterra, para o atingimento dos mesmos objetivos.

Examina a sucessão dos acontecimentos desde 1879: “De repente [...] o governo liberal, que era emancipador moderado, tornou-se abolicionista exaltado [...]. Os governos imprudentes [...] quando saem das normas da legalidade e apelam para o tumulto das praças, criam situações imprevistas e fazem as questões tomarem direções de que se não podia cogitar [...]. A propaganda das ruas assusta, irrita, mas a do poder faz desaparecer a confiança na lei e na autoridade e a propaganda do poder levou o susto às classes agrícolas [...]. [O poder] quis reconciliar-se com a revolução, para pedir ao ruído da agitação das ruas a solução do problema que só deveria procurar pelos meios legais”. Neste ponto, o tumulto causado por apartes e protestos chega a interromper o orador.

O conservador emancipacionista, mas não abolicionista, põe então o dedo no que reputava ser a ferida liberal. “O projeto de 15 de julho¹¹ consignava o princípio errôneo, anárquico e revolucionário de que o escravo não podia constituir propriedade legal.” Declara que, embora achassem melhor o projeto Saraiva (que, segundo ele, viria emancipar em menor tempo a escravatura), os conservadores de São Paulo insistiam na lei de 28 de setembro, devida ao seu partido.

Rodrigues Alves, neste passo da sua vida, colidia frontalmente com seus dois colegas de mocidade, Rui Barbosa e Nabuco, o autor do projeto Dantas e o defensor intemerato deste malsinado gabinete.

11 Projeto Dantas, de 15 de julho de 1884 (de fato, da lavra de Rui Barbosa).

A agressividade antiabolicionista de Rodrigues Alves contra o gabinete Dantas era também uma resposta ao recente discurso que Rui Barbosa havia pronunciado na Bahia, a 6 de junho, em uma manifestação àquele senador liberal, por ocasião do aniversário de sua ascensão à chefia do gabinete. Rui, que não fora reeleito deputado, extravasara seus ressentimentos atacando o conservador fluminense Andrade Figueira e o liberal mineiro Afonso Pena. Disse Rui:

“Quando o Sr. Saraiva bosquejou, na Câmara dos Deputados, o projeto de 12 de maio, foi o Sr. Andrade Figueira quem estendeu ao recém-nascido, nos braços do Sr. Afonso Pena, a toalha branca da cerimônia, invocando o espírito que murmura nas águas do Paraíba.”

Emancipacionista e conservador, e também homem saído dos cafezais do rio Paraíba, Rodrigues Alves deve ter-se irritado com a hervada seta no antigo companheiro das Arcadas. Daí a violência daquela parte da sua oração.

Transpondo a fronteira do abolicionismo, Rodrigues Alves prosseguiu no severo julgamento do ministério Dantas, examinando seus atos em outras questões. Atribuiu a corrupção eleitoral e os escândalos administrativos à detestada situação liberal, representada no gabinete Dantas. Sem aludir ao antigo colega derrotado, que fora o cérebro daquele governo, dava-lhe resposta indireta e acrimoniosa.

Daí por diante, até a morte de Rodrigues Alves, foram sucessivos os seus desencontros com Rui Barbosa.

A ÚLTIMA LEGISLATURA DO IMPÉRIO

O Barão de Cotegipe apresentou-se à Câmara, como ficou dito, em 24 de agosto de 1885, falando também no dia seguinte.

Diante do plenário revoltado e hostil, o velho e fino chefe conservador insinuou claramente o recurso da dissolução.

Vinda esta, e a eleição conseqüente, Rodrigues Alves voltou a assentar-se, em 1886, no plenário histórico da Cadeia Velha. Vinha solidamente instalado na enorme maioria do seu partido, eleito pelo 3º distrito de São Paulo, e era o terceiro mais votado da Província. Acima

dele figuravam o conservador Antônio Prado e o liberal Martim Francisco. Entre os colegas mais conhecidos de outras Províncias estavam Gomes de Castro, pelo Maranhão; Coelho Rodrigues, pelo Piauí; Tristão de Araripe, pelo Ceará; Tarquínio de Sousa, pelo Rio Grande do Norte; Henrique Lucena (depois Barão de Lucena) e Rosa e Silva, por Pernambuco; José Marcelino, pela Bahia; Ferreira Viana e Andrade Figueira, pelo Rio de Janeiro e Corte; Rodrigo Silva, por São Paulo; Alfredo de Taunay (depois Visconde de Taunay), por Santa Catarina; Cândido de Oliveira, Afonso Pena, Cesário Alvim e Afonso Celso Jr., por Minas Gerais.

Os liberais chegavam esmagados. Numerosas Províncias não tinham enviado um só dos seus representantes. Os mais combativos foram seriamente ameaçados no reconhecimento, como ocorreu com Cesário Alvim, que Cotegipe detestava, desde a tempestuosa acusação de contrabando que aquele lhe fizera alguns anos antes. Nabuco, expulso da Câmara em Pernambuco, escreveu magnífico artigo em defesa do reconhecimento do companheiro:

“Tem sido uma sorte curiosa a do Sr. Cesário Alvim. Em 1876 o Partido Liberal precisou de lançar um torpedo contra o navio almirante inimigo, e não havia quem se quisesse arriscar a ir atirá-lo sob o fogo convergente de um partido inteiro. O Sr. Cesário Alvim aceitou esse encargo. O que se lhe pedia era que tivesse a coragem de sacrificar-se e ele sacrificou-se. O torpedo foi lançado e levou pelos ares o navio e toda a sua equipagem.”

Daí a “vergonha” da tentativa de depuração do deputado liberal, “apesar de sua eleição clara, transparente, sem a mínima jaça”.

Os observadores contemporâneos, que dispunham de mais agudeza interpretativa, viam naquela confusa realidade indícios do fim próximo do regime. Mas a cega rotina da política levava, como sempre, os atores no palco a continuarem a representação, embora, mesmo entre eles, não faltassem os que sentiam que o teatro começava a pegar fogo.

Rodrigues Alves continuou a ser, em 1886 e 1887, o representante apagado que fora no seu primeiro ano da Câmara. Sua vigorosa ação parlamentar do tempo da Assembléia Provincial não se repetiu na Câmara dos Deputados do Império, nem na Constituinte republicana.

Ele só voltará a ser um parlamentar de relevo quando sentar-se em uma das cadeiras do Senado Federal.

Em 1886 falou poucas vezes, como um dos relatores do orçamento e sobre política municipal. Em 1887, além dessas intervenções insignificantes, fez um bom discurso sobre o problema da imigração, assunto da maior importância para a sua zona agrícola, por causa do fim próximo do trabalho servil. Soldado disciplinado do Partido Conservador, votou com o governo quando do debate da chamada Questão Militar.

Mas, em breve, ia se abrir para Rodrigues Alves a primeira experiência no campo do Poder Executivo: a presidência de São Paulo.

Ele havia criado títulos para isso, tanto na opinião da Província quanto no seio do Partido Conservador. Com efeito, quando da fundação, por Antônio Prado, da União Conservadora, ala dissidente do partido em São Paulo, Rodrigues Alves seguiu-a desde os primeiros dias. A União Conservadora representava o grupo mais jovem e avançado do conservadorismo paulista. Seu órgão era o *Correio Paulistano*, dirigido por Antônio Prado, onde Rodrigues Alves escrevia assiduamente, ao lado de Eduardo e Caio Prado, Rodrigo Silva, Almeida Nogueira e seu amigo Frederico Abranches. “Nesse meio de elite [diz um biógrafo] o Dr. Rodrigues Alves conseguiu o destaque que devia levá-lo até o alto posto de presidente da Província, galardoado com a carta de conselho,¹² e indisputavelmente indicado para qualquer combinação ministerial a que porventura fosse chamado o seu partido.”

PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Por carta imperial de 8 de novembro de 1887, o Deputado Rodrigues Alves foi nomeado, pelo gabinete Cotegipe, presidente da Província de São Paulo.

No dia 19, ele tomou posse perante a Câmara Municipal da cidade, tendo comunicado o fato, por telegrama, ao presidente do Conselho e ministro interino do Império, Cotegipe, o qual respondeu desejando-lhe “próspera administração”.

12 Rodrigues Alves foi feito conselheiro por decreto de 19 de agosto de 1888, da Princesa Isabel, regente do Império.

Seu antecessor, Visconde (logo após, Conde) de Parnaíba,¹³ vizinho de zona, pois nasceu em Jundiáí, comunicou também, no mesmo dia 19, a passagem da administração. Referindo-se ao sucessor, assim se manifestava: “Paulista distintíssimo, cujo caráter e cujo talento são o penhor certo de uma administração honesta, inteligente e fecunda.”

Rodrigues Alves, centésimo primeiro presidente de São Paulo (compreendendo os vice-presidentes que exerceram o posto) vinha com instruções precisas assumir o governo da sua Província.

A investidura de Rodrigues Alves no governo de São Paulo era devida à agitação reinante na Província, por causa das revoltas de escravos, açulados pelos abolicionistas, e revestia-se, por isto, de aspectos sumamente delicados.

Aquelas revoltas se vinham intensificando durante o ano, e o governo do Visconde de Parnaíba sentia-se sem forças para contê-las. Os escravos, levantados nas fazendas do interior, procuravam abrir caminho em direção a Santos e outros portos do litoral. Em outubro, houve um terrível drama na serra do Cubatão. Capangas, armados por fazendeiros, massacraram vários pretos que faziam parte de um grupo rebelado em Piracicaba e que procurava, pelas matas, chegar a Santos. Parnaíba, desgostoso com a impotência do seu governo em conter escravos fugidos e senhores assassinos, pediu demissão.

Desde logo cumpria ao novo presidente assegurar a vitória dos conservadores na eleição para a Assembléia Provincial, a se realizar em dezembro. Em seguida, tarefa muito mais delicada, devia enfrentar a onda de desordens que convulsionava São Paulo.

O relatório do Visconde de Parnaíba, apresentado à Assembléia Provincial no começo do ano, mencionava a abertura de processos em certas comarcas, contra senhores acusados de maltratar cativos.

Grupos cada vez maiores de escravos fugiam das fazendas, sendo às vezes detidos nas cidades, como em Santos, e recolhidos à cadeia. Mas, naquele porto, formaram-se magotes de populares armados que, em companhia de pretos, tentaram arrombar a prisão e libertar os detidos, o que exigiu a mobilização da Força Pública.

13 Antônio de Queirós Teles, nascido em Jundiáí em 1831 e falecido em Campinas, em 1888. Fazendeiro de café e grande influência política.

Este ambiente só se agravou durante a curta presidência de Rodrigues Alves.

Suas comunicações postais e telegráficas com Cotegipe e Rodrigo Silva (ministro da Agricultura, seu amigo), esclarecem o drama que foi a vida do presidente naquele tumultuado governo.

A 11 de dezembro ele comunica a Cotegipe a insurreição dos escravos do Barão de Serra Negra,¹⁴ nas fazendas de Cabreiras e Indaia-tuba. Aglomeravam-se os pretos pelos caminhos e ao longo da Estrada de Ferro Ituana. O juiz de Direito de Limeira receava uma revolta geral no município.

No mesmo dia, Rodrigues Alves envia novas informações. As fugas de escravos se generalizavam, levando o desalento aos fazendeiros e às autoridades, que começavam a abandonar as terras e as funções. O Barão de Resende pedia socorro para atender à revolta nas fazendas do sogro (Barão de Serra Negra). Rodrigues Alves, no dia 12, respondeu que nada podia fazer. Não dispunha de forças volantes e não podia desfalar as da capital por causa da “anarquia e desordem” ali reinantes.

Ainda no dia 12, Cotegipe escrevia a Rodrigues Alves a seguinte carta:

“Particular. Rio, 12 de dezembro de 1887.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. F. de P. Rodrigues Alves,

Quando recebi o telegrama de V. Ex.^a, já o meu colega da Agricultura me havia dado conhecimento do que V. Ex.^a me dirigira, sobre a fuga de escravos das fazendas e receio de insurreição em outras. Era tarde, além de dia santificado, para que se pudesse preparar alguma força. É pois provável que só amanhã siga alguma. Na previsão de que haja necessidade de mais alguma força, assentamos em mandar vir de Curitiba para Santos 50 praças de cavalaria, as quais trarão apenas o equipamento e arreios, e receberão aí os cavalos. O desenvolvimento que vai tendo o abandono das fazendas, e a crescente audácia dos escravos, provocados sem dúvida por anarquistas, constitui um perigo grave, não só para os proprietários,

14 Francisco José da Conceição, nascido em Constituição (depois Piracicaba) e falecido na sua fazenda, próxima àquela cidade, em 1900.

como também para toda a Província. Já a agitação ia diminuindo em tempo do Sr. Parnaíba, quando o Sr. Conselheiro Prado entendeu ser tempo de fazer propaganda no sentido de apressar a emancipação da Província por *meios suasórios*. Infelizmente a *instrução* dos escravos não chega para compreender essas palavras humanitárias e terão recebido lição de *outros mestres*. O que anunciava antes o Sr. Prado como perigo provável, tornou-se realidade depois da pomposa *reunião dos interessados*. Isto é, dos que *nada perdem* e dos que *podem perder*. Para conter ou abafar a desordem, que é prenúncio de grandes desgraças, não dispomos de forças, nem podemos contar com o apoio dos *Willberforces* paulistas. *O Correio Paulistano* disse que era ilegal empregar soldados na captura dos escravos, que vagavam, armados ou não, apesar de serem propriedade legal. Como agora capturar os libertos com condição de serviço? Eu entendo que esses só podem ser constrangidos a voltar ao serviço por meio de sentença judiciária; a polícia nada tem que ver com eles. A dificuldade está em distingui-los; mas desde que se conseguir isto, diga-se claramente aos interessados que usem do seu direito. Em toda esta agitação pacífica levantada em São Paulo, eu só enxergo muita falta de juízo e de patriotismo, acompanhados de muito egoísmo. Não acreditam que sairão bem da crise. Tenha V. Ex^a paciência, como eu tenho, e vejamos meios de abafar em pouco as chamas, que já por aí lavram.”¹⁵

Tais meios, bem o sabia o velho chefe, não existiam. As chamas iam crescer, consumindo a escravidão e depois o trono.

Rodrigues Alves porfiava em cumprir as instruções recebidas. Mas era inútil. Começa a ordenar prisões no interior, em Itu e Limeira, onde foi detido “um agitador estrangeiro”, talvez um dos anarquistas de que falava Cotegipe. Como se sabe, o movimento anarquista instalou-se no Brasil trazido por imigrantes italianos e espanhóis.

Os fazendeiros, vendo tudo perdido, principiaram a ceder. No dia 15 reuniram-se na capital 200 lavradores, representando 600

15 Todos os destaques do original.

escravos, sob a presidência do Marquês de Três Rios.¹⁶ Antônio Prado, presente, propôs a libertação em três anos, com melhoria das condições de vida dos pretos. Martinho Prado Jr. apoiou a proposta. Campos Sales, porém, exigiu a libertação imediata.

No dia 16, Rodrigo Silva escrevia a Rodrigues Alves:

“Está brilhando. A prudência com a decisão enérgica. A época é de sacrifícios, e enormes, para todos nós. Mas que fazer? Cumpre-nos salvar o nosso partido.”

Outras cartas de Rodrigo Silva tratam de miúda política. Oferece vaga de escrivão, propõe fazer algo “para o Norte” (da Província, zona eleitoral de ambos) e coisas do gênero. Uma das cartas, de 25 de novembro de 1887, diz:

“Rogo-lhe o seguinte: escreva uma carta oficial ao Cotegipe propondo o baronato de Santa Branca para o Chico Lopes,¹⁷ de Jacareí. Justifique com serviços por ele prestados à coisa pública e ao município.”

Em janeiro de 1888, as desordens aumentam. No dia 9 verificaram-se motins em Piracicaba. Nos dias 22 e 23 houve alterações em Campinas, com ataques do povo contra a polícia. A 24 ocorreu grande tumulto em Santa Rita de Passa Quatro. A 29 revoltaram-se os escravos em Bragança, com ameaça de assassinio dos senhores. Por telegramas e cartas, Rodrigues Alves continuava a informar. Os tumultos se alastraram pelo fim de janeiro. Quase diariamente ele precisava organizar as poucas forças de que dispunha para enfrentar escravos libertos ou fugidos. Silva Jardim, no dia 31, fez no Teatro Guarani, de Santos, uma conferência, não só abolicionista, como francamente republicana.

A Câmara Municipal de São Simão, no dia 1^o de fevereiro, aprovou moção propondo a reforma constitucional, para a extinção da dinastia reinante.

16 Joaquim Egídio de Sousa Aranha, nascido em Campinas, falecido em São Paulo, no ano de 1893.

17 Francisco Lopes Chaves, segundo Barão de Santa Branca (filho do primeiro, de igual nome), recebeu o título por decreto de 23 de dezembro de 1887.

Em carta de 9 de fevereiro, Cotegipe ocupou-se do assunto. Recomendou a suspensão imediata daquela Câmara, cujo “procedimento irregular e criminoso [...] exprime a exorbitância de suas atribuições e a subversão dos princípios constitucionais”. Em ato do dia 14, Rodrigues Alves suspendeu o funcionamento da Câmara de São Simão.

As desordens chegaram à Penha, subúrbio da capital. No dia 11, grupos irritados assassinaram o delegado, por julgá-lo conivente com as fugas de escravos. Era evidente que o governo provincial não podia conter uma situação que escapava já ao domínio do governo geral. Cotegipe devia sentir que tudo baqueava. A alguns apelos instantes de Rodrigues Alves, ele respondia com pedidos de novas informações.

Há uma carta longa de Rodrigo Silva, datada de 3 de fevereiro que, no desabafo da intimidade, retrata a difícil situação. Depois de várias queixas contra correligionários, adianta:

“A transação hoje em dia seria recebida como recurso extremo da vida, porque nos foi imposta como ultimato. Além de que já a anarquia caminhou bastante. Para fazê-la retroceder, com concessões razoáveis, seria necessária a completa unidade do partido. E esta, infelizmente, já não existe. Quando aí estive, em conferência com o Prado, pareceu-me ainda tempo de evitar o perigo. Aqui chegando atuei, no sentido de suas manifestações. Tive esperanças. Vieram, porém, novos discursos, programas adiantadíssimos, e tudo quanto parecia-me possível tornou-se impraticável.”

Na mesma carta escreve:

“Nós não aceitamos nem aceitaremos jamais o programa de imediata emancipação.”

E, em seguida:

“Hei de sair como entrei – comprometendo a mim só – e exigindo apenas de um amigo um enorme sacrifício. Refiro-me a você. Sinto, na verdade, haver escolhido a você para receber uma coroa de espinhos.”

Em outra carta no mesmo dia, procura encorajar o amigo:

“A sua administração nessa Província está sendo uma glória para o governo. Eu mesmo admiro-me da sua habilidade de *dançar sobre ovos sem quebrá-los*.”¹⁸

Todo esse panorama sinistro foi retratado por Rodrigues Alves no relatório oferecido, em 1888, à Assembléia Provincial. A transformação do trabalho escravo em livre era laboriosa e difícil. Mas os italianos provocavam desordens iguais às dos negros, principalmente na capital. Feitores e senhores eram mortos por pretos em vários municípios.

A missão política de Rodrigues Alves no governo da Província estava destinada ao fracasso, como toda a política do gabinete e, em geral, da Monarquia.

Visível aos menos atentos, porém impossível de ser contida, a corrente abolicionista iria desaguar no estuário republicano. Monarquistas liberais, como Nabuco, ou conservadores, como Rodrigues Alves, eram instrumentos, aquele brilhante, este obscuro, da grande transformação nacional. Mais político, Rodrigues Alves terminou por se incorporar ao processo e dominá-lo. Mais intelectual, Nabuco veio ornar a República com seu talento, em posições de destaque mas de pouca influência.

Ao lado do fracasso político, a presidência de Rodrigues Alves revelou, porém, precocemente, as suas excepcionais qualidades de estadista. E isto num campo em que depois se consagraria gloriosamente: o da saúde pública.

A varíola grassava epidemicamente em Santos, por causa dos imigrantes italianos, que por ela já vinham contaminados, e de lá espalhava-se pelo interior.

Em 11 de janeiro de 1888, em plena batalha contra a desordem, Rodrigues Alves telegrafava a Cotegipe, pedindo crédito especial para lutar contra a “epidemia de varíola” que grassava na Província.

Os resultados dessa luta do presidente de São Paulo são o retrato antecipado do futuro presidente da República que, no lance mais dramático de sua vida, enfrentou serenamente a ameaça boçal de iminente deposição, por causa da aplicação de medidas contra a varíola, no Rio de Janeiro.

18 Grifado no original.

Em documento oficial, assinado pelos Drs. Marcos Arruda e Alberto Loefgren, publicado em 1888, está dito que tinha sido pequena a mortalidade por varíola, “o que foi exclusivamente devido às rigorosas e oportunas providências de isolamento, desinfecção e vacinação tomadas pela Inspetoria de Higiene” na curta presidência de Rodrigues Alves. Essas providências eficazes devem ser as que causaram o seguinte tópico da fala do trono, de abertura das Câmaras em 1888: “Medidas adequadas impediram ou atenuaram certas enfermidades, que aparentemente aparecem em alguns pontos do litoral.”

Outro terreno administrativo em que o presidente da Província atuou com energia foi no da imigração. Já vimos que, como deputado provincial, Rodrigues Alves considerava a óbvia necessidade de substituição do braço do escravo pelo do imigrante europeu. Fatores sociológicos e econômicos invencíveis faziam da escravidão uma instituição superada. Mais ou menos rapidamente ela deveria desaparecer, pois chocava-se com as condições da evolução histórica. Nos Estados Unidos ocorreu o mesmo, alguns anos antes. Quando eclodiu naquele país a guerra civil, era evidente que a escravidão agonizava. O Sul batia-se irracionalmente por uma instituição em irrecuperável declínio. O trabalho escravo só era produtivo em pequeno círculo territorial, nos algodoads que cercavam a foz do Mississípi. No Brasil dava-se o mesmo, na década de 1880. Somente pequenas zonas agrícolas atrasadas – em geral cafeeiras – podiam subsistir com a mão-de-obra de origem africana. A alternativa, naquela fase em que a mecanização e o trato da terra eram praticamente desconhecidos, era a imigração. Rodrigues Alves, embora herdeiro de grande escravatura, viu isso desde a Assembléia Provincial. E, como presidente, estimulou a lei da mesma Assembléia, que autorizava o governo a introduzir 100.000 imigrantes de países europeus. As teorias argentinas de Alberdi encontravam apoio na ação do presidente paulista.

Revelando outro aspecto do seu temperamento, Rodrigues Alves, em certas ocasiões, socorria amigos em crise, como Ferreira Viana, de quem recebeu esta carta, datada de 18 de janeiro de 1888:

“Segue para aí o meu genro, Dr. Brandão,¹⁹ em diligência de família a que, como compreenderá, ligo o maior interesse e de que depende a tranqüilidade do meu espírito, já tão atribulado.

19 Pires Brandão, grande advogado.

Peço-lhe que atenda ao meu genro, como se fora eu próprio, e ele por suas distintas qualidades merece toda confiança. Da pronta e enérgica execução das ordens que leva, depende a salvação e o futuro de um moço inconsiderado, seduzido por companheiros incríveis. Não esperava tão dura prova na velhice. Enfim ponho nas mãos do amigo o meu sossego e a esperança de uma reabilitação que espero da graça de Deus.”

As invectivas que o austero Ferreira Viana lançou contra Pedro II, no fim do Império, bem poderiam ter explicação nesses dramas íntimos.

Em março, o gabinete Cotegipe se retirava, pelas conhecidas razões de incompatibilidade entre o seu chefe e a Princesa Isabel, regente.

A renúncia de Cotegipe foi apresentada no dia 7. A princesa esperava a retirada do gabinete em maio, com a reabertura da Assembléia Geral, mas o experimentado líder conservador não quis enfrentar a crise que sabia inevitável, e que poderia acrescentar novos ataques de tribuna e imprensa e maior desprestígio à sua retirada. Aproveitou um distúrbio havido na Corte entre marinheiros e policiais, transformando-o em caso político, ao resistir à exigência da regente de demissão do chefe de Polícia.²⁰

Formado no dia 10 o gabinete João Alfredo, Rodrigues Alves solicitou logo a sua demissão. Antônio Prado, porém, em carta do dia 17 ao presidente do Conselho, advertia:

“O Rodrigues Alves pediu demissão, por entender que era isso de estilo. Convém que V. Ex^a escreva-lhe, pedindo para continuar.”

João Alfredo, de fato, escreveu, no dia 19, confirmando recado que mandou por Antônio Prado, que estivera no Rio. É a seguinte a carta de Rodrigues Alves:

20 A prova de que a crise política foi criada artificialmente por Cotegipe está neste trecho da fala do trono daquele ano: “A ordem e a tranquilidade pública não sofreram alteração. Alguns tumultos locais, de ordem restrita e fortuita, foram imediatamente apaziguados.”

“São Paulo, 13 de março de 1888.

Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex^a as mais cordiais felicitações pela elevada posição a que foi V. Ex^a chamado por S. A. Imperial e Regente.

Não desejando criar embaraços à marcha do ministério de V. Ex^a rogo a bondade de solicitar a S. A. Imperial e Regente, por intermédio do Ex.^{mo} Sr. Ministro do Império, a minha exoneração do cargo de Presidente desta Província.”

Eis a resposta do presidente do Conselho ao pedido de demissão:

“Recebi sua carta 13 do corrente. O Sr. Conselheiro Prado tem competência igual à minha para dizer a V. Ex^a que o Governo deseja a continuação dos seus serviços, e pela minha parte acrescento que conto com a cooperação de um dos mais simpáticos e esperançosos paulistas para a nossa tarefa, que requer o esforço de todas as inteligências e energias patrióticas. Não me falte V. Ex^a com as graças da sua amizade, e eu assim o espero.”²¹

Assim confirmado, o presidente permaneceu, mas não por muito tempo.

SESSÃO DE 1888

No dia 27 de abril, quando se instalavam as sessões preparatórias da Câmara para o ano de 1888, terceiro da legislatura, Rodrigues Alves passou o governo ao substituto legal e rumou para Guaratinguetá, de onde seguiu até o Rio de Janeiro.

21 Documento do arquivo de João Alfredo, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco. É interessante recordar aqui que, em 1904, João Alfredo transformou-se em opositor ferrenho de Rodrigues Alves, presidente da República. Chegou mesmo a participar ativamente da conspirata que visava à sua deposição e que resultou no fracassado movimento de 14 de novembro.

No dia da abertura, a 3 de maio, está presente.

Na fala do trono, o governo aludiu claramente à iminente lei da abolição:

“A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação de parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça de infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio em que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.”

Despontava o sol de 13 de maio. Reunida a Câmara, constituem-se a mesa e as comissões. Lucena fica na presidência da Casa, na primeira secretaria Carlos Peixoto, pai. Rodrigues Alves vai para a Comissão de Justiça. A comissão redatora da resposta à fala é integrada por Duarte de Azevedo, Silva Tavares e Rosa e Silva (mais tarde membro do gabinete).

Essa resposta só foi apresentada à regente no dia 21; por isto pôde conter referência expressa à Lei Áurea:

“Senhora. – A fortuna permitiu que à Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, fosse reservada a glória de presidir os dois atos mais importantes da nossa vida política, depois da reforma da constituição do Império. O último, de data recentíssima, e pelo qual há de caber a Vossa Alteza Imperial o mais invejável título, coloca o Brasil em circunstâncias que, árduas embora, afiguram-se à Câmara dos Deputados como o ponto de partida mais firme de sua progressiva evolução econômica.”

O gabinete conservador de 10 março, além do presidente do Conselho, era composto de Costa Pereira (ex-presidente de São Paulo, como Rodrigues Alves) substituído depois por Ferreira Viana, no Império; Ferreira Viana (mais tarde Rosa e Silva), na Justiça; Antônio Prado (sucedido por Rodrigo Silva), nos Estrangeiros; João Alfredo, na Fazenda;

Rodrigo Silva (depois Antônio Prado), na Agricultura; Vieira de Lima, na Marinha; e Tomás Coelho, na Guerra.

O gabinete se apresentou à Câmara a 7 de maio, e logo no dia 8 ofereceu o seu projeto, extintivo da escravidão. A redação era a mais simples e enérgica: “Art. 1^o – É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2^o – Revogam-se as disposições em contrário.”

Com uma ligeira emenda, que enfatizava o caráter imediato da medida, ultimou-se a 13 de maio a grande batalha nacional, tão carregada de antecedentes e conseqüências.

Quem apresentou, em nome do governo, o projeto de 8 de maio? Foi o ministro da Agricultura, aquele mesmo Rodrigo Silva que, exercendo idêntica função sob Cotegipe, escrevia a Rodrigues Alves a carta cujo tópico aqui será lembrado: “Nós não aceitamos nem aceitaremos jamais o programa da imediata emancipação.”

Rodrigues Alves, que iria votar a favor desse projeto, já não pensava mais nas duras palavras do seu discurso de 1885, naquele mesmo recinto, na quais estigmatizava como “anárquico e revolucionário” o princípio “de que o escravo não podia constituir propriedade legal”.

Em 1916, quando terminava o seu terceiro período de governo em São Paulo, Rodrigues Alves, agradecendo homenagem de correligionários, recorda o tempo distante em que governava a Província. Começa o discurso dizendo:

“Há muitos anos, foi em novembro de 1887, coube-me a honra de presidir pela primeira vez a antiga Província de São Paulo [...]. Agitava-se, naquele tempo, a questão abolicionista, e os chefes do Partido Conservador, ao qual pertencia, estavam em divergência quanto ao modo de ser resolvido o momentoso problema [...]. Eu mesmo fui envolvido no movimento e dominado pela propaganda, concorrendo com o meu voto, na Câmara dos Deputados, para que fosse aprovada a lei que aboliu o elemento servil.”

Assim o senhor de escravos, o conservador que combatera a abolição sem indenização votava agora por ela “envolvido e dominado”.

Política, teu nome é mulher...

Votaram a favor da abolição 83 deputados.²² Contrariamente só votaram 8 corajosos representantes: o Barão de Aracagi,²³ Bulhões de Carvalho, Frederico Castrioto, Alberto Bezamath, Alfredo Chaves, Lacerda Werneck, Andrade Figueira e Cunha Leitão, todos conservadores. Afora o Barão de Aracagi, os demais vinham da Província do Rio de Janeiro, justamente considerada a mais escravocrata do Império.

Digno de reparo é o fato de que o Deputado Cunha Leitão, que no dia 8 votou contra a lei, não chegou a vê-la proclamada, pois morreu no dia 10, quem sabe se, em parte, por causa da amargura causada pela derrocada a que assistia impotente.

A vitória da causa abolicionista não demoveu alguns recalcitrantes. Depois do 13 de Maio, no decorrer da sessão legislativa, sucederam-se representações de lavradores de várias Províncias do Império, pedindo ao Tesouro indenização pelo valor dos ex-escravos. Não se lhes dava, porém, nenhuma atenção séria.

Rodrigues Alves, apesar dos interesses que o deviam estar reclamando em Guaratinguetá, naquela fase de profunda transformação da lavoura que era a base de sua fortuna, continuou a freqüentar a Câmara até o fim da sessão, em 31 de outubro. Mas não fala quase nunca e parece não ter desenvolvido ação de realce. Produz somente breves intervenções, como relator do orçamento.

SESSÃO DE 1889

Com Lucena sempre na presidência, instalou-se a sessão de 1889. Rodrigues Alves foi para a Comissão de Orçamento.

Já no mês de maio João Alfredo sentia que a vida do gabinete de 10 de março seria curta, e que se aproximava o fim do domínio conservador, apesar, ou mesmo por causa, da glória da Lei Áurea. O recurso da dissolução da Câmara, com nova consulta eleitoral, não o atraía, pois conhecia a divisão do seu partido e a força dos liberais, demonstrada pelas sucessivas

22 O autor, além do voto de Rodrigues Alves, permite-se salientar outro voto favorável de que se honra, o de Cesário Alvim.

23 Depois Visconde do Rio Formoso, Francisco de Caldas Lins, pernambucano.

vitórias nas eleições para o provimento de cadeiras vagas ocorridas durante a legislatura.

A Questão Militar e o avanço republicano eram outros motivos de desânimo para o presidente do Conselho.

Resolvido a retirar-se, João Alfredo pensou, a princípio, em passar o poder a outro correligionário, mas a cisão partidária não lhe favoreceu tal solução. Afinal assentiu em dissolver a Câmara, mas o Conselho de Estado a isto se opôs. Sem mais saída, demitiu-se simplesmente, e o imperador foi levado a convocar os liberais, por intermédio de Saraiva.

Este, porém, que já sentia próxima a República, e muito difícil a aceitação, pelo trono, das medidas avançadas que poderiam retardar sua marcha, declinou do convite. Foi então investido o Visconde de Ouro Preto, chefe impetuoso, que vinha com grande bagagem de dedicações e antipatias, entre partidários e adversários, provindas de antigas lutas. Formado o gabinete a 7 de junho, seguiu-se o tremendo embate da sessão de sua apresentação à Câmara, no dia 11.

É capítulo famoso da história da República. O programa de Ouro Preto, embora ousado e valentemente defendido, não obstou a que a onda republicana viesse arrebentar no recinto, pelas vozes do conservador potiguar Padre João Manuel e do liberal mineiro Cesário Alvim.

Campos Sales, presente à cena histórica, depõe que o discurso de Alvim causou tal impacto que tumultuou a sessão, a qual foi suspensa por vários minutos.

Quem fez o maior discurso em defesa do Império foi Joaquim Nabuco. Ele pressentiu e denunciou o advento das oligarquias republicanas. Para ele, o regime futuro não seria popular, não governaria em favor do povo. “Na República (exclamou com provável surpresa para os ouvintes despreparados) não há lugar para os analfabetos, para os pequenos, para os pobres. As oligarquias republicanas, em toda a América, têm mostrado ser um temível impedimento à aparição política e social do povo.”

Palavras proféticas que o futuro, por largo tempo, viria confirmar no Brasil.

Apresentada moção de desconfiança pelo conservador Gomes de Castro, foi ela aprovada por 79 votos contra 20, o que levou

o governo a dissolver a Câmara a 17 de junho, convocando outra para 20 de novembro a qual, obviamente, foi impossibilitada pela República.

Rodrigues Alves viveu os últimos dias do parlamento imperial. Esteve presente às sessões de 11, 12 e 13 de junho, sendo que, nestas duas últimas datas, a falta de número impediu a reunião. Também se encontrara na Cadeia Velha no derradeiro dia da Câmara antiga, 17 de junho, data da dissolução. Melancólica cerimônia. O decreto, assinado pelo Barão de Loreto, foi lido pelo primeiro-secretário Almeida Nogueira. Não houve oradores no recinto. Assim apagou-se a luz que, desde a Independência, brilhou na Cadeia Velha.

.....

Capítulo Segundo

Deputado à Constituinte – Deputado federal por São Paulo – Ministro da Fazenda de Floriano Peixoto.

DEPUTADO À CONSTITUINTE

O golpe militar de 15 de novembro, instalando inesperadamente a República, deixou o poder civil nas mãos do pequeno grupo de conspiradores que haviam atuado em comum com os chefes do Exército.

Este grupo, para restaurar o estado de Direito, tinha forçosamente de ampliar as suas bases. Não possuía quadros nem influência no país para dominar sozinho a situação, além de não ser coeso internamente. Tornou-se, assim, fatal o apelo a alguns liberais e conservadores progressistas, para que viessem engrossar as fileiras dos “casacas”, sem o que as túnicas de botões dourados seriam a roupagem da República.

O adesismo, depois tão malsinado pelos republicanos puros, foi uma imposição das circunstâncias, por eles mesmo provocadas.

Nos dois Estados politicamente mais importantes, Minas e São Paulo, deram-se fatos significativos.

Em Minas, Deodoro nomeou o adesista Cesário Alvim governador provisório do Estado e, após, ministro do Interior, sendo Alvim prestigiado pelo histórico João Pinheiro. Em São Paulo, os adesistas Rodrigues Alves e Antônio Prado foram convocados pelos

históricos Prudente, Campos Sales e Bernardino para integrarem a bancada estadual na Constituinte, sendo que Rodrigues Alves veio posteriormente ocupar a pasta da Fazenda, chamado por Floriano.

O liberalismo desambicioso dos republicanos, embora viesse criar dificuldades mais tarde, muito contribuiu para a consolidação da República civil. Em São Paulo, o terreno havia sido preparado pelos monarquistas. Dias depois do Quinze de Novembro os partidos monárquicos, ausente apenas João Mendes de Almeida, entre os chefes mais importantes, em reunião pública, num teatro da capital paulista, haviam reconhecido o fim do Império e proferido ato de submissão à República. Os conservadores tiveram como porta-voz Antônio Prado, companheiro antigo de Rodrigues Alves, na ala progressista, e, como ele, indicado para a Constituinte.

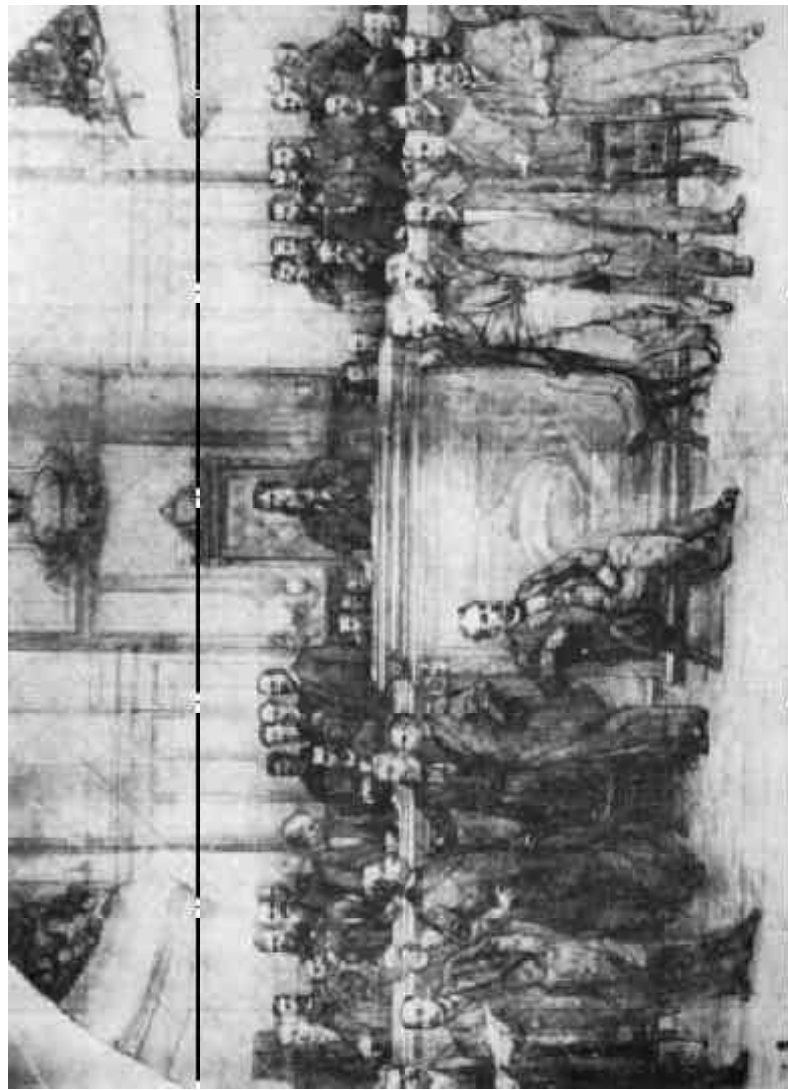
Explicava-se assim, pela marcha normal dos acontecimentos, que o prestigioso chefe de Guaratinguetá fosse chamado a colaborar na estruturação do novo regime.

Tantas vezes e tão doutamente se tem feito a história da grande assembléia de 1890 que seria escusado insistirmos aqui sobre esta etapa da nossa evolução político-jurídica, de que resultou o documento de 24 de fevereiro de 1891.

No recinto da antiga residência imperial, reuniram-se os homens, vindos do Império, que dominariam a ribalta brasileira durante seguidos lustros, alguns até depois da Primeira Guerra Mundial.

Da obra realizada para a Primeira República, não participou praticamente Rodrigues Alves que, no entanto, emergiria como o maior dos seus políticos e homens de Estado.

Assim, no traçado da sua vida, o que cabe, quanto à Assembléia Constituinte, é apenas recordar alguns nomes que com ele conviveram no salão da Quinta da Boa Vista, e que tiveram maior participação, favorável ou hostil, no seu futuro. Entre os senadores vamos encontrar Prudente, Campos Sales, Amaro Cavalcânti, Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Joaquim Murtinho e Pinheiro Machado e, entre os deputados, Serzedelo Correia, Lauro Sodré, Barbosa Lima, Epitácio Pessoa, Rosa e Silva, J. J. Seabra, Nilo Peçanha, Francisco Glicério, Rodolfo Miranda, Leopoldo de Bulhões, Antônio Azeredo, Lauro Müller e Cassiano do Nascimento.



Paine! de Euseu Visconti, representando a Constituinte de 1891, no qual Rodrigues Alves abarece em pé, junto à cadeira, ao lado de Ebitácio Pessoa. Encontra-se no plenário da antiga Câmara dos Deputados, Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro

Alguns destes foram, mais tarde, seus auxiliares, defensores e amigos; outros, adversários e, mesmo, inimigos tenazes. Muitos sentimentos de aproximação ou hostilidade já deviam datar daquela fase de transição, entre o Império e a República, e a ela se ligavam por motivos diversos.

Ao percorrer os anais da Constituinte, verificamos que a liderança da bancada de São Paulo era exercida por Bernardino de Campos. Os dois que com ele poderiam competir encontravam-se impedidos. Prudente se achava na presidência da casa e Campos Sales no ministério de Deodoro.

Os paulistas interessavam-se principalmente pelo andamento rápido dos trabalhos, a fim de que o Estado conquistasse a sua autonomia. Como corolário desta, defendiam os interesses regionais. Pugnaram pela grande naturalização, que integraria os já numerosos imigrantes, causa combatida pelos positivistas, por inflexibilidade dogmática. Aqui, como em outros pontos, os sectários de Augusto Comte, ao seguirem à risca as diretrizes do mestre, obedientes às condições de um país totalmente diferente do nosso, distanciavam-se penosamente dos interesses nacionais. O sentido nacionalista da grande naturalização não funcionou para os paulistas quando se abordou o problema da navegação de cabotagem. O monopólio nacional dela, importante por várias razões, para o Brasil, foi hostilizado por São Paulo, interessado na liberdade do tráfico marítimo entre os portos do país.

Rodrigues Alves passou despercebido pela Constituinte, embora fosse deputado muito assíduo, faltando raríssimas vezes e quase sempre com causa justificada. Sua freqüência, porém, não era participante. Não falava, não aparteava, não assinava proposições, e as poucas declarações de voto que apresentou foram em conjunto com outros. Não proferiu nenhum discurso em plenário. Não hostilizou a República, nem, dentro dela, divergiu das instituições que estavam sendo criadas. Votou, sem exceção, com a liderança da sua bancada. Não faltou às sessões importantes, desde a de instalação, no Passeio Público, até a de encerramento, na Quinta da Boa Vista. Esteve presente no momento da aprovação da Lei Magna, de que é um dos signatários. Votou por Deodoro e Floriano, no dia 25 de fevereiro, contra Prudente e Wandenkolk, sempre seguindo os seus chefes estaduais. Assistiu à posse dos dois mandatários, no dia 26. Significativamente, não compareceu à sessão de 24 de janeiro, data

das torrenciais manifestações republicanas à memória de Benjamim Constant, morto no dia 22. Rodrigues Alves parecia esperar pelo tempo. Sabia-se forte no seu Estado e talvez previsse que o futuro indicava o seu próximo domínio em São Paulo.

DEPUTADO FEDERAL POR SÃO PAULO

A Assembléia Constituinte havia sido convocada na previsão de transformar-se, findos os seus trabalhos especiais, em Congresso Nacional ordinário. Foi o que ocorreu, a partir da eleição de Deodoro. Rodrigues Alves passou, então, a integrar, como deputado federal, a bancada de São Paulo.

A Câmara continuou funcionando no antigo paço da Boa Vista, o que provocava descontentamento entre os representantes e reclamações por parte de alguns deles.

As sessões preparatórias se instalaram somente em 10 de junho. Foram eleitos presidente da Câmara, em 1891, sucessivamente, o cearense João Lopes e o mineiro Mata Machado.

Rodrigues Alves, eleito para a Comissão de Finanças, foi feito seu presidente. Então, como mais tarde, as Comissões de Orçamento e de Justiça eram consideradas as mais importantes da casa. Eram seus colegas de comissão, entre outros, João Pinheiro, de Minas Gerais; Serzedo Correia, do Pará; Rosa e Silva, de Pernambuco; e Demétrio Ribeiro, do Rio Grande do Sul.

Alves, sem ser freqüentador constante da tribuna, discursou, contudo, algumas vezes durante o ano, sempre sobre assuntos financeiros, econômicos e administrativos. Não falava nunca sobre política, que era no entanto a matéria preferida pelos grandes oradores, como Barbosa Lima.

A 18 de julho, alegando seus deveres de presidente da Comissão de Orçamento, reclamou a falta do governo no tocante à remessa dos dados indispensáveis à elaboração da lei orçamentária. A imprensa glosava o atraso e o *Jornal do Comércio* imputava à Câmara a responsabilidade pelo mesmo. Rodrigues Alves lembra os maus hábitos do Império, nesse assunto:

“Está se procedendo como outrora [diz], vai-se organizar os orçamentos da despesa parcialmente, sem conhecer-se os encargos que pesam sobre as diferentes repartições, sem conhecer os recursos que há para cobrir-se essas despesas. A matéria é urgente.”

Requeru que se oficiasse ao ministro da Fazenda (que era o Barão de Lucena) solicitando os dados oficiais para que o Congresso pudesse elaborar o orçamento.

A questão financeira atraía a atenção da Câmara. A situação econômica, especialmente na praça do Rio de Janeiro, aquela onde se processavam as maiores transações, era muito delicada em virtude do esgotamento da euforia inflacionária e do conseqüente início de uma situação de crise.

O Conde de Figueiredo e o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, duas das personalidades de maior projeção no mundo dos negócios e ativos participantes do Encilhamento, eram deputados. O Conde de Figueiredo dizia-se republicano, mas foi o grande homem de negócios do fim do Império. Por meio da *Gazeta de Notícias* e outros jornais atacava o Ministro Rui Barbosa. Mayrink era o pupilo financeiro da República. Comprara *O País* e defendia Rui e o emissionismo.

O Conde de Figueiredo, em 1891, estava sendo muito criticado por irregularidades que diziam haver cometido durante a inflação, na manipulação de bancos e empresas.

A 25 de agosto, o Deputado Mayrink falou explicando antecedentes da crise e criticando o Ministro da Fazenda, Alencar Araripe, que sucedera a Rui. O Conde de Figueiredo, ocupando-se do mesmo assunto, no dia 26, defendeu-se das acusações de que era alvo. No dia 28, Mayrink atacou diretamente o colega de Câmara e de atividades financeiras, dizendo que ele tinha “palácios nos Campos Elísios”, em Paris, e enviara para a França perto de 25 milhões de francos.

Essa era a situação confusa na qual Rodrigues Alves, em breve, seria chamado a ocupar a pasta da Fazenda.

Aproximava-se o fim do governo de Deodoro. Desde alguns meses o generalíssimo Lucena (que era uma espécie de primeiro-ministro) pensava na dissolução do Congresso, contra o qual Deodoro guardava ressentimentos vindos da Constituinte.

O desacordo entre Executivo e Legislativo foi se agravando no correr do ano, até que explodiu com o pretexto da votação da lei reguladora dos crimes de responsabilidade do presidente da República.

Na sessão de 2 de novembro, a que Rodrigues Alves se encontrava presente, foi lida a exposição de motivos do generalíssimo, vetando aquela lei, sendo que o veto havia sido recusado pelo Senado, com a participação ativa de Prudente de Moraes.

No dia 3, data da dissolução, nada parecia indicar a crise. Rodrigues Alves compareceu ainda à sessão, a qual transcorreu tranqüilamente, esgotando-se a matéria da ordem do dia às 4 e meia da tarde. Já então devia estar assinado o decreto de Deodoro, referendado pelo ministro da Justiça, Desembargador Luís Afonso de Carvalho. No manifesto com que procurou justificar o golpe de Estado, Deodoro queixou-se amargamente do Congresso e, em muitos pontos, com razão. O Congresso, como se sabe, reagiu. No dia 4 veio o manifesto redigido por Campos Sales, o qual atacava a ditadura instaurada. No Rio Grande, a agitação manifestou-se desde logo, com a deposição do Presidente Júlio de Castilhos, no dia 12. No Rio de Janeiro, a Marinha, que se sentia marginalizada desde a proclamação da República, começou a se rebelar sob a chefia de Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk. A prisão deste, no dia 22, desfechou o movimento do dia seguinte, chefiado por Custódio que, de bordo do *Aquidabã*, disparou um tiro de canhão que veio atingir uma das torres da Candelária. Naquela mesma manhã Deodoro renunciou.

MINISTRO DA FAZENDA DE FLORIANO PEIXOTO

Em 23 de novembro de 1891, com a renúncia de Deodoro, Floriano subia à presidência.

Preparado política e psicologicamente para o mais alto posto, o Marechal deu, de início, demonstrações de que também queria obter êxito na administração. A composição de seu primeiro ministério era uma indicação desse desejo. Assim ficou composto o novo governo: Rodrigues Alves, na pasta da Fazenda; José Higino, na Justiça; Fernando Lobo, no Interior; Antão de Faria, na Agricultura; Limpo de Abreu, na

Viação; Almirante Custódio José de Melo, na Marinha; e Marechal José Simeão, na Guerra. Com este governo, no qual se contavam alguns nomes de homens respeitados e experientes, Floriano poderia cumprir o seu mandato de maneira pacífica e proveitosa para o País.

A crise política, porém, que se avolumava em parte à sua revelia, para chegar até o drama gravíssimo da guerra civil, não permitiria tal desfecho. E essa crise era inevitável. O golpe de Estado de Deodoro, dissolvendo o Congresso, cindiu irremediavelmente o meio civil, agravando a antiga divisão entre os republicanos históricos e os adesistas. E, como sempre acontece, quando o meio civil se divide irremediavelmente, as Forças Armadas procuram unir-se e dominar os acontecimentos.

Esta primeira etapa cumpriu-se com a expulsão dos governadores solidários com Deodoro e o fortalecimento de Floriano como poder federal. Posteriormente, o espírito do adesismo e do saudosismo monárquico veio refugiar-se na Marinha tradicionalista e no parlamentarismo gaúcho, fundindo com esses dois elementos as armas da sedição que ensangüentou o Sul, oprimiu o Rio de Janeiro e lançou o país na ditadura.

A passagem de Rodrigues Alves pelo ministério foi curta, apenas nove meses.

Floriano, ao convidá-lo, obedecia ao seu seguro instinto político. Atendia à força ascendente dos republicanos de São Paulo, fundadores civis do novo regime sem, no entanto, colocar um histórico a seu lado, o que poderia fazer sombra ao seu poder político, que não pensava em dividir. Ao mesmo tempo, colocava à testa da economia e das finanças um estadista competente, já experimentado no Executivo e representante das forças produtoras mais importantes do país, homem público que se revelara, na presidência da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, a um só tempo enérgico e moderado, capaz de enfrentar as dificuldades do momento.

Com a queda de Deodoro, afastou-se naturalmente da pasta o principal conselheiro do generalíssimo, Barão de Lucena, que a vinha exercendo desde 4 de julho. Ficou na interinidade, durante três dias, Antão de Faria, à espera que Rodrigues Alves aceitasse o convite de Floriano, o que parecia duvidoso.

O deputado paulista previa as dificuldades políticas e se arreceava delas.

No dia 24, seguinte ao da posse, Floriano telegrafou a Rodrigues Alves, então em Guaratinguetá, nos seguintes termos: “Pátria carece vossos serviços pasta da Fazenda, com todo vosso patriotismo. Mande lavrar decreto. Venha quanto antes.” Do dia 25 é este despacho: “Campos Sales apresentou-me vossa escusa. Sinto não poder aceitá-la; decreto publicado. Bom patriota como sois não me deveis recusar serviço tão relevante. Vossa persistência em escusa será para mim motivo grande descontentamento.” Este telegrama foi publicado no *Correio Paulistano*, provavelmente por ordem de Campos Sales, no mesmo dia 25. Do dia 24 é um telegrama coletivo, pedindo a Rodrigues Alves que aceite a pasta. Vem assinado por Campos Sales, Bernardino, Alfredo Ellis, Adolfo Gordo (cunhado de Prudente), Glicério, Cesário Mota e o irmão de Prudente, Manuel Morais Barros, além de outros. A pressão se acentua.

Campos Sales alude a “grave transtorno à nossa política” causado pela recusa e pede que Rodrigues Alves vá esperá-lo na estação na sua passagem para São Paulo. O mesmo tenaz Campos Sales enviou esta carta, não datada, provavelmente de 25.

“Acabo de conversar com o Floriano a seu respeito. Disse-me que não pode absolutamente condescender, por maior que seja o seu sacrifício, que ele, como chefe de família reconhece. O momento, diz ele, é exatamente de sacrifício, e cada um de nós o suportará, na medida do seu patriotismo. Pensa também que, estando feita a organização ministerial, lavrados e publicados os decretos, a sua escusa importaria uma recomposição, o que seria mal visto pelo país, como sinal de fraqueza da nova situação. Acrescenta que seu nome tem tido geral e inequívoca aprovação e isto torna, além de difícil, inexplicável a substituição. Enfim ele não aceita de modo algum a sua escusa. Por minha parte direi que é caso de submeter-se. O transtorno seria enorme. É extraordinária a confiança que esta população está depositando no atual governo. Tenho apalrado a opinião e ela nos é inteiramente favorável. Até o câmbio já deu sinal significativo de cordial adesão. Você poderá tomar uns quatro dias para seus arranjos, mas venha o mais cedo possível. Tome o seu posto, que será de glória para

si e de honra para o nosso São Paulo e para a República. Deve ter recebido a suma desta carta em telegrama meu e do Floriano.”

Em pós-escrito Campos Sales acrescentou:

“Têm causado péssima impressão as suas hesitações: todos querem vê-lo aqui e eu vou assegurando que verão.”

A 26, Bernardino volta à carga e dizendo, entre outras coisas, no telegrama:

“PEDIMOS TODOS QUE EMBORA SACRIFÍCIO, PRESTE ESTE SERVIÇO AO PAÍS E SÃO PAULO. SALVE INEVITÁVEL DESASTRE. IMPOSSÍVEL CONTRARIAR AGORA CONFIANÇA POLÍTICA.”

O velho colega e sempre amigo Abranches havia mandado este recado lacônico: “Aceite”.

Não parece haver outro exemplo, na República, de pressão igual sobre um político para que ele aceitasse função tão relevante quanto a pasta da Fazenda. Poderia Rodrigues Alves resistir? O estado de saúde da esposa era delicado, delicadíssimo o estado da fazenda pública, praticamente exangue após a hemorragia do Encilhamento. O ambiente republicano, ele o sentia, senão hostil, pelo menos, desconhecido. Era um homem do Império. Mas já dava a impressão de se ter tornado um estadista nacional, para quem os governantes apelavam e em quem a opinião confiava. Já a 25, Rodrigues Alves embarca para o Rio, resignado a atender ao convite do presidente e à vontade dos amigos, entre os quais se destacavam Campos Sales e Bernardino, seus chefes e responsáveis pela sua convocação ao serviço da República. Instalou-se no Hotel Vitória, à Rua do Catete, e empossou-se no dia 26.

Neste dia chegam as primeiras mensagens de congratulações dos seus amigos. Rubião Júnior e Bernardino estão entre eles, sendo que o último anuncia ter-se comunicado com Campos Sales. Floriano telegrafia também, nos seguintes termos:

“MUITO ME SATISFEZ VOSSA RESPOSTA. NÃO ESPERAVA OUTRA COISA DO VOSSO PATRIOTISMO.”

Antônio Prado, seu velho companheiro do Partido Conservador, escreveu-lhe a 1^a de dezembro, transmitindo o sentimento provável dos antigos monarquistas:

“Conquanto inteiramente arredado da vida pública, não posso deixar, como brasileiro e paulista, de felicitá-lo e congratular-me com a pátria por vê-lo ocupar um lugar proeminente na administração pública. Entretanto devo dizer-lhe que estimaria mais vê-lo na presidência do Estado de São Paulo, porque essa seria a melhor, a única solução às dificuldades com que lutam os políticos aqui. É indispensável pôr um termo às lutas atuais, e não vejo outro meio senão a sua colocação à testa do Estado. O seu nome seria bem aceito por todos e, sob a sua inspiração, poderia formar-se, com a fusão das atuais facções, um grande e forte partido republicano conservador. É o que pretendia dizer-lhe de viva voz, fazendo-o por meio desta, para que tome a minha lembrança na consideração que merecer. De modo algum quero quebrar o propósito de viver retirado da política mas, para o fim de realizar este plano, que me parece salvador, ponho-me completamente à sua disposição, contanto que não tenha de ocupar qualquer posição política. Vejo as coisas aqui muito mal paradas, e todos pensam que é indispensável um acordo entre os chefes políticos, que se digladiam em prejuízo dos reais interesses do Estado.”

Antônio Prado via com grande lucidez a situação paulista, e previa com acerto seu próximo desenvolvimento.

Para boa compreensão do que ocorreu em São Paulo naqueles dias, é necessário um pequeno retrospecto dos acontecimentos.

No dia 15 de novembro de 1889, com as notícias da revolução militar triunfante no Rio, começou a agitar-se a capital. Tudo se desenrolou pacificamente. Grupos populares percorriam as ruas em manifestações de regozijo, enquanto a força policial mantinha-se em expectativa nos quartéis. No dia 16, o presidente da Província, que era o ilustre sertanista e escritor General Couto de Magalhães, passou o governo a uma Junta, constituída por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o Coronel Joaquim

de Sousa Mursa,¹ sendo chefe de Polícia Bernardino de Campos. A Secretaria de Governo foi ocupada por Júlio Mesquita, sendo nomeado para a Tesouraria José Alves de Cerqueira César, sogro deste. A Junta tomou posse, em solene festividade, perante a Câmara Municipal.

A atmosfera daquelas horas espelha-se em ofício do dia 20, dirigido pela Junta ao Governo Provisório. Começa ele descrevendo a forma triunfal por que foi recebida a República em São Paulo e conclui pelo pedido de exoneração, a fim de facilitar a nomeação de um governador. A desordem inicial no estabelecimento dos novos órgãos de governo patenteia-se no fato de que, embora Prudente comunique a 3 de dezembro a sua posse como governador, existe ofício assinado pela Junta, no dia 5, anunciando a Cesário Alvim, ministro do Interior, a abertura de um crédito extraordinário.

A preocupação da autonomia estadual dominava os chefes republicanos paulistas. No ofício citado, em que comunica a sua instalação, a Junta Provisória pondera que “a medida de uniformização do governo (refere-se ao Decreto nº 1 do Governo Provisório) é aqui mal aceita e há de produzir sensível retraimento nas manifestações de apoio à República”, por causa “do espírito de autonomia, bem conhecido”, de São Paulo.²

Prudente, guardião inflexível dessa autonomia, governou até ser eleito senador à Constituinte, retirando-se em 18 de outubro de 1890 para ser substituído por Jorge Tibiriçá,³ nome articulado junto a Deodoro por Francisco Glicério, que começava a sua carreira de prestigioso líder parlamentar.

Tibiriçá pertencia à ala chefiada por Prudente. A candidatura deste contra Deodoro, na Constituinte, em disputa da presidência da República, indispondo naturalmente o generalíssimo contra os amigos paulistas do presidente da Assembléia. Por isto, em decreto de 4 de março de 1891, uma semana depois de empossado presidente, Deodoro demitiu

1 Joaquim de Sousa Mursa, nascido no Rio Grande do Sul, era coronel do Exército e residia em São Paulo, como diretor da fábrica de ferro de Ipanema. Foi convidado para a Junta de Governo por ser militar e pelas suas conhecidas convicções republicanas.

2 V. a respeito o estudo de June Hahner “The Paulistas Rise to Power” in *The Hispanic American Historical Review*, maio 1967.

3 Tibiriçá era nome adotado pelo político paulista. O seu sobrenome de família era Almeida Prado.

Tibiriçá do governo de São Paulo e nomeou outro republicano histórico, Américo Brasiliense, para seu sucessor. A irritação de Prudente ficou evidenciada pelo telegrama por ele enviado a Tibiriçá:

“PARABÉNS PELA VOSSA DEMISSÃO. CAIU CONVOSCO O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA. ACOMPANHAM-NOS OS APLAUSOS DE TODA A POPULAÇÃO DESINTERESSADA.”

Jorge Tibiriçá, à noite, foi homenageado no Clube Republicano, em cerimônia de que foram oradores Bernardino de Campos e Carlos Garcia, os quais profligaram o Governo Provisório pela sua demissão. Abriu-se, assim, a cisão, referida por Antônio Prado.

Com a renúncia de Deodoro, o processo de deposição dos governadores, solidários com o golpe de Estado do generalíssimo, manifestou-se com violência em São Paulo, chefiado abertamente por Prudente de Moraes, vice-presidente do Senado, e Bernardino de Campos, presidente da Câmara. Foi este processo revolucionário que Rodrigues Alves, provavelmente contra os seus sentimentos e a sua vontade, teve de acompanhar, junto a Floriano, mal se havia instalado na pasta da Fazenda.

Campos Sales, que se separara de Prudente na Constituinte, ao adotar, contra a dele, a candidatura de Deodoro, agora juntava-se de novo ao velho companheiro, na luta contra Américo Brasiliense. Sem qualidades de liderança no republicanismo histórico, Rodrigues Alves servia de instrumento dos seus patrícios naquela luta.

Vejamos a marcha dos acontecimentos por meio de alguns despachos telegráficos a ele dirigidos.

A 7 de dezembro, Campos Sales, Bernardino e Prudente⁴ comunicam que Brasiliense solicitara a Floriano a conservação da força federal. Pedem que o ministro atue em sentido contrário, solicitação reiterada por Campos Sales no dia 8. A 9 Rodrigues Alves é alertado por Prudente de que Brasiliense pretende a nomeação de um oficial do Exército a ele fiel, o Major Castelo Branco, para chefe da polícia estadual. Urge que tal medida não se concretize. No mesmo dia, em outro telegrama, Prudente recomenda como providência “urgente e indispensável” a chamada, para o Rio, de alguns oficiais do 10^o Regimento, provavelmente

4 Os três republicanos paulistas (Bernardino nasceu em Minas Gerais) eram companheiros de mocidade. Os três nasceram em 1841 e formaram-se juntos, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1863. Foram membros, como vimos, da *Burschenschaft*.

contrários à deposição do governador. Insiste em medidas semelhantes, no dia 13.

Retirava-se, assim, o apoio militar de Brasiliense.

No mesmo dia 13, Bernardino já pode comunicar:

“São Paulo está em revolução. Jundiáí, Rio Claro, Bragança, São Manuel, São Simão e outros pontos depuseram intendências e autoridades e aclamaram Doutor César, Floriano, Constituição Federal e do Estado. Inevitável a queda de Américo.”

Os líderes do movimento, como se vê, tinham escolhido Cerqueira César para a chefia do governo.

Mas a onda não rebentara ainda na capital. Igualmente a 13, Bernardino comunica que o General Sólon não recebera instruções de Floriano.

A 15 Prudente e Bernardino fornecem um panorama das inquietas condições da capital:

“Continuaram as correrias toda a noite. Na capital não havia movimento revolucionário. O governo pretextou ataque à *Federação* simulado e mandou a força agredir o *Correio Paulistano*, onde trabalhavam empregados desprevenidos, para impedir a publicação. Violências inauditas. Todo o Estado revolucionado em armas; revolução triunfante em toda parte, menos em alguns pontos onde não pronunciou-se [sic]. Santos ontem levantou-se aderindo à força local, assumindo o governo a Associação Comercial. Américo quis entregar ontem o governo ao comandante de Polícia Castelo Branco, nosso inimigo, para continuar a desordem. Tenente Miranda açula violência. Décimo Regimento impedido no quartel. Material do *Correio Paulistano e Estado*⁵ destruído por soldados. Estes atiravam a esmo. Há mortos e feridos. Continuam choques tremendos.”

Mas, no mesmo dia, às 8 e 55 da noite, Prudente já pode anunciar:

“Nosso Estado lavou-se da nódoa. Américo, verificando o triunfo completo da revolução no interior, abandonou o

5 O *Estado de S. Paulo*, antigo *Província de São Paulo*. Jornal ligado aos revoltosos através de Júlio Mesquita, genro de Cerqueira César.

palácio, entregando o governo ao comandante da Polícia. Este imediatamente passou-a ao vice-presidente,⁶ que assumiu o exercício. Satisfação geral. Renasce a confiança.”

Assim, no Estado pioneiro da federação republicana, começavam a funcionar os tristes métodos do novo regime.

Sendo Deodoro coagido à renúncia pela sedição naval, os Estados, inclusive o mais importante, seguiam o exemplo do governo central, depondo os seus mandatários.

A tranqüila compostura com que Couto de Magalhães transmitira o poder monárquico era contrariada pela desordem e violência das sucessões republicanas. Em breve o mesmo aconteceria no outro grande Estado federal, o de Minas Gerais.

Em 15 de novembro de 1889, o Visconde de Ibituruna passara, com a maior dignidade, o governo da Província aos líderes republicanos que o transmitiram, poucos dias depois, ao escolhido por Deodoro, Cesário Alvim. Este ficou solidário com Deodoro a 3 de novembro de 1891. Logo os florianistas tramaram a sua derrubada. Alvim, apoiado pelo povo mineiro, pôde resistir mais tempo que Brasiliense. Mas afinal foi igualmente levado à renúncia, diante de uma revolução separatista forjada no sul de Minas, a 17 de fevereiro de 1892.

Implantava-se, com Floriano, apoiado pelas dissensões civis, a ditadura republicana.

Em São Paulo, a partir da posse de Cerqueira César, todos os telegramas e grande número das cartas enviadas a Rodrigues Alves, por ele, Bernardino, Campos Sales, Adolfo Gordo (cunhado de Prudente), diziam respeito à movimentação de militares, pedidos de armamentos ou nomeações e exonerações de empregados de confiança política. Representante do Estado economicamente mais forte, o ministro da Fazenda só recebia dos seus patrícios advertências militares e empenhos empreguistas.

Em 8 de março de 1892, o governo paulista já não confiava no General Machado Bittencourt, comandante da guarnição, segundo se depreende deste telegrama de Bernardino:

6 Cerqueira César.

“DENÚNCIA PARECENDO FUNDADA DESIGNA PARA HOJE À NOITE ATAQUE AO GOVERNO DE SÃO PAULO. OBTENHA OUTRA VEZ ORDEM DE FLORIANO AO GENERAL BITTENCOURT PARA MANDAR A FORÇA AQUI ESTACIONADA SUSTENTAR O GOVERNO LOCAL.”

A este despacho está apenso um bilhete da mesma data do ministro da Guerra, General Francisco Antônio de Moura, que diz:

“ACABO DE TELEGRAFAR AO GENERAL BITTENCOURT⁷ ORDENANDO-LHE QUE PRESTE TODO APOIO AO GOVERNO DE SÃO PAULO. DE V. EX^a AMIGO AFETUOSO E COLEGA.”

A crise político-militar em São Paulo transcorria em um dos momentos mais difíceis e dolorosos da vida particular de Rodrigues Alves. Aliás, todo ano de 1891 lhe foi funesto, sob esse aspecto.

Nos primeiros meses ele perdeu a filha mais velha, Guilhermina (chamava-se como a mãe), moça de quinze anos, vitimada pelo tifo, em Guaratinguetá. Até o fim da existência o pai saudoso não esquecia a filha desaparecida. Quando aludiam à sua felicidade doméstica, já velho, ele dizia sempre que se esqueciam dos sofrimentos que atravessara quando mais jovem.

O pior, porém, foi a perda da esposa e prima, que morreu de parto, também em Guaratinguetá, a 28 de dezembro, um mês depois da sua posse no ministério. Deixava oito filhos, dos quais o mais velho tinha quatorze anos e a caçula alguns meses de nascida.

Rodrigues Alves tudo fez para salvá-la. Quando se manifestavam sintomas de infecção puerperal, o esposo aflito pediu licença do ministério e seguiu para Guaratinguetá, em trem especial, levando consigo uma das sumidades médicas do tempo, o Professor Francisco de Castro, que nada pôde fazer. O sofrimento de Rodrigues Alves foi intenso, segundo recordava o filho mais velho. Voltou ao exercício da pasta em 10 de janeiro de 1892. Daí por diante dedicou-se desveladamente à criação e educação dos filhos e filhas, tudo fazendo para substituir a mãe ausente. E, no testemunho dos íntimos, reforçado por documentos de família, o pai

7 O Marechal Bittencourt viria depois a morrer heroicamente, defendendo a vida de Prudente de Moraes.

nunca deixou de cumprir os seus deveres, por maiores que fossem, em certos momentos, as preocupações do político ou do estadista.

Avolumavam-se no Rio, em começos de 1892, as pressões para que Floriano procedesse à eleição de presidente da República, nos termos da Constituição, uma vez que Deodoro havia renunciado antes de transcorrida a metade do período, mas o Marechal não era homem de largar o poder. Valendo-se de interpretação sofisticada de um artigo das disposições transitórias, entendia-se com direito ao resto do período. Rodrigues Alves, formado no desinteresse e no legalismo do Império não concordava, no fundo, com a atitude do chefe do governo. Era francamente partidário de nova eleição presidencial, e sentia que a sua posição de ministro tornava-se constrangedora. Em 7 de fevereiro, Bernardino de Campos escreve-lhe de São Paulo:

“Quanto às coisas, penso que o senhor nada tem com elas, por ora. Não convém mudanças no governo. Cumpre poupá-lo.”

Em fins daquele mês, Campos Sales reuniu-se secretamente com Rodrigues Alves na cidade de Petrópolis, em casa do senador fluminense Tomás da Porciúncula, à Rua Paulo Barbosa. Ficou combinado que se sondasse Floriano, sobre a realização do pleito presidencial. Rodrigues Alves, seguindo o combinado, reuniu os ministros e expôs-lhes seu pensamento. Segundo Campos Sales, Custódio de Melo foi incumbido de interpelar Floriano, que reagiu desfavoravelmente.

Em 10 de março Bernardino escreve:

“Recebi sua carta sobre a eleição presidencial e telegrafei-lhe imediatamente, exprimindo as apreensões que me assaltaram ao ler que a questão trouxera divergências e que pedira demissão. Desculpe-me, mas acho que é um desastre abrir crise por esta questão. O momento não comporta crise dessa ordem. Acho que podia expressar a opinião em conferência, como estudo, no intuito de dar uma solução às dificuldades então existentes; não penso porém que se deva levar o caso ao extremo de uma crise ministerial, máxime quando já não há necessidade de derivativos, pois a oposição caiu e o governo fortaleceu-se.”



*Bernardino de Campos, um dos patriarcas da República em São Paulo.
Reproduzido de José Maria dos Santos, Bernardino de Campos
e o Partido Republicano Paulista (Editora José Olympio)*

A carta é longa. Desenvolve copiosa argumentação para demover Rodrigues Alves do seu propósito de retirar-se. A saída, ao ver de Bernardino, abalaria o país; dividiria São Paulo, onde havia correntes florianistas; politicamente era um desastre pois “não há militar capaz para substituir o Floriano e nenhum civil se poderia agüentar na sela, diante do Exército e Armada indisciplinados”; Floriano ficaria enfraquecido e “entregue aos botes da *canalha*⁸ oposicionista”. Assegura que Campos Sales e os demais amigos pensavam como ele.

Realmente, Campos Sales, que era, no fundo, responsável pela atitude de Rodrigues Alves, pensava como Bernardino no caso da demissão. Em carta de 9 de março dizia ele ao amigo:

“Vejo pela sua carta que ainda não se acha deliberada a questão da eleição presidencial, parecendo que será contrária a opinião do Floriano. Continuo a pensar que o melhor alvitre será o da eleição, pelos motivos que já ponderamos, mas penso que, no caso de ser o Floriano contrário à idéia, todo o *ministério*⁹ deve acompanhá-lo, porque uma crise ministerial neste momento e por tal motivo importaria a morte da situação [...]. É o caso do sacrifício das opiniões individuais para salvação da coletividade [...]. Enfim, o que penso é que, haja o que houver e seja como for, devemos sustentar o Floriano a todo transe, porque nele reside toda a garantia. Acompanhá-lo é a única política.”

No dia 18 insistia:

“Vi a sua carta ao Bernardino e, de combinação com ele, escrevo-lhe esta. Parece-me que, no momento atual, não podemos nem devemos ter outra preocupação que não seja a de fortalecer o governo, evitando tudo quanto possa de leve diminuir-lhe a autoridade moral.”

Repete os argumentos de que o enfraquecimento de Floriano era o fortalecimento da oposição, e a liquidação deles, paulistas.

8 Sublinhada no original.

9 Esta palavra sublinhada no original.

Rodrigues Alves tivera um incidente com Floriano, ao sustentar seu ponto de vista. Campos Sales procura tranquilizá-lo:

“Demais, não vejo em que a sua posição pessoal possa tornar-se tão difícil, como você supõe. Conheço muito o temperamento do Floriano e o juízo que ele forma a seu respeito; por isso posso garantir que ele acolherá sempre as suas opiniões como filhas das melhores intenções. Divergindo, não deixará contudo de acatar o seu patriotismo e a sua lealdade: respeitá-lo-á do mesmo modo, sem guardar prevenções ou ressentimentos. Tenho disto a mais completa convicção [...]. Sabemos que você está aí fazendo um sacrificio enorme; mas assim é preciso, e cada um de nós tem a sua vez nesta ordem de sacrificios.”

Rodrigues Alves teve de inclinar-se aos apelos dos companheiros, aos quais devia a sua integração na política republicana.

No dia 12, Bernardino já podia escrever-lhe manifestando a alegria dos amigos “quanto à sua permanência no governo”.

Mas, em breve, a opinião de Campos Sales revelar-se-ia errônea.

Ressentido e dissimulado, Floriano não tardaria a descobrir as garras, despedindo praticamente o seu ministro de uma função em que ele não queria permanecer.

*

A política financeira do Governo Provisório é conhecida popularmente pela ação do ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ao qual se costumam imputar, em visão apressada dos acontecimentos, todas as iniciativas arrojadas e as malfadadas conseqüências daquele dramático período.

A verdade, porém, já mais de uma vez ressaltada por especialistas em finanças, é que o ovo da inflação republicana havia sido fecundado no fim do Império.

Em 1858, o Ministro da Fazenda, Sousa Franco, autorizou a incorporação de bancos de emissão na Corte e também nas Províncias

do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Este é o mais antigo precedente da obra de Rui Barbosa.

Mais tarde, a abolição, a imigração, a Questão Militar e outros fatores da década 1880-1890 haviam determinado concentração de capital, surto de iniciativas financeiras, ambição das classes médias urbanas, espírito de imitação para soluções estrangeiras (sobretudo norte-americanas) e outras conseqüências que modificaram profundamente os hábitos e as idéias das classes dominantes.

Na imprensa diária e na Câmara dos Deputados, ao findar-se a Monarquia, discutia-se sobre os temas da unidade ou pluralidade dos bancos emissores; conversibilidade ou não do papel-moeda do Tesouro.

João Alfredo, presidente do Conselho e ministro da Fazenda no gabinete de 10 de março de 1888, havia expedido, a 24 de novembro daquele ano, o Decreto nº 3.403, “permitindo às companhias anônimas, que se propuserem a fazer operações bancárias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e à vista, conversíveis em moeda corrente”.

Releva observar que, nos termos dessa lei, as emissões bancárias seriam permitidas, não com lastro ouro, porém com garantia de apólices da dívida pública até o mesmo valor. Os bilhetes seriam “conversíveis em moeda corrente do Império”.

Era o mesmo plano de Sousa Franco.

Estabelecia-se a pluralidade bancária (forçada pela necessidade de numerário, por sua vez exigida agora pelo imperativo do pagamento de salário aos trabalhadores livres) entregue a bancos particulares. O sucessor de João Alfredo, Visconde de Ouro Preto, em aplicação desse decreto, concedeu a faculdade emissora a três bancos, entre os quais o Banco Nacional, do Visconde de Figueiredo, figura dominante nos meios financeiros e bolsistas da época. Para acentuar o caráter do privilégio, o Banco Nacional ficava com a faculdade de dar curso forçado aos seus bilhetes, em caso de “crise política ou financeira”. De fato, era a emissão de papel-moeda inconvertível, com garantia de papéis, por banco privado. Portanto, era o início do futuro Encilhamento.

Quando Rui assumiu a pasta, a 15 de novembro, o esquema inflacionário estava, pois, montado. As causas determinantes e o aparelho

legal preexistiam. O agravamento daquelas causas levou-o a completar este aparelho de forma talvez desarrazoada. Eis o que aconteceu:

Logo nos primeiros dias do Governo Provisório, dez bancos sediados de Sul a Norte do País requeriam favores iguais aos que Ouro Preto facultara ao Visconde de Figueiredo. Entre 26 de novembro e 8 de dezembro, Rui Barbosa concedeu autorização de emitir aos dez, sendo que quatro eram da Bahia, o que não deixa de mostrar o caráter político do ato.

A situação era bem mais difícil que no Império, porque a queda do câmbio, resultante da evolução e da ditadura, tornava a conversibilidade do papel para o ouro inexequível. A marcha para o papel inconversível seria inexorável.

A política inflacionária de Rui estava, assim, traçada de antemão. Chamado à pasta por causa da vigorosa campanha que, em 1889, empreendera contra a política financeira de Ouro Preto, pelo *Diário de Notícias*, Rui teria fatalmente que nadar nas mesmas águas, cada vez mais revoltas, da inflação vertiginosa. Calógeras, que não lhe poupa críticas, reconhece isto, como homem de boa-fé: “As teorias financeiras aplicáveis em épocas pacíficas não podiam ser admitidas invulneráveis em um momento histórico” como aquele.

Em 17 de janeiro de 1890, o ministro expediu os famosos decretos com que procurou, inutilmente, pôr um pouco de ordem na voragem. A inovação principal era dividir o Brasil em três zonas bancárias, o Norte (da Bahia ao Amazonas), o Centro (do Espírito Santo a Santa Catarina) e o Sul (que compreendia o Rio Grande, Mato Grosso e Goiás).

Não precisamos fazer a história do Encilhamento, a vertigem do jogo inflacionário e de proliferação de empresas, na qual alguns poucos enriqueceram e muitos perderam o que tinham. Essa história impressionou inclusive os ficcionistas, como o Visconde de Taunay, no romance que traz o nome do período e até Machado de Assis, no *Esau e Jacó*.

Rodrigues Alves, ao assumir a pasta, vinha encontrar ainda fumegante o rescaldo do incêndio que fora o Encilhamento.

Para ter-se uma idéia da situação, basta recordar que, em fins do Império, a circulação de papel-moeda mal passava de 200.000 contos; em 1892 chegava acima de 560.000. Nas vésperas da República o capital

somado das empresas do país pouco ultrapassava de 800.000 contos; em fins de 1891 já tinha subido além de três milhões.

Revelava-se também a corrupção, que reinara naquela loucura das emissões descontroladas de papel-moeda e de aventuras financeiras. Nenhum dos privilegiados bancos emissores realizara sequer o capital estatutário; nenhum se munira do lastro efetivo, em ouro ou títulos públicos, previsto pela lei. Negociatas de toda ordem haviam enriquecido a alguns poucos, inclusive diretores de bancos, e arruinado a muitos.

Calógeras recorda como os dois ministros que antecederam a Rodrigues Alves (Tristão de Alencar Araripe e o Barão de Lucena) haviam concedido empréstimos no montante de dois milhões e seiscentas mil libras a três bancos, recebendo em pagamento letras sacadas sobre o estrangeiro. Esta garantia fictícia serviu de base à emissão de 54.229 contos, soma enorme para a época, em benefício daqueles bancos protegidos. Esta operação ruínosa só veio a ser liquidada, com perdas, na segunda gestão de Rodrigues Alves na pasta, ao tempo de Prudente.

O desmando chegou ao ponto, lembra ainda Calógeras (e Rodrigues Alves confirma no seu relatório de ministro), de Lucena ordenar a transferência dos saldos do Tesouro a um banco à beira da falência. “Felizmente [acentua o ilustre historiador] esta operação inconcessável pôde ser impedida a tempo pelo seu sucessor, Sr. Rodrigues Alves.”

Examinando a ação do primeiro ministro da Fazenda de Floriano, Calógeras ajunta outras observações que merecem transcrição:

“Em situação semelhante, como eliminar as manifestações de desconfiança? Como trazer confiança a todos, alarmados à vista das desordens? Como pacificar os espíritos? Esta foi a tarefa do novo ministro das Finanças, Sr. Rodrigues Alves.”

Dunshee de Abranches, outro estudioso de nossa história financeira, discursando na Câmara dos Deputados em 1915, sobre a obra financeira de Rodrigues Alves, avança uma observação ainda mais categórica que a de Calógeras:

“Assumindo a presidência o Marechal Floriano, entregou a pasta da Fazenda ao benemérito estadista Sr. Conselheiro Rodrigues Alves, que, daí por diante, com pequenas inter-

rupções, jamais deixaria de orientar a nossa política financeira até 1906, ou, pelo menos, inspirá-la assiduamente com as suas luzes e experiência. Por outros termos, pode dizer-se que daí data o concurso direto do que já houve quem denominasse a influência paulista nos altos destinos da República.”

Realmente, as linhas mestras da política que seguiu o governo federal desde a presidência Floriano até a presidência Rodrigues Alves foram, de certo modo, coerentes, e encontravam-se firmadas nas idéias e na ação do ministro de Floriano e Prudente, em seguida presidente da República. Deve-se reconhecer que aquelas linhas mestras não eram o produto de opiniões pessoais de Rodrigues Alves, mas claramente o instrumento das forças econômicas conservadoras e progressistas (os adjetivos não se contradizem) que encontravam mais forte expressão no Estado de São Paulo. Rodrigues Alves era, assim, o homem que, como ministro, começou a praticar, com indisputada honestidade, uma certa orientação, a qual assessorou como senador, aconselhou como amigo e de que, afinal, colheu os frutos, como presidente, na sua consagrada obra de governo.

A situação, quando ele assumiu a pasta, era crítica.

O Congresso mal havia votado o orçamento, desde que se havia reunido de novo, após o recesso imposto por Deodoro. As falências se sucediam, algumas com enormes passivos. A fraqueza política do governo dificultava a ação do ministro. Seus planos não eram executados, ou se aplicavam mal, porque não venciam as resistências. Assim o imposto em ouro sobre as importações, que ele desejara, não pôde ser decretado.

Todo seu esforço concentrou-se, então, nas políticas creditícia e monetária. Da primeira ele cuidou logo, evitando o perigoso plano, já em andamento, da conversão do empréstimo interno de 280.000 contos em apólices, com juros de 5% papel, em outro que renderia 4% ouro. Com a desordem reinante no mercado financeiro e a desconfiança geral na estabilidade do mil-réis, seria certo que a conversão dos juros em ouro, apesar do abaixamento da taxa, viria a dar garantias desmesuradas aos detentores das apólices, enquanto toda a massa da população ficaria sofrendo os azares da desvalorização. Era uma espécie de correção monetária para um grupo privilegiado. O aumento imediato do valor dos títulos, caso fosse adotada a medida, seria outra fonte de especulação e lucros fáceis. O veto do ministro impediu esse arranjo suspeito.

Em seguida preocupou-se Rodrigues Alves com outros deveres importantes: suspender as emissões, recolher o papel-moeda em excesso e garantir o reembolso das notas emitidas, para restaurar a confiança.

A cessação das emissões bancárias foi por ele feita drasticamente, no decreto de 17 de dezembro de 1892, que cassou aos bancos o direito de emitir e concentrou-o somente no Banco da República do Brasil (semi-oficial), o único, aliás, que havia obedecido ao plano do decreto de 17 de janeiro de 1890, diz o ministro no seu relatório.

O papel em circulação ia a mais de 500 mil contos, de 350.000 de emissão dos bancos e menos de 170.000 em notas do Tesouro, sendo que as emissões bancárias eram garantidas por apenas 35.850 contos em títulos.

Rodrigues Alves, ao mesmo tempo em que procurava estimular a exportação e restringir a importação, planejou encampar pelo Tesouro as emissões bancárias, mediante condições justas, de forma a restaurar o controle da moeda pelo Tesouro, como exigiam a correção administrativa e a própria soberania nacional. Uma comissão de técnicos, por ele nomeada, chegou a conclusões semelhantes. No Congresso, a maioria apoiava o ministro, apesar das hesitações. A favor das suas idéias manifestaram-se, no Senado, Campos Sales, Rangel Pestana e Saldanha Marinho.¹⁰

O ministro não se iludia, contudo, sobre as dificuldades. No relatório de 1892 começa por dizer:

“Tem sido objeto das mais sérias preocupações, no país, a crise econômica e financeira com que lutamos aflitivamente há muitos meses. A baixa constante do câmbio, atingindo a uma taxa desesperadora, a desvalorização de todos os títulos, a retração do capital e o receio do decréscimo das rendas públicas de um lado, e, do outro, a carestia dos gêneros de primeira necessidade, agravando as dificuldades da vida, a exigência de salários elevados, os embaraços ao desenvolvimento da produção, provenientes dessas causas e muito particularmente da falta de braços e anarquia na indústria dos transportes, têm criado uma situação tão melindrosa que só o esforço tenaz, dedicado e patriótico dos poderes públicos, em harmonia completa de vistas, poderá remediar com vantagem.”

10 V. adiante a carta de Rodrigues Alves a Afonso Pena, quando de sua demissão.



Fac-símile de uma carta de Afonso Pena a Rodrigues Alves, ao tempo em que exerciam a presidência do Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda. Arquivo da família Rodrigues Alves. O texto da carta é o seguinte: Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1893 / R. Alves. / O resultado da conferência é o que eu esperava. O Banco da República não tem feito pressão alguma sobre o mercado, como sabe. Quando o câmbio esteve firme e para alta tomamos alguns saques; mas nos afastamos logo que se afrouxou. / Não fui hoje ao Banco receando a umidade, pois ontem não me dei bem com o excesso que fiz. Nada sei, pois, do que houve na praça. Li na "Notícia" que tem havido animação no mercado de títulos brasileiros. / Pelos jornais ontem vindos da Europa vejo que nos mercados monetários tem havido certo retraimento que afetam as próprias consolidadas. Ainda há pouco tempo eram cotadas a 113, 114, e agora estão a 109 e 109 1/4. O mal-estar é geral. Disponha do / Col.ª e Am.ª velho / Affonso Penna

Para o ministro, porém, essas dificuldades poderiam perfeitamente ser superadas com uma política de saneamento financeiro, a qual se apoiaria nas magníficas perspectivas da exportação do café e da borracha. Urgia, porém, normalizar os transportes, ativar a imigração agrícola, supletiva dos braços nacionais, que se deslocavam em massa para as cidades, cessar as emissões bancárias, reduzir as despesas públicas. Rui Barbosa, que tomara posse como senador poucos dias antes da renúncia de Rodrigues Alves, divergiu do programa do seu antigo colega em discursos no Senado. Fê-lo, porém, em termos amistosos. Entretanto, no mês de junho, assim se referiu Rui a Rodrigues Alves:

“Está no Ministério da Fazenda um adversário meu. Sei por amigos comuns que a sua linguagem a respeito da irrepreensibilidade da minha administração no Tesouro é a mais insistente, a mais categórica, a mais lisonjeira.”

Rodrigues Alves, portanto, defendia a honorabilidade de Rui, como este mesmo o reconhece. Não se entende bem, portanto, aquele qualificativo de adversário. Só se, cedendo a um movimento da memória inconsciente, Rui estivesse pensando no liberal do Império, em face do ex-conservador.

Mas Rodrigues Alves foi levado a deixar a pasta sem poder realizar o seu programa, especialmente o plano que alimentava de uma reforma geral do Tesouro. Referindo-se à sua saída, Calógeras empregou as seguintes expressões:

“A 29 de agosto este estadista, um daqueles a quem o Brasil deve os mais eminentes serviços pela sua reabilitação financeira, demitiu-se, com grande pesar para todo o comércio do Rio e para os círculos políticos conservadores, que viam, na sua administração e na sua política monetária, o melhor caminho para sair da trilha em que o haviam lançado os abusos de crédito de toda sorte.”

De fato, a demissão de Rodrigues Alves foi determinada, além de motivos técnicos, por outros de natureza política, como já deixamos dito e agora vamos relatar.

Serzedelo Correia (ministro do Exterior desde 12 de fevereiro), em páginas de memórias, recorda os episódios não oficiais que concor-

reram para a demissão de Rodrigues Alves, a alguns dos quais esteve presente. O início da divergência entre o presidente da República e o ministro da Fazenda remontou, também, segundo Serzedelo, à atitude de Rodrigues Alves no caso da sucessão de Deodoro.

“Outro fato deu-se com Rodrigues Alves, [José] Simeão e José Higino. Havia na imprensa uma grande campanha em favor da eleição presidencial. O Marechal era contrário a ela. Rodrigues Alves reuniu o ministério na Secretaria da Viação, para assentarem os ministros a sua opinião a respeito. Reunimo-nos e deliberamos todos convidar o Marechal a fazer a eleição presidencial. Simeão queria que fosse eu o encarregado, em despacho, de amarrar o guizo no pescoço do gato. Recusei-me e ficou deliberado que Simeão levantaria a questão. Assim aconteceu: na primeira conferência ministerial, Simeão levantou a questão¹¹ e Floriano o ouviu em silêncio. Depois pediu a opinião de José Higino e Rodrigues Alves, que corroboraram, com outros argumentos, a opinião de Simeão.”

Serzedelo, continuando a narrativa, informa que Floriano dispensou-o de opinar. Já tinha plano assentado. Demitiria os ministros da Fazenda, da Justiça e da Guerra e chamaria Serzedelo, de quem era amigo, para a Fazenda, embora depois o prendesse por longos meses, como suspeito na Revolta da Armada. Foi o que fez, com a frieza que lhe era habitual.

O episódio narrado por Serzedelo prendia-se ao pedido de demissão de Rodrigues Alves, no mês de março, que já ficou documentado acima, através de cartas de Bernardino e Campos Sales. Agora vejamos o seu remate, sempre seguindo as memórias de Serzedelo:

“O Marechal, em um despacho, atendeu a todas as pastas, deixando a Fazenda para o fim. Quando chegou a vez de Rodrigues Alves, levantou-se e não voltou. No despacho seguinte reproduziu-se o fato. Eu, que nada tinha percebido, disse a Rodrigues Alves: como, você não despacha a sua pasta? Rodrigues Alves sorriu e encolheu os ombros.”

11 A versão de Serzedelo difere aqui da de Campos Sales, para quem foi Custódio de Melo quem provocou o assunto.

Essas cenas, se exatas, devem ter ocorrido em agosto, porque, dias depois, Floriano comunicava a Serzedelo que “o nosso bom amigo Dr. Rodrigues Alves” queria deixar a pasta e que o seu interlocutor deveria substituí-lo.

Serzedelo havia discutido bastante na Câmara o programa de Rodrigues Alves, e poderia ser considerado um estudioso de assuntos financeiros.

A carta de Rodrigues Alves a Floriano, datada de 25 de agosto, é a seguinte:¹²

“Ex.^{mo} Sr. Marechal,

Tenho procurado até este momento corresponder com o maior esforço à confiança de V. Ex^a honrando-me com a pasta da Fazenda. Não podendo, porém, continuar no exercício de tão elevado cargo por motivos da maior ponderação, venho com todo o respeito comunicá-lo a V. Ex^a.

Sem uma perfeita unidade de vistas entre o ministro da Fazenda e o chefe do Estado, não só quanto ao modo de encarar a questão financeira, como os meios de resolvê-la, a administração não pode caminhar regularmente. Como V. Ex^a sabe, essa questão domina no momento todas as outras e está a reclamar o esforço constante do governo, que não será eficaz sem a mais completa harmonia entre os seus membros.

Essa unidade de vistas não existe. As minhas idéias, por infelicidade que lamento, não combinam com as de V. Ex^a e a situação não permite que o ministro da Fazenda, no meio das dificuldades que nos cercam, possa agir sem a firme segurança de que o chefe do Estado confia absolutamente na execução e eficácia dos seus planos.

Tornando-se impossível a minha permanência no ministério, rogo-lhe digne-se conceder-me exoneração do cargo de ministro da Fazenda. Asseguro-lhe que esta resolução não altera por forma alguma as relações dos meus amigos do Congresso para com o governo.

12 A facilidade de redação de Rodrigues Alves, velho jornalista, patenteia-se nesta carta, cujo manuscrito contém somente duas palavras riscadas.

Aproveito a ocasião para agradecer a V. Ex^a as atenções com que me tem honrado e, fazendo votos sinceros pela felicidade do governo, firmeza do regime e prosperidade da República, apresento-lhe os protestos da mais alta consideração e apreço.”

As causas concretas da divergência ficam esclarecidas com as cartas que em seguida transcrevemos. A primeira é de Sousa Correia, nosso ministro em Londres, enviada a Rodrigues Alves a 9 de setembro de 1892:

“Recebi com pesar o telegrama que V. Ex^a serviu-se dirigir-me, em 28 de agosto último, anunciando-me haver pedido a sua demissão, por não ter o Sr. Vice-Presidente da República concordado com as idéias que V. Ex^a apresentou, de conformidade com as dos Srs. Rothschild e outros banqueiros da praça de Londres, em relação à nossa situação financeira.”

A divergência entre o ministro e o presidente em exercício provinha de que o primeiro desejava, como dissemos, encampar as emissões bancárias privadas pelo Tesouro, medida de saneamento monetário e controle financeiro, com que não deixariam de concordar nossos credores estrangeiros, enquanto o segundo opunha-se a tal decisão. Vejamos agora, em carta do próprio Rodrigues Alves a Afonso Pena, escrita no Rio, a 20 de setembro, a explicação pormenorizada da crise pelo principal figurante:

“Pena

Recebi e agradeço sua carta. Não me foi possível continuar no ministério por falta de acordo com o chefe de Estado, principalmente na questão bancária. As minhas idéias combinam perfeitamente com as suas. Tive mesmo ensejo de referir-me, por mais de uma vez, à sua esclarecida opinião. O Marechal, porém, não compreende que haja vantagem em assumir o governo a responsabilidade pelas emissões bancárias e reputa essa providência radical e perigosa. Compreende você que, estabelecido o desacordo em um ponto capital da administração da minha pasta, não me restava outro alvitre senão o de retirar-me.

Havia muito tempo eu insistira por uma solução. Consegui pôr-me de acordo com as Comissões de Orçamento do Congresso. Ouvi a opinião dos nossos homens mais competentes. Apesar de tudo, as minhas idéias não alcançaram o apoio do chefe de Estado. Retirei-me. Não acha que não poderia proceder de outra forma?

Logo que tenha instalado os filhos no colégio, retirar-me-ei para São Paulo. Como sempre, amigo e colega.”

A resposta de Floriano ao pedido do seu ministro só veio cinco dias depois, a 30 de agosto:

“Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Tenho presente a carta de V. Ex.^a datada de 25 deste mês, em que me declara não poder continuar no exercício da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, pela falta de unidade de vistas no modo por que encaramos a questão financeira.

Por mais divergentes, por mais opostas que sejam as nossas idéias no modo de encarar essa questão, me parece que era ainda muito cedo para motivar ela a retirada de V. Ex.^a, tanto mais quanto, competindo ao Congresso a solução de tão magno assunto,¹³ mais a ele do que a nós caberia a responsabilidade ou a glória das conseqüências que de fato se podem originar.

Reconheço que a questão financeira domina, no momento, todas as outras, e exige esforços ingentes por parte daqueles a quem cabe resolvê-las; reconheço também que é da dita questão que depende o futuro da nossa pátria e a segurança da República, cujos inimigos dia a dia mais se empenham na faina de desacreditá-la, empregando para isso os meios mais inconfessáveis. É justamente dessa campanha de descrédito e mais dela do que mesmo dos nossos embaraços financeiros que provêm as maiores dificuldades que, neste momento, assoberbam a República e particularmente ao seu governo.

13 Estava em discussão a lei sobre a reforma financeira, projeto muito combatido por Rui Barbosa.

Não devo ir ao encontro do modo de ver de V. Ex^a; respeitando as suas idéias e os seus escrúpulos, não desejando mesmo contribuir para que o seu nome e a sua reputação sejam prejudicados por mera solidariedade com os meus atos, nessa complexidade de embaraços que nos cerca, aceito a exoneração pedida por V. Ex^a a quem, com a maior sinceridade, agradeço a dedicação e, sobretudo, a honradez com que sempre me auxiliou na gerência da pasta da Fazenda.”

Malgrado a insinuação maliciosa do último período, vê-se que a carta de Floriano fazia justiça ao seu auxiliar. Rodrigues Alves deve ter sentido alívio com a resposta do presidente pois, segundo confidenciou à família, houve momentos, naqueles dias, em que pensou ser preso por ordem do presidente.

Antes de ser nomeado, Serzedelo Correia procurou Rodrigues Alves para se aconselhar. O ministro demissionário instou com o sucessor para que aceitasse o cargo, pois esperava da boa influência que pudesse exercer sobre o Marechal. Provavelmente a pedido de Serzedelo, Rodrigues Alves redigiu para ele, no dia em que se afastou, uma série de esclarecimentos e sugestões que pudessem servi-lo nas novas funções. Eis alguns tópicos:

Em mãos dos Rothschild, em Londres, o Tesouro dispunha do saldo de 592.281 libras, mas os compromissos para setembro iam de 860.500 esterlinos. Enquanto se não realizasse a conversão das apólices, em discussão no Congresso, poder-se-ia utilizar, em favor dos agentes ingleses, do saldo aproximado de 280.000 libras existentes no Tesouro. Além disso Rodrigues Alves, por cautela, havia tomado, nos últimos dias, cambiais de exportação no valor de 150.000 libras e tinha possibilidade de recolher novas divisas com os saldos da alfândega de Santos. O câmbio encontrava-se em alta, e assim continuaria, se prosseguisse a saída da safra de café.

O documento continua com o relato da situação dos bancos emissores, que o ministro não pudera regularizar. Só um deles, o Banco da República, devia 900.000 libras ao Tesouro, de garantias para suas emissões, além de 450.000 que ficara a dever na praça de Londres, de saques vencidos e não pagos. O Banco de Crédito Popular era devedor ao Tesouro de 1.300.000 libras. Estava com o crédito muito comprometido, e tinha mudado a diretoria para ver se o levantava.

Os lucros cambiais deviam ser aplicados, em parte, no resgate das emissões, e em parte em fortalecer as caixas dos bancos para elevação do crédito. Mas isto só seria possível com a extinção das emissões bancárias.

Depois de abordar outros assuntos, Rodrigues Alves reafirma as suas idéias: a encampação das emissões bancárias, o fim do privilégio dos bancos emissores (que já havia decretado) e um plano sério (“sério mesmo”, insiste) de economia, inclusive em divisas, eram medidas que levantariam a situação, a qual não era desesperada, como pretendiam “os inimigos e mesmo os maus amigos da República”.

Apesar das circunstâncias que cercaram a sua retirada, Rodrigues Alves nunca fez oposição a Floriano, nem, segundo é de nosso conhecimento, a ele se referiu como a um desafeto.

Durante sua permanência no ministério, foi solidário com as medidas que o Marechal considerava necessárias à sustentação da ordem. A 13 de abril de 1892 assinou, com os demais ministros, o decreto que punia os implicados na tentativa de sedição do dia 10, entre os quais se encontravam militares como Wandenkolk e Almeida Barreto; parlamentares, como Seabra; capitalistas, como o Conde de Leopoldina e escritores como José do Patrocínio, Pardal Mallet e Olavo Bilac.

Essa solidariedade permaneceu quando Rodrigues Alves entrou para o Senado. Dias depois do irrompimento da revolta naval, na Baía de Guanabara, ele foi um dos signatários do manifesto dos quinze senadores, documento de rigoroso apoio ao governo e violenta condenação dos revoltosos.

Demitido, Rodrigues Alves seguiu para Guaratinguetá, onde retomou suas atividades privadas, sem descuidar dos interesses políticos locais.

Sobre essa fase de sua vida, as memórias de Serzedelo contêm um tópico que deve ser recordado. Serzedelo, suspeitado de ligações com a Revolta da Armada, foi preso na Casa de Correção, por ordem de Floriano. Escreveu a propósito:

“Preso, demitido do Exército e de lente, sem um vintém para dar de comer à minha mãe e uma irmã, devi à caridade de Pais de Carvalho, de Ferreira Ramos, de Gaffré, Buarque de Macedo e do eminente e bondoso Rodrigues Alves, que veio expressamente de São Paulo oferecer-me dinheiro e tudo que precisasse, recursos que não tinha. Devido a isso não morremos de fome.”

.....

Capítulo Terceiro

Senador por São Paulo – Ministro da Fazenda de Prudente de Moraes – Senador por São Paulo.

SENADOR POR SÃO PAULO

De agosto de 1892 a março de 1893, Rodrigues Alves ficou sem posição política.

Em janeiro de 1893, Prudente de Moraes, em carta a Bernardino de Campos (elevado ao governo de São Paulo), sugeria que Rodrigues Alves fosse feito deputado federal, na vaga do próprio Bernardino. Afinal obteve ele coisa melhor. A 23 de março daquele ano, os chefes do PRP o fizeram eleger senador por São Paulo, a fim de terminar o mandato de Rangel Pestana, o qual havia renunciado para assumir o posto de presidente do Banco da República do Brasil, instituto semi-oficial, resultante da fusão dos Bancos do Brasil e da República e antecessor do atual Banco do Brasil.

Reconhecido e proclamado a 9 de abril pelo vice-presidente do Senado, Prudente de Moraes, e empossado a 11 de maio, Rodrigues Alves foi eleito para a Comissão de Finanças, cuja presidência passou a exercer.

Sua ação como senador, durante aquele ano, desenvolveu-se sempre (tal como acontecera na Câmara) no trato de matérias financeiras e econômicas.

A cena política estava, no entanto, convulsionada. A oposição evoluíra para a sedição, e a guerra civil, com lances de inaudita crueldade,

se espalhara pelo Sul do país. Na tribuna da Câmara, Epitácio Pessoa, no *Jornal do Brasil*, Rui Barbosa, foram, em 1893, os extraordinários combatentes em favor da liberdade, do poder civil e das nossas tradições de civilização.

Rodrigues Alves, enquadrado no esquema oficial, dele não ousa sair. Limita sua ação de senador a estudar e discorrer sobre os assuntos da Comissão de Finanças, a que pertencia.

Quem ler os seus discursos de 1893 tem a impressão de que o Brasil vivia em plena normalidade política.

Ocupou a tribuna por várias vezes, estudando assuntos tributários, combatendo concessões de estradas de ferro, condenando privilégios fiscais a empresas privadas, discorrendo (com grande proficiência) sobre tarifas ferroviárias, pleiteando a criação de uma alfândega na capital do seu Estado. Nesses discursos, voltam-lhe manifestações de entusiasmo pelo progresso paulista, que fazem lembrar os seus tempos de deputado provincial. Alude, com efeito, ao progresso “vertiginoso, extraordinário, estupendo” de São Paulo; refere-se às novas plantações de café, às grandes fábricas que estavam sendo instaladas. Elogia os esforços do governo estadual para, sem auxílio da União, conseguir “a torrente prodigiosa da imigração”.

São Paulo criava um novo tipo de político republicano, e este era o conselheiro do Império. Rodrigues Alves, senador, era o mesmo enérgico propugnador do desenvolvimento nacional que já se revelara no deputado provincial e que atingiria a glória na presidência da República. Era o representante genuíno da nova burguesia em ascensão; o homem que se preparava para, dentro de poucos anos, vir colocar o Brasil no século XX.

Embora não se ocupasse de política no exercício do seu mandato, Rodrigues Alves não deixava de se interessar por ela fora do palácio do Conde dos Arcos.

De 11 de abril de 1893, por exemplo, é uma carta sua a Bernardino, em que punha o amigo a par de uma conversa com Floriano sobre o desenvolvimento da guerra civil no Sul. Alertava o presidente de São Paulo para a impressão corrente de que o Estado não estava ajudando, tanto quanto podia, a defesa do governo. Falava-se já muito

em pacificação, mas o Marechal não queria aceitá-la, senão em posição de força, depois de uma vitória importante das armas legais. Em certo trecho observava:

“Não encontrei-o [sic] com grande firmeza na palavra, mas sempre o conheci retraído e meio hesitante [...]. Achei no Rio a opinião muito inclinada aos federalistas: a opinião, já se vê, da Rua do Ouvidor, animada pela imprensa da tarde e grande parte pela da manhã. O que, porém, mais me aborreceu foi que, entre os amigos do governo, não encontrei muito entusiasmo; usaram mesmo uma linguagem de esfriar a gente. A mais de um provei esse mau vezo.”

A última vez em que Rodrigues Alves discursou naquela sessão foi em defesa de sua gestão na pasta da Fazenda, que fora objeto de críticas na Câmara. Seu extenso discurso é uma explicação cabal de todos os atos que haviam sido objeto de apressada e mal informada censura.

Em 1894, houve renovação do terço do Senado. Em São Paulo o senador cessante era Rodrigues Alves, que foi reeleito para o mandato de nove anos, conforme a Constituição de 1891.

Reconhecido e proclamado na sessão preparatória de 3 de maio, prestou compromisso a 9 do mesmo mês. Entre os seus colegas contavam-se João Barbalho, de Pernambuco; Quintino Bocaiúva, do Estado do Rio; Saldanha Marinho, do Distrito Federal; Cristiano Otôni, de Minas Gerais; Leopoldo de Bulhões, de Goiás; Rui Barbosa, da Bahia; Gomes de Castro, do Maranhão; e Pinheiro Machado, do Rio Grande.

A bancada de São Paulo era composta dos três futuros presidentes da República: Prudente, Campos Sales e ele próprio. A fechada aristocracia republicana paulista consolidava-se nas posições.

Reeleito presidente (vice-presidente) da casa, Prudente resignou por já estar eleito presidente da República e caber à mesa do Senado participar da apuração das eleições presidenciais. A presidência foi então para Ubaldino do Amaral, republicano histórico do Paraná.

A mensagem de Floriano, lida a 7 de maio, é um documento político impressionante. Toda ela ressuma paixão e mesmo ódio mal disfarçado contra os revolucionários da Marinha e do Rio Grande.



*Prudente de Morais, o grande líder paulista.
Revista Ilustrada. Coleção Plínio Doyle*

Rodrigues Alves, que saíra do governo nas condições já relatadas, conservou-se durante todo o ano em absoluta discrição. Indicado para a Comissão de Finanças, é assíduo às sessões mas não fala. Não profere um só discurso em plenário durante todo o ano de 1894. Procede no Senado como já procedera na Constituinte. Apaga-se.

Campos Sales, ao contrário, freqüenta assiduamente a tribuna. Como Prudente se licenciara, pode-se dizer que ele é a bancada paulista no Senado.

Em abril, sendo já Prudente presidente eleito, José Carlos Rodrigues, prevendo a influência futura do senador paulista, convidou-o para o posto de redator-chefe do *Jornal do Comércio*. O mais importante órgão da imprensa carioca encontrava-se então sob ameaça de Floriano. O Marechal, inconformado com a atitude independente do diário, considerava-o hostil ao seu governo e dava inequívocas demonstrações dessa má vontade. Foi receando o pior que José Carlos Rodrigues apelou para Rodrigues Alves. Apesar da recusa deste, a simples notícia de que fora convidado para o posto – foi o que se disse na ocasião – impediu Floriano de levar a efeito alguma violência contra o jornal.

A recusa de Rodrigues Alves ficou expressa na seguinte carta, datada de 11 daquele mês, de Guaratinguetá:

“Il.^{mo} Amigo Dr. Rodrigues,

Recebi sua carta de 4 agradecendo muito as expressões de bondade com que me obsequia. Conversei com o seu sobrinho a respeito do assunto da sua carta. A incumbência que me quer confiar, exagerando merecimentos que não tenho, apresenta dificuldades que creio não poder vencer. Temo principalmente que, em vez de auxiliar o governo do Dr. Prudente, a aceitação do posto que me quer dar no *Jornal* aguce mais as desconfianças ou antipatias que há, como sabe, contra os paulistas, o que seria para mim muitíssimo desagradável. Aquelas dificuldades sei que podem ser resolvidas pelo esforço e pelo trabalho; estas não. Vou ouvir dentro de poucos dias o Dr. Bernardino e mais dois amigos de São Paulo, com a reserva necessária, e expor-lhes as dúvidas que tenho quanto a esta última parte. Se os amigos entenderem que, ao revés do que penso, aquela posição pode

aumentar ou criar desconfianças contra nós, ou contra o governo esperado do Dr. Prudente, compreende bem qual deve ser a minha atitude [...]. Conversei muito com seu sobrinho e ele lhe transmitirá as expressões da nossa conversa. O nosso grande país, espero cheio de confiança, há de ter brevemente o seu período de sossego, de paz e garantias para todos.”

Não se enganava o senador. Prudente, levando avante a política de conciliação, conseguia, depois de muito esforço, fazer a paz no Sul.

No Senado, Rodrigues Alves compareceu às sessões até o dia 13 de novembro, antevéspera da sua posse no ministério da Fazenda, que veio novamente ocupar, tendo renunciado ao seu mandato de senador no dia 15.

Prudente se empossou como presidente no mesmo dia, perante o Congresso, em cerimônia de marcante simplicidade.

A eleição direta do novo chefe de Estado era uma experiência sem precedentes no Brasil, desde os tempos da Regência, à qual foi, como bem lembrou Nabuco, um ensaio de república.

Para construir o poder civil organizara-se o Partido Republicano Federal, organização de cúpula, bastante heterogênea. Sua convenção, que deveria contar quarenta e dois delegados (dois por unidade federada, inclusive o Distrito Federal), só reuniu vinte e sete, pois sete Estados, entre os quais dois grandes, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não se fizeram representar.

Prudente não deixou de encontrar resistência, bem como o seu companheiro de chapa, o baiano Manuel Vitorino. Na convenção surgiram os nomes de Lauro Sodré (florianista), Afonso Pena e Rangel Pestana. Lauro Sodré, a partir desse momento, foi sempre um ressentido político. Sua hostilidade aos paulistas revelava-se pela oposição a Prudente e chegou até a revolução, contra Rodrigues Alves. Sodré representava bem o militarismo ditatorial e positivista da propaganda. Manuel Vitorino foi outro ressentido. Sua vitória na convenção deu-se por apenas um voto. No pleito, Prudente teve 290.000 votos redondos, contra mais de 52.000 distribuídos entre vários candidatos. Destes o mais votado foi Afonso Pena, que ultrapassou 32.000 sufrágios.

Convidado para integrar o governo, Rodrigues Alves resignou à cadeira de senador no princípio do mandato. Por mais duas vezes viria representar São Paulo na câmara alta.

MINISTRO DA FAZENDA DE PRUDENTE DE MORAIS

O governo de Prudente de Moraes ficou assim constituído: Exterior, Carlos de Carvalho; Interior e Justiça, Gonçalves Ferreira; Fazenda, Rodrigues Alves; Viação, Antônio Olinto; Guerra, General Bernardo Vasques; e Marinha, Almirante Elisiário Barbosa. O prefeito do Rio de Janeiro foi o médico Furquim Werneck, florianista nomeado por influência de Francisco Glicério.

Os meios políticos contrários a Floriano recebera Prudente com expectativa simpática, mas confiança moderada. Corria como certo que a eleição de Prudente resultava de um acordo entre os republicanos castilhistas do Rio Grande e os históricos de São Paulo, com vista à sustentação de Júlio de Castilhos, naquele Estado. A subida de um civil era ponto favorável, mas esse civil tinha compromissos com o jacobinismo florianista. Enquanto Floriano foi vivo, perdurou a equívoca situação. Prudente não tinha força para enfrentar, como convinha, os inimigos da lealdade, quando os amigos desta eram acusados de restauradores e sebastianistas. Muitos antigos monarquistas haviam aderido à república, mas eram sempre suspeitos de infieis. O jornal de Quintino, *O País*, alimentava tal suspeição com a autoridade do respeitado chefe. Por outro lado os anti-florianistas não escondiam suas preferências pelos federalistas. No Sul, Prudente era acoimado de fraco, de indeciso, às vezes de hipócrita. “Prudente de Mais” era como o chamavam. Por vezes via-se rudemente atacado por diários como a *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, ou semanários como o *D. Quixote*, de Angelo Agostini. A primeira mensagem que enviou ao Congresso, em maio de 1895, foi recebida debaixo de vaia pelos antiflorianistas.

Por tudo isso, no princípio do quadriênio, o aspecto dramático dos acontecimentos se concentrou nos episódios políticos, tais como a

liquidação da guerra civil; a afirmação do poder constitucional do presidente contra os restos do militarismo; o dissídio entre Prudente e a liderança do Congresso; o choque entre ele e o vice-presidente. Todos estes fatos provocavam, desde o começo de 1895, grande agitação no meio político, que às vezes descambava para desordens e violências nas ruas, com agressões a jornais ou pessoas consideradas antiflorianistas, ou antimilitaristas.

A situação política era, na verdade, muito confusa. Prudente, desejoso de pacificar o Rio Grande, onde se aprofundava a revolução, despertava a oposição de Castilhos, empenhado no extermínio dos adversários, e de muitos grupos civis e militares, que tiravam vantagens com os grandes dispêndios que o governo federal fazia no Estado para abafar a guerra civil. No Rio jornais florianistas atacavam Prudente, principalmente Quintino Bocaiúva, em *O País*, jornal que redigia subvencionado por Castilhos. A imprensa contrária a Floriano, por sua vez, não poupava o presidente, acusando-o de tibieza. Só a morte do marechal veio, na verdade, consolidar o poder civil. No crepitar das agitações, escondia-se a administração econômico-financeira. No entanto, era nesta que repercutiam as crises política e militar.

Procuraremos indicar os processos adotados para enfrentá-la, através da ação de Rodrigues Alves e do seu sucessor na pasta da Fazenda, Bernardino de Campos, ação que veio culminar (com rigor talvez excessivo) na política de Campos Sales e Joaquim Murcinho, no quadriênio seguinte.

Os excessos emissionistas e as insurreições armadas do começo da República¹ encontravam contrapartida favorável ao Brasil no incremento constante do valor ouro de suas exportações, principalmente o café. Por sua vez, essas exportações (que, como vimos, eram uma das causas do otimismo revelado por Rodrigues Alves no seu relatório de 1893) decorriam de circunstâncias benéficas então vigentes no exterior. Com efeito, o aumento da população européia e a melhoria dos seus níveis de vida permitiam um acréscimo no consumo do nosso produto básico; para isto também concorriam a melhoria dos transportes transa-

1 Dunshee de Abranches informa que as despesas com a revolta naval, nos governos de Floriano e Prudente, foram maiores do que os gastos que o Império fez na guerra do Paraguai.

tlânticos e ferroviários no Brasil, bem como o incremento da imigração rural, igualmente assinalado por Rodrigues Alves.

Mas, concomitantemente, outro fator de influência foi se instalando no sistema econômico brasileiro: a presença do capital estrangeiro, representado pelos bancos e firmas exportadoras, que, em breve, iam tomar praticamente conta do nosso mercado internacional, ditando suas leis nem sempre coincidentes com os interesses do país.

Foram esses especuladores estrangeiros, que jogavam na baixa dos preços do café e das taxas de câmbio, o principal obstáculo com o que o governo brasileiro teve de lutar, luta que terminou na meia capitulação do *funding*. No resumo que a seguir se fará do desenvolvimento desse processo, será acompanhada sobretudo a ação de Rodrigues Alves.

Os problemas mais graves com que se defrontou, logo depois da posse, foram o resgate do papel-moeda, a conversão das emissões de títulos oficiais e as indenizações reclamadas pelos bancos emissores, por causa da cessação, por ele determinada em 1892, do seu direito de emitir.

Internamente, os recursos do Tesouro eram insuficientes. Na mensagem que enviou ao Congresso, em maio de 1895, Prudente informou a situação financeira encontrada ao assumir o governo. Pela lei de orçamento, votada em dezembro, recebera autorização para negociar operações de crédito, o que fez convencionando com a Casa Rothschild um empréstimo de dois milhões de libras, com garantia de bônus do Tesouro, emitidos ao tipo de 97 e juros de 5%. O pagamento seria em três prestações a curto prazo. Em fevereiro de 1895, Rodrigues Alves teve permissão de lançar um empréstimo interno em apólices, no valor nominal de um conto, emitidas a 95% com juros de 5%. Esse empréstimo destinava-se ao resgate do papel-moeda emitido por Floriano. A confiança era grande, pois o empréstimo foi coberto duas vezes. Começou, então, o resgate do papel, sendo desde logo retirada a soma de 20.000 contos. Como se vê, o ministro da Fazenda não perdeu tempo para atuar com energia.

Quatro trabalhos fundamentais de Rodrigues Alves elucidam os áridos e complexos problemas que lhe foram entregues: a exposição sobre as reclamações dos bancos, apresentada a Prudente de Moraes em 8 de fevereiro de 1895; a exposição de motivos de 14 de março, sobre o resgate do papel-moeda; o relatório enviado ao presidente no final daquele



*Threato politico - Sr. neto da Africana. Senta firme!
Vais repouzar-te a sombra da mansuetude e ali dormir o somnoloso pulso.
Quem te dá mas não dá o acordado de ti... (as o peso)*

Já como ministro da Fazenda de Prudente de Moraes,
surgem as primeiras caricaturas em que Rodrigues Alves é apresentado como
dorminhoco. Revista Ilustrada.

Coleção Plínio Doyle

mesmo ano, e o último relatório, remetido ao chefe do Estado em 1896, antes que deixasse a pasta por ato de Manuel Vitorino.

Não caberia no plano desta biografia pormenorizar os aspectos técnicos, clara e minuciosamente expostos pelo ministro nos referidos trabalhos, reveladores da sua aplicação à tarefa e do honrado zelo com que defendia, sempre, o interesse público contra as descabidas pretensões de homens de negócio, entre os quais não poucos eram seus conterrâneos. Recorde-se que Rodrigues Alves, então com quarenta e sete anos, estava em plena maturidade intelectual e com suficiente experiência de vida pública, o que, sem dúvida, contribuía para o desempenho das difíceis e perigosas incumbências da sua pasta.

O resgate do papel-moeda foi autorizado pelo referido Decreto nº 1.976, de 25 de fevereiro de 1895. Esse decreto foi seguido do de número 1.987, de 14 de março, que estabeleceu o processo de recolhimento da moeda-papel, à medida da emissão das apólices.

A conversão das apólices da dívida pública, emitidas para garantir as emissões bancárias, havia sido regulada pela Lei nº 183-C, de 23 de setembro de 1893, sendo ministro da Fazenda Felisbello Freire, que sucedera a Serzedelo Correia, incompatibilizado com Floriano.

Rodrigues Alves expôs a Prudente os prejuízos que o sistema previsto na lei acarretava, sendo que a própria interpretação desta, segundo demonstra, era muito obscura. “Nunca fui simpático ao mecanismo adotado para a conversão, salvo o respeito ao poder que o decretou!” – afirma ele no relatório de 1895.

Coisa mais difícil era resolver as exigências dos bancos emissores, por causa dos tipos de pressão que eles podiam exercer junto ao poder público. Nesse particular, o relatório de 1895 revestiu-se de grande energia e completa franqueza. Salientou como “de alteração em alteração, de concessão em concessão” o plano de Rui Barbosa, expresso no decreto de 17 de janeiro de 1890, foi sendo desfigurado em proveito dos bancos. Mostrou como os pedidos que agora faziam (pedidos que nem uniformidade tinham) “eram exagerados; cada um dos bancos encaminhava as suas alegações no sentido de justificar o *quantum* pretendido, sem se preocupar com a situação dos outros”.

O Visconde de Ouro Preto, no seu livro *A Década Republicana*, publicado já no governo de Campos Sales, transcreve precisamente esse corajoso trecho do relatório de Rodrigues Alves. De passagem podemos salientar que, de todos os ministros da Fazenda da República, é a ele que Ouro Preto trata com maior respeito.

No relatório, Rodrigues Alves demonstra longamente, com apoio em cifras, aquela afirmativa para concluir:

“Exposta, assim, a questão em termos simples e claros, conhecer-se-á a improcedência da argumentação dos bancos e como os seus cálculos estão em desacordo com as disposições da lei a que se socorrem, para pedir a indenização que julgam ser-lhes devida.”

Os bancos regionais emissores, não se conformando com a severidade do ministro, pediram que suas reclamações fossem encaminhadas ao Congresso, onde esperavam talvez obter maior êxito, através dos grupos de pressão que sempre se formam nesses casos.

Rodrigues Alves assentiu ao pedido, enviando a matéria à decisão do Legislativo.

Na sessão de 1895 a Câmara aprovou projeto regulando de forma muito inconveniente a matéria. Esse projeto foi rejeitado pelo Senado em 1896, havendo a câmara alta preparado, pela sua Comissão de Finanças, outro projeto mais próximo do pensamento de Rodrigues Alves.

Por esse último projeto (apresentado na sessão de 1^a de agosto) o Tesouro Nacional assumiria a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancários em circulação, passando a pertencer-lhe os lastros garantidores respectivos. Esses bilhetes seriam substituídos por notas do Tesouro. Paralelamente, extinguiu-se o monopólio emissor do Banco da República do Brasil,² concedido pela lei de 23 de setembro de 1893. Eram as teses do acordo entre o Tesouro e o Banco, firmado no mesmo ano, como veremos.

2 O Banco da República do Brasil, às vezes chamado somente Banco da República, havia sido instituído por decreto de 17 de dezembro de 1892, através da fusão de dois outros estabelecimentos abalados pelo Encilhamento: o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e o Banco do Brasil (terceiro desse nome).

Rodrigues Alves, desde a sua primeira gestão na pasta, as defendia, sendo que foi expressamente declarado na discussão no Senado (pelos Senadores Gomes de Castro e Leopoldo de Bulhões) que o projeto fora “apresentado com perfeita e continuada audiência do ministro da Fazenda”. Observe-se que o presidente da República, na mensagem enviada ao Congresso, em maio daquele ano, incluía também um tópico favorável à operação prevista no projeto. Aprovado este, na sessão de 22 de agosto, foi logo enviado à Câmara, onde sofreu tormentosa discussão.

A Comissão de Finanças, a 26 de novembro, introduziu no projeto artigos relativos ao resgate do papel-moeda, mediante arrendamento (inclusive a estrangeiros) das estradas de ferro nacionais. Contra essa medida não prevista, e em desacordo com a decisão anterior do governo, levantou-se a indomável eloqüência do Deputado Barbosa Lima.

A 1^a de dezembro ele proferiu longo e admirável discurso, verdadeiramente pioneiro, por defender os trabalhadores e os interesses nacionais. Há nessa peça oratória trechos como este:

“Ao passo que um número relativamente pequeno, a burguesia, tem o supérfluo, o operário sente a falta do necessário, estando, por assim dizer, acampado no seio da sociedade moderna.³ Vindo ao caso brasileiro, observarei que, uma vez arrendadas a empresas, seguramente estrangeiras, passarão ao regime, que, pela ganância sórdida e lucros seja lá como for, produz na Europa os males a que aludi, determinando as greves, cada vez mais freqüentes. Ninguém terá dúvidas que quatro quintos desse pessoal será da noite para o dia despedido, e que o quinto restante será naturalmente substituído na sua maioria pelo elemento alienígena.”

Aprovada a 4 de dezembro, foi a sugestão da Câmara confirmada pelo Senado no dia 7, ficando desvirtuado, assim, o pensamento do governo e confirmadas as previsões dos que esperavam maior tolerância do Congresso para com os interesses privados. O Visconde de Ouro Preto critica, com razão, no livro citado, a fraqueza do Congresso, ao atender aos bancos emissores nos seus interesses não amparados pela lei anterior.

3 Estas eram, provavelmente, reminiscências de leituras de Augusto Comte.

Naquele ano de 1895, a crise financeira agravou-se principalmente por causa do aumento das importações feitas pelo comércio, para escapar às novas tarifas alfandegárias, previstas na lei de orçamento. Foi então o governo levado a contrair novo empréstimo, desta vez bem mais vultoso e em piores condições, com os Rothschild. Montou a operação a 6 milhões de libras, tipo 85,⁴ e, segundo Prudente, “foi realizada para o fim de acudirmos ao pagamento do empréstimo anterior de 2 milhões de libras e ficarmos habilitados a satisfazer os nossos compromissos no exterior”. Na verdade, nem o resgate do papel-moeda, nem a satisfação dos compromissos puderam ser alcançados.

A República não conseguia desprender-se do círculo vicioso financeiro que lhe legara o Império. Déficits orçamentários, empréstimos externos, aumento de compromissos, novos empréstimos. Triste condição que resultava na satisfação dos credores e na diminuta aplicação no nosso desenvolvimento.

Vejamos, agora, como decorreram certos aspectos da luta do governo, para a sustentação do câmbio.

A 14 de setembro de 1895, Rangel Pestana solicitou demissão do cargo de presidente do Banco da República do Brasil. Sua carta, de poucas linhas, é seca, e denota séria divergência com Rodrigues Alves. Dirige-se ao “Exm^o Sr. Ministro da Fazenda”, sem sequer mencionar-lhe o nome. Termina com a seguinte frase: “Desejo que o pedido seja considerado renúncia do cargo, guardando assim os deveres de cortesia e respeito. Saúde e fraternidade.” Nem uma palavra de estima ou consideração para com o companheiro que o havia substituído no Senado, quando ele foi para a direção do Banco. Parece que o desentendimento foi suscitado por uma sugestão, de Rangel Pestana a Rodrigues Alves, no sentido de se liquidar, por meio de operações contábeis, a conta de lastro do Tesouro, a fim de que, no balanço, o ativo do Banco saísse fortalecido. Há uma carta de Rangel Pestana com essas idéias, documento amistoso, mas não se encontra datada. Possivelmente o ministro não terá aceito a proposta e daí o pedido de demissão.⁵

Fernando Lobo, vice-presidente do Banco, acompanhou Rangel Pestana, demitindo-se no dia 16. Fê-lo em missiva discreta, porém cordial,

4 O que elevava o montante real da dívida de 7.442.000 libras.

5 Muitos anos depois Nereu Rangel Pestana, filho do republicano histórico, escreveu contra Rodrigues Alves um violento libelo. Talvez resíduo da desafeição do pai.

a qual Rodrigues Alves respondeu, lamentando que ele não desejasse continuar no posto, como queria o governo. Outro diretor também se afastou, Antônio de Lima Castelo Branco, este por meio de longa, afetuosa e explícita carta ao ministro.

Por proposta de Rodrigues Alves, Prudente nomeou Afonso Pena para substituir Rangel Pestana. Com o velho amigo e colega entender-se-ia perfeitamente o ministro, na tarefa comum.

A carta de convite, datada de 18 de setembro, é a seguinte:

“Pena:

O Dr. Rangel Pestana pediu demissão do cargo de presidente do Banco da República e insiste por ela. Lembra-mo-nos de você para substituí-lo. A presença naquela casa de um homem de caráter, de força de vontade e de reconhecida competência alentará a instituição, elevando-se a melhor nível. Será você, ao mesmo tempo, um auxiliar muito valioso para o governo e um conselheiro para o ministro da Fazenda, no meio das grandes dificuldades que conhece.

Você tem aqui morado sempre e as condições sanitárias são muito boas. Acresce que ficará perto do *urbi* mineiro, que poderá freqüentar à vontade e ajudar-nos até quando puder.

O Dr. Prudente tem em tão alta conta o seu concurso, porque conhece as grandes qualidades que você possui, que terá um grande prazer quando eu lhe comunicar que você anuiu aos seus desejos e aos meus.

Tenha paciência. Se é um grande sacrificio, faça-o a bem do país, que já deve tanto a você e tanto espera ainda do seu concurso.

Aqui nada de novo. Abraços. Responda logo ao amigo velho.”

Afonso Pena deixara havia pouco a presidência de Minas, a qual fora elevado em 1893, pela renúncia de Cesário Alvim, forçada por Floriano.

Suas relações com o ministro eram, já o vimos, antigas e estreitas. As idéias de ambos sobre a questão monetária coincidiam, como Rodrigues

Alves salientara na carta que lhe escreveu quando se demitiu de ministro de Floriano.

Como todo mineiro, precavido, Pena receava a febre amarela do Rio, mas o amigo tranqüilizava-o. Era difícil recusar o sacrifício.

O problema principal, no momento, era a liquidação das contas entre o Tesouro e o Banco.

Parece que desde 1892 Rodrigues Alves pensava em utilizar o então Banco da República como auxiliar do governo, na tarefa do saneamento financeiro. Com efeito, de 12 de dezembro daquele ano é uma carta sua a José Carlos Rodrigues, escrita do gabinete de Floriano, pedindo a atenção do poderoso jornalista para a injusta campanha que, na Europa, se fazia contra o crédito do Banco.⁶ Quando se achou pela segunda vez na pasta, o ministro pôs logo mãos à obra.

Começou-se pela reforma dos estatutos do Banco, sendo os novos aprovados pelo governo a 8 de março de 1896. A 19 de maio, assinou-se o acordo entre o Tesouro e o Banco, representado aquele pelo diretor do contencioso e este por Afonso Pena (o Banco, no documento, já é chamado apenas Banco do Brasil). Eis algumas das condições do trato, que pode ser considerado a liquidação final do Encilhamento: extinguiu-se a faculdade emissora do Banco, passando ao Tesouro a responsabilidade das notas e a posse do lastro respectivo; o Banco reconhecia sua dívida para com o Tesouro no valor perto de 160.000 contos em papel e mais 574 mil libras-ouro; por conta dessa dívida, o governo recebia imóveis (inclusive a sede atual do Banco no Rio de Janeiro), títulos vários, dívidas numerosas a liquidar, vapores em construção e outros valores. Entre os imóveis estavam casas do Conselheiro Mayrink e o Sanatório de Barbacena. O Palácio do Catete (que também pertencera a Mayrink) já havia sido recebido antes, mas o acordo fez menção de obras de reparos e decorações no mesmo.

O convênio entre o Tesouro e o Banco havia sido precedido pelo decreto legislativo de 16 de dezembro de 1895, complementado

6 Essa carta, constante do arquivo de José Carlos Rodrigues, é curiosa. Rodrigues Alves não era mais ministro, desde agosto. O papel timbrado indica que Floriano o chamara a palácio. Outro pormenor: o Banco da República estava em vias de fundação, com a fusão de dois outros, como já ficou dito.

por um regulamento expedido pelo ministro. Essa lei organizava todo um rigoroso sistema, fundado na experiência alemã e destinado a coibir a especulação cambial. Mas não teve êxito, como salientou Ouro Preto. Faltavam ao governo os elementos efetivos para deter a especulação.

Em nota não datada, num dos seus cadernos, Rodrigues Alves manifesta a opinião de que o acordo sobre o Banco “é seguramente um dos fatos mais culminantes da história financeira da República e que muito há de contribuir para o levantamento das finanças nacionais”.

A propósito, existe outro minucioso depoimento de Rodrigues Alves, constante de um dos seus cadernos de notas, que vamos transcrever, porque revela não somente a segurança com que ele cuidava dos negócios da sua pasta, como também o cuidado que tinha em se documentar, visando ao futuro. A anotação é de 1913, quando Rodrigues Alves se encontrava na presidência de São Paulo, e reporta-se a uma crítica do Senador Pinheiro Machado, que era hostil ao ex-presidente da República, e partidário insatisfeito da intervenção federal no Estado a que ele agora presidia. Diz o seguinte:

“Na sessão de 30 de dezembro de 1913, no Senado, defendendo a caixa de conversão e respondendo ao Dr. Leopoldo de Bulhões, o Senador Pinheiro Machado disse o seguinte:

Sr. Presidente, nunca fui papalista. Lembro-me que quando presidente da República o venerando republicano Prudente de Moraes, sendo a situação financeira e econômica do país mais grave ainda do que a atual, ilustres políticos foram convidados pelo ministro da Fazenda de então, o Sr. Rodrigues Alves, entre os quais creio que estava o Sr. Senador Francisco Glicério, para alvitarem um remédio àquela gravíssima situação. Então o Banco da República corria também o risco de falência e aquele ministro nos declarou categoricamente que havia duas soluções, ou deixar quebrar o Banco, ou emitir dinheiro sem lei. Opus-me tenazmente a essa emissão, declarando que era preferível deixar quebrar o Banco. Alegou-se, porém, que daí adviriam grandes inconvenientes para

a República, porque o Banco tinha o seu nome. Lembro-me bem que fui vencido; mas apesar do meu protesto emitiu-se dinheiro para favorecer os acionistas do Banco da República.”

Continua o escrito de Rodrigues Alves:

“Não tenho idéia de haver o General Pinheiro Machado manifestado aquela opinião na conferência a que se referiu. Parece que quis falar de uma reunião celebrada a 29 de outubro de 1895, na casa da Rua do Senador Vergueiro, no Rio. Das notas que tenho sobre essa reunião consta o seguinte: Fez o ministro da Fazenda a exposição do estado do Tesouro e da praça e pediu: a) a conversão dos bônus; b) a mobilização dos lastros; c) ampla autorização de crédito, podendo dar as garantias que entender para sua mobilização. Achavam-se presentes os ministros (menos o General Vasques) Glicério, Quintino Bocaiúva, Gonçalves Ramos, Artur Rios, Rosa e Silva, João Cordeiro, Pinheiro Machado, Bernardino de Campos, Severino Vieira, João Lopes, Porciúncula e o Senador Esteves, que se retirou ao começarem os trabalhos. O General Quintino disse que a crise era mais política do que financeira e abundou em considerações para o provar. Antes de falar sobre as providências indicadas, disse que todos tinham o pensamento de dar ao governo a força necessária para dominar a crise, podendo apenas divergir quanto à natureza das medidas. Na discussão, teve objeções a formular quanto aos bônus, quanto à mobilização dos lastros e mesmo quanto à autorização lembrada; estava pronto, porém, a dar ao governo o que fosse preciso. Não seria oportuno, perguntou ele, a criação de um novo banco emissor com base na propriedade predial desta capital? O Sr. Rosa e Silva aceita a idéia dos bônus; a da mobilização dos lastros não lhe agrada, mas votará, se for preciso. Dá a autorização. Com relação à Estrada de Ferro Central, a que se tem feito referência, disse que é contrário à venda ou arrendamento desse próprio, que pode, no entanto, servir de garantia a alguma operação de crédito. O Sr. Severino mostrou-se mais ou menos infenso às duas primeiras idéias,

mas aceitará, por disciplina ou necessidade. É pela venda da Central. O General *Pinheiro Machado*⁷ disse que se deve dar o que o governo julgar preciso, para vencer as dificuldades. Depois de outras reflexões e largo debate venceu-se: a conversão dos bônus, a mobilização dos lastros, a autorização lata para créditos e cobrança de 40% dos direitos de importação em ouro. Perguntou, afinal, o Sr. Porciúncula se, com tais recursos, ficaria o governo habilitado de pronto a acudir às necessidades que surgissem. O ministro declarou que não; que no caso de uma corrida contra o Banco da República e outros estabelecimentos de crédito, a exemplo do que se deu na Caixa Econômica, só a providência da lei de 1875, elevada conforme as circunstâncias, poderia constituir remédio eficaz. Todos se declararam de acordo. Falou-se muito, durante a reunião, na conveniência de ser o governo *partidário*⁸ e de atender às exigências políticas do partido. Respondeu-se que outra coisa não tem feito o governo e que havia de se manter nessa atitude.”

Observa-se pelos apontamentos de Rodrigues Alves o caráter de barganha que os políticos emprestavam ao seu apoio ao governo, em momento de crise grave. O caráter “partidário” reclamado era um eufemismo que acobertava o *spoil system* do presidencialismo nascente.

Rodrigues Alves enfatiza esse aspecto nas seguintes notas finais:

“O General Quintino acentuou com muita insistência o caráter político da crise, antes do que financeiro, e mostrou a conveniência de ser dada aos negócios uma orientação partidária firme. Em certo momento, aludindo às dificuldades da situação, disse que o choque contra o governo ou a República tinha de se dar e que devíamos estar preparados. Não desenvolveu esse pensamento mas emitiu-o. *O País* do dia seguinte trouxe um editorial alarmante, manifestamente hostil ao governo.”

7 Sublinhado no original.

8 Sublinhado no original.

De pouco depois dessa reunião, sobre a qual Pinheiro Machado urdira tantas fantasias, é uma carta de Rodrigues Alves a Afonso Pena, que mostra como as manobras políticas continuavam a dificultar as medidas financeiras do governo.

A carta é de 30 de novembro, e diz o seguinte:

“Pena.

Hoje recebi duas cartas suas, uma de 28 e outra de 30. Estou de acordo quanto às observações gerais que você faz e disse tudo hoje ao nosso amigo Bulhões, pedindo-lhe que procurasse dar outra orientação a outros negócios no Senado.

Felizmente você é experimentado na vida pública para saber que certas ordens de argumentos não têm mais alcance na opinião.”

Pela carta vê-se que Rodrigues Alves pedia a Leopoldo de Bulhões (então senador por Goiás e depois ministro da Fazenda do seu governo) que esclarecesse o Senado sobre “certas ordens de argumentos” avançados por outros senadores, como Quintino Bocaiúva, a quem ele se refere na nota acima transcrita.

Voltemos à luta de Rodrigues Alves para sustentar o Banco.

Preparado o Banco do Brasil como instrumento de governo, começou este a enfrentar os institutos bancários estrangeiros representados no país, os quais agiam, não concertadamente, no propósito de auferir altos lucros no jogo e na especulação cambial, sem atenção aos interesses da nossa economia.

Eram três esses bancos, um alemão e dois ingleses, e a eles nos referiremos mais adiante.

O trabalho do governo se fazia por meio da estreita colaboração do diretor do Banco e do ministro da Fazenda, com a supervisão do presidente da República, conforme se depreende deste bilhete sem data de Afonso Pena:

“Meu caro Rodrigues Alves. Posso comparecer hoje à residência do Dr. Prudente, às 8 horas, conforme indica na

sua carta. Irei jantar com você,⁹ e depois seguiremos para a conferência no Itamarati.”

De 3 de junho (1896) são umas notas de Rodrigues Alves, a propósito da execução do acordo firmado entre o Tesouro e o Banco:¹⁰

“Convém não demorar a realização do acordo com o Banco, pois é preciso fornecer ao Congresso dados positivos sobre o *quantum* a aplicar anualmente para resgate do papel-moeda. Deve-se quanto antes iniciar o projeto que seja conveniente adotar, para execução das idéias lembradas no relatório sobre papel-moeda,

9 A moradia de Rodrigues Alves era, naquela fase, o Alto da Tijuca. Tendo sofrido uma crise de beribéri, foi aconselhado pelo médico a morar em clima puro e a tomar banho de cascata (uma forma natural de ducha). O ministro da Fazenda instalou-se então no Hotel White, no Alto da Boa Vista, local que ainda possuía, naquele tempo, todo o encanto rústico da época em que ali morou e escreveu José de Alencar. Segundo informa Gastão Cruls, carioca amoroso da sua cidade, o Hotel White ficava além do Alto “do lado direito da estrada em direção às Furnas”. Diz ainda Gastão que o hotel era no ponto final da linha das diligências, que tomavam os passageiros dos bondes elétricos. A 25 de agosto a revista ilustrada *D. Quixote*, de Angelo Agostini, publicou esses jocosos versos, em que o refúgio do ministro era misturado com a queda do câmbio:

Desceu há dias o Rodrigues,
Rodrigues Alves veio há dias,
Lampeiro veio da Tijuca,
Todo catita. Ai! Deus! Não brigues
Assim meu bem! Assim machuca!
Vinha liró... Musa, não rias!

.....
Descemos ambos, os dois descemos,
Tu da Tijuca, eu dos meus nove;
Ambos fizemos um bonito.
De glórias ambos já vivemos!
Sus! Financeiro de granito!
Quem contestar que venha e prove!

10 O Itamarati ainda era a residência presidencial. O Catete, também chamado Palácio Friburgo, recebido pelo governo em pagamento de dívida do Banco, só começou a ser habitado pelo presidente um pouco mais tarde.

aplicação da dívida do Banco, etc. Urge igualmente resolver até que ponto convém utilizar-se o governo da autorização orçamentária de receber, em pagamento da dívida, prédios do Banco da República. O Tesouro lucrará, recebendo pagamento e aliviando as verbas do orçamento ordinário pela instalação dos serviços em edifício próprio, e o Banco pela diminuição de suas responsabilidades, o que redundará em elemento para fortalecer a confiança remanescente. Penso que se deve aproveitar a alta provável que terá o câmbio no 2º semestre¹¹ para que o Tesouro tome boa parte das cambiais de que porventura venha a precisar no ano próximo, de modo a afastá-lo do mercado nos primeiros meses de 97.¹² É sabido que, em abril e maio de cada ano, por ser fim de safra de café, dá-se falta de letras de câmbio. A vantagem de não entrar o Tesouro no mercado em tais circunstâncias é óbvia e compensa qualquer diferença resultante do dinheiro.”

Vê-se a simplicidade e o bom senso das medidas preconizadas pelo ministro da Fazenda, nessas notas escritas talvez para leitura do presidente.

A luta em defesa do papel-moeda, internamente, e do câmbio, externamente, travava-se, porém, com interesses de especuladores estrangeiros, que, por meio dos financiamentos bancários, haviam pouco a pouco dominado o comércio do café. Abrindo crédito às casas comissárias de Santos, esses bancos pressionavam pela compra ao produtor por preços baixos, sem que os preços do mercado consumidor se alterassem.

Neste ponto é elucidativa a série de cartas que Afonso Pena escreveu a Rodrigues Alves, entre os meses de outubro e dezembro. O pouco uso do telefone forçava os membros do governo a se corresponderem por escrito. Pena escrevia ao ministro assiduamente, às vezes duas cartas no mesmo dia.

No Congresso atacava-se o governo e a direção do Banco, fazendo-se questão política de assuntos delicados da administração.

11 Provavelmente Rodrigues Alves aludia ao afluxo de letras de exportação devidas à safra do café.

12 O ministro devia estar pensando aqui na compra de divisas que o governo seria levado a fazer para saldar os nossos compromissos com os credores de Londres.

ANNO 20

CAPITAL FEDERAL, 1896

N.º 677

REVISTA ILUSTRADA

CAPITAL

A 1000
MENSUAIS
3 ANOS

FUNDADA POR ANGELO COSTINI.

A correspondência e publicações devem ser dirigidas
A VILA DE UNDEAVES DIAS, N.º DO SONHADO

ESTADOS

A 1000
MENSUAIS
3 ANOS



Com o empréstimo do governo... (caption text, partially illegible)

Com o empréstimo interno, Rodrigues Alves procura consolidar a situação financeira. Revista Ilustrada. Coleção Plínio Doyle

Afonso Pena advertiu mais de uma vez o ministro da necessidade do governo prestigiar o Banco, liquidando-lhe a dívida mediante o recebimento dos valores de que dispunha, sem ser dinheiro, e a redução dos juros.

Em meados de outubro, Pena anunciava a possibilidade de remeter cerca de 350 mil libras em letras aos Rothschild, mas a caixa do Banco, em moeda brasileira, preocupava-o. Fizera um dos diretores, Silva Porto, procurar o Conde de Figueiredo, provavelmente para obter a colaboração desse potentado financeiro na defesa do Banco. Mas o final da carta de 15 de outubro não é animador: “Disseram-me que ontem continuou a corrida sobre a Caixa Econômica. Que situação!”

Fechava-se o círculo da pressão estrangeira contra a nossa economia. Com efeito, no dia 10 daquele mês, Rodrigues Alves havia escrito a José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio*, este bilhete:

“Tive hoje do nosso ministro em Paris¹³ o seguinte telegrama: *Times* publicou notícia terrorista 300 quebras no Rio e concessão moratória. Impressão péssima! De Londres fizeram-me igual comunicação.¹⁴ Telegrafei imediatamente para as duas praças. Parece-me, porém, que uma palavra do *Jornal* a respeito será de muito bom efeito. Não acha?”

Veja-se esta outra carta de Afonso Pena, de 22 de outubro:

“Os bancos abriram hoje com as taxas de 8, mas retiraram-na [...] e isto vai produzir na praça péssimo efeito. Entretanto concordam todos que não há no comércio necessidade de letras que justifique a depressão, e que as liquidações estão findas ou por pouco a terminar. Acabo de saber que o Banco da Inglaterra elevou a taxa de desconto a 4%. De todos os lados as coisas conspiram para aumentar as nossas dificuldades. Estou à espera de receber a qualquer momento as 400 ou 500.000 libras da Dumont¹⁵ o que habilitará o Banco a fazer forte remessa aos Rothschild. O Sr. Porto julga conveniente que você ouça os

13 Gabriel de Toledo Piza e Almeida.

14 Era ministro em Londres o Conselheiro José Artur de Sousa Correia.

15 Parece Dumont, embora o nome não esteja perfeitamente legível.

principais bancos, aproveitando também a presença do Hardman, que é diretor em Londres do London and River Plate Bank. Pouca confiança tenho no resultado de conferências, sendo talvez preferível ouvir cada um separadamente e conversar sobre a obtenção de meios para superar a dificuldade da ocasião. Poder-se-á tentar uma operação, por intermédio dos bancos, de uns dois milhões, pelo prazo de 18 a 24 meses, de modo a obter-se recursos já, e convencionar sobre o fornecimento de letras de que o Tesouro possa carecer no decorrer de 97 pelos bancos, repartidamente, para que não se faça pressão no mercado de chofre. São questões a examinar. Hoje hei de ir à sua casa para conversarmos sobre estas coisas.”

Era já o projeto do *funding* que se apresentava, sob os auspícios dos bancos estrangeiros, como veio afinal a ser concluído no governo Campos Sales, com tão penosos sacrifícios para o país. De um lado a impotência brasileira, do outro a ganância estrangeira, dando-se as mãos para explorar o nosso povo.

A carta de 27 de outubro é muito interessante, pela referência a José do Patrocínio:

“Os bancos abriram a 8 e, por lembrança do Hardman, combinavam nada tomar, isto é, o River Plate, London, República e British. O Alemão tinha fixado tabelas abaixo de 8, mas depois teve de adotar esta. O River Plate e o British tiveram comunicação de Londres que a Casa G. Mill autorizou os saques por conta do negócio Dumont. Receberemos, pois, 400 a 500 mil libras. Ainda bem. A cidade do Rio de hoje, diz horrores e mentiras do Banco. Que fazer? O Banco perdeu dinheiro com o Patrocínio e não quer perder mais [...]. Conversei ontem longamente com o Hardman sobre a Leopoldina e parece-me aceitável, em princípio, a proposta. Não será difícil encontrar-se o meio de conciliar os diversos interesses, de modo a liquidar-se esse grave assunto. Perguntou-me se o Banco anuiria a tornar-se acionista pela sua dívida, ao que retorqui que tendo nós a garantia do governo, isso não seria equitativo. Ele espera levantar facilmente uns [sic] dois milhões de libras para reforma do material

da estrada e complemento das linhas, e eu quero ver se por esse meio obtemos também o pagamento da dívida flutuante. Não me parece difícil.”

No dia seguinte, 28, desvendava a pressão sofrida por parte do Banco Alemão:

“O Banco Alemão alegara necessidade de não ficar a descoberto de soma elevada, o que o levava a entrar no mercado. Para obter que se afastasse, diminuindo a pressão, tomou o Banco da República o alvitre de acudir ao apelo que nos fez: dar-lhe cobertura de 50.000 libras até 31 de dezembro a $8\frac{3}{16}$, devendo liquidar-se a operação, por conta do Alemão, logo que as taxas melhorassem. Depois disto declarou o Alemão que não entra no mercado, e está afixando câmbio firme a 8, taxa que amanhã afixará. Nos bancos estrangeiros faz [sic] sempre grave impressão os boatos referentes à instabilidade do governo.”

As cartas se sucedem, mais ou menos no mesmo tom. No dia 29 são duas, a segunda alarmada com a baixa das ações do Banco e das reservas de caixa. Aquelas passavam de 120 a 42 mil réis. Esta tinha pouco mais de 2.000 contos.

Pena atribuía isto à desconfiança gerada pelos ataques, no Congresso, à gestão financeira. A situação tornava-se, a seus olhos, “melindrosíssima” e ele urgia por uma autorização ao governo para emitir papel-moeda. Termina com estas palavras amargas: “Que tormental!”

Não se iludia Afonso Pena sobre as manobras dos credores ingleses. Em carta não datada, mas provavelmente desses dias, refere-se ironicamente a um telegrama dos “nossos bons amigos de Londres”.

No dia 30 anunciava melhora na cotação das ações, o que evidenciava a especulação que se fazia. No fim pergunta pela saúde de Prudente. A doença deste era novo fator de apreensões e dificuldades.

A 31 informa:

“Os boatos desde ondem desapareceram. É o que me dizem, pois de ordinário os boateiros não me procuram para

relatar as suas proezas [...]. Tive hoje notícias favoráveis do Prudente.”

A 4 de novembro:

“O Banco Alemão acaba de enviar-me um telegrama que recebeu dos Rothschild, dizendo que a eleição de McKinley¹⁶ produziu excelente resultado na Europa, e perguntando como foi aqui recebida a notícia e qual a taxa do câmbio. É provável que dê alguma resposta que vá apagando a impressão desfavorável, que reina na Europa a nosso respeito.”

A 5 de novembro:

“Recebi uma carta do Campos Sales, falando-me sobre a conveniência de liquidar-se o negócio da indenização ao Banco União de São Paulo, que teve já uma sentença favorável [...]. Ao Campos Sales escrevi hoje, dizendo que me causou má impressão a exorbitância do pedido pelo Banco em juízo, e que isto me desanima de encontrar alguma solução prática.”

No dia 7 propunha dar uma percentagem ao Banco Alemão, para que ele auxiliasse o governo na sustentação das taxas. Patenteava-se, mais uma vez, a fragilidade dos instrumentos oficiais no choque contra a ação dos interesses estrangeiros. Remata:

“A notícia da saúde do Dr. Prudente produziu, como era de esperar, apreensões. Diga-me como vai ele.”

Prudente, de fato, afastar-se-ia no dia 10, passando o posto, em seca mensagem, ao Vice-Presidente Manuel Vitorino.

Afonso Pena escreveu, então, esta carta a Rodrigues Alves, bem representativa da modelar educação política de ambos:

“Rio, 10 de novembro de 1896.

Meu caro Rodrigues Alves,

Pela passagem do governo ao Sr. Vice-Presidente da República é bem provável que o ministério apresente a sua

16 Presidente dos Estados Unidos.

demissão, e, nesse caso, peço-lhe que não se esqueça do pedido que lhe fiz, há tempos, de obter a minha exoneração, logo que você tenha de retirar-se. São de tal maneira estreitas as relações entre o Banco da República e o Tesouro, que é imprescindível que o presidente do Banco seja da inteira confiança do ministro da Fazenda, de modo a poderem viver na mais completa harmonia de vistas. Para não se supor que peço a minha demissão pela entrada deste ou daquele homem político para a pasta da Fazenda, é que lembro-lhe [sic] o pedido que desde muito lhe fiz. O novo ministro da Fazenda deve ter a mais ampla liberdade de ação desde o começo. Disponha do colega e amigo velho Afonso Pena.”

A síntese da situação financeira enfrentada por Rodrigues Alves naquele ano de 1896 ficou bem expressa na mensagem presidencial do ano seguinte.

O aumento das importações coincidira com a queda da exportação de café e, portanto, com a carência de divisas necessárias a saldar nossos compromissos externos.

O noticiário do *Times* de Londres, mencionado pelo ministro da Fazenda, e que fora remetido do Rio por especuladores, causou grande depressão nos nossos títulos vendidos na Inglaterra, os quais, comprados na baixa, vieram povavelmente locupletar aqueles parasitas. A tudo, porém, resistiu o bom estado da nossa economia e a honestidade de intenções e de processo do governo. Mas a solução do *funding* começava a aparecer (embora não conste da mensagem) como a única viável. Rodrigues Alves, mesmo fora da pasta, iria participar dela.

Como previra o conselheiro mineiro, na carta que ficou transcrita, curta seria a permanência do conselheiro paulista na pasta da Fazenda. O afastamento de Prudente, provocado por motivos de saúde, dava origem a muitos boatos. Havia quem supusesse que não voltaria ao poder, e, mesmo, que não sobreviveria aos riscos da operação a que devia submeter-se, pois muito atrasada era, entre nós, a cirurgia.

Manuel Vitorino, possivelmente, senão provavelmente, entrava no governo alimentando esperanças de um longo interregno; não lhe seria, mesmo, estranha, a idéia de terminar os dois anos de governo, que o separavam do fim do quadriênio.

Médico, o vice-presidente avaliava perfeitamente os riscos que se expunha o seu chefe, com a operação dos cálculos na bexiga. Como político, também, sua atitude não podia ser de sincera solidariedade para com o presidente.

Ao termo de dois anos do mandato, o governo Prudente de Moraes enfrentara, sempre, um ambiente político e institucional, confuso e delicado.

Em 1895, a liquidação da guerra civil no Sul fora causa de muitos abalos e dificuldades, inclusive financeiros. Os remanescentes do militarismo, abrigados na legenda florianista (Saldanha da Gama e Floriano morreram com poucos dias de diferença, em junho de 1895) dificultavam tanto quanto podiam a ação do governo federal, na obtenção da paz no Rio Grande. A política local de Júlio de Castilhos tinha interesses em prosseguir na luta. Os interesses dos *chimangos* eram de duas ordens: queriam esmagar de vez os *maragatos* e, também, usufruir as grandes verbas federais aplicadas na guerra civil, sem controle e, infelizmente, com desvios consideráveis, a serviço da cobiça de civis e militares. Em agosto de 1895, afinal, conseguiu-se a pacificação.

No Congresso, o partido que elegera o presidente voltara-se contra ele, sob a chefia de Glicério, cuja audácia substituía a posse de uma estrutura partidária real.

No campo internacional, as pretensões inglesas sobre a ilha da Trindade eram o resultado da fraqueza e da divisão internas do país. A Inglaterra queria abocanhar mais essa escala no caminho das suas frotas, presumindo que o Brasil dividido e exangue, não teria condições de protestar eficazmente. A gravidade da questão revelava-se no fato de que o prestigioso *Jornal do Comércio* inclinava-se pela tese do arbitramento, inteiramente inaceitável, porque a posse mansa e pacífica brasileira nunca fora sujeita a dúvidas. Prudente, porém, resistiu. As arruaças sucediam-se no Rio e nos Estados, sendo freqüentes os assaltos aos jornais governistas.

Agora, para tornar ainda mais complicada a vida do país, sobrevinham a grave enfermidade do presidente e o deslocamento geral de rumos, causado pela investidura do vice-presidente.

O ressentimento de Manuel Vitorino (homem de incontestável inteligência) contra os paulistas era transparente. Filho de Estado historicamente importante – a “Virgínia brasileira”, na famosa definição de

Nabuco – mas que ocupava situação subordinada na Primeira República. Manuel Vitorino era um frustrado no quadro político brasileiro de então. Na Constituinte, ele divergia de Rodrigues Alves; no governo, sua atitude para com Prudente era fria, senão hostil; no quadriênio seguinte, integrando o corpo de colaboradores do *Correio da Manhã*, combateu abertamente Campos Sales.

Como observou, justamente, Francisco de Assis Barbosa, Manuel Vitorino “começa a dirigir a nação como se fosse completar o quadriênio”. Seu primeiro cuidado foi o de reorganizar o ministério. Substituiu todos os ministros, com exceção de Dionísio Cerqueira, titular do Exterior, porque era baiano.

O sucessor de Rodrigues Alves na pasta foi Bernardino de Campos, que deixara o governo de São Paulo a 1^a de maio daquele ano, e viera ocupar, no Senado, o posto que Campos Sales deixara vago, para assumir, naquela mesma data, o governo de São Paulo.

Como se vê, os paulistas conquistavam as posições ajustadamente, como peças de uma bem combinada partida de xadrez. Dentro dessas regras, alguns meses depois, Rodrigues Alves viria sentar-se, no Senado, na cadeira de que se levantara Bernardino.

Nos poucos dias em que Rodrigues Alves permaneceu na Fazenda, depois da licença de Prudente, os dois futuros presidentes da República corresponderam-se ainda sobre assuntos públicos. A 12, Afonso Pena insistia na sua demissão. No mesmo dia, em curta carta, informava que Cândido Gaffré havia comprado 45.000 sacas de café em Santos, por conta dos Rothschild, mas que o Banco não dispunha, naquela praça, de recursos para a tomada das letras.

“Vamos telegrafar a Rothschild indagando para que porto deverá seguir o café, e se quer os conhecimentos à sua ordem ou à disposição de quem. Pode-se arranjar as 50.000 libras, mas a caixa do Banco desceu hoje a pouco mais de 2.000 contos. É urgente, como vê, aumentar a soma do empréstimo nos moldes da lei de 1875, para sairmos de uma situação tão perigosa.”

No dia 14 a situação melhorara. Afonso Pena conseguira colocar 3.000 contos em bônus no Banco River Plate e encontrara tomadores para outros 5.000, em letras do Tesouro. Nessa mesma carta informava:

“Estive ontem com o Sr. Vice-Presidente no Itamarati e apenas pude fazer referência rápida e genérica às dificuldades da situação. S. Ex^a disse-me que desejava ouvir-me, ao que retorqui que estava pronto, e que julgava urgente essa conferência, porque desejava fazer-lhe uma exposição sobre a situação da praça.”

A delicadeza desta era devida, em parte, aos boatos que corriam sobre a possibilidade de graves acontecimentos no dia 15 de novembro. A data republicana era um marco para os choques com forças que vinham do florianismo, e, que, em breve, se manifestariam, de fato, contra Prudente, na crise parlamentar e no atentado pessoal.

Mas naquele dia nada ocorreu de importante.

No dia 20, em que Rodrigues Alves deixou a pasta, Campos Sales escrevia-lhe de São Paulo:

“Felicito-o muito sinceramente por vê-lo livre das contrariedades e reais desgastes da pasta da Fazenda. Sempre reconheci os seus serviços e aplaudo a sua atitude. O tempo há de justificá-lo.”

Passados eram os tempos em que Campos Sales insistia para que ele aceitasse a pasta com Floriano.

Também a 20, Afonso Pena escrevia:

“Até agora não sei quem é o ministro da Fazenda. Deu conhecimento ao vice-presidente da minha carta sobre a demissão?”

Do dia seguinte é a última carta que, como ministro, Rodrigues Alves recebeu do amigo. Este lhe agradecia as expressões com que, ao passar a pasta, referia-se à administração do Banco, sob sua gestão. E juntava:

“Sabe que, de minha parte, fiz o que pude, e nisso cumpri um dever de patriotismo e amizade. Prolongando-se, como se prolongará, a crise, resolvi dirigir-me ao vice-presidente da República solicitando minha demissão, o que fiz ontem, antes de saber da composição ministerial. Parece-me de bom agouro a entrada do Dr. Bernardino, que, além

das qualidades comprovadas de homem de governo, é amigo do Dr. Prudente de Moraes.”

Afonso Pena foi convidado por Bernardino para continuar na presidência do Banco, lá permanecendo até 1898. Mas, embora não sendo mais o ministro, Rodrigues Alves ainda recebia do antigo colega informações sobre a marcha dos negócios financeiros e, principalmente, sobre a mais espinhosa das questões, que era a defesa do câmbio, o qual continuava a infligir pesados prejuízos ao governo, no pagamento das diferenças cambiais devidas aos bancos estrangeiros, nas transações feitas a prazo.

A carta de 29 de dezembro é, a esse respeito, particularmente elucidativa. Nela encontramos o seguinte:

“O Comendador Porto¹⁷ trouxe-me hoje a nota das operações de câmbio, indicando-me o prejuízo sofrido com as diferenças no fornecimento de cambiais aos bancos estrangeiros e saques do próprio Banco da República, para evitar grande depressão do câmbio, durante a crise política que atravessamos. O prejuízo sobe a 3.700 e tantos contos.¹⁸ Já não estando no Tesouro o Dr. Bernardino, incumbi o Barão do Rosário¹⁹ de falar-lhe sobre o assunto.”

Depois de indicar as medidas cabíveis, acrescenta:

“É o que me parece acertado, e convém que você converse com o Dr. Bernardino a respeito, antes dele entender-se com o vice-presidente da República. O sacrifício feito evitou, com certeza, que a crise tomasse proporções medonhas, diante de uma queda maior do câmbio, e isto é de valor enorme.”

Terminava, assim, a gestão de Rodrigues Alves na pasta da Fazenda.

Liberado dos penosos encargos, ficou ora no Rio ora em Guaratinguetá, à espera da eleição para o Senado, que não tardaria.

17 Luís da Silva Porto, um dos diretores do Banco da República.

18 Como se viu, soma bem maior do que o total contido em caixa.

19 João José do Rosário, diretor da Contabilidade do Tesouro.

Na Câmara Alta, sua ação prosseguiu energicamente, e a ele se devem, em grande parte, as providências preparatórias para a política financeira de Campos Sales.

Agora um pormenor, referente à vida privada, oportuno por se referir à época focalizada.

Quando era ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, Rodrigues Alves veio residir na casa da Rua Senador Vergueiro, que ficou sendo a sua morada carioca durante todo o resto da vida, e onde morreu. Essa casa, centro político do Brasil por várias vezes, entre 1895 e 1919, foi construída pelo Visconde de Cavalcânti (Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque) por volta de 1868, e, em 1891, vendida a Raimundo de Castro Maya. Este, por sua vez, transferiu a Luís da Rocha Miranda, que, em 1895, vendeu o prédio à firma Viúva Borges e Genros. Rodrigues Alves, sócio da firma, era condômino do prédio na proporção de um terço. Somente em 1915 adquiriu ele, da sociedade, os outros dois terços da mansão imperial em que morou até morrer.²⁰ Atualmente (1970), pertence à sua filha, Zaira Rodrigues Alves.

SENADOR POR SÃO PAULO

Em 4 de março de 1897, Prudente de Moraes reassumiu inesperadamente a presidência, comunicando este ato a Manuel Vitorino por meio de um bilhete tão lacônico como aquele que lhe enviara, quando do seu afastamento.

Rodrigues Alves, em fevereiro, manifestara-se contrário à volta próxima de Prudente, por motivos políticos. Tanto ele como o presidente tinham muitas restrições à conduta de Manuel Vitorino, como se verifica das cartas do primeiro ao segundo, escritas naqueles dias.

A 22 de janeiro, Rodrigues Alves informava que a mensagem de Vitorino “foi mesmo um verdadeiro fiasco”, e dava sugestões sobre

²⁰ As informações acima foram gentilmente fornecidas pelo Dr. Maurício José Azicoff, assessor jurídico do governo da Guanabara, por recomendação do Governador Negrão de Lima e pelo Dr. Valdemar Loureiro, ex-oficial de registro de imóveis.

a que Prudente deveria enviar, no início da sessão ordinária (no mês de maio), depois de reassumir a presidência.

Na mesma carta, Rodrigues Alves informava que André Cavalcânti, chefe de Polícia, pensava em demitir-se por divergências com Manuel Vitorino, e que este pensava nomear “um jacobino” (florianista) para o Supremo Tribunal.²¹

No dia 1^o de fevereiro, escrevendo da Tijuca (onde se refugiara por causa do calor e da febre amarela), Rodrigues Alves insistia para que Prudente não reassumisse, senão depois de se sentir com a saúde consolidada. Só estaria de acordo com a volta prematura do presidente se se confirmassem os boatos da retirada de Bernardino de Campos. Lançava um dardo irônico a Vitorino ao dizer que já se acentuam as desilusões sobre a “espumarada baiana”.

Antes, porém, que o presidente consolidasse a sua cura, verificaram-se no Rio as agitações de março, devidas aos insucessos das tropas federais em Canudos.

O jornal *Gazeta da Tarde*, órgão dos monarquistas, foi empastelado e o seu diretor, Gentil de Castro, assassinado por sicários jacobinos na praia Formosa, ao tomar um trem juntamente com o Visconde de Ouro Preto, que escapou por pouco à fúria dos homicidas.

Prudente, com a bravura e o senso de autoridade que o distinguiam, havia se reinstalado no poder dias antes e desafiava a borrasca da demagogia, aliada ao saudosismo florianista.

O ingresso de Rodrigues Alves no Senado só ocorreu em meados do ano. Com efeito, a eleição senatorial em São Paulo processou-se a 26 de junho, para provimento da vaga aberta com a renúncia de Cerqueira César, possivelmente combinada na cúpula do PRP.

As eleições, naquele tempo, eram simples formalidade ratificadora das decisões dos grupos dirigentes. Por isso mesmo que se apresentavam tão fáceis, não era difícil obter-se a renúncia dos ocupantes dos mandatos eletivos.

Reconhecido e proclamado senador a 10 de agosto, Rodrigues Alves prestou compromisso e empossou-se no dia seguinte. Entre os seus colegas de Casa, vinha encontrar Justo Chermont, do Pará;

21 André Cavalcânti era candidato ao posto de ministro do Supremo. Foi nomeado por Prudente, em junho daquele mesmo ano.



Ministro Alves, em cima de sua cadeira, recebe pinos e agulhas de quem o pede, e o ministro agradece, e responde: Obrigado, mas não posso, pois não tenho agulhas e pinos para dar.

O Ministro Rodrigues Alves adverte ao líder na Câmara, Francisco Glicerio, de que o governo não admitirá liberalidades nem roubalheiras. Revista Ilustrada. Colção Pinio Doyle

Benedito Leite, do Maranhão; Pedro Velho, do Rio Grande do Norte; Rosa e Silva, de Pernambuco; Rui Barbosa e Severino Vieira, da Bahia; Fernando Lobo e Feliciano Pena, de Minas; Quintino Bocaiúva e Tomás Porciúncula, do Estado do Rio; Leopoldo de Bulhões, de Goiás; Antônio Azeredo e Generoso Ponce, de Mato Grosso; Pinheiro Machado e Ramiro Barcelos, do Rio Grande do Sul.

A organização política que elegera Prudente, como já ficou dito, era o Partido Republicano Federal, constituído praticamente pelas bancadas estaduais no Congresso Federal. Não se tinha ainda formado satisfatoriamente (sê-lo-ia em breve), com vista à política nacional, a constelação dos PR estaduais, com uma espécie de diretório nacional, que seria a marca da política dos governadores inaugurada por Campos Sales, política dos Estados, que passou a ser de fato dos grandes Estados, e destruída com a revolução de 1930. Os PR estaduais, que corresponderam à realidade da ausência dos partidos nacionais, foram organizados, até certo ponto, em conseqüência do rompimento de Prudente com o Partido Republicano Federal. O Senador Pinheiro Machado, um pouco mais tarde, no dia 11 de agosto de 1901, falando na reunião preparatória da convenção política que adotou a candidatura Rodrigues Alves, reconheceu expressamente a situação descrita. Segundo noticiário do *Jornal do Comércio*, para ele tratava-se de “estabelecer um laço entre os partidos locais representados na reunião, pois que não há, neste momento, um grande partido nacional”. O poder civil republicano, ao se instalar com Prudente, tentara servir-se de um instrumento nacional, provavelmente levado pela imitação ao sistema do Império. Mas a realidade federativa, que a República impusera – ou melhor, reconhecera – não era naquele tempo compatível com os partidos nacionais. Por isso mesmo, o Partido Republicano Federal não passava de uma construção postíça, que, em meio do governo de Prudente, começou a desabar.

O sinal precoce da decadência foi o dissídio aberto entre os Poderes Executivo e Legislativo, ou, mais concretamente, entre Prudente, chefe do primeiro, e Francisco Glicério, líder da Câmara dos Deputados, ambos republicanos históricos e paulistas.

O afastamento entre Prudente e Glicério vinha de longe, como mostra esta carta escrita pelo segundo a Rodrigues Alves, em 4 de dezembro de 1895:

“Pelas notícias que me chegam do Senado, não podemos contar com o orçamento para 1896. É certo que maiores foram as dificuldades no ano passado e conseguimos votá-lo. Mas no ano passado, ainda confiava em mim, e a maioria do Senado seguia a direção e conselhos do líder da Câmara. Hoje, a maioria só recebe o santo e a senha do Prudente (e do Senado) e, portanto, não sou responsável por coisa alguma. E mais: empreendeu-se a campanha de difamação contra a Câmara, para castigar o seu exasperado legalismo; o Senado não quer abrir mão do seu direito de discutir amplamente os orçamentos – isto tudo quer dizer que o ministro da Fazenda²² deve estar prevenido para principiar o exercício sem orçamento. Ainda mais: como eu e o Quintino estamos conspirando, nada mais eficaz para os fins em vista do que deixarmos o Prudente sem orçamento até maio vindouro, pois não sei mesmo se, dado o primeiro passo, no *primeiro erro*²³ não iremos pelo precipício abaixo. De modo que o governo civil deu-nos: 1^a o partido monarquista organizado; 2^a exercício financeiro sem orçamento.”

Dadas as relações amistosas entre Glicério e Rodrigues Alves, esta carta (que aquele sabia seria mostrada ao presidente), chegava a ser ameaçadora.

Quando Prudente reassumiu o governo, em março de 1897, a luta política concentrou-se no Congresso, principalmente na Câmara. Mas ela não pode ser entendida, na sucessão dos fatos diversos, se não se procurar uma interpretação mais larga dos seus motivos determinantes.

De fato, por meio do choque parlamentar que envolvia alguns homens, estava se desenvolvendo o largo processo do confronto entre os representantes do militarismo ditatorial (que compreendia também civis, como Glicério ou Júlio de Castilhos), deslocado pelo fim do governo de Floriano, e o legalismo civil, centralizado na pessoa de Prudente de Moraes. Travada a luta no palco parlamentar, a ala radical foi derrotada, mas deixou resíduos que vão fermentar na tentativa de deposição de Rodrigues Alves,

22 Era então o próprio Rodrigues Alves.

23 Sublinhado no original.

em 1904, e, de certa maneira, na própria candidatura Hermes, em 1909. As ações posteriores dos grupos e indivíduos trazem a marca dessa divisão.

Prudente, Campos Sales e Rodrigues Alves solidarizaram-se na defesa do legalismo civil, contra Glicério, ligado aos históricos militares ou militaristas. E foram se sucedendo no governo. Quanto a Rodrigues Alves, sempre apoiou aos que tiveram atitude idêntica à sua naqueles dias, como Bernardino, que ele, por duas vezes, quis fazer presidente; Rosa e Silva, que fez vice-presidente de Campos Sales; e Seabra, que sustentou energicamente como seu ministro do Interior.

Do outro lado ficaram políticos prestigiosos, como Pinheiro Machado, Barbosa Lima e Lauro Sodré, que sempre fizeram oposição aos bacharéis paulistas, inclusive envolvendo-se direta ou indiretamente em atos terroristas (como contra Prudente) ou em rebeliões (como contra Rodrigues Alves).

A ligação mais íntima de Rodrigues Alves era com Bernardino de Campos. As cartas deste, que o sucedera na pasta da Fazenda, comprovam a amizade que os aproximava. Bernardino ora pede ao amigo que escreva um artigo respondendo às críticas de *O País*, ora solicita-lhe procurar apoio parlamentar contra Glicério, ora submete-lhe trabalho que escreveu como ministro, pedindo-lhe “que o corrija e emende como entender”.

A 19 de setembro de 1897, manifesta-lhe seu desejo de largar a pasta, porque divergia de Prudente:

“Estou comunicando em reserva, e só a você, que vou pedir exoneração de ministro, porque o governo não propõe todas as medidas de economia possíveis, sobretudo cortes no Exército; porque nem o partido nem o Congresso dão o apoio dedicado, constante e sistemático que a situação exige.”

Nessa carta, Bernardino queixa-se amargamente da incompreensão, indiferença e hostilidade dos correligionários. Afirma que só aceitara a pasta por motivos políticos, mas não queria continuar naquela situação, em que o país marchava para a bancarrota e os amigos não se dispunham a auxiliar o governo. Disse levar o fato ao conhecimento de Rodrigues Alves, antes de fazê-lo a Prudente porque aquele era representante de São Paulo e membro da comissão do Partido Republicano (não confundir com o PRF de Glicério).

Voltando à crise de 1897, recordemos que ela se decidiu com a derrota de Glicério, na Câmara, no episódio da votação da solidariedade a Prudente, proposta pelo deputado baiano Seabra, depois líder e ministro.

Ali também se resolvia a pendência contra Manuel Vitorino, que, das alturas do governo, cai na oposição, vindo depois a escrever no *Correio da Manhã*, órgão de combate a Campos Sales.

Prudente, como era do seu feitio, não tergiversou em aparecer na luta. Pelo *Jornal do Comércio*, de 19 de maio, sob circunlóquios transparentes, deu mão forte aos que derrubaram o “general das vinte brigadas” (Glicério) fracionando, deliberadamente, o Partido Republicano Federal.

Naquele mês de maio oficializou-se, por assim dizer, a cisão entre os republicanos. Com o governo federal ficou a grande maioria dos Estados, enquanto para a oposição se encaminharam Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte e Paraná. Essa divisão projetou-se, como era inevitável, no Congresso Nacional.

Rui Barbosa, naquele mesmo ano, tentava a fundação de um Partido Republicano Conservador, cedo afogado na sua eloquência torrencial e irrealista. Essa “tentativa frustrada”, como ele mesmo a chamou, não poderia nunca mudar a marcha dos acontecimentos. Neste episódio, como em outros, Rui demonstrava a sua incapacidade para a liderança política.

No Senado as posições se definiram. Os governistas, praticamente sem partido,²⁴ contavam com Rodrigues Alves. Os oposicionista, que ultrapassavam uma vintena, acolhiam-se sob a bandeira esfarrapada do PRF, mas exibiam nomes prestigiosos, como Lauro Sodré, Fernando Lobo, Pedro Velho, Antônio Azeredo, Pinheiro Machado e Ramiro Barcelos. Alguns destes iremos encontrar no governo de Rodrigues Alves, em oposição aberta. Rui Barbosa estava entre os dois fogos e o proclamava amiúde.

Aos poucos, como tanto acontece no Brasil, a oposição degenerou em conspiração. A 5 de novembro, o processo infeccioso veio a furo, com o atentado contra Prudente, que custou a vida ao seu heróico ministro

24 A coligação dos PR estaduais tinha um diretório nacional, de que Rodrigues Alves era membro.

da Guerra, Marechal Machado Bittencourt. Eis como o próprio presidente relata o atentado, na mensagem enviada ao Congresso, a 3 de maio de 1898:

“Cerca de uma hora da tarde desse dia, voltava eu de bordo do vapor *Espírito Santo*, onde tinha ido receber o General João da Silva Barbosa e alguns batalhões que regressavam vitoriosos da Bahia, quando, ao atravessar a alameda do Arsenal, fui brusca e violentamente acometido por uma praça do Exército que, avançando contra mim, tentou insistentemente desfechar-me, à queima-roupa, sobre o peito, uma garrucha de dois canos. Apesar do esforço empregado pelo soldado, os tiros não partiram. Por essa ocasião, o Marechal Machado Bittencourt, ministro da Guerra, que vinha ao meu lado, agarrou-se ao soldado, procurando subjugá-lo e desarmá-lo. Intervieram outras pessoas, entre as quais o Coronel Mendes de Moraes, chefe da minha Casa Militar, e alguns ajudantes-de-ordens, que esforçavam-se para obstar às repetidas investidas do soldado. Travou-se então rápido e temível conflito, que terminou com a prisão do agressor; mas, infelizmente, desse conflito saíram feridos, mortalmente, o ministro da Guerra, que expirou momentos depois, e o chefe da Casa Militar com largo ferimento no baixo-ventre.”

Prudente prossegue descrevendo os fatos imediatos, para, em seguida, afirmar que as circunstâncias do crime “denunciaram a existência de uma conspiração” e que “o anspeçada Marcelino Bispo era mero instrumento dessa conspiração”.

O assalto de Marcelino Bispo contra Prudente fora precedido de ameaças públicas a muitos chefes políticos. No momento do atentado, junto ao cais e, segundo alguns depoimentos, até mesmo a bordo do navio, houve rumores afrontosos contra o chefe de Estado e, na confusão do crime antes que se soubesse que o presidente saíra ileso, ouviram-se vivas a Manuel Vitorino, segundo declarou o próprio Rui Barbosa. Na linguagem dos oposicionistas encapuçados, Marcelino Bispo foi chamado o “anspeçada de ferro”, em clara alusão à figura de Floriano.

O enterro do Marechal Bittencourt, no dia 6, constituiu-se em enorme demonstração popular de apoio ao presidente e à legalidade. Dezenas de milhares de pessoas aplaudiram Prudente, que acompanhou

o cortejo, na maior manifestação pública de que havia memória na cidade, segundo depôs o *Jornal do Comércio*.

Nesse mesmo dia discutiu-se, no Senado, a trama. Severino Vieira, da Bahia, falou acusando abertamente os membros do PRF de cumplicidade no crime. Esses deram provas de destemor e galanteria. Negaram qualquer participação no atentado, mas o fizeram com dignidade, defendendo a oposição. Ramiro Barcelo negava caráter político ao fato, e Pinheiro Machado proferiu belo e corajoso discurso. Renunciaria às imunidades se fosse necessário. Não tinha medo. Era contra o estado de sítio. Esse foi votado no dia 12 (projeto vindo da Câmara) e passou no Senado por 33 votos contra 19. Rui, Quintino e Rodrigues Alves estiveram entre os favoráveis.

Embora votasse, como sempre, disciplinadamente, o senador paulista conservava o hábito de não se imiscuir nos debates políticos. Só falou na sessão de 6 de dezembro, defendendo a proposta de orçamento de Prudente.

No ano seguinte, 1898, seria a eleição de Campos Sales para a presidência. Desde setembro de 1897, pelo menos, sua candidatura já se achava assentada. Com efeito, no dia 11 daquele mês, o então presidente de São Paulo escrevia a Rodrigues Alves:

“Quanto à eleição do candidato à vice-presidência, estou pela escolha. Acho muito bom o Rosa. Creio mesmo ser agora o único, visto estarem incompatibilizados os ministros... Ouço agora falar no Feliciano Pena, como meio de acomodar a política mineira. Para este fim não acho má a lembrança, mas contanto que isto se faça de combinação com o Rosa, que deve ter a última palavra na questão. Talvez que um acordo geral, harmonizando os mineiros, trouxesse vantagens para o governo na Câmara, dando-lhe bons elementos e estrangulando de vez a oposição. Em política, a concentração de elementos exerce poderosa força de atração.”

Estas expressões finais exprimem a filosofia presidencialista de Campos Sales.

A 15 de setembro, o futuro presidente recua do seu propósito de transigir com os mineiros:

“Em conversa, hoje, com o Cincinato [Braga], reconsiderarei a opinião emitida na minha última carta, acerca de uma terceira candidatura à vice-presidência. Penso que o melhor mesmo será permanecer no primeiro ponto de vista, do qual, aliás, nunca me afastei. O Rosa será o laço de união entre o Norte e o Sul.”

A eleição de 1^o de março de 1898 foi marcada pela concorrência da minoria, que, com isso, queria antecipar sua posição de luta. Não havendo inscrição de candidatos por partidos, o número de nomes votados não tinha limite legal. Campos Sales recebeu 420.286 votos, contra 38.929 dados ao seu principal opositor, que foi Lauro Sodré. Além de ambos, houve cerca de uma centena de nomes votados, sendo que eleitores fantasistas escolheram Rothschild, o Conde d’Eu e o Visconde de Ouro Preto. Rosa e Silva recolheu 412.074 votos para vice-presidente, enquanto Fernando Lobo chegava a 40.629.

Rodrigues Alves, desde a posse de Campos Sales, funcionou virtualmente como líder do governo no Senado. Como de hábito, não era assíduo à tribuna, e, quando falava, nunca personalizava os debates, e procurava, sempre que possível, evitar os casos que provocavam paixão política.

No dia 18 de julho vai à tribuna para, em substancial e documentada oração, defender a ação financeira de Prudente e Bernardino, ao mesmo tempo em que expõe, sem rodeios, a grave situação das finanças nacionais.

As condições eram, a esse respeito, particularmente adversas. O orçamento fora votado com déficit considerável. O câmbio caíra da casa dos 8 pences para a de 5. Completando o quadro, declinavam, também, os preços do café. Em 1895, as exportações desse produto haviam subido a 28 milhões de libras; em 1896, baixaram para 21.250.000 e em 1898 não chegariam a 12.700.000. O governo tinha compromisso imediato no exterior, da ordem de quase um milhão de libras. Era o triste legado do Encilhamento e da guerra civil. Tornou-se inevitável a moratória. O governo tentou negociar com os credores, diretamente, mas foram os bancos estrangeiros do Rio que acabaram por negociar com o governo. Rodrigues Alves explicou, no discurso, como seria o funcionamento do *funding loan*.

O *Jornal do Comércio*, de 31 de maio, havia analisado e elogiado a transação. Nesse discurso Rodrigues Alves refere-se a Campos Sales, chamando-o “chefe e amigo”.

Prudente pensou a princípio em enviar Rodrigues Alves à Europa, para formalizar as negociações do *funding*. Este, porém, escusou-se, alegando motivos de saúde.

Embora haja recusado o convite para ir ao exterior, Rodrigues Alves teve parte saliente nas negociações do *funding* levadas a efeito no Brasil. Circunstâncias ocasionais afastaram Bernardino das conversas: grave enfermidade em pessoa de sua família. Bernardino, a este propósito, chegou a escrever a Rodrigues Alves: “Eu já perdi de todo a cabeça de ministro; só tenho a de chefe de família; pelo que lhe peço que venha cá para dizer-lhe algumas coisas.” Essas coisas eram os assuntos do *funding*. Chegara ao Brasil o Sr. Tootal, emissário dos Rothschild, e Bernardino confiou a Rodrigues Alves a incumbência de negociar as bases da operação com ele. O senador paulista as conduziu com aplicação, sempre assistido pelo ministro da Fazenda e pelo presidente da República. Rodrigues Alves, depois de cuidadosos debates, conseguiu atenuar consideravelmente as primeiras condições trazidas pelo representante dos credores.²⁵

A 15 de fevereiro de 1898, Rodrigues Alves foi a São Paulo a fim de convidar Campos Sales, presidente do Estado e candidato à presidência da República, para a missão à Europa, que ele recusara e que o outro aceitou. A viagem de Campos Sales à Europa está minuciosamente relatada no livro do seu secretário particular, Tobias Monteiro, composto com os artigos remetidos para o *Jornal do Comércio*.

Já presidente eleito, Campos Sales partiu a 19 de abril, chegou a Paris em princípios de maio, e em Londres no dia 15 desse mês. Na capital francesa entreteve conversas com o *Crédit Lyonnais*, e na inglesa com os Rothschild, bem como com outros banqueiros, industriais e negociantes ligados ao Brasil. Os resultados do acordo, salienta Tobias, foram os mais auspiciosos, a ponto de haver melhorado em trinta por cento a cotação do nosso papel-moeda, em apenas um mês.

25 Por causa do nome do intermediário, passou a correr, inclusive no Congresso, a pilhéria segundo a qual o *funding* seria a “moratória total”.

Do livro de Tobias verifica-se que Joaquim Murinho seria chamado para a pasta da Fazenda, pelas suas idéias firmemente individualistas e contrárias à estatização; e Joaquim Nabuco (cujo livro, então recente, Campos Sales lia a bordo) deveria também ser aproveitado em alto posto.

Além da política financeira, Rodrigues Alves fazia a política corrente. De Barbacena, onde encontrava-se, Afonso Pena escrevia-lhe cartas, cheias de observações e conselhos sobre a situação financeira e política. Quanto à primeira, pede que lembre a Bernardino a execução de medidas que correspondiam, no fundo, às “idéias antigas” do destinatário. Quanto à segunda, é de parecer que as investigações do atentado de 5 de novembro sejam conduzidas pelo governo com espírito de tolerância, a fim de que a nação dividida e inquieta fosse sendo pacificada. Refere-se, em carta de 22 de maio, a um financista argentino, cuja obra recomenda, citando capítulos e páginas, pois considera semelhante a situação entre os dois países. Insta por medidas do Congresso “para encaminhar a administração do Dr. Campos Sales, pois destarte colocará a oposição na triste contingência de agitar esterilmente o país, se não se resolver a fazer trabalho útil em proveito da República”.

Ainda sobre política, depois de informar que escrevera ao Dr. Bias “no Belo Horizonte”²⁶ acrescenta:

“Conforme escrevi-lhe, parecia-me que o governo só devia insistir pela aprovação dos atos praticados durante o estado de sítio, que é a questão política fundamental, que de perto lhe toca. Quanto à licença para processar²⁷ é de ordem secundária e que mais se prende aos agentes do Poder Judiciário.”

A carta, de 19 de dezembro, mostra como Pena sentia sua saúde fortemente abalada, o que explica, de certa forma, a debilidade física com que, anos mais tarde, chegou ao governo:

“Agora é que sinto quanto eu precisava de descanso, pelo prazer e bem-estar que experimento depois que saí do Banco. De 1892 a 98 estive em constante tensão de espírito,

26 Bias Fortes, presidente de Minas, transferira a capital do Estado, no ano anterior, para Belo Horizonte.

27 Os congressistas, envolvidos no 5 de Novembro.

exercendo funções melindrosíssimas, o que não podia deixar de afetar a minha saúde.”

A correspondência de Bernardino é igualmente abundante, em 1898. Envia a Rodrigues Alves esboços de trabalhos: comunica-lhe a marcha das conversas com banqueiros estrangeiros; convoca-o reiteradamente ao Tesouro mandando-lhe o carro para transporte, combina encontros no palácio, com Prudente; solicita-lhe que coordene os votos de senadores para obstar emendas ao orçamento por parte “da gente do Rio Grande”;²⁸ pede que interceda junto ao ministro do Exterior.

Depois de terminado o governo de Prudente, em 5 de março de 1899, Rodrigues Alves recebeu carta em que Bernardino de Campos agradece-lhe a colaboração, “tanto fiquei devendo pelas suas luzes, critério e competência”. Na mesma carta o líder paulista comunica que vai a “Piracicaba, escondido, para ouvir o Prudente sobre as questões que temos a resolver”. Essas questões já eram o prenúncio da dissidência dentro do PRP, chefiada pelo próprio Prudente, com o apoio de Júlio Mesquita e outros.

Rodrigues Alves falou ainda várias vezes no Senado, em 1898, raramente sobre assuntos estranhos à administração financeira. No dia 6 de agosto respondeu energicamente ao Senador alagoano Leite e Oiticica, que declarara haver sido o seu discurso de 18 de julho publicado no *Jornal do Comércio* como matéria paga. Afirmou Rodrigues Alves:

“Durante todo o tempo em que exerci alto cargo na administração, qual o de ministro da Fazenda, nunca aquele grande órgão de publicidade recebeu do Tesouro um ceitil sequer por publicações de qualquer natureza.”

Seu acusador não treplicou.

Outro discurso que se destaca é o proferido em defesa de Prudente de Moraes, no dia 17 de novembro. Tendo deixado o governo, Prudente fora atacado da tribuna pelo senador do Paraná, Vicente

28 Em outra carta (21 de setembro) insiste neste ponto: “Há dias pedi-lhe que chamasse a atenção dos chefes senadores para o trabalho rio-grandense, aplicado ao restabelecimento do contrabando no Rio Grande, por meio da alfândega de Porto Alegre.” Dizia haver “grandes negócios” em torno disso.



O Sr. Ministro da Fazenda realisa em Londres um empréstimo de tres milhões sterling, que significa o restabelecimento do nosso credito e a confiança que a Republica nos inspira de. Um bello presente de festas. Bravo!

*Rodrigues Alves inicia os preparativos do funding loan de 1898.
Em segundo plano, aparece o banqueiro Conde de Figueiredo.
Revista Ilustrada. Coleção Plínio Doyle*

Machado, cujo Estado integrava, já vimos, o grupo oposicionista do PRF. Rodrigues Alves acorreu em defesa do ex-presidente, a quem chama de “honrado amigo e preclaríssimo chefe”.²⁹

Durante aquele ano de 1898, outra atividade pública atraiu e ocupou fortemente Rodrigues Alves: o jornalismo.

No Senado, como vimos, ele atuou discretamente quanto à política. No jornal, porém, sua atividade foi intensa e constante. O diário em que escrevia era *O Debate*, jornal do partido, que tinha em Rodrigues Alves o orientador e em Fonseca Hermes o redator secretário. Era uma folha bem feita e bem redigida, embora modesta. Nela existia bem cuidada parte literária, na qual colaboravam os simbolistas, como Carlos Góis, Raul Pederneiras, Graça Aranha, Oscar d’Alva, Cruz e Sousa e Félix Pacheco. O livro *Pelo Sertão*, do primeiro Afonso Arinos, recém-aparecido, mereceu longo e consagrador artigo, assinado com o pseudônimo A. de Viledo, que encobria o então jovem escritor Antônio Sales, recém-chegado do Ceará.

O Debate, sem ser um jornal oficial, era contudo o órgão oficioso do partido do governo, o que quer dizer do próprio governo.

No findar do século, a imprensa carioca contava com vários jornais, que diferiam tanto no conceito de que desfrutavam, quanto nos processos de ação. O melhor diário, e o mais conceituado, era o velho *Jornal do Comércio*, sob a direção de José Carlos Rodrigues. *O País* sofria a influência de Quintino Bocaiúva e, por isso, não se inclinava pelo governo; a *Gazeta de Notícias* desfrutava de bastante prestígio, tal como o *Jornal do Brasil*, enquanto na cidade do Rio o velho José do Patrocínio, outrora respeitado e glorioso, extinguiu-se na aventura e na venalidade. *O Jacobino* era o porta-voz do florianismo vermelho, dirigido por um exaltado, de fato um psicopata, Diocleciano Mártir, panfletário feroz, mais temido que respeitado. Bastante agressiva na oposição, embora mais prestigiosa, porque redigida por um grande jornalista, Alcindo Guanabara (infelizmente também não alheio às seduções do dinheiro público), era *A Tribuna*, que depois passou às mãos de Antônio Azeredo.

Rodrigues Alves não foi um jornalista do porte de Rui, Patrocínio, Quintino, ou mesmo Ferreira de Araújo. O jornalismo, que exerceu com a maior lisura pessoal, foi-lhe apenas instrumento de ação política, e, nesse caráter, não se pode negar que Rodrigues Alves foi um excelente

29 Veremos que Rodrigues Alves foi depois hostilizado por Vicente Machado.

jornalista político, como também ótimo orador parlamentar, quando necessário. Sua colaboração direta em *O Debate* não era assinada, a não ser com o pseudônimo de *Gide* (nome do economista francês Charles Gide, tio do grande escritor André Gide), quando versava assuntos financeiros. *O Debate*, durante o ano de 1898, atacou violentamente Manuel Vitorino, que, depois da volta de Prudente ao poder, passara a ser um opositor implacável, e, mesmo, um conspirador. Não se pode saber se os artigos contra Vitorino eram diretamente de Rodrigues Alves, ou por ele orientados, mas o certo é que a sua responsabilidade na conduta do jornal era conhecida, e nunca foi posta em dúvida. Alguns editoriais de ataque a Vitorino foram certamente dele, pois tratavam de questões financeiras, que só ele, como ex-ministro da Fazenda, poderia conhecer daquela forma. Defendia a própria gestão e a de Bernardino, contra os ataques contidos em manifesto publicado pelo vice-presidente da República. Nesses escritos, Rodrigues Alves refere-se às explosões de vaidade e rancor do outro, que levavam “a duvidar da integridade do seu ânimo”. A série de artigo sobre finanças, que julgamos serem da autoria de Rodrigues Alves, aparecem durante todo o ano de 1898, e neles Vitorino é zurzido sem contemplação. Falavam em “operações monstruosas” do seu tempo de presidente; acusavam-no de ter sido envolvido por um quase chantagista norte-americano; atacavam-no por conceder aos bancos emissores indenizações maiores do que podiam pleitear. Sobre os bancos estrangeiros há o seguinte trecho, no dia 9 de abril: “Alguns bancos de câmbio que exploram este país, contando com a sua legislação defeituosíssima, vão caminhando sempre prósperos, fazendo crescer os seus dividendos de um modo descomunal e até tendo, lá do outro lado, na caixa das suas matrizes, grande parte dos depósitos, que receberam sem juros.” *O Debate* não recuou também diante da necessidade de atacar *O País*, jornal de Quintino, por causa do habeas corpus que o Supremo Tribunal concedeu aos indiciados do atentado de 5 de novembro (acórdão de 16 de abril), entre os quais se achavam Glicério, Barbosa Lima, Alcindo Guanabara e Irineu Machado, todos deputados.

Em tudo isso era muito estranho que Manuel Vitorino, também implicado no processo, voltasse a presidir o Senado, fazendo do posto, abertamente, uma trincheira de oposição. *O Debate* não deixou de atacá-lo por esse motivo. Devia ser bastante constrangedor para Rodrigues Alves encontrar-se diariamente, no Senado, com Vitorino e com Quintino, contra os quais terçava armas todo dia. O jornal não poupava, por outro lado, críticas ao Supremo Tribunal e ao Ministro Lúcio de Mendonça, relator do acórdão.

Na parte financeira (artigos assinados *Gide*), Rodrigues Alves aproveitou de perto subsídios que Afonso Pena lhe enviara de Barbacena, onde residia, inclusive com a indicação de livros e páginas. Não faltaram dissabores aos jornalistas de *O Debate*, acusados na *Tribuna* de estipiendiados pelo Tesouro. Lúcio de Mendonça era redator desse jornal.³⁰ *O Debate* reagiu energicamente contra a acusação, em artigo de 20 de junho.

No segundo semestre prosseguiu ininterrupta a colaboração de Rodrigues Alves, ora sob a assinatura de *Gide*, ora em artigos políticos que, embora não assinados, traíam a sua autoria, pelo estilo enérgico e moderado e pelos assuntos que abordavam. Lauro Sodré, candidato derrotado à presidência e líder da oposição no Senado, é tratado com rigor.³¹ Glicério é freqüentemente criticado, mas os ataques mais constantes e mais fortes continuam a ser dirigidos contra Manuel Vitorino. A 8 de julho, por exemplo, um editorial alude às “suas paixões e seus cálculos de partidário frenético e sem escrúpulos”. A Câmara é condenada ao negar licença para processar deputados envolvidos no 5 de Novembro (também em julho). Em agosto, o jornal rejubila-se com a chegada de Campos Sales da Europa, no dia 22. O presidente eleito esteve vários dias no Rio, e, no dia 1^o de setembro, recebeu um grande banquete no Cassino Fluminense (hoje Automóvel Clube), onde leu o seu programa de governo para todo o meio político. Em setembro, o jornal defende os atos de Prudente durante o estado de sítio, em bem cuidados artigos.

A política externa era também objeto de estudos atentos.³² Lendo-se hoje o velho jornal tem-se a impressão de que o esforço empreendido por Rodrigues Alves em defesa da política do governo deve ter ajudado muito a sua escolha para presidente de São Paulo.

Acompanhemos o início do governo Campos Sales.

Na sua primeira mensagem ao Congresso, escrita no tom forte e afirmativo que bem lhe marcava a personalidade, o presidente assegurava que a principal preocupação do seu governo seria a financeira. Para ele, a política estava decididamente em segundo plano:

30 Lúcio de Mendonça, mais tarde, no Supremo Tribunal, continuou a atacar Rodrigues Alves, que, veremos, paga-lhe na mesma moeda.

31 Lauro Sodré é outro adversário incansável de Rodrigues Alves.

32 Um dos colaboradores sobre política exterior era Graça Aranha, sob o pseudônimo de *Ignotus*. Também colaborava o talentoso e desventurado Fausto Cardoso.

“O que deve ser proscrito, porque é um mal social e um grave embaraço às soluções do presente, é o espírito partidário, com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das idéias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranqüilo da atividade governamental.”

Queria uma política de concórdia partidária, para poder restaurar o caos financeiro, e, para isso, confiava no que chamou a política dos governadores, ou dos Estados, a qual era, no fundo, a tranqüilidade da União, que dava em contrapartida o seu amparo às oligarquias locais. Campos Sales cumpriu esta determinação, segundo é pacífico na historiografia republicana. A fidelidade aos rigorosos esquemas financeiros traçados, os quais encontravam no talentoso e corajoso Ministro da Fazenda Joaquim Murinho o executor ideal e implacável, é, ao mesmo tempo, motivo de glória para Campos Sales, por parte dos que consideram acertada a sua orientação, e razão de crítica, às vezes violenta, por parte daqueles que a consideram errada e prejudicial aos interesses do país.

O historiador objetivo deve, antes de tudo, colocar-se no quadro das idéias e processos governativos da época, para poder julgar a orientação financeira de Campos Sales. Nesse quadro, o saldo de sua administração é francamente positivo. A idéia de desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e na tecnologia, não podia dominar naquela passagem do século. O interesse nacional repousava, segundo acreditava todo o grupo dirigente, na solidez do crédito externo e na balança comercial favorável. O lado negativo foram os sacrifícios penosos impostos ao povo pelo regime de austeridade.

Rodrigues Alves era o homem de confiança de Campos Sales no Senado; o seu porta-voz autorizado.

Desde antes da posse, o novo presidente indica nas suas cartas ao amigo que isto aconteceria. Político que dizia não fazer política, as cartas de Campos Sales, já presidente eleito, são às vezes curiosas. A 10 de setembro, pede que promova o andamento do tratado de extradição com os Estados Unidos “pelo qual muito se interessa o respectivo ministro”. E ajunta: “Acho que sempre lucraremos em sermos agradáveis a essa potência amiga.”

Na Capital.



...Eis o que trouxe ao mundo a grande novidade de esta missão - muito trabalho
muito sacrifício, muitas esperanças no futuro da República que, desde que tenha
na presidência há de proporcionar o desenvolvimento
do Brasil!

Campos Sales retorna da Europa, cheio de esperanças, antes de assumir a presidência da República. Revista Ilustrada. Coleção Plínio Doyle

A 28 do mesmo mês, empenha-se em saber onde se acha o soldado Antônio da Costa, praça do 25^o Batalhão, e exige a sua baixa. Como se vê, política externa em grande e interna, pelo miúdo.

A 24 de outubro, instrui Rodrigues Alves para que não permita, no Senado, emendas ao orçamento, vindo da Câmara:

“Já agora é ato de patriotismo aproveitar o Senado esta última semana para dar e não emendar os orçamentos.”

A dificuldade de comunicações fazia com que o presidente escrevesse de próprio punho suas impressões, mesmo reservadas, ao líder do Senado, que lhe merecia toda confiança. Contam-se por dezenas esses papéis, no ano de 1899, entre cartas e bilhetes. Alguns são particularmente interessantes, porque constam de uma pergunta, escrita pelo líder, e a respectiva resposta, de mão do presidente, ambas no mesmo papel.

De 5 de abril é uma carta impressionante de Campos Sales, denunciando a exploração dos financistas ingleses à custa do povo brasileiro. Antes dessa data, em 2 de fevereiro, escrevendo de Petrópolis, já Campos Sales mostrava-se preocupado com o assunto.

“Há dias escrevi ao Prestes,³³ lembrando a conveniência de tratar do empréstimo externo para São Paulo, agora, visto que, se se conseguisse realizar a operação, ter-se-ia a dupla vantagem de um tipo elevado coincidindo, com um câmbio baixo e isto porque a cotação favorável dos títulos nacionais faz esperar facilidade na negociação, vantagens que seriam melhoradas na passagem do ouro ao preço do câmbio atual. O Prestes não mostrou-se [sic] muito propenso a isto, parecendo que ele prefere viver com as reservas obtidas à medida que as necessidades forem surgindo, até que o seu sucessor [Rodrigues Alves] assumira o governo e empreenda a operação que entender.”

De passagem, deve ser observado que, de acordo com os processos do tempo, já em fevereiro de 1889 estava assentada a ida de Rodrigues Alves para o governo de São Paulo no começo do ano seguinte.

33 Fernando Prestes, que sucedera a Campos Sales na qualidade de presidente de São Paulo.

Em seguida, Campos Sales, nessa carta, expõe longamente e com firmeza a execução do seu plano financeiro, cujas normas rigorosas não pretendia afrouxar, apesar de saber que elas tinham “causado desagrado a muita gente”, mas eram “o único caminho para regenerar isto”.

Voltava ao empréstimo paulista, achando que ele podia ser feito com a garantia da mesa de rendas de Santos, porque a União não recuava diante de garantias semelhantes, e que, se fosse bem negociado, poderia ser emitido ao tipo de 90.

Vamos transcrever agora trechos principais da carta de 5 de abril:

“Que lhe parece o empréstimo de São Paulo? Acho que foi um desastre. Pelo prospecto, vejo que o empréstimo *foi especialmente garantido pelo produto do imposto do café* (mesa de renda de Santos); no entanto, dizia-se que a operação se fazia sem garantia alguma, visto que esta só serviria para melindrar o crédito paulista. Agora recebo informações de Londres, *de boa fonte*, afirmando que o Schröder contratou o empréstimo *ao preço de 82* e transferiu o seu contrato a um sindicato *ao preço de 87*, para ser emitido ao público *a 90*. Veja bem quanto negócio e os próprios preços indicam que se deu a garantia, que aliás, parecia tão repugnante, quando eu aconselhava.

Tendo o Estado recebido somente 76½%, segue-se que Schröder ganhou de mão beijada, isto é, pelo trabalho de transferir a outrem, a bagatela de 10½% – que é a quanto corresponde a diferença entre 76½% e 87. Se, porém, se fizer a conta entre o que recebeu o Estado (76½%) e o preço da comissão,³⁴ verifica-se que a corretagem do empréstimo elevou-se a 13½%.³⁵ Assombroso, não acha?”

Esta carta, escrita em papel timbrado do gabinete do presidente da República, é um triste testemunho da exploração que sobre nós exerciam os banqueiros estrangeiros.

A 15 do mesmo mês de abril, Campos Sales envia este jocoso bilhete:

34 O presidente aludia aqui à comissão de 3% constante do contrato, à qual vieram se somar todos os demais ganhos dos intermediários.

35 Todas as palavras em destaque se acham sublinhadas no original.

“Você não pode imaginar que eu venho fazer um pedido ao futuro presidente de São Paulo. Pois é isso mesmo. Tenho muita afeição, muita amizade ao meu ajudante-de-ordens, Capitão Jaime Marcondes. É um excelente rapaz, muito leal e sobretudo muito dedicado. O Prestes o substituiu, não por não querê-lo, mas porque pediram por outro [...]. Se você já não tem compromissos, peço que tome nota do meu pedido e reserve-lhe o lugar. Creia que é um grande favor.”

As primeiras dificuldades encontradas por Campos Sales foram relativas à eleição das Mesas das duas Casas. Os remanescentes da oposição contra Prudente, aliados a mineiros e paulistas, queriam dar combate à orientação do Catete.

“No Rio de Janeiro [escreve Rodrigues Alves a Prudente de Moraes] o nosso amigo Alberto Torres dirige o movimento jacobino (florianista).”

O Senador Augusto Montenegro confirma isto, ao escrever a Rodrigues Alves, que, no reconhecimento do Rio de Janeiro, “o Bueno [Brandão] tem estado verdadeiramente inconveniente”.

No primeiro semestre de 1899 veio a debate no Senado um grave caso político estadual, que se prolongaria durante anos, em episódios de violência e que, no declínio do governo de Rodrigues Alves, seria causa de uma derrota política por ele experimentada no Congresso. Foi o caso de Mato Grosso, para cujo acompanhamento e compreensão são necessários alguns antecedentes.

A luta em Mato Grosso, desencadeada desde os primeiros dias da República, era, de fato, um prolongamento das inconciliáveis rivalidades entre os dois partidos do Império. Os antigos liberais e conservadores continuaram a se hostilizar implacavelmente, pelas intrigas e pelas armas, no seio do Partido Republicano, a que todos vieram a aderir.

Entre os liberais estavam Generoso Ponce, chefe de grande energia e real prestígio; os irmãos Antônio e Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo. Esses vão se constituir no núcleo do sistema que obstinadamente dominou o longínquo Estado, pelas urnas ou pelas carabinas, e enfrentando, quando necessário, o poder federal, fosse ele encarnado no republicano histórico Campos Sales, ou no ex-conservador Rodrigues Alves.

Antes da República, a situação dos liberais era forte na Província: Joaquim Murinho, com o apoio de Ponce, havia sido indicado para senador do Império.

Com o novo regime, vem já o dissídio. O governador militar, nomeado por Deodoro, General Antônio Maria Coelho, propende para os conservadores, e isto expressa os antigos adversários, sobretudo porque aqueles insistem em fazer toda a representação mato-grossense à Constituinte federal.

Empregando métodos de compreensão armada, o governador provisório levou a antiga ala liberal a se abster no pleito. Nas vésperas da eleição da Constituinte estadual (janeiro de 1891), a qual os opositoristas haviam decidido comparecer, o governador mandou prender Manuel Murinho, um dos chefes que haviam recomendado a participação. Ponce, Azeredo e Joaquim Murinho, na capital federal, trabalhavam intensamente junto a Deodoro, que ceceu e destituiu o governador provisório, nomeando o Coronel Sólón,³⁶ depois o Coronel Mallet.³⁷ As eleições estaduais foram anuladas por decreto do Governo Provisório – exatamente por Campos Sales, ministro da Justiça – e a nova Constituinte elegeu Manuel Murinho presidente constitucional do Estado. Com a queda de Deodoro e a ascensão de Floriano, Murinho ficou entre os governadores depostos, e a facção contrária assumiu o poder. Formou-se uma junta governativa, mas Ponce organizou forças irregulares que invadiram Cuiabá e colocaram no poder outra Junta, esta de amigos seus. Floriano interveio, fazendo seu emissário o General Ewbank,³⁸ que, no entanto, foi detido na subida do rio Paraguai, quando vinha de Assunção para Cuiabá. Alastrou-se a desordem. Ponce organizou outra força de provisórios, mais numerosa que a anterior, e investiu de novo contra Cuiabá, em maio de 1892. Seguiram-se dias de luta feroz dentro da capital, concluída com a rendição dos contingentes do Exército, entrincheirados em uma caserna. Foram, então, massacrados pelos partidários de Ponce dois jovens oficiais, depois de receberem garantias de vida. O chefe não foi responsável pelo crime, mas o fato provocou penosa repercussão no país.

36 Frederico Sólón de Sampaio Ribeiro. Teve grande atuação no 15 de Novembro. Foi o mensageiro incumbido de levar a Pedro II a ordem de exílio. Sogro de Euclides da Cunha.

37 João Nepomuceno de Medeiros Mallet, mais tarde marechal e ministro da Guerra.

38 Luís Henrique de Oliveira Ewbank.

Murtinho foi reconduzido à presidência do Estado em julho de 1892. Em 1893 a situação estava assegurada para o grupo, com Antônio Azeredo na Câmara Federal e Joaquim Murtinho no Senado da República. O chefe supremo em Mato Grosso era, porém, Generoso Ponce, eleito também para o Senado.

Em 1897, o forte grupo de Ponce começava a apresentar uma dissidência, liderada pelo Coronel Antônio Pais de Barros, o Totó Pais. Em 1898 o Governador Antônio Correia da Costa renunciou, também em divergência com Ponce. Assim, desde o início do governo Campos Sales, a luta pelo domínio entre as oligarquias de Mato Grosso tomou caráter de guerra.

A posição do presidente não era cômoda. A política dos governadores, que erigira em norma para o governo federal, ia sofrer, em Mato Grosso, uma exceção aberrante e, mesmo, escandalosa. Em termos claros, a política dos governadores significava o apoio da representação do Estado no Congresso Nacional. Mas, em Mato Grosso, Campos Sales, premido pela necessidade de manter o ministro da Fazenda, mola mestra do mecanismo da sua administração, procedeu de modo inverso, isto é, apoiou a oligarquia dos Murtinhos, na oposição, contra a oligarquia dos Ponce, no governo.

A posição do presidente complicava-se ainda mais porque, jurista e com responsabilidades na construção do mecanismo constitucional da República, foi levado a infringir a Constituição Federal, para manter sua proteção aos irmãos Murtinho.

A crise verificou-se quando da sucessão do Vice-Governador Antônio Pedro, que sucedera ao presidente renunciante Correia da Costa. A eleição verificava-se a 1^a de março de 1899 e o mandato tinha início a 15 de agosto. Os chefes regionais indicavam Ponce como candidato, mas este, que seria aceito sem discrepância de monta, recusou a oferta, provavelmente porque, senador no Rio de Janeiro, não se dispunha a voltar a Mato Grosso com a família, para ali residir. As razões por ele apresentadas, como justificativas da recusa, não convencem, com efeito. Ponce indicou, como candidato, ao engenheiro João Félix Peixoto de Azevedo. Abriu-se, então, nova dissidência, tendo os Murtinhos (Joaquim, ministro da Fazenda, e Manuel, ministro do Supremo Tribunal Federal) indicado o nome do Senador José Maria Metelo.

A rivalidade exacerbou-se e, como era habitual em Mato Grosso, devido à enorme distância, à situação de fronteira e práticas caudilhescas, ambos os partidos recorreram às armas.

Totó Pais, ex-amigo de Ponce, juntou-se aos Murtinhos, levantou 3.000 homens com 600 cavalos e invadiu Cuiabá a 10 de abril, quando se reunia a Assembléia estadual, de que Ponce era presidente, para apurar o que então se chamavam as eleições. Sentindo-se coactos, a Assembléia e o Vice-Governador Antônio Pedro pediram a Campos Sales a intervenção federal, de acordo com o artigo 6º da Constituição e a copiosa doutrina já então existente. Mas o presidente e antigo ministro da Justiça fez ouvidos moucos. Encastelou-se em olímpica “imparcialidade”, enquanto os capangas armados de Totó Pais derrubavam o governo constituído e anulavam a eleição de Peixoto de Azevedo. A força federal, seguindo instruções do presidente, assistiu impassível ao combate das ruas.

As possibilidades do Exército eram, sem dúvida, muito diminutas. Em Cuiabá só havia cerca de 100 praças, contra milhares de provisórios armados. É verdade que o Exército dispunha de melhores comando e armamento e, colocado a lado da autoridade, poderia mudar o panorama.

Alguns aspectos dessa confusa luta de famílias³⁹ exigiram a ação de Rodrigues Alves, líder do Senado, em defesa da difícil postura do presidente.

Anuladas, como vimos, as eleições, pela Assembléia, num arremedo de deliberação, tratou-se de escolher um candidato conciliatório. O nome sugerido pelos Murtinhos foi o de Antônio Pedroso de Barros. Os partidários de Ponce incumbiram Rodrigues Alves de negociar a aceitação, junto a Campos Sales, desde que o vice-presidente fosse deles. Os Murtinhos recusaram. No Senado, Antônio Azeredo, em enérgicos discursos, atacava fortemente Campos Sales. Cabia a Rodrigues Alves responder.

Fê-lo a 29 de maio e recebeu a seguinte carta de Campos Sales, datada de 30:

39 Manuel Murtinho, certa feita, ao lembrar a candidatura de um filho para deputado federal, na vaga de um genro, diz com o maior desembaraço que a cadeira “pertencia à família”.

“Venho *engrossar*⁴⁰ por carta, visto que você não vem receber de cara a cara os meus mais francos agradecimentos e aplausos pelo seu discurso de ontem, que, segundo ouço geralmente, produziu a impressão desejada. A não ser a gente de Mato Grosso, todo mundo julga justificada a conduta do governo. Veja que lucrei com o debate e que fui bem inspirado quando mostrei desejo de que você intervisse no debate.”

Rodrigues Alves ainda tentou um acordo, como se vê desta transcrição que traz as caligrafias dos dois presidentes:

“Campos Sales

Tem alguma notícia a dar-me sobre Mato Grosso? Os homens não me deixam, alegando a iminência da eleição no Estado. Do amigo e colega F. P. Rodrigues Alves. 14 de junho.”

E, embaixo:

“Nada, infelizmente, para acrescentar ao que já disse. Fora dos termos da proposta de que lhe falei, considera-se impossível uma combinação. Do amigo afetuoso Campos Sales.”

Ponce tentou ainda levantar forças nas suas terras, mas dessa vez não conseguiu. Resolveram, então, ele e seus amigos, escolher a abstenção, no novo pleito. Provavelmente sob a pressão de Ponce, o vice-presidente em exercício renunciou, em proclamação de 4 de julho.

Diante da recusa dos substitutos legais de assumirem o governo, Campos Sales, usando costume do tempo do Império, determinou ao comandante da guarnição que empossasse um dos vereadores da capital. É o que explica a Rodrigues Alves, em carta do dia 11:

“A ordem que dei ao comandante do distrito foi que chamasse sucessivamente os vereadores pela ordem de votação. Ele comunicou-me que, de acordo com esta recomendação, chegou ao vereador que assumiu o governo, convidando sucessivamente os que o antecediam, menos um, que não foi chamado por estar ausente.”

40 Sublinhado no original.

Eram elementos para os discursos do líder. O vereador que assumiu o governo chamava-se Antônio Leite de Figueiredo, e o transmitiu, afinal, a Antônio Pedro Alves de Barros, oficial de Marinha, veterano do Paraguai (estivera em Humaitá) e irmão de outro oficial da Armada, José Pedro Alves de Barros, chefe da Casa Militar de Campos Sales. Sobre ele recaíra a escolha dos Murtinhos.

Em defesa de Campos Sales, Rodrigues Alves ocupou várias vezes a tribuna do Senado. Falou a 16 de junho, defendendo a tese da neutralidade do governo federal; e a 20 de julho, discutindo com Lauro Sodré, de quem – acentua – divergia desde os seus tempos de ministro da Fazenda. Como veremos, essa divergência transformou-se em verdadeiro ódio, por parte de Sodré. Mas o melhor dos discursos de Rodrigues Alves, naqueles dias, foi o de 22 de julho. Defendeu brilhantemente o presidente das acusações pessoais que lhe faziam os vencidos de Mato Grosso.

Campos Sales – vê-se pela correspondência – auxiliava diretamente o amigo. Acusado de antigo escravocrata, enviou a Rodrigues Alves, no dia 6, este bilhete:

“Neste livrinho estão a minha conferência no Amparo (a primeira que se fez no Brasil sobre o projeto Dantas) e o discurso que proferi na Câmara, combatendo a moção Moreira de Barros. Ambos vão marcados. Verá por aí como sou caluniado pelos que me atribuem espírito escravagista.” (Sic.)

No dia 7 Rodrigues Alves escrevia:

“Recebi o livro. Diga-me qual é a disposição de que me falou ontem, tomando a Constituição de Goiás como supletiva da de Mato Grosso.”

Campos Sales respondeu, no mesmo papel:

“É o art. 2º das disposições transitórias, mas não o acho aplicável ao caso. Acho que a Constituição de Goiás pode ser invocada com auxílio à interpretação doutrinal. É caso semelhante. P. S. Se quiser referir-se à reunião dos fazendeiros paulistas sobre a questão servil, pode dizer que ela teve lugar a 15 de dezembro de 1887.”

Tendo-se preparado cuidadosamente, recolhendo dados e argumentos, Rodrigues Alves falou a 22 de julho. Foi, sem exagero, uma esplêndida oração. Defendeu o presidente no caso da Abolição, no episódio da candidatura de Prudente dentro da Constituinte, e entrou no debate dos fatos recentes, sustentando, tanto quanto possível, a imagem do governo. No dia seguinte, 23, Campos Sales remeteu-lhe o seguinte cartão:

“O seu discurso encheu-me as medidas. Foi completo a todos os respeito, tanto defendendo a conduta do governo no caso de Mato Grosso, como rebatendo as calúnias do colérico ex-juiz municipal de Porto Feliz, de sombria memória. Agora foi que ficou, de verdade, liquidada a questão. Não há necessidade de mais uma só palavra. Obrigadíssimo.”

O senador paulista falou outras vezes em defesa do seu presidente, como, por exemplo, a 16 de setembro, contestando acusações feitas a propósito das despesas aplicadas na recepção de Julio Roca, presidente da Argentina. Proferiu, ainda, discursos encaminhando a votação do orçamento e um em resposta ao seu colega Feliciano Pena, primo e cunhado de Afonso Pena, o qual costumava atacar o governo.

Mas Rodrigues Alves preparava-se para assumir, ele próprio, o governo de São Paulo. De lá Bernardino de Campos escrevia-lhe, como se já fosse presidente do Estado, expondo problemas internos do Congresso estadual, no qual o Coronel Virgílio, irmão de Rodrigues Alves, senador, adquirira natural prestígio. Também as eleições de 1899 para a Câmara e o Senado estaduais se aproximavam, e Bernardino estudou a formação das chapas em carta minuciosa, da qual se depreende que o cuidado maior era destruir as forças remanescentes de Francisco Glicério.

Igualmente se acercavam as eleições federais, e Bernardino, em carta de 21 de agosto, realçava a necessidade de se reunir o disperso organismo do Partido Republicano, sob a chefia de Rodrigues Alves. Luís Viana, governador da Bahia, fora a São Paulo, onde se entretivera com Prudente de Moraes, que não recusara colaborar, apesar de afastado. Entre outras medidas, Bernardino acentuava a necessidade de revitalização de *O Debate*. Disse:

“Para garantir a orientação do jornal e evitar os riscos da empresa, pelo lado moral e político, desejam todos que você seja o seu supremo diretor, a fim de orientá-lo na devida linha. Sua posição no Senado lhe granjeou o sufrágio, pela demonstração do critério com que se houve, desviando o partido das ciladas adversas e prestando apoio devido ao Campos Sales.”

O *Debate* foi ainda objeto de uma carta de Rodrigues Alves a Prudente, no princípio do ano (23 de janeiro). O passivo da folha era grande, cerca de 40 contos. Rodrigues Alves havia concorrido com recursos pessoais para sua manutenção. Na mesma carta, congratulava-se com o ex-presidente da República pelas provas de apreço que vinha recebendo em São Paulo: “Estou convencido de que o tempo há de tornar mais grandiosa a memória do seu governo.” Comunicou no fecho que, aproveitando as férias, ia para as fazendas de São Manuel, que não visitava havia um ano.

De 26 de outubro é uma carta dramática de Bernardino. A peste bubônica irrompera em Santos e a notícia fora divulgada no Rio. A situação era grave. O governo do Estado dispunha-se a enfrentar o mal e havia tristeza pela má vontade da imprensa contra São Paulo. Falava-se até que São Paulo pesava à federação.

Campos Sales, em 26 de outubro, ocupou-se dos riscos da peste no Rio, “o que infelizmente não deve ser excluído das previsões”. Nesse caso o Congresso se esvaziaria, pois deputados e senadores fugiriam para os seus Estados.⁴¹

A ação no cenário federal não prejudicava a outra, que o senador paulista exercia na política de São Paulo. Membro da comissão executiva do PRP, e daquela mesma comissão no PR federal, Rodrigues Alves era o chefe incontestável de todo o chamado Norte paulista. Dino Bueno, seu vizinho de zona (fazia política em Pindamonhangaba), escrevia-lhe sem reserva, a 14 de janeiro de 1899, comunicando que “o Bernardino disse que aqui no Norte o que o senhor resolvesse, isso seria”.

Os problemas eram às vezes difíceis, porque, na ausência de uma oposição viável, as facções municipais se digladiavam pela conquista

41 Adiante veremos que, como presidente de São Paulo, Rodrigues Alves já se fixara na transformação do Rio de Janeiro, para salvação da saúde pública.

da situação oficial. Assim os dirigentes ficavam às vezes em palpos de aranha, para escolher entre os dois grupos, quando ambos se extremavam em demonstrações de apoio.

O chefe geral era, porém, Bernardino, que dirigia o barco depois da eleição de Campos Sales e da rebeldia de Glicério. Este não era poupado. Em carta de 12 de dezembro, Bernardino escrevia a Rodrigues Alves, a respeito das eleições para o Congresso:

“Creio que venceremos em todos os distritos, mesmo no 7^o, onde o Glicério, apesar da *lavoura*,⁴² não será eleito. Este homem, que não quis aproveitar a sua força política para o bem, talvez vítima de erro de inteligência, prestando-se a ser instrumento da escória do Rio, está purgando sozinho o pecado de todos. Não sei se terá já percebido de que laia eram os companheiros. No íntimo, já me inclino a ter pena, mas, como político, irei até o fim, logicamente.”

Muito interessante, pelo que revela da psicologia e da posição então assumida pelo signatário, é esta outra carta, também de dezembro de 1899, dia 17:

“Dr. Rodrigues Alves.

Acabo de receber a sua carta com o telegrama do Luís Viana. Ontem respondi por telegrama a carta análoga do Dr. Bernardino, dizendo que não fiz nem faço questão da eleição do Fausto Cardoso, como declarei a Felisbello⁴³ e Martinho Garcez, em cartas de 9 e 11 do corrente. Meteram-me nessa história da politicagem de Sergipe, como Pilatos no credo, a mim que não me envolvi nem na designação dos candidatos de São Paulo e que tenho me conservado só no meu canto, evitando intervir em negócios públicos ou eleitorais do meu Estado e até do município onde resido. Parece-me que ele,

42 Sublinhado no original. Glicério, excluído da chapa oficial, apresentara-se como “candidato da lavoura”, grupo ocasional a que se filiou também, em Batatais, o jovem Washington Luís Pereira de Sousa.

43 Felisbello Freire, que havia sido ministro de Prudente.

Garcez, deseja incluir o Felisbelo e procura, para conseguir isso, acobertar-se com uma carta minha, que aliás não se presta a isso. Há meses o Fausto Cardoso, que conheci no ano passado quando redigia *O Debate*, escreveu-me dizendo que sua candidatura era muito bem aceita pelo Padre Olímpio⁴⁴ e pelo Garcez e pedindo-me que eu me interessasse por ele junto a este. Escrevi ao Garcez, que ainda estava em Sergipe, repetindo as informações do F. Cardoso e dizendo que eu estimaria a eleição deste, *se isso não contrariasse interesses da política de Sergipe ou combinações e compromissos anteriores*.⁴⁵ Eis aí como fiz questão da eleição de F. Cardoso. Não fiz nem podia fazer questão por eleição de alguém de Sergipe, quando não tive nem tenho candidato na eleição de São Paulo. O M. Garcez deve ter recebido a 12 do corrente a carta em que eu lhe disse isto mesmo, acrescentando que não desejava absolutamente que minha carta anterior pudesse contribuir para a exclusão do Felisbelo. Por isso, se o Felisbelo for excluído, não será por causa daquela minha carta. Deseja-lhe saúde e aos filhos o colega e amigo obrigadíssimo Prudente de Moraes.”

Era natural que causasse estranheza o apoio de Prudente ao impetuoso deputado sergipano. Fausto Cardoso movia implacável oposição a Campos Sales. Em fins de 1900 levou tal oposição a extremos de um personalismo inconcebível. Grande orador, Fausto era um neurótico.

Com o fim do ano, aproximou-se o termo do mandato de Rodrigues Alves, pois, no primeiro semestre de 1900, estaria no governo de São Paulo. Campos Sales continuava a escrever-lhe freqüentemente. A 3 de novembro queixou-se do Senador Leopoldo de Bulhões, achando “venenoso” e “insidioso” um seu discurso. Dizia preferir “mil vezes o auxílio de uma hostilidade desembuçada a essas manhas goianas”.

O presidente chamava freqüentemente Rodrigues Alves ao Catete. Às vezes fazia-o em forma bonachona, como neste bilhete:

44 Padre Olímpio Campos, governador de Sergipe, adversário de Fausto.

45 Expressões sublinhadas no original.

“Quando sair para barbear-se chegue até aqui.” Como Bernardino, achava que o inimigo na política paulista era Glicério:

“Recebi esta carta de Bernardino. Acho que ele tem razão quanto à especulação dos inimigos da República, hoje aliados naturais do Glicério” – escrevia em carta não datada.

Em dezembro, Campos Sales já agradecia a Rodrigues Alves os grandes serviços que lhe prestara no Senado. Esta carta é do dia 1^o:

“Quero ter o prazer de oferecer um jantar, em família, ao meu amigo – futuro presidente de São Paulo – e se você consentir designar o dia 3 do corrente, às 7 horas. São convidadas as suas filhas e os seus filhos, que espero não faltarão. É sem cerimônia, sendo convidados, além dos seus, somente o Tobias⁴⁶ e Sampaio Ferraz.”

No dia 3 confirmava:

“Mandarei às 6½ dois carros para trazê-los a palácio. O jantar é às 7, mas uma meia hora de antecedência não será demais, para a prosa. Não sei se disse que é sem casaca. Fica-se mais à vontade.”

Rodrigues Alves ainda atuou politicamente, como senador, em princípios de 1900, pouco antes de assumir o governo de São Paulo, o que devia ocorrer dias antes da abertura da sessão legislativa. Seu trabalho foi o de coordenar as forças governistas, na questão do reconhecimento de poderes dos novos senadores eleitos. Em carta de 25 de fevereiro, Campos Sales forneceu-lhe instruções a respeito. Fiel à política que inaugurava, o presidente recomendou ao amigo que promovesse, em princípio, o reconhecimento de todos os candidatos que se apresentassem como representantes das forças governamentais de cada Estado. Vimos anteriormente como transcorreram alguns episódios no decurso desse período penoso de ajustamento.

46 Tobias Monteiro, secretário de Campos Sales e redator principal do *Jornal do Comércio*.

.....

Livro III

Capítulo Primeiro

Presidente de São Paulo – Candidato à presidência da República – A dissidência paulista – Plataforma de governo – A eleição presidencial.

PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Em 1898, ao assumir a presidência da República, Campos Sales fora substituído interinamente, no governo de São Paulo, pelo Vice-Presidente Peixoto Gomide. Mas, de acordo com a Constituição estadual, o período presidencial deveria ser completado por outro presidente eleito. Foi, então, indicado e eleito pelo PRP o Coronel Fernando Prestes (pai de Júlio Prestes), prestigioso e fiel chefe político em Itapetininga. Em dezembro, realizaram-se eleições para o Congresso Federal. Os pleitos estadual e federal foram perturbados por desordens em Santos, Itu, Avaré e Piraju. A situação interna da política paulista não era tranqüila como a mineira. A dissidência dos republicanos históricos, de tonalidade florianista, chefiados por Glicério, não se deixava absorver. Também Prudente e seus amigos se mantinham retraídos. Como demonstração dessas divergências, a imprensa paulistana publicava cartas e comunicados denunciando a opressão exercida pela oligarquia partidária contra a oposição em certos municípios, como Batatais. Essas cartas vinham assinadas, em conjunto,

por dois políticos. Um era o velho republicano Francisco Glicério. Outro era um jovem e obscuro postulante à eleição, cuja carreira começava. Chamava-se Washington Luís Pereira de Sousa.

Prestes governou até fins de abril de 1900, passando o posto a Rodrigues Alves, no dia 1^a de maio.

Na mensagem que dirigira ao Congresso estadual a 7 de abril, antes de deixar o governo, o Presidente Prestes consigna, com estas palavras de elogio, o prestígio nacional de que vinha cercado Rodrigues Alves:

“Notável brasileiro, estadista ilustre a quem as urnas eleitorais, em livre pleito, acabam, sem divergência apreciável, de confiar os nossos destinos, e que em breves dias assumirá a posse das suas funções, por entre as mais justas esperanças e em meio das manifestações sinceras de júbilo comum.”

Eleito a 15 de fevereiro e proclamado a 25 de abril, Rodrigues Alves tomou posse, como ficou dito, a 1^o de maio.

No dia 29 de abril, com membros da família e vários amigos, embarcou em Guaratinguetá rumo à capital, onde ficou hospedado no Grande Hotel.¹

No dia da posse perante o Congresso do Estado, o *Correio Paulistano*, órgão do partido, dedicou longo editorial ao novo presidente, eleito sem competidor oficial. Exaltou os seus reconhecidos dotes de homem público e enalteceu a figura do estadista, político e administrador, experimentado e respeitado desde o Império.

No dia 2, o *Correio* abriu a página de rosto com o noticiário sobre o novo governo exibindo os retratos dos seus componentes. Ao lado do presidente figuravam Bento Bueno, republicano da primeira hora, secretário do Interior, pasta política; Cândido Rodrigues,² engenheiro conceituado,

1 O Grande Hotel, que ocupava todo um quarteirão entre as Ruas de São Bento e São José (Liberio Badaró), era renomado. Na minha tradução do livro *Imagens do Brasil*, de Carl von Koseritz, lê-se o seguinte: “Este hotel [...] é o melhor do Brasil. Nenhum hotel do Rio se lhe compara [...]. Nem o Rio nem todo o resto do Brasil possui nada de parecido em matéria de luxo.”

2 Em 1906, Antônio Cândido Rodrigues, então deputado federal, foi dos mais ardorosos opositores a Rodrigues Alves nas questões do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão.

secretário da Agricultura; Francisco Malta, vindo dos liberais da Monarquia, secretário da Fazenda e Oliveira Ribeiro, juiz de direito, chefe de Polícia. O prefeito da capital era o Barão de Duprat, depois substituído pelo Conselheiro Antônio Prado.

No banquete de despedida oferecido a Fernando Prestes (que embarcava, com o filho Júlio Prestes, para Itapetininga, onde voltavam a residir), Rodrigues Alves proferiu importante discurso de definição política e programa de governo.

Como sempre procederia depois, confessava modestamente as suas deficiências para o alto cargo. Não o pleiteara. Pedia, por isso, a ajuda dos competentes, para que pudesse governar em benefício da coletividade paulista. Declarou que seu desejo, além da manutenção da ordem, estava em estimular a lavoura, o que só poderia ser conseguido com uma enérgica política de transportes e imigração.

Mas a situação sanitária viria exigir-lhe esforços a que não aludira naquela fala. A febre amarela manifestara-se em forma epidêmica em alguns municípios do interior, inclusive Sorocaba, onde fizera mais de mil vítimas.³ A peste bubônica, que constituía, com a febre amarela, o pesadelo do Brasil, irrompera em Santos, naquele mesmo mês de maio. Segundo os sanitaristas, ela vinha trazida pelos imigrantes portugueses, pois em Portugal era endêmica, sobretudo nos bairros pobres e superpovoados do Porto. A mortalidade se apresentava elevadíssima, na peste, e os seus sintomas alarmantes logo se denunciaram. Começaram a aparecer ratos mortos nas docas e, em breve, imigrantes portugueses, homens e mulheres, exibiam os sintomas indisfarçáveis do mal. Em São Paulo, havia talvez o melhor serviço de higiene pública do Brasil, sob a direção do sanitarista Emílio Ribas. No governo de Fernando Prestes, havia iniciado o trabalho de erradicação da febre e da peste. Rodrigues Alves considerava o assunto prioritário e, como fizera já no Império, enfrentou corajosamente o problema. Na sua opinião, a cidade de São Paulo, pelo clima e pela configuração urbana, era menos vulnerável aos ataques das epidemias. O mal estava nas cidades quentes do litoral, como Santos, e, principalmente, Rio de Janeiro.

Já então se tinha uma idéia exata da relação entre o amontoado anti-higiênico da população pobre, nas vielas estreitas da capital da República,

3 Como veremos em tempo oportuno, essa epidemia foi vitoriosamente enfrentada por Emílio Ribas, que empregou então, de forma pioneira, as medidas recentíssimas dos norte-americanos em Cuba.

cidade de aspecto colonial, e o problema da saúde pública, cada vez mais grave por causa do aumento da população. Muita gente percebia que o Brasil pestoso e amarelento precisava empreender grandes obras de urbanismo para tornar possível a ação sanitária. A imagem do país no estrangeiro era a pior possível. Perdíamos longe para a Argentina. O Deputado Lopes Trovão, representante carioca, apresentara à Câmara, naquele ano, um projeto que visava exatamente à reforma urbana em benefício da saúde pública. Os jornais de São Paulo falavam nos estudos que se faziam no laboratório oficial de Manguinhos, dirigido pelo Barão de Pedro Afonso,⁴ instituto onde começava a sua formidável obra um jovem cientista por nome Osvaldo Cruz. Rodrigues Alves que, desde deputado provincial, era homem do progresso, não conhecia, provavelmente, os problemas técnicos, nem os cientistas que deles se ocupavam. Mas sua sensibilidade política o alertava para a situação. Ele pensava, como outros, que, sem a reforma do Rio de Janeiro e sem uma vigorosa ação administrativa em benefício da saúde pública, o Brasil não entraria no século XX.

Demonstração impressionante dessa obstinada vontade de progresso que animava o já então estadista é o artigo sem assinatura publicado pelo *Correio Paulistano* a 29 de outubro de 1900, sob o título: “A viagem do presidente”. Campos Sales, com efeito, seguira em missão triunfal para a Argentina. Acompanhava-o numeroso séquito de personalidades políticas, como os Senadores Pinheiro Machado e Quintino Bocaiúva, o Deputado Gastão da Cunha, ou intelectuais, como Olavo Bilac, além de militares, jornalistas e assessores. Toda essa elite brasileira deslumbrou-se com Buenos Aires, que somente alguns poucos, como Quintino ou Pinheiro, conheciam. O orgulho nacional sentia-se espezinhado com a sanidade, a fragrância, a majestade da capital portenha. As correspondências de imprensa falavam nas luzes, nas avenidas, nos nobres edifícios de Buenos Aires. Ao lado daquela pequena Paris sul-americana, cintilando nas galas da *belle époque*, os brasileiros recordavam, humilhados, a cidade provinciana dos cortiços, das vielas e da peste, acorada junto às praias deslumbrantes da Guanabara. O artigo referido é a exteriorização dessa espécie de humilhação patriótica. Temos por provável que seja da autoria do próprio Rodrigues Alves, e por seguro que foi, pelo menos, de sua inspiração. Todo ele ressalta a necessidade da reforma da capital brasileira. Estes são os seus tópicos finais:

4 Pedro Afonso Franco, médico formado pelas Faculdades do Rio e de Paris. Nascido no Rio de Janeiro em 1845.

“Que, como esses estadistas argentinos cuja obra está admirando, hasteie, pois, o Dr. Campos Sales, ousadamente, o estandarte do progresso à americana, não desse progresso que, sem dúvida, perlustramos no passado, lento e solene como o que movimentava as velhas sociedades européias, mas desse progresso vertiginoso que faz num dia o que para aquele foi preciso séculos; que promova, desde logo, com todo o poder e prestígio de sua posição, ao menos a reforma radical dessa velha cidade, única entre as capitais sul-americanas que conserva ainda as roupagens coloniais, tornando-a o encanto e a inveja das suas rivais, despedaçando-lhe os miseráveis, estreitos e pesados andrajos, para substituí-los pelos vestidos leves, amplos e elegantes, que permitam admirar-se-lhe as formas sem iguais com que a dotou a natureza. É a sua missão. É a gloriosa, posto que difícilíssima missão dos governos democráticos sul-americanos.”

A missão e a glória de Campos Sales foram outras: as de preparar as condições que permitissem ao sucessor trazer, para o Brasil, uma rajada do espírito americano do século XX.

Com os limitados recursos de que dispunha (limitados sobretudo quanto aos conhecimentos científicos dos serviços oficiais) o presidente do Estado empenhou-se a fundo na luta contra a febre amarela e a peste bubônica, em São Paulo. Paralelamente, levava a efeito obras públicas e de saneamento, que auxiliavam aqueles objetivos. Na mensagem que dirigiu ao Congresso do Estado, em 7 de abril de 1901 (a sua primeira mensagem), deu contas do que pudera fazer, em matéria sanitária, no decorrer do ano anterior. Como complemento e fixação dessa atividade sanitária, Rodrigues Alves instalou o Instituto Butantã, aparelhado para a seroterapia.

As dificuldades de ordem financeira, com que se defrontou em 1900, não foram poucas, nem pequenas. Tudo provinha, no fundo, da crise econômica causada pela baixa dos preços internacionais do café. A enorme expansão dos cafezais brasileiros – principalmente os paulistas – trouxera uma superprodução mundial que afetara as culturas de Sumatra, Java, América Central e México. Era geral a queixa desses mercados produtores contra a política de produção do Brasil. Rodrigues Alves preocupava-se com a baixa de divisas necessárias à importação e com os problemas da arrecadação interna do Estado.

Em 15 de novembro de 1900 (a data já não lhe traria agora as mesmas tristezas), Joaquim Nabuco, que aceitara as funções de advogado

do Brasil na questão com a Inglaterra, relativa à Guiana, escrevia de Londres a Rodrigues Alves. Nabuco, nos duros anos que viveu em seguida à República, chegara a admitir, sob a influência de Eduardo Prado, ser fazendeiro de café em São Paulo. Agora, porém, estava no seu verdadeiro ambiente: era ministro em Londres, incumbido de missão especial. Não esquecia, porém, o amigo de infância, que dirigia o Estado brasileiro onde se produzia a maior quantidade de café do mundo. Na carta referida, Nabuco comunicava a Rodrigues Alves a remessa de várias publicações “muito interessantes” sobre o café, e anunciava o envio próximo de outras. Ficaria, diz, atento a todas as informações que pudesse prestar. O tom da carta é afetuosos:

“Você pode ficar descansado, por estar em mãos de quem toma o maior interesse pelo sucesso de sua administração [...]. Disponha de mim, meu caro Rodrigues Alves, para tudo que for do serviço do seu Estado em Londres, e, ainda com mais liberdade, para o que for particularmente seu. Do velho camarada e amigo de infância.”⁵

Mas Rodrigues Alves percebia bem que o problema básico do café não se reduzia aos preços do mercado internacional. Deviam-se considerar, também, os fatores ligados à produção, inclusive para baixar-lhe o custo, facilitando a expansão do consumo.

5 Rodrigues Alves fora dos que se alegraram com a aceitação, por Nabuco, da missão dada pela República. Os dois se encontraram, quando Rodrigues Alves era senador, em casa de José Carlos Rodrigues, onde Nabuco, por amável conspiração de amigos, entrou em contato com dirigentes do novo regime. Quando assentiu em exercer a missão, Nabuco foi duramente atacado por monarquistas intransigentes. Mas Rodrigues Alves, adesista e republicano em ascensão, escreveu-lhe, a 29 de março de 1899, de Guaratinguetá, esta carta:

“Nabuco.

Sou muito provavelmente dos últimos, mas creia que não é menos viva a minha satisfação por ver que, afinal, a grande inteligência do meu amigo vai se dedicar ao estudo e solução de altos interesses de nossa pátria. Sempre alimentei essa esperança e mais de uma vez, junto a amigos do governo, tive ocasião de exprimir a seu respeito os meus sentimentos. Não quero que V. parta do Brasil sem a segurança da estima que tenho o prazer de renovar, que aqui fica sempre o mesmo admirador e amigo.”

Esta carta deve ter tocado o coração de Nabuco, ferido pela injustiça de antigos companheiros.

Um pormenor que não deve ser esquecido, pela sua importância, é a atenção com que ele seguia, naquela época, a vida do seu antigo colega de ginásio, agora grande diplomata, Barão do Rio Branco. No arquivo deste, encontra-se uma carta de Rodrigues Alves, datada de 3 de julho de 1901, em que o presidente de São Paulo envia felicitações a Rio Branco por ter ele assumido o cargo de ministro plenipotenciário na Alemanha. As vistas de Rodrigues Alves, que não se desprendiam de Nabuco, já se voltavam para aquele a quem depois praticamente obrigou a aceitar a direção do Itamarati.

No limitado tempo que lhe restava na chefia do Executivo estadual, Rodrigues Alves fez o que pôde para cumprir os compromissos assumidos na posse. Apesar da queda dos preços do café, sua administração financeira acusou superávit orçamentário em 1901, não obstante a série de gastos que empreendeu com trabalhos públicos, construindo pontes, escolas e outras obras em diversas zonas do Estado.

Homem da lavoura, procurou amparar a produção agrícola, introduzindo técnicas de conservação da terra e protegendo o agricultor.

Mas sua obra administrativa ficou mais ou menos interrompida, desde princípio de 1902, porque a sua candidatura à presidência da República, já então notória nos círculos políticos nacionais, mobilizava naturalmente a atenção e os esforços do governo paulista.

As principais realizações do seu governo encontram-se expostas nas mensagens que enviou ao Congresso. Na primeira (a já referida, de abril de 1901), depois de abordar pormenorizadamente a situação econômica e financeira do Estado e do país, entrou na prestação de contas do que havia feito. Problemas que o preocupavam desde os tempos de deputado provincial eram agora atacados pelo presidente republicano. Empreendeu a reforma judiciária; melhorou tanto quanto pôde a saúde pública, quer combatendo as epidemias, quer realizando obras de saneamento; estimulou a instrução que teve, nas suas próprias palavras, “um impulso magnífico”; pôs sua experiência de velho lavrador na procura de solução para a crise do café; esteve atento à imigração, não só contratando, na Europa, a vinda de dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas, como estudando o grave problema da sua fixação à terra; construiu pontes, estradas, escolas e outros edifícios na capital e no interior. Com toda essa atividade, pôde executar sã política financeira, de forma a obter, no primeiro ano do governo, um saldo orçamentário correspondente a mais de 30% da receita.

Em 1902, a mensagem ao Congresso do Estado não é mais enviada pelo presidente, mas por seu substituto. Com efeito Rodrigues Alves renunciara, no princípio do ano, para atender às necessidades da sua candidatura à presidência.

CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Campos Sales, no seu livro, expõe com pormenores as origens da candidatura de Rodrigues Alves.

Desde fins de 1900, com a precocidade prejudicial que nunca pôde ser evitada, colocou-se o problema da sucessão. A condição, que a princípio pareceu exigível pelos meios dominantes, era a de que o futuro presidente deveria ser um republicano histórico. Essa exigência, possivelmente, obedeceria ao propósito de afastar uma terceira candidatura paulista, no caso a de Rodrigues Alves, que era a mais provável, pela posição por ele ocupada e pela notória preferência de Campos Sales. Este, embora considerasse justificável a tese, preferia ver no candidato sobretudo um administrador capaz e comprometido a continuar a sua obra de restauração financeira. Rodrigues Alves, indubitavelmente, preenchia as duas condições. Suas qualidades de administrador e de financista haviam sido sobejamente comprovadas nos postos exercidos no fim do Império e no começo da República. O grande adversário desse processo de encaminhamento era obviamente Pinheiro Machado. Republicano histórico, convinha-lhe restringir o círculo dos papáveis com a exigência dessa condição, porque, assim, eliminava nomes possíveis, viessem dos dois grandes Estados, como Afonso Pena e Rodrigues Alves, ou de Estados de média importância, como Rui Barbosa. Ele, Pinheiro, era republicano histórico, vinha de um Estado forte, contava com o apoio do seu governo e lograra enorme influência no Congresso. Seu prestígio de combatente na Revolução Federalista também se estendia às forças armadas; sua graça de *condottiere* fazia-o simpático à imprensa e à opinião. Pinheiro foi sempre candidato, e a impossibilidade de se fazer aceitar é que o levava a opor-se a qualquer candidatura que não levasse o seu patrocínio. Quando vencido (como no caso de Venceslau Brás), fazia-se dono da vitória.

A 7 de novembro de 1900, Campos Sales enviou o mineiro Olinto de Magalhães, seu ministro do Exterior, a Belo Horizonte, para consultar Silviano Brandão, presidente do Estado, sobre o nome de Rodrigues Alves.

O presidente de Minas Gerais recebeu bem a sondagem, sugerindo porém o nome de um mineiro – no caso Afonso Pena – para a vice-presidência. Firmava-se, assim, a aliança mineiro-paulista, que tanto influiu na Primeira República. A idéia de um vice-presidente do Norte, que viesse equilibrar a candidatura de São Paulo, válida nos governos de Prudente e Campos Sales, mostrava-se, agora, superada. O apoio dos mineiros compreendia a participação de Minas.

Olinto voltou ao Rio no dia 15, com o resultado das suas conversas, e, naquele mesmo dia, Campos Sales telegrafou ao Governador Severino Vieira, pedindo-lhe o apoio da Bahia. O telegrama de Campos Sales é a um só tempo enérgico e hábil. Dá-se por ciente que Severino aceitaria Rodrigues Alves, mas, receoso provavelmente de que ele pretendesse a vice-presidência, avança logo o trago mais amargo:

“TENHO MOTIVOS PARA ACREDITAR QUE MINAS SÓ ACEITARÁ A COMBINAÇÃO EM QUE ENTRAR TAMBÉM UM MINEIRO, E, PARA EVITAR EMBARAÇOS, JULGO CONVENIENTE INDICAR SILVIANO PARA VICE-PRESIDENTE, ASSEGURANDO, ASSIM, APOIO DECISIVO DAQUELE GRANDE ESTADO.”

Dois conselheiros adesistas pareciam demais. Campos Sales recusou o nome de Pena e lançou o do próprio Silviano, o que conferia à chapa certa coloração de republicanismo histórico, ao mesmo tempo em que, sem dúvida, tornava mais forte o compromisso do governo mineiro.

Felizmente, para Campos Sales, Severino Vieira concordou logo, sem ressentimento:

“ACABO RECEBER TELEGRAMA. AGRADEÇO PROVA GENEROSA CONFIANÇA. COM DECISÃO E ENTUSIASMO ACEITO COMBINAÇÃO QUE CONSIDERO INSPIRAÇÃO PATRIÓTICA. PENSO, ENTRETANTO, DEVE HAVER TODA CAUTELA A FIM DE EVITAR MANEJOS SUBTERRÂNEOS. INVEJOSOS TERIAM AINDA MUITO TEMPO PARA AGIR ANTE MINAS.”

Realmente, Severino via justo. Pinheiro ou qualquer outro poderia acenar para Minas com um nome mineiro, fiado no seu maior contingente eleitoral.

Campos Sales, sentindo-se garantido pelos dois apoios, dirigiu-se então, por carta, a quase todos os demais governadores de Estado, consolidando o dispositivo.

Os governadores responderam no correr de dezembro, de tal maneira que, terminado o ano de 1900, parecia definitivamente assentada, nos meios oficiais, a sucessão presidencial, com o nome de Rodrigues Alves. Faltava apenas o assentimento do próprio candidato, pois Campos Sales levava a efeito toda a operação antes de consultá-lo formalmente.

A 6 de janeiro de 1901, mal iniciado o novo século, o presidente da República escreveu ao presidente de São Paulo uma longa carta, cujo período inicial demonstra o alheamento deste em relação ao que se processava:

“Propositadamente deixei até agora de levar ao seu conhecimento o que tenho pensado e o que me parece conveniente fazer, a fim de bem encaminhar a minha sucessão na presidência da República.”

Depois dessa observação inicial, Campos Sales desenvolve em largueza o seu procedimento e as razões que o motivaram. Achava que a República ainda não atingira a um funcionamento normal, especialmente pela ausência de verdadeiros partidos políticos nacionais. A lacuna justificava a intervenção do chefe de Estado, para evitar agitações sem base que perturbariam a boa marcha da administração. Como presidente, ele colocara a administração acima da política, apesar das resistências encontradas. Faz restrições a Prudente, nestas frases:

“Falava-se, então, no dever que me cabia, de continuar uma certa política, em alusão mais ou menos clara à política do meu antecessor. Bem quisera fazê-lo; confesso, porém, que não encontrei na dupla esfera governativa e administrativa os caracteres dessa política. Se ela existiu, não conseguiu, contudo, deixar patentes os seus desígnios. Só pude ver dela a face ingrata: os ressentimentos que ficaram, a animosidade profunda que separava os homens em grupos opostos, a violência do antagonismo pessoal, sem o estímulo de idéias [...].”

Repudiei francamente e formalmente a onerosa herança. Estou em mais de metade do meu período e ainda não tive, por isso, motivos de arrependimento.”

Cabe aqui uma digressão. As relações políticas entre Prudente e Campos Sales sofriam alternativas, como se sabe. Ainda na Constituinte, Campos Sales optou pela candidatura de Deodoro, contra a do seu conterrâneo, porque sentiu que a intransigência deste agravaria a Questão Militar.

Posteriormente, em 1897, quando se abriu a cisão entre Prudente e Glicério, ou melhor, entre o Executivo e o Congresso, Campos Sales, presidente de São Paulo, veio ao Rio pretendendo apaziguar a situação, mas não conseguiu. A forma pela qual ele relata esse episódio mostra certa mágoa para com Prudente.

A candidatura de Campos Sales surgiu pouco depois, e o seu papel conciliador durante a crise não deve ter sido fator de pequena monta para o surgimento do seu nome. Mas Prudente de Moraes não deu nenhum passo em favor dessa candidatura. Ela apareceu no seio do Congresso e foi robustecida pela ação favorável de Minas Gerais. Campos Sales anota expressamente no seu livro:

“O Sr. Prudente de Moraes, no desempenho das suas funções de chefe da dissidência paulista, teve por conveniente declarar, em certa solenidade, que a sua consciência não o acusava do pecado de haver concorrido para a minha apresentação ao alto cargo de presidente da República.”

Voltando à carta de 1901, vê-se que ela, depois de recordados vários antecedentes, coloca a continuidade de sua administração, principalmente na parte financeira, como fator determinante para a escolha do seu sucessor. Essa orientação política e administrativa deveria continuar para evitar “a ruína definitiva da República”.

Vem, então, a pergunta direta: “Depois do que fica dito, peço que me declare com toda a franqueza: terá você qualquer dúvida em ser o continuador desta política?”

Mostra que o nome de Rodrigues Alves encontrava boa receptividade por toda parte, sendo que o Sul (Pinheiro Machado) ainda não se manifestara claramente. Se não houvesse imprevistos, o presidente

tinha esperança de conseguir uma sucessão tranqüila, o que permitiria ao seu governo continuar até o último dia a administrar como entendia ser do bem do país.

A resposta de Rodrigues Alves comprova a sua prudência e a sua desambição. É de poucos dias depois, mas Campos Sales não lhe fornece a data.⁶

Começa o futuro presidente lembrando que concordava com a política do congraçamento, estabelecida por Campos Sales no início do seu governo, tendo em vista as necessidades de uma administração suprapartidária. Isto não deixara de irritar os chefes do Partido Republicano Federal, que se pretendiam únicos agentes, e também beneficiários, da eleição de Campos Sales. Sob a chefia ostensiva de Glicério e do Vice-Presidente Rosa e Silva, o PRF hostilizou Campos Sales, mas Rodrigues Alves sempre procurou influir para que se criasse um ambiente de concórdia, dados os propósitos do governo e a delicadeza da situação financeira nacional. Depois de recordar brevemente esses episódios, Rodrigues Alves manifesta-se sobre a política financeira, fazendo-o no entanto de forma pouco explícita. Daí passa a considerar diretamente o problema da própria candidatura:

“Lisonjeou-me a lembrança do meu nome e muito agradeço essa benevolência. Sei que você conhece a minha índole pacífica, o meu espírito de tolerância e a minha vocação para harmonizar, em vez de separar, e é daí talvez que veio a idéia do meu nome. Reflita bem que essa indicação deve caber a outro, que reúna melhor elemento e possa despertar mais confiança aos diretores da opinião. Deixei há pouco tempo o Ministério da Fazenda e sei que não tive ocasião de agradar senão a um número muito limitado de amigos, parecendo-me grande o dos descontentes. Acresce que a minha origem há de despertar suspeitas,⁷ e sempre entendi, por mais que os amigos generosamente me contradigam, que não é prudente ir de encontro a uma tendência muito natural, muito humana, neste período

6 Nos papéis de Rodrigues Alves, em nosso poder, não encontramos rascunho nem cópia dessa carta.

7 Alude ao fato de não ser republicano histórico.

de formação, que ainda estamos atravessando. Por que o meu nome, quando há, para não falar em outros, o de Bernardino, que, estou certo, será acolhido com grande satisfação, e, principalmente, sob este último ponto de vista, terá a adesão geral? Minhas vistas sempre se voltaram para este nome, como naturalmente indicado para substituí-lo, se lícito for ainda ao Estado de São Paulo dar-lhe substituto, o que convém ponderar muito para não suscetibilizar o melindre dos outros Estados. Creio será esta a melhor solução para o país, e estou convencido que o nosso Estado recebê-la-á com muito agrado. Há muito tempo para o trabalho, ponha nisso a contribuição do seu espírito superior e deixe-me ficar aqui para ajudá-lo e ao seu sucessor, com a mesma boa vontade e devotamento de sempre.”

Nos tópicos transcritos, Rodrigues Alves demonstrava serenidade e agudeza na análise da conjuntura política. Campos Sales, autoritário, emparedado no seu inflexível plano financeiro, não se detinha sobre os aspectos políticos da situação, os quais, contudo, deveriam influir consideravelmente nas dificuldades encontradas pelo seu sucessor, entravando até a execução da sua obra administrativa.

O republicanismo histórico, identificado por Rodrigues Alves como o primeiro adversário do seu nome, atormentou-o de fato durante todo o quadriênio, quer na ação às vezes dissimulada, às vezes franca, de parlamentares influentes como o Senador Pinheiro Machado ou o Deputado Barbosa Lima, quer na rebeldia aberta, como no caso de Mato Grosso ou na revolta de 14 de novembro, fruto da aliança do positivismo com o republicanismo histórico civil e militar, a qual quase depôs o presidente em pleno prestígio. Bernardino de Campos, republicano histórico e administrador comprovado, não provocaria tais reações. Observe-se, também, a sinceridade e a constância com que Rodrigues Alves tentou elevar ao poder esse amigo, não o conseguindo pela aliança de velhas oposições.

Outro ponto importante, fixado por Rodrigues Alves, era a natural antipatia por um terceiro período paulista. Minas, cujas possibilidades eleitorais eram enormes; o Rio Grande, com sua agressiva política republicana instalada por Castilhos, seguida por Borges de Medeiros e repre-

sentada no Congresso por Pinheiro; e, finalmente, a Bahia, eram forças que seria imprudente esquecer, pois abrigavam ambições que facilmente poderiam se apresentar. Foram de fato o Rio Grande, com Pinheiro; Bahia, com Rui; e Minas, com as aspirações naturais de Afonso Pena, que vieram derrotar o esquema político de Rodrigues Alves na presidência. Aliás é pouco compreensível que ele, que vira o problema como candidato, não o tivesse visto como presidente.

Nem Campos Sales, nem outros amigos que tiveram conhecimento da resposta de Rodrigues Alves ficaram satisfeitos com os seus termos pouco explícitos. Por isso o presidente da República, a 29 de março, dirigiu-lhe nova missiva, na qual, depois de acentuar que a sua candidatura contava já “com todas as probabilidades de êxito” porque encontrava “franco apoio nos elementos políticos dos dois lados”, insistia quanto a uma declaração formal de continuidade governativa. “Não peço um documento para a publicidade, que neste momento seria inoportuno [esclarecia], apenas desejo que me habilite a definir os seus intuitos ante os amigos, a fim de que eles possam, por sua vez, dar a orientação que lhes cabe, para a solução do problema eleitoral que se aproxima.”

Rodrigues Alves teve, então, que se definir, e o fez em carta de 5 de abril. Começava reconhecendo a naturalidade das resistências ao seu nome, dados sua origem monarquista e também – insinuou – o papel que representou no apoio a Campos Sales contra os históricos desavindos. (Esta passagem é um lembrete disfarçado ao reconhecimento de Campos Sales.) Mostrava depois como a política de conagração instaurada por Campos Sales assegurou-lhe o bom andamento da administração (sempre o seu pensamento de colocar a política como condicionadora da administração, o que era o contrário da maneira de ver de Campos Sales). E concluiu:

“Estou procedendo aqui, no governo do Estado, com aquela conformidade de vistas que você adotou para o seu governo na parte política e administrativa, e será essa a minha norma de conduta, se a condescendência, a generosidade ou a fraqueza dos chefes políticos julgarem-me em condições de ser seu sucessor.”

Ao transcrever esse fecho, Campos Sales anota:

“A resposta não podia ser mais categórica nem mais explícita. A concordância do seu com o meu pensamento era completa e sem evasivas, ponto por ponto.”

Mera suposição, fora da realidade. Vê-se que Rodrigues Alves resistiu até o fim a um ato de submissão, que tornasse seu governo simples continuação do outro. Continuação seria, mas no sentido de consequência transformadora, com processos e objetivos próprios. O que ele afirmou, no momento mais delicado, é que faria, no país, em grande, o que estava fazendo em São Paulo. E foi o que fez.

O certo é que Campos Sales não teria outra solução, no momento. Recuar seria criar conflitos e problemas que viriam abalar a administração na parte final do governo. E Rodrigues Alves, que era bom político, bem devia perceber que o afastamento do seu nome era, àquela altura, opção muito difícil. De qualquer maneira, os termos de sua carta de 5 de abril não conflitam com a intenção de ser um governante autônomo.

O forte dispositivo montado por Campos Sales não representou a unidade política nacional. Pernambuco, cuja situação era chefiada pelo Vice-Presidente Rosa e Silva, hostilizava, como vimos, o presidente. Maranhão seguia Pernambuco, e o Estado do Rio sustentava, com louváveis razões, a candidatura de Quintino Bocaiúva.

A 11 de agosto (data escolhida possivelmente por ser o aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil), realizou-se no Rio de Janeiro, na sala de sessões do Senado Federal, ao fim da tarde, uma reunião política destinada a debater o problema da sucessão. Compareceram parlamentares de quase todos os Estados. Presidiu a mesa o Deputado Nogueira Acióli, do Ceará, participando dela os Senadores Álvaro Machado, da Paraíba; e Tomás Delfino, do Distrito Federal. O primeiro orador foi Pinheiro Machado, que falou cautelosamente. Reconheceu a inexistência de partidos nacionais, dizendo que havia somente grupos no Congresso. Aludiu às divergências existentes entre Estados, mas, dada a delicadeza da situação nacional, pensava que os políticos deviam unir-se em torno do governo para a escolha de um candidato à presidência, o que beneficiaria a defesa das instituições.

Mais ou menos nos mesmos termos manifestou-se o Deputado baiano Paula Guimarães. O Senador paranaense Vicente Machado formulou em seguida uma proposta concreta: a de que se reunisse uma convenção, composta de dois delegados de cada partido estadual, com

poderes para indicar os nomes do presidente e do vice-presidente da República para o quadriênio seguinte. A Assembléia aprovou a proposta, fixando o dia 20 de setembro para a convenção.

A participação ostensiva de Vicente Machado nas combinações obedecia provavelmente a um propósito, porque marcava uma adesão. Vicente Machado, com efeito, integrara o grupo ativista do PRF, e atacara no Senado o governo de Prudente.⁸ A sua fala, como, até certo ponto, a de Pinheiro, eram provas de uma volta à unidade política, que de resto não duraria muito.

O Senador goiano Leopoldo de Bulhões observou que essa convenção de representantes de partidos locais “não envolvia a idéia de um partido federal, já constituído e homogêneo”, embora reconhecesse a necessidade de tal organismo.

A reunião terminou às 9 e meia da noite, sem que se falasse em nome de candidatos, segundo o noticiário do *Jornal do Comércio*.

No dia 19 de setembro, procedeu-se à reunião preparatória da convenção, às 7 horas da noite, no plenário da Câmara dos Deputados. Funcionou a mesma mesa de 11 de agosto. Estavam representados os Estados do Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ausentes apenas Amazonas e Maranhão. A reunião destinava-se ao exame das credenciais dos delegados e mais providências para a convenção do dia seguinte.

Esta teve lugar no Senado, sempre com a mesma mesa, e igualmente à noite. Os votos foram dados em cédulas, colocadas em duas urnas. Dos 38 convencionais, Rodrigues Alves obteve 37 votos para presidente e Silviano Brandão o total para vice-presidente. Hermógenes Silva, do Estado do Rio, votou em Quintino Bocaiuva. Suspendeu-se a sessão para que fosse redigido o manifesto de apresentação, por uma comissão composta de Pinheiro Machado, Vicente Machado, Coelho e Campos, J. J. Seabra e Francisco Tolentino. O manifesto, lido e aprovado, começa historiando a cisão entre os republicanos e a dissolução do PRF. Diz, em seguida, que Campos Sales pudera reunir os republicanos em torno do seu governo.

⁸ Por isso mesmo Vicente Machado, em 1895, fora muito atacado pela imprensa que apoiava Prudente contra o jacobinismo estimulado por Floriano, então ainda vivo.

Depois disso, o manifesto declara que os convencionais, reconhecidamente representantes de 19 das 21 unidades federadas, nessa qualidade indicavam ao sufrágio popular, para a presidência e vice-presidência, os dois nomes votados na convenção.

A DISSIDÊNCIA PAULISTA

Pouco após essas decisões, manifestou-se a dissidência paulista, chefiada por Prudente de Moraes.

O ex-presidente, ascético e firme como um velho calvinista, afastara-se da política mas não pensava senão nela. A carta, que atrás transcrevemos, mostra que a sua abstenção era ainda uma forma de ação. O ex-presidente não se conformava com a idéia de que decisões fundamentais estivessem sendo tomadas sem sua anuência, e até sem seu conhecimento.

No primeiro semestre de 1901, e até pouco antes do lançamento da candidatura do seu sucessor, Campos Sales ainda tentou contemporizar e negociar com Prudente. Em carta a este, de 15 de janeiro, o presidente comenta com o ex-presidente as dificuldades surgidas no seio do Partido Republicano Paulista e sugere que as resolva, de comum acordo com Rodrigues Alves, amigo de ambos e líder no Senado.

Ainda em 5 de julho, depois que as divergências só se tinham agravado, Campos Sales, em outra carta, comunica a Prudente os nomes da comissão diretora do PRP, organizada por sugestão do último. A comissão ficara composta de J. A. Guimarães, Alfredo Guedes, Pádua Sales, Frederico Abranches e Lacerda Franco. Mas o dissídio tornara-se irreversível, porque Campos Sales não transigia na escolha de Rodrigues Alves e Bernardino de Campos para candidatos federal e estadual. A escolha do PRP, foi publicada no manifesto de 7 de setembro de 1901, o qual apareceu assinado por vinte e um deputados e senadores estaduais, apenas sete deputados federais (numa bancada de vinte e dois) e um senador federal, Manuel de Moraes e Barros, irmão de Prudente. Este último decidiu-se, então, a chefiar a oposição contra o oficialismo republicano, de que fora aliado.

No dia 20 de julho, viera a São Paulo, de Piracicaba, hospedando-se no Hotel de França. Foi logo cercado pelos correligionários que com ele dissentiam de Campos Sales e das candidaturas por este encaminhadas.

Leal e franco, como sempre fora, Prudente foi ao palácio conversar com Rodrigues Alves, no dia 21. A conferência transcorreu longa e reservada, mas dela se conhecem pormenores conservados por tradição oral.⁹

O presidente paulista recebeu amistosamente o seu antigo chefe e dele soube que, dissentindo dos processos políticos do presidente da República, ia opor-se às candidaturas oficiais. Depois de ouvi-lo com toda deferência, Rodrigues Alves observou, sorrindo: “Agradeço-lhe o aviso, mas você vai perder.” – “Por que tem essa certeza?” – indagou Prudente. Em resposta, o outro, sempre sorrindo, bateu com a palma da mão no braço da poltrona em que estava sentado e disse categórico: “Por causa desta cadeira. Eu estou sentado nela; e quem nela se senta não pode ser vencido, dentro do Estado.”

Prudente de Moraes, que já dirigira firmemente o Estado e a República, não devia ter muitas dúvidas sobre o acerto da observação desabusada. Mas nem por isto deixou de se empenhar na luta.

Antes de entrarmos na exposição dos fatos da dissidência, convém traçar nela um panorama geral. Este panorama encontra-se delineado no discurso com que Rodrigues Alves agradeceu, em São Paulo, a 12 de maio de 1902, sua eleição para a presidência da República. Vamos segui-lo.

Quando, em 1900, assumira o governo do Estado, procurara sinceramente reunir todos os velhos companheiros do PRP.

A união não se pôde, porém, realizar, por causa da sucessão dele próprio, no governo paulista. Desde que se tornou claro que Campos Sales viria buscá-lo para o supremo posto, a escolha do seu sucessor, em São Paulo, tornou-se questão primordial. Ninguém se opunha à indicação do futuro ocupante do Catete, mas as ambições se desataram quanto à cobiçada cadeira de presidente do Estado. O nome que sofria maiores restrições dos chefes desavindos era, precisamente, aquele que atraía as preferências dos que detinham o poder: Bernardino de Campos.

9 A versão sobre a entrevista foi referida ao A. por Prudente de Moraes, neto.

Não houve possibilidade de que homens como Prudente de Moraes, Cerqueira César e outros se acomodassem com a escolha de quem já havia tão brilhantemente presidido os destinos do Estado. O pretexto encontrado foram os trabalhos do Congresso estadual, incumbido de rever a Constituição. Como as decisões só podiam ser adotadas pela maioria de dois terços, os divergentes, tendo conseguido impedir esse *quorum*, lograram impedir a aprovação final da reforma, já adotada em duas votações. Daí, partiram para a contestação das eleições municipais, para a abstenção nas eleições do Congresso estadual (fevereiro), e, finalmente, para a recusa do apoio ao próprio Rodrigues Alves no pleito de 1^o de março. O valor real de tal oposição ficou patenteado com a confrontação dos números de votos na eleição presidencial, dentro do Estado. Rodrigues Alves teve mais de 50.000 e o seu competidor nominal, menos de 3.000.¹⁰

Voltemos, agora, à descrição pormenorizada dos acontecimentos.

Depois da conversa havida com Rodrigues Alves, a 20 de julho de 1901, Prudente de Moraes tratou de assentar as bases do movimento com os seus amigos, entre os quais se destacavam Cerqueira César e o genro deste, Júlio Mesquita, o qual influía já decisivamente na orientação de *O Estado de S. Paulo*. No dia 23 regressou a Piracicaba.

Começou, então, aquele jornal, a campanha da dissidência, que se apresentava sobretudo na forma da revisão da Constituição Federal.

Convém lembrar aqui que Prudente de Moraes, depois de deixar a presidência, quando se cuidou de organizar os estatutos do Partido Republicano Federal, sustentou que essa agremiação deveria postular a reforma da Constituição de 24 de fevereiro.

Em 1901 o ex-presidente e seus amigos voltaram, pois, à tese revisionista, que já fora agitada no seio mesmo da Constituinte.

Na primeira página de *O Estado de S. Paulo* sucederam-se, a partir de então, os artigos revisionistas, assinados por Júlio Mesquita

10 Dois nomes foram votados pelos eleitores que, em todo o país, não apoiaram Rodrigues Alves: Quintino Bocaiúva, que alcançou 52.359 sufrágios, e Ubaldino do Amaral, que pouco passou de 5.000.

(em maior número), Alberto Sales (irmão do presidente da República), Alonso da Fonseca e outros.

No Rio, o *Correio da Manhã*, novíssimo jornal de Edmundo Bittencourt, lançou-se de corpo e alma na luta contra a situação. Edmundo, Manuel Vitorino (agora de acordo com Prudente a quem tanto combatera), Leão Veloso (com pseudônimo, depois famoso, de Gil Vidal) e mais alguns, defendiam a dissidência paulista e combatiam Campos Sales e sua orientação.

Edmundo Bittencourt, que era rio-grandense, tentou o golpe da candidatura de Júlio de Castilhos, mas não teve êxito, pois o chefe sulino, Pinheiro Machado, assegurou solidariedade a Campos Sales. Pinheiro, fiador dessa atitude, começou a ser atacado desabridamente por Edmundo, o qual apresentava a candidatura de Rodrigues Alves como a continuação do governo Campos Sales.

No Senado, Pinheiro fez três discursos, defendendo-se valentemente das agressões do seu coestaduano, a quem dizia não conhecer. São excelentes essas orações do *condottiere* gaúcho. Não denotam cultura nem especial eloquência, mas transbordam de coragem, dignidade e finura política. Nelas, Edmundo é tratado à altura dos seus ataques, ou seja, com grande violência de linguagem.

Levado pela lógica revisionista, Júlio Mesquita, no dia 4 de agosto, publicou em *O Estado de S. Paulo* artigo assinado, defendendo francamente o regime parlamentar.¹¹ Essa atitude não poderia deixar de estar combinada com os autênticos parlamentaristas gaúchos, herdeiros intelectuais de Silveira Martins, que, pouco antes, tinha morrido. Com efeito, no dia 4 de setembro, apareceu na imprensa o conhecido manifesto parlamentarista assinado por Pedro Moacir, Rafael Cabeda, Barros Cassal e Alcides Mendonça Lima, que seria, em seguida, a carta ideológica dos *maragatos*.

Ocorrida a reunião de agosto, Prudente ainda tentou conciliar. Veio a São Paulo e conversou com Rodrigues Alves. Resolveram ambos enviar um emissário a Campos Sales. Foi Alberto Sales, o irmão do presidente. Mas,

11 Não deixa de ser curioso recordar aqui que fomos muito atacados, no mesmo *O Estado de S. Paulo*, por Júlio de Mesquita Filho, quando de nossa adesão à tese parlamentarista.

naquela altura, o acordo já se tornava impossível, pois Prudente e os seus amigos exigiam a retirada das candidaturas federal e estadual. Falou-se mesmo numa candidatura Prudente de Moraes, mas não se pode afirmar que o ex-presidente teria participado de tal movimento. No dia 7 de setembro, os dissidentes paulistas publicam o “Manifesto aos republicanos de São Paulo”.

Dizia o manifesto que a oposição se organizara desde os primeiros meses do governo Campos Sales, em face da política autoritária do presidente. Salientava que Prudente de Moraes fora alijado “dos assuntos graves da vida partidária”.¹² Prosseguia com estas palavras:

“Assim corriam as coisas até que surgiu a candidatura do Dr. Rodrigues Alves à presidência da República. Em pleno e franco exercício da sua ditadura, o Dr. Campos Sales, que já tinha designado o seu sucessor na União, imediatamente determinou que aqui sucedesse ao Dr. Rodrigues Alves o Dr. Bernardino de Campos. E a todos foi transmitida a ordem do verdadeiramente único soberano diretor da política brasileira[...] pelas colunas do *Correio Paulistano*.”

Esse primeiro manifesto é um documento provinciano, sem idéias nem programa, ressumando mágoas personalistas. Não causou, por isso, maior impacto fora do Estado. Dentro dele, porém, a dissidência se alastrava. A maior parte dos jornais do interior inclinou-se a favor de Prudente. Diretórios foram se fundando em vários municípios.

Como tantas vezes aconteceu no Brasil, a opinião politizada parecia arregimentada contra o governo, mas a máquina política deste ia se revelar invencível.

Aspecto que merece ser ressaltado no dissídio político era o fato de que ele se apresentava também como briga de famílias ou no seio de uma família, o que comprovava o caráter oligárquico do regime. Adolfo Gordo, líder parlamentar opositor, era cunhado de Prudente. Cerqueira César era cunhado de Campos Sales, de quem era irmão Alberto Sales, outro dissidente; Júlio Mesquita era genro de Cerqueira César.

O jornal oficioso *Correio Paulistano* (no qual Rodrigues Alves provavelmente escrevia, e que passara à direção de Almeida Nogueira e Herculano de Freitas) era o porta-voz da situação, em São Paulo.

12 Campos Sales, no seu livro, refere-se com ironia a este tópico.

No Rio, os jornais tradicionais mantinham imparcialidade simpática ao movimento, como o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil*. *A Tribuna*, de Alcindo Guanabara, pendia francamente para o governo, assim como a *A Notícia*, de Oliveira Rocha.

No dia 5 de novembro (aniversário do atentado contra Prudente), apareceu o segundo manifesto da dissidência paulista, este dirigido à nação: “Manifesto político aos nossos concidadãos.” Começava observando que Campos Sales havia destruído os partidos e abandonado a administração aos seus ministros, para dedicar-se somente à política pessoal. Denunciava os vícios da “política dos governadores”: violências nos Estados, pressões sobre o Congresso e imposição dos nomes de Rodrigues Alves à União e de Bernardino, a São Paulo. Protestava contra tudo isso e afirmava o desejo dos dissidentes de estruturarem-se em partido nacional. Delineava, em seguida, a reforma constitucional desejada: eleição do presidente da República pelo Congresso; supressão do cargo de vice-presidente; comparecimento dos ministros perante o Congresso; diminuição do número de deputados; possibilidade da prorrogação do orçamento; supressão do monopólio nacional da navegação de cabotagem; restrição à aquisição de terras por estrangeiros.

Como se vê, à exceção do tópico sobre a navegação, todos os demais foram adotados, em um ou outro momento, pelas reformas posteriores.

Entre os signatários de maior prestígio, além de Prudente, estavam seu irmão Morais Barros; seu cunhado Adolfo Gordo; Cerqueira César e o genro Júlio Mesquita; Cincinato Braga e Alfredo Pujol.

Lançado o manifesto nacional. Prudente regressou a Piracicaba, deixando organizada a comissão diretora do partido dissidente, da qual faziam parte ele próprio e Cerqueira César.

Acompanhada, assim, a organização da dissidência paulista, cuja importância no tempo foi maior do que hoje pode parecer, voltemo-nos para os fatos diretamente relacionados com a eleição presidencial de Rodrigues Alves.

No Congresso Federal, a partir de agosto, o assunto foi debatido por amigos e adversários da situação.

No Senado, Antônio Azeredo, aceitando embora o nome de Rodrigues Alves, a quem elogia com calor, atacou fortemente o seu

companheiro de chapa, Silviano Brandão, que considerava insignificante e desconhecido. Na Câmara, Adolfo Gordo criticou Rodrigues Alves e denunciou as violências que o PRP praticava em São Paulo, na capital e no interior, coagindo os congressistas dissidentes, prendendo e invadindo residências de chefes municipais. Tudo isso era verdade e foi sempre, infelizmente, até 1930, o sistema político do PRP.

Realmente, pelo noticiário de *O Estado de S. Paulo* vê-se que o governo estadual de Rodrigues Alves não se afastou dos hábitos de prepotência política que vinham desde o Império. O situacionismo não podia compreender a oposição, e isto é o monótono *ritornello* que sempre ecoou nas câmaras, em cada eleição, desde o antigo regime. O sistema eleitoral republicano não facilitava em nada os direitos das minorias (só em 1940, o governo nacional Rodrigues Alves pôde mais ou menos consegui-lo), e as garantias políticas eram negadas aos opositores.

Veio a derrubada das autoridades locais; a entrega da política a homens de confiança nos municípios; a ação dessa polícia obediente a instruções dos coronéis governistas, com prisões sem causa, peregrinações domiciliares humilhantes e todo o cortejo da pressão governista que tanto conhecemos.

Alegou-se o suicídio de um chefe dissidente, em certo município do interior, determinado por humilhações que naturalmente adquiriam intolerável repercussão no pequeno círculo do prestígio local.

Tolerante e infenso às violências, como sempre fora e continuará a ser, não devia ser agradável para Rodrigues Alves, responsável pelo funcionamento da implacável máquina perrepista, de que era o beneficiário. Mas, homem do seu tempo, político por vocação, mas poderia escapar às regras do jogo e aos únicos processos existentes para subir em política.

Não se deve esquecer, por outro lado, que a violência era também habitual, na linguagem e nos atos da oposição. No Rio de Janeiro, a campanha de agitação deflagrada pelo *Correio da Manhã* intensificou-se depois da reunião de 11 de agosto.

No dia 22 daquele mês, os Deputados governistas Seabra, Germando Hasslocher, Fausto Cardoso (este, opositor a Campos Sales, mas partidário da eleição de Rodrigues Alves) e Adalberto Ferraz foram agredidos na saída da Câmara, por uma malta de vagabundos e desordeiros. Adalberto Ferraz foi atingido na cabeça por uma pedra, que lhe provocou ferimento de certa gravidade. Hasslocher teve de sacar

o revólver para se defender. Esses incidentes foram, até certo ponto, provocados também pelo Deputado Barbosa Lima, que então representava o Rio Grande do Sul. O eloqüente e corajoso tribuno não tinha ponderação na escolha dos meios. Saudosista do florianismo, atacava a tudo e a todos, dando bordoadas de cego. Acusou o governo de corromper a imprensa e o Congresso (sem especificação de nomes), de fazer negociatas no Banco da República. *O País* (então redigido por Medeiros e Albuquerque, desde que Quintino assumira o governo do seu Estado) atacava também o governo e o situacionismo.

O principal argumento contra Rodrigues Alves era, sempre, o monarquismo.

Seabra, a 23 de agosto, fez ótimo discurso de condenação às atitudes de Barbosa Lima.

Fosse como fosse, a partir de 20 de setembro de 1901, estava assentado que o futuro presidente da República seria Rodrigues Alves. Não se poderia conceber, na época, que o dispositivo político oficial viesse a ser derrotado por um candidato opositor, como se deu, mais tarde, com Getúlio Vargas e Jânio Quadros. A segurança da eleição transparece do telegrama com que o candidato agradeceu ao presidente da convenção, Deputado Nogueira Acióli, a notícia da indicação do seu nome:

“EXTREMAMENTE PENHORADO COM A VOSSA COMUNICAÇÃO DE HAVER SIDO ESCOLHIDO PELA CONVENÇÃO REPUBLICANA, ONTEM REUNIDA, PARA CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA ELEIÇÃO DE 1ª DE MARÇO VINDOURO, PEÇO QUE ACEITEIS, COM A EXPRESSÃO DO MAIS PROFUNDO AGRADECIMENTO, MINHAS AFETUOSAS SAUDAÇÕES.”

Candidato sem competidor, nem lhe ocorria manifestar sua esperança na vitória. É que não havia esperança: havia certeza.

PLATAFORMA DE GOVERNO

Rodrigues Alves lançou a sua “plataforma” de governo (como então se chamava), em banquete realizado no salão nobre do Cassino Fluminense (Automóvel Clube) na noite de 23 de outubro. A festa oferecida pelo Congresso a Rodrigues Alves e Silviano Brandão foi memorável,

comentada nos artigos dos jornais e nas caricaturas das revistas, e o discurso do futuro presidente causou grande impressão em todo o país.

Na parte política, visando diretamente à propaganda revisionista da dissidência republicana em seu Estado, o orador manifestou-se francamente contrário à reforma constitucional. Tinha a firme convicção de que a Constituição de 24 de fevereiro encerrava “princípios do mais elevado liberalismo e que estes, executados lealmente, haviam de assegurar à nossa pátria a sua prosperidade e grandeza”. Isto não o impedia de reconhecer os vícios gravíssimos do sistema eleitoral, que (como ele bem sabia desde o Império) transformavam em burla o nosso pretendido regime representativo. A reforma eleitoral, assegurando a correção do alistamento e a liberdade do voto para todas as opiniões, haveria de restaurar a confiança na República, “impondo silêncio a murmurações e impaciências”. Aí estava indicada a lei da reforma eleitoral de 1904.

Ao abordar a questão financeira, o antigo ministro da Fazenda, ao mesmo tempo em que cumpre o compromisso de seguir a política de defesa da moeda, assumido com Campos Sales, discorre sobre as suas próprias idéias, que vinham de larga experiência na matéria.

Para ele a questão financeira era primordial. Devia ser continuada a obra de valorização da moeda, tendo em vista, mesmo, a sua conversibilidade metálica. Mas insiste em que uma política monetarista por si só não resolveria o problema brasileiro. As finanças estavam ligadas à economia, e sem o estímulo à produção econômica não haveria boas finanças. Neste ponto, as metas do futuro presidente iam muito além das de Campos Sales, rígido na sua política de sacrifícios. O mais importante, porém, quanto a este tópico, é que Rodrigues Alves, repetindo ainda conceitos que formulara anteriormente, colocou o “grande problema” do saneamento do Rio de Janeiro como um dos fatores básicos da política econômico-financeira que convinha ao país. Não se tratava, pois, para ele, de economizar, mas de gastar dinheiro em pontos estratégicos do desenvolvimento nacional. Veremos adiante que, no manifesto inaugural do seu governo, Rodrigues Alves deu maior ênfase e energia a essa idéia de que a saúde pública estava diretamente ligada ao êxito da administração geral. Presidente da Província e presidente do Estado, o chefe paulista se havia preparado maduramente, nesse capítulo, para ser presidente da República.

Em fevereiro de 1901, Rodrigues Alves renunciara ao governo de São Paulo, passando-o ao vice-presidente, Domingos Correia de Moraes, que assumiu no dia 13 daquele mês. O candidato à chefia da nação liberava-se dos encargos estaduais para poder acompanhar as medidas políticas preparatórias da sua eleição à presidência da República. Ao deixar São Paulo, legou uma situação promissora. As finanças apresentavam, em 1901, balanço positivo no orçamento. O domínio político do PRP era esmagador. A dissidência chefiada por Prudente se esboroara, tal como acontecera em Minas Gerais, onde anteriormente (1897) havia se esboçado também uma cisão interna do PRM, movida pelas mesmas razões de combate à oligarquia partidária, cisão em que tomaram parte homens ilustres como Mendes Pimentel, Pandiá Calógeras, Sabino Barroso e Olegário Maciel.

Nos dois grandes Estados, dominadores da Primeira República, logo patenteou-se que fora do oficialismo não havia salvação.

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

A eleição de 1^o de março de 1902, como era de rigor naquele tempo, não fez senão oficializar a decisão tomada pelas cúpulas políticas. Talvez nem se possa chamar de decisão aquela concordância, pois a simpatia dos republicanos históricos ia antes para velhos companheiros, como o paranaense Ubaldino do Amaral, político hoje esquecido, mas que dispôs de enorme prestígio no início da República. Na verdade, a decisão foi de um homem: Campos Sales. A ele, mais que a qualquer outro, coube a responsabilidade e a glória da entrada no Catete do seu sucessor.

Rodrigues Alves foi eleito com 592.039 votos, enquanto Afonso Pena, seu sucessor, só conseguiu 288.285. Rodrigues Alves foi o presidente mais votado até a eleição de Washington Luís, em 1926, que não chegou a superá-lo por 100.000 votos.

Vindo como criatura de Campos Sales, o presidente eleito herdava o seu pesado espólio de ódios. O governo do campineiro havia sido duro, inflexível nas resistências e nas restrições. Por isso mesmo, os interesses contrariados, as ambições frustradas, os ressentimentos sopitados vinham à tona da imprensa e do Congresso, numa efervescência

de queixas e de insultos. A honra pessoal do presidente se via atassalhada pelos mais exaltados, em agressões às vezes ignóbeis e de tremenda injustiça. Na verdade, poucos homens públicos no Brasil terão sido tão injustamente tratados como o presidente Campos Sales, nos últimos tempos do seu governo.

Rodrigues Alves, já o dissemos, herdava essas prevenções. Mediocrementemente experimentado no cenário federal (não se destacara no Legislativo e a pasta da Fazenda era demasiado especializada para atrair a curiosidade popular) apresentava-se como um político dependente, sem personalidade, submisso aos chefes Campos Sales, Glicério e Bernardino de Campos. Além disso, não se sabe bem por que, espalhara-se a fama de que ele era um velhote mandrião: um preguiçoso que passava dormindo a maior parte do tempo. O boato, que o perseguiu durante toda a primeira fase do governo, era geral. Caricaturas, artigos, poesias satíricas, tudo era pretexto para exibi-lo ao país, em camisolão, barrete noturno e aos bocejos. Fama antiga, derivada talvez da sua vida discreta de viúvo com filhas moças, homem da casa e do aconchego, avesso às noitadas boêmias em que se compraziam tantos contemporâneos ilustres.

Quando ministro de Prudente, já morador na Rua Senador Vergueiro, Rodrigues Alves chegava certa manhã da praia do Flamengo, onde tomava banhos de mar como remédio (à moda do tempo) e encontrou no portão duas velhinhas. Uma dizia à outra que ali naquela casa “morava um homem importante que passava o dia dormindo”.¹³

Não se pode, pois, dizer que o ambiente em que o novo presidente subia ao poder fosse agradável. Sabia-se que era homem sério e competente, mas a opinião popular o considerava fraco, indeciso, preguiçoso. Um conselheiro do Império, pouco disposto a enfrentar as urgentes necessidades republicanas. Essa opinião generalizada só se foi dissipando com o tempo, pela evidência da sua energia criadora, pelos atos de coragem que praticou, pela dureza da sua vontade e, afinal, pela aceitação, também universal, ao fim do seu governo, de que ele fora o coordenador geral do próprio êxito. Os aplausos extraordinários que lhe

13 Fato narrado por uma filha de Rodrigues Alves.

coroaram a partida, no fim do quadriênio, demonstraram, afinal, a convicção do povo brasileiro de que, naquela escola de grandes homens, o chefe, sem se impor a nenhum, por nenhum, nem mesmo pelos maiores – um Rio Branco, um Passos, um Osvaldo Cruz – se deixou sobrepujar. Porque, sem ele, os outros não seriam o que foram.

.....

Capítulo Segundo

Presidente eleito – Afonso Pena sucede a Silviano Brandão – A formação do ministério.

PRESIDENTE ELEITO

Dois meses e dias depois de eleito, a 10 de maio, Rodrigues Alves recebeu, em São Paulo, um banquete oferecido pelos seus correligionários do PRP.

Ele havia renunciado ao governo do Estado, que passara ao substituto legal, e recolhera-se a Guaratinguetá, com o propósito de não diminuir em nada o prestígio e a força do governo nacional expirante. Sua presença no Rio, ou mesmo em São Paulo, determinaria visitas de próceres, intrigas de imprensa, pretensões pessoais e outros inconvenientes que lhe cumpria evitar, para manter, até o fim, a força de Campos Sales. No retiro da velha casa onde contraíra matrimônio, onde lhe nasceram vários filhos, e onde se refugiava nos intervalos breves de uma carreira ascensional, que agora chegava ao cume, Rodrigues Alves devia demorar-se recordando o passado, encarando com apreensão os problemas que o futuro lhe propunha, e meditando na formação do governo.

Suas viagens a São Paulo e Rio eram curtas; sempre com objetivo determinado.

No discurso em agradecimento da homenagem dos amigos, discurso de que já nos ocupamos, o presidente eleito, além da crítica à dissidência, fez algumas reflexões pessoais indicativas do seu estado

de espírito, naqueles dias de recolhimento. Seu tom não parecia prazenteiro, embora fosse firme. Começava dizendo aos amigos que “não fora a certeza da sua solidariedade nos bons como nos maus momentos e ninguém poderia suportar com ânimo forte as agitações da vida política”.

Deixando São Paulo pelo país, preocupava-se com a defesa do seu governo, e dela incumbia os correligionários. Revelava decepção e mágoa pela hostilidade de antigos companheiros e declarava, de público, “ao Estado onde nascera, onde residia, onde tinha família e interesses e a quem devia as posições que tinha ocupado no país, que não provocara a cisão do Partido Republicano e procurara evitá-la, quanto lhe fora possível, por todos os meios ao seu alcance”.

Este não era o discurso de um homem otimista e alegre, partindo de alma leve para o comando da nação. Ao contrário, soava como o eco de sofrimentos curtidos em silêncio; aparecia como a exibição de cicatrizes morais, abertas pelos golpes da injustiça. Mas logo a fibra do estadista se recupera, e o tom do velho lutador aparece no seu timbre forte:

“Não a provoquei, repito, mas se tenho no espírito todas as tendências para a harmonia e para o conagraçamento, não me arreceio das lutas quando sou a elas impellido, pela conduta de companheiros injustos e imprudentes.”

No decorrer do quadriênio, o Brasil viu, como São Paulo já vira, que isto era a expressão mesma da verdade.

Ao fazer as declarações até certo ponto pessimistas, nas vésperas da posse, Rodrigues Alves já estaria provavelmente informado da marcha de uma conspiração que se urdia, dentro do seu Estado, contra ele. O fato pouco conhecido transparece de documentos do seu arquivo. De 24 de agosto é o telegrama circular que o chefe de Polícia de São Paulo, Cardoso de Almeida, remeteu aos delegados municipais. Eis os seus termos:

“CORREM BOATOS DE TENTATIVA DE MOVIMENTO SEDICIOSO NO ESTADO; RECOMENDO TODA VIGILÂNCIA E PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE EVITAR AÍ QUALQUER PERTURBAÇÃO DA ORDEM, PODENDO ATÉ ARMAR POPULARES CASO SEJA PRECISO. AMIGOS DAÍ DEVEM SE CONGREGAR E REPELIR QUALQUER DESORDEM PLANEJADA PELOS INIMIGOS DAS INSTITUIÇÕES. ACUSANDO ESTE, AGUARDO COM ANSIEDADE NOTÍCIAS.”

Os conspiradores situavam-se entre antigos componentes da dissidência paulista e republicanos históricos, militares, os mesmos que ficaram na oposição durante o governo e provocaram a luta gravíssima de novembro de 1904.

A informação consta de uma carta de Custódio Coelho a Rodrigues Alves, de 25 de setembro. A certa altura escreve o missivista:

“O Dr. Edmundo Barreto contou-me minuciosamente o plano da última conspiração e mostrou-me cartas do Dr. Moacir ao Senador L. [Lauro] Sodré, com referências positivas ao J. [Júlio] Mesquita e C. [Cincinato] Braga [...] Também informou-me que o Senador L. Sodré procurou sondar o General Argolo, sendo repellido.”

Desse episódio abortado, pode-se concluir que as dificuldades políticas que acompanharam o governo Rodrigues Alves, e culminadas na derrota do presidente infligida pela coligação que impôs a candidatura de Afonso Pena, existiam, latentes, desde antes do início do quadriênio.

Nos termos da Constituição, o Congresso Nacional, reunido a 3 de maio, procedeu à apuração da eleição presidencial, sendo Rodrigues Alves reconhecido e conclamado presidente no dia 27 de junho.

Já então presidente eleito, mantém-se a maior parte do tempo em Guaratinguetá.

A 7 de agosto, Campos Sales lhe escreve, falando sobre o futuro governo. O presidente em função manifesta interesse direto por duas das maiores realizações do seu sucessor, o saneamento do Rio de Janeiro e as obras do porto. Sente-se que o campineiro compreendia perfeitamente a importância de tais empreendimentos, que não pudera levar a termo no seu período, pela política de restrições financeiras que se impusera, em vista da recuperação do crédito nacional. Mas este e outros indícios tornam evidente o propósito deliberado de Campos Sales de levar ao poder o homem que pudesse realizar a obra, cujos alicerces invisíveis ele próprio preparara.

As atenções do presidente eleito voltavam-se, naturalmente, para a formação do futuro governo. A tarefa era delicada, pois exigia o equilíbrio da competência dos homens escolhidos, com vista a uma grande administração (quanto a isto Rodrigues Alves não transigia) com a necessidade de atender às preferências dos Estados, sobretudo dos

grandes, sem cujo apoio um presidente não se podia eleger, muito menos governar.

AFONSO PENA SUCEDE A SILVIANO BRANDÃO

A primeira dificuldade foi o provimento do cargo de vice-presidente da República. Silviano Brandão, eleito para o posto a 1^o de março, falecera em Belo Horizonte no dia 20 de setembro, menos de dois meses antes de assumir a função.

Nascido em 1848, no município de Pouso Alegre, no sul de Minas, Silviano Brandão havia sido um dos signatários do manifesto republicano de 1870 e elegera-se deputado, pelo Partido Liberal, na última legislatura do Império. Senador à Constituinte mineira, em 1891, fora secretário do Interior de Afonso Pena e elevado à presidência do Estado em 1892, pela renúncia de Cesário Alvim. Novamente senador estadual, presidiu o Senado mineiro para ser eleito em seguida presidente do Estado durante o período de 1898 a 1902. Ao deixar o governo, em 7 de setembro, foi sucedido por Francisco Sales, como ele vindo dos tempos da propaganda e, como ele, originário do sul de Minas, pois nascera no município de Lavras.¹ As preocupações em torno da vaga de Silviano começaram a se manifestar antes mesmo que ele morresse, quando se tornou público que seu estado de saúde era irreversível. Do retiro de Guaratinguetá, Rodrigues Alves seguia de perto os acontecimentos, ouvindo opiniões, recebendo conselhos, sopesando os diversos dados do problema. Em carta confidencial de 14 de setembro, o governador baiano, Severino Vieira (cuja lucidez e desprendimento eram notáveis) ocupa-se do assunto:

“A questão do momento, com alcance mais imediato no seu governo, é a substituição do nosso inditoso amigo Silviano Brandão, que está infelizmente perdido. Da capital federal tenho recebido algumas cartas de que ressumbram pavores [sic] do espectro do Pinheiro Machado. Não vejo razão para

1 Francisco Sales foi o político de maior prestígio em Minas nos primeiros anos do século. Foi ele que levou João Pinheiro à presidência e que prestigiou jovens como Carlos Peixoto, João Luís Alves, Gastão da Cunha, Calógeras e Melo Franco. (Sales era padrinho de batismo do autor.)

isso. Em minha humilde opinião o sucessor do Silviano deve sair ainda de Minas: Sabino Barroso, Olinto Magalhães ou Afonso Pena. Não sei se por ser mais velho, ou mais conhecido, eu acho este melhor para vice-presidente; e depois o Silviano, quando se tratou da combinação, antepunha ao próprio o nome do Pena.² Mas isto não importa muito: seja o que for mais bem acolhido em Minas, a Bahia apoiará essa candidatura. Terá São Paulo razão para impugnar uma candidatura dessa procedência, desde que o candidato seja digno? Penso que não. Logo está ainda desta vez fechado o triângulo. Pode-se ainda contar com Goiás e Pará, que são dos nossos, e o mais vem por si. O que é preciso é de não ficar quedo. Enquanto não tivermos partidos é de necessidade que o presidente tome a decisão política para não ser subjugado pelas dificuldades que lhe nasceriam da abstenção. Lembre-se dos dois primeiros anos do período do Prudente. Se V. conta, como estou certo que conta, com São Paulo, escreva ao Sales que façam lá por Minas a seleção do candidato, porque nós preferimos candidato mineiro. Sei que o Sales, pelas manifestações que lhe ouvi, mostra-se mais inclinado pelo Pena.”

A solução do caso vice-presidencial não dependia, porém, somente, da escolha do nome mineiro. Os adversários potenciais de Rodrigues Alves, no seio do Congresso, criavam para ele um obstáculo, que era a própria constitucionalidade de uma nova eleição.

Em 1891, alguns meses depois da renúncia de Deodoro, o Congresso, pressionado pelo poder militar, que impunha a permanência de Floriano por todo o quadriênio, entendera que não se deveria proceder a outro pleito para a vice-presidência. Prudente de Moraes se opusera a esta doutrina, escudado no verdadeiro entendimento da Constituição, mas fora vencido pela maioria florianista. O artigo 42 da Constituição de 1891 era taxativo: obrigava à eleição do presidente caso a vaga ocorresse antes de transcorrida a metade do período presidencial. Mas o parágrafo 2^o do artigo 1^o das disposições transitórias, redigido de forma ambígua, dizia que “o presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo

2 Já vimos que foi esta, realmente, a resposta de Silviano a Olinto de Magalhães, emissário de Campos Sales, em 1901.

[eleição pelo Congresso] ocuparão a presidência e a vice-presidência da República durante o primeiro período presidencial”. Não houve eleição para vice-presidente. Agora a situação era, sem dúvida, distinta. A redação do artigo das disposições transitórias, invocado por Floriano, não se aplicava senão ao primeiro quadriênio, e Silviano não havia tomado posse do seu cargo, ao contrário do que ocorrera com o Marechal de Ferro, que se empossara juntamente com o generalíssimo.

Nada disso impedia que a intriga prosperasse no Congresso e na imprensa. Havia quem fizesse o levantamento, na Câmara e no Senado, dos que tinham votado contra a eleição quando da vaga de Deodoro, a fim de ressaltar possíveis contradições. Mas a candidatura de Afonso Pena ia se impondo naturalmente.

Rodrigues Alves enviou cópia da carta de Severino Vieira a Bernardino de Campos, para se aconselhar com ele. A 26 de setembro, o presidente de São Paulo concordava, em resposta escrita, com o governador da Bahia:

“Há algum tempo, falando-me uns e outros sobre a sucessão do Dr. Silviano Brandão, tenho ouvido as opiniões e respondido que não me compete a iniciativa. Tinha a certeza de que V. e o Campos Sales, sobretudo V., cogitariam do caso. Desde então que reflito e cheguei à seguinte conclusão: o nome aceito para a vice-presidência só pode sair de Minas ou da Bahia. Entre a Bahia e Minas é preferível esta, porque, além de já estar de algum modo indicada, por ser de lá o Silviano Brandão, não sofre a competição de outro pretendente à preeminência no Norte, o que, não é da Bahia [sic].³ Isto tudo arrefecerá os atritos possíveis logo ao aproximar-se o seu governo. Posso dizer que, neste assunto ou idéias, entram, além dos Estados lembrados pelo Severino, também Paraná, e Santa Catarina, tanto quanto posso julgar pela sua linguagem e atitude, porque tem muito o estouro geral que seria para eles quase inaceitável. Eu estou de pleno acordo com o Severino. Entre os vários mineiros, tem a preferência o Dr. Afonso Pena. De lá

3 Provavelmente Bernardino pensou escrever “não é o caso da Bahia”.

nem pode ser outro, a não ser o Bias Fortes, salvo se nenhum deles quiser, pois que os outros são ainda muito novos.⁴ O Afonso só poderia ser dispensado no caso de se reservar esse nome para posto de mais responsabilidade no futuro.”

A frase final permite a conjectura de que Bernardino cogitava já do nome de Pena para uma possível presidência da República. Assim se urdiam, prematura e pacificamente, as soluções políticas naqueles tempos.

Os dirigentes estaduais pensavam com objetividade e realismo. No Congresso a situação era diversa. Levados pela atmosfera peculiar às câmaras legislativas, onde a conversa ociosa e mal informada predomina, apareciam contestações. O Senador goiano Leopoldo de Bulhões, que em breve iria ocupar a pasta da Fazenda, foi escolhido por Rodrigues Alves, naqueles dias, como seu principal informante no Senado, sede das conversas.⁵

Por meio de cartas e telegramas, o presidente pedia ao senador, de quem era amigo pessoal, que procedesse à sondagem quanto ao vice-presidente e formação no ministério. O maior empecilho estava em Pinheiro Machado que, no dia 9 de setembro, fez excelente discurso, recordando as posições de 1892 e mostrando que, naquela época, Campos Sales e Rodrigues Alves, então no Congresso, haviam sido declaradamente contra novas eleições.

A 25 de setembro Bulhões escreveu a Rodrigues Alves, transmitindo informações colhidas com Pinheiro Machado. Contara o gaúcho que o paranaense Vicente Machado escrevera a Severino Vieira e Bernardino de Campos, sugerindo para vice-presidente o nome do Senador potiguar Pedro Velho. Aceitando-se isso como verdade, o trabalho era inútil, à vista dos antecedentes relatados. Bulhões conversou também com Campos Sales. Pareceu-lhe que o presidente inclinava-se, no íntimo, por Sabino Barroso, mas, convencido da inelegibilidade deste (artigo 33, § 2º, da lei eleitoral vigente), admitia como preferencial o nome de Afonso

4 Bernardino pensava aqui, talvez, em João Pinheiro.

5 Bulhões, como já ficou dito, havia sido colega de Rodrigues Alves nos parlamentos do Império e da República.



*Afonso Pena, escolhido vice-presidente da República,
em consequência do falecimento de Silvano Brandão.
Foto da revista Kosmos. Coleção Plínio Doyle*

Pena. Severino Vieira continuava a recusar a indicação do seu próprio nome.

Bulhões, a 1^a de outubro, relata:

“Acaba o Vicente Machado de dizer-me ter ouvido do Dr. Campos Sales que não se deve proceder à eleição para preenchimento da vaga. Não tomei a sério a declaração, mas o Vicente insiste em afirmar que é essa a opinião do presidente da República, e que eu lesse o *Diário*⁶ de hoje, em que, de modo categórico, se atribui ao governo a declaração... Estive com o Dr. Campos Sales a 25 ou 26⁷ e, tratando do assunto, ele disse-me o que já lhe comuniquei. O Vicente é muito prevenido contra o Pinheiro, pensa que depois da conferência deste com o presidente da República foi que surgiu a declaração do *Diário*.”

Como se vê, Pinheiro chefiava a intriga. De um lado espalha que Vicente Machado trabalhava por Pedro Velho. De outro faz crer ao mesmo Machado que Campos Sales se opunha à eleição. Não é impossível que o senador gaúcho – como tantas vezes aconteceu – pensasse em si mesmo, para surgir afinal como solução do impasse, que ele próprio tentava suscitar.

O pensamento de Campos Sales é exposto a Rodrigues Alves em cartas de 1^a e 2 de outubro, pelas quais manifesta a opinião de que não se devia proceder à eleição. Na primeira carta escreveu ele:

“Acho bem complicada a questão da eleição do vice-presidente. Há mineiros que recusam formalmente a candidatura do A. Pena, assegurando que ela produzirá séria crise na política mineira, de tal forma que preferem adotar um candidato de outro Estado. Também, aqui, há muitos políticos que repugnam esta candidatura [sic], acrescentando alguns que ela representa idéias opostas às da situação, no que respeita à situação financeira. Alude-se, ainda, com desfavor à gestão do Banco da República, sob a presidência

6 V. adiante carta confirmatória de Campos Sales.

7 A conversa foi a 25, como vimos.

dele. Enfim, vejo complicações por todos os lados. Agora parece tomar a questão um outro aspecto. Um jornal daqui, o *Diário*, que eu nunca leio e que é de gente saída do *Correio da Manhã*, simulou comigo uma entrevista e deu em seguida o parecer e o discurso que fiz no Senado a propósito da legitimidade do governo do Floriano. Deve ou não haver eleição para vice-presidente? Esta é a questão que se levanta. Mando junto o *Diário* que deu tais publicações. Verá que a minha opinião é francamente no sentido negativo. O parecer foi adotado no Senado por 27 votos contra 7. Na Câmara, por essa ocasião, votou-se uma solução idêntica, isto é, a conclusão de um parecer, cópia fiel do parecer do Senado, aceito por 74 votos contra 55. A bancada paulista votou toda, exceto Lopes Chaves, pela conclusão. Formará isto um aresto? Revendo agora a minha opinião, acho-a verdadeira e bem firmada, sob o ponto de vista jurídico. Não posso repudiá-la, nem a repudio. Estou, pois, resolvido a não mandar proceder à eleição e a não praticar ato algum que revele em mim a intenção de modificar as minhas idéias de 1892. É visto, portanto, que não me envolverei na questão das candidaturas. Resta a V. meditar no que lhe compete fazer.”

Embora seu ponto de vista pessoal, exposto com a costumeira franqueza, fosse contra a eleição de novo vice-presidente, Campos Sales opinava junto a Rodrigues Alves sobre a hipótese de decisão contrária ao seu pensamento. No dia 2 de outubro, escreveu:

“Na hipótese de se proceder à eleição do vice-presidente, a questão das candidaturas terá, conforme os precedentes, de ser resolvida pela Convenção, competindo à [sic] esta fazer a indicação embora tirando o candidato de entre os políticos mineiros. Deste modo, será dirimida a dificuldade que a respeito da escolha possa haver em Minas, desaparecendo as complicações da sua política interna. A questão é da União, e não de um Estado. Se V. quiser ver nos anais a discussão do caso do Floriano, que ontem aludi, procure-a nos volumes 1-2 dos mesmos anais de

1892, quer do Senado, quer da Câmara. Aí encontrará subsídios para o seu estudo.”

Mas as coisas se esclareciam. No dia seguinte, 3, mandou Bulhões esta carta:

“Há certa propaganda no sentido de fazer-se opinião sobre o caso-presidencial. Dizem os amigos de certo grupo⁸ que o Congresso já interpretou as disposições constitucionais e andam a tomar nota dos deputados e senadores que votaram a favor de tal interpretação. O Rui, a quem visitei no dia 28 do mês passado, é de opinião que se deve fazer a eleição embora, pela letra da Constituição, se possa sustentar opinião contrária.⁹ No tempo de Floriano receou-se a eleição por causa da agitação provocada pelo golpe de Estado. O Congresso não teve outro intuito, votando o projeto, que hoje desentranham dos papéis velhos, senão evitar uma conflagração.”

Rodrigues Alves divergiu de Campos Sales na questão e, a nosso ver, ele é que estava certo. No dia 5 de outubro respondeu às duas cartas do presidente nestes termos:

“O pronunciamento do Congresso em 1892 foi provocado pelas gravíssimas circunstâncias políticas do momento e não pode, a meu ver, constituir aresto. O período presidencial não começou ainda, não sendo lícito antes da posse cogitar-se de vagas ou de impedimentos, nem se poderá a 15 de novembro ter completamente constituído o governo para o quadriênio sem o vice-presidente que, além de suas funções como Executivo e nas hipóteses da lei, tem de ser o presidente do Senado, ameaçado de ficar sem o seu diretor constitucional, por um quadriênio inteiro. Respeitando muito os seus escrúpulos,

8 Alusão velada a Pinheiro Machado.

9 Em 1892, Rui Barbosa opinou igualmente em favor das eleições. Quanto à possibilidade de se poder “sustentar opinião contrária”, deve ser engano de Bulhões. No caso, isso era impossível.

penso, entretanto, que ainda quando o voto de 1892 pudesse constituir aresto não teria aplicação no caso atual, por tratar-se de um período de governo que vai começar. A 15 de novembro o governo não estará integralmente constituído, por faltar-lhe o vice-presidente.”

Juridicamente, Rodrigues Alves estava certo. Politicamente seria uma imprudência deixar o Senado, durante o quadriênio, sob a presidência de Pinheiro Machado. Ele não disse isto mas deveria estar pensando na hipótese. Assim, se Campos Sales não queria fazer a eleição do vice-presidente, ele a faria. E foi o que ocorreu.

Rodrigues Alves não podia deixar de preferir o nome de Afonso Pena, seu colega de Faculdade e amigo de juventude; como ele, conselheiro do Império e adesista à República. Aquilo que Pinheiro Machado mais devia temer, uma chapa de conselheiros era, provavelmente, o que mais sorria ao presidente. Seguindo a opinião de Severino Vieira, ele deve ter escrito a Francisco Sales sugerindo o nome de Pena logo em fins de setembro ou princípios de outubro, porque de 5 daquele mês é a resposta do presidente de Minas, em telegrama expedido para Guaratinguetá:

“RECEBI CARTA QUE RESPONDEREI SEM DEMORA
PODENDO ASSEGURAR V. EX^a COMPLETA HARMONIA
POLÍTICA MINAS. SAUDAÇÕES.”

Que Rodrigues Alves tinha assentado o nome de Pena antes de consultar Francisco Sales é prova este trecho da carta de Bulhões, datada de 1^a de outubro:

“Recebi a sua de 29 do mês findo. O candidato a vice-presidente é digno do cargo e está na altura de presidir o Senado, impondo-se a todos pela respeitabilidade de seu caráter. Com a melhor vontade trabalharei para que triunfe sem provocar ressentimentos e despeitos.”

Afinal, Afonso Pena foi indicado em “convenção republicana” (de congressistas delegados dos Estados) reunida no Senado Federal a 12 de dezembro, quase um mês depois de empossado o novo governo.

Eleito a 18 de fevereiro de 1903, Pena empossou-se na vice-presidência a 23 de junho do mesmo ano. Recebera 652,247 votos, a maioria de “bico-de-pena”, segundo os jornais da oposição.¹⁰

A FORMAÇÃO DO MINISTÉRIO

Acompanharemos agora a formação do ministério. Já vimos a delicadeza do trabalho que isso representava, devendo-se adicionar aos fatores acima indicados mais um: a gravidade da situação política naquele crepúsculo do governo de Campos Sales.

O talentoso e eloqüente, mas algo desequilibrado Deputado sergipano Fausto Cardoso – morto tragicamente antes de findo o mandato de Rodrigues Alves – apresentou à Câmara Federal, depois da eleição deste, a 9 de junho, uma indicação que caiu como uma bomba sobre a imprensa e a opinião. Fausto Cardoso (que, romanticamente, deu nome a uma rosa vermelha) queria nada menos que um governo convencional transitório e, em seguida, a eleição de um ditador pelo Congresso transformado em Convenção. Na imaginação túrgida e descontrolada do sergipano, deviam perpassar imagens dramáticas da Revolução Francesa. Segundo sua proposta, logo retalhada pela pena dos articulistas e pelo lápis dos caricaturistas, a Constituição deveria ser revogada, as corrupções sindicadas e punidas por comissões especiais, os bancos estrangeiros fechados, o café e a borracha tornados monopólios públicos, além de outras medidas de iguais teor e possibilidades.

Por mais fantasista que fosse a indicação, não deixava ela de exprimir a agitação reinante no Rio e em outras capitais politizadas. Eram nessas condições que se devia processar a organização do futuro governo.

10 Rodrigues Alves procurou dar solenidade à posse de Afonso Pena. Fê-lo conduzir, em carro da presidência, do Hotel dos Estrangeiros ao Senado, acompanhado do chefe de sua Casa Militar. No Senado havia um Batalhão da Guarda de Honra, ministros de Estado e corpo diplomático. Na volta ao hotel, Pena entrou no Catete para visitar Rodrigues Alves, sendo recebido com guarda de honra e cerimônias de estilo.



O ministério de Rodrigues Alves só foi revelado à última hora. Era uma caixa de surpresas... O Malho. Coleção Álvaro Cotrim

Rodrigues Alves fechava-se em Guaratinguetá, consultando um ou outro elemento de confiança, debaixo da maior reserva, tomando a iniciativa de sondar esse ou aquele nome, enquanto os boatos fervilhavam.

O seu primeiro convite, feito com grande antecedência e com sua absoluta responsabilidade, foi endereçado a Rio Branco, como veremos adiante. Mas, se esta lembrança foi aceita com entusiasmo por todos, as outras pastas não tinham destinatário certo. Seu observador preferido, Bulhões, enviava-lhe a 25 de setembro o resultado das sondagens a que procedera.

Para a Guerra, falava-se nos Generais Bernardo Vasques (que ocupara a pasta com Prudente) e Silvestre Travassos, depois inimigo do governo e morto em consequência da revolução de 14 de novembro. Para a Marinha, os nomes cogitados eram os dos Almirantes Júlio de Noronha (de fato escolhido), Pinheiro Guedes, Elisiário Barbosa e Huet Bacelar. Para o Interior e Justiça, os boatos favoreciam um paulista como o Professor João Monteiro, o Senador estadual Frederico Abranches e o Deputado Dino Bueno, ou então o Conselheiro Barradas, considerado “o Rui maranhense”. No dia 28 já pareciam assentadas as preferências por Júlio de Noronha, para a Marinha. Havia restrições ao General Vasques, no seio do Exército, notando-se preferências pelo General Mallet. Havia também apoio ao General Travassos, que Bulhões curiosamente considera “disciplinado e disciplinador”. Quintino Bocaiúva parecia preferir Vasques, a crer-se em declaração do seu genro, o futuro Ministro do Supremo Tribunal Godofredo Cunha. Para a Viação, falava-se no talentoso Francisco Sá. Rodrigues Alves se informava, refletia, e ia decidindo por si mesmo.

Seu primeiro convite foi, já o dissemos, a Rio Branco. A história da entrada do Barão no Itamarati tem sido contada mais de uma vez nos estudos e biografias sobre ele publicadas. Mas, considerada a importância da sua gestão na chefia da política externa, a qual é reconhecida sem discrepância no Brasil, como em toda a América Latina, e tendo-se em vista o prestígio quase lendário do Barão como homem público – sem dúvida o estadista civil mais respeitado entre nós, inclusive nos meios militares – será sempre mais uma contribuição o fornecimento de dados, alguns dos quais vêm desvendar facetas menos conhecidas da curiosa personalidade de José Maria da Silva Paranhos Jr. Outro aspecto do

episódio justifica o seu tratamento extensivo. É que, no jogo de negações e sutilezas que precederam à vinda de Rio Branco, ressaltam igualmente aspectos marcantes da psicologia de Rodrigues Alves.

Os boatos sobre a escolha do Barão desde cedo apareceram nos jornais.

No dia 2 de julho, Campos Sales escreveu a Rodrigues Alves, sempre em Guaratinguetá, a seguinte carta, “confidencial”¹¹:

“Rodrigues Alves,

A *Gazeta de Notícias* de hoje diz que o Rio Branco, convidado, aceitou a pasta do Exterior no seu próximo governo. A *Gazeta*, segundo declaração particular, julga-se informada de boa fonte.

Se é verdadeiro o fato, felicito-o por isso, convencido como estou de que é uma excelente escolha. Mas o que agora desejo é que V. me informe se está isso definitivamente assentado, não por simples curiosidade, mas porque, estando planejado um movimento diplomático, ser-me-ia de grande vantagem conhecer o que há com relação ao Rio Branco.¹² Isso traria certas facilidades. Escusado é dizer que a sua informação só será conhecida por mim. Descanse e prepare-se.

Amigo afetuoso

Campos Sales.”

Rodrigues Alves deve ter percebido que o presidente estranhara não ter sido informado, antes da imprensa, de tão importante decisão. Daí o teor da resposta datada de 5, na qual ele pede ao amigo que se associe à sua iniciativa:

“A notícia da *Gazeta* não tem fundamento. Nem direta nem indiretamente convidei o Rio Branco para a pasta do Exterior, no próximo governo. Parecia-me inoportuno fazê-lo antes do reconhecimento. Apenas ao Bernardino, que aqui es-

11 A carta manuscrita, como quase todos os papéis do tempo, contém na página deixada em branco o rascunho da resposta de Rodrigues Alves, que adiante transcreveremos.

12 Veremos adiante que Campos Sales queria enviar o Barão para Roma.

teve, perguntei que fundamento havia na notícia de que pretendia ele vir para o Brasil e não obtive informação alguma. A insistência com que os jornais têm se referido ao nome desse diplomata pode significar que não se negará em auxiliar-me no governo naquele cargo, se for consultado a respeito, e eu desejo que V. faça a consulta em meu nome.

As questões internacionais têm assumido entre nós certa importância e vão se prestando freqüentemente às explorações dos descontentes.¹³ O nome do Rio Branco tem bastante autoridade para fazer calar, ou, pelo menos, enfraquecer esse clamor, e o diplomata bastante competência para estudar os negócios, propondo as melhores soluções.

Recordo-me que V. o ano passado falou-me em outro nome.¹⁴ Parece-me que o Rio Branco servir-me-á melhor, pelo prestígio do nome e serviços prestados ao país.

V. tem aí facilidades para ouvi-lo com todas as cautelas e eu desejo e peço que o faça ou, se achar esse caminho inconveniente, o que não me parece, que me sugira o que achar melhor.”

No dia 10, Campos Sales dá conta do que fizera:

“Rodrigues Alves,

Em vista do que me disse na sua carta de 5 do corrente, transmiti ao Rio Branco, com data de 6, o seguinte telegrama reservado:

‘RODRIGUES ALVES DESEJA CONFIAR-LHE PASTA EXTERIOR E ENCARREGOU-ME CONSULTÁ-LO, ESPERANDO

13 Naquele ano, Campos Sales estava sendo duramente atacado pela imprensa oposicionista a propósito das pretensões dos Estados Unidos (Theodore Roosevelt) contra o Acre, e da Alemanha (Guilherme II) em relação a Santa Catarina. Artigos e caricaturas repetiam-se a respeito desses assuntos, na imprensa carioca.

14 É possível que fosse o de Joaquim Nabuco. Campos Sales, desde sua viagem à Europa, como presidente eleito (na qual fora lendo o recém-aparecido *Um estadista do Império*), entusiasmara-se por Nabuco, a quem incumbira da missão da Guiana.

DE SEU PATRIOTISMO NÃO RECUSARÁ. SÃO ESSES TAMBÉM MEUS VOTOS.'

A 7 recebi de Berlim o seguinte telegrama:

'ASSEGURO A VOSSAS EXCELÊNCIAS MEUS BONS DESEJOS DE LHES SER AGRADÁVEL. ROGO ME PERMITIREM RESPONDER CORREIO: CARTAS CHEGARÃO A 28. RIO BRANCO.'

Tenho como satisfatória esta resposta e, nesse pressuposto, felicito-o pela colaboração de um brasileiro, cujo nome dará lustre ao seu governo. Convém, entretanto, guardar absoluta reserva até que chegue a esperada solução."

A carta prometida pelo Barão não chegou a 28 de julho, porque só foi escrita no dia 18. É este o seu texto:¹⁵

"Berlim, 18 de julho de 1902

Kurfürstendamm nº 10 – W. 50.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.

No dia 7 do corrente recebi, em telegrama do Sr. Presidente Campos Sales, o convite com que V. Ex.^a me honrou.

São tantas as considerações a que devo atender, que ainda por esta mala não posso escrever detidamente a V. Ex.^a, como desejava. Hei de fazê-lo impreterivelmente pela seguinte, que chega ao Rio no dia 11 de agosto, e limito-me agora a remeter a V. Ex.^a uma cifra e algumas palavras convencionais, para que o desejável segredo seja mantido na correspondência telegráfica que possamos ter.

Agradeço muito a V. Ex.^a a confiança com que me honra e asseguro-lhe, de novo, que tenho o melhor desejo de corresponder a ela. Preciso, porém, ver se praticamente é possível realizar em tão pouco tempo mudança para tão longe.

De V. Ex.^a admirador e muito atento e agradecido criado
Rio Branco."¹⁶

15 Vai copiado do original manuscrito. O mesmo foi feito com os demais documentos firmados pelo Barão.

A cifra anunciada acompanhava a carta. Rio Branco a tinha preparado cuidadosamente, caprichando na caligrafia, em uma página de papel almaço.

O código da cifra era simples. Em uma coluna figuravam as letras do alfabeto, em maiúsculas, e em mais quatro colunas sucessivas e numeradas de 1 a 4 vinham, em minúsculas, as quatro versões que cada letra devia tomar.

Por exemplo: *A* seria *g* na primeira letra da palavra, *f* na segunda, *s* na terceira e *p* na quarta. A cada letra maiúscula correspondiam assim quatro minúsculas, conforme a ordem em que figurassem na palavra cifrada. Cada palavra usada, segundo este código, seria decifrada de quatro em quatro letras.

Em outra página, Rio Branco propôs duas palavras convencionais para ele e quatro para Rodrigues Alves.

Ei-las, com os respectivos significados:

“A) De Rio Branco para o Ex.^{mo} Sr. Dr. Rodrigues Alves, presidente eleito.

Bradley. – Aceitarei o posto em que V. Ex^a me quer colocar se entender que não me deve dispensar. Peço permissão para partir em... (indicarei o mês de novembro ou dezembro conforme o trabalho que me der a mudança).

Brasidas. – Sinto muito que negócios de família e o presente estado de minha saúde me não permitam aceitar agora a grande honra que V. Ex^a desejava conferir-me. Em maio próximo espero poder ir apresentar pessoalmente os meus respeitos e agradecimentos a V. Ex^a.

B) Para as respostas do Ex.^{mo} Sr. Dr. Rodrigues Alves a Rio Branco:

Galileu. – Continuo a desejar que aceite a pasta do Exterior.

Goethe. – Pode partir meado novembro, para chegar princípio de dezembro.

16 Como é sabido, o Barão assinava-se Rio-Branco (com hífen). Não adotamos a grafia, que nunca se vulgarizou.

Grutli: – Pode partir dezembro para chegar meado ou fim mês.

Horácio: – Fico ciente de que motivos de saúde e outros o impedem de aceitar agora a minha oferta.”

Mais abaixo o Barão acrescentava ainda estas instruções:

“Para que haja maior segredo e não se saiba a quem V. Ex^a se dirige, peço-lhe que dirija assim os seus telegramas: Ombou-Londres.

Sem pôr o meu nome. De Londres os telegramas me serão transmitidos para aqui.

Berlim, 17 de julho de 1902.”

Residindo havia tantos anos fora do Brasil e tendo exercido as duas grandes embaixadas das Missões e do Amapá, ambas tão cheias de sutilezas e complicações, Rio Branco integrara-se completamente nos hábitos da diplomacia européia de então, sempre envolta nos véus dos segredos. Um dos dois irmãos Cambon, diplomatas típicos da *belle époque*, lastimou, em livro de recordações, o fim daquelas negociações e tratativas por detrás dos reposteiros, e lamentou (na década de 1930-1940) os novos processos brutalmente publicitários da diplomacia mundial.

Rio Branco foi um dos grandes diplomatas de formação européia da escola anterior à Primeira Guerra Mundial, escola que ainda conservava muitos hábitos da Europa monárquica, de que Talleyrand é o clássico modelo.

Convém não esquecer que, quando se entabulava essa correspondência, havia um quarto de século que Rio Branco residia na Europa. Tornara-se verdadeiramente um europeu, que do Brasil conservava somente honradas e enternecidas lembranças, resumidas na sua conhecida divisa – *Ubique patriae memor*.

O dístico correspondia, no fundo, a um programa: em qualquer lugar, lembrar a pátria.

Além das razões de natureza estritamente pessoal, outras havia que intensificavam a hesitação de Paranhos. Receava a desordem política republicana, o desabrimento da imprensa (de que a gloriosa ausência o protegera) e, no Itamarati, a influência do Visconde de Cabo

Frio e a posição errada do governo Campos Sales na questão do Acre, a mais importante do momento.

Rodrigues Alves, habituado aos jogos mutáveis da política interna, em que era mestre, não deixaria talvez de achar excessivos (quem sabe se meio pueris) aqueles cuidados do seu antigo condiscípulo do Colégio Pedro II.

Mas não hesitou em prestar-se a eles de bom grado, tão ardentemente desejava a colaboração, no seu governo, do homem já então considerado o mais glorioso do Brasil.

A 25 de julho, Rio Branco escreveu ao presidente eleito esta segunda carta:

“Os cumprimentos que devo a V. Ex^a pela sua eleição à primeira magistratura da República chegam depois de muitos milhares de outros que V. Ex^a terá recebido, mas espero que, por tardios, os não considere menos sinceros nem menos cordiais os votos que tenho feito e farei pela felicidade e glória do seu governo.

Sem ter a honra de conhecer pessoalmente a V. Ex^a, conheço-o de muitos anos pelas relações elogiosas de amigos comuns, alguns deles seus condiscípulos de colégio,¹⁷ e, como todos os brasileiros, conheço-o pela sua dedicação à causa pública e pelos provados méritos de estadista que o elevam agora, com aplauso geral, ao difícil posto que V. Ex^a vai ocupar. Apreciei, portanto, em todo o seu valor a honra que me faz, desejando confiar-me, na sua administração, o Ministério das Relações Exteriores, repartição que aprendi a amar desde menino e que durante anos vi funcionar, para assim dizer, em casa de meu pai. Teria não só muita honra, mas também sumo prazer em servir de perto sob as ordens de V. Ex^a. Devo, porém, confessar-lhe com grande pesar, que me não julgo com forças suficientes para ser, nessa posição e na quadra atual, o auxiliar útil que V. Ex^a deseja. Sinto-me alquebrado, mal de saúde, e

17 Já recordamos que o Barão fora contemporâneo de Rodrigues Alves no Colégio Pedro II.

não tenho podido cuidar de a fortalecer, porque tanto os trabalhos e inquietações de espírito destes últimos anos como as remoções precipitadas e conseqüentes desordens me não têm deixado tempo para isso. De meu pai disse¹⁸ Joaquim Nabuco que não serviria para épocas de revolução ou de agitação. De mim se pode dizer isso, com mais razão ainda. Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo deixado, então, o Brasil, com o propósito de me não envolver, mesmo em tempos relativamente calmos como eram aqueles, nas questões da nossa política interna. Hoje, e como então, penso poder ser mais útil à nossa terra servindo-a no estrangeiro e utilizando, sobretudo agora que poderia ter algum descanso, os materiais que fui reunindo desde a minha mocidade, com o desejo de publicar certos trabalhos históricos. Indo agora para o Brasil, teria que renunciar por alguns anos – e não posso contar com muitos – a esses meus queridos projetos, e iria viver no meio de uma agitação que não estou habituado a ver de perto. Bem sei que a pasta das Relações Exteriores não é, ou não deve ser, pasta de política interna; mas é sempre difícil para quem a desempenha, entre nós, destacar-se inteiramente das questões interiores.

Depois de tão longa vida de retraimento, fechado com os meus livros, mapas e papéis velhos, receio mostrar-me desajeitado na vida inteiramente diversa que deveria ter na posição de ministro de Estado. Devo ainda ponderar que os encargos de família que pesam sobre mim são grandes; que acabo apenas de me instalar aqui com muito dispêndio e de pôr em alguma ordem o meu arquivo e biblioteca depois de tantas peregrinações. Esta nova mudança de tão pesada e complicada bagagem, parte da qual deve ficar aqui e outra seguir para o Brasil, seria para mim um verdadeiro desastre financeiro.

Eu faria, entretanto, com prazer o sacrificio se pudesse ter a esperança de, no Ministério, prestar bons serviços a V. Ex^a e ao país, mas não tenho essa esperança, pelas razões apontadas e por-

18 Rio Branco escreveu “dice”.

que as continuadas reduções de pessoal no serviço tão importante das nossas Relações Exteriores o têm prejudicado grandemente.

Sou, assim, obrigado a pedir a V. Ex^a que me dispense de ocupar o alto cargo em que deseja colocar-me e que, estou persuadido, eu não poderia desempenhar como entendo que deve ser desempenhado. Confirmarei esse pedido pelo telégrafo no dia 15 de agosto, empregando a palavra convencional – *curius*. Não é como V. Ex^a vê, uma recusa: é um pedido de dispensa. Se V. Ex^a não julgar atendíveis as considerações que faço e entender, depois do meu telegrama, que deve manter o seu convite, peço-lhe que me autorize a partir em fins de outubro ou nos primeiros dias de novembro. Na incerteza sobre qual seja a sua resposta, começo desde já a pôr em ordem o arquivo da missão especial em Berna, que ainda não remeti, e a cumprir os últimos deveres que me incumbem por essa missão. Insistindo V. Ex^a em que eu vá para o seu gabinete, tratarei de preparar-me para a viagem com a possível brevidade.

Peço licença para dizer a V. Ex^a que, em minha humilde opinião, o homem que melhor estaria à frente do Ministério das Relações Exteriores, sobretudo no momento atual, seria o Dr. Joaquim Nabuco. Não só possui todas as habilitações para o cargo, mas também qualidades brilhantes que não possuo, e que o tornariam um auxiliar precioso para a solução que possa ter a desagradável questão do Acre. A primeira Memória que ele está escrevendo para o árbitro, na questão da Guiana, ficará terminada brevemente. No Rio, ocupando o cargo de ministro, ele poderia escrever e mandar para Roma a Réplica e a Dúplica.

Se V. Ex^a me quizer autorizar a convidá-lo em seu nome, peço-lhe que me telegrafe esta simples palavra – *Corot*. Se ele não pudesse aceitar, eu ficaria de novo à disposição de V. Ex^a.

V. Ex^a pode telegrafar para aqui, dirigindo assim o telegrama: *Riobranco – Berlim*.

Ou para Londres, com este endereço que vou fazer registrar, para que de lá me envie logo o telégrafo as suas comunicações: *Ombou-Londres*.

Empregando as palavras convencionais ou a cifra que lhe mandei com a minha primeira carta, ou também a palavra *Corot* agora indicada, não precisa V. Ex^a assinar o telegrama. Saberei que é seu, e no Brasil não saberão a quem V. Ex^a telegrafa.

Esperando que V. Ex^a desculpe os meus escrúpulos e me mande as suas ordens, subscrevo-me com a mais alta consideração e vivo reconhecimento.

De V. Ex^a o admirador e muito atento e obediente criado
Rio Branco.”

No dia 1^o de agosto o Barão enviou esta nova missiva, que parecia mais próxima da aceitação, embora muito condicionada:

“A carta que tive a honra de escrever a V. Ex^a no dia 18 de julho deve chegar às suas mãos por estes quatro ou cinco dias, mas a de 25, em que respondi ao convite com que fui honrado, só poderá ser entregue em São Paulo ao mesmo tempo em que esta, a 19 de agosto. Pelo atraso de dois minutos perdeu a mala suplementar que ia alcançar em Lisboa o paquete francês.

Confirmo em todas as suas partes essa segunda carta e aguardo a decisão de V. Ex^a pelo telégrafo.

Se entender que é indispensável isso que para mim seria enorme sacrifício e que não será para outros, eu me disporei a partir, pedindo-lhe porém que me conceda o prazo mais largo possível, a fim de que possa fazer sem grande atropelo os arranjos necessários para desmontar a casa e acomodar o que devo deixar aqui ou levar comigo.

Continuo cada vez mais firme na crença de que o melhor auxiliar que V. Ex^a poderia ter na pasta das Relações Exteriores seria o Dr. Joaquim Nabuco. Ele poderia, como já lembrei, escrever no Rio as duas memórias complementares sobre a nossa questão com a Guiana Inglesa e V. Ex^a poderia mandar-me para Roma em missão permanente e especial, a fim de entregar esses trabalhos, dar as informações verbais e complementares que o árbitro possa pedir e acompanhar assim o processo.

Devo acrescentar que, em dezembro de 1900, depois da decisão da nossa pendência com a França, o Dr. Nabuco

desejou passar-me a defesa da causa que lhe estava confiada e de que eu havia desempenhado antes, escrevendo, entre outros trabalhos, uma memória que foi apresentada ao governo inglês pela nossa legação em Londres. Ele fez-me em carta esta proposta, mas era tal a necessidade que eu sentia de repouso e tratamento sério de minha saúde que lhe declarei formalmente não poder aceitar terceira missão da mesma natureza. Agora, para evitar o grande transtorno e enorme prejuízo que eu teria indo para tão longe ocupar posição em que, prevejo, teria que lutar com dificuldades superiores às minhas forças e boa vontade, eu aceitaria com prazer esse encargo, relativamente menor e fácil, ficando aliviado do trabalho, que está fazendo e continua a fazer, o Dr. Nabuco, e sem lhe tirar de modo algum a honra e o mérito da defesa da causa. Eu ficaria sendo apenas, no teatro dos acontecimentos, um auxiliar e mandatário dele, e poderia até, a chamado do governo, ir para o ano passar uns meses no Rio, a fim de receber instruções e ajudar no que pudesse com o meu parecer a V. Ex^a e ao ministro das Relações Exteriores na reforma que se impõe para que os diferentes ramos dessa importante repartição possam funcionar bem, quando desaparecer o atual, competentíssimo e benemérito diretor-geral da Secretaria.¹⁹

Eu muito estimaria que a V. Ex^a pudesse agradecer a combinação que tomei a liberdade de sugerir. Naturalmente não consultei sobre ela o Dr. Nabuco, porém eu não poderia fazer sem autorização de V. Ex^a. Creio, porém, que se for autorizado para fazer-lhe o convite, ele o aceitará. O Dr. Joaquim Nabuco é, quanto a mim, o homem mais completo que o Brasil possui para a pasta das Relações Exteriores, pela preparação especial de que tem dado tantas e tão belas provas em atos e escritos notáveis, pelo tato do diplomata e pelas qualidades brilhantes que possui e também pela coragem de reformador.

19 Visconde de Cabo Frio. Rio Branco respeitava-o mas não o estimava: de certa forma o temia. Logo que pôde afastou-o das funções.

Agradecendo as ordens de V. Ex^a., tenho a honra de lhe reiterar os protestos de minha dedicação e os de elevada estima e reconhecimento com que sou de V. Ex^a admirador e obrigado criado
Rio Branco.”

Esta carta confirma a relutância do Barão em vir para o seu país. Casado com francesa, tendo os filhos nascidos na Europa, o Brasil era para ele um amor e uma devoção a distância. Era o país de “lá longe” (*de là-bas*) cuja história ele conhecia como poucos, cujos interesses ele defendia como ninguém, mas era a terra do calor, da febre amarela, da mulatada republicana. No fundo, o Barão tinha aquele mesmo horror de voltar à pátria que tem fixado tantos diplomatas nossos no estrangeiro, depois de aposentados.²⁰

Mas o Barão sentia a grande obra que poderia realizar no Itamarati. Por isso se embaraçava na decisão. No fundo, Rio Branco não sabia o que queria, ao passo que Rodrigues Alves, mais experiente dos homens e da política, sabia-o muito bem. Qualquer outro talvez se inclinasse às instâncias das cartas acima transcritas e se dirigiria a Nabuco. Mas Rodrigues Alves deve ter pressentido, por detrás dos véus de dúvidas, a pequena luz da certeza. O Barão, no fundo, aspirava ao posto mas não queria reconhecê-lo (é uma inclinação natural dos homens públicos aspirarem aos postos exercidos pelos pais, de quem foram amigos). O presidente devia manter-se insistente e confiante. E foi o que ele fez, com louvável humildade.

Sem esperar que o destinatário recebesse a carta do dia 1^o, Rio Branco, tomado de súbito desânimo, escreveu outra a Rodrigues Alves, no dia 7 de agosto:

20 Possuímos a este respeito um documento curioso. Em 1934 o então Chanceler Melo Franco escreveu ao presidente Getúlio Vargas pedindo que mantivesse na Europa Raul do Rio Branco, filho do Barão, aposentado como nosso representante em Berna. Raul que, como o pai, era casado com francesa (senhora que nunca veio ao Brasil), escrevera a Melo Franco, alegando, como fizera o pai, motivos de saúde para não voltar à pátria. De fato, morreu na Europa. Raul, nascido na França, era um francês, até na maneira de falar. (V. sobre ele o meu *A alma do tempo*.)

“Referindo-me às minhas cartas anteriores venho, com grande sentimento, dizer a V. Ex^a que, quanto mais penso no assunto mais compreendo que, além de sumamente pesado para mim, seria de todo estéril o sacrifício que eu faria indo agora ocupar o posto de ministro das Relações Exteriores.

Tenho grande pesar em não poder ser, como tanto desejava, o auxiliar ativo e competente que V. Ex^a quer ter e não posso pelo estado presente da minha saúde, pela regulamentação em vigor, pela atual organização dos serviços e pelos hábitos introduzidos desde muitos anos.

Sou portanto obrigado a pedir instantemente a V. Ex^a que se digne me dispensar de ir ocupar mal o cargo tão honroso que me quer confiar, e rogo-lhe que fique muito certo do meu profundo e inalterável reconhecimento pela manifestação desse seu desejo. Em maio do ano próximo,²¹ depois de fortalecer um pouco a minha saúde, poderei ir ao Brasil com uma licença de seis meses a que tenho direito, e então, sem ser ministro de Estado, terei sumo prazer em expor particular e reservadamente a V. Ex^a o meu modo de pensar sobre a organização que deve ser dada ao Ministério das Relações Exteriores e aos nossos serviços no exterior.

Devo acrescentar que, a propósito do banquete que o Dr. Nabuco deu ultimamente em Londres, em honra do Chile e da República Argentina, pelo tratado de arbitramento permanente, eu lhe disse em carta que ele é hoje o brasileiro reunindo maior soma de qualidades para o posto de ministro das Relações Exteriores. Ele pediu-me em resposta que não o lembrasse a ninguém para esse cargo, porque o não poderia aceitar, ocupado como está com o arbitramento da questão de limites entre o Brasil e a Inglaterra.

No Senado ou na Câmara dos Deputados, ou fora do Congresso, V. Ex^a encontrará facilmente quem, ajudado pelo diretor-geral da Secretaria, possa bem desempenhar as funções

21 Em maio costumava declinar no Rio a febre amarela.

do cargo, tendo, além disso, a vantagem de dispor de força política em algum Estado, força de que não disponho.

Como V. Ex^a terá visto, a *Gazeta de Notícias* de 2 de julho²² – antes de receber eu o telegrama do Sr. Presidente Campos Sales, só expedido no dia 6 – disse que o Sr. Abranches me convidara, em nome de V. Ex^a, para a pasta do Exterior e que eu aceitara o convite. A notícia foi assim publicada no Rio da Prata, no Chile e aqui na Europa. Fiz por isso o *Brésil* de 27 de julho dizer, depois de reproduzir o trecho da *Gazeta*:

‘Podemos afirmar que, sobre o assunto, o Senhor Barão do Rio Branco não recebeu do presidente eleito, Dr. Rodrigues Alves, ou do Senador Abranches nem telegrama, nem carta, e que não deu a entender a pessoa alguma que poderia aceitar a pasta de que se trata.’

Tenho guardado e guardarei sobre o assunto a maior reserva. Escrevo agora ao meu velho amigo, Dr. Abranches, que, sei, é amigo dedicado de V. Ex^a e deixo para essa carta pormenores que ele exporá resumidamente a V. Ex^a e que, espero, explicarão melhor as minhas hesitações do princípio e a convicção a que cheguei, apesar do ardente desejo que tinha de ser útil na posição que V. Ex^a me destinava.²³ Reiterando as minhas desculpas, o meu cordial agradecimento e os protestos da minha dedicação, tenho a honra de ser, com a mais elevada estima e consideração.

De V. Ex^a o admirador e muito certo obediente criado
Rio Branco.”

O “muito certo obediente criado” (expressão francesa, corrente nos escritores do século XVIII que Rio Branco punha no fecho das suas mutáveis cartas) não parecia disposto a obedecer. Nabuco também não. Que ninguém falasse no nome dele para o Itamarati; que ninguém se lembrasse de tirar “Quincas, o Belo” da sua querida Londres, onde ele

22 Tratava-se da mesma publicação que motivara a indagação de Campos Sales, anteriormente referida.

23 A carta do Barão a Frederico Abranches tem sido publicada, total ou parcialmente, em estudos sobre o primeiro. Nela, Rio Branco apresenta novos fundamentos para recusar o posto, principalmente desconfianças quanto ao Visconde de Cabo Frio.

recordava provavelmente as quadras felizes da mocidade, dos seus sucessos de fidalgo formoso, da sua convivência com o Barão de Penedo.

Mas Rodrigues Alves não se deixava abalar com as lamúrias do Barão. Ele também não escolhera o posto de presidente. Receava-o. Fora chamado por Campos Sales. Aceitara. O outro haveria de ceder.

A 14 de agosto, respondendo à carta de 25 de julho, reiterava seu interesse pela aceitação. No dia 19 insistiu em outro despacho, transmitido no código proposto pelo Barão e por este traduzido:

“Continuo a desejar que aceite a pasta do Exterior agradecendo esforços estar aqui posse.”

Rio Branco sentia-se em apuros. O cerco apertava. Respondeu, também por cabo, no dia 20:

“Penhorado rogo reservar decisão até ler carta nº 4. Mesmo dia Abranches receberá carta.”

Ao Senador Abranches, o Barão telegrafou naquela data:

“DEPOIS LER MINHA CARTA HOJE ESPERO ADVOGUE MEU PEDIDO DISPENSA, MAS SE RAZÕES APRESENTADAS NÃO PUDEREM SATISFAZER E ENTENDER ELE DEVO FAZER ESSE GRANDE SACRIFÍCIO, FÁ-LO-EI POR ELE E NOSSA TERRA.”

Além da carta endereçada a Abranches, o Barão, na ânsia de escapar, escreveu outra a José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio*:

“Confidencialíssima.

Berlim, 22 de agosto de 1902

Meu caro Rodrigues,

Mil agradecimentos pelas belas fotografias que V. me mandou, da inauguração do monumento de meu pai. Penso que Marc Ferrez terá feito alguma outra, só do monumento, tomado de mais perto. Se houver assim, peço-lhe que me mande um exemplar.

Pela sua cartinha de 25 de julho vejo que V. está informado do convite que recebi. Eu fiz o *Brasil* de 27 deste mês afirmar a tal respeito que eu não tinha recebido carta ou telegrama do presidente eleito, ou do Senador estadual Abranches mencionado na *Gazeta de Notícias*.

Eu estimaria muito ir ocupar por algum tempo a posição em que o Dr. Rodrigues Alves deseja colocar-me, e que meu pai por vezes ocupou. Aprecio devidamente a grande honra que assim me faz o presidente eleito.

Nada me seria mais agradável do que poder corresponder à sua confiança e ser de perto um colaborador dele; mas fui obrigado a escrever-lhe pedindo-lhe instantemente dispensa e com o maior pesar. A demora da minha resposta definitiva mostra bem o grande desejo que eu tinha de aceitar o convite. Procurei até fazer-me ilusões, mas estudando por todos os lados a questão cheguei à conclusão de que seria para mim, com os grandes encargos de família que tenho, na Europa e no Brasil, um sacrifício que me levaria em pouco tempo à completa ruína. Além da questão pecuniária há três outras muito importantes para mim: da minha saúde, que está exigindo cuidados e vida calma, ao menos por algum tempo, e as da minha regularização na carreira diplomática e da entrada do Raul para o quadro. A esse respeito hei de escrever-lhe pela primeira mala, explicando bem o caso, para que V. converse com o Campos Sales. V. compreende que, como ministro, eu não poderia tratar de mim nem de meu filho, que já tem 29 anos, mais de 5 dos quais em serviço diplomático, e cujo futuro eu sacrificarei completamente.

Em confiança dir-lhe-ei que o Olinto, em telegrama de 5, perguntou-me se eu aceitava o lugar de ministro junto ao Quirinal. O lugar está vago pela remoção do Régis.²⁴ Peço-lhe que não contrarie, antes ajude esta idéia. Em Roma, poderei viver sossegado, cuidar de trabalhos que interrompi desde 1893 e ser de algum préstimo para o Nabuco, na missão. Penso que posso ser mais útil no serviço exterior do que no Ministério e que, depois de tantos anos de *surmenage* ou estafa, tenho direito a algum repouso relativo.²⁵

24 Régis de Oliveira. Seu filho foi também diplomata.

25 De fato, em 9 de agosto de 1902, Rio Branco, sem comunicar a Olinto de Magalhães o convite que recebera para sucedê-lo, escreveu ao ministro do Exterior uma carta de aceitação do posto de embaixador em Roma. Olinto publica esta carta no seu livro de memórias.

Em maio, na boa estação, eu iria, com licença, passar uns 6 meses no Brasil.

Se, porém, o Dr. Rodrigues Alves não entender reparos e insistir em que eu vá para o Ministério, obedecerei, embora certo de que o meu sacrifício será estéril.

Seu do coração

Rio Branco.”

No dia 29 de agosto, em telegrama de São Paulo, Rodrigues Alves enfrentou a recusa, que parecia definitiva. O presidente, enfadado talvez com as negações dos dois grandes homens, Nabuco e Rio Branco, fazia valer sua autoridade e dizia ao Barão que aceitasse. Sua mensagem era quase uma intimação. Eis o texto que o Barão conservou no seu arquivo, anotando as horas da expedição e do recebimento:

“VALIOSAS PONDERAÇÕES CARTAS NÃO ME CONVEN-
CERAM. NOME V. EX^a SERÁ MUITO BEM RECEBIDO NÃO
PODENDO NEGAR PAÍS SACRIFÍCIO PEDIDO. CONFIRMO
ANTERIOR TELEGRAMA. RODRIGUES ALVES.”

Rio Branco deve ter percebido que a insistência na negativa poderia criar uma situação desagradável para ele, talvez de risco à sua carreira diplomática, portanto à sua permanência na Europa. Como reagiria o presidente?

Esses motivos pessoais compreensíveis, e outros, mais elevados, concernentes à obra que sabia poder realizar, decidiram-no a agüentar o desagrado da vida no Rio que, afinal, ele supunha temporário. Sacrificaria por alguns anos o conforto de Londres, Paris, Berlim e Nova Iorque. Telegrafou, afinal, no dia 30, sempre de Berlim:

“FAREI SACRIFÍCIO QUE VOSSÊNCIA JULGA
NECESSÁRIO PELO MUITO QUE DEVO NOSSA TERRA E
VOSSÊNCIA. RIO BRANCO.”

Na mesma data dirige-se a Campos Sales:

“RESPONDO AGORA SEGUNDO TELEGRAMA ACEITO
CONFORMANDO-ME DESEJO VOSSÊNCIA. RIO BRANCO.”

Em carta de 31, Campos Sales enviou a Rodrigues Alves o original deste despacho.

Ao aceitar, depois de tanta relutância, seguramente não previa o Barão que ficaria onze anos (que lhe restavam de vida), à frente da pasta. Talvez não percebesse também que estava largando seus hábitos europeus para entrar definitivamente na história do Brasil e do continente.

O presidente exultou com a decisão que conseguira arrancar.

No dia 3 de setembro dirigiu-se ao futuro auxiliar em carta que demonstra a sua confiança e reitera um espírito de humildade que só poderia engrandecê-lo:

“Ex.^{mo} Sr. Barão do Rio Branco,

Tive a satisfação de receber oportunamente as cartas de V. Ex.^a de 18 e 25 de julho e 1.^a e 7 de agosto p. findos. Em resposta à de 25 de julho telegrafei a 14 de agosto nestes termos: ‘Galileu agradecendo esforços estar aqui posse’, a cujo telegrama replicou V. Ex.^a no dia imediato ‘rogando que reservasse minha decisão até ler em 26 de agosto carta n.^o 4 e que no mesmo dia o Dr. Abranches receberia carta’. Em resposta às outras, no dia 24 do mês findo telegrafei dizendo que ‘valiosas ponderações cartas não me convenceram; nome de V. Ex.^a será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido. Confirmo anterior telegrama’.²⁶ Imediatamente V. Ex.^a obsequiou-me com o seguinte: ‘Farei sacrifício que V. Ex.^a julga necessário pelo muito que devo nossa terra e vossência’, e ao qual respondi enviando agradecimentos.

Além dessas cartas e telegramas tive conhecimento das comunicações feitas por V. Ex.^a ao Sr. Dr. Campos Sales e da carta que escreveu ao nosso amigo comum Sr. Dr. Abranches.

Renovando a V. Ex.^a meus agradecimentos, sinto grande prazer em poder contar com a ilustrada cooperação de um brasileiro, cujo nome há de dar lustro ao governo do país. Quando pedi ao Sr. Dr. Campos Sales que o convidasse, em meu nome, para o cargo de ministro do Exterior, disse-lhe que as questões diplomáticas têm assumido entre nós tal

26 Os originais destes despachos foram conservados por Rodrigues Alves. Um deles é em código, com a cifra dada pelo Barão.

importância que eu precisava do concurso de um nome de reconhecida autoridade para bem estudá-las e de real competência para indicar as melhores soluções. Era para V. Ex^a um sacrifício, eu bem sabia, mas é preciso que os homens bons o façam em benefício do país, quando o seu esforço é reclamado em nome de seus grandes interesses.

A pasta do Exterior não deve estar subordinada a influências partidárias, mas convém que seja prestigiada por um nome de valor, que inspire confiança à opinião, impedindo que ela se apaixone ou se desvaire [sic]. Não são também pesados os seus encargos de representação, porque felizmente a nossa vida oficial é muito modesta e sem exigências. Tive ocasião de responder isso ao Sr. Dr. Abranches e V. Ex^a há de ter oportunidade de verificar.

Não posso ainda dizer quais serão os auxiliares do novo governo. Foi V. Ex^a a primeira pessoa a quem me dirigi, por ter necessidade de se preparar com antecedência para a longa viagem. Tenho-me conservado nesta pequena cidade, afastado completamente dos movimentos políticos e mantendo a mais absoluta reserva, como meio de não embaraçar o governo central no último período do seu exercício. Espero encontrar, porém, auxiliares dignos e habilitados.

Fiquei contente com as belas referências que fez ao nosso ilustre patricio Joaquim Nabuco, meu velho companheiro de estudos, e estou inteiramente de acordo com os conceitos que V. Ex^a externou sobre seus notáveis conhecimentos. É um brasileiro ilustre, que está prestando e há de continuar a prestar serviços à nossa pátria com grande brilho.

Já escrevi ao Sr. Dr. Campos Sales pedindo que autorize a vinda de V. Ex^a oportunamente e peço que aceite as seguranças da grande consideração, apreço e estima com que sou de V. Ex^a atento patricio, admirador e colega Francisco de Paula Rodrigues Alves. Guaratinguetá, 3 de setembro de 1902.”

Decidido a deixar de lado sua tarefa de historiador, suas conversas perdidas com amigos brasileiros de gosto europeu, como Eduardo

Prado, o Barão do Rio Branco iniciou os preparos para a aventura. A transferência de toda a sua família e da volumosa bagagem, que incluía livros, papéis e arquivos demoradamente acumulados, não era, de acordo com os hábitos do tempo, empreendimento fácil nem apressado.

A 23 de setembro o futuro ministro escreveu ao presidente eleito comunicando ter tomado passagens no navio francês *Atlantique*, que partiria de Bordeús a 14 de novembro, devendo chegar ao Rio a 30 daquele mês ou a 1^a de dezembro. Lamenta não estar presente à posse e acentua o trabalho da mudança da biblioteca e arquivos pessoais. Pede que o substituto interino se entenda com o Visconde de Cabo Frio.

Diz que as duas questões urgentes eram a do Acre e a divergência com a Itália a respeito de tarifas e intercâmbio comercial. Com a Itália era preciso negociar com muita cautela, pois o Rei Vítor Manuel havia aceito a posição de árbitro na nossa questão de limites com a Inglaterra. Ele, Rio Branco, conversara com o Rei e com um dos seus auxiliares, durante a recente visita daquele a Berlim, e sentira-lhes a preocupação a propósito da relações com o Brasil. Mencionaram o problema dos colonos italianos em São Paulo.²⁷ Recomenda que Rodrigues Alves, na primeira recepção que oferecesse ao corpo diplomático, “diga algumas coisas amáveis ao Príncipe Cariatí”.²⁸ Queixa-se dos artigos inconvenientes de Parlagreco²⁹ – na *Gazeta de Notícias*. Promete explicar, em Roma, a permanência de Nabuco em Londres (quando a sede da missão deste era a capital italiana). Recorda que ele próprio, Rio Branco, tinha ficado em Nova Iorque para escrever a sua memória na questão das Missões, em vez de residir em Washington; e em Paris, durante o preparo das razões brasileiras no litígio com a França, quando devia fixar-se em Berna.

27 A questão dos chamados “protocolos italianos” criara situação delicada entre o Brasil e a Itália no começo da República. Eduardo Prado, nos seus escritos polêmicos, ocupou-se com esse assunto.

28 Marquês Lorenzo de Fiozzi, Príncipe de Cariatí, ministro da Itália no Brasil desde 1901; só foi substituído em 1907.

29 Carlos Parlagreco era jornalista. Machado de Assis, aludindo, em crônica, ao grupo da *Revista Brasileira* de José Verissimo, elogia este nome hoje esquecido.

	1ª letra	2ª	3ª	4ª
A	g	f	s	p
B	h	q	t	q
C	i	h	u	r
D	j	i	v	s
E	k	j	w	t
F	l	k	x	u
G	m	l	y	v
H	n	m	z	w
I	o	n	a	x
J	p	o	b	y
K	q	p	c	z
L	r	q	d	a
M	s	r	e	b
N	t	s	f	c
O	u	t	g	d
P	v	u	h	e
Q	w	v	i	f
R	x	w	j	g
S	y	x	k	h
T	z	y	l	i
U	a	z	m	j
V	b	a	n	k
W	c	b	o	l
X	d	c	p	m
Y	e	d	q	n
Z	f	e	r	o

5ª como a 1ª

6ª como a 2ª

7ª como a 3ª

8ª como a 4ª

9ª como a 1ª

etc.

Para cifrar ou decifrar:

Numera-se as letras de cada palavra por grupos de 4, começando o nº 1 depois do 4 se a palavra tem mais de quatro letras.

Para cifrar, procura-se nas columnas marcadas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª letra a que deve ser escripta segundo o seu numero de ordem e que corresponda

às da 1ª columna onde estão as letras do original a cifrar.

Para decifrar, vê-se a letra na columna a que corresponde o seu numero de ordem e achá-se assim a da decifração na 1ª columna.

Exemplo:

Original: Patria Brasileira

1 2 3 4 1 2 1 2 3 4 1 2 3 4 1 2

Em cifra: vflgof hws h o g w x e f

1 2 3 4 1 2 1 2 3 4 1 2 3 4 1 2

Do outro lado
estão algumas palavras convencionais.



Fac-similes do trecho da correspondência entre Rodrigues Alves e Rio Branco, quando se revela o código cifrado adotado pelo futuro chanceler.

Arquivo da família Rodrigues Alves

Palavras convencionais:

A) De Rio Branco para o Sr. J. D. Rodrigues Alves, Presidente eleito:

Palavras convencionais:

Significação:

Bradley: - Aceitarei o posto em que V. Sr. me quer collocar se entender que me não deve dispensar. Peço permissão para partir em (indicarei o mez de Novembro, ou dezembro conforme o trabalho provavel que me dará a mudança).

Brasidas: - Sinto muito que negocios de familia e o presente estado de minha saude me não permitam

aceitar agora a grande honra que V. Sr. desejava conferir-me. Em mais proximo espero poder ir apresentar pessoalmente os meus respeito e agradecimentos a V. Sr.

B) Para as respostas do Sr. J. D. Rodrigues Alves a Rio Branco:

Palavras convencionais:

Significação:

Jalibu: - Continuo a aceitar que aceite a pasta de exterior

Joethe: - Pode partir meado Novembro para chegar principio dezembro

Grutli: - Pode partir dezembro para chegar meado ou fim mez.

Horacio: - Fico seicente de que motivos

de saúde e outros o impedem de aceitar ope-
ta a minha offerta.

Para que haja maior
segurança e se não se
a quem V. Ex. se dirige,
peço que me dirija assim
os seus telegrammas:

Ombou Londres

Sem pôr o meu nome. De Lon-
dres os ~~meus~~ telegrammas
me serão transmitidos para
aqui.

Berlim, 17 outubro de 1910.

Algun tempo depois, entretanto, a 6 de novembro, o instável Barão, sempre enredado nas suas dúvidas e hesitações sobre a grande mudança de vida que ia realizar, surpreendia o presidente com o seguinte despacho:

“Como V. Ex^a sabe tenho passagens paquete francês que chega primeiro dezembro mas se V. Ex^a puder permitir transfira para seguinte francês que chega 15 me fará grande favor. Também rogo dizer se depois estudo situação Rio acha conveniente manter sua escolha ou preferível dispensar-me. *Gazeta de Notícias* 16 outubro me faz acreditar escolha desagradada certos círculos políticos. Rio Branco.”

Não consta do arquivo de Rodrigues Alves qualquer resposta àquela última tentativa de escape.

A resposta, se houve, deve ter sido negativa, porque Rio Branco desembarcou no Rio a 1^o de dezembro, tal como previsto a princípio, recebendo consagradora manifestação popular, antecipadamente preparada.³⁰

Não será injusto pensar que o grande brasileiro desejasse chegar à cidade do seu berço alguns dias depois da posse do presidente, para que a sua própria investidura, no Itamarati, não ficasse dissolvida na sucessão de cerimônias congratulatórias. Isolando-se, destacava-se.

Quem conhece a maliciosa experiência do diplomata, e a sua justa vaidade, não pode afastar esta interpretação do fato. O Barão vinha de mãos amarradas, como certos “voluntários” do Paraguai. Urgia para ele tirar o máximo proveito do sacrificio.

Faltava ainda um pormenor administrativo para completar a vinda do Barão.

Naqueles tempos de ditosa modéstia e escrupulosa aplicação das despesas de pessoal, um diplomata não recebia ajudas de custo sem cumprimento de estreitas regras. Como pagar a viagem de Rio Branco e de sua volumosa tralha se ele vinha ocupar posto político e não de carreira?

30 Custódio Coelho, em carta de 25 de setembro, informava: “As festas com que vão receber o Barão do Rio Branco serão deslumbrantes.”

Rodrigues Alves, desde 1^a de setembro, escrevera a Campos Sales sugerindo que o Barão, caso aceitasse a pasta, fosse beneficiado com as vantagens permitidas em lei que lhe facilitassem a viagem.

Campos Sales consultou a respeito o seu ministro do Exterior, Olinto de Magalhães, e este informou, a 6 daquele mês, ao presidente eleito, que “o único precedente que existe no meu Ministério é o que se refere à minha pessoa” e relacionava-se com a autorização, dada por Prudente de Moraes, para que ele, Olinto, viesse, em 1898, assumir o posto com Campos Sales. “É conveniente [acrescentava Olinto] que o Sr. Barão do Rio Branco tome a iniciativa, solicitando uma licença ou dizendo o que melhor lhe convém, se ser chamado a serviço ou ser posto em disponibilidade.”

No dia 9, Rodrigues Alves, a quem Campos Sales teria enviado a opinião do seu ministro, escreveu de Guaratinguetá a Olinto carta de que guardou o rascunho. Não queria, provavelmente, melindrar o ministro, mas dava sua opinião. “Parece-me que o Sr. Barão do Rio Branco só pode vir a serviço tendo sido solicitado para exercer aqui, em próximo futuro, uma comissão. É justo, em tais condições, que tenha as vantagens necessárias para o seu transporte e de sua família. Quis, dirigindo-me ao Sr. Dr. Campos Sales, exatamente dispensar aquele funcionário de um possível constrangimento para solicitar vantagens a fim de acudir a um convite que lhe fiz, não sendo ainda governo. Se houver necessidade, somente depois de 15 novembro a sua posição no funcionalismo poderá ficar definida.”

E assim encerrou-se a novela da volta de Rio Branco.

Outra pasta de que Rodrigues Alves cedo cuidou foi a da Fazenda. Decidira chamar para ela o seu amigo Leopoldo de Bulhões, antigo colega na Constituinte Republicana, agora senador por Goiás e, como já vimos, seu informante de confiança dentro do Congresso.³¹

A 20 de setembro escreveu-lhe, fazendo o convite. A carta, datada de Guaratinguetá, era esta, nos pontos essenciais:

31 Leopoldo de Bulhões, descendente dos povoadores de Goiás, exibia em 1902 longa vida pública, embora bem mais moço que Rodrigues Alves, pois nascera em 1857. Deputado liberal no Império, fora ardoroso abolicionista e federalista. Na Constituinte de 1890 atacara a gestão de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda.

“*Reservada*. Bulhões [...]. No empenho de ter na pasta do Exterior um homem de autoridade e competência convidei para exercê-lo o Sr. Rio Branco, que, há poucos dias, declarou-me que aceitava [...]. Para a Fazenda conto com você que conhece os negócios dessa importante repartição pelo estudo que vem fazendo de longa data e, sobretudo, pela concordância de suas opiniões e tendências com as minhas. Espero que você me prestará esse auxílio e peço que não me apresente dúvidas ou objeções. É natural que o elemento político ‘histórico’ conte com representação no governo e eu prometi aceitar a colaboração de todos que se mostrarem dispostos a trabalhar e tiverem competência.”

No dia 25 Bulhões respondeu:

“Diz-me que conta comigo para a Fazenda e que eu não apresente dúvidas ou objeções. Disponha de mim como entender: ocuparei no seu governo o posto que me designar, sem dúvidas ou objeções. Peço não obstante que me permita algumas ponderações, às quais dará a atenção que julgar merecerem.

Os meus estudos de finanças não são sistemáticos. Têm-se limitado aos problemas submetidos à deliberação do Congresso.

Nunca exerci cargos de administração. Eleito presidente do meu Estado, não tomei posse. A minha vida tem sido parlamentar. Nestas condições, que valor poderia ter o auxílio que quer que lhe preste na tormentosa pasta da Fazenda?

A minha candidatura ao Senado já está levantada em Goiás e as circulares impressas recomendando-a já foram distribuídas. Não acha que no Senado, onde já escasseiam os homens de atividade e de trabalho, posso prestar ao seu governo auxílio mais eficaz? Um representante do elemento ‘histórico’,³² no ministério é indispensável.”

Bulhões tinha pena de deixar o seu posto praticamente vitalício no Senado. Trocar um novo e tranqüilo mandato de nove anos por uma “tormentosa pasta” em que ficaria no máximo quatro, sujeitando-se

32 Republicano histórico, queria dizer Bulhões.

depois a imprevisíveis negociações para a volta à Câmara Alta, não era perspectiva sedutora.

Mas Rodrigues Alves podia exigir o sacrifício do amigo. Ele próprio já fizera um, semelhante, ao abandonar a recém-conquistada cadeira de senador por São Paulo para vir ocupar “a tormentosa pasta”, na qual se assentou por poucos meses. Bulhões teria de se inclinar às razões de Estado e da amizade.

Os outros ministérios foram preenchidos sem maiores dificuldades. Os nomes dos componentes do governo, porém, só foram divulgados poucos dias antes da posse. A imprensa chegava a reclamar contra o segredo. As tratativas, como acontece no regime presidencial, eram encaminhadas pelo próprio presidente, mas ele atendia, como já ficou acentuado, a duas ordens de fatores: a competência para a execução do plano de governo e as reivindicações dos Estados. Nos primeiros dias de novembro de entre os seus ministros, só era certo o nome de Rio Branco. Falava-se com insistência em Bulhões, Lauro Müller e Almirante Noronha, para as pastas que vieram a ocupar. Mas, oficialmente, nada fora confirmado. Corria com segurança que Amaro Cavalcânti (que, ao que se dizia, pretendia a pasta da Fazenda) ia ser o prefeito do Distrito Federal. O nome de Francisco Pereira Passos ainda não saíra do limbo das cogitações presidenciais, embora afamado como engenheiro e antigo diretor da Central do Brasil.

A pasta do Interior e Justiça coube a José Joaquim Seabra, que, à qualidade de republicano comprovado, juntava a origem baiana, o que vinha prestigiar o Estado que tanto apoiara a ascensão do novo presidente. Corria como certo que outro deputado baiano, Inácio Tosta, era aspirante ao ministério. Para o provimento da pasta, Rodrigues Alves ouviu a opinião de Campos Sales, o qual indicou Seabra, que havia servido como seu líder, na Câmara dos Deputados. Severino Vieira não foi consultado sobre a nomeação de Seabra, o que deve havê-lo surpreendido, dados os antecedentes. Leopoldo de Bulhões, amigo de Severino (possivelmente com anuência de Rodrigues Alves), chegou a procurar Seabra e pedir-lhe que não aceitasse o convite, mas o convidado alegou que o fato já era do conhecimento público, sendo-lhe difícil recuar. Na verdade, no dia seguinte, a imprensa (talvez provocada pelo interessado) confirmava a notícia.³³ De qualquer forma, a escolha do

33 Informações de Luís Viana Filho.

ministro nos termos em que foi feita era estranhável e gerou conseqüências. Seabra foi dos mais vivos, corajosos e tenazes políticos da Primeira República. Quando chegava ao ministério, embora moço (nascera em 1855), a intensidade da sua experiência pública era notável. Muito jovem, conseguira uma cátedra na Faculdade de Direito do Recife. Deputado, combatera Floriano e estivera entre os desterrados de Cucuí. No governo de Prudente foi o autor da célebre moção que dividiu a Câmara, fracionou o Partido Republicano Federal e liquidou a liderança de Glicério. Sua permanente atividade parlamentar e eleitoral não lhe permitira cultivar a inteligência viva, mas nem por isso deixava de ser um orador ágil, corajoso e temível nos embates de plenário. Como líder de Campos Sales na Câmara saíra-se bem, enfrentando adversários do porte do incandescente Barbosa Lima. Capaz de ações e de transações de discutível ética nos processos políticos, era pessoalmente homem de probidade imaculada (como nos referiu certa vez Otávio Mangabeira).

Glicério tentou então evitar sua volta à Câmara, o que não conseguiu, graças ao apoio que encontrou Seabra no governador baiano Luís Viana.

Foi um excelente ministro da Justiça até a parte final do governo, considerando-se o caráter predominantemente político de que então se revestia a função. A colaboração de um homem das qualidades de Seabra foi também importante por outros motivos. Com efeito, não existindo na época a pasta da Saúde Pública, os serviços deste ramo da administração se inseriam no Ministério que era também do Interior. Assim, a luta gloriosa e tão cheia de lances dramáticos travada contra a febre amarela, a peste e a varíola encontrou em Seabra um excelente colaborador, sobretudo quando assumiu nos momentos culminantes, como na rebelião da vacina, tonalidade eminentemente política. No declínio do quadriênio, as incompatibilidades que criou com a situação baiana não somente se refletiram sobre a sua carreira, como repercutiram sobre o presidente da República, que foi atingido pela profundidade da luta local. Rodrigues Alves, porém, nunca faltou com a solidariedade ao seu ministro, embora isso lhe trouxesse prejuízos políticos de monta. De certa maneira, o desprestígio em que se encontrou no fim do governo acentuou-se graças à candidatura de Seabra a uma senatoria por Alagoas.

A vida de Seabra teve altos e baixos (alguns destes dolorosos, como o caso do bombardeio da Bahia), mas a fibra do velho lutador nunca se quebrou. Derrotas, ataques cruéis (entre eles a célebre catilinária

de Rui Barbosa), desterro, exílio, ingratidões, pobreza, nenhum revés abateu aquele ânimo valoroso, aquele combatente que até a extrema velhice atacava e defendia-se com ímpeto juvenil. Ancião, curvado ao peso de tantas lutas, não fugia a elas, quando, no crepúsculo da existência, subia ainda à tribuna da Constituinte de 1933 para enfrentar e repelir alguns agressores, novos representantes dos velhos ódios baianos. E já perto da morte – ocorrida em 1942 – comunicou-nos certa feita estar preparando um trabalho de reminiscências sobre o governo Rodrigues Alves.³⁴

Lauro Müller foi um grande ministro da Viação e Obras Públicas. Seu nome é hoje mais conhecido que sua obra e não se tem atualmente a medida exata do que foi no governo e do prestígio que desfrutou. Não fosse originário de um pequeno Estado e muito provavelmente teria sido o sucessor de Rodrigues Alves.

Fala-se com justiça em Passos e em Osvaldo Cruz, quando se recorda a transformação e o saneamento do Rio, com todas as suas conseqüências nacionais e internacionais. Mas olvida-se, injustamente, a participação de Lauro Müller nesse ciclo de vitórias. A ele, assistido por Frontin e o seu grupo, deveu Rodrigues Alves o porto e a Avenida Central, elementos essenciais do plano geral de saúde pública e urbanização.

Lauro Müller trouxera também para o governo o seu grande prestígio político de militar e republicano histórico. Participara pessoalmente, como jovem oficial, do 15 de Novembro.

Na madrugada desse dia, foi ele quem acordou Benjamim Constant, batendo violentamente com o copo da espada na porta do Instituto dos Cegos, onde morava o ídolo da mocidade militar republicana. E Lauro Müller esteve no Campo de Santana, junto a Deodoro, Quintino e os demais, na hora incerta que precedeu à abertura das portas do quartel-general. “Raposa de espada à cinta” – chamou-o Rui Barbosa em peça oratória, que ainda fazia as delícias de declamadores nos tempos da minha infância.³⁵

34 Seabra morreu em 1942. Pouco antes de sua morte telefonou-me certa noite para dizer-me que tinha a intenção de escrever um trabalho sobre Rodrigues Alves. Pediu-me que solicitasse documentos à família. Prometi interceder, mas Seabra não mais me procurou.

35 Em menino, assisti Lauro Müller, em casa de meu pai, referir-se risonhamente aos ataques violentíssimos de Rui.

Na verdade, em Lauro a raposa desfizera-se da espada. Seus excessos de habilidade, sua “raposice”, eram quase lendários e, por isso, temidos.

João Pinheiro, por exemplo, nunca se acercou de Lauro Müller sem grandes desconfianças sobre as suas intenções supostamente veladas. Essa fama deve ter-lhe prejudicado a carreira. Mas sua passagem pelo governo, ao lado de Rodrigues Alves, é uma glória inapagável.

As pastas militares, então inteiramente apolíticas, foram entregues a dois homens de reputação firmada em larga experiência vivida prestigiados pela autoridade e disciplina da sua conduta.

O ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argolo, e o da Marinha, Almirante Júlio César de Noronha, pertenciam à mesma geração. Formados na escola do Império, nascidos ambos pouco depois da Maioridade, haviam conquistado os altos postos da carreira em longos serviços de paz e de guerra. Tanto Argolo quanto Noronha eram veteranos do Paraguai e possuíam condecorações brasileiras e argentinas conferidas pelo seu comportamento na luta.

Pereira Passos e Osvaldo Cruz, embora não detivessem pastas de ministros, exerciam de fato funções ministeriais. Deles nos ocuparemos oportunamente.

O chefe de Polícia do Distrito Federal foi o baiano Antônio Augusto Cardoso de Castro, que exercia o cargo de ministro do Supremo Tribunal Militar.

A 28 de outubro de 1905, Rodrigues Alves nomeou-o ministro do Supremo Tribunal Federal.

.....

Capítulo Terceiro

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Rodrigues Alves recebia do antecessor um país preparado para a ação do seu espírito reformista. A República se havia consolidado, com a desesperança dos últimos saudosistas imperiais e também com a submissão do radicalismo republicano. De qualquer maneira, em 1902, tal como acentuou o próprio Rodrigues Alves, o país estava politicamente em paz e as instituições pareciam consolidadas.

A política dos Estados, de Campos Sales, viera de fato assegurar a supremacia legal de São Paulo, na sucessão dos três próceres civis. (Mais tarde, o processo revolucionário iniciado em 1922 determinaria, com a mesma naturalidade, a supremacia do Rio Grande do Sul.) Rodrigues Alves era um autêntico expoente daquela supremacia paulista. Ele representava, acima de qualquer dúvida, a base agrária e cafeeira dominante na economia e nas finanças, apesar dos protestos do Norte e do Sul; representava o legalismo da Faculdade de Direito de São Paulo; era o porta-voz autorizado da burguesia progressista do grande Estado, nos seus ideais de reforma, de soluções técnicas, de paz política, de predomínio civil, de imigração, transporte e povoamento, de conservadorismo econômico e social.

Antes de se empossar, Rodrigues Alves já era alvo da sátira política da imprensa carioca. Como de hábito na vida jornalística brasileira, tudo servia de pretexto para os ataques e as irreverências de adversários, desafetos ou maliciosos desocupados.

O presidente eleito chegou ao Rio no dia 29 de outubro, sendo recebido na Estação da Central do Brasil por grande manifestação oficial e popular. Vinha de São Paulo, mas até pouco antes se refugiara na Fazenda das Três Barras, velha propriedade próxima a Guaratinguetá, que pertencera a José Martiniano de Oliveira Borges, filho do Visconde e avô de sua esposa e prima. Ali se recolhera, provavelmente, para isolar-se ainda mais naquelas vésperas de assumir o poder. A residência de Guaratinguetá, situada a poucas horas do Rio e de São Paulo, com trens diários, lhe terá parecido talvez acessível demais para os jornalistas e postulantes de cargos, fauna esta inevitável, aqui como nos Estados Unidos, em torno de um novo presidente.¹

O Malho, panfleto político recém-aparecido no Rio,² desde as primeiras edições procurava ridicularizá-lo. Um dos redatores principais do semanário era Oscar Rosas, poeta paranaense, amigo de Pinheiro Machado. O Senador Azeredo, cujos interesses em Mato Grosso nem sempre foram sustentados pelo presidente, era o principal mentor político da revista, que logrou enorme êxito durante alguns anos.

Na edição de 18 de outubro, *O Malho* fazia-se eco do boato de que Rodrigues Alves era um dorminhoco preguiçoso:

“Nasceu dormindo e dormiu a vida inteira, no colégio, na faculdade, na Câmara, no Ministério, no Senado e no governo de São Paulo.”

Sobre a chegada de Rodrigues Alves, assim se manifestou *O Malho*:

“Na estação do Campo de Santana, com as suas calças cor de pinhão, com o seu chapeuzinho coco... parecia simplesmente o presidente da Câmara Municipal de Guaratinguetá.”

1 A Fazenda das Três Barras é ainda hoje a maior do Vale do Paraíba. Suas terras se estendem, na planície, pelos municípios de Guaratinguetá e Lorena, e sobem as encostas da Serra da Bocaina em sucessivos tabuleiros, de onde se desdobram vistas admiráveis sobre o vale e a distante Mantiqueira. Foi adquirida em meados do século XIX pelos Oliveira Borges, mas seus papéis datam do tempo da Colônia. Em 1970 foi vendida pelos descendentes de Rodrigues Alves.

2 Seu número inaugural havia saído a 20 de setembro de 1902.



RIO DE JANEIRO, 28 de Setembro de 1902.

Rodrigues Alves.

Nos actos precedentes os
meus escriptos a respeito das festas
que se preparam. A fallaci-
mento do Silencio, embora nunca
trazer uma nota triste, não é
todavia motivo para impedir
as manifestações, nem insinua-
ções nos estylos. Demais, não
seria de bom effecto estender o
luto até o momento da festa,
que assim se daria sob uma
atmosfera de frieza, que não
convem. A vida official
tem destes contrastes, que não

se podem evitar. É preciso
que assim seja e se não
deve contrariar os intuitos
dos amigos.

— Na minha carta de
hontem omittti uma consi-
deração, que agora faço.

Na hypothesis de se
proceder á eleição de vice-
presidente, a questão de candi-
daturas terá, conforme os
precedentes, de ser resolvida
pela Convenção, competendo
á esta fazer a indicação,
oubera tirando o candidato
d'entre os politicos mineiros.

Este modo será derimido a
dificuldade que a respeito da
revolta para haver um elleiras,
desaparecendo as complicações da
na politica interna. A questão
é da Monia e não de um lado.

Se V. quizer ver nos
Atenas, a discussão do caso de
Florianópolis, a que tenho alludido,
procure-a nos volumes 1-2 dos
meus Anuaes de 1892, que
do Senado, que da barata.
Ahi encontrará subsidio para
o seu estudo.

Seu de nem?

De Am.?

Luiz de Albuquerque

Outro ponto que concentrava as críticas era o baile de gala com que o Congresso resolvera homenagear o presidente, em vez da recepção tradicional. Esse “baile do Cassino” foi assunto de abundantes comentários.

Rodrigues Alves tentara evitá-lo e participou a Campos Sales os seus sentimentos. Mas o presidente não concordou com as ponderações do sucessor e escreveu-lhe isto:

“Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1902.

Rodrigues Alves,

Não acho procedentes os seus escrúpulos a respeito das festas que lhe preparam. O falecimento do Silviano, embora venha a trazer uma nota triste, não é todavia motivo para impedir as manifestações, nem isso está nos estilos. Demais, não seria de bom efeito estender o luto até o momento da posse, que assim se daria sob uma atmosfera de frieza, que não convém. A vida oficial tem destes contrastes, que não se podem evitar. É preciso que assim seja e você não deve contrariar os intuitos dos amigos.”

Realizou-se afinal o baile no dia 4 de novembro, no belo edifício da Rua do Passeio, testemunha de tantos acontecimentos, e foi brilhante.

Todo o Rio social e político estava presente. Na porta, tropas em uniformes de gala protegiam a entrada dos convidados e continham verdadeira multidão de curiosos. Houve salvas de morteiros e fogos de artifício no fronteiro Passeio Público. Dentro do famoso salão imperial, Rodrigues Alves não pôde recusar uma contradança, mas ocupou-se especialmente em ser amável, conversando com vários grupos. Ceou com a família e algumas autoridades em sala especial, retirando-se logo que pôde. É provável que, entre as músicas executadas, não tivesse faltado um “dobrado”, para piano, da autoria de Costa Júnior e com o nome do presidente.

A posse solene teve lugar, como de regra, perante o Congresso, no Senado, a 15 de novembro. A sala encontrava-se repleta de parlamentares e as tribunas de convidados.

O Vice-Presidente Manuel Vitorino falecera dias antes, a 10 de novembro. Afonso Pena ainda não havia sido eleito vice-presidente

da República. Só o foi a 18 de fevereiro de 1903, assumindo a presidência do Congresso, depois de reconhecido pelo mesmo.³

Funcionou como presidente do Congresso o Senador Pinheiro Machado que, nessa qualidade, presidiu à sessão solene. A Comissão de recepção foi composta dos Senadores Almeida Barreto, Júlio Frota e Artur Rios, e dos Deputados Oliveira Figueiredo, Urbano Santos e Francisco Sá.

Ao instalar-se, com os numerosos filhos, no Palácio do Catete, tornado em residência oficial pelo Vice-Presidente Manuel Vitorino, Rodrigues Alves continuou a mesma vida simples de chefe de família patriarcal, ainda próximo das origens rurais, típica do Brasil de então. Viúvo, pai de cinco filhas e três filhos, todos solteiros, fazia governar a casa pela filha mais velha Ana (Catita). Depois do casamento desta, em outubro de 1904, na sala da capela, com o seu oficial-de-gabinete Cesário Pereira, a segunda filha, Marieta, tomou o leme do barco familiar.

No dia 11 de novembro a esposa do presidente cessante, Ana de Campos Sales, escreveu à sua sucessora no governo interno do Catete esta carta, bem expressiva da vida simples de então:

“D. Catita:

Apresso-me em responder à sua carta, dando-lhe os esclarecimentos precisos. Há três anos que tenho aqui ao meu serviço um casal de serviço, copeiro e cozinheira, que já tinham me servido em São Paulo mais de um ano. São muito sérios, já de meia-idade, preenchem muito bem as funções e mostram desejos de continuar ao serviço do palácio. Penso que seria acertado tomá-los pelo menos para os primeiros tempos, até a senhora conhecer bem a casa e as suas necessidades, reservando-se o direito de despedi-los, se não agradarem. A criada de quarto vai comigo. Quanto à lavagem da roupa, penso também que a senhora deve começar lavando a roupa fora, até poder ajuizar por si mesma se convém fazer esse serviço em casa. Se quiser, lhe recomendarei a lavadeira que me serviu durante quatro anos. É muito séria, muito

3 A eleição estava marcada para 28 de dezembro de 1902, mas o Congresso, por via de resolução sancionada pelo Presidente da República, adiou-a para 18 de fevereiro (decreto de 9 de dezembro).

pontual, lava e engoma bem. Mora na ladeira do Ascurra, e não em cortiço, o que é uma garantia. O palácio possui roupa de cama completa e de mesa, para uso diário e banquetes.

Desculpe ter descido a particularidades, se o faço é lembrando-me do embarço em que me vi, entrando para o palácio alheia a tudo, e tendo ao meu serviço um pessoal incompetente. Pretendo deixar a casa muito em ordem, de modo que a senhora encontrará tudo aquilo de que precisa.”

Rodrigues Alves conservou, durante a presidência, o casal de servidores. Para o serviço particular da família, só tinha mais duas empregadas, arrumadeiras, sendo que uma delas, Olímpia, veio a servir em casa da filha mais velha, onde morreu muito idosa. Olímpia (Babá, como a chamavam as netas), baiana de nascimento, era bem a empregada que acaba pessoa de casa, como de regra nas famílias patriarcais.

O serviço doméstico era custeado pelo dono da casa. Somente os contínuos e outros servidores da parte oficial do palácio percebiam pelos cofres públicos.

Não houve grande mudança, na vida da família presidencial, quando transferiu residência da mansão de Senador Vergueiro para o palácio vizinho, da Rua do Catete.

Campos Sales, impopularizado pela política financeira restritiva que praticara, saiu do governo sob demonstrações de desgosto. Mas o enérgico campineiro não alimentava dúvidas sobre o acerto de sua conduta, e isso ele proclamou aos que procuravam consagrar a sua obra. A 17 de novembro, dois dias depois de deixar o governo, falando em banquete que lhe foi oferecido no Rio, assim se exprimiu.

“As [manifestações] que hoje recebo, após a terminação da penosa tarefa, são recompensa ambicionada pelos que consagram energias, atividade e o próprio repouso ao serviço da pátria.”

A 18 de dezembro, discursando na cidade paulista de Rio Claro, disse o seguinte:

“Não vos direi [...] tudo quanto encontrei de mágoas e sofrimentos, porque bem sei que é essa a partilha obrigada do

homem público que não quer resignar-se à inércia ou à passividade. O que posso afirmar é que tenho servido à minha pátria com sincero devotamento e como me permitem as forças de que disponho.”

A obra ainda hoje convertida do estadista estava concluída, e ele bem o sabia. Sabia também que, sem ela, não poderia ser alcançada a obra do seu sucessor.

Naqueles primeiros dias do quadriênio, a luz da ribalta focalizava principalmente o vulto de Rio Branco. Ele e Rui Barbosa eram os dois homens públicos mais gloriosos do Brasil, sendo que o Barão, ao contrário de Rui, não se desgastara nas lutas internas e não tinha, a bem dizer, adversários.

O presidente, apesar de sua longa vida política e da sua experiência legislativa e executiva, no antigo e no novo regime, não podia disputar popularidade com aqueles dois contemporâneos. Foi aos poucos, graças às qualidades humanas de que dispunha, que sua liderança se foi impondo ao governo e ao país, até que, no termo do seu mandato e para a História, a expressão “governo Rodrigues Alves” veio a significar não apenas uma época, mas um fato incontestável. O governo foi dele.

O presidente sabia que o sucesso da sua administração dependia muito do ímpeto inicial. Resolvido a fazer grandes coisas, tinha de iniciá-las logo, para que tivesse tempo de finalizá-las, e para que o impulso se tornasse irreversível. Contemporizar seria ceder às resistências dos interesses, da malevolência e do ceticismo; seria cair na rotina dos preconceitos, das idéias falsas, dos costumes arraigados.

O presidente vinha disposto a fazer do seu governo uma revolução autêntica na história republicana, como observou agudamente Gilberto Amado. E uma revolução, mesmo pacífica, não se faz com prazos e adiamentos.

No manifesto que endereçou à nação no dia da posse salientou algumas das idéias de governo que o acompanhavam desde o tempo do Império: o amparo à produção, o estímulo à imigração e à ocupação dos solos férteis, o incremento dos transportes, a proteção à entrada de capitais. Mas alguns aspectos concretos dessa ação futura se desvendam claramente naquelas palavras inaugurais. A imigração, o

capital estrangeiro, o desenvolvimento nacional, em suma, dependiam de medidas sanitárias e de progresso material. Estas eram, igualmente, antigas convicções que o presidente recorda em palavras claras:

“Aos interesses da imigração dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico prende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República a quem incumba tão importante serviço façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos de que puderam dispor para que se inicie e caminhe. A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo.”⁴

Os serviços de melhoramento do porte desta cidade devem ser considerados como elemento de maior ponderação para esse empreendimento grandioso.”

Não se tratava, via-o bem o presidente, de levar avante uma obra restrita, um governo municipal. Tratava-se de dar ao Brasil largas perspectivas; de trazê-lo para o novo século XX, que aqui não despontara ainda..

Com alguns meses de governo, ao enviar ao Congresso a mensagem de 3 de maio, reiterou aquelas posições:

“Em documentos anteriores tenho aludido ao serviço de saneamento desta capital, e cada vez me sinto mais convencido de que aí se encontrará o elemento primordial para o reerguimento da vida econômica do país. Tal serviço abrange, não há dúvida, um conjunto de providências de execução difícil e dispendiosa, mas são de tal ordem os benefícios esperados

4 Aqui revela-se a emulação com Buenos Aires, que motiva em parte a remodelação do Rio de Janeiro. Prova concreta, veremos, está na abertura da Avenida Central.

que é preciso empreendê-lo. Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de vida nova, o incitamento para o trabalho em área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos e explorações remuneradas para todos os capitais.”

Depois destes períodos, nos quais ficava patenteada a nitidez consciente de uma orientação e a energia do seu seguimento, o presidente ressaltava a importância que teriam as obras do porto no conjunto do plano. Daí saiu a Avenida Central, futura Rio Branco, cujo caráter de obra federal, acessória do porto, foi ressaltada, como veremos, por Rui Barbosa. Não se tratava de um simples programa de embelezamento do Rio de Janeiro, como pareceu a certos críticos superficiais da época, e ainda parece aos seus poucos sucessores contemporâneos. Rodrigues Alves tinha noção exata da importância nacional da modernização do Rio, como Kubitschek compreendeu, depois, a importância nacional de Brasília, geradora da Belém-Brasília e da Transamazônica.

O presidente e sua grande equipe foram a um só tempo causa e efeito das forças latentes de transformação que pressionavam, na alvorada do século, a sociedade brasileira. Eles representavam autenticamente essas forças porque, de um lado, sofriam sua influência e, de outro, as provocavam. Com efeito, se alargarmos nosso campo de observação da órbita do governo federal para o conjunto social brasileiro, veremos que o país oferecia um profundo panorama de mudança, mal contida pela implacável política financeira de Campos Sales. O projeto do Código Civil, de Clóvis Beviláqua; Os *Sertões*, de Euclides da Cunha; o *Canaã*, de Graça Aranha; a série de obras-primas de Machado de Assis; as poesias de Olavo Bilac; o *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt; o ensino médico de Miguel Couto; os balões dirigíveis de Santos Dumont – tudo isso eram demonstrações das novas correntes espontâneas que procuravam abrir caminho pelos condutos esclerosados que o Império havia deixado.

Para felicidade sua, a República havia levado à presidência o homem mais capaz de coordenar, sob forte liderança, essas forças naturais.

Tratava-se de realizar, pacificamente, a revolução burguesa do progresso, que, na América do Sul, alcançava até então apenas a República Argentina.

Em exata síntese histórica pode-se, com efeito, dizer isto do governo Rodrigues Alves; foi a revolução da burguesia nacional, que abriu para o Brasil as portas do século XX. Portas que a implacável política financeira de Campos Sales mantivera trancadas.⁵

⁵ Tão rigoroso foi Campos Sales na execução do seu programa de economias que o Brasil foi o único país que, convidado, não se fez representar na exposição mundial de Paris de 1900, símbolo do novo século.

.....

Livro IV

Capítulo Primeiro

Rio Branco e a política externa – A questão do Acre – Limites com o Equador – Limites com o Peru – Limites com a Colômbia – Acordo da lagoa Mirim – Cardinalato brasileiro – A primeira embaixada – O incidente da canhoneira Panther – A Conferência Pan-Americana de 1906 – Relações entre Rodrigues Alves e Rio Branco.

RIO BRANCO E A POLÍTICA EXTERNA

O

problema internacional mais urgente e grave com que se defrontava a chancelaria brasileira, quando veio ocupá-la o Barão do Rio Branco, era o do Acre.

Por isso mesmo, os documentos oficiais destacam as questões de forma um pouco surpreendente para o leitor de hoje, que vê com dificuldades o conjunto da política externa do período, por tal maneira avultam as negociações do Tratado de Petrópolis. Tanto a primeira mensagem presidencial quanto o resumo final do seu governo, preparado pelos ministros em 1906, destacam especialmente o caso do Acre, deixando a orientação política geral em relativa penumbra.¹

¹ Nos apontamentos, Rodrigues Alves consigna que, na publicação feita sobre o seu governo, a parte referente à política externa foi escrita por Gastão da Cunha.

Os pormenores das negociações e vitórias diplomáticas de Rio Branco, não apenas nas questões do Acre e do Peru (esta de certa forma prolongamento daquela), como nos demais acordos de limites; das suas relações com a Argentina e os Estados Unidos; dos problemas que teve de enfrentar na Europa – como, por exemplo, com a Alemanha – são páginas mais da biografia do Barão, e não especialmente da vida de Rodrigues Alves. Aqui o que se impõe é extrair uma linha geral na política externa do quadriênio, e relatar a parte de Rodrigues Alves nas suas relações com Rio Branco.

O glorioso ministro das Relações Exteriores entrou na Guanabara e pisou a terra do seu berço a 1^a de dezembro, duas semanas após a inauguração do governo de que vinha participar.

Se for procedente a conjectura de que ele adiará sua chegada para transformá-la em acontecimento desligado das festividades da inauguração geral, não se pode negar que previu com acerto. A recepção tributada ao Barão foi consagrada e sensacional. Falando na sede do Clube Naval, para agradecer o acolhimento triunfal que lhe dispensavam,² Rio Branco leu um curto discurso no qual avulta a sua preocupação de sobrepor-se às lutas políticas internas e de estabelecer-se no Itamarati como um símbolo de união nacional.

A posição sobranceira, que de fato lhe cabia, era possível naquela época, em que as divergências internas eram superficiais e não exprimiam antagonismos irreduzíveis, fundados em razões mais sociais do que partidárias ou pessoais. Então podia-se falar em frente única nos negócios externos, porque estes visavam problemas, como o das fronteiras, que diziam respeito ao Estado e não ao povo.

Rodrigues Alves, sincero admirador do Barão, só fez facilitar a entronização do seu chanceler naquela eminência inatingível, na qual se manteve até a morte, e aonde mal chegavam os ecos dos ataques de alguns poucos iconoclastas, como Barbosa Lima, Edmundo Bittencourt, Jaceguai ou Lima Barreto.

Os compromissos do presidente com o seu ministro eram irretratáveis e significavam, praticamente, carta branca. O presidente devia saber que um recuo seu nessa linha deixá-lo-ia em pior postura que a do Barão. Rodrigues Alves não ignorava sua experiência em questões diplo-

2 Rio Branco seguiria no mesmo dia, com a família, para Petrópolis, provavelmente por medo da febre amarela.

máticas, confiava em Rio Branco, prometera prestigiá-lo e manteria fielmente a promessa.

Mais tarde, depois da morte do Barão, é que ele manifestou, em nota íntima, dúvidas sobre o acerto da sua conduta ao deixar mãos livres a Rio Branco quanto às relações para com os Estados Unidos.

Não tendo se envolvido diretamente na política externa, para assegurar todo o prestígio ao Barão, Rodrigues Alves não se esquecia, no entanto, de que o êxito indiscutível do seu governo era uma forte componente do prestígio reconquistado pela República. Esta era a sua parte, a sua concepção da política internacional. Em carta a Joaquim Nabuco, do ano de 1906, o presidente manifesta suas restrições a uma interpretação inconsiderada da doutrina de Monroe, que podia realmente, no governo de Theodore Roosevelt, assumir aspectos imprevistos e perigosos para a América Latina.

Os triunfos incontestáveis de Rio Branco ao fixar, através de atos jurídicos inatacáveis, as imensas fronteiras do Brasil, são, como já dissemos, vitórias da sua biografia, duas delas conquistadas antes de sua investidura no Itamarati.

Mas o delineamento estável do território nacional correspondia, também, a uma orientação política de grande magnitude, que era independente dos conhecimentos histórico-geográficos e da mestria diplomática do Barão. Essa orientação política geral dizia respeito à nossa tradição de resolver pelo direito, e não pela força, os litígios internacionais.

Na América do Sul – e também na do Norte – as questões territoriais foram as causas primeiras dos conflitos bélicos. Resolvê-los por via jurídica correspondia a um propósito político definido do Brasil que, como acentuava Rio Branco, só cedendo a circunstâncias invencíveis, por três vezes, entrara em guerra com seus vizinhos. Ninguém mais capaz que o Barão de executar essa política territorial fundada na negociação e no tratado. Ninguém melhor do que Rodrigues Alves – que se definira como homem de acordo e composição – para apoiar tais propósitos.

A QUESTÃO DO ACRE

O primeiro problema a ser atacado pelo Barão do Rio Branco foi o do Acre. Já lembramos como a situação desse longínquo território

amazônico provocava fortes ataques ao governo de Campos Sales por parte dos que consideravam prejudicados os direitos do Brasil e ultrajada a sua soberania em virtude da ação boliviana e dos interesses internacionais concentrados naquela região.

Nenhuma outra questão diplomática resolvida por Rio Branco, como ministro, agitou tanto os espíritos, nem provocou tantos estudos e polêmicas. Vimos como, antes da eleição de Rodrigues Alves, o governo Campos Sales era acusado de inércia e omissão, porque, respeitando as situações jurídicas constituídas, não dava mão forte aos brasileiros que porfiavam por incorporar o Acre à nossa soberania.

Durante e depois da ação de Rio Branco, continuaram os estudos e debates. Em primeiro lugar deve-se, naturalmente, fazer menção da própria *Exposição de Motivos* do Barão, datada de 27 de dezembro de 1903, que acompanhou a remessa do Tratado de Petrópolis ao Congresso Nacional. No parlamento, homens da estatura de Rui Barbosa e Barbosa Lima familiarizaram-se com o assunto, sendo que o trabalho de Rui sobre o direito do Amazonas ao Acre é dos mais memoráveis de entre os saídos de sua pena de advogado, embora incontestavelmente falho nos elementos de fato e nas razões de direito. A imprensa tampouco se omitiu, e o caso do Acre foi por Rui novamente debatido anos depois do seu encerramento, até perto da morte do Barão.

Posteriormente, estudos importantes foram dedicados à matéria, tais como os constantes das memórias de Olinto de Magalhães; dos vários escritos de Dunshee de Abranches sobre a gestão de Rio Branco no Itamarati; da introdução de Araújo Jorge às obras de Rio Branco; do livro de Leandro Tocantins sobre a formação do Acre; do ensaio de Cassiano Ricardo sobre o Tratado de Petrópolis; sem falar nas biografias de Rio Branco, nos livros de História Diplomática e até em trabalhos estrangeiros, como o de Bradford Burns, sobre a política do Barão para com os Estados Unidos.

Não é, assim, por falta de fontes, que deixaremos de pormenorizar o desenvolvimento daquele episódio que tanta celeuma provocou, e que hoje se encontra felizmente encerrado, mas pela consideração de que o seu exame minucioso não caberia no plano deste livro. Para nós, basta recordá-lo nas suas linhas mais gerais e significativas, sem esquecer que ele marcou profundamente o início do governo Rodrigues

Alves, época em que as grandes realizações de outros serviços ainda não se tinham adiantado a ponto de centralizar atenções.

Síntese perfeita da situação em que se encontrava o Acre em 1902 é a seguinte, retirada ao livro de Araújo Jorge:

“Para o nosso propósito, basta assinalar que, do ponto de vista jurídico, todo o Território do Acre era boliviano, consoante a invariável interpretação dada ao Tratado de Limites de 1867 pela nossa repartição dos Negócios Estrangeiros no Império e na República, segundo a qual a linha oblíqua Javari–Beni constituía a divisória entre o Brasil e a Bolívia, embora, no mais agudo do conflito, numerosas corporações técnicas e associações científicas brasileiras, autorizados profissionais, eminentes homens públicos e membros do Congresso Nacional advogassem uma interpretação extra-oficial daquele tratado, que nos reconhecia como fronteira o paralelo 10º 20’ em vez da mencionada oblíqua.

Mas se, de direito, o Acre pertencia à Bolívia, de fato o seu território, dependência geográfica do Brasil e só facilmente acessível pelas vias fluviais do sistema amazônico, devia ser brasileiro, pois por brasileiros fora, de longa data, descoberto, povoado, colonizado e valorizado, sem intervenção de nacionais de qualquer país.”

Na sua exaustiva pesquisa, Leandro Tocantins parte dessa mesma consideração da “fatalidade geográfica que separava de maneira irremediável a Bolívia do Acre”.

Essa “fatalidade geográfica” levou o território do Acre, naturalmente, a ser povoado e explorado por brasileiros, apesar da sua sujeição à soberania boliviana. O curso dos rios convergia para leste, para o Amazonas, mas transporte para oeste, para a Bolívia, era impossível naquele sertão de florestas.

A grande arma política e jurídica de que dispunha o Brasil era o domínio da navegação do rio Amazonas, caminho forçado de escoamento da produção do Acre. Muito antes das revoltas promovidas pelos habitantes brasileiros, no fim do século, contra a soberania da Bolívia, que na região não possuía praticamente ninguém, já o governo imperial manejava

habilmente a chave da navegação amazônica e alegava invariavelmente o seu direito de trancá-la, quando lhe conviesse.

Essas cautelas eram especialmente dirigidas contra o expansionismo norte-americano, então em plena ascensão. Com efeito, em meados do século, depois da guerra do México e das anexações territoriais, os Estados Unidos voltavam as vistas para a penetração econômica na Amazônia. Carvalho Moreira (depois Barão do Penedo), ministro em Washington, comunicou, em nota ao Ministro dos Estrangeiros, Paulino de Sousa (Uruguai), no ano de 1852, sua conversa com o secretário da Guerra dos Estados Unidos, na qual essa autoridade manifestou intenso interesse sobre possibilidades de exploração econômica do vale amazônico pelos capitais americanos.

Realmente, os propósitos de colonização da grande área pelos Estados Unidos, em primeiro lugar, acompanhados da França e Inglaterra – que esperavam o êxito das tentativas daquele país – eram patentes e preocupantes.

Usando a técnica habitual de proteger os interesses e as iniciativas dos seus compatriotas, os governantes de Washington pressionavam o Brasil.

Carvalho Moreira preveniu o Ministro brasileiro Limpo de Abreu (Abaeté) da crescente pressão. Sociedades sábias, ao preparar estudos sobre a Amazônia, faziam-se batedoras de sociedades mercantis, que se organizavam publicamente para explorá-la, isto é, colonizá-la, à moda africana e asiática. Expedições navais organizavam-se para forçar o curso brasileiro do rio, visto que o Peru e a Bolívia tinham já concordado em abrir as suas águas. Como dizia com forte acento o diplomata Sérgio Teixeira de Macedo, os norte-americanos preparavam-se para “arrombar a porta do Amazonas”.

Limpo de Abreu previa que não poderíamos resistir por muito tempo. Mas as cautelas do Império eram fundadas. Uma vez assegurada a penetração, quem garantiria a unidade do próprio território, naquelas condições? Daí as interpretações restritivas brasileiras, que vieram, afinal, a ganhar o Acre para o Brasil.

Em 1854, Limpo de Abreu, em nota à legação dos Estados Unidos, contestou a tese da Secretaria de Estado de que o Amazonas devia ter navegação livre, como o mar.

Em 1866 o Império cedeu, abrindo a todas as bandeiras a navegação do grande rio, mas, em 1869, o Conselheiro Nascentes de Azambuja, ministro na Colômbia, explicava ao governo desse país que o Império se reservava o direito de suspender a concedida liberdade “quando para isso existisse motivo poderoso”.

Tinha pois razão o Barão do Rio Branco quando, em nota de 20 de fevereiro de 1903, advertia a legação dos Estados Unidos no Rio de que “o Brasil sustentou sempre que, quando um rio atravessa o território de dois ou mais Estados, a liberdade de navegação ou de trânsito para o ribeirão superior depende de prévio acordo com o ribeirão inferior”.

Realmente. O decreto de 1866 era um ato jurídico de direito interno, e poderia ser revogado pelo poder competente. As obrigações do Brasil, no plano internacional, só seriam aquelas decorrentes de tratados com outros países.

Tais tratados foram de fato estabelecidos, depois de resolvida a questão do Acre, com os governos da Bolívia, Colômbia e Peru, interessados no sistema fluvial amazônico.

Recordemos agora rapidamente os principais sucessos entre a proclamação da República e o Tratado de Petrópolis.

Em 1898, a Bolívia começara a fundar postos alfandegários no território que era juridicamente seu, mas ocupado pelos vizinhos brasileiros. Para isso enviou, como delegado especial, o seu ministro no Rio de Janeiro, Paravicini, que, chegando ao Amazonas em fins de dezembro, não encontrou dificuldades entre as autoridades locais.

A expedição boliviana enveredou pelo rio Acre, atingindo, nos primeiros dias de 1899, a altura da fronteira considerada válida entre o Brasil e a Bolívia. Ali estabeleceu uma estação oficial, Porto Alonso, em homenagem ao presidente do país, que tinha esse nome. Autoridades estaduais brasileiras, que tripulavam outro vapor fundeado próximo ao local, recusaram-se a reconhecer os atos praticados pelos bolivianos.

Em Manaus ocorreram manifestações populares, apoiadas pelo governo estadual, contra o que se acreditava ser uma usurpação estrangeira aos direitos do Amazonas sobre o rico país da borracha.

Naquele ano verificou-se o primeiro levante dos brasileiros do Acre contra a tentativa de imposição da soberania boliviana. Em maio,

sob a chefia do enérgico José Carvalho, os seringalistas brasileiros expulsaram as autoridades bolivianas de Porto Alonso. O governo amazonense (Governador Ramalho Júnior) estava de acordo com os revoltosos e o Presidente Campos Sales, embora preso, como o seu ministro do Exterior, à letra dos tratados, não parecia hostilizar os patricios rebeldes, visto que recusara intervir no Amazonas, o que correspondia a deixar a seqüência dos acontecimentos às comprometidas autoridades locais.

No entanto, as tentativas norte-americanas, com o compreensível apoio da Bolívia, prosseguiram. Uma canhoneira dos Estados Unidos subiu o Amazonas, apesar da oposição do Governador Ramalho. Em meados do ano, o jornalista espanhol Luís Gálvez, radicado na Amazônia, publicou o texto de um documento que representava, de fato, o esboço de negociações entre autoridades consulares americanas e bolivianas, em Belém, prevendo o apoio dos Estados Unidos às reivindicações territoriais da Bolívia, mediante concessões importantes, em contrapartida.

Foi então que o governador amazonense decidiu patrocinar uma expedição armada, cujo comando foi entregue a Gálvez, para ocupar de qualquer maneira a zona contestada. Encontrando a esperada receptividade da população brasileira, Gálvez proclamou, a 14 de julho, a “República do Acre”, da qual se intitulou presidente, na localidade de São Jerônimo, à margem do Purus, em território considerado boliviano. Os ministros do novo Estado independente eram todos brasileiros e ricos comerciantes de borracha.

Criou-se, em seguida, uma situação muito confusa. O governo federal não podia aceitar o simulacro da independência do Acre, primeiro porque afastava de sua jurisdição cidadãos brasileiros e territórios a que, no fundo, aspirava; segundo porque, oficialmente, continuava a reconhecer os direitos da Bolívia. O resultado foi a destituição do pretense governo independente, em março de 1900, por uma flotilha de guerra brasileira.³

Foi então que a Bolívia entendeu executar o plano, anteriormente cogitado, de entregar-se à dominação capitalista anglo-americana,

3 O livro de Olinto de Magalhães traz dados importantes sobre esse obscuro episódio, mas não cabe aqui pormenorizá-los.

para conservar sua teórica soberania territorial. Repetia-se a ameaça conjurada na década de 1850 a 1860.

O instrumento escolhido foi uma associação de capitais ingleses e americanos, os quais incluíam, embora dissimuladas, organizações poderosas, como os Vanderbilt. A empresa contava com o apoio indireto do governo norte-americano, cujo representante no Brasil informou que os Estados Unidos não poderiam ficar indiferentes aos interesses dos seus súditos. O tecedor de tal trama foi o milionário boliviano Aramayo, ministro do seu país em Londres, o qual, segundo denúncias muito verossímeis, estava diretamente envolvido nos resultados financeiros da manobra que urdia diplomaticamente. O Bolivian Syndicate, como foi chamado, assumiu de fato poderes de direito público em toda a região desbravada, povoada e desenvolvida por brasileiros. Era a concretização mesma da expressão “Estado no Estado”.

A opinião brasileira excitou-se ainda mais. Em 1900 formou-se em Manaus, com o apoio do novo Governador Silvério Néri, outra expedição de reconquista, que não teve êxito e foi reforçada pelos bolivianos, no início de 1901. Instalada a alfândega em Porto Alonso e aberta a navegação do Amazonas pelo Brasil (a República conservara o sistema estabelecido no Império), a Bolívia podia gozar tranqüilamente o fruto do trabalho dos brasileiros instalados no seu território.

Dáí veio a revolta decisiva de 1902, chefiada pelo gaúcho Plácido de Castro, veterano *maragato* da Revolução Federalista e caudilho de grande valor militar.

Iniciado em agosto, no rio Acre, estava praticamente vitorioso o movimento em novembro.

Esse foi o legado que o governo Rodrigues Alves recebeu do seu antecessor e, para deslindá-lo, Rio Branco interveio logo, com sua formidável bagagem de conhecimentos, experiência e patriotismo.

Negociações tão complexas sobre matéria tão confusa não poderiam progredir sem avanços e recuos de ambas as partes. É o que mostra Rui Barbosa na sua *Exposição de Motivos do Plenipotenciário vencido*:

“No vertente caso todos variavam. Variavam os plenipotenciários bolivianos, desde a intransigência absoluta em matéria de satisfações pecuniárias até a substituição das suas exigências territoriais, a maior delas, por uma quantia em dinheiro.

Variava o nosso ministro, com o seu ilustre companheiro desde a entrega a que estavam dispostos, sendo necessário, da margem direita do Madeira, até a concessão, em que ficavam de 3.463 quilômetros quadrados, no Amazonas e em Mato Grosso.”

Rui termina confessando ter variado ele próprio das concessões que pretendia fazer até a recusa a qualquer transferência territorial.

Desde 1900, escrevendo no jornal *A Imprensa*, Rui participou ativamente da questão do Acre. Daquele ano é a troca de correspondência entre o senador brasileiro e o Ministro boliviano Salinas Vega, pela qual se vê que Rui Barbosa manteve, na defesa das negociações do tratado, a intransigência de pontos de vista que já tinha quando dos episódios do tempo de Campos Sales. No caso do Acre, Rui Barbosa não foi um opositor político, mas um impugnador por motivo de consciência.

Opositores políticos, influentes pelo prestígio, foram Oliveira Lima, Pinheiro Machado, Joaquim Murtinho e Barbosa Lima. Oliveira Lima já não tolerava o Barão e dava vasas ao seu ressentimento “fazendo fogo de qualquer lenha”, como dizem os franceses. Pinheiro, Murtinho e Barbosa Lima combatiam o governo, como fizeram até 1906.

Foi pena que Rui, tão lúcido na apreciação dos motivos que levam as negociações diplomáticas a constante variação, não aplicasse essa lucidez ao caso concreto e ficasse inabordável em exigências impossíveis. Seu erro foi total, quando, no remate de sua *Exposição de Motivos*, escreveu: “As minorias nunca têm razão. Esta é, em política, a verdade que não falha. A da História, porém, é outra.” Rui não tinha razão naquele momento nem hoje. A História ficou com os negociadores do tratado, contra o qual votaram no Senado, a 12 de fevereiro de 1904, entre outros, os Senadores Pinheiro Machado, Lauro Sodré, Barata Ribeiro, Joaquim Murtinho,⁴ Metelo e Azeredo, todos adversários políticos do governo.

A atitude de Pinheiro Machado, pela liderança política que exercia, teve destaque especial e foi objeto da atenção, também especial,

4 Rodrigues Alves em uma das suas notas atribui a oposição de Murtinho ao fato de não ter sido consultado sobre a cláusula do tratado que previa a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré em terras de Mato Grosso.

do presidente. Bem depois dos acontecimentos do Acre, a 18 de outubro de 1906, Rodrigues Alves escreveu o seguinte, em seus pensamentos:

“Conversei com o Barão do Rio Branco sobre o móvel do Pinheiro Machado, hostilizando o Tratado de Petrópolis. O Barão disse-me que atribuía essa conduta à suspeita que o Pinheiro tinha de que ele fosse candidato à presidência da República e buscava eliminar esta suposta aspiração. Acrescentou que o Pinheiro levou a mal também a nomeação de Assis Brasil para ministro do tratado [sic], porque temia o ressurgimento da [sua] influência no Rio Grande do Sul. Por tudo isto, em sua opinião, influiu no espírito do Rui para que tomasse o rumo que conhecemos.”

Triste coisa é a paixão dos homens, quando pretende subordinar o passo dos séculos à passagem dos minutos.

Rio Branco, irrestritamente apoiado por Rodrigues Alves, só poderia fazer o que fez, em um procedimento sem mácula. A situação era irreversível. O Acre era fatalmente brasileiro.

Mas readquiri-lo para sempre, sem faltar às normas jurídicas do respeito aos tratados nem à política de solução pacífica, foi uma conquista fulgurante do governo Rodrigues Alves, logo nos seus primeiros meses de duração.

O Brasil resolveu as exigências do Bolivian Syndicate pagando aos milionários que o sustinham, e atendeu aos direitos da Bolívia mediante as justas disposições do Tratado de 1903.

Não empregou a força, senão que se aprestou para enfrentá-la. Não impôs soluções injustas. Resolveu, da única maneira possível, um problema que a Bolívia não poderia resolver, e que os Estados Unidos resolveriam em prejuízo de ambos, conforme reconhecia a *Prensa* de Buenos Aires. Naturalmente as imprensas norte-americana e inglesa sustentavam ponto de vista oposto. Assim é que o *New York Tribune* e o *Morning Post*, de Londres, atacavam o Brasil e o ameaçavam veladamente pelo fato de não aceitar a vergonhosa concessão do governo boliviano ao grupo de flibusteiros capitalistas.⁵ O que aqui releva particularmente consignar é o empenho demonstrado por Rodrigues Alves na solução do caso.

5 Artigos transcritos no já referido trabalho *O Dr. Rodrigues Alves. O seu governo*, publicação preparada pelos membros do ministério.

O Barão, mal-vestido nas funções, pareceu, a princípio, hesitar. Protelava as decisões e as providências. Foi então que o presidente, segundo testemunhos idôneos, começou a se ocupar pessoalmente do assunto, estudando-o e colocando o peso da sua indiscutida autoridade sobre o grande diplomata.

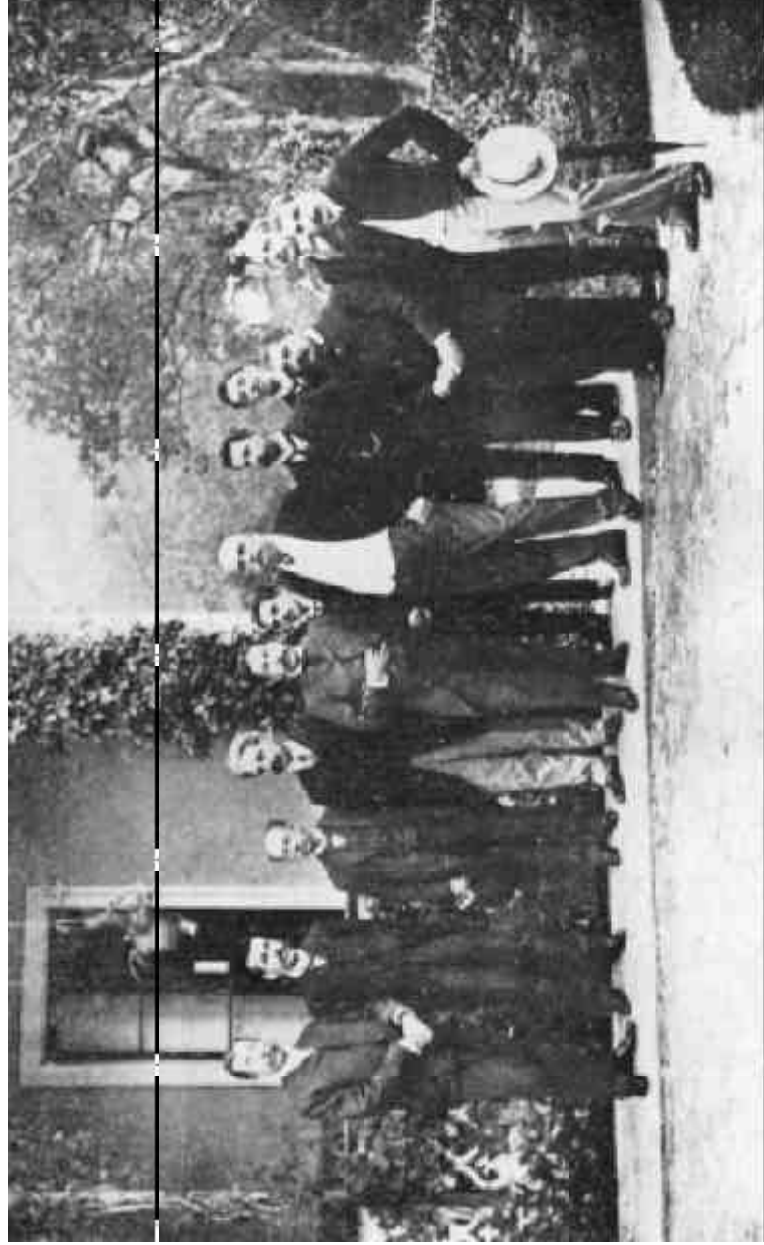
No caso do Acre – o primeiro do seu governo no plano internacional –, Rodrigues Alves deu logo a plena medida do seu feito, do seu poder.

Confiava no colaborador, sabia-o muito mais competente que ele próprio. Mas era o chefe que conduzia, não o figurante que acompanhava. O problema pessoal de Rio Branco, como mentor das negociações, era grave, e ele o compreendia mais do que ninguém. Tratava-se de anexar o Acre, inevitavelmente nosso pelas condições geográficas e populacionais, mas cumpria igualmente fazê-lo sem quebra da invariável tradição jurídica e pacifista do Brasil, iniciada por Alexandre de Gusmão e exaltada até a glória pelo próprio Rio Branco, nos episódios das Missões e do Amapá.

Só ele, o timoneiro experiente, podia levar o barco evitando as posições extremadas, como a de Rui Barbosa, que considerava excessivas as concessões feitas ao Acre, ou a de Olinto de Magalhães, preso aos compromissos jurídicos dos tratados vigentes. Este foi o grande momento de Rio Branco. Nas suas vitórias anteriores agiu sozinho, de mãos livres, afundado entre livros e mapas, longe do Brasil que defendia. Agora estava exposto ao fogo da crítica no parlamento e na imprensa, aos impactos de opiniões apressadas, mas, nem por isso, menos influentes.

Na Câmara, vários oradores, alguns dentre eles muito prestigiosos, vergastavam o tratado, levantando hipóteses e sugestões ineptas. Na imprensa, Edmundo Bittencourt, com a bravura, a desenvoltura e a truculência que lhe eram habituais, parecia mais do que um censor, tornara-se um agressor do presidente, do Barão, da maioria parlamentar (que deveria ser corrida a chicote) e de Gastão da Cunha, contra o qual não hesitava em insinuar ambigüidades infamantes.

Mas o ministro, e o presidente que o prestigiava, eram homens de luta. O Itamarati prosseguia firme na sua marcha como que despercebido da falsa tormenta.



Rio Branco e o grupo dos negociadores do Tratado de Petrópolis. Vêem-se, da esquerda para a direita: Senador Fernando Guachalla (ministro da Bolívia em missão especial), Ernesto Ferreira, Contra-Almirante José Cândido Guilhobel, J. F. de Assis Brasil, Cláudio Pinilla (ministro das Relações Exteriores da Bolívia), Zacarias de Góis, Barão do Rio Branco, Domício da Gama, Campos Paradeia, Pessegueiro do Amaral, Paula Fonseca e Emílio Fernandes

A revolução de Plácido de Castro era um empecilho difícil de ser afastado pelo governo da Bolívia. Rio Branco, com autorização de Rodrigues Alves, propôs, em fins de 1902, a compra do Acre, que aquele governo recusou; em seguida, a oferta de compensações, muito semelhantes às que vieram a prevalecer no Tratado de Petrópolis, também foi rechaçada. Em janeiro de 1903, coincidiu a chegada da representação do Bolivian Syndicate a Manaus com uma expedição militar boliviana à região contestada, comandada pelo General Pando, presidente da República, em pessoa. O governo Rodrigues Alves fez, então, o que devia. Enviou, por seu lado, guarnições militares para a zona de fronteira. Ao mesmo tempo, o Barão falava ao Sindicato a linguagem do dinheiro, que era a que ele entendia. Comprou-lhe a concessão, já então ociosa, evitando a presença, nas negociações, dos Estados fortes e predatórios.

Neste ponto é injusta a crítica de Olinto de Magalhães, fundada no fato verídico de que o governo brasileiro comprara por 100.000 libras uma concessão caduca.

A verdade está na explicação oficial do governo brasileiro (sem assinatura, mas redigida, como já ficou dito, pelo Deputado Gastão da Cunha), quando diz:

“Ao Bolivian Syndicate o Brasil não comprou direitos, que lhos não reconhecia e, quando válidos fossem, aquela empresa não podia transferir sem anuência do governo da Bolívia. O que fizemos foi obter daquela sociedade estrangeira a renúncia pura e simples da concessão.”

Sopesando as perspectivas de lucros e perdas, os argentários preferiram retirar-se sem estas.

Afastado o Sindicato, o Brasil renunciou francamente – e este foi o ponto mais vulnerável do seu comportamento, imposto entretanto pela força das coisas – à interpretação tradicional do Tratado de 1867, ao declarar unilateralmente litigiosa a região acima do paralelo 10°20'. O mapa da linha oblíqua – a famosa linha verde – foi considerado inexistente pelo Barão, quando, de fato, encontrava-se nos arquivos do Itamarati.

Aqui merece todo respeito a atitude exemplar de Olinto de Magalhães, que, duramente agredido pelos anexionistas exaltados, só se

defendeu no seu livro de 1941, no qual demonstrou a existência do mapa e o conhecimento desse fato pelo Barão, que lhe pediu silêncio a respeito, silêncio por ele escrupulosamente observado durante tantos anos. Admirável exemplo.

Com a participação de Rui Barbosa e Assis Brasil, nomeados a 17 de julho delegados plenipotenciários,⁶ as negociações prosseguiram celeremente. Em setembro, o presidente convocou uma reunião do ministério para ouvir a exposição de Rio Branco sobre as condições do acordo. Estas já eram conhecidas e combatidas na imprensa e no Congresso, por serem consideradas excessivas. Segundo *O Malho*, Rodrigues Alves não fazia nada, vivia dormindo.

Já a 17 de novembro era assinado o Tratado de Petrópolis, que, sem humilhações nem violências, deu ao problema uma solução ao mesmo tempo jurídica e natural.

Ao terminar sua exposição de motivos a Rodrigues Alves, submetendo-lhe o texto do Tratado, Rio Branco deixou perceber que considerava o feliz desfecho da missão mais importante do que suas vitórias anteriores, nos casos das Missões e do Amapá, e, também, ressalta o apoio direto que recebeu do presidente. Estas são as suas palavras:

“Com sinceridade afianço a V. Ex^a que, para mim, vale mais esta obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de V. Ex^a e graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos cidadãos e que pude levar a termo em condições sem dúvida muito mais favoráveis.”

LIMITES COM O EQUADOR

O feliz desfecho da pendência com a Bolívia representou o passo inicial da fixação definitiva das fronteiras do Brasil com os países da

6 Rui afastou-se em outubro, por não aceitar as condições do acordo, que considerava prejudiciais ao Brasil. O seu afastamento provocou “grande sentimento” em Rodrigues Alves, segundo anota o Barão.

América do Sul, obra encetada no governo Rodrigues Alves, com a autorização do presidente e o seu atento acompanhamento das negociações.

O trabalho preparatório dos diplomatas do Império, fosse dos ministros dos Negócios Estrangeiros, como os Viscondes do Uruguai, de Abaeté e do Rio Branco, fosse de hábeis diplomatas, como o Conselheiro Pontes Ribeiro ou o Barão de Japurá, tinha conseguido fixar os rumos geográficos e os assentamentos jurídicos das fronteiras, mas não chegara até o processo de demarcação.

Rodrigues Alves compreendeu – no dizer de Rio Branco – “a inconveniência e os perigos de continuarmos sem fronteiras demarcadas com alguns dos países vizinhos”, e autorizou o seu ministro a prosseguir nas negociações interrompidas havia tanto tempo.

Durante o governo Rodrigues Alves, entretanto, apenas com o Equador ficaram concluídas as negociações e, em conseqüência, firmou-se o Tratado de 6 de maio de 1904, cuja execução permanecia, como previsto em uma de suas cláusulas, dependente da solução do litígio existente entre o Peru e aquela república. Esse litígio foi juridicamente concluído em favor do Peru, embora politicamente seja causa, ainda hoje, de tensas relações entre os dois países. De qualquer forma, o tratado de 1904 tornou-se inaplicável, porque a vitória diplomática do Peru fez com que o Equador deixasse de ser fronteiro com o Brasil.

LIMITES COM O PERU

A fixação da nossa fronteira com o Peru chegou a assumir, entre 1902 e 1904, aspectos bastante graves, aproximados, mesmo, dos que se verificaram com a Bolívia, visto que houve choques armados, inclusive com a participação de forças regulares.

Rio Branco, considerando que a questão com o Peru tinha visível tendência a aprofundar-se, cortou-a energicamente pela raiz, ainda em 1904, trabalhando sem parar dia e noite, como era do seu extraordinário temperamento.

A 3 de junho de 1904, o ministro americano Dawson telegrafou ao secretário de Estado Hay:

“Devido à tensão das relações, o ministro do Exterior não se encontrará com o ministro peruano. Circular impressa do Peru ao Brasil, distribuída às legações, relaciona-se com munição interceptada em Manaus, o que irritou o ministro das Relações Exteriores, o qual, pelo que fui informado de boa fonte, pediu declaração de guerra, mas o presidente recusou. Creio que a atitude do ministro do Exterior é insincera. Estou muito confiante em que não haverá guerra.”⁷

Rio Branco, diplomata da escola européia, fazia provavelmente circular versões como essa, para acentuar a pressão contra os peruanos. Mas ainda que o Barão, inclinado a medidas fortes, estivesse sendo sincero, era evidente que Rodrigues Alves não embarcaria na aventura. Quem tinha tanto a fazer no Brasil não desejaria dissipar recursos em custosas aventuras bélicas. Tínhamos que saber, ao mesmo tempo, defender o nosso direito e salvaguardar a paz.

O colaborador mais útil de Rio Branco, na questão com o Peru, foi o Deputado mineiro Gastão da Cunha, a quem o Barão escrevia “caindo de sono”, às 5 e meia da manhã de 27 de julho, uma carta interessantíssima, revelada por Rodrigo M. F. de Andrade. Dela consta o seguinte e magistral resumo dos acordos preliminares (*modus vivendi*) conseguidos com o Peru, os quais condicionaram o êxito do tratado definitivo de 8 de setembro de 1909:

“Onde há brasileiros governamos nós, retirando-se os destacamentos e autoridades do Peru, e acima de Breu (no Juruá) e de Cataí (no Purus); onde não há brasileiros, funcionarão as comissões mistas, governando nós e os peruanos.”

Com esses acordos de *modus vivendi* de 1904 selou-se o fecho das negociações, só concluídas um lustro depois. Por aqueles ficava de antemão assegurado o direito incontestado do Brasil, diante das descabidas e ameaçadoras pretensões do Peru. Embora improcedentes, davam elas maior espaço às dúvidas, porque, ao contrário da Bolívia, o Peru é um

7 Este e outros despachos da legação americana foram copiados no Departamento de Estado, em Washington, por Afonso Arinos Filho.

país geograficamente amazônico. Além disso, a ação impatriótica da oposição, sobretudo em alguns jornais, dava mão forte aos que contestavam os lídimos direitos do Brasil.

A questão com o Peru trouxe a colaboração não só de Gastão da Cunha como de Euclides da Cunha, duas grandes figuras daquela geração. Gastão abandonou a política para dedicar-se à diplomacia e tornou-se amigo sincero de Rodrigues Alves, como demonstra a sua firme solidariedade, naquele mesmo ano, no episódio de 14 de novembro.

O presidente, como fizera na questão do Acre, acompanhou pessoalmente e de perto o desenvolvimento das negociações com o governo de Lima. No seu arquivo existe o seguinte documento, escrito de próprio punho:

“Peru – A questão de limites do Brasil com o Peru parecia trazer-nos as mais sérias dificuldades, maiores mesmo que as da Bolívia, pois o povo peruano é mais pretensioso e barulhento. Enquanto se negociava com a Bolívia, tendo-se dado ao Peru as seguranças de nossa boa vontade, absorvemo-nos completamente no trabalho com aquela nação, sem nos apercebermos da ação invasora e astuciosa do Peru em território nosso. As dificuldades tomaram vulto depois da assinatura do Tratado do Acre. Repetiam-se os conflitos e movimentos de força nas regiões do Norte e, em Petrópolis, o ministro do Peru⁸ afastava-se por completo do nosso,⁹ deixando de procurá-lo e tendo aberturas inconvenientes com o pessoal do corpo diplomático e da imprensa. O Correio da Manhã e o Jornal do Brasil pareciam antes servir aos interesses do Peru que aos do Brasil e do Sr. Conselheiro Lampreia¹⁰ ouvi uma vez que o senhor ministro do Peru, o Sr. Velarde, tinha disposições belicosas e deu-lhe a entender que o seu país não atenderia por forma alguma às pretensões do Brasil. Era essa a linguagem que tinha geralmente e foi isso que determinou, em certa ocasião, um violento editorial do País, que produziu a mais funda impressão. O Sr. Rio Branco, para desmanchar

8 Hernán Velarde. Foi quem assinou, a 12-2-1904, o acordo de *modus vivendi* com o Brasil.

9 Rio Branco.

10 Conselheiro Camelo Lampreia, ministro de Portugal.

essa impressão, teve de procurar o Sr. Velarde, e o país até pareceu chocar-se com isso.¹¹

Com a negociação do *modus vivendi* modificou-se a situação. Para chegar a esse resultado foi, porém, mister concentrar forças de terra e mar no Norte e fazer um grande movimento, grande e caro.

Antes do Sr. Velarde, esteve como ministro o Sr. Solar,¹² com o qual se deu um incidente relativo à casa em que morava, que era do Banco da República e que me havia sido cedida para passar o verão em Petrópolis. Depois de combinar a entrega da casa, conservou-a por muitos dias para poder nela dar festas a hóspedes que queria obsequiar.¹³

Tem constado ultimamente [setembro de 1905] que o Peru se arma, encomendando navios e artilharia; dizem que para lutar com o Chile. Mas quem sabe as suas intenções?”

Quando o presidente escreve que havia jornais que pareciam servir mais ao Peru que ao Brasil, exprimia uma verdade. Os artigos de ataque de Leão Veloso (Gil Vidal) a Rio Branco, na primeira página do *Correio da Manhã*, em julho de 1904, são inacreditáveis.

O leitor de hoje dos artigos daquele jornalista e deputado e dos discursos de Barbosa Lima fica chocado com o faccionismo e a falsidade daquelas arengas e publicações que só podiam enfraquecer o governo e prejudicar o Brasil em assunto tão grave e delicado. Felizmente, o Congresso, esclarecido por homens como Gastão da Cunha, sustentou o presidente e o chanceler na defesa do Brasil.

11 O país era orientado por Quintino Bocaiúva, que, como republicano histórico, recebera com reservas a eleição de Rodrigues Alves.

12 Amador del Solar.

13 A casa, situada na Avenida Koeller, fora construída pelos Teixeira Leite e oferecida em garantia de dívida ao Banco da República. Foi adquirida a este pelo Conde Paulo de Frontin, provavelmente com financiamento hipotecário. Frontin ofereceu a casa a Rodrigues Alves, que não quis comprá-la, sendo ele presidente, por causa da dívida com o banco oficial. Mais tarde, o prédio passou à propriedade do Conde Pereira Carneiro. Em 1904, o governo federal adquiriu o Palácio Rio Negro para os verões presidenciais.

LIMITES COM A COLÔMBIA

Tal como acontecia com outros países da América do Sul, também com a Colômbia tínhamos questões de limites, que datavam do tempo do Império, quando aquela república era ainda chamada Nova Granada, nome que perdeu depois da mutilação do seu território e formação do Estado do Panamá.

Araújo Jorge observa que “a dura lição do Acre não fora desaproveitada” e que “aos seus amargos ensinamentos devemos haver Rio Branco acelerado a discussão sobre as nossas restantes controvérsias de limites e entrado em entendimentos com a Colômbia”.

Os antecedentes diplomáticos do problema eram espinhosos. Os desentendimentos fundavam-se em uma controvérsia que era mais jurídica que factual. Os colombianos sustentavam a validade do Tratado de 1777, que dava ao princípio do *uti possidetis* uma conceituação jurídica, enquanto os brasileiros sustentavam a conceituação de fato para aquele princípio, ou seja, a existência do *uti possidetis* pela ocupação efetiva do território. Como se vê, era a repetição, em outros termos, da questão do Acre. Desde o reinado de Pedro I, passando pelo de Pedro II, diversas tentativas de solução do litígio fracassaram, dentre elas as que, no Segundo Reinado, foram encaminhadas pelos dois notáveis agentes diplomáticos do Brasil, Barão de Japurá e Conselheiro Nascentes de Azambuja.

Rio Branco contou, no caso, com a colaboração valiosa do Deputado paraense Enéias Martins, enviado em missão especial à Colômbia, no ano de 1905. Quando terminou o governo Rodrigues Alves, o litígio com a Colômbia, tal como acontecia com o do Peru, estava praticamente encaminhado. Assim o tratado de 24 de abril de 1907 representava a formalização do acordo conquistado anteriormente.

Enéias Martins, como o mineiro Gastão da Cunha, deixou a política pela diplomacia, em justo reconhecimento das qualidades de negociar, reveladas na questão com a Colômbia.

ACORDO DA LAGOA MIRIM

A conclusão da política de fixação pacífica das fronteiras foi atingida pelo Barão do Rio Branco no Tratado de 30 de outubro de 1909,

no qual o Brasil cedeu espontaneamente ao Uruguai a co-soberania das águas limítrofes da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Esta era, como as demais, uma dúvida que se arrastava desde o Império. Por várias vezes, desde meados do século XIX, o Uruguai reivindicou a livre navegação daquelas águas internas, mas nunca se pôde chegar a um acordo.

A posição do Brasil, no caso, era forte, quanto ao direito contratual – considerados os tratados como pactos internacionais – mas era excepcional no quadro do Direito Internacional geral. Com efeito, o princípio geral de direito é que as águas internas que marcam limites subordinam-se às duas soberanias ribeirinhas, respeitados os limites de cada qual. No caso, porém, da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, o Império brasileiro tinha adquirido o seu domínio em troca do apoio que deu ao Uruguai defendendo a sua soberania contra a caudilhagem interna e as ameaças argentinas.

O Império procurou manter o monopólio daquelas águas e o conseguiu por tratado válido – exatamente para afastar do nosso território os riscos de propagação da desordem endêmica no rio da Prata.

Rio Branco procedeu com generosidade, mas também com acerto político, ao devolver ao Uruguai o que o Direito Internacional reconhecia.

O tratado é de 1909, mas o seu preparo ocorreu, em grande parte, durante o governo Rodrigues Alves.

É obvio que as dificuldades a vencer não se situavam no plano diplomático, pois o Uruguai só tinha vantagens com o tratado. As dificuldades concentravam-se no plano nacional e exprimiam-se na resistência dos que, de boa fé, consideravam inconveniente um ato de generosidade sem contrapartida e dos que, de má fé, se rebelavam por hostilidade ao governo nos jornais e nas câmaras.

Pode-se, assim, afirmar que todos os grandes atos internacionais praticados pelo Barão do Rio Branco, como ministro do Exterior, foram encaminhados – e algumas vezes praticamente decididos – no quadriênio 1902-1906.

CARDINALATO BRASILEIRO

Outros acontecimentos de importância na vida brasileira, relacionados com a comunidade internacional, verificaram-se no decorrer

daquele período. Entre eles a nomeação, pela Santa Sé, do primeiro cardeal da América do Sul e a elevação da representação brasileira em Washington à categoria de embaixada.

A concessão da púrpura cardinalícia a um prelado brasileiro vinha sendo pleiteada desde bastante tempo, tendo sido cogitada, mesmo, no antigo regime.

Em 1898, Campos Sales passou por Roma como presidente eleito, sendo recebido por Leão XIII. Magalhães de Azeredo, que já então servia como encarregado de Negócios junto à Santa Sé, lembrou a Campos Sales a conveniência de se apresentar a reivindicação brasileira em termos concretos. Segundo relata aquele acadêmico e diplomata em carta a Machado de Assis, Campos Sales aceitou logo a idéia e, pouco depois de empossado, ensaiou as primeiras *démarches* em Roma, apresentando a candidatura do arcebispo do Rio de Janeiro, que viria, de fato, a ser o escolhido.

Quando Rodrigues Alves chegou à presidência, o Brasil tinha, junto à Santa Sé, um excelente representante diplomático, que era o Ministro Plenipotenciário Bruno Gonçalves Chaves, nomeado em junho de 1902. Homem hábil e paciente, Bruno Chaves conseguiu cercar-se de prestígio, não apenas durante o final do reinado de Leão XIII, como enquanto serviu sob Pio X.

Foi assim que Leão XIII enviou a Rodrigues Alves a bênção apostólica, por ocasião da sua posse, o que muito deve ter desvanecido o presidente, que era católico e de família católica, neste ponto diferente do seu ministro do Exterior, que era maçom e filho de maçom.

Rodrigues Alves escreveu a propósito da saudação papal a Bruno Chaves, o qual lhe respondeu em carta de 12 de junho de 1903, na qual existe o seguinte tópico:

“Eu continuarei com a maior dedicação a preparar o terreno para que, em ocasião oportuna, possa o Santo Padre dar uma prova da sua paternal estima aos católicos da nossa terra, criando um cardeal brasileiro. Há dificuldades para isso, não só no ciúme das repúblicas hispano-americanas, como também no estado atual da saúde de Leão XIII, que se acha cada vez mais em declínio físico.”

Rio Branco jogava com cuidado a cartada diplomática com a Santa Sé. Os países latino-americanos manifestavam aquele “ciúme” do Brasil de que falou o diplomata (o Chile pleiteava abertamente a criação do cardeal de Santiago), sob o razoável pretexto de que o mundo hispânico era composto de muito mais Estados do que o mundo português, enquanto o Barão não se fechava em tese exclusivista. Ele fingiu pleitear a criação de cardeais no Brasil e em outros países da América Latina, manifestando-se sempre nesse sentido. É claro que o seu desejo secreto era uma vitória isolada, mas era bastante astuto para saber que só a conseguiria à medida que fosse generoso para com os demais.

A condição de maçom de Rio Branco, que tinha a correção de a não esconder, e também a circunstância de ser filho do grão-mestre da Maçonaria brasileira, que dera início à penosa questão dos bispos no Império, deviam criar reticências na diplomacia aveludada do Vaticano daquele tempo. Mas a personalidade de Rodrigues Alves ia vencendo todas as possíveis resistências.

A 8 de dezembro de 1904, a filha mais velha de Rodrigues Alves, Ana, casou-se com o oficial-de-gabinete da presidência, Dr. Cesário Pereira.

O novo papa, Pio X, por provável solicitação de Bruno Chaves, enviou ao jovem par presente excepcional: sua bênção, que aparece manuscrita, em latim, por debaixo do próprio retrato.¹⁴ Profundamente sensibilizado, o presidente escreveu a Bruno Chaves, a 13 de fevereiro de 1905, uma carta em que dizia:

“O casamento de minha filha Ana com o Dr. Cesário Pereira, realizado no dia 8 de dezembro próximo findo, foi honrado com a bênção de Sua Santidade, que o Sr. Arcebispo Arcoverde¹⁵ anunciou, com grande unção, no meio de uma brilhantíssima assistência de católicos, que não puderam ocultar o seu contentamento.

Peço a V. Ex^a que apresente a Sua Santidade, na primeira oportunidade que se oferecer, com as minhas respeitosas

14 Esse retrato de Pio X encontra-se, hoje, na posse do Autor.

15 D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcânti, Arcebispo do Rio de Janeiro e futuro cardeal. Foi ele quem celebrou o casamento, na sala da capela do Palácio do Catete.

homenagens, o meu profundo reconhecimento pelas graças concedidas aos noivos.”

Depois do pai, vinha falar o político, o presidente:

“Tenho conhecimento da correspondência firmemente trocada pelo Sr. Barão do Rio Branco com V. Ex^a e nutro a esperança de que não será mais adiada a realização da promessa de um cardeal, que nos foi feita há cerca de seis anos. O Brasil tem aproximadamente 20 milhões de habitantes, na sua quase unanimidade católicos, e carece, neste momento, dessa manifestação de apreço, a bem mesmo dos interesses da religião. Sei que V. Ex^a se tem esforçado nesse sentido, e peço com interesse que não se descuide deste assunto. Será para mim particularmente agradável que o meu governo seja honrado pela Santa Sé com essa altíssima distinção.”

Homem da família, tocado pela bênção do papa dispensada à filha, o presidente não esquecia os seus deveres e as suas ambições políticas. Que viesse o cardeal. Que viesse durante o seu governo.

Bruno Chaves respondeu-lhe, a 5 de abril:

“Cumprindo suas ordens, aproveitei a primeira audiência, que poucos dias depois me foi concedida pelo Santo Padre, para apresentação dos cumprimentos de V. Ex^a [...] e transmiti a Sua Santidade os agradecimentos de que V. Ex^a se dignara incumbir-me, pela bênção especial enviada à sua Ex.^{ma} filha e a seu noivo, Dr. Cesário Pereira. Pio X mostrou-se penhorado pelas expressões de V. Ex^a, e encarregou-me de dizer-lhe que nada havia a agradecer, pois essa bênção ele a dera de todo o coração. Nessa mesma audiência, que foi longa, referi também ao Santo Padre as recomendações que V. Ex^a me fizera, na sua carta, para eu continuar a tratar com todo o zelo, a fim de obter o mais breve possível a criação de um cardeal brasileiro, e ponderei quanto a V. Ex^a seria particularmente agradável que o seu governo fosse honrado com essa altíssima distinção, proveitosa para a própria situação da Igreja no Brasil.

O Papa já estava informado da carta de V. Ex^a pelo eminentíssimo secretário de Estado,¹⁶ que a meu pedido lhe



*A chegada do Cardeal Arcoveide ao Rio de Janeiro.
À direita o arco triunfal erguido no Cais Pharoux. Fotos da revista Renascença*

falara dela; a intervenção pessoal de V. Ex^a foi um argumento de grandíssimo valor a bem da nossa causa, e influiu muito na pronta decisão do Sumo Pontífice, que já na referida audiência me prometeu satisfazer em breve os nossos desejos.

V. Ex^a já teve, pelos seus telegramas ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, a notícia da elevação à púrpura de um dos nossos prelados no próximo consistório, que provavelmente será em maio.¹⁷ Pela minha correspondência com o Sr. Barão de Rio Branco está V. Ex^a ao corrente das negociações havidas nestes três meses. Ficou, pois, conseguida a primeira e mais importante parte da nossa pretensão.”¹⁸

A concessão do cardinalato ao Brasil não se deu em maio, como pensava o nosso representante diplomático. Somente em outubro de 1905 o arcebispo do Rio de Janeiro foi chamado a Roma, tendo partido no dia 16 de novembro no navio italiano *Perseo*. No seu caderno de notas, Rodrigues Alves escreve, naquele mesmo dia, com os habituais laconismo e objetividade:

“Embarcou para a Itália o Sr. Arcebispo Arcoverde, que foi chamado a Roma, constando que será escolhido cardeal. Foi despedir-se por mim o General Aguiar.”

O Presidente revela neste apontamento o seu espírito seguro e prudente. Naqueles dias de outubro ele andava atormentado com o problema sucessório. Sua insistência errada, embora fundada em razões morais, em sustentar a candidatura Bernardino de Campos, levava-o ao fracasso político. Amigos o haviam abandonado, a imprensa o atacava com vigor, sua liderança política parecia esvaziar-se. No entanto, sua

17 O Cardeal Merry del Val havia passado nota confidencial escrita a Bruno Chaves, no dia 1^o de abril, anunciando que o papa havia decidido elevar à púrpura um bispo brasileiro, na primeira oportunidade.

18 Rodrigues Alves, mais tarde, não parecia bem impressionado com Bruno Chaves. Em nota íntima, depois de relatar queixas do Barão contra Olinto de Magalhães, que lhe não retribuía uma visita, ajunta: “Bruno Chaves fez a mesma coisa, este talvez zangado por não ter vindo com o cardeal. Logo que chegou mandei convidá-lo para o jantar que dei ao cardeal e ao qual eu assisti. O convite desencontrou-se e foi para o Rio Grande, de onde o Sr. Bruno agradeceu, fazendo-me um pedido de vantagens pecuniárias” (nota de 6 de junho).

administração obtinha êxitos indiscutíveis, como aquele da criação de um cardeal de língua portuguesa, num continente onde predominava o idioma espanhol. Rodrigues Alves, vimo-lo pela correspondência acima, sabia desde abril que o chapéu de cardeal havia sido conquistado pelo seu governo, e em grande parte por causa do seu prestígio pessoal junto a Pio X. No entanto, mesmo em um apontamento dedicado às suas lembranças pessoais, refere-se ao fato sem afirmá-lo: “consta que será escolhido cardeal”.

Chegado a Roma a 3 de dezembro, D. Joaquim Arcoverde foi recebido pelo papa no dia seguinte, em audiência privada, na qual lhe foi comunicada a auspiciosa notícia. No dia 11, o consistório formalizou a decisão,¹⁹ sendo a cerimônia pública da imposição do chapéu levada a efeito a 16 do mesmo mês. O novo cardeal demorou-se na Europa. Somente a 1^o de abril de 1906 desembarcou no Rio de Janeiro, com grandes homenagens.

Segundo a imprensa do dia, os ministros estavam no cais, e o mais glorioso deles, Rio Branco, malgrado a sua hierarquia maçônica, beijou-lhe o anel.²⁰

A 11 de abril de 1906, Rodrigues Alves, em Petrópolis, anotou no seu diário:

“Desci para a inauguração das Belas-Artes, na Avenida. Às onze e meia fui visitado pelo Cardeal Arcoverde, recebendo-o na sala da capela. Mostrou-se muito agradecido à ação do governo. Em Roma se atribuiu a criação do cardinalato à *tenacidade*, *competência* e *dignidade*²¹ com que agiu a diplomacia, havendo tantos embaraços a vencer. Havia promessas, mas se não fosse o emprego de tanto esforço e com tanta insistência e dignidade, nada se teria conseguido. Trouxe algumas linhas autografadas do Santo Padre, que me mandará depois.”

19 Diário de Rodrigues Alves: “11 de dezembro. Recebi telegrama de Roma do Dr. Bruno Chaves comunicando que, no consistório de hoje, foi feito cardeal o Senhor Arcoverde.”

20 Diário de Rodrigues Alves (nota de Petrópolis): “1^o de abril. Chegou o Cardeal Arcoverde. Fizeram-lhe no Rio estrondosa manifestação. O General Aguiar desceu para representar-me. Os jornais são acordes em dizer que a manifestação esteve imponente.”

21 Palavras sublinhadas no original.

Na mensagem do presidente ao Congresso Federal, de 3 de maio de 1906, encontra-se este tópico:

“O Santo Padre Pio X deu uma prova de particular afeto aos brasileiros criando cardeal, no consistório de 11 de dezembro último, o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcânti. É a primeira vez que tão alta distinção recai em um prelado da América Latina.”

Se Rodrigues Alves foi discreto na mensagem, e omissos nas suas notas, em consignar a participação pessoal que tivera no acontecimento, o mesmo não aconteceu com o Cardeal Arcoverde, que, a 18 de maio, escreveu-lhe, da cidade de Conceição, a seguinte carta:

“Em carta que escrevi a V. Ex^a de Roma,²² manifestei o que sentia com relação à pessoa de V. Ex^a e o cardinalato brasileiro. Hoje venho agradecer a V. Ex^a a referência que sobre isso fez na luminosa e magistral mensagem, com que V. Ex^a se dirigiu aos digníssimos senhores representantes da nação. Daí passará para a história do nosso país o nome do augusto Pontífice Pio X, como tendo conferido ao Brasil uma distinção, que, até hoje, nenhuma outra nação latino-americana lograra conseguir. Esta menção penhorará grandemente o magnânimo coração do Sumo Pontífice, e eu muito agradeço a V. Ex^a por tê-lo feito. Como lembrança do Santo Padre Pio X, tenho a grande satisfação de oferecer a V. Ex^a o autógrafo, que entregará o portador, com o qual o Santo Padre, com abundância de coração, envia a V. Ex^a um penhor de seu paternal carinho. Como atestado de minha pessoal gratidão rogo a V. Ex^a se digne de aceitar esta fotografia, tirada em Roma, pela circunstância de minha elevação à púrpura cardinalícia.

Com muita estima e distinta consideração me confesso de V. Ex^a obr.^{mo} e at^o servo.

Conceição, 18 de maio de 1906.

J. Cardeal Arcebispo.”

22 Esse papel não se encontra entre os de Rodrigues Alves em poder do A.

O rascunho da resposta do presidente encontra-se junto à carta do Cardeal:

“Eminente Cardeal Arcoverde.

Sou muito agradecido à grande bondade do Santo Padre e a Vossa Eminência. Guardarei os dois belos quadros com carinho e terei logo oportunidade de levar pessoalmente a minha gratidão a Vossa Eminência, por uma lembrança tão gentil quanto confortadora.

Com alto apreço, de Vossa Eminência afetuoso e respeitador.”

A PRIMEIRA EMBAIXADA

Na mensagem de 3 de maio de 1905, o presidente da República informava o Congresso Nacional:

“A nossa antiga legação em Washington foi elevada à categoria de embaixada, nomeando eu, a 10 de janeiro, para exercer as funções de embaixador dos Estados Unidos do Brasil naquele importante posto o Sr. Joaquim Nabuco. No mesmo dia, como estava combinado, o Presidente Roosevelt submeteu ao Senado a nomeação do Sr. David E. Thompson para cargo de embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil.²³ Aprovada a escolha no dia 13, foram as credenciais dos dois embaixadores assinadas no Rio de Janeiro e em Washington no dia 21... A rapidez com que se fez a criação simultânea das duas embaixadas mostra bem a mútua estima que existe entre os dois governos e a boa vontade com que o governo e o povo dos Estados Unidos da América correspondem à nossa antiga e leal amizade.”

Ao nomear Joaquim Nabuco para primeiro embaixador da República, Rodrigues Alves obedecia aos sentimentos pessoais que sempre o animaram quanto ao colega de colégio e amigo admirado de

23 Thompson já era ministro no Rio de Janeiro desde abril de 1903, tendo permanecido como embaixador até junho de 1906. Nos seus impedimentos foi substituído pelo ministro conselheiro Dawson.

toda a vida, e também aos impulsos cívicos de presidente, desejoso de dar ao grande advogado do Brasil na questão da Guiana Inglesa uma prova pública do apreço do governo depois do julgamento inepto e injusto do rei da Itália, condenado por grandes autoridades do Direito Internacional.

Rui Barbosa chamou os dezoito volumes da defesa de Nabuco “trabalho maravilhoso e colossal”, opinião de peso, partida de um trabalhador intelectual, ele próprio, colossal e maravilhoso.

A decisão de 14 de junho de 1904 veio desconhecer a verdade histórica e jurídica ofuscantemente demonstrada naquele monumental esforço. Mas a opinião nacional prestigiara o defensor dos nossos direitos, tanto quanto as competências internacionais.

Nabuco enfrentou o revés com firmeza e magnanimidade.

Mas, como observa João Frank da Costa, no seu estudo sobre Nabuco e a política externa, a ameaça do imperialismo territorial inglês, ainda vivo naquele tempo, lançou-o de braços abertos na defesa do monroísmo. O fortalecimento da doutrina, dirigida contra a Rússia no princípio do século XIX, poderia servir contra a Inglaterra, a Alemanha ou outra potência expansionista européia faminta de territórios, no começo do século XX.

Tão impregnado ficara Nabuco dessa convicção patriótica que, semanas depois do laudo do rei italiano, insinuou a Rio Branco o seu aproveitamento em Washington, onde esperava realizar o trabalho de aproximação que correspondia aos interesses defensivos do Brasil.

O Barão não deve ter precisado de muitos argumentos para fazer o presidente aceitar a elevação do posto a embaixada e aprovar o nome do embaixador.

Com efeito, desde que se achava no governo de São Paulo, Rodrigues Alves acompanhava a missão de Nabuco em Roma, como demonstra este bilhete sem data de ano, mas, provavelmente, de 1902:

“Nabuco,

Ainda não pude cumprir o dever de felicitá-lo pelo êxito de seus esforços na missão que está desempenhando e que eu

acompanho com interesse. O ano novo oferece-me ensejo de fazê-lo e ao mesmo tempo de dar a você e família as boas festas.

Creia-me sempre amigo e colega

F. P. Rodrigues Alves

São Paulo, 1^o de janeiro.”

Depois do julgamento, o presidente escreveu esta carta a Nabuco, na qual **he** oferecia a sua solidariedade em face da injustiça praticada contra o país e contra ele:

“Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1904.

Nabuco,

Tive ocasião de ler em uma carta dirigida ao Bulhões, que havia causado reparo o meu silêncio sobre as memórias que você escreveu no desempenho da missão junto ao rei da Itália. Conhecia, por informações freqüentemente recebidas, a importância desses trabalhos. Não tive, porém, oportunidade de os examinar senão agora, verificando com muita satisfação o esforço que você empregou para bem cumprir os importantes deveres do seu cargo e a alta competência com que tratou do assunto confiado aos seus estudos.

Aceite as minhas felicitações e o meu reconhecimento. Todo o país acompanhou com interesse e aplaude os seus esforços. De minha parte não houve surpresa alguma. Apreciava já os méritos do nosso ilustre advogado, de quem tive a felicidade de ser companheiro desde a infância.

Quando tiver tempo dê-me notícias, estimando muito conhecer as suas impressões sobre os negócios públicos e os grandes interesses da nossa pátria aqui e no exterior.

Creia-me sempre, amigo e colega

F. P. Rodrigues Alves.”

A resposta de Nabuco, enviada de Londres a 7 de outubro começa desfazendo qualquer resquício de mágoa:

“Sua carta deu-me grande satisfação; eu somente manifestei ao Bulhões o receio que tenho do juízo de lá. Seu telegrama, porém, e o do Rio Branco, logo após a sentença tiraram-me toda a dúvida.”

Em seguida, Nabuco entra em laboriosas explicações para diminuir a impressão da injustiça que sofrera. Nem seriam necessárias tais explicações, pois o presidente, como toda a opinião brasileira, estava solidário com o grande homem.

Uma das versões que circularam no Rio, sobre as causas de nosso insucesso, merece ser lembrada. No número de 18 de junho de 1904, a revista *O Malho* afirmava que a entrega dos direitos do Brasil à arbitragem do rei da Itália, havia sido decidida pelo Ministro Olinto de Magalhães sob a influência do escritor e jornalista italiano Carlo Parlagreco, radicado no Brasil.²⁴

A elevação à categoria de embaixador do posto de ministro em Washington, anunciada por Rodrigues Alves em sua mensagem de 1905, não se fez sem resistências internas e críticas externas.

Levado pelo desejo de aumentar o prestígio do Brasil nos Estados Unidos, possivelmente influenciado pelas idéias monroístas de Nabuco, derivadas da sua desilusão no litígio com a Inglaterra, Rio Branco decidiu-se, depois do desfecho infeliz deste último, a criar a embaixada. O México mantinha em Washington um representante com categoria de embaixador, o qual tinha acesso direto ao Presidente Roosevelt, vantagem de que ficavam privados os diplomatas de menor nível. Assis Brasil, quando nosso ministro em 1903, chamara a atenção de Rio Branco para o fato.

Em dezembro de 1904, o Barão inicia sondagens diretas, por intermédio do nosso ministro em Washington, Gomes Ferreira, sobre a elevação do posto a embaixada. Os despachos enviados pelo chanceler referem-se ao apoio pessoal de Rodrigues Alves às gestões. Mas, no decurso delas, não deixaram os adversários do governo de se aproveitarem do pretexto para atacá-lo. O *Jornal do Brasil*, notadamente, logo após a nomeação de Nabuco, estampou um ferino editorial em cujo texto, a par de críticas à “megalomania” do governo e apelos hipócritas à economia, aninha-se uma suja intriga com as forças armadas, que dizia estarem ao abandono no seu despreparo, enquanto os recursos eram dissipados nas verbas das Relações Exteriores. Ora, essa dissipação não passava de dez

24 Parlagreco teve, na verdade, certa influência nos meios políticos e intelectuais. Machado de Assis o elogia. Rodrigues Alves queixa-se da sua oposição.

contos a mais por ano. Também a *Prensa* de Buenos Aires e o *Morning Post* de Londres (segundo comprova Frank da Costa no seu estudo) desvirtuavam o sentido do ato da chancelaria brasileira, atribuindo-o a estultos propósitos de dominação brasileira no continente do sul.

Não se pode desvincular a intransigência das críticas internas e externas ao Brasil no caso célebre da canhoneira alemã *Panther*²⁵ que, naqueles mesmos dias, mantinha tensa a opinião nacional e levantava fortíssima onda de ataques ao governo. De resto, aquela fase do quadriênio, subseqüente à derrota de Rodrigues Alves no jogo da sucessão presidencial, correspondeu ao ponto mais baixo da maré vazante do seu prestígio político. A evidência do êxito espetacular da sua administração, com o fim da febre amarela e a inauguração da Avenida Central, não impedia os motins nos quartéis, as manifestações de apoio do meio oposicionista aos conspiradores de 1904, como Lauro Sodré, e até denúncias partidas do bispo de Petrópolis, do chefe de Polícia do Rio e do Ministro Seabra, sobre o plano de um atentado contra a vida do presidente da República.

Este (vê-se pelos seus apontamentos íntimos) continuava imperturbável na execução da sua tarefa, anotando, com a mesma calma, episódios rotineiros da administração e graves sintomas da crise latente.

Com o próprio Nabuco desabafa, em carta de 28 de fevereiro. Depois de referir-se a cartas recebidas do embaixador e a aspectos da sua missão, escreve:

“Não tenho feito outra coisa senão trabalhar para que, aí fora, se fale bem do Brasil e se tenha fé nos seus grandes recursos e nos seus destinos. Chamam-me às vezes de fraco os que não querem compreender que eu prefiro sacrificar àquele trabalho, que me parece tão digno dos governos, as preocupações acanhadas deste meio que você conhece tão eriçado de asperezas, de ambições e de desconfianças. Posso sofrer um pouco em meu amor-próprio, mas não descubro assim as nossas *grandes fraquezas*²⁶ e alegro-me quando vejo que um esforço como esse está sendo proveitoso à nossa pátria e que vamos adquirindo, no exterior, um prestígio que parecia perdido.”

25 V. adiante, pág. 376.

26 Sublinhado no original.

A amizade que ligou desde a infância o presidente e o embaixador nunca sofreu alteração. As contingências da política levaram Rodrigues Alves a esfriar relações com antigos companheiros paulistas, como Antônio Prado, Prudente, Campos Sales e Bernardino. Nabuco, por sua vez, afastou-se de Oliveira Lima e até de Rio Branco. Mas nunca Rodrigues Alves e ele deixaram de se tratar com deferência pública e carinho particular, talvez porque nunca se encontraram as órbitas das respectivas vidas.

Em 1898, Nabuco manifestava precisamente o teor desses sentimentos em carta a Rodrigues Alves:

“Rio, quinta-feira, 6 de outubro de 1898.

Meu caro Rodrigues Alves,

O telégrafo sem fio, que nos põe em comunicação desde o Pedro II, já terá registrado, para você, a agradável impressão em que me acho, pelas suas afetuosas palavras. Você sabe que não faz senão reciprocamente a amizade, com todas as suas consequências, uma das quais é o alto apreço, a fascinação que lhe conservei sempre.”

Na carta credencial de Nabuco, dirigida ao Presidente Roosevelt, Rodrigues Alves empregou expressões não comuns em documentos daquela natureza, as quais, pela forma e pelo conteúdo, revelam ser do seu próprio punho:

“As raras qualidades que nele [Nabuco] concorrem, os seus distintos talentos e o brilho com que desde muito se tem assinado na história política e na república das letras, me dão a certeza de que, nesta nova e elevada missão, ele concorrerá para manter ainda mais cordiais, se é possível, as relações de boa e antiga amizade que felizmente existem entre os nossos dois países, e de que fará tudo quanto de si depende para poder merecer a honra de vossa estima e as simpatias do povo americano.”

Nabuco não ficou atrás nos encômios, no ofício a Rio Branco, em que dá conta da cerimônia da apresentação de credenciais.

“Não duvido um instante de que a minha atitude na Casa Branca, em 24 de maio de 1905, terá merecido a aprovação de V. Ex^ã, assim como a do presidente da República. Posso dizer que eu pensava tanto neste como no Presidente Roosevelt,

quando disse a este, recordando Washington, Monroe e Lincoln: no vosso cargo, Senhor Presidente, há horas que se tornam épocas, gestos que ficam sendo atitudes nacionais imutáveis.”²⁷

Ambos tinham razão: presidente e seu embaixador representavam um ponto alto na vida pública nacional.

O monroísmo de Nabuco, do qual não se afastou desde o início da sua missão, até que foi cortado pela morte, em 1910, tem sido bastante estudado e discutido. Há modernamente quem louve a conduta emotiva e racional de Nabuco para com os Estados Unidos, para justificar atitudes transigentes e demissionistas das nossas relações para com a grande república, em assuntos de interesse nacional.

Há, em pólo oposto, quem censure o ilustre representante brasileiro, procurando ver, na sua concepção do monroísmo, um desvio sentimental e literário, por isso mesmo irrealista e artificial.

Os dois julgamentos são parciais, e fundam-se numa visão deformada de atitudes passadas, em função de elementos atuais.

Nabuco, com ser idealista, não deixava de ser realista, e sua atuação na campanha libertadora dos escravos é uma larga demonstração desta afirmativa.

Recorde-se que a sua adesão incondicional ao monroísmo – entenda-se ao monroísmo tal como ele o concebia e não a doutrina do *big-stick* do Presidente Roosevelt – proveio dos riscos de anexação territorial na América do Sul, em benefício das potências coloniais européias.

Para Nabuco, o monroísmo, reconhecida embora a predominância norte-americana, não devia levar a uma política centralizada em Washington, senão que sua prática tenderia normalmente à multipolarização das influências. O isolamento étnico e histórico do Brasil (suas origens portuguesas e monárquicas), bem como sua importância relativa entre os países latinos, seriam de natureza a aumentar nossa influência nessa progressão continental do espírito americanista. Esta era, em resumo, a concepção de Nabuco, que, considerada a alteração dos fatores determinantes, parece válida até os nossos tempos.

Não há dúvida de que a apresentação da tese por Nabuco, seja em cartas particulares a amigos, dentro e fora do governo, seja em documentos oficiais, era demasiado enfática e podia prestar-se a equívocos

27 Ofício transcrito por João Frank da Costa.

de apreciação, como o que o levou a romper com Oliveira Lima. Mas não há dúvida, também, de que os entusiasmos verbais de Nabuco eram devidos à sua suspeita de que Rio Branco não acompanhava sua maneira de pensar. Levado por essa desconfiança nas intenções do Barão, que, se fundada, representaria o fracasso da sua missão na América, Nabuco forçava a mão no monroísmo.

A posição de Rodrigues Alves era de apoio leal ao seu ministro e de confiança admirativa no seu embaixador.

Na mensagem de 1906 escreveu:

“Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada, desde 1822, pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido.”

Nabuco, historiador político, sabia que isto não era totalmente exato. Ele próprio, no seu livro sobre a intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada, criticava a ação do almirante norte-americano em águas brasileiras. Quanto a Rodrigues Alves, vemos por outro trecho da citada carta de 28 de fevereiro a Nabuco, que ele, na presidência, esposava a posição do seu embaixador. Eis o trecho referido: “Li também o seu longo ofício confidencial ao Sr. Rio Branco. Há muito tempo que me impressiona a pujança dessa grande nação, admirando a energia da raça, a ousadia do esforço para progredir.”

Admite “a conveniência de procurar estreitar com ela as nossas relações de amizade”. Mais adiante observa que esta opinião encontrava reservas:

“Aqui nem todos acreditarão nas vantagens de uma mais estreita cordialidade em nossas relações com os Estados Unidos e muitos se assustarão ainda com a doutrina de Monroe.”

Com o tempo essas idéias de Rodrigues Alves foram sofrendo algumas modificações. Veremos, no momento próprio, que ele, no exercício da última presidência de São Paulo, confiou ao caderno de notas uma dúvida sobre a política de excessivos compromissos com os Estados Unidos. Tinha-a então por menos acertada.

Sua experiência de administrador, no campo interno, a lidar com problemas econômicos e financeiros, lhe ensinara que os interesses nacionais falam muita vez mais alto que os sentimentos internacionais, por mais nobres que sejam. Vira o que era a finança estrangeira forçando a baixa do café e a queda do câmbio, quando fora ministro da Fazenda. Vira, no caso do Acre, como a Secretaria de Estado, em Washington, deu a entender a obrigatoriedade do seu apoio aos planos imperialistas do Bolivian Syndicate, com o argumento de que não podiam ficar desatendidos interesses justos de cidadãos dos Estados Unidos. E veria mais tarde, quando presidente de São Paulo, durante a Primeira Guerra Mundial, como a sede de ganho dos especuladores americanos se encarniçou contra a nossa política cafeeira, a ponto de levar-nos quase ao craque.

Em resumo, Rodrigues Alves aceitava como normal a liderança continental dos Estados Unidos, e seria irrisório contestá-la. Reconhecia a influência benéfica dos melhores aspectos da democracia norte-americana. Sabia que o auxílio dos recursos dos grandes países era indispensável ao nosso desenvolvimento, e isto ressaltava suas numerosas declarações sobre a técnica, o imigrante e o capital estrangeiros, desde seus tempos de deputado, no Império. Não ignorava, como gestor das nossas finanças, que o eixo das nossas exportações se deslocara da Europa para a América do Norte. Mas, no final da sua experiência de estadista, convencera-se de que o governante deve sempre, na medida do possível, defender decisões nacionais para os problemas nacionais.

O INCIDENTE DA CANHONEIRA *PANTHER*

O expansionismo territorial, característico das metrópoles colonialistas, iniciara-se com o Estado mercantilista no século XVI e adquirira o apogeu com o Estado industrial do século XIX. Na primeira fase, o Brasil sofrera as conseqüências do movimento com as tentativas francesas e holandesas das duas primeiras centúrias do regime colonial.

A independência encontrou o apoio inglês, e o seu respeito pelo nosso território. Era mais fácil e mais barato para a Inglaterra exercer o seu domínio através do controle econômico e financeiro, sem ter de se preocupar com a organização interna do Estado, a não ser na medida da defesa daqueles interesses.

A ordenação dos imensos territórios adquiridos na África, Ásia e Oceania pelas duas principais potências colonizadoras, a Inglaterra e a França, era tarefa demasiado pesada. A posição defensiva dos Estados Unidos quanto à América Latina fazia com que àquele país só interessassem bases especificamente militares, como as ilhas do Caribe, o Panamá ou as Filipinas, pois territórios eles já tinham demais.

O grande risco, no princípio do século XX, era a Alemanha, vitoriosa na sua guerra com a França, unida em um só Estado pelas conseqüências daquela vitória, senhora de todo o mundo germânico europeu, e em plena expansão industrial e naval. Chegando demasiado tarde na partilha dos outros continentes, a novíssima Alemanha lançava naturalmente suas vistas para a América do Sul. Dentro dela o Brasil, pelo seu enorme território e pela sua posição geográfica, seria naturalmente a presa cobiçada.

São conhecidos os antecedentes das pretensões alemãs a uma parte do sul do Brasil. Elas duraram enquanto durou o expansionismo alemão, ou seja, de Guilherme II a Hitler. Somente o esmagamento do espírito prussiano de dominação na Segunda Guerra Mundial pôde exterminar realmente aquele perigo.

A Alemanha do princípio do nosso século movia sua campanha em duas direções. Sabendo que não podia competir com a força dos Estados Unidos, não ousava reivindicações territoriais na América do Norte mas organizava os germano-descendentes, já então poderosos e influentes a se oporem à doutrina de Monroe. Quanto ao Brasil, país fraco, a propaganda anexionista era franca, às vezes afrontosa.²⁸

O irrequieto Imperador Guilherme, que despedira Bismarck, mas pretendia seguir sua obra, fazia incursões dramáticas na política externa, frequentemente em questões coloniais.

Episódios como o do seu discurso às forças alemãs em partida para a China, o grave incidente de Agadir (no qual envolveu-se o mesmo vaso de guerra que anteriormente havia dado tanto o que falar no Brasil), e o próprio caso da *Panther* no nosso país, ilustram a excitação arriscada do homem que acabaria contribuindo, pela sua insensata ligeireza, para lançar o mundo na tragédia de 1914 a 1918.

28 Contou-me certa vez meu pai que, encontrando-se na Suíça em 1911, protestou ao ver um mapa alemão, no qual figuravam partes do sul brasileiro com o dístico “possessões alemãs na América do Sul”.

O MALHO

O CASO DA PANTHERA



*O caso da Panther numa caricatura de O Malho. Na legenda do desenho lê-se: O Brasil: – Para traz, pantera! Ou tu me dás uma satisfação d’aquelle ataque brutal que a tua gente fez à minha soberania, ou eu te abaixo a grimpa dos bigodes, ainda que seja preciso lutar até a morte!! / R. Branco: – O meu protesto diplomático ressalva a dignidade nacional! Calma! Firmeza! Energia! Não tarda o dia da reparação da afronta! Ai deles, se os nossos protestos não forem atendidos! / R. Alves: – Ahi, caboclo turuna! Ahi, Barão cuéra! É assim que eu vos quero ver contra qualquer fera do imperialismo insolente! –
Coleção Álvaro Cotrim*

O Direito Constitucional do Império alemão, construído racionalmente por juristas autoritários como Laband, seria sempre instrumento maleável para as loucuras bélicas daquele militarismo rapace, como foi mais tarde o Direito Constitucional do Terceiro Reich, elaborado por homens como Carl Schmitt. No fundo o *Fuehrerprinzip* já existia, em germe, na monarquia prussiana.

Compreende-se, assim, as dimensões que assumiu na emoção nacional e no noticiário internacional o incidente de secundária importância, provocado pela canhoneira *Panther*, em novembro de 1905. Costeando o litoral de Santa Catarina, em 27 daquele mês, o barco de guerra germânico ancorou por algumas horas em Itajaí, tendo o capitão enviado à terra uma escolta, comandada por um oficial à paisana, para se informar sobre o paradeiro de certo desertor.

Sem dúvida, a iniciativa do comandante era despropositada, pois ele devia saber que só por intermédio das autoridades nacionais, na devida forma, poderia encaminhar tal investigação.

Os fatos foram também exagerados, e logo se publicou que o desertor havia sido preso pela escola estrangeira e transportado para bordo, o que não era exato. De qualquer forma, a importância do caso transbordou do incidente em si, e teve enorme repercussão na imprensa e no Congresso, espalhando-se também pelos jornais europeus e americanos, prevenidos contra a Alemanha.

Na Câmara dos Deputados foi apresentado requerimento de formação de comissão geral²⁹ para ouvir Rio Branco. Segundo anota Rodrigues Alves, “o Deputado Érico Coelho maltratou muito o Dr. Joaquim Nabuco”. E acrescenta: “Hoje me confirmou isto o [deputado] Paula Guimarães. Érico disse que Nabuco não tinha valor e que em Washington ninguém fazia caso dele.”³⁰

Diante de declarações tão ridículas, o presidente adquiria maior tolerância para os ataques com que estava sendo, ele próprio, alvejado.

29 A Comissão geral era constituída pelo próprio plenário, que passava a trabalhar em regime de simples comissão, podendo proceder a sessões secretas. Os ministros podiam ser convocados perante elas, o que não ocorria com o plenário.

30 Nota de 13 de dezembro. É digno de menção o fato de que Barbosa Lima, que fazia oposição a Rodrigues Alves e a Rio Branco, discursou na sessão de 7 de dezembro solidarizando-se com o governo.

Rio Branco portou-se com notável decisão. Suas exigências de reparação moral ao embaixador alemão foram enérgicas, embora apresentadas de acordo com o protocolo diplomático e o direito internacional. A Marinha aparelhou e fez partir para o Sul três navios de guerra, e o governo não hesitaria em fazer hostilizar a canhoneira, caso não recebesse as cabais satisfações reclamadas.

As explicações, amplas e satisfatórias, vieram da legação alemã a 2 de janeiro de 1906, em nome do Imperador Guilherme.

Procedendo habilmente até o fim, o Barão advertiu Rodrigues Alves de que seria melhor não mencionar o caso na mensagem de maio. Segundo alegaram as próprias fontes alemãs, nunca o governo de Berlim havia dado desculpas tão completas em um incidente diplomático.

Neste pequeno acontecimento, que empolgou durante um mês o meio político, ressaltou a presteza e energia com que o governo defendeu os seus direitos de soberania, defesa sempre necessária quando parte de um país fraco, que os vê desconhecidos por uma grande potência.

Como sempre acontece em casos semelhantes, a imprensa, mal informada sobre as negociações que transcorriam em natural sigilo, passou a atacar rude e demagogicamente o governo, principalmente nas pessoas do presidente e do ministro do Exterior, como se eles estivessem omissos ou timoratos em face da ameaça estrangeira.

A idolatria pelo Barão parecia esfumar-se. *O Malho* qualifica-o de “pateta”. A maioria dos jornais passa a tratar o ministro desrespeitosamente. Assim procediam o *Jornal do Comércio* (José Carlos Rodrigues; redator provável, Tobias Monteiro), o *Jornal do Brasil* (irmãos Mendes de Almeida), *A Tribuna* (Antônio Azeredo) e o *Correio da Manhã* (Edmundo Bittencourt, e, principalmente, Leão Veloso, sob o notório pseudônimo de Gil Vidal). Em defesa de Rio Branco, só *O País* e a *Gazeta de Notícias*. Note-se que a imprensa procedia com independência. Havia jornais, simpáticos ao governo, que o atacavam, no episódio, e outros, hostis, que o defendiam.

A atitude mais surpreendente era, sem dúvida, a do *Jornal do Comércio*, cujo diretor, José Carlos Rodrigues, era o chefe da imprensa conservadora, além de amigo do presidente e do chanceler. Mas José Carlos Rodrigues encontrava-se na Europa e Tobias Monteiro, redator

prestigioso, agia por sua própria conta. É o que se depreende da seguinte nota de Rodrigues Alves, de 5 de fevereiro de 1906:

“Disse-me o Sr. Rio Branco que tinha recebido telegrama do Dr. José Carlos Rodrigues, de Paris, sobre a atitude do *Jornal do Comércio* na questão da *Panther*. O Barão se havia queixado por telegrama e o Dr. José Carlos disse-lhe que havia censurado os companheiros e que estes disseram que foram forçados a acompanhar a onda popular. O Barão disse-me que havia replicado, explicando tudo quanto houve e batendo [sic] a tal história da onda popular, que era antes o jornal que queria irritar.”

Em nota anterior, de 12 de janeiro, o presidente já se havia referido às causas da atitude do jornal líder da imprensa de então:

“Mande um filho à estação despedir-se do Dr. Benedito Leite, que veio ontem despedir-se para o Maranhão. Na estação o Dr. Graça Aranha disse a meu filho que a ‘vária’ de ontem do *Jornal* era do Dr. Tobias Monteiro. Tinha-o procurado para dissuadir o *Jornal*, folha conservadora, de escrever a respeito, mas não conseguiu. Anteriormente o Dr. Tobias se havia queixado a meu filho do caminho que a questão levava e que o Barão estava escrevendo demais ao Dr. [Luís] Barbosa do *Jornal*. Pareceu-me despeito de preferências supostas ao companheiro. Foi, aliás, o *Jornal* que alarmou a opinião, desde o princípio, publicando notícias falsas e que se verificou não serem verdadeiras.”

Rodrigues Alves era apresentado como um dois-de-paus, alheio ao que se passava em torno, quando, na verdade, estava perfeitamente informado das providências, que ele próprio coordenava, entre o Itamarati e o ministério da Marinha, sempre fiel ao princípio segundo o qual “os ministros faziam tudo o que desejavam, exceto o que ele não queria”.

No dia 8 de janeiro, o presidente, em Petrópolis, registra no seu caderno um artigo da *Gazeta de Notícias*, em que sua posição no caso é ridicularizada. E observa:

“Assinalo isso somente para conservar um espécime da má vontade desta gazeta contra o governo. Há muitos outros nesse estilo.”

No dia 11 escreve:

“Os jornais da tarde de ontem e os da manhã de hoje, com exceção da *Gazeta de Notícias*, falam mal da solução dada ao caso da *Panther*. A *Tribuna* de ontem trouxe um editorial sobre a epígrafe ‘Fiasco diplomático’. É o Salamonde quem está escrevendo nesse jornal. Desde que tomou conta da redação, começou a mostrar má vontade ao governo na questão da *Panther*. Ainda não sei o motivo dessa atitude. Foi o defensor do tratado de Petrópolis no *País*.”

A excitação popular causada pelas explorações feitas em tomo da *Panther* chegaram a assumir feição ameaçadora, semelhante à da revolta da vacina, em 1904, embora não tão grave. Vários dos implicados na revolução da vacina envolveram-se na conspiração para eliminar Rodrigues Alves em 1906.

A 30 de dezembro, em Petrópolis, o presidente escrevia:

“Fui procurado pelo Padre Teodoro da Silva Rocha, vigário, para dizer-me que tentarão contra a minha vida, e que havia plano para me assassinar no dia 1º de janeiro, por ocasião da recepção. O assassino se misturaria com os diplomatas. Disse-me que era de confiança a pessoa que lhe havia referido isso. Agradei, lembrando avisos que havia recebido em outras circunstâncias, e que procuraria me acautelar. Chegou-lhe a dizer a tal pessoa que eu não devia descer no dia 1º.”

Os boatos não cessaram com a solução diplomática. Afastado o pretexto da *Panther*, ressurgiram os ódios indormidos. A 17 de janeiro anotava o presidente, que retornara a Petrópolis:

“Ontem, às 11 ½ horas da noite, fui despertado por um aviso telefônico do Dr. Seabra, prevenindo-me que subiria hoje e que eu não deveria sair de casa antes dele chegar. A natureza do aviso incomodou-me muito. O que seria? Era, com certeza, alguma coisa importante. Veio hoje, pela barca da manhã. Ontem, tarde da noite, foi procurado pelo chefe de

Polícia,³¹ que lhe mostrara uma carta do bispo de Petrópolis, prevenindo-o de que tentarão contra a minha vida. O bispo diz na carta que foi procurado por uma senhora que lhe contou que um rapaz de dezoito anos, seu conhecido, estava em inteligência com pessoas de São Paulo (3), que lhe darão 50 contos; que por carta anônima fez constar a um outro que eu sabia do que se tramava, mas teve por isso de descer daqui. Sabe que chegaram de São Paulo esses homens. O Dr. Seabra veio comunicar-me isso. Daqui telegrafou ao chefe de São Paulo, pedindo resposta e procura se entender com o bispo. Há dias tive uma carta anônima em que me aconselhavam muito cuidado e fazendo referências ao mesmo fato. Creio que é a mesma pessoa que escreveu para o Rio ao Chefe. O bispo deu explicações ao Dr. Seabra, que não foram muito positivas, mas é possível que sirvam para orientá-lo nas indagações a que vai proceder.”

A CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE 1906

Pode-se dizer que o grande espetáculo do pan-americanismo e também do monroísmo, no seu melhor sentido, vivido pelo Novo Mundo até as concepções oriundas das duas grandes guerras, foi a Terceira Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro, em 1906. Com ela, Rodrigues Alves encerrou brilhantemente o setor de política externa do seu governo.

Grandes personalidades continentais encontraram-se na capital federal, remodelada e saneada pelo esforço nacional. O Rio já podia ser mostrado com ingênuo orgulho aos estrangeiros, livre da humilhante reputação que o fazia temido deles até pouco: labirinto de pântanos e vielas, onde a febre e a peste reinavam em meio ao fascinante cenário natural.

O Barão, que aceitara a Conferência com enfado e a assistia meio de fora, ferido talvez pelo despeito de não se sentir ali a primeira pessoa, porém a segunda e talvez a terceira, depois de Root e Nabuco,

31 Cardoso de Castro.

colocava também o fecho da abóbada da sua grande gestão no Itamarati. Tudo o que fez em seguida, até a morte, em 1912, ou são sucessos de menor importância, ou aparece como resultado e desenvolvimento de gestões iniciadas no quadriênio de 1902 a 1906.

Conseqüências são, como já ficou dito, os tratados de limites com o Peru e a Colômbia. Acontecimento secundário embora estrondoso e irritante, foi o telegrama número 9, que nos colocou em antagonismo com uma pessoa, Zeballos, e não com o seu governo.

Existe, sem dúvida, a Conferência da Paz de 1907, na qual a ação de Rui Barbosa, como comandante, muito deveu ao seguro timoneiro Rio Branco. Mas, em virtude da personalidade avassaladora de Rui (cuja oratória era capaz de acender sentimentos fortes, ojeriza ou fanatismo, enquanto a sabedoria do Barão só podia suscitar confiança e respeito), toda a glória da rumorosa presença brasileira em Haia derivou para a figura do embaixador, apesar da importante participação do ministro, demonstrada pelos estudiosos da sua obra. Ainda hoje, depois desses estudos, a lembrança de Haia e a imagem de Rui confundem-se.

O próprio Presidente Pena, na mensagem de 1908, faz-se porta-voz da opinião popular:

“Não preciso dizer-vos o inextinguível brilho com que o eminente estadista, jurisconsulto e orador representou o Brasil naquela grande assembléia de nações. Todos vós sabeis e o sabe a nação inteira, que o nosso ilustre compatriota não poupou esforços para corresponder dignamente, como correspondeu, à confiança que todos depositavam no seu saber e patriotismo.”³²

O Barão, que não podia menosprezar os seus esforços ao lado de Rui, comprovados pelos telegramas a este remetidos, devia sentir ferida a sua vaidade de *primus inter pares* na simpatia dos cariocas, tanto por Nabuco, em 1906, quanto por Rui, em 1907.

32 Esse trecho é mais devido a Afonso Pena que a Rio Branco. O presidente não esquecera a parte que Rui tomara na sua candidatura, e o ministro, segundo depoimentos coevos, demonstrava certo tédio com as retumbantes homenagens à “Águia de Haia”, segundo se vê adiante.

Gastão da Cunha, que se tornara um dos seus mais próximos colaboradores, e que tinha a memória maliciosa e a língua afiada, aprazia-se em recordar pequeno fato, que assegurava autêntico, ocorrido no dia em que chegava Rui Barbosa da sua triunfal embaixada.

Segundo Gastão, Rio Branco compareceu à Rua São Clemente, mas mal entrou no interior da casa, preferindo deixar-se ficar sentado, entre amigos, em um banco do jardim. Aos poucos, admiradores iam deixando as salas da mansão para virem alargar o círculo em torno a Rio Branco, enquanto Rui, inquieto, surgia vez por outra ao alpendre da fachada, para inspecionar os resultados da maliciosa manobra daquela sereia gorda...

Não devemos esquecer, também, que os princípios gerais de direito defendidos polemicamente por Rui em Haia, principalmente a teórica igualdade jurídica entre os Estados, na questão do Tribunal de Arbitramento, só lograram oposição dos Estados Unidos, cujo governo, colocado entre as realidades de Haia e as abstrações do Rio de Janeiro, optou, como era inevitável, pelos seus próprios interesses. Nesse sentido, Haia foi, pela identificação dos Estados Unidos com as grandes potências, a negação das concepções igualitárias do monroísmo, proclamadas por Root no ano anterior. Joaquim Nabuco, especialmente sensível a esta mudança, pela sua presença em Washington e pela sua fé monroísta, não deixou de sentir bastante o brusco desmentido das suas esperanças.

O Brasil não pleiteou diretamente ser sede da conferência. A decisão foi tomada por proposta do representante da Venezuela em Washington, possivelmente por insinuação do secretário de Estado, Elihu Root, grande admirador de Joaquim Nabuco.

A atitude de Rio Branco – vê-se pela correspondência oficial e particular de Nabuco – é desconcertante. Fecha-se em uma reserva de esfinge, acolhe com certo tédio a perspectiva e não abre uma frincha das suas intenções a Nabuco, que morre de inquietudes pelo risco em que vê naufragarem a sua fé e o seu prestígio. Até as vésperas da viagem, Nabuco se angustiava sem saber se seria ou não incluído na delegação do Brasil.

Os discursos do Barão, ao abrir os trabalhos e ao encerrá-los, são voluntariamente parcós. No primeiro, repete algumas noções correntes

de história diplomática, acentuando-lhes o caráter óbvio com a declaração de que sabia que eram lugares-comuns da diplomacia. No segundo, ironiza sobre a eloquência latina e leva a malícia (ou indiferença) até o ponto de dizer que a escolha do Rio para sede fora uma surpresa; que a cidade não estava ainda preparada para receber tantos hóspedes ilustres (o que não deixava de ser um resmungo contra os deveres de hospedagem) e que as festas e recepções excessivas deveriam ter sido uma provação para eles. Para um homem de experiência e da finura de Rio Branco, estas expressões não podiam ser gafes. Eram demonstrações voluntárias de pouco caso. A saudação de Rio Branco a Root, no banquete a este oferecido, espanta pela segura.³³ É meia página de banalidades.

Rio Branco não parecia tirar da Conferência o rendimento político que esta podia lhe dar. Aborrecido com a repartição de glórias entre ele próprio, Nabuco e Root, esquecia-se de que os outros dois figurantes do grande espetáculo contribuíam apenas para realçar o seu próprio brilho de astro-rei. O cientista e advogado internacional de 1895 e 1900 aparecia em 1906, pela sua gestão no Itamarati, como o líder político da América Latina.

E o que ele mais receava verificou-se pela sua omissão. Passou a ser, no Congresso, a terceira figura, depois de Nabuco e de Root.

A importância da Terceira Conferência, se considerada somente nos aspectos jurídicos e diplomáticos, foi modesta. Entre os congressos pan-americanos ela é das que ocupam menor espaço nas exposições históricas de tais reuniões. Seu conjunto de realizações é resumido e pouco marcante: ampliou as funções da União Interamericana (nome que trazia então a atual Organização dos Estados Americanos); remeteu para a Conferência de Haia o estudo das reclamações pecuniárias (assunto decorrente da questão recente entre a Venezuela e a Inglaterra,

33 O mau humor do Barão para com os entusiasmos de Nabuco, durante a conferência, chegou a ponto risível. Contou-nos o Embaixador E. Chermont, então secretário de Nabuco, incumbido de se entender com o Barão, que este, às vezes, mal continha sua irritação. Certo dia, instruído pelo chefe para obter recursos do ministro para a feitura de uma mesa de banquete com a forma das Américas, Chermont entreabriu timidamente a porta do gabinete, no Itamarati. Mal enfiara a cabeça pela fresta e o Barão lhe gritou, da sua mesa, rotundo e majestático: “Que é que este homem [Nabuco] ainda quer mais?”

origem da doutrina de Drago); alterou convenções existentes sobre marcas de fábricas e propriedade artístico-literária; fixou a condição dos cidadãos naturalizados e – foi a sua maior conquista – abordou o problema da codificação do Direito Internacional, embora as opiniões a respeito fossem muito divergentes. A criação, em 1906, da Comissão de Jurisconsultos, para levar avante a codificação, foi passo importante para o trabalho futuro, que tantos resultados já deu. As contradições intrínsecas da Conferência aparecem no fato de não haver ela sequer discutido a revolução provocada na Colômbia para formação do Estado do Panamá, e a abertura do canal. Aquele acontecimento contradizia de forma demasiado contundente as declarações de respeito à igualdade e à soberania dos Estados americanos.

O significado maior da Conferência foi a sua repercussão política, devida, em primeiro lugar, à presença do secretário de Estado dos Estados Unidos, que, pela primeira vez na história daquele país, empreendia uma viagem como titular do posto, e, depois, pela demonstração de união continental em face das graves decisões da Europa, prenunciadoras da próxima catástrofe mundial.

A viagem de Elihu Root, conseguida principalmente pela influência de Nabuco – que gozava em Washington de prestígio só igualado ao que desfrutou em Londres, no Império, o Barão de Penedo – foi acontecimento de magna importância. O secretário de Estado estendeu sua excursão de boa vizinhança por vários outros países, depois da Conferência, o que tornou mais estranho, se possível, o visível desinteresse de Rio Branco.

A resistência de Rio Branco ao congresso também era resultado do seu decadente estado de saúde, como se vê desta nota de Rodrigues Alves:

“20 de julho. Desde ontem começou a aparecer a idéia de ser adiada para o dia 23 a abertura do Congresso Pan-Americano, e hoje os jornais noticiam esse adiamento. Ontem o Dr. Pessegueiro³⁴ veio em nome do Barão do Rio Branco falar na conveniência desse adiamento. Recusei. Hoje

34 Pessegueiro do Amaral, oficial-de-gabinete do Barão.

ao meio-dia veio o Dr. Gomes Ferreira,³⁵ insistindo em nome do Barão. Recusei ainda, mostrando a inconveniência desse adiamento, depois do esforço feito para concluir o pavilhão de São Luís que está pronto.³⁶ À uma hora veio o Dr. Assis Brasil dizer-me que não deixaria o Dr. Gomes Ferreira dar a minha resposta ao Barão antes de me falar. O Barão está muito doente e os amigos impressionados com o seu estado. Os trabalhos do Congresso mortificam-no; tem ainda de preparar o seu discurso, etc. Não deixei concluir e disse que, uma vez que me falava no estado de saúde do Barão, nada mais tinha a dizer, lamentando só o fato. Será, pois, adiado o Congresso para 23.”

Rodrigues Alves, aliás, já sabia da doença do Barão, pois, no arquivo deste, existe mensagem do presidente, fazendo votos pelas suas melhoras.

A preocupação da imprensa carioca com a Conferência era grande, e manifestava-se desde antes da sua abertura. Diziam alguns que a delegação brasileira era fraca, devido à notícia de que, convidado a integrá-la, Rui Barbosa havia declinado. Na verdade tratava-se de uma brilhante delegação. O chefe era Nabuco, que tinha como delegados Amaro Cavalcânti, ministro do Supremo Tribunal; Assis Brasil, ministro na Argentina; Gomes Ferreira, ex-ministro em Washington; Pandiá Calógeras, deputado; Gastão da Cunha, ex-parlamentar e então assessor de Rio Branco na questão com o Peru. Outras personalidades integrantes da delegação eram Xavier da Silveira, Fontoura Xavier, Graça Aranha e Olavo Bilac. Seria possível um elenco de nomes mais brilhantes?

Rui Barbosa e Joaquim Murinho, convidados desde junho, haviam recusado participar da delegação. Rodrigues Alves recomendou ao Barão que escrevesse a Murinho aceitando a renúncia, feita por

35 Gomes Ferreira, ministro plenipotenciário em Washington, quando da criação da embaixada.

36 Atual Palácio Monroe, pavilhão do Brasil na exposição de São Luís, nos Estados Unidos, em 1904. Naquele palácio reuniu-se a Conferência. Só com parecer de Rui Barbosa, no Senado, foi aberto o crédito para as obras feitas no palácio. Foram elas muito caras, por causa da pressa.

escrito, e levada ao presidente por Domício da Gama. A propósito, o presidente anota, em 1^o de junho:

“Ontem, nas ‘várias’ do Jornal do Comércio, foram publicadas a carta do Dr. Joaquim Murtinho ao Sr. Rio Branco, escusando-se da representação no Congresso Pan-Americano, por causa da atitude do presidente da República no caso de Mato Grosso, e a resposta deste ministro. Os jornais não se ocuparam do incidente, exceto *A Tribuna* que disse umas tolices³⁷ como de costume, mas um tanto desapontada. Impressionou mal a carta do presidente do Senado [Joaquim Murtinho], escusando-se de um cargo elevado com o pretexto de divergências de caráter local. Não me referi realmente ao Dr. Murtinho, que é, na política de Mato Grosso, uma espécie de figura de proa. O chefe é o irmão³⁸ que dizem ser rancoroso e violento, apesar de juiz do mais elevado tribunal do país. O outro entra só com o prestígio do nome.”

Serviram como secretários os jovens José de Paula Rodrigues Alves e Raul do Rio Branco, filhos do presidente e do ministro do Exterior.

Carlos de Laet, Afonso Celso e Andrade Figueira, saudosistas do antigo regime, não poupavam Nabuco, considerado trãnsfuga da monarquia. Oliveira Lima, mais latino-americanista, rosnava contra os excessos monroístas do embaixador em Washington.

No dia 23 inaugurou-se a Conferência com grande brilho, no novo palácio, da nova Avenida, da nova cidade. O presidente relata:

“24 de julho. Teve lugar ontem a inauguração do 3^o Congresso Pan-Americano. A inauguração se deu no pavilhão de São Luís, que ficou concluído no dia 21, por um prodígio de atividade do General Aguiar. Havia completa incredulidade sobre a possibilidade de terminação das obras e, por isso, a inauguração foi um sucesso. O jardim lateral foi outra maravilha, devida ao esforço do Dr. Frontin. Houve na Avenida um grande, um extraordinário concurso de povo e a impressão foi magnífica. O Sr. Rio Branco fez um excelente discurso, e toda a notícia dada pelos jornais do dia atestou a regularidade e o brilho da festa.”

37 *A Tribuna* obedecia à orientação do Senador Antônio Azeredo, de Mato Grosso.

38 Ministro Manuel Murtinho.



A delegação brasileira à Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, presidida por Nabuco. Da esquerda para a direita, em cima: Assis Brasil, Joaquim Nabuco, Gastão da Cunha; na parte central: Xavier da Silveira, Amaro Cavalcânti, Pandiá Calógeras; embaixo: Alfredo de M. Gomes Ferreira e Fontoura Xavier. Foto da revista Renascença.

Coleção Plínio Doyle

Root gozava de toda a confiança do Presidente Roosevelt, que preferiu escolhê-lo secretário de Estado em lugar de Taft, futuro presidente e juiz da Suprema Corte. Quando chegou ao Brasil, o Secretário Root já cumprira variada vida pública. Fora secretário da Guerra, administrador de Cuba, Porto Rico e ilhas do Pacífico e participara de negociações internacionais.

Sua tarefa, contudo, não era fácil na Terceira Conferência. Cumpria-lhe fornecer à América e ao mundo uma imagem dos Estados Unidos, que apagasse aquela provocada pela agressividade do seu jovem presidente.

De resto, a política do *big-stick* não era produto pessoal da personalidade de Theodore Roosevelt. Ela decorria necessariamente das condições dos Estados Unidos e do resto do mundo, na época. Em princípios do século XX, a grande república havia praticamente terminado a obra de reconstrução de uma economia devastada pela Guerra de Secessão; seu progresso industrial a havia tornado provavelmente a maior potência militar e financeira universal; a imigração em massa da segunda metade do século anterior aumentava e variava a sua população. Nova Iorque superava Londres e Paris em efetiva importância; todo o Oeste estava integrado; em suma, atingidos os limites do expansionismo interno, era inevitável o expansionismo internacional. E este havia de se produzir nos estilos da época do imperialismo, isto é, colocando abertamente a força material ao lado da penetração econômica.

Mas, por outro lado, os Estados Unidos ansiavam por apresentar ao Continente a sua face amistosa e pacífica. Nada que lembrasse os precedentes do Canal do Panamá, ou a emenda Platt, da constituição de Cuba.

Falando na Conferência, em discurso muito louvado, Root entoa a homilia da boa vizinhança:

“Não desejamos mais vitórias que as da paz; nem território algum fora do nosso; nem mais soberania que a soberania sobre nós mesmos. Acreditamos que a independência e a igualdade de direitos do menor e mais fraco membro da família das nações, são credoras de tanto respeito como as

do maior império e executamos a observância desse respeito como a garantia principal do fraco contra o forte.”

Root e Nabuco foram as personalidades de primeiro plano da conferência. Ainda recentemente (1970), Alceu Amoroso Lima recordava que, jovem estudante em 1906, teve verdadeira emoção ao encontrar, certa tarde, os dois grandes diplomatas flanando sozinhos pela renovada Praia de Botafogo, então a porta civilizada da cidade em direção ao sul.³⁹

Rubén Dario, já então festejado em toda a América Latina como o grande poeta do continente, integrava, na qualidade de secretário, a delegação da Nicarágua. Em conferência escrita em 1912 sobre Joaquim Nabuco, o poeta manifesta a grande auréola de respeito e glória que cercava o embaixador brasileiro. Dario viajara no navio inglês que trouxera Nabuco e outros delegados.⁴⁰ Fala da curiosidade com que os passageiros se acercavam de Nabuco “*el gran señor, un gran señor de otros tiempos*”. Nabuco vinha corrigindo, a bordo, as provas do seu livro *Pensées detachées et souvenirs*.

Sobre a visita de Root, Rubén Dario escreveu uma espécie de ode em louvor da águia americana. Nesse poema, composto no Rio de Janeiro em 1906, o grande poeta revê de certa maneira a posição antiianque que assumira na poesia sobre Theodore Roosevelt, composta em Málaga, Espanha, no ano de 1904. A Roosevelt, dizia: “Tende cuidado! Há mil filhotes soltos do leão espanhol!” Mas, falando à águia, dizia que ela tinha “nas garras uma palma de glória e no bico a oliveira de uma vasta e fecunda paz”.

A atmosfera da Conferência funcionava sobre o poeta. Mais tarde, em poema dedicado à esposa de Leopoldo Lugones, composto ainda em 1906, mas depois de deixar o Brasil, Rubén Dario, sem dúvida a maior figura intelectual da Conferência, depois de Nabuco, fornece os

39 Botafogo estava no auge do prestígio. A enseada, com as obras terminadas, era o esplendor do Rio. À noite reuniam-se milhares de pessoas pelo cais e pelas alamedas. Pelas pistas desfilavam luxuosas carruagens de cavalos e os primeiros barulhentos automóveis. Bandas de música militares alegravam o povo.

40 Nabuco teve acolhimento triunfal no Rio de Janeiro. Rodrigues Alves escreve no seu caderno a 17 de julho: “Chegou o Joaquim Nabuco. Teve uma boa recepção.”

mais interessantes pormenores sobre reações pessoais que lhe provocou o congresso diplomático carioca. Sentiu “um calor atroz” mas encantou-se com a nova capital brasileira. Foi festejado pelos escritores, o colorido tropical, deslumbrou-o e ninguém temia mais o vômito negro, pois “*ya no existe alla fiebre amarilla*”.

Cabe lembrar ainda que, durante sua passagem pelo Rio em 1906, Dario dedicou duas quadras – pobres quadras – a Machado de Assis. Voltemos a Root.

Sucediam-se festas e homenagens em honra do secretário de Estado, ora nos salões residenciais, ora nos pitorescos arredores. Grande recepção popular no dia da chegada, jantar e baile no Itamarati, excursão a Petrópolis, passeios à ilha Fiscal e à Tijuca, subida ao Corcovado, brilhante manifestação estudantil, corridas, jantar no Catete, comparecimento à Câmara e ao Senado, seguiram-se em cordial animação.

A propósito da recepção oferecida no Catete, na noite de 27, anotou o presidente, no dia seguinte:

“Deu-se ontem, em palácio, a recepção oferecida ao Sr. Root e Congresso Pan-Americano. A idéia era, a princípio, fazer a recepção expressamente para o Sr. Root e os convites foram assim feitos, mas os membros do Congresso (Nabuco e Assis) disseram que os congressistas estavam se queixando das festas a Root e do abandono em que estavam ficando e achou-se melhor tirar dos convites o nome de Root, falando [sic] simplesmente em uma recepção do presidente. A festa esteve admirável. Muita gente, muita luz, muita flor. Os jornais falaram bem da festa. O *Jornal do Comércio* escreveu uma ‘vária’ dizendo que nem a festa da coroação de Eduardo VII foi superior. A impressão de todos foi que a festa teve grande magnificência. Choveu às 11 horas.”

Afonso Pena, presidente eleito, viera de São Paulo para homenagear o secretário norte-americano, interrompendo assim sua visita àquele Estado. Comparecera ao banquete do palácio e presidira à sessão do Senado, a que Root compareceu.

Na noite de 3 de agosto, Root seguiu para Santos, com a comitiva, a bordo do *Charleston*, em que viajava. Rodrigues Alves compareceu

pessoalmente a bordo para despedir-se, acompanhado das filhas e dos seus ministros.

De São Paulo, onde foi também muito festejado, Root partiu a 7 de agosto, para Montevidéu e Buenos Aires.

Rodrigues Alves, queixoso de Tibiriçá, presidente do Estado, que o combatera recentemente, quando do Convênio de Taubaté⁴¹ (e que agora pensava em rompimento), não deixa de anotar o que lhe contara Antônio Prado.

“A propósito da visita de Root, de quem falou muito bem [Antônio Prado] contou-me vários episódios para mostrar o pouco jeito de Tibiriçá. Recebendo Root e Griscon [o embaixador] no palácio, deixou este ficar de pé na sala, e só muito depois fez com a mão sinal para se assentar. Griscon queixou-se por isso e outros fatos e quis mesmo se retirar logo da capital, mas ele, Prado, falou ao Nabuco e este, em conversa com o Tibiriçá, sugeriu alguma coisa que desfez aquela impressão. Disse que a casa em que Root se hospedou estava muito bem arranjada: todos da família⁴² deram os melhores objetos que tinham para a decoração. A Sra. Root, entrando nos seus cômodos, disse que a dona da casa era com certeza uma parisiense, porque só em Paris se via coisa igual no arranjo do leito, etc. O Tibiriçá agradeceu por carta a casa em termos muito singulares: ‘Agradeço a cessão da casa para a *aposentação* do Sr. Root e senhora e os familiares para a viagem à fazenda,⁴³ Como é ridículo o homem! Foi o Prado que me referiu isto, para me mostrar o valor do presidente de São Paulo, de que, a princípio, tinha formado bom juízo.”

Vê-se que Rodrigues Alves amargava a derrota que sofrera com a imposição, por Tibiriçá, à candidatura de Bernardino de Campos.⁴⁴

41 V. adiante a exposição deste assunto.

42 Família Prado.

43 Fazenda de Santa Veridiana, dos Prados.

44 V. adiante, igualmente, o estudo desse episódio.

Rodrigues Alves ficara satisfeito com o brilho da Conferência, que se transformara em uma espécie de consagração continental ao seu governo. Confia ao seu caderno:

“A visita constituiu um acontecimento internacional e o Brasil está sendo observado pelo mundo com atenção e interesse. O discurso de Rui, no Senado, assinalou com eloqüência o alto valor desse acontecimento na vida da República.”

A recepção do Senado fora a 2 de agosto, véspera do embarque de Root. Introduzido na tribuna diplomática por Pinheiro Machado, Ramiro Barcelos, Alfredo Ellis, Alexandrino de Alencar e Pedro Borges, o Secretário Root vê assumir a tribuna o senador baiano, que profere uma das suas grandes orações, da qual o homenageado só deve ter tomado conhecimento ao ler a tradução. Inicia o tribuno:

“Oito dias há que a sua estada entre nós enche este país, transporta esta capital, alvoroça as nações vizinhas e fixa neste obscuro ponto do mundo os olhos da Europa.”

Entrando a seguir na história política americana, na sucessão dos seus grandes homens, Rui estava como peixe na água. Era o seu domínio predileto. Discorrendo sobre a matéria em tempo talvez excessivo para as circunstâncias, Rui terminou propondo que o Senado se transformasse em comissão geral, a fim de que Root pudesse ter entrada no recinto, o que foi feito, tomando o visitante lugar à mesa.

Depois de brevemente saudado em língua inglesa pelo Senador Alfredo Ellis, Root fez um notável discurso, no qual analisa as funções do Senado e insiste na sua missão de paz, terminando por manifestar sua admiração pelo novo Brasil.

Com a partida do secretário de Estado, empalidece o brilho da Conferência, aquele clarão final que iluminou para o mundo o vitorioso governo que se extinguiu.

RELAÇÕES ENTRE RODRIGUES ALVES E RIO BRANCO

Luiz Viana Filho, na biografia de Rio Branco, fundado em depoimento pessoal, informa que, até 1902, o ministro não conhecia pessoalmente o presidente a quem ia servir. Realmente isto é verdade, se pensarmos no conhecimento direto entre os dois homens. Mas é possível, e mesmo provável, que Rio Branco tivesse conhecido Rodrigues Alves quando foram contemporaneamente alunos do Colégio Pedro II. O Rio era uma pequena cidade, os estudantes do educandário constituíam reduzido grupo, e mesmo a diferença social que os separava (Rio Branco, filho de político importante, Rodrigues Alves, filho de humilde imigrante português), não impediria, provavelmente, que o jovem Juca Paranhos tivesse se apercebido do brilhante “menino de Guaratinguetá”. Isto, porém, são conjecturas difíceis de provar.

A ascensão política dos dois homens foi, porém, fazendo-os notórios um ao outro. Ambos eram monarquistas e conservadores, e vieram servir à República em funções de destaque. Rodrigues Alves sem nunca sair do Brasil, o Barão sem nunca deixar o estrangeiro, foram se acompanhando de longe, com toda segurança. A fixação do nome de Rio Branco, por iniciativa pessoal do presidente, era prova de sua alta opinião do homem. E a aceitação de Rio Branco, com todos os sacrifícios que lhe causou, demonstrava o respeito dele pelo chefe de Estado.

Sem nunca se tornarem íntimos (nem o presidente nem o ministro foram jamais de intimidades), passaram a se estimar respeitosamente. Apesar de mais moço, a personalidade de Rodrigues Alves despertava no Barão, cortesão no melhor sentido monárquico da palavra, uma espécie de veneração. Vários pequenos episódios, narrados pelo filho e chefe da Casa Civil da presidência, confirmam essa afirmativa. Vá um como exemplo.

Rio Branco, terrível fumante, não ousava fumar diante do presidente. Nos seus freqüentes despachos, arranjava pretextos para levantar-se e ir puxar umas tragadas no corredor. Percebendo isso, o presidente mandou providenciar alguns maços do cigarro usado pelo Barão e, no primeiro despacho, colocou-os, ele próprio, sobre a mesa, diante da cadeira do ministro. Parece que o Barão acendeu com naturalidade o seu cigarro, e não houve comentários sobre o assunto.

O fato de serem ambos viúvos e com filhas, era outro elemento de contato entre os dois homens. Sem se freqüentarem muito assiduamente, as duas famílias mantinham as melhores relações e trocavam cortesias, no Rio e em Petrópolis. Rodrigues Alves sempre convidava Hortênsia, a filha querida do Barão, para as cerimônias sociais do palácio, onde houvesse senhoras. Assim procedeu até para o banquete de 31 de outubro de 1906, dado em despedida ao ministério. E, a 17 de novembro, dirige-se ainda ao Barão, desculpando-se por não haver, com a família, se despedido pessoalmente dele e de Hortênsia.

Quando tinha de tomar uma decisão que não fora recomendada pelo seu ministro, o presidente fazia-o com explicações. Em telegrama de 17 de julho de 1903, expedido para Petrópolis, assim se exprime:

“EX.^{MO} SR. BARÃO. TIVE QUE ME CONFORMAR COM AS INDICAÇÕES DO SR. MINISTRO DA GUERRA, PROMOVEDO O SR. [...] QUE É O MAIS ANTIGO DA LISTA [...]. PEÇO DESCULPAR AO AMIGO E COLEGA F. P. RODRIGUES ALVES.”

Às vezes pedia o interesse do Barão para alguns políticos prestigiosos, como Carlos Peixoto, ou Cardoso de Almeida, cujo apoio lhe era necessário. Informava sobre o andamento de mensagens que interessassem à pasta, como a de designação de diplomatas, inclusive Enéias Martins (1904); acompanhava o empenho de verbas destinadas à construção do edifício anexo ao Itamarati (o que fica sobre o jardim interno, à esquerda de quem se encontra no fundo), obra planejada pelo engenheiro Comendador Bezzi, velho amigo do Barão.

Rio Branco também era muito delicado nos pedidos, como se vê de carta de 17 de novembro de 1903, em que solicita a promoção do oficial do Exército Andrade Neves, neto do Barão do Triunfo.

As relações entre o ex-presidente e o permanente ministro continuaram cordiais, depois do quadriênio.

Em 1907, quando de sua única viagem à Europa, Rodrigues Alves escreve ao Barão (7 de julho) dando notícias da sua excursão e fazendo votos para que o ministro “continue a prestar serviços à pátria”.

De Nice, envia carta a 23 de março de 1908. Vinha da Itália, onde passara dois meses. Cumprimenta o Barão pelo êxito da delegação brasileira à Conferência de Haia. Relata, depois, o seu encontro com Vítor Manuel III. O rei lhe dissera haver conhecido o Barão em Berlim. Em seguida vinha esta nota curiosa:

“Falou-me também na sentença que deu na questão das Guianas, parecendo-me, pela insistência com que se referiu ao assunto, que tinha o intuito de apagar ressentimentos porventura existentes de nossa parte. Limitei-me a dizer que o Brasil recebeu com muito respeito a decisão e só devia reconhecimento a S. M., por haver aceitado a missão de julgador”.

Em abril de 1909, Rio Branco recebeu homenagens nacionais pelo seu aniversário, ocorrido no dia 20. Desta mesma data é o telegrama de Rodrigues Alves, enviado de Guaratinguetá, solidarizando-se com elas.

Em 1911 surgiu ameaça de intervenção federal em São Paulo, fomentada por Pinheiro Machado, que queria a todo custo evitar a posse de Rodrigues Alves no governo do Estado, provavelmente porque, astuta raposa, percebia que a volta à atividade política do imperial Conselheiro seria o fim das suas aspirações presidenciais de caudilho republicano. O Presidente Hermes, abúlico e submisso, acompanhava os planos de Pinheiro. Mas Rio Branco, tão responsável pela candidatura Hermes, colocou-se ao lado do seu antigo presidente.⁴⁵

Essa última atitude do Barão deve ter sensibilizado aquele que, pela obstinada confiança, completara a sua glória.

Nas notas pessoais de Rodrigues Alves, existe esta, não datada, que marca o fim das suas relações com o ex-contemporâneo do Pedro II, o admirado defensor do Brasil no estrangeiro, o insuperável ocupante do Itamarati:

“Rio Branco – Faleceu a 10 de fevereiro de 1912, às nove e meia da manhã, tendo uma agonia lenta e dolorosa.

45 Adiante relataremos esse episódio.

*Nabuco e os participantes da Conferência Pan-Americana nas escadarias do Palácio Monroe.
A foto original traz a assinatura de todos, com exceção de Rio Branco, que nela não aparece.
Arquivo da família Rodrigues Alves*

Os seus funerais, realizados poucos dias depois, foram de uma pompa extraordinária. O país inteiro prestou homenagem ao grande brasileiro. Não me lembro de ter visto coisa igual.”

O “grande brasileiro”, como o denominou com acerto o presidente, seria sempre grande pelas suas vitórias diplomáticas, nas questões com a Argentina e a França. Mas, houvesse ele permanecido e morrido na Europa, como pretendia, não teria alcançado a glória nacional imorredoura que lhe ilumina o nome. Seria este menor que o do pai, quando, hoje, de muito o supera. Ele não tinha condições para, como Nabuco, erigir a sua própria estátua, ao construir o monumento literário do pai. Se não foi um escritor do porte de Nabuco, nem orador das dimensões de Rui, não pôde ser tampouco um historiador da estatura de Varnhagem. Não sendo estadista, nem escritor, nem orador, nem historiador, nem político, Rio Branco teria ficado na história diplomática, mas não no panteão nacional. Ele foi um dos maiores brasileiros do seu e de todos os tempos, porque pôde dar, voltando ao Brasil, a medida das suas qualidades excepcionais de diplomata, e popularizar a sua rica e sedutora personalidade humana. O coroamento da sua obra e da sua vida foi a longa gestão no Itamarati. E ele, que não a desejava de começo, deve-a afinal ao chefe que o convocou, para morrer na pátria e sobreviver na sua memória.

.....

Capítulo Segundo

As grandes reformas – Passos e a renovação do Rio de Janeiro – Lauro Müller e as obras do porto – O Canal do Mangue – Frontin e a Avenida Central.

AS GRANDES REFORMAS

A revolução nacional empreendida pelo governo Rodrigues Alves concentrou-se principalmente na conjugação de planos e medidas urbanísticas, sanitárias e portuárias executadas na capital da República. Os observadores menos informados, ou mais ligeiros, não deixam de comparar o pequeno centro da dramática ação governativa com o imenso território do país, para concluir daí que Rodrigues Alves foi uma espécie de grande prefeito municipal. Essa concepção restritiva deve ser rejeitada, e o será, seguramente, por quem avaliar com objetividade os aspectos mais gerais e profundos dos fatos históricos e não a sua aparência imediata e visual.

A escassa população brasileira daquele tempo, a insuficiência dos transportes (pequena rede ferroviária e quase inexistente sistema rodoviário), a economia da exportação, tudo vinha aumentar desmedidamente a importância das cidades marítimas, dos portos de mar. A circulação de passageiros e cargas entre o Norte e o Sul fazia-se somente por navios; e sem navios não poderíamos exportar o café, a borracha e outros produtos de que dependia a entrada das importações indispensáveis à nossa vida. Desembarcavam nos portos os imigrantes, que vinham

trabalhar novas terras no oeste paulista, nos altiplanos do Paraná. Sem o mar, sem os portos, sem as poucas cidades da costa, que se entreabriam como portas estreitas do desmesurado território, o Brasil não podia viver.

Acontecia, porém, que os dois mais importantes portos do país, Rio de Janeiro e Santos, aqueles que centralizavam o comércio de exportação, a vida bancária, o embarque e desembarque da mais valiosa produção, bem como a entrada de estrangeiros, eram centros abomináveis de doenças infecciosas, lugares de lúgubre notoriedade no país e em todo o mundo.

O caso do Rio de Janeiro, o Distrito Federal, a capital da República, era especialmente grave.

Um dos dois principais, se não o principal centro econômico e financeiro do país; o seu núcleo mais populoso; sede e cabeça política e administrativa do Brasil; depósito e estuário da cultura nacional na literatura, no jornalismo, nas artes, na educação, a cidade atraía e repelia ao mesmo tempo. Ninguém podia gabar-se de ter um nome ou uma situação nacional, se os não conquistava na velha capital da Colônia e do Império. A tribuna parlamentar formava os governantes, ou as estrelas políticas; as colunas dos jornais criavam a fama dos poetas, romancistas e teatrólogos; os salões sociais lançavam as belas mulheres ou os homens de espírito; os escusos escritórios nas vielas estreitas, ocupados pelos bancos e empresas, criavam ou derrubavam potentados, do Visconde de Souto ao Barão de Mauá, do Conde de Figueiredo ao Conde Modesto Leal.

Este era o lado positivo. Mas o lado negativo infundia medo, para temperar as ambições. A morte reinava sobre a extensa capital, e ela aparecia à imaginação dos brasileiros e estrangeiros como uma enferma miserável, estendida em um luxuoso leito natural.

Sob o Império, artistas visitantes morreram de febre, causando consternação e vergonha. O corpo diplomático refugiava-se grande parte do ano em Petrópolis, porque a experiência ensinara que na serra as garantias eram maiores. Também os brasileiros, quando podiam, evitavam a cidade letal. Eduardo Prado, que tinha horror à febre amarela, fugiu de dormir aqui, na sua última visita ao Rio, regressando a São Paulo no mesmo dia da chegada, mas já ferido de morte. Rio Branco, como vimos, depois de muito instado, propunha-se vir ao Rio em maio,

para aqui ficar durante a boa estação. Como também vimos, no dia mesmo da sua chegada rumou para Petrópolis e lá, praticamente, tinha o seu domicílio familiar, enquanto durou a febre. Rodrigues Alves também ficava longas temporadas em Petrópolis, prolongando o verão presidencial tanto quanto lhe era possível, principalmente depois de que dispunha do Palácio Rio Negro.

No verão de 1903, *O Malho* criticava Rodrigues Alves pelo fato de ter se refugiado em Petrópolis, aonde não chegava a febre, deixando o povo da capital entregue a ela. Na verdade foi Rodrigues Alves o presidente que oficializou, na República, o verão petropolitano.¹

Quanto aos estrangeiros, era geral o pavor que lhes infundia o clima do Rio no verão. O poeta suíço Ferdinand Schmidt (1823-1888), hoje esquecido, mas que teve notoriedade européia com o pseudônimo de Dranmor, compôs sobre o assunto um poema que o jornalista teuto-brasileiro Carl von Koseritz recolheu em um livro escrito quase todo no Rio e do qual fizemos esta tradução de alguns versos expressivos:

*Rio de Janeiro! Na avançada
Hora crepuscular repousas, já vencida,
Aconchegada à seqüência de montanhas,
Desfalecendo, depois da fadiga quente do dia.*

*Agora, até que desponte a manhã,
Até que os galos cantem sobre os tetos,
A morte vai espiar as vítimas
Que a sorte hoje lhe reservou.*

*Oh! sombra, sobre a imagem encantada.
Cores escuras pousam sobre os campos e florestas,
O mal da natureza paira, poderoso,
Sobre a florida superfície tropical.*

1 Em 1903, Rodrigues Alves esteve em Petrópolis de 19 de fevereiro a 7 de maio; em 1904, de 21 de janeiro a 7 de maio; em 1905, de 22 de janeiro a 11 de abril; e, no verão seguinte, de 18 de dezembro de 1905 a 7 de maio de 1906. (*O Verão em Petrópolis*, revista, nº 29, de fevereiro de 1929.)

*O poder supremo
Deste Império não é de nenhum Herodes,
No entanto é a terra da morte diária,
Túmulo insaciável do estrangeiro.²*

A febre desembarcara no Rio em meados do século XIX, e se estabelecera para ficar. Mas, com o andar da centúria, progrediram também as ciências médicas e a higiene pública. O interesse de Pedro II pela obra de Pasteur era prova da confiança que os governantes brasileiros tinham na ciência. Todos acreditavam que, sem o saneamento do Rio, o país não se desenvolveria, não se civilizaria, e todos sabiam que só pela aliança da ciência com a administração o Brasil se veria livre do humilhante obstáculo ao seu progresso. Mas o saneamento não seria atingível sem uma renovação da cidade, cuja massa predominante era ainda colonial. As ruas e becos sem sol, os casarões úmidos e sombrios, as praias cheias de detritos, tornavam impossíveis o transporte rápido, o comércio limpo, a iluminação e aeração adequadas dos logradouros públicos e ambientes fechados. Portanto, ao higienista do futuro deveria juntar-se o futuro demolidor e construtor, ambos prestigiados e defendidos por um estadista capaz.

Faltava o encontro de vontades, de energias, de homens: o governante, o cientista e o engenheiro. Isto ocorreu naturalmente quando Rodrigues Alves se encontrou com Francisco Passos, Lauro Müller e Osvaldo Cruz.

Desde o Império que se preparava esse encontro, mas as condições necessárias ainda não tinham amadurecido.

O urbanismo imperial era ronceiro e tímido, talvez porque os meios técnicos do tempo não permitissem coisa melhor. O imperador, homem de livros e de conversas, não simpatizava com as grandes obras materiais. Dizia-se que ele costumava afirmar que temia muito o “Hausmannismo”. Em todo caso foram instalados esgotos em bairros da cidade, assentaram-se trilhos para os bondes de burros, cuidou-se do abastecimento de água encanada, pensou-se freqüentemente em arrasar

2 Dranmor está na história da literatura suíça. Sobre sua presença no Brasil v. o livro de Kozeritz, *Bildern aus Brasilien*, por nós traduzido.

morros do Castelo e Santo Antônio, na esperança de que os espaços abertos permitissem, com a ventilação, a melhoria do estado sanitário. Mas o que se fazia era pouco; o mais importante ficava em planos irrealizados.

Em 1886, sendo presidente do Conselho o Barão de Cotegipe e ministro do Império o Barão de Mamoré, foi expedido, a 3 de fevereiro, o Decreto nº 9.554, que reorganizava o serviço sanitário do país. Na resposta à fala do trono daquele ano, redigida por Ferreira Viana, Rodrigo Silva e o Barão de Lucena, admite-se que, executadas com perseverança as disposições daquela lei, “desapareceriam as causas da invasão periódica de moléstias epidêmicas”.

Na fala do trono de 1887, Pedro II referiu-se à epidemia de cólera que invadira Corumbá e aludiu aos estudos referentes ao saneamento do Rio, solicitando à Assembléia Geral que resolvesse sobre “tão importante assunto”.

Em 1888, na resposta à fala daquele ano, a Câmara insistiu na necessidade de resguardar a saúde pública por meio de medidas como “o saneamento da capital do Império, aproveitando-se os planos e estudos existentes”. No discurso de encerramento da mesma sessão legislativa, disse o imperador: “A salubridade pública e, sobretudo, o saneamento da capital do Império recomenda-se aos vossos cuidados.” Palavras significativas, se considerarmos o laconismo invariável das falas do trono.

Depois da República, deu-se um passo muito importante na administração sanitária: a Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892, transferiu para a competência do governo federal o serviço de higiene e defesa da capital da República. Reconheceu-se, com esta lei, a importância nacional do problema e também ampliaram-se consideravelmente os recursos potenciais da defesa sanitária, tanto em verbas quanto em valores humanos.

Rodrigues Alves aparecia como o governante escolhido pela Providência para realizar essa tarefa de reabilitação nacional.

Já vimos a energia e a fé na ciência com que enfrentara, quando presidente de São Paulo, os problemas ligados à saúde do povo.

Já indicamos também a maneira pela qual encarava a necessidade da renovação do Distrito Federal e como provavelmente era ele o inspirador, senão o autor, do artigo do jornal oficioso que exortara Campos Sales a fazer do Rio uma outra Buenos Aires.

Quanto ao combate à febre amarela, o presidente não procedia só por motivos de ordem pública. Havia em Rodrigues Alves, quanto a este ponto, uma espécie de apaixonada decisão pessoal. Em 1895, residindo ele na Rua Senador Vergueiro, a febre amarela entrou-lhe em casa, e levou-lhe uma filha pequenina. A partir de então, Rodrigues Alves repetia à família que, se algum dia exercesse posto em que pudesse fazer o que desejava, haveria de lançar mão de todos os recursos para enfrentar o monstro que empestava a cidade e lhe enlutara o lar.

Instalado na presidência, deve ter visto sua grande oportunidade. Vontade não lhe faltava, nem descortino, nem fé, nem experiência. As condições preparadas pelo seu antecessor eram as mais favoráveis, pela recuperação financeira, pela estabilidade política, pelo fortalecimento da autoridade presidencial civil. Chegava ao ápice da sua carreira antes da decadência física, com uma idade, com um passado que o tornavam respeitável, mas não passivo ou inerte.

Por circunstâncias felizes, tinha ao alcance da mão grandes homens, dos maiores que o Brasil já produziu nos setores em causa, os quais ansiavam também por servir e por vencer.

Urgia que o chefe respeitado os chamasse, desse-lhes força, recursos e autonomia, desse-lhes também confiança e tempo, para que o grupo pudesse trabalhar.

Foi o que ele fez, iniciando aquilo que Gilberto Amado chamou, com acerto, a maior revolução do Brasil.

PASSOS E A RENOVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Por mais interligados que fossem os programas setoriais do governo, concernentes à renovação e ao saneamento da capital da República, bem como à construção do seu porto, impõe-se a exposição separada de cada um desses assuntos, para maior nitidez da síntese histórica.

O povo do Rio de Janeiro não estaria provavelmente avaliando a intensa era de trabalho e luta, de destruição e construção, que em poucos anos iria transformar a fisionomia da metrópole e provocar um impacto consagrador na opinião do país.



*Pereira Passos, o grande prefeito do Rio de Janeiro.
Foto da revista Kosmos. Coleção Plínio Doyle*



*Uma das primeiras obras de Passos: a remodelação do Jardim da Glória.
Foto da revista Renascença. Coleção Plínio Doyle*

Ainda em fevereiro de 1903, uma das sociedades carnavalescas, no desfile (préstito) que então constituía o principal atrativo da grande festa popular (naquele tempo não havia escolas de samba), apresentou um carro de crítica no qual o presidente aparecia dormindo ao lado da República.

O povo via ainda em Rodrigues Alves o dorminhoco lendário, sem desconfiar que os seus sonhos renovadores iam se realizar em breve, aos olhos estupefatos de todos.

Em abril, *O Malho* estampava uma caricatura de Rodrigues Alves diante de um quadro em que se liam as palavras “projetos, grandes reformas, idéias, planos, boas intenções” e, riscada, a palavra “execução”. Os sonhos do dorminhoco ainda não convenciam a opinião, ela sim adormecida. Breve despertaria com o violento tufão da mudança.

No entanto o presidente, ao assumir o governo, já se fixara no nome do prefeito a quem ia entregar uma das principais tarefas do seu programa. O homem era Francisco Pereira Passos.

Fluminense, de origem rural e aristocrática,³ Passos, nascido em 1836, era, com sessenta e seis anos, o mais velho membro da equipe do governo. Formara-se muito moço, em engenharia, pela Escola Central do Rio de Janeiro, e logo passou à França, onde completou sua formação trabalhando em obras portuárias e estradas de ferro. Deve-se consignar, também, que Passos assistiu ao final dos trabalhos de remodelação de Paris, empreendidos por Haussmann. Nesse período europeu o jovem engenheiro fluminense estudou, na Suíça, o sistema de ferrovias de montanha por cremalheira, aplicado ainda no Império ao ramal de Petrópolis. Em 1871 conheceu o Barão de Mauá, em outra viagem à Europa. Em 1874, como engenheiro do Ministério do Império, então ocupado por João Alfredo, Passos trabalhou num projeto de reforma do Rio, sendo de se notar que esses estudos de urbanização visavam melhorar as condições higiênicas da cidade.

Sua experiência de trabalho na França deixou-lhe considerável influência. A língua francesa lhe era familiar. Entre os papéis do seu

3 Filho do Barão de Mangaratiba, Antônio Pereira Passos.

arquivo pessoal,⁴ encontram-se minutas várias do seu punho, escritas em francês corrente e correto.

De 1881 a 1885, como representante da *Compagnie Générale de Chémins de Fer Brésiliens* (sociedade incorporada em Paris, com vultoso capital, que adquiriu o contrato de construção da estrada de ferro do Paraná), Passos dirigiu comercialmente aquela empresa no Brasil, além de chefiar a construção do ramal que liga Paranaguá a Curitiba.

Diretor da Central do Brasil (1897-1899) Passos ali realizou fecundo trabalho. Como fez em outras oportunidades, e referindo-se a outros postos que ocupara, Passos defendeu vigorosamente a sua administração na Central de ataques contra ela proferidos na Câmara, em 1907. Sua brilhante direção na Central deve ter sido a causa mais forte do convite para a prefeitura do Rio.

Desde o Império ligara-se aos maiores nomes da engenharia nacional, como Cristiano Otôni, Francisco Bicalho, Teixeira Soares, Buarque de Macedo ou André Rebouças.

Além da experiência profissional, Passos era também autor de livros da sua especialidade.

Com todas essas qualificações, o prefeito escolhido por Rodrigues Alves era homem civilizado, com o gosto das viagens de observação pelo mundo, que percorrera em grande parte.⁵

Consultado, em dezembro de 1902, pelo Ministro Seabra, em nome do presidente, sobre se aceitaria o governo do Distrito Federal, Passos não anuiu logo. Pediu tempo para responder e acentuou que a resposta afirmativa dependeria do compromisso do presidente de lhe assegurar ampla autonomia de ação.

Esta autonomia não era viável sem fundamento legal. Rodrigues Alves não ignorava isto, e, antes de enviar o convite a Passos, já estava

4 Hoje depositado no Museu da República (Palácio do Catete).

5 Sua morte ocorreu na noite de 28 de fevereiro de 1913, a bordo do navio inglês *Araguaia*, ao aproximar-se da ilha da Madeira. Nesta ilha foi o corpo de Passos embalsamado por um médico local e o médico de bordo, seguindo para Lisboa, de onde retornou ao Rio de Janeiro.

providenciando, no Congresso, a feitura de uma lei que permitisse a presença de uma administração municipal vigorosa, fosse com o engenheiro escolhido ou com outro, no caso daquele se escusar.

No dia 29 de dezembro de 1902 entrou em vigor a lei que daria a Passos os poderes necessários para a sua ambiciosa tarefa.

A cidade do Rio de Janeiro, antigo Município Neutro no Império, a partir do Ato Adicional (1834), fora colocada “sob a administração direta do Governo Provisório”, no dia 15 de novembro de 1889, pelo decreto que instalou a República. No mesmo ano, em dezembro, foi dissolvida a Câmara Municipal e criado um Conselho de Intendência, composto de membros nomeados pelo Governo Provisório. Esse regime vigorou até 1892, quando foi aprovada a lei orgânica do Distrito Federal.

Esta lei federal de organização da capital da República era permitida pela Constituição de 1891, a qual, no artigo 34, nº 30, dava ao Congresso competência “para legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal”.

Além desse dispositivo, a Constituição não traçava nenhuma norma para a organização do Distrito, pois os poucos artigos em que ele é referido (são três) dizem respeito a assuntos circunstanciais. Portanto, a competência do Congresso só encontrava limite na raia dos seus próprios poderes. Dentro deles, podia regular a administração carioca como entendesse.

Presidente em começo de mandato, fácil foi a Rodrigues Alves fazer aprovar, pela maioria, todas as normas que seus assessores consideraram adequadas ao exercício de um poder forte na capital. Por isso mesmo, a lei de 29 de dezembro é, na verdade, uma lei de plenos poderes. No dia da sua promulgação, Passos foi chamado ao Catete e recebeu o convite oficial do presidente. Tendo-o aceitado, foi nomeado por decreto no dia seguinte, 30, e tomou posse no dia 3 de janeiro de 1903, no antigo Paço Municipal, ao meio-dia, recebendo a prefeitura das mãos do mandatário interino, Coronel Carlos Leite Ribeiro.⁶

6 O edifício-sede da administração municipal, desde o Império, foi demolido para a abertura da Avenida Presidente Vargas.

A nova lei de organização municipal era, a bem dizer, draconiana.

Começava por adiar por seis meses as eleições para a Câmara Municipal, o que vinha deixar ao prefeito, desde logo, as mãos livres de qualquer algema oposicionista. O artigo 3º declarava que, nos recessos da Câmara, “o prefeito administraria e governaria o Distrito de acordo com as leis municipais em vigor”, isto é, com ela própria, a lei nova, que superava as posturas locais. O artigo 16, de constitucionalidade duvidosa, dispunha que as autoridades judiciárias, federais ou locais, não poderiam “revogar as medidas e atos administrativos, nem conceder interditos possessórios contra atos do governo municipal, exercidos *ratione imperii*”. Era impedir a ação da justiça na apreciação das reclamações dos particulares. O artigo 18 acabava com qualquer controle ou adiamento burocrático, ao determinar que “os autos lavrados pelos funcionários administrativos municipais farão fé sobre os fatos a que se referirem, até prova em contrário, e independentemente da confirmação em juízo pelos ditos funcionários”. Assim a aplicação da legislação excepcional poderia fundar-se em autos lavrados, nos locais, pelos representantes do governo da cidade, sem qualquer possibilidade de contestação, ainda mesmo sobre os fatos alegados. O artigo 23 completava a disposição, pois, segundo ele, quando se tratasse de demolição, despejo, interdição e outras medidas, haveria apenas um auto afixado no local, que previa penalidades contra as desobediências. Daí vieram os numerosos casos de demolição, com as famílias recalcitrantes ainda dentro dos prédios. O artigo 24 fazia tábula rasa do direito processual. Por ele consideravam-se “embargadas” (sem intervenção do Poder Judiciário) as obras em curso, nas quais fosse afixado edital da Prefeitura, determinando aquela providência. O artigo 25 dispunha que o despejo dos residentes nos prédios a serem demolidos, bem como a remoção dos respectivos móveis e pertences, seriam feitos pela polícia. Completando o sistema de exceção, o artigo 26 estabelecia que os assentamentos nos livros das repartições municipais, sobre transferências de imóveis para os fins da lei, valeriam como escritura pública, independentemente da outorga uxória e da transcrição do título. Aí já não era mais o direito processual que ficava em causa, mas o direito civil. E mesmo o constitucional, pois seria extremamente duvidoso que se pudesse estabelecer uma

tão grande diferença no regime de bens (dispensa da outorga uxória para transferência de imóveis) entre os proprietários do Distrito Federal e os de todo o resto do país, os quais continuariam sujeitos à legislação civil comum.

Nas disposições transitórias, a temível lei de 1902 entrava no terreno propriamente político. Punha em recesso o Conselho Municipal (artigo 1º); marcava nova eleição somente para seis meses depois, ficando, no intervalo, o prefeito como governador, e na verdade quase ditador (artigo 2º); autorizava o prefeito a demitir funcionários e suspender aposentadorias ilegais, sem especificar quem lhes declarava a ilegalidade (artigo 4º); e autorizava o governo federal a contratar um empréstimo de seis milhões de libras “para ocorrer ao saneamento da capital federal”. Esta última providência demonstrava bem as finalidades sanitárias, além das urbanísticas, que trazia o plano de renovação do Rio de Janeiro.

Poucas são as leis, em toda a história do nosso direito, tão profundamente revolucionárias. Por meio delas, os interesses privados, por mais subsistentes e arraigados que fossem, ficavam submetidos ao interesse público, ao interesse da saúde, do bem-estar, do progresso do povo. E isto foi feito com instrumentos legais, por um presidente moderado e mesmo conservador, por um político civil que nunca havia sido exaltado ou radical.

Passos foi muito acusado, no tempo, de governar a cidade como ditador. Na verdade o foi, mas exerceu uma ditadura de certa forma legal, pois os poderes de que dispunha tinham origem na lei. A dúvida estaria na compatibilidade dessa lei, votada pelo Congresso, com a Constituição. A rebeldia contra a lei, que influiu na revolução de 14 de novembro, é que não se justificava.

A propósito da ditadura legal de Passos, um jornal carioca, poucos dias após o falecimento de Rodrigues Alves, publicou o depoimento de um contemporâneo sobre o apoio que ao prefeito dava o presidente. O depoimento, embora anedótico, merece ser fixado. O caso foi que certo grupo de magnatas – as grandes fortunas então se concentravam em imóveis bem situados – foi visitar o presidente, para queixar-se das violências do prefeito. Referiram casos de abusos arbitrários, principalmente o de um importante membro da colônia portuguesa, o qual tinha uma casa no centro da cidade, que começou a ser demolida

sem qualquer aviso. Rodrigues Alves, segundo a publicação, aceitou as críticas e queixou-se também de Passos, que não atendia nem a ele, presidente. Animados, os visitantes perguntaram: “Então vai demiti-lo?” Ao que o Conselheiro respondeu, sorridente, “que isso não, que não podia, porque tinha compromisso com ele”.

A lei de 29 de dezembro foi um dos pretextos mais fortes para a conspiração política e militar que culminou em novembro de 1904. Contraditoriamente, eram os republicanos, os homens mais jovens, os demagogos radicais que atirariam o povo, em nome da liberdade, contra o progresso; em nome da República, contra o governo que estava tentando abrir as portas do futuro. Paixões e interesses pessoais levariam elementos de elite das forças armadas, da imprensa e do Congresso a uma tremenda contradição histórica.

Na mensagem de 3 de maio de 1903, Rodrigues Alves insistiu na sua conhecida opinião de que saneamento e urbanização não podiam ser separados.

“As condições de salubridade da capital [lê-se no documento], além de urgentes melhoramentos materiais reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de águas, de um sistema regular de esgotos, da drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio domiciliar. Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramento do porto, que têm de constituir a base do sistema e hão de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como, evidentemente, para melhorar as condições de trabalho, as do comércio e, o que não deve ser esquecido, as da arrecadação de nossas rendas.”

Tudo se coordenava na empresa do progresso.

As obras do porto compreendiam, como medida complementar, a abertura de uma grande avenida, que rasgasse as entranhas do velho centro urbano, abrindo-o de mar a mar. Essas providências custosas excediam as possibilidades do Tesouro; exigiam cooperação financeira do exterior. Até que tudo isso se acertasse, o tempo iria correndo, e a Avenida Central e o porto só seriam iniciados materialmente em março de

1904, depois de vencidas todas as etapas legais, administrativas e financeiras preliminares.

Passos teve que aproveitar os seus primeiros meses de governo em obras menores, como os melhoramentos do antigo Cais Pharoux, o calçamento da Praça Quinze de Novembro e da Rua do Ouvidor, o alargamento da Rua Primeiro de Março. Retoques em zona limitada do velho Rio. Um pouco mais longe, começou a transformar a estreita Rua do Sacramento na avenida que tomaria o seu nome, artéria de ligação entre o antigo Rossio e a antiga Rua Larga de São Joaquim. A Avenida Passos foi inaugurada a 27 de junho de 1903. Rodrigues Alves prestigiou, com a sua presença, aquela primeira realização importante do seu prefeito.

As oposições conservadoras inquietavam-se com a irrupção das novidades que iam modificando a fisionomia da velha capital. Um médico prestigioso, Sousa Lima, remeteu à Academia de Medicina, na sessão de 19 de novembro de 1903, longa comunicação na qual, a pretexto de alertar contra os riscos que a saúde da população podia correr como consequência do revolvimento da topografia do centro carioca, na verdade formulava severa crítica à administração de Francisco Passos. Censurou a “preocupação de renome e a questão de capricho” do governo, e sobre a Avenida Passos disse:

“A prova disso está no açodamento, no entusiasmo pueril com que se promoveu a inauguração oficial e espetacular da primeira avenida, apenas efetuada a demolição necessária para o alargamento parcial de uma pequena rua, ainda com o espetáculo triste e lúgubre dos escombros.”

Lamenta a “faina arrasadora” e “as sangrias à bolsa do contribuinte sem resultados que compensem tantos sacrifícios”.

Crítico de muito maior monta foi Rui Barbosa, que, em discurso de 29 de outubro de 1903, quando da discussão do projeto do governo, que reformava a lei orgânica do Distrito Federal, protestou contra a latitude dos poderes de Passos:

“Digo que, com a faculdade de regular o policiamento, o trânsito, o arruamento, o embelezamento, a irrigação, os esgotos, o calçamento e a iluminação, enfeixando nas mãos de um só

homem essa autoridade, ele poderá ser senhor absoluto desta capital, um ditador insuportável, poderá criar para todos os seus habitantes uma situação intolerável de opressão e de vexames.”

Indiferente a tudo, Passos prosseguia na sua obra. Modestos inícios que provocavam às vezes, também, impaciência dos jornais, despertados com a propagação de planos muito mais importantes.

Note-se que estas obras menores foram sendo executadas com os recursos normais da Prefeitura, que só mais tarde, em fins de 1903, obteve o empréstimo externo de 4 milhões de libras, que financiou a maior parte da transformação do Rio de Janeiro. Segundo uma exposição do próprio Passos,⁷ a situação municipal era muito difícil, em 1902. O empréstimo externo, com os descontos de comissões e convertido ao câmbio de 17½ a 18 pelo Banco da República, rendera 55.000 contos. Desse modo, Passos pagou uma dívida flutuante de 4.700 contos e uma dívida consolidada de 17.000. Com o saldo de cerca de 33.000 contos, acrescido de 5.000 da venda de terrenos provenientes das avenidas novas, ele financiou tudo, até 1905. Novo empréstimo, em 1906, e outros pequenos recursos elevaram a 45.000 contos, na estimativa de Passos, o total com que ele pôde contar para todas as obras de seu extraordinário período de administração. Rui, do discurso acima citado, combateu muito o empréstimo externo.⁸

A nomeação de Passos foi otimamente acolhida. Um amigo inglês, Frank Gotta, escreveu-lhe de Londres em fevereiro de 1903, manifestando entusiasmo pela notícia que recebera naquela capital, e diz que estava certo de que Passos faria com a cidade do Rio obra parecida à que realizara quando diretor da Central do Brasil.

7 Exposição contida em longa carta a Oliveira Rocha (Rochinha), diretor de *A Notícia*. Nessa carta Passos fornece ao amigo, em 1907, elementos para defendê-lo de ataques que então sofria da *Gazeta de Notícias* (servimo-nos do original existente no arquivo de Passos).

8 Em 1906, Rui Barbosa não se opôs ao empréstimo muito maior de 15 milhões de libras, para financiamento da valorização do café e da Caixa de Conversão. É que, então, estava enquadrado na política do chamado Bloco.

Passos, ele próprio, estava inquieto com as responsabilidades que assumira. Em discurso feito perante os intendentes municipais, no fim do seu período, revelou o estado de insegurança com que aceitou o convite. Não conhecia o numeroso funcionalismo, era alheio aos assuntos municipais, tinha que arranjar recursos e fiscalizar despesas, sabia que precisava reformar a legislação. Tudo isso ele confessa, quatro anos depois, já consagrado e vitorioso.

Mas não há negar que, de um modo geral, toda a imprensa, ainda mesmo aquela que mais combatia o governo, manifestava interesse e esperança quanto à revolução urbana, que se operava à vista de todos. Neste ponto, os jornalistas tiveram visão mais larga que muitos políticos. Os prejudicados se irritavam, as paixões sectárias procuravam pretextos para agitação, mas o povo via o que estava acontecendo, que entrava pelos olhos. Na edição de 10 de janeiro de 1903, confessava *O Malho*, referindo-se ao prefeito: “Começou a administrar há meia dúzia de dias o Dr. Passos, e já a enumeração dos seus atos é quase tão grande como a de uns três prefeitos juntos, durante anos.” A população principiou a acreditar no que via. E o que via, o que viu, não tinha precedentes nem paralelo, na história da cidade nem do país. Foi um rejuvenescimento, um desatar de energias sopitadas, o fim do temor público e da humilhação nacional, o levantamento de uma espécie de orgulho popular pela consciência da vitória, que era de todos, e a transformação da mentalidade das elites, que começava a se desprovincianizar. Foi, principalmente, a demonstração da capacidade brasileira, às vezes esquecida por nós mesmos, não raro negada dos nossos momentos de cólera ou depressão, mas que, tantas vezes, e com tantas faces diferentes, ressalta fresca e vigorosa, quando se encontram fatores e circunstâncias favoráveis.

As obras municipais, conduzidas impetuosamente pela competência e dinamismo do Prefeito Passos, mudaram em quatro anos o Distrito Federal. Pode-se dizer, sem ênfase, que a capital mudou duas vezes: uma sem sair do lugar, entre 1902 e 1906; outra com a construção de Brasília.

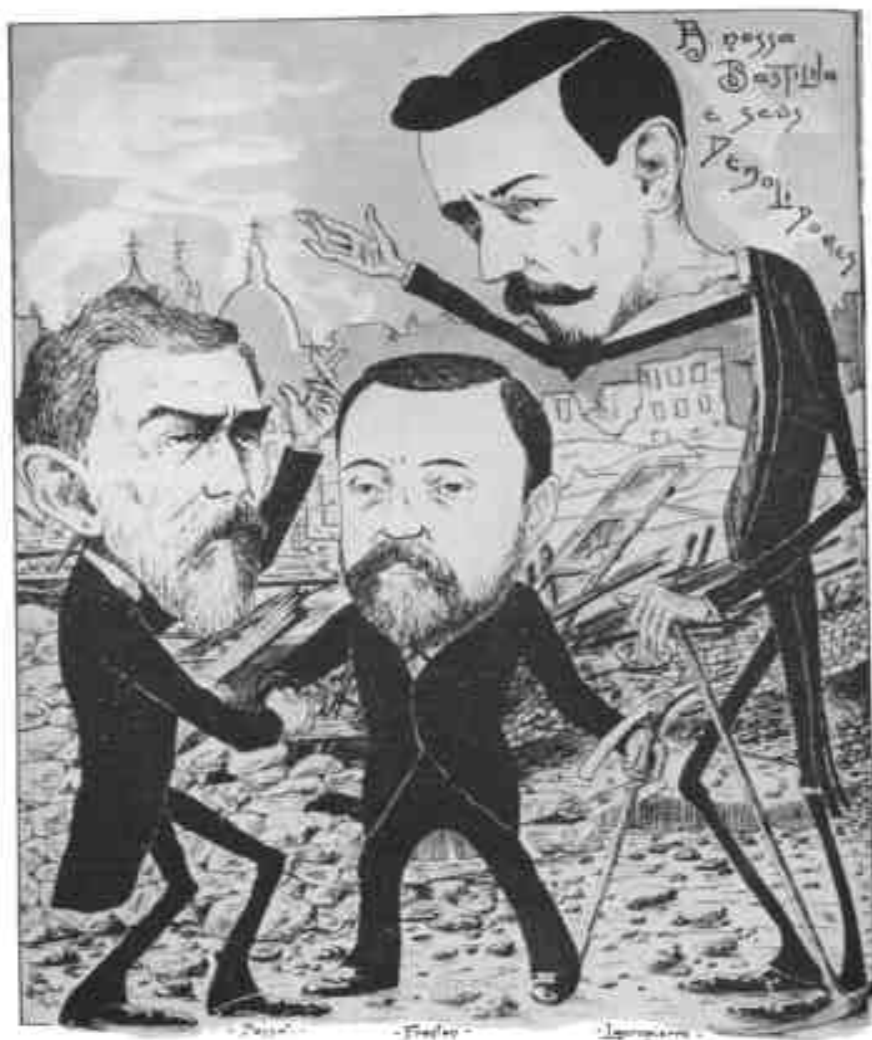
No dia 5 de setembro de 1906, Passos leu perante o Conselho Municipal a sua derradeira mensagem de prefeito. De fato, não foi uma prestação de contas, vinda de um administrador urbano. Foi um relato de uma experiência vitoriosa, que orgulhava e comovia toda a nação. O caráter nacional da vitória ficava demonstrada com a grande afluência de

congressistas federais e outras autoridades, que enchiam o recinto do Conselho da cidade para ouvir e aplaudir Passos.

O documento é discreto, quase lacônico, e isto aumenta talvez a sua importância. Enunciava o turbilhão de realizações quase sem comentários. Sua linguagem é das cifras, dos planos comparativos da cidade, das estatísticas, das fotografias. A mensagem de 1906 vinha consolidar as exposições anteriores e, sobretudo, vinha consagrar o grande administrador. Ele mexeu em tudo, derrubou e construiu, arrecadou e gastou, cuidou das ruas, dos transportes, da arquitetura, da paisagem, dos jardins, das escolas, das habitações populares, dos serviços administrativos. Foi um velho Hércules sacudindo, com ímpeto juvenil, não uma cidade, mas uma geração. Seria inadequado pormenorizar uma ação que entrou não apenas nas páginas da história, porém, o que é mais significativo, na memória do povo.

As críticas que se fazem à arquitetura renovada devem se dirigir mais ao gosto do tempo. Um artista como Olavo Bilac dedica uma de suas crônicas a exaltar a beleza daquelas formas caprichosas, daquelas fachadas cheias de figuras e alegorias de gesso, máscaras, mulheres nuas, plumas e guirlandas, que, agora, vistas nos seus derradeiros exemplares, fazem-nos sorrir enternecidamente daquele tempo feliz. Mas a mudança do Rio data daquele tempo. O espírito progressista do presidente, homem que nunca saíra do Brasil, sem cultura literária nem artística, foi de grande valia. Tão capaz era Rodrigues Alves de coordenar aquele grupo renovador, reunido à sua sombra, que, mais tarde, chegou a proclamar a falta de arrojo das obras feitas. De fato, quando foi à Europa, em 1907, e viu as perspectivas inconfundíveis de Paris, declarou a pessoas da família que, se as tivesse conhecido antes, faria muito mais larga a Avenida Central.

O alargamento das vias do centro foi uma das realizações de Passos. Estas são, em resumo, as principais: abertura das Avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá, Gomes Freire, Passos, Beira-Mar e Atlântica, todas novas; alargamento das Ruas Treze de Maio, Carioca, Assembléia, Sete de Setembro, Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Acre, Visconde do Rio Branco, Frei Caneca, Camerino, Catete, Laranjeiras e Bulevar Vinte e Oito de Setembro; construção ou reconstrução dos Cais Pharoux e dos Mineiros, dos Largos da



Passos, com Frontin e Lauro Müller, os três grandes auxiliares da administração Rodrigues Alves na modernização do Rio de Janeiro. O Malho. Coleção Álvaro Cotrim

Glória, do Rossio, do Machado, de S. Domingos, do Paço e do Campo de S. Cristóvão. As obras mais importantes foram as aberturas das Avenidas Mem de Sá e Beira-Mar. Além disso, cortaram-se ou arrasaram-se morros, como o do Castelo e do Senado, para abrir espaço às novas vias.

Quase todo o velho calçamento colonial foi substituído. Dezenas de jardins apareceram nos largos e praças, nos bairros baixos, nas encostas e até no Alto da Tijuca, cujo jardim data de então. Cortiços, hospedarias, estalagens, pardieiros, restos vivos de um passado morto, confundiram-se no pó das derrubadas. Foi-se a cidade dos imperadores, do rei e dos vice-reis. Delineou-se a metrópole republicana.

Instalações modernas de luz, de sanitários, de assistência foram postas à disposição do povo. A instrução foi estimulada, escolas abertas (entre elas a que levou o nome do presidente, vizinha do Catete),⁹ o monumental Teatro Municipal erguido e quase externamente concluído antes do fim do governo.¹⁰

A importância futura das praias não escapou ao prefeito. O túnel Novo de Copacabana foi rompido (1905), nele colocados bondes elétricos, abrindo-se assim o progresso do novo bairro.¹¹

Na mensagem de 1906, Copacabana já aparece delineada no plano da cidade. Poucas eram as ruas traçadas e em menor número as nomeadas. Estas últimas eram a Nossa Senhora de Copacabana, a Santa Clara, a Barroso (atual Siqueira Campos) e a Salvador Correia (hoje Princesa Isabel). As ligações entre Copacabana e Ipanema (a chamada Vila Ipanema, pequeno núcleo praieiro) ainda não apareciam na planta. Toda a atual praia de Ipanema trazia o nome de praia do Arpoador, enquanto a lagoa Rodrigo de Freitas e o Leblon não se achavam ainda em processo de

9 Nota de Rodrigues Alves, de 21-8-1905: "Assisti à inauguração da Escola Rodrigues Alves. É a segunda escola que inauguro. A primeira foi a Prudente de Moraes, que foi no Asilo Bom Pastor."

10 A pedra fundamental do Teatro Municipal foi colocada em fins de maio de 1905, na presença do presidente da República.

11 O túnel Novo, inaugurado em 4 de março de 1906, foi aberto em terrenos de uma chácara pertencente à Santa Casa. No mesmo dia inaugurou-se a linha de bondes elétricos, que atingiam Copacabana e Leme, passando por aquele túnel.

urbanização. Em compensação, iniciavam-se os trabalhos de traçamento e abertura da Avenida Atlântica, “em toda a extensão da praia de Copacabana, passeio que constituirá, no futuro, um dos encantos da cidade”.

Como vimos, o custo de todas as grandes obras municipais não atingiu, na estimativa do prefeito, a 50.000 contos.

No seu arquivo existem especificações de despesas feitas que atraem a curiosidade do leitor.¹² A “construção de uma avenida à beira-mar entre a Rua Chile e o fim da praia de Botafogo” importou 9.292 contos. O alargamento das Ruas Assembléia e Carioca (compreendido provavelmente o preço das desapropriações) foi a 12.887 contos. Na abertura da Avenida Passos gastou-se 9.635 contos e na da Mem de Sá 12.005 contos.

Desde o dia em que terminou o seu governo, Francisco Passos deve ter tido a confortadora impressão de que deixara a prefeitura consagrado pelo povo como o maior governador que a cidade já tivera. A manifestação popular que lhe foi feita era das que não podiam enganar, pela espontaneidade, pelo calor, pela afluência de enorme multidão. Eis o que diz Luís Edmundo, velho carioca da fase de transição, que viveu no Rio antigo e no Rio moderno:

“Foi preciso que viesse a República e, com ela, o glorioso quatriênio Rodrigues Alves, para que a cidade-chiqueiro fosse transformada na cidade maravilhosa que aí está, digna da América e de nós [...]. Só os que conheceram, como eu conheci, a capital que foi da Monarquia, a mesma que se estendeu depois, atrasada e mofina, até quase o albor do século que corre, é que pode avaliar, com segurança, as grandes transformações que nela se operaram. Transformações até de usos e costumes. Abandonamos hábitos portugueses, despedimo-nos de vários preconceitos e convenções vindas do tempo em que éramos colonos, criando, dessa forma, ambiente melhor e mais consentâneo com o meio americano em que sempre vivemos. Mudamos tudo, chegando até o ponto

12 Ms. do arquivo de Passos.

de mudar, por completo, a nossa mentalidade, peada por longos anos de casmurrice e rotina.”

Esta compreensão, exata e importante, de que a renovação material implicava também uma mudança intelectual (até certo ponto era resultado dela) não se manifestou só em testemunhos posteriores, como o de Luís Edmundo.

Antes das obras prontas já os comentadores a entreviam. Assim se exprime, por exemplo, o redator de *O Malho*, a 20 de agosto de 1904:

“Quando se acompanha um instante a série de coisas novas que se estão fazendo nesta cidade, quando se imagina o que será o Rio de Janeiro cortado na sua parte comercial pela grande avenida de mar a mar, da Ajuda à Prainha, quando se vê, estendendo-se pela curva do Flamengo e Botafogo, a Avenida Beira-Mar entremeada de passeios e jardins, quando se observam as grandes avenidas que se estendem ao longo do Canal do Mangue, e se vê, orlando o mar, do Arsenal de Guerra à praia Formosa, o cais a que atracam os transatlânticos e onde chegam os vagões das vias férreas, carregando e descarregando incessantemente, quando, concentrando o espírito, se percebe de um golpe o conjunto dessa nova cidade, fica-se certamente meditando sobre a profunda modificação que vai sofrer nas suas idéias, nos seus hábitos, nas suas aspirações, na sua educação, esta população que vai sair da rede estreita, intrincada, suja, de ruas mal calçadas, sem ar, sem luz, sem asseio, para a radiância desse deslumbramento. Há nisso como um golpe de mágica.”

E Passos foi decisivo nessa mudança de mentalidade.

Até hoje a administração de Francisco Passos não foi igualada por nenhuma outra. Todo o atual desenvolvimento da metrópole, através de obras levadas a cabo com os recursos modernos e, por isso mesmo, obras bem maiores, em certos casos, do que as que ele pôde realizar, não obscurece o fato de que a cidade atual do Rio criou-se entre 1902 e 1906. Passos, Lauro Müller, Frontin e Osvaldo Cruz são os seus

principais criadores sob a chefia de Rodrigues Alves. Nós, cariocas de agora, de nascimento ou de adoção, nutrimos pela nossa cidade um sentimento de orgulho que supera as apreensões e cuidados com os seus defeitos, ou mesmo com as suas chagas; uma espécie de segurança contemplativa, que supera o espírito de campanário, porque sabemos que o Rio é uma realidade nacional e, seguramente, internacional.

Esse amor brasileiro pelo Rio não existia até o princípio do século. Havia, sem dúvida, o predomínio da corte, a importância do poder presidencial. Mas o Rio de Janeiro não preponderava por si mesmo, como agora, com o direito de considerar provinciano – e o é, realmente, em relação a ele – o imenso São Paulo.

São Paulo é o centro formidável da economia e do progresso. Brasília vai se tornando cada vez mais o centro do poder. Mas o Rio é como Nova Iorque frente a Chicago e a Washington; é como Roma diante de Milão. O Rio é a metrópole brasileira; tudo o mais é província. Essa posição seria impossível sem as transformações materiais e o saneamento do governo Rodrigues Alves. É seguro que os outros governos fariam o mesmo, porque as condições históricas o impunham. Mas a coordenação daquele grupo de homens – sem esquecer Rio Branco, que figurou como o seu instrumento de propaganda internacional – foi desses acasos que aceleram a história e que marcam a vida dos povos; que condensam em poucos anos a tarefa de uma geração. Passos foi o símbolo mais nobre desse processo acelerativo; seu nome é que ficou preponderando, até injustamente, pela freqüente confusão que prevalece entre a sua obra e a dos construtores do porto e da Avenida Central. Para o povo, Passos é o mágico criador da metrópole brasileira.

LAURO MÜLLER E AS OBRAS DO PORTO

Já vimos a importância que, para o desenvolvimento econômico nacional, Rodrigues Alves atribuía à construção de um porto marítimo moderno na capital da República. Esta melhoria se lhe afigurava tão prioritária, para os interesses do país, como o próprio saneamento do Rio de Janeiro. Seriam providências paralelas, que marcariam o fim de uma tradição humilhante de isolamento e desprestígio, e a entrada efetiva do Brasil,

pelo esforço em facilitar as trocas comerciais e em conseguir a segurança higiênica, no grupo das nações civilizadas do século XX.

O problema do porto do Rio de Janeiro preocupava os governantes desde o Império, mas, até o governo Rodrigues Alves, não tinha sido atacado com decisão.

Segundo relata autor competente,¹³ “os serviços de expedição de mercadorias para o exterior e para os Estados, por via marítima, eram efetuados geralmente por meio de saveiros, que atracavam a pontes quase todas construídas de madeira, a *piers* ou cais de pequeno calado de água; apenas a algumas dessas construções acostavam vapores de pequena cabotagem”.

O tráfego marítimo comercial fazia-se, ou nas praias situadas para dentro da baía, entre S. Bento e o Caju (como veremos abaixo) ou, mais para a barra, entre S. Bento e o Calabouço, zona na qual se achava a Alfândega, com suas docas, o Cais dos Mineiros (nome dado pelos viajantes que vinham de Minas e atravessavam em barcos a Guanabara) e o desembarcadouro de escravos. Esta era a parte mais antiga do porto.

Luís Edmundo, nas suas *Memórias*, descreve o que era aquela ponta da cidade até o governo Rodrigues Alves:

“Vinha depois disso [do edifício da Alfândega ainda hoje existente]¹⁴ um longo e estreito cais margeando a doca, onde primitivos guindastes, acionados a mão, suspendiam de chatas, saveiros e pontões, a volumaria que se retirava do ventre dos navios de carga, que ancoravam entre a ilha das Cobras e a ilha das Enxadas.”

Quanto ao embarque dos passageiros, como lembra Gastão Cruis,¹⁵ era ele feito na Prainha (Praça Mauá) para os que se dirigiam ao fundo da baía, e no Cais Pharoux (Largo do Paço) para os que se destinavam ao estrangeiro ou aos portos de outros Estados.

13 Alfredo Lisboa, *Portos do Brasil*, 1922-1923.

14 A então Alfândega, antiga Bolsa (Praça do Comércio), fora construída no tempo do rei, por Grandjean de Montigny. Edifício tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

15 Gastão Cruis. *Aparência do Rio de Janeiro*.

Entre o morro de S. Bento e a ponta do Caju, o litoral da Guanabara se desenrolava em caprichoso desenho, numa sucessão de angras, entradas e saliências, praias lodosas e ilhotas cobertas de vegetação (como a dos Melões, a das Moças, a Panqueca e a de Santa Bárbara), bocas de pequenos cursos de água ou de torrentes pluviais, tudo entremeado de pontões de ferro ou de madeira, pequenos cais de pedra, construções várias, mais ou menos junto ao mar, acostadouros de saveiros e barcaças, sem falar nos espaços baldios, nos quais se acumulavam detritos. Embora alterado pelas construções mais recentes e aluviões descidas das encostas próximas, aquele canto de terra carioca conservava, em 1902, bastante da sua aparência antiga, dos tempos do rei ou do imperador.

Entre o trapiche Mauá, na Prainha, e a ilha dos Melões, situada na altura das praias das Palmeiras e de S. Cristóvão, alinhavam-se vários estabelecimentos, públicos e privados, estes titulares de concessões e servidões sobre as águas. As Docas Nacionais, antigas Pedro II, outrora empório da exportação do café imperial do Vale do Paraíba, eram das mais importantes. Seu belo edifício-sede erguia-se na Praça Municipal e só mais recentemente foi destruído por um incêndio.¹⁶ As Docas Nacionais possuíam cais e armazéns próprios, de ampla capacidade. Na enseada da Saúde, ao pé do morro deste nome, achava-se o Moinho Fluminense, também provido de desembarcadouro próprio e aparelhagem para elevação de cereais importados a granel. Pouco adiante ficava o dique Mortona, do Lóide Brasileiro, estaleiro naval e oficina de reparação de navios.

Mais para além era o Moinho Inglês, com aparelhamento semelhante ao Fluminense. No saco da Gamboa, que se abria sob o morro do mesmo nome, erguia-se a importante estação marítima da Central do Brasil, cuja linha férrea prolongava-se, como hoje, até o cais.

Desde meados do século XIX cogitou-se de aparelhar convenientemente o lado oeste do porto, aquele que se estendia entre o morro de S. Bento e a ponta do Caju, com obras que retificassem o litoral, erigissem um cais de calado profundo, levantassem armazéns públicos e

16 Nos nossos tempos de aluno do Internato Pedro II, em São Cristóvão, já admirávamos a construção antiga, quando a divisávamos do bonde que nos levava ao colégio. Nesse tempo, se não nos enganamos, voltara o nome de Docas Pedro II.

particulares e abrissem vias francas de comunicação com as zonas norte e sul da cidade.

Em 1853 pensou-se em colocar o porto mais para a entrada da barra, entre o Arsenal de Marinha, junto a S. Bento, e o da Guerra, na ponta do Calabouço. O projeto, elaborado pelo engenheiro inglês Charles Neale, nunca foi concluído. Dele se construíram alguns trechos, que vieram substituir as velhas docas coloniais da Alfândega, próximas à atual Praça Quinze de Novembro. Para a zona do porto de hoje, entre a Prainha e o Caju, vários projetos foram também traçados, mas nunca executados.

Em 1890, a Empresa Melhoramentos do Brasil, presidida por Paulo de Frontin, foi habilitada por decreto do Governo Provisório a construir um moderno cais no referido trecho. A empresa apresentou projeto baseado em outro anterior, feito pela Cia. Docas Pedro II, que havia sido aceito pelo governo imperial. Em 1899 o Presidente Campos Sales aprovou o plano geral da construção, que deveria ligar a Prainha à praia de São Cristóvão, na altura da atual saída do Canal do Mangue, onde se achava a ilha dos Melões, daí seguindo até a ponta do Caju.

Em 1901 a Empresa de Melhoramentos, para obtenção de maiores recursos, procurou fundir-se com outra companhia, a Rio de Janeiro Harbour, que como ela gozava dos favores concedidos por uma lei de 1869, mas a operação não chegou a se ultimar e as obras não foram iniciadas.

Tornava-se evidente que, com os insuficientes recursos financeiros e técnicos nacionais, o novo porto não poderia ser uma realidade. A técnica e o dinheiro estrangeiros eram indispensáveis. Campos Sales bem o sabia. Pouco antes do termo do seu governo, tendo Joaquim Murinho deixado a pasta da Fazenda para candidatar-se a senador por Mato Grosso, Campos Sales convidou Olinto de Magalhães para dirigir interinamente aquele ministério, ao que não anuiu o chanceler. Mas, na conversa entabulada com o presidente, segundo depõe o próprio Olinto, aquele falou das negociações em curso para o lançamento do empréstimo externo destinado a financiar as obras do porto, “cujos estudos estavam terminados e aprovados”. Acrescentou Campos Sales que não finalizava a operação por entender que não devia fazê-lo em fim de governo, e que “desejava deixar ao Sr. Rodrigues Alves a inteira liberdade de

deliberação sobre o assunto, reservando-lhe, para início do seu governo, um ato desta importância”.

Rodrigues Alves, como esperava o seu amigo e antecessor, atirou-se corajosamente à tarefa, desde o início do mandato, apoiado na dedicada e competente colaboração do ministro da Viação.

Conta-se que, quando Lauro Müller, em 1912, candidatou-se à Academia Brasileira de Letras na vaga de Rio Branco, alguém perguntou-lhe que obras apresentava para pleitear a cadeira. Ao que respondeu o malicioso senador catarinense: “As obras do porto.”

Realmente, se observado o critério da eleição de personalidades representativas do meio social – os chamados “expoentes” – a Academia premiou, em Lauro Müller, um grande realizador administrativo, expoente do intenso governo a que serviu.

Desde a mensagem inaugural, de 15 de novembro de 1902, Rodrigues Alves indicou que atribuía prioridade ao problema do porto do Distrito Federal.

No orçamento do ano seguinte (Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902) começou a concretizar as suas intenções. Observe-se que, no orçamento da despesa, as verbas mais elevadas competiam ao Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas (que também englobava o departamento da Agricultura), só superadas, como era inevitável, pelas verbas da Fazenda, em cujas rubricas figuravam todos os pagamentos das dívidas externa e interna. Em números redondos, as despesas com a pasta da Justiça iam a 16.424 contos; com a do Exterior, a 631 contos-ouro e 905 contos-papel; com a da Marinha, a 26.700 contos; com a da Guerra, a 47.569 contos; com a da Fazenda, a 36.710 contos-ouro e 85.105 contos-papel; e com a da Viação, a 3.783 contos-ouro e 68.030 contos-papel.

As obras federais na capital da República dispunham de importantes verbas próprias no orçamento de 1903, entre elas o abastecimento de água, a renovação da rede de esgotos e a expansão da iluminação pública (artigo 21 n^{os} 11, 12 e 13).

Quanto ao porto, as disposições constantes da lei são completas.

Pelo artigo 21, nº XXV, ficava o governo autorizado “a realizar as obras necessárias ao melhoramento dos portos da República, podendo, para esse fim, emitir títulos, em papel ou em ouro, que correspondam,

por seus juros e amortização, às responsabilidades que para cada porto possam ser providas pelas taxas que aí serão cobradas, estabelecidas pelas leis e concessões em vigor”.

O mesmo número XXV da lei dispunha ainda que “as obras poderão ser executadas por administração ou por contrato, modificados ou não os respectivos planos de orçamento, e podendo-se acrescentar-lhes a execução de obras fora do cais, mas necessárias para facilitar o tráfego das mercadorias para os mesmos cais e a exploração comercial delas será estabelecida segundo o regime que mais convenha a cada porto”.

Esta disposição, de grande importância, visava a permitir que o governo federal construísse uma via pública ao longo do porto, levantando armazéns públicos e vendendo terrenos para a construção de armazéns particulares (é a atual Avenida Rodrigues Alves), e também que pudesse construir, fora do porto, grandes vias de circulação. Ficava legalizado o plano de construção das Avenidas Central e do Mangue, esta com seu prolongamento até o mar. Com essas medidas de urbanização, corajosas e avançadas para o tempo, a circulação de mercadorias ficaria assegurada por vias modernas, ao longo do porto, em direção à zona norte e à zona sul da cidade.

Mais adiante dispunha ainda o inciso referido:

“Para o fim a que se refere a disposição constante do presente número, poderá o governo entrar em acordo com as empresas concessionárias de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, cujos contratos estejam em pleno vigor, podendo fazer todas as despesas indispensáveis para efetividade dos acordos que forem celebrados.”

E, como remate de providências, ordenava a lei:

“Para as despesas de que trata a presente alínea e para todas as que forem necessárias à execução dos melhoramentos de portos, a que se refere a presente autorização, ficam também autorizadas as precisas operações de crédito.”

Estava, portanto, o governo aparelhado para indenizar os detentores de concessões e contratos na área do porto, investindo-se como único titular dos empreendimentos não realizados pelas empresas particulares, e, medida indispensável, estava ele também aparelhado para empregar o

IDEIA FIXA



Rodrigues Alves e sua "idéia fixa" às obras do porto do Rio de Janeiro. Caricatura de O Malho. Coleção Álvaro Cotrim

crédito nacional, consolidado por Campos Sales, na busca de recursos técnicos e financeiros do exterior, que levassem avante a grande obra.

No empenho de exercer os poderes conferidos pelo orçamento de 1903, o governo federal tomou logo as providências necessárias.

Em janeiro de 1903, Lauro Müller organizou uma comissão de técnicos, de que foi o presidente, incumbida de preparar o plano das obras do porto. Esta comissão era composta pelos engenheiros Francisco de Paula Bicalho,¹⁷ Paulo de Frontin, Gabriel Osório de Almeida, J. F. Parreiras Horta, Domingos Sérgio de Sabóia e Silva e Manuel Maria de Carvalho.

A 30 de abril, a comissão apresentou seu relatório ao ministro. Declara, de início, que o trabalho fora muito facilitado em virtude da existência do plano anterior da Empresa Melhoramentos (Paulo de Frontin), estudo este que a dispensara de sondagens e trabalhos de campo, em terra.

A comissão considerava excepcionalmente abrigada a zona compreendida entre a Prainha e o Caju, e entendia que nela devia ser construído o porto, por meio de cais corrido e, tanto quanto possível, sem curvas. O projeto apresentado cobria apenas parte da área, entre a Prainha e S. Cristóvão, na extensão de 3.500 metros.

Ficava prevista uma faixa longitudinal de 100 metros para serviço do porto, sendo 25 metros para carga, descarga e movimento do cais; 35 metros para os armazéns sobre o porto e 40 metros para uma larga avenida de trânsito público. Como se vê, o plano correspondia exatamente ao que hoje existe.

O plano da Avenida Central (Rio Branco) era exposto nos seguintes termos:

“Todas as vantagens, entretanto, desta organização, serão prejudicadas se, ao mesmo tempo, não forem tomadas providências para a fácil comunicação entre a avenida do porto

17 Nascido em 1847 na Província de Minas Gerais, Francisco de Paula Bicalho procedia de família que deu outro engenheiro de renome: Honório Bicalho. Francisco Bicalho tornara-se conhecido depois de ter integrado, com Aarão Reis, em 1897, a comissão construtora de Belo Horizonte.

e as ruas centrais da cidade; o que, aliás, já o Congresso em sua sabedoria previu, autorizando o governo a fazer, fora do cais, as obras que forem necessárias para o tráfego das mercadorias. A grande avenida,¹⁸ ao desembocar no Largo da Prainha, só encontraria para seu escoadouro as estreitas ruas e vielas que hoje existem, e nas quais basta a parada de um veículo, para descarga ou por qualquer incidente, para que toda a circulação se paralise. É, pois, indispensável que se elimine tão grande tropeço, prolongando-se a avenida através da cidade e pondo-a em comunicação com todas as ruas do centro comercial, muitas das quais terão de ser naturalmente alargadas no futuro.¹⁹ Esta avenida central²⁰ já foi por V. Ex^a indicada e adotada pela comissão, com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento, em linha reta, desde o Largo da Prainha até a praia de Santa Luzia, no prolongamento da Rua Chile, e terminará no cais que a Municipalidade projeta construir nesta parte do litoral, na direção da Glória,²¹ o que constituirá um valiosíssimo melhoramento, quer para facilidade de comunicações, quer para o embelezamento e salubridade da cidade.”

Agora a Avenida do Mangue:

“Para um cais com 3.500 metros de extensão e pelo qual tem de passar todo o movimento de importação e exportação da capital federal, não bastará um só escoadouro ou via de comunicação com a cidade; no outro extremo da sua avenida, no prolongamento da Rua de S. Cristóvão, será também indispensável, desde já, uma ligação que o ponha em comunicação com essa parte da cidade e também com o centro do comércio, por intermédio das Ruas Senador Eusébio e Visconde de Itaúna, que comportam bastante tráfego. Esta ligação é

18 Avenida Rodrigues Alves.

19 Já vimos que Passos fez isso.

20 O nome da futura avenida vinha em letra minúscula; ainda não se havia imposto.

21 Avenida Beira-Mar.

tanto mais necessária quanto, devendo a construção do cais ser começada pela ilha das Moças, para não embarçar o atual serviço do porto, ficariam sem serventia e aproveitamento imediato os trechos concluídos nos primeiros anos, por falta de boa comunicação com a cidade [...]. Por estas razões projetamos, e acha-se indicada na planta, uma avenida, desde o cais até a ponte dos Marinheiros, no Canal do Mangue, constituindo o prolongamento das Ruas Senador Eusébio e Visconde de Itaúna até o mar. Neste percurso existe o mencionado canal, representado por uma tortuosa e imunda vala, que terá de ser substituída por um canal com 20 metros de largura, pelo meio da avenida, regularmente construído. Este melhoramento, que assim fica fazendo parte das obras do porto, é, há muito, reclamado, pelo público [...]. A Avenida do Mangue, que terá necessariamente grande movimento de circulação, deve cruzar o leito da Estrada de Ferro Central, cujo tráfego já é embarçado por outras passagens de nível de muito menor importância na cidade. Há muito que a sua administração cogita em libertar a Estrada deste embarço e parece chegada a oportunidade de realizar esse melhoramento.”

Os períodos finais da transcrição referem-se ao viaduto da Central, que cruza o Mangue na área referida, o qual foi, também, construído ao mesmo tempo que a parte nova do canal.

O relatório apresenta, em seguida, as especificações do plano. Descreve as muralhas do cais, com as suas fundações e profundidades, de grandes aterros que deveriam ser feitos entre o cais e a terra firme para o alinhamento (“a vasta superfície atualmente coberta de água”), aterro no qual seriam aproveitadas terras obtidas com o arrasamento do morro do Senado; a dragagem do fundo da baía para construção das muralhas; o aparelhamento do porto e as vias de comunicação previstas. O custo total da obra era estimado, em números redondos, em 168.216 contos.

Para terminar, a comissão propunha que as obras do porto do Rio de Janeiro fossem realizadas, pelo seu caráter especial, por meio de empreitada fora da concorrência pública, “contratando-a com quem já tenha dado provas de sua competência e idoneidade em trabalhos análogos

de idêntica importância, esteja devidamente aparelhado para realizá-las com presteza e disponha de recursos para garantir o exato cumprimento das obrigações e responsabilidade que deve assumir”. Concluindo o relatório, a comissão ofereceu, em separado, as bases do contrato que entendia deveres ser adotadas com os futuros empreiteiros.

Utilizando-se da permissão legal, Rodrigues Alves baixou, no dia 18 de maio, o Decreto nº 4.839, pelo qual permitiu o ajuste de um empréstimo de 8.500.000 libras com os banqueiros Rothschild, de Londres. No dia 20 foi assinado, na capital inglesa, o contrato de empréstimo da citada soma, com aqueles banqueiros. Segundo declarou mais tarde Leopoldo de Bulhões, esse empréstimo foi o que se revestiu de melhores condições para o Brasil, desde a fundação da República.

Ao câmbio da época, o empréstimo correspondeu a cerca de 136.000 contos, quantia considerável, se recordarmos que o orçamento da receita da União não ia além de 312.000 contos. Descontados os 45.000 contos despendidos na construção da Avenida Central, restaram, pois, cerca de 90.000 contos do empréstimo, que, com as somas recebidas da taxa-ouro e das vendas de terrenos, constituíram a massa de recursos aplicados nas obras do porto.

A 16 de junho, por meio do Decreto nº 4.865, o governo lançou um empréstimo interno para completar o financiamento das obras. O empréstimo foi feito mediante a emissão de 17.300 contos em apólices especiais.

Para satisfazer as duas operações de crédito, o presidente expediu o Decreto nº 4.879, de 7 de julho, estabelecendo a taxa-ouro de 1 ½ por cento, sobre o valor das importações feitas no Rio de Janeiro.

Outros atos de 1903 vieram completar essas medidas preparatórias.

O Decreto nº 4.911, de 28 de julho, abriu crédito especial de 300 contos “para ocorrer às despesas com o custeio das propriedades necessárias às obras do porto do Rio de Janeiro e serviços preliminares das mesmas obras”. A frase final indica que, em meados do ano, as obras começavam de fato.

O Decreto nº 4.939, de 28 de agosto, declara sem efeito todos os antigos planos referentes ao porto, e o Decreto nº 4.956, de 9 de

setembro, modificou o processo de desapropriação por utilidade pública, para todas as obras da União e do Distrito Federal, de acordo com autorização legislativa anterior, facilitando e economizando grandemente a iniciativa pública nesse setor.

O Decreto nº 4.969, de 18 de setembro, aprovou os planos, plantas e orçamentos das obras projetadas e criou a comissão fiscal e administrativa das obras do porto. Esse mesmo decreto determinou ainda a aplicação, na execução dos planos aprovados, do montante do empréstimo contraído com Rothschild, e, sempre no mesmo ato executivo, o governo declarou a desapropriação dos prédios e terrenos compreendidos no perímetro das obras, já nos termos da nova lei de desapropriações.

A firma escolhida para execução das obras planejadas foi C. H. Walker e Cia. com sede em Londres. O contrato com ela foi lavrado a 24 de setembro, no Ministério da Viação, figurando Lauro Müller como representante do governo. Pelo contrato (cláusula VIII) os empreiteiros obrigavam-se a iniciar os trabalhos antes de 31 de março de 1904 e a concluí-los antes de 30 de junho de 1910. Previa-se, também, o escalonamento cronológico do andamento das obras.

Walker, que trouxe da Europa todo o material pesado, inclusive as dragas, estabeleceu suas oficinas do lado de Niterói, na ponta da Areia, antigos estaleiros do Barão de Mauá.

Pelo Decreto nº 5.031, de 10 de novembro, Rodrigues Alves aprovou minuciosa regulamentação dos trabalhos da comissão do porto e dos seus órgãos auxiliares, técnicos, administrativos e contábeis. O pessoal ficou distribuído em divisões, a primeira com os encargos financeiros, a segunda com os trabalhos da construção e a terceira com a administração do pessoal.

A superintendência ficou entregue a um conselho deliberativo, subordinado ao presidente da comissão. O pessoal, relativamente numeroso, distribuiu-se em engenheiros especializados em obras terrestres, outros em obras marítimas, além dos operários e quadros burocráticos de várias atividades. Entre técnicos e pessoal de escritório (sem contar os operários) havia mais de 100 pessoas.

Foram nomeados presidente da comissão e chefe da primeira divisão o engenheiro Luís Rafael Vieira Souto; diretor-técnico e chefe da

segunda divisão, Francisco Bicalho; e diretor-gerente e chefe da terceira divisão o engenheiro Manuel Maria de Carvalho.

Concluindo as providências preparatórias, o governo nomeou, a 27 de novembro, para representantes da Fazenda Nacional junto às obras (função correspondente à de fiscal na percepção da receita tributária e aplicação da despesa nos serviços) os bacharéis Alfredo Pinto, Francisco Leite e Oiticica e Joaquim Xavier da Silveira, todos três homens públicos de prestígio, ocupantes mais tarde de cargos políticos de relevo.

Vê-se que, durante o ano de 1903, Rodrigues Alves fez tudo o que era necessário, nos terrenos executivo, legislativo e administrativo, para levar avante a obra que até então havia desafiado, desde o Império, a competência e a tenacidade dos governos.

Apesar disso, as críticas não o poupavam. No mês de abril, a imprensa carioca atacava o governo pela demora das obras do porto, como se elas pudessem ser iniciadas sem a indispensável infra-estrutura técnica, jurídica e financeira.

Em maio, a notícia do empréstimo foi favoravelmente comentada. *O Malho*, de 23 de junho, publicou reportagem ilustrada sobre os trabalhos da comissão do porto, vendo-se, em fotografia, Francisco Bicalho explicando o projeto. Acentuava o semanário:

“O governo está fazendo o saneamento da cidade e as obras do porto [...]. Atravessamos uma época de atividade e de trabalho. A população carioca anda contente da vida, esperançada, orgulhosa.”

Nos termos da cláusula XVI do contrato com Walker, tinha-lhe sido entregue, a 24 de dezembro de 1903, o primeiro trecho de cais a ser construído. Eram 600 metros, que começavam na margem direita do vazadouro do Mangue sobre o mar, em frente à pequena ilha das Moças, já ligada à terra pelas obras da Empresa Melhoramentos e depois incorporada, pelo aterro, ao litoral. O trecho terminava diante do trapiche da Gamboa. Os empreiteiros delinearão a área por meio de estacas, providas à noite de pequenos faróis protetores da navegação, e sondaram o fundo, para efeitos de dragagem.

Os planos do aterro dessa área eram antigos, alguns providos de concessões, mas haviam sido encampados pelo governo, como ficou dito.

O início oficial das obras dentro do mar verificou-se, com a primeira dragagem, a 29 de março de 1904 e foi festejado como se fosse uma solenidade cívica. Rodrigues Alves compareceu, acompanhado da família, de todo o ministério e de numerosos congressistas.

Defronte do cais das Docas Nacionais concentrou-se grande quantidade de embarcações, empavesadas e floridas. Navios de guerra, vapores de passageiros, lanchas, barcas, rebocadores, baleeiras, escaleres, barcos de remo, dragas e embarcações da empresa concessionária cruzavam-se ou estacionavam defronte ao local, enchendo o mar até o meio da baía.

Rodrigues Alves veio de Petrópolis, tendo atravessado a Guanabara, desde o Porto de Mauá, no iate *Silva Jardim*. Ao aproximar-se da margem carioca, foi saudado pelos canhões do glorioso couraçado *Riachuelo*, que, com os veteranos companheiros *República* e *Aquidabã*, integravam a divisão naval.

Dezenas de bandas de música, nos diversos navios, romperam o Hino Nacional. Os marinheiros nos tombadilhos e o povo em terra aclamavam o presidente, que se mostrava no portaló acompanhado de duas filhas, Ana e Marieta, e dos três filhos, Francisco, Oscar e José. Depois do almoço, que lhe foi oferecido no edifício das Docas, Rodrigues Alves embarcou na draga *Lauro Müller*, de onde pôde assistir ao início da dragagem. Em seguida dirigiu-se para bordo do navio *Desterro*, onde recebeu novas homenagens. Daí retornou a Mauá e a Petrópolis, com a família.

Durante o ano de 1904, as obras principais foram de dragagem, aterro e preparo das fundações do cais. À draga *Lauro Müller* juntaram-se mais duas: *Rodrigues Alves* e a *Brasil*. As sondagens revelaram solo submarino irregular às vezes de difícil remoção. O material dragado devia ser atirado fora da barra, em alto mar, por meio de batelões especiais de fundo falso, que fizeram, durante o ano, milhares de viagens redondas para aquele fim.

O *Correio da Manhã* via as coisas a seu modo. Para ele a dragagem era inútil, pois o lodo removido era logo substituído por novas camadas que se formavam.²² O seu redator-chefe, Leão Veloso, ajuntava a tão extraordinárias informações algumas outras, por sua conta. Escrevia

22 *Correio da Manhã*, 8 de junho de 1904.

que o movimento das obras ia ser funesto à saúde da cidade, gerando epidemias perigosas.²³

As três dragas trabalhavam a maior parte dos dias, durante 1904 e 1905, sendo de se notar que houve uma interrupção em junho do último ano, “devido à coação exercida por grevistas sobre o pessoal das dragas e batelões de transporte”, segundo informa o relatório do ministro.²⁴

A construção das muralhas começou com grandes dificuldades, apesar do emprego de métodos até então desconhecidos na América do Sul. Utilizaram-se docas flutuantes, que faziam o papel de andaimes, e grandes caixões de ferro, com cerca de 24 metros de comprimento, 7 de largura e 3 de altura, os quais funcionavam com fundações submersas e ficavam incorporadas à obra. Lançados ao fundo dragado, eram esses caixões de ferro completamente cheios de concreto e, sobre eles, levantaram-se as muralhas do cais atual. O trabalho, começado em dezembro de 1904, repetia a experiência obtida com a construção do cais de Antuérpia, na Bélgica.

Em 1^o de maio de 1905 festejou-se oficialmente o levantamento da muralha sobre as águas, na presença de Rodrigues Alves e outras altas autoridades. Havia já, então, centenas de metros de cais terminados.

O aterro da área situada entre o cais e o litoral principiou em setembro de 1905 com o desmonte das terras elevadas das ilhas dos Melões e das Moças. Em junho de 1906 já havia 500 metros de cais nivelados com o aterro.

Como fora previsto no contrato, as obras do porto deviam prolongar-se pelo quadriênio seguinte.

Na mensagem de 3 de maio de 1907, dizia o Presidente Afonso Pena:

“Prossegue com regularidade a execução das obras do porto desta capital, devendo achar-se concluída até fins de dezembro de 1910.”

Em maio de 1908 estavam concluídos quase 1.500 metros de cais, devidamente aparelhado. Desde o início daquele ano, o Lóide Brasi-

23 *Ibidem*, 10 de junho.

24 Dos relatórios de Lauro Müller retiramos os dados principais desta exposição.

leiro fazia ali atracar os seus navios, em caráter experimental. No fim do mesmo ano, o cais já contava com mais de 1.900 metros e 5 armazéns achavam-se prontos.

Com a morte de Afonso Pena não arrefeceu o andamento das obras. Nilo Peçanha, em maio de 1910, informava que a construção do cais já atingia a quase dois quilômetros e meio e mais 6 armazéns estavam sendo construídos. Pronto estava o aparelhamento necessário: a estrada de ferro, os guindastes, os serviços de força elétrica. O porto do Rio de Janeiro podia funcionar. Em 20 de julho de 1910, foi ele inaugurado oficialmente pelo Presidente Nilo Peçanha. O cais atingia 2.700 metros, desde a antiga praia de S. Cristovão até as Docas Nacionais. Pronta estava a grande avenida, mais larga do que a central, e que tomou o nome de Rodrigues Alves.

O CANAL DO MANGUE

Quem hoje percorrer o largo espaço de terra carioca que se estende das fraldas do morro de Santo Antônio até a ponta do Caju, não pode fazer idéia do que era essa extensa planície nos tempos do Rio antigo. Dentro dela sucediam-se lagoas, cursos de água e braços de mar (“rias”, como dizem os portugueses) entre montes.

No seu *Aparência do Rio de Janeiro*, Gastão Cruis escreve:

“A lagoa da Sentinela [...] que cobria toda área depois ocupada pela Cidade Nova, estendendo-se até os mangues de São Diogo, foi por muito tempo o maior óbice à penetração para o oeste. Visando drená-la, foi que se abriu o Canal do Mangue, propício ao seu aterro, realizado aos poucos. Por *Aterrado* era mesmo conhecido esse trecho da cidade, depois que desapareceram a lagoa da Sentinela e os mangues adjacentes. Esses mangues, em conjunto designados por saco de S. Diogo, eram de tal monta que separavam completamente do continente os morros de S. Diogo, Livramento e Conceição. Além disso, prolongando-se até onde está a Praça Mauá, faziam com que, por ocasião das marés cheias, ficassem inteiramente

separados por uma língua de mar os morros de S. Bento e da Conceição.”

Com a expansão da capital em direção ao interior, foi-se construindo, depois da vinda da Corte, a chamada Cidade Nova, sucessão de ruas bem construídas, situadas entre a Lapa e o Campo de Santana. Em 1860, o Barão de Mauá, que fizera erigir para sede da Companhia do Gás o belo edifício ainda existente (hoje tombado pelo Patrimônio Histórico), empreendeu a importante obra de construção de um canal que drenasse, naquela zona, as águas acumuladas pelos alagadiços, pelas cheias dos pequenos cursos perenes e pelas torrentes pluviais que desciam das encostas.²⁵ Os pântanos primitivos já estavam bastante diminuídos pelos sedimentos de terra das marés, pelos aterros naturais, arrastados nas enxurradas decorrentes do desmatamento dos morros, e pelas construções da Cidade Nova. Entre o Rossio e S. Cristóvão, procedeu-se a um aterro mais urbanizado, que servia de caminho de ligação entre a cidade e o Paço da Boa Vista. Ao lado dessa língua de solo firme (o Aterrado, de que ainda fala Machado de Assis),²⁶ abriu-se estreita vala de proteção, a qual foi origem do primeiro Canal do Mangue. Este, quase na forma atual da sua primeira seção, foi obra do Barão de Mauá. Mas o canal só ia até a ponte dos Marinheiros, a qual era a obra de arte com que o Aterrado transpunha o canal, cujas águas, a partir dele, infletiam para leste, rumo à enseada de S. Cristóvão. Toda esta zona, em que as águas do canal se misturavam com as da maré montante, constituía o saco de S. Diogo, e era sujeita a freqüentes inundações. Aterros na orla marítima diminuía ainda mais o vazamento insuficiente da comunicação do canal com o mar, impedindo a drenagem das águas acumuladas naquele. Lauro Müller, no relatório de 1905, assim descreve a situação:

25 Mauá morava, desde 1858, no antigo palacete do Caminho Novo, mandado construir por Pedro I para a Marquesa de Santos. Esse solar, à entrada da Quinta da Boa Vista, só tinha a lucrar com o canal.

26 O Aterrado correspondia à antiga Rua do Senador Eusébio, que tanto conheci no meu tempo de aluno do Internato Pedro II, rua desaparecida com a construção da Avenida Presidente Vargas.

“O desenvolvimento da cidade, a travessia da estrada de ferro,²⁷ os aterros e construções feitos nas imediações, unidas a outras causas naturais [...] foram pouco a pouco restringindo a área ocupada pelo mar.”

Em começo do século a vazão se fazia por estreita valeta, que prendia mais que drenava o canal, transformado em represa imunda, no qual desembocavam dezenas de galerias, que lhe aumentavam periodicamente as águas pútridas.

Estudada a alternativa do aterro total ou da abertura de uma nova seção do canal, entre o mar e a ponte dos Marinheiros, optaram os técnicos pela segunda solução.

Feito e aprovado o projeto geral da obra, iniciou-se ela em fevereiro de 1904. Corrigiu-se e melhorou-se o traçado da parte antiga e construiu-se toda a parte nova do canal, o que veio melhorar enormemente a higiene da zona e terminar com as inundações de verão. Ao mesmo tempo, nivelou-se por meio de aterro toda a extensão entre a enseada de S. Cristóvão e a praia Formosa, de onde saíam os trens da Leopoldina, não longe de sua atual estação central. Nesse aterro foi empregado, pela primeira vez na América do Sul, custoso aparelho que extraía mecanicamente a terra da ilha dos Melões e a transportava, por sistema elevado, até o ponto em que devia ser lançada. Levantaram-se as muralhas, abriram-se, asfaltaram-se e arborizaram-se as avenidas laterais, em todo o percurso do canal. Surgiram novas vias de acesso, fizeram-se pontes nos níveis das ruas, em substituição às antigas, elevadas, e, finalmente, como obra de especial utilidade, levantou-se o nível da linha da Central, fazendo com que os trens transpusessem o canal pelo viaduto do Mangue, entre as estações de S. Diogo e S. Cristóvão. A construção da linha elevada fora iniciada em maio de 1905, mas o viaduto só foi inaugurado, pelo Presidente Afonso Pena, em 12 de outubro de 1907, em grande festa, à qual compareceram, além da família presidencial, os Ministros Miguel Calmon e Tavares Lira, o Prefeito Sousa Aguiar, sem falar na multidão acumulada ao longo da estrada, entre S. Diogo e

27 A Central do Brasil, que cruzava o canal no nível do solo.

S. Cristóvão. No mesmo dia, em justa homenagem ao governo do seu antecessor, Afonso Pena inaugurou a nova estação de Lauro Müller.

FRONTIN E A AVENIDA CENTRAL

Pela lei de orçamento referente a 1903 – já o vimos – ficou o governo federal autorizado a construir as obras públicas necessárias ao tráfego das mercadorias procedentes ou destinadas ao porto.

A construção da seção nova do Mangue, os melhoramentos da sua seção antiga e a urbanização da extensa zona compreendida entre a praia de S. Cristóvão e o Rossio corresponderam à ligação do porto com a zona norte e parte do centro comercial da cidade. A Avenida Central foi o complemento necessário à ligação com outra parte do centro e a zona sul.

A grande avenida, sonho e orgulho daquela geração, tinha caracteres urbanísticos e sociológicos bem diferentes da do Mangue. Seu significado de via comercial de acesso ao porto era largamente superado pelo seu aspecto de moderno bulevar, artéria do outro lado da civilização brasileira: lado do aparato, do bom gosto, do mundanismo e da cultura.

A velha Rua do Ouvidor, estreita fresta pela qual penetrava a civilização européia – sobretudo francesa – com as suas modistas, livrarias, joalheiros, seus jornais e cafés, o vaivém constante de políticos, intelectuais, homens de negócio e belas mulheres, centro de atração e irradiação das glórias e vaidades, boatos e mexericos, já não podia comportar a mudança que se operava nos costumes e nos sentimentos, mudanças de que o governo Rodrigues Alves foi, ao mesmo tempo, instrumento e consequência.

A fascinação de Paris e a emulação com Buenos Aires vinham acentuar esta espécie de aspiração, que deixara de ser carioca para se tornar nacional, da construção da grande avenida que viesse eliminar o complexo de inferioridade e inflar o ingênuo orgulho das elites brasileiras.

Também o povo, sempre solidário com as expressões de afirmação nacional, deu constantes demonstrações de apoio à esperada realização, de cujos benefícios diretamente veio a participar, embora não da mesma forma que as classes cultas.

A construção de uma via pública, como a Avenida Central, assumiu importância que talvez seja difícil de entender para o observador originário das grandes nações civilizadas.

Mas, no Brasil daquele tempo, o feito teve lances de heroísmo. Era a vitória contra a rotina, o atraso, o desconforto, a falta de higiene, a sujeidade. Vitória da energia, da capacidade técnica e do otimismo de um grupo de governantes.

A arquitetura caprichosa de tijolo, calça e gesso não primava pelo apuro ou beleza, nem mesmo diante de certos modelos coloniais. Mas, como bem observa um moderno historiador da arte, Clarival do Prado Valadares, os valores que compõem o que se chama “o bom gosto” são essencialmente mutáveis, e, conseqüentemente, não cabe ridicularizar os brasileiros que se extasiavam ante as formas emboncadadas da *belle époque*, triunfantes na Avenida, pois elas correspondiam à maneira de ser dos homens daquele tempo. Sem esquecer que a *belle époque* vê-se, modernamente, compreendida e louvada por críticos competentes, que exigem a preservação dos seus testemunhos mais significativos em Paris, no Rio e outras metrópoles.

Alguns comentaristas benévolos entreviam em sonhos, desde 1902, a realidade da futura avenida.

Assim o redator de *O Malho*, que escreveu o seguinte, para a edição de 13 de junho daquele ano:

“Quando, daqui a quatro anos, o Sr. Lauro Müller conduzir o Sr. Rodrigues Alves pela grande avenida afora, até o cais; quando o Sr. Rodrigues Alves vir esta cidade saneada, limpa, com largas ruas bem calçadas, bem edificadas, bem arejadas, e a população acrescida vivendo como na *Mimi Bilontra* feliz e contente [...] S. Ex^a alvissará o seu grande ministro e poderá dizer, como Tito: ‘Graças aos deuses não perdi o meu quadriênio’ [...]. E pode ficar certo de que a posteridade o repetirá.”

Na mesma edição, o semanário carioca estampava amplo noticiário sobre as realizações do governo. Abria página de homenagem, com retratos de Rio Branco, Lauro Müller, Leopoldo de Bulhões, Seabra, Passos e Frontin. Publicava plantas da transformação da cidade, nas quais apareciam o porto, as avenidas marítimas e a Avenida Central tais como deviam ser no futuro. A cidade imunda iria iluminar-se; o

morro do Senado viria abaixo e sua terra encheria a orla do mar; o Mangue seria uma bela rua. Mas a grande esperança era a Avenida Central.

“Parte ela [dizia o texto] em linha reta da praia de Santa Luzia e vai ter ao Largo da Prainha, ligando, portanto, duas partes opostas da nossa baía. Tem a extensão de 1.800 metros e a largura de 33 metros.”

Uma caricatura indicava que a glória do presidente começava a se ombrear com a do seu chanceler. Nela aparecem os dois, e o primeiro diz ao segundo: “Sr. Barão, só temos dois homens capazes de endireitar isto; um é V. Ex^a nas relações exteriores.” Ao que Rio Branco respondia, mesureiro: “O outro é V. Ex^a, Sr. Conselheiro, nos negócios interiores.”

Em agosto de 1903, apareceu uma revista que se proclamava *modern-style* e *art-nouveau*, a qual tomou o título de *A Avenida*. Seu diretor era Carlos Magalhães; como diretor-secretário figurava Domingos Ribeiro Filho²⁸ e o caricaturista-chefe era Crispim do Amaral.

Nela colaboraram com desenhos, entre outros, J. Carlos e Hélios Seelinger.

No primeiro número (1^o de agosto) de *A Avenida*, em trabalho de Crispim do Amaral, aparece na capa uma mulher *belle époque*, que atira flores sobre a perspectiva de uma larga rua, edificada com prédios de vários andares. O governo da República ia realizar esse sonho.

O emprego de verbas federais em obras municipais, fato cuja explicação era óbvia, dado o interesse nacional das mesmas obras, não provocou resistências de monta. Mesmo mais tarde as críticas a esse fato não foram importantes e originavam-se sempre de motivos políticos.

Em 1914, por exemplo, o Senador Francisco Glicério, cujas relações políticas com Rodrigues Alves sofreram alternativas de aproximações e desencontros, falando no Senado na sessão de 6 de outubro, afirmou que, no período do governo de Rodrigues Alves, houvera

28 Domingos Ribeiro Filho era funcionário civil do Ministério da Guerra. Colaborou mais tarde em *A Careta* e evoluiu para o comunismo, quando da fundação do partido. Foi amigo de Astrojildo Pereira e de Lima Barreto.

“despesas ilegais e avultadíssimas”. E acrescentou: “A Avenida Rio Branco, esta beleza que legitima qualquer ilegalidade [...], foi aberta sem nenhuma autorização legislativa.”

No dia 8 Rui Barbosa, opositor ferrenho ao governo Hermes, que Glicério apoiava, contestou a afirmativa do senador paulista e historiou a legalidade de todo o procedimento. Em certo momento, afirmou:

“A comissão de obras do porto desta cidade, estudando o assunto, considerou a abertura da Avenida como complemento necessário dessas obras, havendo-a por indispensável para facilitar o tráfego de mercadorias em embarque ou desembarque por esse cais [...]. Conformando-se com esse parecer, que se acha no relatório da Viação de 1905, o Conselheiro Rodrigues Alves lhe dá forma executiva, expedindo, em 18 de maio de 1903, o Decreto nº 4.839, no qual o presidente [...] autorizou o ministro da Fazenda a contratar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o empréstimo de 8 ½ milhões de esterlinos [...] destinado às obras de melhoramento do porto desta cidade e outras complementares.”

Concluiu o orador:

“Assim como este, poderia eu buscar outros exemplos, para que se evidenciasse a iniquidade com que o meu ilustre amigo, no intuito de exaltar uma situação condenada, ofendeu, depreciou as situações dignas de outro respeito, encaradas pelo país com outra consideração e, certamente, de futuro, qualificadas pela História com outra justiça.”

Rui falava, de fato, pela História. Comparar um governo como o de Rodrigues Alves, revolucionário dentro da lei, com o de Hermes, ilegal sem revolução, era o cúmulo da desfaçatez.

No dia seguinte ao do discurso de Rui, o seu velho companheiro dos tempos acadêmicos passou-lhe agradecido telegrama. Rui respondeu em despacho no qual há esta bela frase: “Não conheço maior prazer do que fazer justiça.” Pormenor picante: o mesmo Rui Barbosa, em uma das suas não raras contradições, combatera acidamente o plano

da Avenida Central, no discurso já citado, de 29 de outubro de 1903. Então disse:

“Peço a Deus que o resultado de intuito tão bem inspirado não seja unicamente deixar em ruína uma grande parte desta capital [...]. Rasgada a Avenida, desapropriados os prédios necessários à sua abertura, terá o governo federal, terá o governo municipal que encarar dificuldades ainda maiores. Será preciso guarnecê-la de prédios; será preciso construir essa faustosa Avenida que se projeta e eu duvido atualmente do concurso dos capitais indispensáveis [...]. Será preciso o emprego de grandes capitais; será preciso a construção de prédios custosíssimos. Nesse meio tempo, a situação do comércio, a situação de parte da população, cujas raias houverem de ser atravessadas por essa nova artéria [...] terá criado para os seus moradores, terá criado sobretudo para o comércio [...] grandes prejuízos, grandes dificuldades [...]. Não é fácil deslocar, mudar o comércio acumulado até hoje à margem das ruas por onde vão passar as novas avenidas. As primeiras desapropriações, acredito eu, absorverão a importância dos recursos agora projetados.”

Nenhum desses prognósticos de Cassandra se confirmou. As desapropriações atingiram níveis muito razoáveis, dado o espírito de cooperação dos proprietários, estimulados pelo povo. As edificações novas fizeram-se com grande rapidez. Tudo deu certo.

Pelo decreto de 21 de novembro de 1903, foi tomada a providência preliminar e básica para a construção da Avenida.

Com efeito, naquele ato, o presidente resolveu “nomear o Dr. André Gustavo Paulo de Frontin para o cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, com os vencimentos que lhe competirem”. A 24, Frontin entrou no exercício das suas funções.²⁹ A Comissão Construtora estabeleceu sua sede na casa da Rua da Quitanda, 49.

29 No livro *Presença de Paulo de Frontin* (ed. de 1906, p. 75), Luís Dodsworth Martins informa que Frontin foi nomeado chefe da Comissão Construtora a 2 de janeiro. O relatório de Lauro Müller para 1904, entretanto, declara que a nomeação verificou-se a 21 de novembro (p. 651). Adotamos a versão oficial. Provavelmente, Frontin foi nomeado em janeiro para orientador do plano e confirmado em novembro como executor das obras.

Início dos trabalhos da Avenida Central. Foto da Careta. Coleção Alvaro Côtrim

Por portaria de 21 de novembro de 1903, Lauro Müller aprovou as instruções para a Comissão Construtora da Avenida Central.

A Comissão era instituída de conformidade com o decreto que regulamentou as obras do porto, e as despesas com a futura Avenida seriam satisfeitas mediante os recursos previstos em lei para aquelas obras.

A Comissão tinha por chefe um engenheiro, cuja ampla competência ficava minuciosamente definida. Ele podia negociar as desapropriações, encaminhar a venda dos terrenos e materiais das demolições, adquirir materiais, fixar salários, organizar projetos, regular as construções, dirigir, em suma, a grande obra. Era assistido por engenheiros, advogados, contadores e pessoal administrativo, além dos operários.

O corpo de engenheiros da Avenida compunha-se de 23, chefiados, em diferentes seções, pelos seguintes: Henrique Couto Fernandes, José Clemente Gomes, José Valentim Dunham, Manuel da Silva Oliveira, Gabriel Denis Junqueira e Eugênio de Andrade Dodsworth.

O projeto aprovado previa traçado que partia da Prainha e terminava na praia de Santa Luzia. Deveria o traçado costear, de um lado, os morros de S. Bento e do Castelo e, do outro, o morro de Santo Antônio. Além disso, cumpria preservar a integridade do tradicional Passeio Público, obra do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos. Essas condições topográficas limitaram a largura da Avenida que, no entanto, mediante pequeno corte no morro do Castelo, pôde atingir 33 metros. Frontin insistira nesta dimensão, para superar a Avenida de Mayo, de Buenos Aires, que conta somente 30.

Frontin foi o grande planejador da Avenida. Lauro Müller, ao que diz, traçara, sobre uma planta da cidade, a sua direção. Mas uma coisa é fazer isto e outra é transformar uma aspiração em plano executável, e foi o que fez Frontin. O jovem chefe lobrigou, pela primeira vez, o traçado futuro, subindo à torre do Convento da Ajuda, próximo à praia de Santa Luzia, e tomando como ponto de referência os telhados do Liceu Literário Português, então situado na Prainha.

Passou logo depois a estudar, com grande rapidez, a locação do eixo da Avenida, certificando-se do número, dimensões e situações dos prédios que deveriam ser demolidos na sua passagem.

Para isto publicou, a 25 de novembro, edital que dava aos proprietários interessados o prazo até 15 de dezembro para entrarem em entendimento amigável com a Comissão. A boa vontade geral que existia quanto à renovação da cidade fez com que não houvesse dificuldades maiores no trato com os proprietários.

Logo a 26 de dezembro foi assinada a primeira escritura de desapropriação de dois prédios, nas ruas Municipal e dos Ourives, pertencentes ao Barão de Vidal.³⁰ Até o fim daquele mês já haviam sido desapropriados 29 prédios.

As demolições começaram na Rua da Prainha nº 27, no dia 26 de fevereiro de 1904. Era um pardieiro colonial. O material da demolição dessa casa foi logo adquirido por um capitalista, o Comendador Conrado Jacob de Niemeyer, e por ele transportado para a localidade de S. Conrado, ao fim da avenida litorânea que hoje traz o seu nome, a fim de ali construir uma casa. Este pequeno fato ilustra o ambiente de quase misticismo que cercava a construção da Avenida.

O início oficial das obras, contudo, só ocorreu a 8 de março, solenemente, na presença do presidente da República.

As fotografias dos jornais mostram Rodrigues Alves assistindo à bênção do terreno e ao lançamento da primeira pedra da Avenida.

O terreno em que se lançou a pedra fundamental correspondia ao quarteirão limitado pela Avenida e pelas Ruas Acre e S. Bento. Para nivelá-lo foi preciso proceder a um corte na pedra do morro de S. Bento.

O *Jornal do Comércio* do dia 9 dá circunstanciada notícia do acontecimento. O presidente chegou às 2 horas, acompanhado do ministério, à exceção de Rio Branco, que daria nome à Avenida. Dirigiu-se ao Liceu Literário Português, na Prainha, onde foi recebido por Frontin, o Bispo D. Joaquim Arcoverde e numerosas autoridades. Depois de curta recepção, o presidente dirigiu-se ao ponto escolhido, onde procedeu ao lançamento da pedra fundamental do primeiro edifício, pertencente a Eduardo Guinle. Lavrou-se a ata da inauguração, que assinaram,

30 Luís Vidal Ribeiro, capitalista e proprietário no Rio de Janeiro.

além do presidente, seus ministros, o prefeito e outras autoridades, numerosos representantes da sociedade carioca de então, em todos os seus setores. Entre os nomes figuram os de Camelo Lampreia, Urbano Santos, Antonio Azeredo, Hermes da Fonseca, Manuel Vilaboim, Eduardo Guinle, Barão Homem de Melo, Barbosa Rodrigues, Rodolfo Bernadelli. *O Malho* comentou no dia 12:

“É de se esperar que, desta vez, os mestres-de-obras fiquem metidos nas encolhas com seus estafados projetos de janelões, caixotes e compoteiras no cocuruto dos prédios, não falando das ignóbeis figuras de louça dos frontões e das porteiros. Sempre é mais agradável ver-se uma coisa com jeito de arte e estilo do que esses pardieiros achavascados do tempo em que Cairu abriu os portos do Brasil.”

O redator, levado pelo gosto do tempo, desprezava os belos sobrados coloniais e debicava dos vasos e figuras de louça das fachadas, que hoje constituem raridades disputadas nos antiquários. Preferia os festões, anjos e sereias de gesso.

Esses prédios *art-nouveau*, que se mantiveram até a febre imobiliária trazida pela inflação, eram projetados pelos melhores arquitetos do tempo.

Aqui vai a relação daqueles que tiveram seus projetos aprovados pela Comissão Construtora: A. Morales de los Rios, Antônio Jannuzzi, Antônio Raffin, Antônio Vanini, Fried e Ekman, Gastão Baiana, Gustavo Adolfo, Heitor de Melo,³¹ John Oberg, José Gonzales, Manuel do Amaral Segurado, Oscar Pareto Torres, Tomazzo G. Bezzi, Trajano de Medeiros e Vicente de Carvalho.

31 Heitor de Melo, filho do Almirante Custódio de Melo, era arquiteto de gosto francês. Um dos edifícios que ainda restam da velha Avenida, o Jockey Clube, é projeto seu. Além deste subsistem ainda (1970), como testemunhos da Avenida Central e obras de vários autores, o Palácio Monroe, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas-Artes e a Caixa de Amortização. O Teatro Municipal, inspirado na Ópera de Paris, foi obra de Francisco Passos e do seu filho do mesmo nome, também engenheiro; só foi inaugurado em 1909, no governo Nilo Peçanha. Rodrigues Alves assistiu ao lançamento solene da pedra fundamental do edifício em maio de 1905.

Os trabalhos de locação e demolição prosseguiram dia e noite. Começaram a correr boatos sobre erros no projeto, que logo ecoaram nos jornais. Dizia-se que o eixo da Avenida estava torto e que o traçado previsto no papel não estava sendo executado. O principal veículo desta balela era o *Correio da Manhã*.

Rodrigues Alves chegou a preocupar-se, mas Frontin tranqüilizou-o.

As demolições continuavam com fúria, e eram objeto de fotografias da imprensa. Frontin obteve que a Companhia Jardim Botânico, que já fazia este serviço para a Prefeitura, montasse uma linha provisória de vagonetes elétricos, que transportavam o entulho dos casarões demolidos para ajudar os aterros que o prefeito fazia no mar. Para isso perfurou-se um arco nas paredes de antigo sobrado que obstruía o caminho. Era a casa comercial Costa Pacheco e Cia. Agora poder-se-ia assentar uma pequena linha de trilhos de fora a fora, de mar a mar, o que se fez, para transporte dos materiais das demolições.

Já depois de terminada a sua presidência, Rodrigues Alves repetia aos filhos uma anedota que muito o divertia. Contou-lhe um amigo que certo conhecido de ambos, de Guaratinguetá, viera ao Rio em plena febre das demolições para a abertura da Avenida, e contemplara, assombrado, as ruínas do que fora a velha capital do Império. De volta a Guaratinguetá declarou ao amigo comum que havia votado em Rodrigues Alves com grandes esperanças, mas que, agora, quando tivesse de escolher um presidente da República, iria procurá-lo no hospício.

Em agosto caiu o último casarão. Ficava ao fim do traçado, na Rua da Ajuda, já próximo a Santa Luzia. Ao todo foram demolidos 641 prédios.

A 7 de setembro, desafiando vitoriosamente a ignorância dos maldizentes, Frontin inaugurou o eixo da Avenida, retilíneo e desimpedido. Houve festa; distribuíram-se cartões postais comemorativos. Na mesma data inaugurou-se a iluminação elétrica provisória no traçado do eixo. Rodrigues Alves percorreu-o em toda a extensão, de Santa Luzia à Praia, pela via aberta ao trânsito, que contava apenas 8 metros de largura.

O percurso foi feito em um cortejo de carros elétricos, sendo o primeiro ocupado pelo presidente e autoridades e os demais por convidados, que incluíam senhoras.



Rodrigues Alves e Paulo de Frontin verificam se o eixo da avenida estava ou não errado. Caricatura de O Tagarela, cuja legenda é a seguinte: R. A. – Que bela vista d'aqui! / Dr. Frontin. – Não há nada como a gente estar de cima... – Coleção Plínio Doyle

Foi um passeio festivo, sendo que, ao passar pelo edifício em construção dos Guinle, houve uma parada, sendo oferecidos refrescos e licores à comitiva.

Na véspera, Leão Veloso, um dos que sustentavam a pretensa tese do eixo torto da Avenida, havia estampado um artigo em que procurava ridicularizar ao máximo a festa do dia seguinte, a qual não deixava de ser uma espécie de reação contra as mentiras reiteradas do *Correio da Manhã*.

Já se tornara evidente que a má vontade e o pessimismo de alguns poucos não abalava a onda de confiança e entusiasmo do povo, que via diretamente o resultado das obras. Começavam a chegar quantidades crescentes de brasileiros do interior, que vinham ao Rio somente para ver as transformações que se operavam.

No dia 27 de março de 1905, deu-se a inauguração do primeiro prédio da nova Avenida Central, o então nº 68, próximo à Rua S. José, onde mais tarde funcionou a Tabacaria Londres.³² Era o seu construtor e proprietário o arquiteto Antônio Jannuzzi. A inauguração foi solene e dela se lavrou ata, publicada no *Jornal do Comércio* de 28. Vemos por esta que estiveram presentes homens prestigiosos na política, nos negócios, na vida intelectual, como Lauro Müller, Frontin, Cardoso de Castro, Alfredo Pinto, João do Rio, Cândido Gaffré, Guilherme Guinle. Dias depois inaugurou-se o segundo prédio. Tinha quatro andares, ficava entre Sete de Setembro e Ouvidor, e pertencia a Manuel de Magalhães Melo.

A 10 de abril, a Comissão Construtora assinou contrato para pavimentação da Avenida, com a firma norte-americana The Hastings Pavements Co., de Nova Iorque, mas os trabalhos só foram iniciados em setembro, quando as obras de infra-estrutura (esgotos, iluminação e outras) terminaram. O calçamento, disse *O Malho*, ia “com rapidez quase

32 Recordo-me perfeitamente dessa loja. Tinha teto estucado, no estilo da época. Os balcões corridos, cobertos de vidro, exibiam charutos, cachimbos, latas de fumo. Havia um bico de gás sempre aceso, para os fumantes acenderem os cigarros e charutos. Aluno do Pedro II, eu passava por ali fardado e acendia o meu cigarro, levantando-me na ponta dos pés para atingir a chama.

incrível”. Em um mês estava terminada essa primeira pavimentação da grande artéria. Em novembro, começava o revestimento, em mosaico português, dos passeios laterais, feito por calceteiros mandados vir de Lisboa, com permissão da Câmara Municipal daquela cidade.

Em outubro começou o plantio de árvores, em cerimônia que tomou caráter mundano. Além das autoridades, várias senhoras compareceram. Rodrigues Alves anota, no dia 21 daquele mês:

“Fez-se a plantação das primeiras árvores na Avenida, com solenidade. Os jornais falam com elogio da obra. Foram duas árvores de pau-brasil as primeiras plantadas.”

O pau-brasil foi utilizado na arborização central, hoje infelizmente suprimida, e na dos passeios empregou-se o chamado jambeiro brasileiro (*Eugenia speciosa*).

No dia 14 de novembro, véspera da entrega da Avenida ao público, o presidente inaugurou o edifício da Caixa de Amortização, cuja pedra fundamental fora lançada em março, tendo sido, portanto, construído em oito meses. Situado na esquina da Rua Visconde de Inhaúma, era dos mais discretos e harmoniosos edifícios daquele conjunto meio disparatado. Próprio nacional, foram nele empregados materiais mais nobres, que lhe deram maior duração e dignidade, como se vê ainda hoje.³³

A Avenida estava praticamente concluída em pouco mais de um ano e oito meses de trabalho. Custara aos cofres públicos – com o auxílio do empréstimo inglês, deve-se recordar – a soma de 41.330 contos, em números redondos. Só houve um acidente de monta no empreendimento: o desabamento do edifício, em construção, do Clube de Engenharia, na esquina da Rua Sete de Setembro, com dois mortos e vários feridos. Durante tempos foi o fato pretexto de pilhérias pouco amáveis para a engenharia nacional. Na ocasião debateu-se o assunto entre os técnicos, entrando no debate o próprio Frontin, presidente do Clube. Mas as causas reais do desastre nunca ficaram esclarecidas.

33 Por proposta do autor ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o edifício, hoje Banco Central, foi tombado (1973).

O dia 15 de novembro, grande data para o carioca, não foi favorecido pelo tempo. Choveu fortemente, o que comprometeu a beleza da festa, embora não chegasse a diminuir o entusiasmo da massa popular que encheu a grande via.

Com a discrição de sempre, Rodrigues Alves anota:

“15 de novembro – Foi inaugurada a Avenida Central, havendo revista às tropas às 9 ½ da manhã. Choveu muito mas a festa correu bem, notando-se muita alegria na população. Os jornais descrevem bem esse acontecimento.”

O último parágrafo indica que o presidente rabiscou a sua nota no dia 16, no qual a imprensa abriu colunas à grande notícia. Veio gente do interior para presenciar o fato. Depois do desfile de tropas, Rodrigues Alves rompeu a fita de seda que atravessava a Avenida. Notava-se, entre os assistentes da classe mais alta, que a modernização dos trajes masculinos começava a dominar. As sobrecasacas e as cartolas pareciam sair da cena, como os sobrados escuros e as vielas úmidas. Alguns dos próprios membros da alta administração, demonstrando espírito pioneiro, ostentavam trajes de flanela clara, chapéus de palha, caras raspadas. “O Rio civilizava-se”, como dizia o cronista social Figueiredo Pimentel.

Vejamos alguns comentários e descrições da imprensa, alusivos à inauguração:

Na edição de 23 de novembro, a revista *Os Anais*, dirigida pelo escritor Domingos Olímpio (a qual, juntamente com a *Kosmos*, eram as publicações de melhor nível intelectual do Rio), transmite a atitude do presidente no dia da festa. Diz a revista:

“Bem se via que o presidente da República estava satisfeito no seio do povo, despreocupado do pungente acicate das idéias subversivas, das instigações deletérias das paixões, do murmúrio das queixas, como se uma ampla trégua generosa lhe inspirasse aquela atitude de veneração agradecida ao governo, cuja iniciativa patriótica o dotara com um melhoramento condigno da nossa cultura e da nossa civilização.”

A *Gazeta de Notícias* do dia 16 relata como o presidente em *tandem* descoberto,³⁴ acompanhado dos Srs. Lauro Müller e Rodrigues Alves Filho, começou a passar em revista às forças em parada, percorrendo toda a extensão da Avenida Central.

O *País* faz literatura republicana:

“A esperança de um belo dia sagrando uma bela data e uma bela obra desfez-se infelizmente; o sol não veio e foi sob um aguaceiro impenitente e odioso que se fez ontem a inauguração da formosa Avenida que foi, no dia da festa da República, a concretização mais evidente e irrecusável das duas promessas de melhores dias. O céu amanheceu turvo e torvo se conservou até a noite, como uma carranca de sebastianista impenitente [...]. Não houve sol mas houve entusiasmo; e a multidão que veio para a rua e que, a despeito do chuva, se derramou pela grande via, encheu-a de vida e movimento [...]. A grande via estava aberta oficialmente para o Rio de Janeiro e, por entre a massa popular vibrante, exaltada, movida por excepcional e justo entusiasmo, a carruagem presidencial, onde se achavam as figuras do chefe de Estado e do ministro que fizeram a construção admirada, desfilava vagarosamente diante das continências da divisão e das aclamações do povo.”

O austero *Jornal do Comércio* depôs:

“Raras vezes um acontecimento público terá atraído a uma extensa área da cidade mais gente do que a inauguração da Avenida Central atraiu ontem, desde pela manhã, à zona urbana. O estrangeiro que visitar agora a nossa capital já tem na Avenida um belo exemplo do progresso material que o

34 Carro de cavalos, também chamado à *Daumont*. Foi usado em ocasiões solenes, pelo menos até o governo Venceslau Brás. O Conde Modesto Leal conservava na sua chácara das Laranjeiras um carro à *Daumont*, recolhido talvez das equipagens presidenciais. A elegante carruagem causava minha admiração infantil, quando, na companhia paterna, eu ia à mansão do Senador Modesto Leal.

Rio de Janeiro se sente resolvido a realizar [...]. A festa estava bela: bela em si e bela pela expressão de íntima satisfação, de imensa alegria que punha em todos os semblantes. Ninguém se queixou demais da hostilidade do tempo, do incômodo da lama, do martírio do calor.”

O risonho *O Malho* embandeira-se em arco na edição de 18. Abre página em homenagem a Rodrigues Alves, Lauro Müller e Paulo de Frontin. A reportagem é entusiástica. Fala em “suntuosidade [...], amplas perspectivas [...], primores de arquitetura”. Diz: “Estas grandes obras [...] não só ilustram para sempre os períodos de governo que as iniciam, continuam e terminam, mas, principalmente, afirmam a energia do caráter nacional.”

Nos dias seguintes continuavam a ser inaugurados alguns dos novos edifícios da Avenida, sempre com afluência e alegria popular.

No dia 19 Rodrigues Alves escreveu: “Visitei o edifício novo de *O País* e assisti a duas inaugurações, uma da Associação dos empregados do Comércio,³⁵ outra do Pavilhão S. Luiz,³⁶ e, à noite, percorri a Avenida de automóvel. Era extraordinária a concorrência. População contentíssima.” No dia 7 de abril de 1906 inaugurou-se o belo edifício, em estilo francês, da Escola Nacional de Belas-Artes. Rodrigues Alves veio de Petrópolis para a festa.

O presidente prestigiava o hábito, que logo se instalou, de “fazer Avenida”, isto é, percorrê-la, flanando, nos seus trechos mais atraentes. Fazer Avenida foi moda carioca, até o desenvolvimento do bairro de Copacabana, moda que perdurou mesmo depois da Revolução de 1930.

Deslocara-se, assim, o centro do Brasil da Rua do Ouvidor, via colonial, intransitável para os recentes automóveis e também para os

35 Rodrigues Alves assistira, provavelmente, ao lançamento da pedra fundamental da Associação, pois o levantamento do edifício só começou em março de 1906.

36 Palácio Monroe, que tomou este nome porque foi sede da Conferência Pan-Americana em 1906. O jardim do palácio foi feito por Frontin, segundo se verifica em nota de Rodrigues Alves, antes referida.

novos hábitos, as novas idéias. Ficara superada a Avenida de Mayo. Paris surgia à vista com a miniatura, embora em começo, da sua Ópera e a cópia do seu bulevar. Estava criado um símbolo nacional da nova civilização. Abria-se visivelmente, materialmente, o caminho do século XX.

Em dezembro de 1907, a Diretoria de Obras do Ministério da Viação propôs a passagem da Avenida Central para a administração da Prefeitura, pois não se justificava que permanecesse ela entregue ao governo federal, seu financiador e construtor. Essa proposta já havia sido formulada, em novembro daquele ano, por Francisco Bicalho, que continuava a dirigir as obras do porto e, portanto, a administrar a Avenida. Deve-se mencionar que um dos despachos do processo está firmado pelo funcionário Machado de Assis.³⁷

37 É estranho como a remodelação do Rio de Janeiro figura pouco nas crônicas e nos romances de Machado de Assis. Seria matéria para estudo de algum machadiano. Talvez a sensibilidade do mestre ficasse marcada pela cidade imperial, em que se formou o seu espírito, e ele precisasse daquele ambiente para cenário das suas criações. De qualquer forma, é tema que mereceria estudo.



Rodrigues Alves inaugura a Avenida Central. Na foto aparecem Paulo de Frontin e Lauro Müller. Foto da Careta. Coleção Álvaro Cotrim

.....

Capítulo Terceiro

Oswaldo Cruz e o saneamento – A febre amarela – A peste bubônica – A variola e a vacina – Revolução contra a vacina – A anistia.

OSVALDO CRUZ E O SANEAMENTO

A revista carioca *D. Quixote*, no número de 15 de março de 1902, elogiou, em artigo, o programa de governo de Rodrigues Alves, contido na plataforma lida no banquete do Clube dos Diários.

A propósito das possibilidades que seriam abertas ao governo que se empossaria em novembro, o *D. Quixote* publicou as seguintes e justas observações: “S. Ex^a vem encontrar as condições do Tesouro profundamente modificadas.” Campos Sales, preso ao programa de restauração financeira, ficara “no exterior amarrado a um contrato em que estava empenhada a honra nacional”. No interior tinha ele de enfrentar os empréstimos em apólices, os bilhetes do Tesouro, o débito para com o Banco da República, além dos encargos ordinários do orçamento. Feito este exato levantamento, concluía a revista:

“A situação que o Sr. Rodrigues Alves vem encontrar é muito diferente, e o que de sacrifícios e trabalhos ela custou é obra cuja análise não pode ser feita enquanto a permanência das responsabilidades dos que a fizeram não se afasta dos processos da crítica e intensidade das paixões.”

O julgamento histórico sobre a participação do governo Campos Sales nos êxitos do governo Rodrigues Alves já era antecipado, como se vê, pelos contemporâneos, antes mesmo que o segundo tivesse início. Prevendo e esperando a construção futura, alguns homens lúcidos e imparciais, como o redator do *D. Quixote*, não deixavam de acentuar a solidez com que ficavam assentados os seus alicerces. O presidente empossado em 1902 iria utilizar, sempre dentro da lei, os recursos financeiros postos em ordem e o crédito externo levantado pelo governo anterior, de maneira a fornecer os elementos necessários à ciência e à técnica modernas, personificadas em Osvaldo Cruz, a fim de resolver grandes problemas sanitários nacionais, até então insolúveis.

Logo depois de empossado, Rodrigues Alves iniciou as providências para debelar os graves flagelos que afligiam a capital do país: a peste, a febre amarela e a varíola.

Já temos insistido no fato de que as suas idéias a esse respeito não eram novas; tinham norteado sua ação de presidente de São Paulo, ainda no Império. Rodrigues Alves, desde moço, não aceitava a imagem de um país vencido pelas doenças. Acreditava, já então, na ciência, no progresso, na energia dos governantes. Confiava no futuro. Luís Pereira Barreto, o grande higienista de São Paulo, relembra que, no momento em que embarcava, na Estação do Norte, para assumir a presidência da República, Rodrigues Alves disse-lhe reservadamente:

“O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro.”¹

A 29 de dezembro de 1902 (no mesmo dia em que sancionou a lei de reorganização do Distrito Federal, que permitiu a Passos aceitar a Prefeitura), o presidente expediu decreto que abria crédito de 990 contos para os serviços de defesa da higiene no Rio de Janeiro. Esse decreto era fundado na Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892 (art. 58, parágrafo único), que havia transferido para o governo federal os serviços de defesa da higiene do Rio.

1 Pereira Barreto, artigo in *O Imparcial* do Rio de Janeiro, de 31 de agosto de 1916.

Tratava-se, agora, de encontrar o homem com as virtudes requeridas de cientista e de administrador, que pudesse fazer no setor sanitário o trabalho que Rio Branco, Lauro Müller ou Frontin iam levar adiante nos seus respectivos departamentos.

O médico e cientista Egídio Sales Guerra, autor de importante biografia de Osvaldo Cruz, recorda nesse livro que, em novembro de 1902, mantinha “freqüentes encontros com o Dr. J. J. Seabra, recentemente nomeado ministro da Justiça e do Interior”.

Em janeiro de 1903, aplicando a lei que proibia acumulações remuneradas no serviço público, o presidente exonerou, de comissões que exerciam, vários serventuários, entre eles o diretor da Saúde Pública do Rio de Janeiro. Era ele o Conselheiro Nuno de Andrade, médico acatado, professor da Faculdade e presidente, então, da Academia Nacional de Medicina.²

Para sucedê-lo, o Ministro Seabra convidou Sales Guerra, que recusou, alegando não se ter especializado em higiene e não desejar função pública.

Levando avante o seu natural espírito de desprendimento e cooperação, Sales Guerra indicou para o posto um jovem amigo, desconhecido nos meios políticos e da imprensa, embora muito respeitado em pequenos círculos profissionais e científicos do Rio de Janeiro. Chamava-se Osvaldo Gonçalves Cruz. Tinha nascido em São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo, no ano de 1872. Era filho de um médico, Dr. Bento Cruz, de origem fluminense. Aos quatorze anos matriculara-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se aos vinte, em 1892. Sua precoce inclinação para a higiene pública ficara aparente, desde antes da formatura, pois, como estudante, foi auxiliar de preparador do laboratório de bacteriologia da cadeira de Higiene e, mais tarde, criado o Instituto de Higiene da Saúde Pública, também ali foi auxiliar de laboratório.

Sua tese de formatura versou sobre a *Veiculação Microbiana pelas Águas*. Tinha exercido a clínica no Rio de Janeiro até 1894, ano em que se encontrou com Sales Guerra à cabeceira de um doente. Suas relações se

2 Nuno de Andrade foi sogro de outro médico ilustre, Fernando de Magalhães.

Tagarela 12 1-1919

GUILHERME... TELA DE ARAME



*Osvaldo Cruz, numa caricatura de J. Carlos.
O Tagarela. Coleção Plínio Doyle*

estreitaram quando, pouco depois, Osvaldo Cruz chamou o colega para examinar uma filhinha enferma.

Recorda Sales Guerra que, nesse dia, visitando pela primeira vez a casa de Osvaldo Cruz, surpreendeu-se com um laboratório demasiadamente bem provido para um médico moço, no início da vida profissional. É que, já então, não era tanto a clínica que atraía o jovem doutor, mas a pesquisa científica.

Em dezembro de 1896, Osvaldo Cruz seguiu para Paris, a fim de aperfeiçoar, no Instituto Pasteur, sob a chefia de Emílio Roux, o seu programa de estudos.

No prosseguimento desses estudos europeus, o cientista brasileiro não esquecia o Brasil, os seus homens, as suas crises, principalmente as suas deficiências sanitárias.

Em 1898, em carta a Sales Guerra, assim se expressava sobre a febre amarela:

“Quando nos libertaremos dessa peste? É a nossa túnica de Néssus. É como uma mancha indelével que nos degrada e nos humilha. Tenho acompanhado a discussão que os trabalhos de Sanarelli, sobre os mais graves dos nossos problemas atuais – a febre amarela –, provocaram na Academia Nacional de Medicina. O nosso bom amigo Silva Araújo teve a gentileza de me enviar alguns folhetos sobre o assunto.”

Enquanto permaneceu em Paris, publicou vários trabalhos de pesquisa³ e freqüentou, como operário, uma fábrica de artefatos de laboratório, de forma a poder juntar, aos seus conhecimentos teóricos, a experiência prática. Segundo informa Phocion Serpa, na sua também valiosa biografia de Osvaldo Cruz, o jovem cientista brasileiro recusou convite do sábio russo Metchnikoff para ir trabalhar no império eslavo. De regresso ao Rio, em 1899, já no governo Campos Sales, foi enviado a Santos, no mês de outubro, pelo Instituto de Higiene, para averiguar sobre um surto de peste bubônica, que ali (como havia tantos anos) se

3 Até 1902 Osvaldo Cruz havia publicado 26 trabalhos em português, francês e alemão, todos eles de caráter científico. Em 1901 publicou estudo, existente na Academia de Medicina, sobre certa espécie de mosquito.

manifestava. Na sua volta ao Rio, remeteu às autoridades responsáveis detalhado relatório sobre as observações procedidas em Santos.

No governo Campos Sales, Cesário Alvim, prefeito do Distrito Federal, aconselhado pelo Barão de Pedro Afonso, decidiu criar um instituto de fabricação de vacina contra a peste. Para esse objetivo Cesário Alvim pôs à disposição a fazenda de Manguinhos, propriedade do Distrito Federal. Eis a origem do atual Instituto Oswaldo Cruz, inicialmente denominado Instituto Seroterápico Federal.

Pedro Afonso solicitou a Roux o envio de um especialista francês, que viesse organizar o novo instituto vacínico, mas o receio universal que despertava a febre amarela do Rio impediu o atendimento da solicitação. Roux, então, sugeriu o nome de Oswaldo Cruz, que com ele colaborara e que julgava perfeitamente capacitado para a obra.

O pessoal técnico do Instituto de Manguinhos ficou, a princípio, composto de Oswaldo Cruz e Ismael Rocha, microbiologistas; Augusto Paulino e Ezequiel Dias, estudantes. Mais tarde vieram acrescer o grupo inicial Antônio Cardoso Fontes e o veterinário francês Carré.⁴

Por ato do governo federal, de 9 de maio de 1900, o Instituto de Manguinhos passou ao domínio da União, ficando subordinado à Diretoria-Geral de Saúde Pública. Deve-se ainda a Campos Sales esse fator importante no seu desenvolvimento.

A 9 de dezembro de 1902, o Barão de Pedro Afonso, administrador enérgico e honrado, demitiu-se da chefia do Instituto, sendo a ela elevado Oswaldo Cruz, a convite de Nuno de Andrade, diretor da Saúde Pública.⁵

Foi neste posto que veio encontrá-lo o convite de Rodrigues Alves para assumir a direção que Nuno acabava de deixar.

Tendo recusado, como já foi dito, o cargo para si próprio, Sales Guerra obteve o acordo de Seabra para a nomeação de Oswaldo Cruz,

4 Cardoso Fontes e Ezequiel Dias tiveram fecundo destino, como homens de ciências. Ezequiel Dias, cunhado de Oswaldo Cruz, fixou-se em Belo Horizonte, onde fundou e dirigiu o Instituto Científico Oficial que hoje traz o seu nome.

5 Informação fornecida ao autor por Henrique Dodsworth, neto de Pedro Afonso. Da mesma fonte são vários dados sobre a campanha contra a febre amarela e a varíola.

mas nada disse ao colega. Seabra solicitou a Sales Guerra que levasse ao gabinete “o seu amigo”, cujo nome possivelmente já havia esquecido. O ministro obtivera a aprovação de Rodrigues Alves, e nem seria possível que este não fosse ouvido para o provimento de função a qual atribuía importância primordial no seu programa de governo. Antes de concordar, Rodrigues Alves pediu informações a seu filho Oscar, médico recém-formado, que confirmou ao pai o grande prestígio de que gozava Osvaldo Cruz na nova geração de médicos.

Sempre ignorando a iminência do convite, Osvaldo Cruz acompanhou Sales Guerra até a sede do Ministério da Justiça, então situado no Largo do Rossio.⁶ Só no vestibulo do edifício foi Osvaldo Cruz cientificado do que o governo federal esperava dele, e a revelação, diz Sales Guerra, causou-lhe surpresa e perturbação.

Confirmado o convite pelo ministro, que lhe fez perguntas sobre seu programa, Osvaldo Cruz desenvolveu logo o plano de combate à febre amarela, de acordo com os métodos que tão grande sucesso haviam logrado em Cuba.

No seu entendimento com Rodrigues Alves – que, antes, não conhecia nem de nome – Osvaldo Cruz obteve firme promessa de ver satisfeitas as condições que impunha. Elas se resumiam na disposição de todos os recursos compatíveis com as possibilidades do governo, na confiança deste quanto aos métodos científicos a serem utilizados e na autoridade exclusiva do diretor quanto à parte administrativa, compreendida aí a sua decisão única sobre nomeação e dispensa de funcionários.

Osvaldo Cruz queria entregar-se à tarefa, absorver-se nela, seguro de que não sofreria pressões políticas, nem empenhos pessoais.

Uma das glórias do governo Rodrigues Alves foi exatamente a firmeza com que o velho presidente cumpriu escrupulosamente, até o fim, a palavra que empenhara com o obscuro médico que pouco passara da metade da sua idade.⁷ Episódio marcante da atitude presidencial ocorreu

6 É o atual Departamento de Trânsito da Guanabara. Prédio que vem do Brasil Reino, foi a luxuosa residência do Visconde do Rio Seco, talvez o homem mais rico do tempo de D. João VI.

7 Osvaldo Cruz tinha trinta anos e o presidente cinquenta e cinco.

com a nomeação do secretário da nova Diretoria de Saúde Pública. No mesmo dia em que levou a Rodrigues Alves o decreto de nomeação de Osvaldo Cruz (23 de março), Seabra apresentou-lhe outro ato, este de nomeação, para secretário, do jovem médico baiano Júlio Afrânio Peixoto. O presidente, no pressuposto de que havia assentimento prévio do diretor, assinou-o. Mas Osvaldo Cruz, vendo logo descumprida uma das condições da sua investidura, fez saber ao presidente que não mais aceitaria o cargo.⁸ Surpreso, o presidente fez chamar Osvaldo Cruz ao palácio e, informado, convocou Seabra, a quem pediu que desfizesse o ato impugnado. O ministro, político e baiano, mostrou ao presidente a difícil postura em que se encontraria no seu Estado, caso anulasse a nomeação do coestaduano. Mas o presidente insistiu e Seabra, por sua vez, pediu demissão, aludindo aos excessos de autoridade do jovem diretor. Rodrigues Alves, diante do fato novo, de inevitável repercussão política, não se perturbou. Falando quase paternalmente a Seabra, aconselhou-o a refletir no passo que estava dando. E lembrou-lhe o argumento decisivo: ele, presidente, é quem estava em jogo, pois sua palavra fora ignorada ou esquecida pelo ministro. Não se tratava de curvar-se à vontade de Osvaldo Cruz, mas de observar um compromisso do presidente. Seabra retirou o pedido de demissão. E Afrânio Peixoto ficou reservado para vida da cultura, com maior proveito para o Brasil.

No relatório apresentado por Osvaldo Cruz a Seabra, referente ao ano de 1903, o episódio é consignado, mas de forma a não melindrar nem o ministro nem o candidato afastado, depois de tão ilustre cientista e escritor. Osvaldo Cruz assinala simplesmente que Afrânio, nomeado a 23 de março, “não havia aceito” o cargo, sendo substituído pelo Dr. João Pedroso Barreto de Albuquerque.

Naquele mesmo 23 de março de 1903, Osvaldo Cruz assumiu a direção da Saúde Pública, posto federal, que se sobrepunha, dentro da lei, às funções municipais, correlatas, no Distrito Federal, além de possuir jurisdição nacional.

8 O intermediário da comunicação deve ter sido Rodrigues Alves Filho, de quem ouvimos a versão completa do fato.

A FEBRE AMARELA

Pelas hipóteses mais assentes entre os doutos, a febre amarela é mal americano. Identificada nas Antilhas, desde pouco depois do descobrimento, manifestou-se pela primeira vez no Brasil, na cidade do Recife, em 1686, e, no ano seguinte, na Bahia. Rocha Pita, na sua *História da América Portuguesa* (primeira edição, 1730), oferece dramática descrição do que se supõe ser a febre amarela, chamada então “bicha”. Diz ele que:

“Principiou este terrível contágio em Pernambuco, no ano de 1686 [...]. Este se foi ateando no povo do Recife com tanto excesso, que morreram mais de duas mil pessoas [...]. Daí foi passando logo à cidade de Olinda e ao seu recôncavo, sendo muito poucas as pessoas que escapavam daquele achaque [...]. Da calamidade de Pernambuco chegou com a notícia o contágio à Bahia [...]. Foram logo adoecendo e acabando tantas pessoas, que se contavam os mortos pelos enfermos. Houve dia em que caíram duzentos e não escaparam dois [...]. Era em uns o calor tépido e o pulso sossegado, noutros inquieto e grande a febre. Uns tinham ânsias e delírios, outros ânimo quieto e discurso desembaraçado. Uns com dores de cabeça, outro sem elas, e finalmente desiguais até na crise mortal do contágio. Morreram o bispo, um desembargador da Relação, o tenente-general e o capelão do governador, entre médicos e cirurgiões e o próprio filho do Marquês das Minas, que era o governador.”

Observa Rocha Pita que a grande maioria das vítimas era da mais alta classe social (os brancos) visto que “deste contágio não enfermavam negros, mulatos, índios nem mesclados”.

Até o fim do século a “bicha” fez milhares de vítimas nas duas Capitánias; provocou pânico em portugueses e estrangeiros que vinham em frotas de comércio e deu origem a vários estudos médicos e a providências administrativas, no Brasil e Portugal. Até o século XIX não se repetiu epidemia tão forte, embora haja provas de que a moléstia continuava a grassar endemicamente, fazendo vítimas aqui e ali.⁹

9 Odair Franco. *História da febre amarela no Brasil*.

DESENHOS DE UMA CRIANÇA



Expressão das ameaças com que Rodrigues Alves se defrontou no início do seu governo. O Tagarela – Coleção Plínio Doyle

A primeira grande epidemia, sob o Império, proveio, como se sabe, de um navio norte-americano que passara por Havana.

Identificada no Rio em fins de 1849, a febre logo se alastrou pelos bairros populares da cidade, fazendo considerável número de vítimas. A mais famosa de entre elas, cuja morte deu caráter dramático a essa primeira incursão da epidemia no Rio de Janeiro, foi um grande estadista do Império: Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Nos meses de calor, que favorecem a proliferação dos mosquitos, morreram, em 1850, mais de 4.000 pessoas no Rio. Entre aquele ano e o de 1902, o número de mortos superou 58.000. Iniciada com Bernardo de Vasconcelos, a lista de vítimas ilustres estendeu-se, sinistra, por todo o Segundo Reinado e princípio da República. Os estrangeiros pareciam ser a presa preferida, talvez por falta da imunização trazida por formas frustras. Artistas, diplomatas, tripulações de navios mercantes ou de guerra (ficou célebre o caso de um barco de guerra que perdeu parte considerável de sua tripulação) vinham ao Rio para morrer, espalhando a fama sinistra que acompanhava o nome da capital brasileira.¹⁰

Até a revelação de Finlay, as causas da moléstia não eram seguramente conhecidas pela ciência. Aqui e ali, observadores fixavam a coincidência do mal com a presença de mosquitos, mas, habitualmente, a extinção dos mosquitos entrava no quadro geral da limpeza e desinfecção.

No Brasil, sumidades médicas imperiais atribuíram a febre às condições do tempo, do clima e do solo; tinha e não tinha caráter contagioso; propagava-se ou não pelos micróbios. Em outros países, as dúvidas eram as mesmas, o que gerava grande ceticismo, inclusive entre os médicos, quanto aos recursos terapêuticos aplicáveis.

Os cientistas resvalavam pela verdade, quando enfatizavam a ligação entre o mosquito e a febre. Mas não a atingiam, porque supunham que o inseto inoculava no doente um micróbio colhido em ambientes infectados, principalmente a água. Não lhe ocorria a transmissão de doente a doente, por meio do sangue infectado sugado pelo mosquito.

Foi em 14 de agosto de 1881 que Carlos Finlay, médico cubano, filho de pai escocês e mãe francesa, deu o passo definitivo. Em memória apresentada à Academia de Ciências de Havana, ele apresentou um mosquito, o *Culex*, depois *Stegomyia Fasciata*, finalmente chamado

10 V. os versos de Dranmor, pág. 403.

Aedes aegypti, como intermediário indispensável à transmissão da febre amarela. Sua comunicação, produto de um sentido genial de observação, não despertou nenhum interesse especial. Em 1886 Finlay desenvolveu cabalmente a sua hipótese, confirmada por várias experiências positivas, no *American Journal of the Medical Sciences*.¹¹

A aplicação da teoria de Finlay, sustentada incansavelmente, só foi levada a efeito no ano de 1900, em Havana, pelo serviço sanitário do Exército dos Estados Unidos, sob a chefia de Walter Reed. Comprovada a tese científica por experiências vigorosas, a que se prestaram voluntários, começou o serviço de isolamento dos doentes e liquidação dos transmissores em princípios de 1901 e, já no fim do ano, encontrava-se extinta a febre amarela em Havana. Era o sucesso pleno, ofuscante, espetacular.

No Brasil, a experiência americana repercutiu logo, a partir de um trabalho de Emilio Ribas, publicado ainda em 1901. Hilário de Gouveia, segundo Sales Guerra, fez imprimir em 1902 um trabalho de divulgação da teoria americana, logo depois da sua comprovação em Cuba. Adolfo Lutz fazia no Rio experiências em idêntico sentido. Em janeiro de 1901, Ribas empregou, de forma pioneira, o método americano para combater uma epidemia em Sorocaba (quando a doutrina de Finlay, embora comprovada cientificamente, ainda não obtivera o êxito que logrou no fim daquele ano), e conquistou os seus objetivos, embora o sucesso fosse contestado por médicos mal informados, que atribuíram o êxito da experiência preventiva a outras causas. Ribas prosseguiu a campanha em São Simão e Ribeirão Preto, no ano de 1902. Na mesma quadra Ribas e seus auxiliares procederam a experiências com mosquitos trazidos de área infectada para São Paulo, onde não havia casos de febre, e logo os pacientes picados a contraíram. Era a comprovação, também no Brasil.

Foi em época bem próxima à sua nomeação para a chefia da Saúde Pública que Oswaldo Cruz chegou à aceitação plena da teoria de Finlay. Sales Guerra, que relata o fato, não lhe precisa a data. Diz o seguinte:

“Certo dia, porém [Oswaldo Cruz] chegou mais cedo; vinha animado com certa expressão de contentamento e [...] disse com ênfase que lhe não era habitual: trago uma notícia

11 Odair Franco, *op. cit.*

que deve alegrar a todos os brasileiros, a dos magníficos resultados da campanha contra a febre amarela em Havana. Confirma-se a doutrina de Finlay: o mosquito é, de fato, o transmissor da moléstia.”

Como há referência aos resultados da campanha americana, fica certo que a opinião de Oswaldo Cruz firmou-se em fins de 1901, ou princípio de 1902.

A tese da transmissão pelo mosquito tinha sido, também, espousada por Nuno de Andrade. Deve-se levar a crédito do governo Campos Sales os trabalhos realizados por Emílio Ribas em São Paulo e os projetos de Nuno de Andrade, que não conseguiu levá-los avante por ter sido exonerado.¹² Recorde-se ainda que em fevereiro de 1903, depois da demissão de Nuno de Andrade e antes da posse de Oswaldo Cruz, a Saúde Pública distribuiu 40.000 boletins no Rio de Janeiro, recomendando a luta contra os mosquitos para acabar com a febre amarela.

Assim, quando Oswaldo Cruz se empossou, a 23 de março de 1903, já suas convicções estavam assentadas em opiniões e experiências estrangeiras e nacionais, e coincidiam com a experiência oficial do serviço público brasileiro. O que havia, agora, de novo, era o aspecto nacional da luta, diretamente empreendida pelo governo federal, o ímpeto, a coragem, o ardor apostolar com que Oswaldo Cruz ia lançar-se de corpo e alma à tarefa, e o apoio sem reservas do presidente da República.

Logo no dia 1^o de abril, Cruz enviou a Seabra a Exposição nº 225, verdadeiro programa administrativo, a qual começava com esta afirmativa que diz tudo:

“A extinção da febre amarela é um problema que já encontrou uma solução prática: podemos, pois, considerá-lo uma questão resolvida.”

O plano é admirável pela concisão, simplicidade e energia. A sua aplicação, durante quatro anos de inexorável persistência, arrostando a ignorância, a incompreensão, os interesses, as mentiras e resistências organizadas, consagrou, no Brasil e no estrangeiro, a capacidade técnica, administrativa e política do governo.

12 Justa foi, por isso, a homenagem que a Academia de Medicina lhe prestou, por motivo de sua exoneração. (V. *Anais* da mesma Academia.)

A ação federal contra a febre amarela iria concentrar-se no Rio de Janeiro, não apenas por ser a capital o foco de maiores proporções de toda a República, como porque a vitória contra o mal, dentro do Rio, viria liquidar a triste notoriedade que, na Europa, cercava o nome do Brasil.

Cidade de 750.000 habitantes, o Rio de então tinha o centro comercial e administrativo intensamente povoado. A área não se compunha somente de locais de trabalho, mas de residências populares, onde a aglomeração era grande e as condições higiênicas deficientes. Por isto mesmo, dados os meios conhecidos da transmissibilidade, a febre amarela possuía, ali, sua zona de maior incidência. Foi, portanto, no centro, que a ação da Saúde Pública se fez sentir mais fortemente.

A certeza científica de que determinado mosquito era o único transmissor conhecido da febre amarela consolidara-se no estreito círculo dos especialistas, mas encontrava dificuldade em propagar-se nas elites mal informadas e no povo ignorante. No próprio meio médico, e até no seu mais alto cenáculo, a Academia de Medicina, contestava-se abertamente a teoria de Finlay e criticava-se Osvaldo Cruz por havê-la tomado como diretriz de sua ação.

Segundo o Professor Pedro Nava, três eram as correntes do pensamento médico brasileiro de então. Uma aceitava sem restrições a teoria de Finlay: o estegomia como único transmissor. Outra apegava-se a velhas concepções, como a do contágio direto, a da água, a do clima, a dos miasmas. A terceira, finalmente, aceitava a tese comprovada do mosquito, mas admitia outras formas de contágio. Esta era a mais divulgada entre os leigos, e era a que respaldava a exigência de medidas complementares à extinção dos mosquitos, tais como desinfecções ou tratamento de águas. Tem-se a impressão de que Rodrigues Alves, que nada sabia de medicina, era desta última opinião, embora nunca haja tentado influir sobre Osvaldo Cruz, que, não a partilhando, recusava-se a agir de acordo com ela.

Na sessão de 4 de abril de 1903, na Academia de Medicina, poucos dias, portanto, após a posse do novo diretor da Saúde Pública, o médico acadêmico Costa Ferraz disse que o combate à febre amarela deveria ser feito por meio do saneamento do solo. Esta manifestação precoce foi apenas o sinal de alarme da grande campanha organizada que se desencadeou contra Osvaldo Cruz e o governo federal. Campanha

de mentiras, de agressões, de ameaças, que só foi cedendo quando o progresso da vitória se foi tornando inegável, no decorrer dos dois anos seguintes. Viu-se, então, que os chefes da oposição se encolhiam, e que a mesma imprensa hostil cobria de flores os vitoriosos.

Na verdade, a luta contra a febre amarela no Rio de Janeiro revestiu-se de lances memoráveis, dentro dos quais deve a História ressaltar a resistência indômita e paciente de um punhado escasso de cientistas, fortalecidos por convicções inabaláveis, e o apoio a eles dado por homens de governo confiantes na ciência, obstinados na execução de compromissos assumidos, indiferentes às agressões às vezes torpes dos inimigos, e à hostilidade da opinião pública.

No ápice do governo federal, Rodrigues Alves encarnou de maneira exemplar esse espírito de resistência e essa autoridade do governo. Paciente, tolerante, moderado, mas inamovível na posição assumida, jogou todo o prestígio do posto ao sustentar, em plena borrasca, um médico da geração dos seus filhos, sem nenhuma ligação especial com ele, e a quem mal conhecia. É que o presidente firmara-se em considerações poderosíssimas, que escapavam à maioria dos observadores.

Rodrigues Alves alimentava, havia muito, uma espécie de obsessão no desejo de eliminar a febre amarela. Suas reiteradas afirmativas, e o testemunho de várias personalidades, confirmam que ele conservava esta aspiração havia muito. Segundo era corrente entre os parentes, o seu desejo de luta contra a doença vinha desde quando, ministro de Prudente, perdera uma filha pequena, vitimada pela febre amarela, fato mencionado neste livro. Dataria de então o compromisso assumido consigo mesmo, de lutar contra o flagelo nacional, aparentemente invencível, desde que dispusesse de meios para tanto.

Já vimos que, como presidente de São Paulo, em 1901, pudera acompanhar a experiência do Diretor de Higiene, Emílio Ribas, em Sorocaba. Posteriormente assistira à repetição do êxito em outros pontos do Estado. Não era, assim, da boca para fora que declarara a Pereira Barreto, no momento de embarcar para o Catete, que enfrentaria resolutamente o mal.

Como presidente da República, dispunha dos poderes e dos meios necessários para fazer o que lhe ditava a consciência. Nada, daí por diante, o afastaria do seu rumo. Valeram-lhe, então, as suas qualidades mestras de



*A grande luta parlamentar, em que se destacou Barbosa Lima,
de combate à vacina obrigatória e às medidas sanitárias.
O Tagarela. Coleção Álvaro Cotrim*

estadista: confiar nos homens capazes, saber distinguir essa capacidade, ter autoridade para mantê-los e fazer-se respeitado por eles, ser modesto bastante para não querer impor sua vontade onde não era competente.

Assim ele fez com Rio Branco, com Passos, com Lauro Müller, com Frontin. Assim fez com Osvaldo Cruz e seus assessores. Daí, com toda procedência, ter passado à História como um dos elementos centrais da luta contra a febre amarela, a peste e a varíola no Brasil.

Digno do presidente foi o diretor da Saúde Pública. Homem dedicado exclusivamente à ciência e ao serviço público, sem ambições materiais, sem fome de notoriedade, desprezando os baixos recursos dos adversários, dispondo daquela certeza de opinião que só a razão confere, corajoso e simples, Osvaldo Cruz não discutia, não se defendia, não perdia tempo. Em uma palavra, não atribuía nenhuma importância aos detratores, nem aos seus intuitos. Absorvia-se na tarefa, seguia para a frente, certo de que estava certo. A única coisa que pedia era confiança e recursos do governo. Por mais de uma vez ameaçou demitir-se, não por desânimo ou fraqueza, mas, ao contrário, para forçar o governo a fortalecer a sua posição. E isto conseguiu sempre.

Pode-se dizer que o Brasil tem travado muitas batalhas gloriosas, contra os franceses, os holandeses, os portugueses, os argentinos, os paraguaios, os alemães. Mas nenhuma delas foi mais gloriosa que a batalha travada pelos bacharéis e doutores, de 1903 a 1906, contra a ignorância, a rotina, a má fé, o sectarismo, na frente de combate da Saúde Pública. Nem todas as guerras são armadas, nem todos os heróis são militares. Osvaldo Cruz é um dos nossos maiores heróis.

A oposição às medidas sanitárias distribuiu-se organizadamente por três setores: a imprensa, o Congresso e os meios científicos.

Na imprensa, em publicações anônimas ou assinadas, surgiram toda sorte de argumentos, todas as espécies de invenções. Reclamava-se contra a dissipação de verbas, duvidava-se da teoria de Finlay, forjaram-se telegramas de Havana, comunicando nova epidemia de febre amarela, o que foi logo desmentido por despacho do próprio Finlay. Advertia-se o presidente sobre sua responsabilidade, ao entregar o destino de toda uma população às experiências caprichosas de um jovem pretensioso. Usava-se a verrina, o anonimato, o insulto franco, a ameaça, o prudente conselho, o

aviso de boa fé, a lamúria desesperada, tudo servia, tudo era lenha para a fogueira da ignorância, do sectarismo e do ódio.

No Congresso, a eloquência agressiva jorrava sem cessar. Misturavam-se nela o fanatismo de certos sectários positivistas, o ressentimento do republicanismo militarista contra a eleição do presidente ex-monarquista, os interesses contrariados e, também, o gosto grosseiro do exibicionismo, não raro nas assembléias. No caso da longa oposição ao projeto do governo, de 1903, houve também a pseudociência de certos congressistas, que pretendiam negar fundamento às teses dominantes sobre a profilaxia da febre amarela.

Nos meios médicos, estrondou o despreparo presunçoso, aliado aos inevitáveis despeitos que medram nas profissões. Com divertida suficiência, certos doutores molierescos impugnavam as verdades científicas em nome de falsas alegações, falsas experiências, falsos resultados.

Um fato foi particularmente grave. Rocha Faria, professor de Higiene da Faculdade e autoridade respeitada, publicou na *Gazeta Clínica*, periódico científico, lições em que combatia a teoria havanesa. Essa opinião daquele a quem Osvaldo Cruz não deixava de chamar “ilustre Dr. Rocha Faria” veio dar alento à campanha de ignorância, na imprensa e no Congresso, contra a Saúde Pública e o governo federal.

Em setembro de 1903, a imprensa publicou uma nota, na qual é afirmado que Rocha Faria, na Faculdade de Medicina, havia reiterado sua opinião de que o mosquito não era o único transmissor da febre amarela. Sem aludir ao nome do colega, Osvaldo Cruz afirmava o contrário, de público, toda vez que se lhe oferecia oportunidade. Até em reunião social de beneficência ele, solicitado a dar um autógrafo, escreveu sustentando sua opinião.¹³

As enfáticas opiniões do professor de Higiene vinham, naturalmente, servir de apoio aos que, na imprensa e no Congresso, combatiam a aprovação do projeto que o governo enviara àquele, solicitando o crédito especial de 5.000 contos, precisamente para combater o mosquito.

13 O cartão postal colorido em que Osvaldo Cruz faz essa afirmativa encontra-se no arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Deve-se ressaltar que esses pretensos cientistas viam-se logo contraditados por médicos que estudavam realmente o assunto, os quais defendiam corajosamente Osvaldo Cruz.

Na Academia de Medicina o principal acusador era Costa Ferraz. Combateu a teoria do mosquito e a administração de Osvaldo Cruz em várias sessões, sendo logo contestado por Teófilo Torres e Teodoro Autran. No dia 4 de setembro, Costa Ferraz fez-se porta-voz, na Academia, da notícia propalada em jornais de que a febre não fora extinta em Havana, sendo contraditado por Miguel Pereira, que logo se tornaria grande nome da medicina nacional.

A maioria dos acadêmicos sustentava as teses e a pessoa de Osvaldo Cruz. A 7 de maio, Gurgel do Amaral havia proposto que a Academia se congratulasse com a sua nomeação, o que foi aprovado com declaração favorável do Presidente Nuno de Andrade. Em 1º de setembro de 1904, quando o êxito da campanha já podia ser previsto, Abreu Fialho leu resumo do relatório da comissão de médicos alemães que viera estudar os trabalhos de Osvaldo Cruz, o qual era inteiramente favorável aos mesmos.

Finalmente, quando já não havia mais dúvidas, a 24 de maio de 1906, Carlos Seidl proferiu na Academia solene elogio de Manguinhos, “mais conhecido no exterior do que entre nós”, gabando os estudos ali realizados, no campo da saúde pública, por Osvaldo Cruz e Carlos Chagas.

Cabe ressaltar que o apoio às medidas do governo federal não era dado somente pelos mais conscienciosos cientistas brasileiros. Também no estrangeiro aquelas medidas repercutiam. Em novembro de 1904, o médico Hilário de Gouveia, homem de grande prestígio social, cunhado de Joaquim Nabuco e amigo de Rio Branco, escreveu a Seabra, da Europa, comunicando que o Congresso Sanitário de Copenhague aprovara uma moção de louvor ao presidente do Brasil. Na mesma época o *Times*, de Londres, elogiava a campanha sanitária do governo brasileiro.

Para travar a sua grande batalha contra a febre, Osvaldo Cruz contou com um grupo de colaboradores entusiastas e dedicados. O chefe deles foi, a princípio, Carlos Carneiro de Mendonça, que lançou as bases técnicas da profilaxia anti-amarela, mas que morreu prematuramente em 1904, levando até o leito de morte o empenho de trabalhar pela causa.

Outros elementos, logo convocados, foram os médicos João Dias de Freitas, Raul Gomes Sobral, José Inácio de Oliveira Borges, José Marcondes Romeiro e Eduardo Gusmão Lobo. Mais tarde foram chamados ao serviço outros médicos, a saber: Augusto Cerqueira da Silva, José de Aragão Bulcão, José Barbosa, Luís Barbosa, Adolfo Lutz, Cássio Resende, Carlos Seidl, Graça Couto, Pacheco Leão e Alberto da Cunha.¹⁴ Havia também dezenas de “auxiliares acadêmicos” (estudantes de medicina) entre os quais figurou o futuro cientista Artur Neiva.

A nominata de jovens doutores, alguns mais tarde conhecidos, outros esquecidos, merece ser lembrada. A eles, ao seu esforço e à sua constância, muito ficou devendo Osvaldo Cruz.

Com brevidade coordenou-se a ação da Saúde Pública com a do Executivo.

Em maio de 1903, o presidente enviou ao Congresso mensagem acompanhada de projeto de reforma dos serviços de higiene, justificado em notável exposição de Osvaldo Cruz.

A primeira e inadiável providência a ser tomada era a unificação, sob autoridade federal, dos serviços de saúde do Rio, até então divididos em jurisdições distintas, federal e municipal. Para o êxito do combate a ser travado isto era, de fato, indispensável, especialmente porque as autoridades médicas da Prefeitura não concordavam com a orientação do diretor federal.

Havia já, é verdade, o decreto de Campos Sales nº 4.463, de 12 de julho de 1902, que transferia para a União o serviço de “higiene defensiva” do Distrito Federal, mas sua aplicação não era satisfatória. Necessitavam-se medidas definitivas de subordinação.

No que concerne à febre amarela, as providências propostas – que não cabe pormenorizar aqui – correspondiam às que foram executadas na campanha. Elas eram extremamente difíceis, porque envolviam serviços complexos de médicos, engenheiros sanitários, hospitais, isolamentos,

14 É com sincera emoção que aqui anoto o nome do Dr. Alberto da Cunha, grande amigo de meu pai e, também, caro amigo meu na infância e juventude. Admirável figura humana, homem de delicados sentimentos e finas emoções, ramo de velho tronco (era descendente do Marquês de Inhambupe), o “Dr. Alberto”, como o chamávamos, ocupou lugar de eleição na casa paterna.

transportes e fiscalização a numerosos agentes executores de menor nível, como mata-mosquitos, carpinteiros, operários de limpeza para calhas, porões, telhados e recipientes de água, e encarregados do expurgo domiciliar. Além disso, a ação da nova Saúde Pública vinha interferir diretamente na vida doméstica de toda uma população mal informada, cheia de preconceitos e excitada pela propaganda mendaz de adversários políticos, ou de defensores de teses preconcebidas e não comprovadas.

Um fato era indiscutível, além de sinistro. Em 1902, ano do início do novo governo, o obituário da febre amarela no Rio de Janeiro havia sido de perto de mil casos comprovados.

Vejam, apoiados em diversos autores e principalmente nos relatórios de Oswaldo Cruz¹⁵ ao Ministro Seabra, nas mensagens do presidente e outros documentos oficiais, como se processaram as etapas principais da luta travada contra a febre amarela.

Dois dias depois de empossado, Oswaldo Cruz começou a sua campanha de profilaxia contra a moléstia, a qual atribuía absoluta prioridade. Seu propósito inabalável era o de seguir o exemplo norte-americano em Cuba. Sua profilaxia seria baseada em dois pontos: extinção dos mosquitos transmissores e isolamento dos doentes infectados. Em consequência, iria suspender todos os trabalhos de higiene e de desinfecção requeridos pela errônea crença do contágio direto.

No retrospecto da administração, documento escrito por seus colaboradores mais importantes e publicado em anexo à mensagem de 1902,¹⁶ encontramos o seguinte:

“Quando em abril de 1903, ainda sem lei especial e sem todos os recursos precisos, foi começada a profilaxia nova da febre amarela, já tinham ocorrido na cidade mais de 500 óbitos desta moléstia. Eles chegaram, até o fim do ano, a 548; no ano seguinte, 1904, baixaram a 53.”

Nesta exposição feita sem adjetivos, seca e direta como se fizesse parte de um estudo científico e não de um documento político, está resumida

15 O primeiro relatório foi assinado “Gonçalves Cruz”.

16 Trabalho já citado, publicado em separata da Imprensa Nacional, sob o título *O Dr. Rodrigues Alves; o seu governo, 1902-1906*, e que será mencionado daqui por diante como retrospecto da administração ou simplesmente retrospecto.

toda a vitoriosa campanha do governo contra o mal que desafiava, desde o Império, a competência dos nossos higienistas e administradores.

A razão do sucesso estava na segurança científica total da profilaxia adotada, e na energia dos que a aplicavam, contra todas as resistências.

Este ponto era muito importante. Na verdade, era a questão teórica básica da campanha. Aceitar a tese do trabalho paralelo, ou seja, combater o mosquito e, ao mesmo tempo, prosseguir na desinfecção, seria concordar em que a transmissão do mal poderia ser processada por outra forma, além da intervenção do inseto hospedeiro. O resultado seria o desinteresse pela extinção do mosquito e o fracasso da campanha.

A questão era que somente alguns iniciados estavam convencidos da tese havanesa. Os leigos, inclusive Rodrigues Alves, hesitavam em aceitar-lhe a exclusividade. Daí não compreenderem bem por que Osvaldo Cruz recusava-se obstinadamente a transigir.

Rodrigues Alves chegou a perguntar-lhe, na intimidade, se não preferia ceder naquele ponto. “Não farei a desinfecção”, foi a resposta que ouviu. E o presidente, confiando na competência alheia, e receoso de que sua insistência levasse o jovem diretor à demissão, encerrou o assunto, para não mais voltar a ele: “Pois não faça, Dr. Osvaldo.”¹⁷

A 1^a de abril de 1903, Osvaldo Cruz enviara a Seabra sua exposição-programa, que foi publicada nos jornais. No dia 15 do mesmo mês, pelo Aviso Ministerial nº 571, ficou organizado o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, de acordo com aquela exposição. Logo no dia 20, as normas adotadas começaram a ter aplicação, com o primeiro isolamento domiciliar de um doente, cujo caso havia sido notificado, e com as medidas profiláticas correspondentes.

A 5 de maio, o ministro da Justiça, em nome do presidente, baixou instruções estritas para o funcionamento do Serviço da Febre Amarela.¹⁸ Estava travada a luta, que não mais cessaria até a vitória total, em começo de 1907.

A cidade foi dividida em distritos sanitários, cada qual sob a chefia de um médico e contando com os serviços de outros. Foram

17 Em carta a Hilário de Gouveia, então na Europa, Osvaldo Cruz salienta o apoio que estava merecendo do presidente e observa que permaneceria no posto enquanto tivesse esse apoio.

criadas as “brigadas sanitárias”, compostas de turmas, formadas por um chefe, cinco guardas (mata-mosquitos) e diversos operários, como carpinteiros, encarregados de limpeza, carregadores, cocheiros de carros, pedreiros e outros. No período de maior intensidade da campanha, os mata-mosquitos chegaram a 2.500.

Os materiais e utensílios usados eram vários, todos com emprego específico. A ação desenvolvia-se da seguinte forma: notificado o caso (a notificação era compulsória pela lei) partia para o local a turma de serviço. Ia acomodada em carros de quatro rodas, puxados por dois muares. Os carros eram abertos dos lados, cobertos e com dois bancos corridos, no sentido longitudinal.¹⁹ Sob o assoalho do carro havia espaço para escadas, ferramentas e material próprio ao extermínio dos mosquitos, especialmente latas de petróleo e caixas de pireto. Acomodavam-se no carro, também, os chamados “tambores”, caixilhos e telas para serem colocados nas portas e janelas. Os tambores eram pequenos corredores de tela, providos de duas portas do mesmo material. Uma delas se adaptava ao quarto ocupado pelo doente e outra abria para o resto da casa. Os caixilhos de madeira com tela eram preparados na hora pelos carpinteiros e ajustavam-se às dimensões das janelas da casa isolada.²⁰ Escadas e ferramentas de limpeza serviam para o acesso a telhados e calhas, naquela cidade em que as construções de mais de dois andares eram muito raras.

Notificado o caso (a notificação era obrigatória para os médicos), partia para o local a turma do Serviço da Febre Amarela, que procedia ao isolamento do doente, ao expurgo antiinseticida do quarto por ele ocupado e à limpeza da casa (telhados, calhas, depósitos de água) para extinção de focos. As casas vizinhas, num raio de 100 metros, sofriam a mesma minuciosa vistoria e cuidadoso expurgo. Quando conseguido o consentimento da família, o doente era transportado para

18 A legislação dispersa foi consolidada no Decreto nº 5.156, de 8 de março de 1904, que regulamentou minuciosamente os serviços sanitários da União, em terra e nos portos de mar.

19 O relatório de Osvaldo Cruz a Seabra, no ano de 1904, contém numerosas fotografias referentes à campanha da febre amarela.

20 O Instituto Pasteur de Paris enviou comunicação a Osvaldo Cruz aprovando e louvando os “tambores” adotados pela Saúde Pública brasileira.

o Hospital de S. Sebastião, onde o isolamento era mais fácil. Às vezes as autoridades sanitárias encontravam dificuldades dentro da família, não só para o transporte dos enfermos, como para a própria visita domiciliar.

Os padrões morais da época, que muito conservavam do carrancismo patriarcal, pareciam desrespeitados com o ingresso de pessoas estranhas no que os opositoristas ao progresso chamavam o “recesso do lar”, ou mesmo “o sacrário do lar”.

A propósito do trabalho do humilde mata-mosquito, necessariamente praticado no interior das casas, dizia *O Malho*, a 5 de dezembro de 1903:

“Agora são os pais de família que se revoltam contra a medida que se pensa converter em lei e segundo a qual será permitido aos funcionários da Higiene o direito de devassar o lar do cidadão, o desrespeito às famílias [...]. São as senhoras brasileiras que, justamente indignadas, se revoltam contra esse monstrengo.”

O argumento, como veremos, foi dos mais fortes para levar o povo à revolta contra a vacina, em 1904.

Para dar idéia da dificuldade do trabalho de combate aos mosquitos, aproveitamos, como exemplo, os dados referentes a outubro de 1903.

Naquele mês foram levados a efeito 264 expurgos, limpam-se 1.347 telhados, 2.262 ralos, 29.862 tinas, 17.036 caixas de água automáticas e registros, 4.751 reservatórios de água, 2.845 tanques de lavar roupa e 231 sarjetas. Dos telhados e terrenos foram transportados, no mesmo período, 92 carroças de lixo.

Embora surgissem surtos esporádicos em bairros e mesmo, uma vez, na longínqua aldeia de pescadores de Copacabana,²¹ era na parte central e mais populosa da cidade que o mal se domiciliara. Ali, também, concentrou-se a ação sanitária. De junho a dezembro de 1903, segundo o relatório de Osvaldo Cruz, brigadas de expurgo e isolamento combateram em 153 ruas, 48 travessas, 27 becos, 24 ladeiras, 9 largos, 10 praças, 6 morros e 4 praias, quase tudo no velho Rio situado entre o Campo de Santana, a Prainha, o Cais Pharoux e a praia de Santa Luzia.

Na mensagem de 3 de maio de 1904, Rodrigues Alves reconhecia e proclamava os resultados auspiciosos que vinha alcançando:

“Ao mesmo tempo que, desta forma, venho procurando desempenhar uma parte dos compromissos contraídos, organiza a repartição da Saúde Pública uma verdadeira campanha contra a febre amarela, com o propósito irredutível de extingui-la de uma vez. A experiência adquirida em outros países e a nossa mesma, baseada em observações irrecusáveis,²² fortalece a ação administrativa e assegura o êxito dos esforços dos seus agentes [...]. Compenetrada do zelo manifestado pelo governo em benefício da saúde pública, a população vai cercando de simpatias o seu trabalho, certa de que, amparado com o seu apoio e confiança, e coadjuvado com louvável tenacidade por um jovem profissional cheio de ardor e convicção, há de triunfar.”

Apesar de alguns surtos epidêmicos durante a campanha, principalmente em 1905, devido ao afrouxamento da polícia de vigilância dos focos (o que provocou novas críticas da imprensa hostil e novas advertências dos cientistas apegados às doutrinas superadas), foi se tornando patente, mesmo aos olhos dos leigos desprevenidos – ou, o que era melhor, prevenidos –, que a ação de Osvaldo e do seu grupo se via confirmada pelos fatos.

O número de casos novos e de óbitos ia declinando paulatinamente. Os algarismos fornecidos por Odair Franco, retirados de publicações oficiais, são os seguintes, quanto aos óbitos: 1903, 584; 1904, 48; 1905, 289; 1906, 42; 1907, 39; 1908, 4; 1909, 0.²³

21 Copacabana já começava a ser um bairro, embora longínquo, como vimos pela atenção que lhe despertou Francisco Passos. Isto era facilitado pela utilização do túnel (hoje denominado Alaor Prata) inaugurado em 1891. Em 1903, os bondes elétricos da Companhia Jardim Botânico já serviam o bairro, até a Igrejinha, e daí seguiam pela rua deste mesmo nome até Ipanema, onde ficava o ponto final. O serviço de bondes, primeira via de entrada da civilização aos bairros praiheiros da zona sul, fazia-se até tarde da noite.

22 O presidente aludia aqui, provavelmente, não só às experiências feitas por Osvaldo Cruz, no Rio, como à sua própria experiência, no governo de São Paulo, com Ribas.

23 Existem leves discrepâncias entre os algarismos fornecidos por Odair Franco e os constantes das mensagens de Rodrigues Alves, sobre os anos de 1903 e 1904, sendo que estes foram seguramente fornecidos por Osvaldo Cruz.

Do mesmo autor retiramos os dados que se seguem, referentes aos trabalhos executados na cidade (que tinha cerca de 65.000 casas), entre 1903 e 1907, portanto quase todos durante o governo Rodrigues Alves. Esses dados são uma demonstração da energia da autoridade pública brasileira, quando empenhada em uma tarefa apoiada pelo povo. Ei-los:

“Prédios expurgados, 29.835; focos de mosquitos destruídos, 547.212; limpeza de calhas, telhados e pequenos depósitos de água, 3.161.954; limpeza e desinfecção de depósitos maiores e esgotos domésticos, 2.154.433; carroças de lixo removido, 12.344; visitas domiciliares, 1.534.691.”

Além do gigantesco trabalho feito em terra (gigantesco sobretudo se considerarmos os recursos técnicos da época), a Saúde Pública criou também uma eficiente defesa sanitária marítima, para evitar que a febre amarela e outras moléstias infecciosas fossem reavivadas com o contágio dos doentes embarcados no estrangeiro e em outros portos nacionais. Osvaldo Cruz fornece ao presidente, nos seus relatórios, os dados neste setor. Em 1903 conseguiu uma barca de desinfecção, equipada com os mais modernos aparelhos, adquiridos na Europa. Em 1904 foi adquirida nova barca de desinfecção na Inglaterra. Compraram-se lanchas para a Saúde do Porto no Rio e em outros Estados.

Esse trabalho na velha capital, feito por humildes funcionários, resgatou a injusta mácula que acompanhava o nome do Rio de Janeiro, desde meados do século XIX.

A PESTE BUBÔNICA

É difícil fixar, com rigor, a época em que a peste chegou ao Brasil. Mal asiático, próprio das grandes concentrações humanas que vivem em baixas condições higiênicas, a peste é conhecida desde a antiguidade. Vez por outra, epidemias de peste devastavam a Europa durante a Idade

Média, trazidas pelas rotas comerciais do Oriente. É possível, assim, que moléstias mortais obscuras, que às vezes atacavam as populações urbanas brasileiras nos primeiros séculos da colonização, descritas pelos cronistas do tempo como catarros e outras, fossem peste importada pelas naus portuguesas, de retorno da Índia. De qualquer maneira, depois de pesquisas científicas, ficou apurado que a peste bubônica é principalmente transmissível pela picada da pulga, a qual se infecta no sangue de ratos pestosos.

Os portos de mar são os locais de maior incidência da peste. Ratos infectados passam na carga dos navios, ou descem pelos cabos de atracação, e tornam-se agentes de difusão da doença.

Já vimos como Rodrigues Alves, presidente de São Paulo, se preocupara com a peste bubônica, que aparecera no porto de Santos, trazida por imigrantes, e como o seu diretor de Higiene, Emílio Ribas, tinha podido reduzir o mal.

Agora, como presidente da República, ele voltava ao combate, dando mão forte a Osvaldo Cruz.

Tal como acontecia com a febre amarela, a peste no Rio de Janeiro concentrava-se especialmente na zona urbana superpovoada, junto à Misericórdia, ao Mercado e ao Cais Pharoux. Vilas e becos imundos, cheios de hospedarias, cortiços e armazéns dos mais variados produtos, essa zona da cidade era um grande viveiro de ratos e pulgas.

Se os sítios de maior incidência eram os mesmos, para a peste e a febre, nas épocas da sua intensidade culminante diferiam. A febre crescia no verão, a peste no inverno.

A moléstia reaparecera no Rio em 1900. Não eram muito numerosos os casos diagnosticados, e a letalidade ficava abaixo de 15%. Não parecia problema tão dramático como o da febre amarela, mas Osvaldo Cruz sabia bem que, no Rio de então, nada se podia prever em matéria de agravamento de epidemias. Pardieiros infectos e superlotados, sistema deficiente de esgotos e de água, acumulação de lixo nas ruas e terrenos e empilhamento de sacos de mantimentos nos insalubres armazéns, tudo isso facilitava a proliferação dos ratos. A ameaça pairava, realmente. Como bem explica Sales Guerra, a curva epidêmica

poderia subir a todo tempo, pois era “sujeita a ressaltos, paralelos à imigração variável de ratos infectados, à afluência maior ou menor de forasteiros não vacinados, não imunes, e a outros fatores mais ou menos conhecidos”.

O combate à peste estava cientificamente assentado e encontrava, por isso, menor oposição nos meios médicos do que o combate à febre amarela.

Basicamente, ele se firmava na notificação do caso, isolamento do doente e na desinfecção da zona empestada, com enérgica extinção dos ratos e das pulgas transmissoras.

As dificuldades provinham da lentidão com que o Congresso fazia tramitar o projeto de reforma da Saúde Pública, com a criação dos meios e recursos necessários, e, também, da campanha desatada na imprensa e no mesmo Congresso, por motivos pessoais e políticos, contra Osvaldo Cruz e o governo federal. A razão principal do tempo exigido para a liquidação da peste bubônica residia nesses motivos circunstanciais e externos. Aprovada a lei sanitária pelo Congresso, em dezembro de 1903, e criados, com ela, os instrumentos de ação para a Saúde Pública, já a 25 de abril de 1904 podia Osvaldo Cruz anunciar o desaparecimento dos casos da moléstia e o fim do seu surto epidêmico.

Enquanto no Brasil ainda se discutia e combatia a ação do governo, os meios científicos internacionais a saudavam sem reservas. A Conferência Sanitária Internacional de Paris, reunida em 1903, por proposta brasileira, proclamou a certeza científica da teoria da transmissão da febre amarela pelo mosquito e a extinção deste como processo de combate àquela. Em 1904, reuniu-se no Rio uma Conferência Sanitária entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, na qual os princípios postos em prática, no Brasil, foram aceitos e recomendados, quanto à febre amarela, à peste e à varíola.

Era, portanto, plenamente procedente este trecho, que consta do retrospecto da administração:

“A febre amarela, extinta como epidemia, e a ponto de ser erradicada completamente; a peste jugulada e em via de desaparecimento; a varíola contrariada pela sua prevenção mais eficaz, tornada obrigatória; [...] a higiene domiciliária praticada, melhorada, regulamentada; [...] a legislação sanitária

[...] representando o máximo progresso atingido em nosso país nesse domínio; mortandade geral diminuída; muito diminuída a mortandade pelas doenças infectuosas.”

O catedrático de Higiene da Faculdade de Medicina de Paris, Professor Chantemesse, previa o dia em que os países da América Latina começariam a reecar “as doenças pestilenciais européias”. E, finalmente, como consagração, a Academia Nacional de Medicina, esquecendo antigos e superados pontos de vista, prestou a Rodrigues Alves a maior homenagem a que ele poderia aspirar, como redentor da saúde. O seu presidente, Azevedo Sodré, em comovido discurso, proferido na sessão de 30 de junho de 1906, lembrou os insultos dos incrédulos e maldizentes que corvejaram sobre os anos de luta, pregando a revolta, falando em descalabro e bancarrota. Disse, naquele crepúsculo de governo, que o presidente teria o nome gravado “no coração de todos os brasileiros, de onde passará à posteridade, coberto de bênçãos”.

Como verdadeiro reconhecimento internacional, o Brasil recebeu o primeiro prêmio (medalha de ouro) do Congresso Sanitário de Berlim, no ano de 1907. Rodrigues Alves, que então se encontrava na Europa, mostrou-se muito sensibilizado com essa distinção ao seu governo.

Eis a anotação por ele tomada a respeito do fato:

“Na exposição de higiene de Berlim, de 23 a 29 de setembro de 1907, coube-nos o 1º prêmio, medalha de ouro oferecida pela imperatriz.”

O *Figaro* de 17 dá uma longa notícia e, referindo-se ao ex-presidente, diz:

“Aujourd’hui grâce aux services sanitaires créés avec un courage et un patriotisme sans égaux par l’ancien président de la République, Mr. Rodrigues Alves, Rio est tout à fait délivré du fléau jaune.”

Em outra nota consigna que, de passagem por Genebra, recebeu ali um telegrama assinado por Emilio Ribas, comunicando que o 6º Congresso de Medicina de São Paulo aprovava um voto de aplauso ao seu governo, pelo saneamento do Rio.

Assim, fora do poder e fora do país, Rodrigues Alves colhia os frutos do reconhecimento nacional e internacional pela ação do seu quadriênio.

Mas este não terminaria sem que a sua obra vitoriosa na saúde pública fosse causa da mais grave crise política que sofreu o governo.

A VARÍOLA E A VACINA

A crise provocada pela ação progressista de Osvaldo Cruz, amparado pelo presidente, iria estourar em forma de insurreição popular e de motim militar, durante os quais foi quase deposto o governo da República.

A causa imediata desses acontecimentos foi a lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. Na verdade, porém, a revolta de 14 de novembro de 1904 não deve ser imputada exclusivamente à tentativa de imposição da vacina obrigatória.

Causas mais gerais e mais profundas vinham se formando havia tempo, especialmente na capital da República, e levaram invencivelmente às conseqüências do choque que colocou o governo federal, a um só tempo, diante de uma violenta oposição na imprensa e no Congresso, de um grave movimento de rua e de um golpe militar. A vitória de Rodrigues Alves sobre todos esses desafios à sua autoridade foi completa, quanto aos acontecimentos imediatos, mas não evitou o seu desgaste político. O desprestígio político que o acompanhou no fim do quadriênio e o sucesso dos seus adversários no arranjo da sucessão presidencial decorreram, em parte, da situação econômico-financeira e em parte das resistências levantadas contra o presidente, em todos os setores da sua ação governativa, pelas fortes correntes nacionais, que não estavam preparadas para aceitar as mudanças que aquele governo revolucionário ia empreendendo na estrutura arcaica do país.

As causas e os aspectos mais marcantes desse difícil processo de rápida transformação do Brasil – umas e outras de origem sociológica e cultural – são de conhecimento necessário para a exata interpretação do 14 de Novembro, seus antecedentes e conseqüências. Uma de tais causas foi a vacina.

No começo deste século, a varíola era doença permanente em vários pontos do Brasil. No Rio de Janeiro, sua incidência crescia no inverno, pois o contágio da moléstia aumenta nos períodos de seca, devido ao fato do germe poder transportar-se pela poeira atmosférica e atacar o indivíduo pelas vias respiratórias.

Desde o tempo da Colônia, a varíola havia sido um pesadelo no nosso país, como em outros, na mesma época. A descoberta da vacina, na Inglaterra, em fins do século XVIII, logo repercutiu em Portugal, onde médicos progressistas, como o mineiro Francisco de Melo Franco, tornaram-se seus defensores públicos, embora rudemente atacados pelos ignorantes. Aquele médico brasileiro, que residiu em Lisboa, até 1817, foi apresentado na sátira *Os Burros*, do iracundo e temível polemista Padre José Agostinho de Macedo, como assassino, pela sua confiança na profilaxia pela vacina. Foi mais ou menos essa mentalidade refratária ao progresso que se manifestou, no Brasil, espantosamente, em princípios do século XX, quando a segurança científica da vacina não mais podia ser discutida.

Os fundadores da República não ignoravam que a erradicação da varíola repousava na vacinação obrigatória, tanto que o Governo Provisório, ainda em 1889, expediu decreto impondo aquela cautela. A lei republicana, porém, como tantas outras, ficou letra morta. De qualquer forma, ela marcava uma atitude do novo regime, o que, possivelmente, terá contribuído para que os sebastianistas do Império, em 1904, conspirassem contra o governo, aproveitando a agitação causada pela lei da vacina.

Mas, por outro lado, entre os maiores responsáveis pela mazorca de 1904, encontravam-se republicanos históricos do mais puro quilate, como o Deputado Barbosa Lima e os Senadores Lauro Sodré e Barata Ribeiro, ambos representantes do Distrito Federal,²⁴ bem como vários oficiais do Exército, de altas patentes. A esses elementos devem ser acrescentados jornalistas da oposição, principalmente Edmundo Bittencourt, que transformou o *Correio da Manhã* em verdadeira tocha incendiária. Lima Barreto, no romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, descreve-nos

24 Lauro Sodré se elegera em 1903 senador pelo Distrito Federal, em substituição a outro republicano histórico, Lopes Trovão, e derrotando o monarquista Andrade Figueira.

o que era a redação do *Correio da Manhã* naquele tempo, assim como o desvario que dominava o seu combativo diretor.

Quanto à ação do governo, ela não foi diferente, na questão da varíola, de que havia sido no ataque à febre amarela e à peste bubônica. Somente havia muito maior base de segurança para a convicção, por parte de Osvaldo Cruz – e também de Rodrigues Alves – quanto às providências sanitárias a serem tomadas.

Com efeito, a certeza de que a febre amarela poderia ser liquidada com a extinção dos mosquitos, era relativamente recente na teoria científica e muito nova na experiência administrativa, quando se iniciou o governo Rodrigues Alves.

No que se referia à varíola, o meio científico brasileiro já estava convertido à experiência inglesa de Jenner, da imunização por germe cruzado, desde antes da Independência. No Rio, a utilização da vacina vulgarizou-se com a vinda da corte portuguesa. A certeza da eficácia da vacina antivariólica, assim, era completa nos meios verdadeiramente científicos, no fim do século passado e começo do atual.

É claro que reações imprevisíveis, de resultados lamentáveis, podem aparecer, excepcionalmente, com a vacina, como com qualquer outro agente curativo ou preventivo, contra os quais existam intolerâncias orgânicas particulares. Mas são casos raríssimos, estatisticamente sem significação. Dependem de condições individuais personalíssimas e não constituem, portanto, problema social. O problema social é evitar a propagação da doença, e isto só se pode fazer, e só se faz, nos países civilizados, com a obrigatoriedade da vacina. Mas o Brasil (ao contrário do otimismo do cronista Figueiredo Pimentel) não se civilizava facilmente. A prova disto foi a bárbara reação de 1904, pela qual os menos culpados foram os mais punidos, ou seja, a massa popular revoltosa do Rio de Janeiro. Como tantas vezes ocorre, os principais responsáveis pela agitação e o golpe, pertencentes todos às classes privilegiadas, encontravam meios e modos de se desembaraçarem a baixo custo.

Em 1904 a incidência da varíola, que era constante no Rio de Janeiro, elevou-se subitamente. Até meados do ano haviam sido recolhidos ao Hospital S. Sebastião perto de 1.800 variolosos, devendo o número total de doentes ser muito maior, se contados os não-hospitalizados. A Saúde

Pública tinha estabelecido postos de vacinação na cidade, mas a população não os procurava. A solução única era a obrigatoriedade da vacina.

Na Europa, esta providência dera resultados convincentes. O mais brilhante exemplo era a Alemanha, onde a vacina obrigatória foi instaurada em 1875, determinando a extinção da varíola no país. Em 1888, a Itália seguira o exemplo alemão. A França, retardatária, sofrera as conseqüências do atraso, com grandes epidemias e milhares de mortos, até que, em 1902, resolvera também adotar a vacinação compulsória. O exemplo espalhara-se pela Europa continental.

Era, portanto, com a maior naturalidade, que Osvaldo Cruz preconizava uma legislação que impusesse, no Brasil, a medida que tão indiscutíveis resultados conquistara em outros países.

REVOLUÇÃO CONTRA A VACINA

Ao ser cogitada essa legislação, ninguém podia prever a tempestade que iria desencadear. Todas as pessoas razoavelmente informadas, médicos ou não, conheciam os aspectos negativos da vacina, mas sabiam perfeitamente que, nem por sombra, eram eles de molde a comprometer os seus aspectos positivos. Sabia-se que a imunização não era permanente e que, por isso, a vacina precisava ser repetida ao cabo de alguns anos. Sabia-se que, entre milhares de pessoas vacinadas, algumas poucas podiam contrair a varíola. Mas não ignoravam que, nestes casos excepcionais, a doença vinha branda e a mortalidade era mínima. Sabia-se que, como já ficou dito, em um ou outro caso raríssimo, a intolerância individual determinava reações perigosas. Mas, acima de tudo, sabia-se que o terrível espetáculo das epidemias mortíferas desaparecia fatalmente, com a adoção da vacina.

Causa, portanto, assombro, ao historiador contemporâneo, a reação irracional oposta à obrigatoriedade da vacina, no Brasil, por homens eminentes pela sua ilustração e situação social, movidos por leviana precipitação, por sectarismo cego, por ódios e frustrações: parlamentares como Rui Barbosa, Lauro Sodré, Barbosa Lima, Barata Ribeiro; jornalistas como Edmundo Bittencourt e Leão Veloso e militares como os Generais Olimpio da Silveira e Silvestre Travassos.

Ao governo faltou, por outro lado, desenvolver maiores esforços de persuasão. É verdade que os instrumentos de comunicação de massa, como o rádio ou a televisão, não existiam. O mais poderoso era a imprensa, e a imprensa fez, em geral, causa comum com a mazorca. Rodrigues Alves encontrou-se, naquele momento crucial, quase sozinho. Ele não ignorava que a solução da vacina obrigatória era a única indicada, sem alternativa. Seu mandato aproximava-se da metade e cumpria-lhe agir, mobilizando os instrumentos de que dispunha o governo: sua maioria no Congresso, seu pessoal administrativo, e, quando se fizesse necessário, sua polícia e sua força armada.

Foi o que fez, gradativamente, tomando medidas cada vez mais severas, à proporção que a situação ia se fazendo mais grave.

Toda a oposição que provocou, os ódios e desconfianças que despertou com o seu adesismo à República, a sua carreira vitoriosa dentro dela, a questão do Acre, a administração de Passos, a abertura da Avenida Central, a campanha da febre amarela, a eleição de Afonso Pena para vice-presidente, o seu orgulho de paulista, tudo se juntou na onda furiosa que quase o submergiu em 1904. Onda que arrastava de cambulhada os positivistas, os monarquistas, os republicanos históricos, os tradicionalistas, os militares, os agitadores temperamentais, os políticos despeitados ou marginalizados.

O analista desapaixionado de hoje (e não são raros, nos debates do tempo, os apelos ao historiador do futuro) reconhece que as medidas sanitárias encontrariam menor resistência se fossem tomadas com maior cuidado de persuasão. Mas não pode, também, deixar de reconhecer que havia muita má fé na resistência, que a ignorância era explorada pelo fanatismo ou a paixão, que o tempo urgia e que os meios de comunicação faltavam. A impressão final é a de que Rodrigues Alves, neste como em outros pontos do seu governo, chefiava uma verdadeira revolução no país, e que nenhuma revolução pode ser feita sem abalos e conflitos, nem vitoriosa sem lançar mão de recursos de exceção.

Vamos aos fatos.

Em 29 de junho de 1904 o Senador alagoano Manuel José Duarte, membro da Comissão de Saúde Pública do Senado, apresentou o Projeto nº 8, que instituía a vacina obrigatória, baseado na lei

alemã. O projeto era muito simples. Compunha-se de dois artigos. No artigo 1º estabelecia que “a vacinação e revacinação contra a varíola são obrigatórias em toda a República”. No artigo 2º dava poderes ao Executivo para regulamentar a lei, de acordo com os princípios que estabelecia.

Essa iniciativa encontrou, de imediato, viva resistência, por parte de prestigiosos membros da casa. Barata Ribeiro, republicano histórico, primeiro prefeito do Distrito Federal, homem de talento e preparo, médico e professor da Faculdade de Medicina, combateu o projeto na sessão de 5 de julho, com grande veemência. Orador de recursos, Barata Ribeiro era muito popular na cidade, que o elegera para a câmara alta. Conhecido pela sua campanha contra as anti-higiênicas habitações coletivas, os chamados “cortiços”, explorados como assunto de romance realista por Aluísio Azevedo (campanha que chegara a ser consagrada pela música popular), o republicano histórico e médico humanitário transformou-se em acusador impiedoso de Rodrigues Alves, a quem combateu, sem remissão, até o fim do quadriênio. Seu primeiro discurso contra o projeto é a medida das suas posições futuras, e da forma geral pela qual a campanha seria conduzida. Sem negar a utilidade da vacina, Barata Ribeiro insurgia-se contra a sua obrigatoriedade, por ele colocada no terreno da liberdade de consciência. Para o senador, resistir aos agentes da Saúde Pública era defender o lar invadido e a tranqüilidade doméstica conspurcada.²⁵ Chegou a declarar que, como chefe de família, far-se-ia matar, antes de permitir que os vacinadores entrassem em sua casa.

Prosseguindo a discussão de plenário, falaram, no dia 16, Lauro Sodré, contra, e Ramiro Barcelos, a favor. No dia 20 de julho, o projeto foi aprovado, contra os votos de 11 senadores. Alguns destes eram políticos hostis a Rodrigues Alves: Pinheiro Machado, Joaquim Murinho, Lauro Sodré, Metelo e Barata Ribeiro. Rui Barbosa, naquela primeira tramitação, não se manifestou. O senador baiano encontrava-se licenciado por dois meses, desde 23 de junho, em tratamento de saúde.

A partir de 18 de agosto, começou o projeto a ser discutido na Câmara dos Deputados. Ali também encontrou forte oposição. Entre os

25 Já vimos como esse argumento era invocado a propósito da campanha contra a febre amarela.

combatentes mais aguerridos estavam Brício Filho, pernambucano, que representava o Pará; o gaúcho Alfredo Varela e o grande orador que era Barbosa Lima.

No caso da vacina, Barbosa Lima, talvez a maior figura da Câmara de então, levou aos mais lamentáveis excessos sua oposição ao governo Rodrigues Alves, que já combatera na política externa e em outros setores, inclusive na própria Saúde Pública.

O andamento do projeto arrastou-se por dois meses e meio, tais os obstáculos criados pelos opositores, que lançavam mão de todos os recursos. O propósito era chegar ao fim da sessão legislativa sem que a lei pudesse ter sido sancionada. As discussões sucediam-se, passando de animadas a monótonas, pela repetição dos mesmos argumentos. Estes eram, fundamentalmente, de dois gêneros. Ou contestava-se cientificamente a eficácia da vacina, ou impugnava-se o seu caráter obrigatório, como atentado contra a liberdade de consciência.

Quando se passou à fase de votação, tornou-se evidente que não seria possível vencê-la, se fossem votadas as emendas, que eram mais de 100, uma por uma. A maioria adotou, então, o sistema regimental de votação em globo, o que foi feito, mas provocou furiosas invectivas dos adversários do governo, tanto no momento quanto depois, nos debates do estado de sítio.

Serviu muito à vitória final do governo um jovem deputado mineiro, que começava a se destacar no meio federal. Seu nome era Venceslau Brás e exercia a liderança da casa.

Faltava apenas a regulamentação prevista na lei. E foi essa regulamentação o pretexto para o movimento de 14 de novembro, o qual, de fato, já vinha sendo preparado havia muito.

Os indícios dessa conspiração eram claros.

Em janeiro de 1904, quando da votação do Tratado de Petrópolis na Câmara, o Deputado gaúcho Alfredo Varela fez, da tribuna, este apelo franco à revolução:

“O povo brasileiro, no qual noto maravilhosa disposição para a luta, espera que surja um elemento coordenador. E ele há de surgir fatalmente [...]. E, no dia da procela, serão inúteis todos os esforços e precauções do governo, porque, mais que o espírito de revolta que domina todo o país, os

seus próprios erros o despenharão no abismo. A obra de desmoronamento está sendo feita pelo próprio governo. O orador não precisa conspirar, portanto. Confessa, entretanto, que, se estivesse em seu poder, não hesitaria em chegar fogo à mecha.”

O deputado que assim falava em janeiro foi um dos chefes ostensivos da revolução de novembro. Embora se haja destacado na hora da luta, escondeu-se depois dela, abandonando os companheiros.

Varela tinha tomado parte na revolução federalista, sustentando Castilhos e Floriano, com o que recebeu as honras de coronel do Exército. Fora diretor da *Federação*, o jornal de Júlio de Castilhos. No Rio foi também jornalista, tendo participado da fundação do *Comércio do Brasil*, jornal amparado pelos monarquistas,²⁶ com redatores do porte de Andrade Figueira, Afonso Celso e Cândido de Oliveira, todos membros do diretório restaurador. O Visconde de Ouro Preto era outro protetor do mesmo jornal, e denunciou o chefe de Polícia, Cardoso de Castro, por ter violado correspondência sua, pedindo recursos para o *Comércio do Brasil*.

Contraditório e inconseqüente, de republicano ardoroso, florianista que lutou contra o liberalismo monárquico, não vacilou em aproximar-se dos monarquistas mais intransigentes, por ambição pessoal. Sua trajetória na Câmara, onde permaneceu de 1900 a 1905, não foi, tampouco, isenta de incidentes pouco recomendáveis.

Em 1903, já conhecido como exaltado, Varela envolveu-se em discussões escandalosas com os Senadores Barata Ribeiro e Vicente Machado. Este último endereçou-lhe ataques pessoais de extrema violência, a ponto da vergonhosa discussão servir de alvo à sátira dos caricaturistas.

Em julho de 1904, o Deputado Varela, em companhia de outras pessoas, retirou um detento, violentamente, das mãos da autoridade policial. O chefe de Polícia solicitou à Câmara permissão para processá-lo, e Rodrigues Alves empenhou nesse pedido a autoridade do governo. Levantou-se uma onda de protestos na imprensa e na Câmara, mas a licença foi concedida a 18 de julho, por 106 votos contra 32, tendo se

26 Possivelmente o nome fosse inspirado no do *Comércio de S. Paulo*, jornal monarquista de Eduardo Prado e Afonso Arinos.

destacado pela primeira vez, em defesa do governo, o jovem Deputado mineiro Carlos Peixoto, e, no ataque, o Deputado Barbosa Lima. Na sessão do dia 20, Alfredo Varela e o seu patrício Germano Hasslocher envolveram-se em um dos mais vergonhosos bate-bocas a que já assistiu a Câmara brasileira. Houve incursões na vida particular de lado a lado e acusações de estelionato, furto e exploração de mulheres.

Parece que o representante gaúcho tomara-se de especial ojeriza pelo presidente, em consequência do levantamento das suas imunidades parlamentares. Para completar o ligeiro perfil desse homem vaidoso, hoje completamente esquecido, recordemos ainda um aspecto da sua personalidade. Interessado na Guerra dos Farrapos, recolheu a respeito enorme documentação, com a qual escreveu uma *História* em numerosos volumes. O livro de Varela é riquíssimo em documentos mas “intragável” (a expressão é de Augusto Meyer), por causa do seu inabordável estilo. No governo de Afonso Pena, em 1908, Varela foi nomeado cônsul de 2ª classe, tendo se aposentado como cônsul-geral, muitos anos depois.²⁷

Homem de outro nível era, sem dúvida, Barbosa Lima. Republicano histórico, foi uma das mais impressionantes figuras da Primeira República, com ela se identificando desde a ascensão, em 1889, ao declínio, no governo de Artur Bernardes. Barbosa Lima surgiu moço, com a República, enchendo-a de rumor e glória com a sua eloquência, sua bravura, sua personalidade às vezes chocante, pelo contraste de atitudes. Havia em Barbosa Lima traços de autoritarismo militar e positivista (ele foi um pouco dessas duas coisas) e de liberalismo anárquico e socializante (coisas que ele também foi). Todas essas inspirações culturais giravam vertiginosamente dentro de um ebuliente talento, servido por formidável eloquência.

Não se pode procurar coerência, nem orientação construtiva, no pensamento de Barbosa Lima. O mesmo, no entanto, não pode ser afirmado quanto à sua conduta moral. Nisto ele foi impecável, e daí vem a lição verdadeira da sua vida. Se as idéias e as atitudes políticas de Barbosa Lima sofreram constantes desvios e se desmentiam umas às outras, muito em prejuízo do país e dele próprio, moralmente

27 Lembro-me de haver encontrado Alfredo Varela em Roma, creio que em 1925, de cabelos ruivos, talvez pintados, e óculos negros.

nunca se abateu nem se traiu. Foi uma consciência livre, em luta permanente com o poder. Foi, especialmente, um pioneiro na maneira de encarar os problemas do povo na sua realidade social. Daí a sua fraseologia meio comtista e meio socialista, sobre os direitos do proletariado, com os quais tantas vezes se identificou.

Havia, naquela geração, outros intelectuais que manifestavam de público inclinações socialistas. Em dezembro de 1903, Alcindo Guanabara fundou *A Nação*, jornal que se dizia “socialista, nacionalista e protecionista”. Desenhistas de sucesso, como Raul Pederneiras e Calixto Cordeiro, desde aquele mesmo ano assinavam trabalhos de exaltação ao operário e de crítica ao patrão, representado, às vezes, como burguês ventruado e insensível. Sempre em 1903, no mês de novembro, houve uma manifestação de operários da Central do Brasil, com a presença e a palavra de Barbosa Lima. Calixto Cordeiro (Klixto) dedica ao fato um desenho, no *O Malho*, no qual aparecem os trabalhadores e o barbudo Barbosa Lima, sob as vistas preocupadas de “burgueses” (com esta designação) bem vestidos e nédios. Os traços esboçados do caráter de Barbosa Lima explicam a sua presença incendiária nas desordens de rua do mês de novembro de 1904. Outra razão também a explicaria.

De fato, segundo Dantas Barreto, na sua obra *Conspirações*, Barbosa Lima, Alfredo Varela e Lauro Sodré constituiriam a Junta ditatorial, caso a revolução fosse vitoriosa e pudesse ser instalada a ditadura, com que sonhavam os seus aderentes mais radicais.

Barbosa Lima²⁸ colocava-se entre os políticos que não distinguiram fronteira entre oposição e revolução. No tocante à gestão de Rio Branco, ele era dos que consideravam catastrófica a “cessão de território” contida nos arranjos do Tratado de Petrópolis. E sabemos como este caso serviu de pretexto ao radicalismo dos inimigos do governo, até o ponto de suscitar a idéia do atentado pessoal contra o presidente.

Elemento de peso na oposição à obrigatoriedade da vacina foi o positivismo, corrente religiosa e filosófica ainda então representada pela geração de fundadores da República, discípulos diletos de Benjamim Constant. Na Constituinte de 1890, os positivistas tinham tomado posição

28 Lembro-me bem de Barbosa Lima, velho e desanimado, na crise de 1922, quando freqüentava a nossa casa de Copacabana. Meu pai o indicara como árbitro de Artur Bernardes, no caso das cartas falsas.

contra a vacina obrigatória, enviando, a respeito, um memorial à assembléia. Daí por diante fundamentavam-se em argumentos de ordem científica e filosófica. Cientificamente, negavam validade à descoberta de Jenner, e sustentavam que a inoculação do vírus preventivo poderia trazer resultados funestos à saúde do paciente. Filosoficamente, a imposição da vacina pelo poder público era, para os positivistas, uma violação da liberdade de consciência, garantida pela Constituição. Com a aplicação, o zelo e a energia habituais, os discípulos de Comte lançaram-se à luta, imprimindo folhetos, inserindo colaborações nos jornais e instruindo os adeptos da seita nos diferentes campos de atividade. O respeito que merece a conduta moral dos positivistas faz esquecer, de hábito, os males que a seita causou ao Brasil, em várias ocasiões.

No mês de julho, o médico legista da Polícia, Cunha e Cruz, positivista, firmou o atestado de óbito de uma mulher, no qual dava, como *causa mortis*, septicemia, em consequência da vacina. Os jornais hostis ao governo exploraram logo o caso, e Barbosa Lima glosou-o com lamentável excesso na tribuna, o que levou Osvaldo Cruz a protestar, depois de examinar pessoalmente o cadáver, dizendo que o atestado era falso e o médico, positivista. Teixeira Mendes, o grande apóstolo da Igreja, escreveu repetidas vezes contra a lei da vacina.

Naquele meado do ano, a campanha tornou-se mais agressiva e demolidora. O governo era atacado impiedosamente pelos grandes diários: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*. Os boatos de revolução fervilhavam. Em junho, Seabra escreveu a Barbosa Lima, advertindo-o do que sabia a respeito de seus manejos. Em agosto foram espalhados boletins que apregoavam abertamente a revolução, em nome dos positivistas, espíritas e homeopatas. Isto não teria muita importância, se a Polícia não estivesse no encalço de coisa muito mais séria: a conspiração militar, que conduziria Lauro Sodré, se vitoriosa, à chefia da Junta do governo revolucionário.

Lauro Sodré representava, pela sua formação, as tendências predominantes da mentalidade republicana de 1889. Oficial do Exército, homem honrado, foi aluno, na Escola Militar, de Benjamim Constant, tornando-se positivista. Era também maçom, tendo atingido a dignidade suprema de grão-mestre da Maçonaria brasileira. Republicano histórico, conservou até o fim da vida (faleceu quase nonagenário, em 1944) uma

espécie de exaltação mística pela República, como se vê em um trabalho que escreveu, já velho, para o Instituto Histórico, sobre a proclamação de 15 de novembro e seus antecedentes. Nesse estudo, Lauro Sodré defendeu exaltadamente a participação dos militares na vida política. Sobre tais elementos, deve-se concluir pela sinceridade de Lauro Sodré ao querer instalar uma ditadura militar republicana, sob sua chefia.²⁹

Logo após o 14 de Novembro, *A Tribuna*, jornal de Antônio Azeredo (cujo conhecimento da política republicana era sobretudo experimental), publicou um relato das atividades conspiratórias de Lauro Sodré.

Segundo *A Tribuna*, o senador paraense, no final do governo de Campos Sales, coordenou uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul, cujo propósito era evitar a posse de Rodrigues Alves. Chegou-se até a marcar a data do movimento, que seria 4 de novembro de 1902, tendo como foco a Escola Militar do Rio de Janeiro.

Também se havia cogitado de um atentado a dinamite contra o trem que devia trazer Rodrigues Alves para a posse na presidência. Um cadete seria incumbido disso. Tendo falhado tudo, tentaram as conspirações revolucionar o país a propósito do Acre. Finalmente, em 1904, chegavam à sedição, promovendo as desordens no Rio de Janeiro, o movimento popular do “quebra-lâmpião”.

Pouco antes, o próprio Lauro Sodré anunciara, por assim dizer oficialmente, os seus desígnios.

Em longuíssimo discurso, pronunciado no Senado na sessão de 1^o de setembro, depois de referir-se à “mentira legal que está fingindo de República”, declarou que o povo era “vítima da lei” e, aludindo às obras do governo, vaticinou que também “a picareta da demolição passará sobre todas estas ruínas [da República] para que, por cima delas, possa ressurgir alguma coisa de novo”.

Quando a lei da vacina passou no Senado e começou a tramitar na Câmara, a conspiração adquiriu grande alento. As correntes que dela

29 Lauro Sodré, segundo parece, continuou preso à idéia de revolução. A 3 de março de 1906, Rodrigues Alves anota: “Vi ontem uma carta de Câmara Leal [Gastão], de Taubaté a meu filho Francisco [...]. Diz que é preciso não perder de vista Lauro Sodré que trama nova revolução, de acordo com a Maçonaria, para instalação de uma ditadura no país.”

participavam era inconciliáveis, o que retirava, de início, à revolução projetada, qualquer programa coerente e qualquer possibilidade de criação de um governo que a representasse. Isto não quer dizer, contudo, que o governo não pudesse ser derrubado por ela, como quase foi, nem que uma ditadura não pudesse ser instalada em lugar dele, como esperavam os seus chefes. O que se afigura impossível, ao historiador de hoje, é que tal ditadura pudesse durar. A irradiação do movimento para fora do Rio, embora existisse, era muito pequena, e não poderia dominar os governos estaduais naquela federação vigorosa. A federação evitaria fatalmente a ditadura. Mas os líderes, arrastados pelo movimento, não pensavam provavelmente nisso.

A ação revolucionária desenvolvia-se em atividades convergentes, coordenadas por pequeno grupo, cuja tarefa era auxiliada pela zoeira irresponsável na imprensa e no Congresso. O apoio popular à revolução em preparo tornava-se evidente pela repulsa que o povo começou a oferecer à vacina voluntária. Os postos de vacinação da Saúde Pública registraram 23.021 pacientes em julho e só 6.036 em agosto. A massa ignorante, explorada pelos demagogos, acreditava nos exploradores. A 5 de novembro foi convocada, por meio de boletins lançados ao povo, uma reunião no Centro das Classes Operárias, a qual foi presidida por Lauro Sodré. No violento discurso que pronunciou, o senador carioca apelou claramente para a revolução, destinada a defender a liberdade do povo, ao que dizia, mas preparada para fazê-lo ditador, segundo ele esperava. Barbosa Lima falou contra os antigos escravocratas, o governo de conselheiros e barões. Ele não desejava envolver-se na campanha fora da Câmara. Mas (a informação é de Rodrigues Alves) convidado a comparecer ao Centro Operário, não resistiu à pressão do ambiente e aos grandes aplausos que, de indústria, lhe faziam e abriu as comportas do seu verbo.

O estopim maior foi aceso com a publicação pela *A Notícia*, vespertino do Senador Azeredo dirigido por Oliveira Rocha, do esboço de regulamento da lei aprovada, preparado por Osvaldo Cruz. Como decreto regulamentar, o texto escapava à aprovação do Congresso, e foi apresentado como ato ditatorial do Executivo.

Sempre confinado na sua visão de técnico, desprezando a popularidade e os seus arautos na tribuna e nos jornais, Osvaldo Cruz havia redigido um regulamento capaz de fazer com que a lei atingisse o seu fim,

isto é, obrigasse à vacinação maciça em seis meses. Tinha que ser muito severas as normas que a tanto se destinassem. Coagiam, praticamente, a população a fazer desde logo aquilo que muitos lhe diziam ser, ou um perigo mortal, ou um desrespeito às famílias. A falta de experiência política de Osvaldo Cruz levou-o, aqui, a cometer grave erro tático.

O estrondo provocado pela publicação não podia ser maior. Subiu a agitação ao paroxismo. De nada valeram as declarações moderadoras de Seabra, afirmando que o esboço seria examinado, modificado e atenuado. O povo começou a se concentrar nas praças, espontaneamente, sobretudo nos Largos do São Francisco e do Rossio, defronte ao Ministério da Justiça, onde agitadores usavam da palavra. A polícia montada passou a dispersar os comícios. Os conflitos surgiram.

Naqueles dias de novembro, o ambiente da Câmara era pré-revolucionário. A 9, Varela e Hasslocher envolveram-se em discussões, com desafios para desforço físico. Varela arrotava valentias. Era evidente que a situação, chegada a tal ponto, não poderia encerrar-se pacificamente.

O mentor popular, escolhido pelos cabeças do movimento, foi o Professor Vicente de Sousa, lente de Lógica no Externato Pedro II, que dispunha de certo prestígio no meio operário e, também, na malta de desordeiros recrutada adrede para a mazorca. O Rio de Janeiro passou a viver dias transidos e aflitos. Bandos de facínoras e prostitutas juntavam-se a vagabundos e agitadores industriados (grupos populares cada vez maiores auxiliavam a desordem). No dia 7 de novembro, o *Comércio do Brasil*, que era o leito do conúbio da mazorca com o trono, apelou abertamente para a revolução. Os constantes apelos à desordem sensibilizaram as camadas mais profundas do povo duramente experimentadas pelo governo inflexível de Campos Sales.

O *Correio da Manhã* era um foco de incêndio. Certos jornais começavam a reagir contra os excessos. Sodré era advertido de que, como senador e oficial do Exército, não podia pregar revolução. Mas, fosse pela ambição da ditadura, fosse pela impossibilidade de voltar atrás, o senador não ouvia os conselhos de moderação.

A revolução dividiu-se distintamente em duas partes: uma popular, na qual o governo foi impotente por três dias; outra militar, que durou uma só noite e de que o governo saiu vencedor.

A primeira parte transcorreu entre 11 e 14 de novembro, quando as forças da ordem foram submergidas pela malta desenfreada e o governo perdeu o controle da cidade. A Câmara funcionava sem número, pois os deputados, temerosos, lá não iam. Trabalhadores amotinados, capangas assalariados, capoeiras e vagabundos pareciam tomar conta da cidade. A população entrava em pânico.

Deslocando-se rapidamente de um para outro ponto da cidade, de forma a desnortear e cansar a polícia (cujos meios de transporte e comunicação não eram os de hoje), grupos decididos queimavam bondes, destruíam candeeiros de iluminação, invadiam casas comerciais e tentaram assaltar o gasômetro, além de quartéis e depósitos de armas. O comércio fechou. O Rio ficou paralisado. Houve mais de 20 mortos. Era evidente que a polícia não mais continha a anarquia. Só as forças regulares poderiam fazê-lo, mas estas não tinham ordem de intervir.

No movimento direto de rua, dois indivíduos representavam os monarquistas: o Deputado Varela e o arruaceiro Pinto de Andrade, de fama naquele tempo e depois, até o governo Hermes.³⁰

A participação dos monarquistas, negada em discursos no Congresso, não se apresentava apenas através do *Comércio do Brasil*. Os excelentíssimos conselheiros do Império, ulcerados com o ostracismo republicano, entraram de rijo na conspiração. Isto ficou demonstrado pelas cartas de João Alfredo à Princesa Isabel,³¹ principalmente a de 2 de maio de 1905, da qual constam os seguintes trechos:

“Os jacobinos e positivistas do Lauro Sodré tiveram o poder de atrapalhar e empatar a obra séria e boa. Ou se lhes dava a ditadura a seu modo e para os seus fins, ou eles sustentariam a República, a pior que fosse, sempre preferível à Monarquia [...].

30 Pinto de Andrade, nome hoje completamente esquecido, foi famoso como capanga e cabo eleitoral. Avistei-o, velho, no Grande Hotel de Belo Horizonte, chorando as glórias passadas e armando pedidos de dinheiro ao governo de Minas.

31 Publicadas por Pedro Moniz de Aragão.

Na véspera do 14 de Novembro, veio ter comigo o Deputado Varela. Formulei para base da negociação esta alternativa: imediata restauração da Monarquia [...] ou consulta leal à nação. Aludindo eu à obstinação do Lauro, respondeu o Varela que o seu amigo estava muito modificado; mas não veio mais à fala, sinal de que a ditadura, com um programa de fazer medo, continuava a ser condição essencial e absoluta. Foi isto o que perdeu o movimento, disse o Coronel Jacques Ourique”.³²

João Alfredo supunha contar, para as suas ambições restauradoras, com o General Olímpio da Silveira que, segundo se dizia, entraria na junta de governo. Diz o signatário da Lei Áurea:

“Senti muito não ver o General Silveira. Ele estava tão cerradamente espiado, que não pôde vir à minha casa, como desejava, e eu, por minha parte, também vigiado, não podia andar só e agilmente iludir a polícia.”

Prossegue João Alfredo:

“Sei que o general, teimosamente importunado para ouvir a pretensão do Lauro, recusou-a. Ofereceram-lhe o nome do General Travassos, e ele evadiu a proposta.”

O General Silveira, como se verifica, não quis colaborar no golpe, desde que fosse para elevar Lauro a ditador. Veremos que Travassos aceitou o papel, e isso lhe foi fatal.

Além dos cardeais do sebastianismo, que faziam parte do *Comércio do Brasil*, deve-se lembrar que o Conselheiro Cândido de Oliveira, em 1905, denunciou Rodrigues Alves por crime de responsabilidade, em virtude do estado de sítio. Os monarquistas não perdoavam ao velho correligionário.

A confusão que reinava nas ruas propagava-se também entre os elementos do governo. As forças do Exército não pareciam dispostas a obedecer, nem aos comandantes de corpos nem ao próprio ministro da Guerra. Generais e outras patentes chegaram a reunir-se, no Clube Militar,

32 Jacques Ourique, republicano da propaganda, muito em evidência no governo de Deodoro. Exilado por Floriano.

com a presença de líderes da revolta, a fim de assentarem o plano do movimento assim concertado: Lauro Sodré e o General Silvestre Travassos promoveriam a rebelião da Escola Militar da Praia Vermelha, cujo comando seria assumido pelo segundo. A Escola de Realengo seria levantada pelo Major Agostinho Gomes de Castro e pelo Capitão Antônio Augusto Mendes de Moraes, e, em marcha para a cidade, se uniria ao 20º Batalhão de Infantaria e ao 5º Regimento de Artilharia do Campinho.

As duas colunas, a da Praia Vermelha e a dos subúrbios, fariam junção nas proximidades do Catete, de onde exigiriam a renúncia do presidente da República, assumindo o governo, com poderes ditatoriais, Lauro Sodré.

Tomaria o comando do Realengo o General Marciano Botelho de Magalhães, irmão de Benjamim Constant. Marciano fora o jovem oficial que assegurara o levante da Escola Militar, no dia da proclamação da República. Pensava, assim, repetir, no fim da carreira, os sucessos do seu início. Lauro Sodré, no estudo já referido sobre o 15 de Novembro de 1889, alude com admiração à ação de Marciano naquela oportunidade. Isto parece indicar claramente o propósito da missão atribuída a ele em 1904. Desta forma, os velhos companheiros positivistas juntavam-se de novo para tentar outro golpe, não contra a Monarquia, mas contra a República.

Rui Barbosa, em discurso no Senado, proferido a 16 de novembro, dá a versão que lhe chegou, no dia mesmo dos acontecimentos. Ouviu-a a “um vizinho” que, doente, o chamara em casa para relatá-la.³³ A informação desse vizinho provinha diretamente da Praia Vermelha. Era – disse Rui – “um movimento deliberado a se apoderar imediatamente do governo, substituindo-o por uma Junta governista de três membros, dois dos quais são o General Olímpio da Silveira, com a chefia, e o General Travassos.³⁴ Contam com a guarnição. Esperam que a Marinha não desembarcará. As posições estão distribuídas. É um fato consumado.”

33 Possivelmente o Deputado baiano Augusto de Freitas, que morava na rua S. Clemente, quase defronte à casa de Rui.

34 Como se vê, Sodré e Barbosa Lima não eram mencionados nesta versão. Provavelmente os conspiradores acenavam a vários oficiais, com a promessa de instalá-los no governo, a fim de obterem o seu apoio.

Mas as coisas não foram tão simples como haviam sido dito a Rui. No Realengo, o Major Gomes de Castro, incumbido de levantar a Escola e entregá-la ao General Marciano, foi preso pelo comandante da mesma, General Hermes da Fonseca,³⁵ com auxílio dos alunos. Pinto de Andrade, que acompanhava o major, foi preso, espancado e ferido com um tiro.

Na Praia Vermelha, Sodré, Varela e Travassos foram bem sucedidos. Ali, seguindo as ordens daqueles três, a Escola sublevou-se, destituindo o comandante, General Bibiano Costallat, e entregando o comando ao General Travassos, que logo a organizou como força de combate. O número de alunos insurretos orçava por trezentos, e ao General Costallat foi permitido retirar-se livremente, o que fez, acompanhado por alguns poucos alunos legalistas, entre os quais se encontravam dois que tiveram brilhante carreira no Exército: os futuros generais Castro Júnior e Leitão de Carvalho.³⁶

Enquanto isso, Rodrigue Alves em pessoa, enleado no ceticismo de uns e na covardia de outros, preparava, no Palácio do Catete, a resistência.

Nada melhor, para a descrição dessa noite de agonia, em que o presidente da República defendeu com simplicidade e bravura o posto que o povo lhe havia entregue e a ordem civil da República, do que transcrever o texto do curioso documento em que Rodrigues Alves fixa, logo depois dos fatos, a sua lembrança. Trata-se de um caderno de papel almaço, escrito a lápis, em cursivo apressado e forma singela, provavelmente notas para ulterior desenvolvimento. É a seguinte a narrativa de Rodrigues Alves:

35 A ação de Hermes, no episódio, valeu-lhe a gratidão pública do governo e os maiores encômios de Rui Barbosa, no referido discurso de 16 de novembro. Foi a resistência do Realengo que colocou em foco o nome do futuro presidente. Rodrigues Alves, mais tarde, dá versão diferente do episódio.

36 O General Estêvão Leitão de Carvalho foi um exemplo raríssimo de fidelidade à disciplina. Morto quase nonagenário, com as honras de marechal, nunca aderiu a nenhum movimento revolucionário, dos numerosos a que assistiu de perto. Colaborador e amigo de meu pai, meu amigo também, desde a adolescência, é justo que aqui deixe eu um preito de admiração a Leitão de Carvalho.

“1904

Movimentos de novembro

A lei da vacinação obrigatória produziu um sério movimento nesta capital. O grupo dos positivistas, auxiliados pelos operários, chefiados pelo Dr. Vicente de Sousa e pela imprensa perversa, conseguiu levar ao máximo de exaltação o espírito de desordem e de anarquia. É difícil descrever as cenas que se deram nesta capital e imaginar o número de desordeiros e desclassificados de toda a espécie que surgiram aqui nos dias de novembro de 1904, quebrando lampiões, destruindo casas, apedrejando transeuntes, virando e queimando bondes, ferindo e matando inocentes transeuntes. Era principalmente no clube dos operários, que a agitação se preparava. Vicente de Sousa, Lauro Sodré, Varela (Alfredo), Barbosa Lima eram os principais agentes da desordem. Diz-se que Barbosa Lima sempre se negou a comparecer ao clube, mas que, contando-se com o seu temperamento impulsivo, foi feito vice-presidente, exatamente com o propósito de obrigar a comparecer para tomar posse, e então seria forçado a falar e não se conteria. Efetivamente assim foi. Compareceu a uma das sessões e fez um discurso violentíssimo, de que os jornais deram, propositalmente, uma idéia pálida. Quando viu os operários suficientemente exaltados, afirmou que o exército estaria com eles, para encorajá-los. No fim de uma destas sessões, encaminharam-se à noite para o Catete e postaram-se em frente, com ânimo manifestamente hostil, mas se contiveram, porque houve prevenção e quase ao mesmo tempo que o magote chegou uma força de cavalaria, que formou em frente do palácio. Retiraram-se murmurando. Via-se bem que havia propósito de sair do terreno pacífico, pois os oradores do clube diziam com arrogância que era preciso levar tudo à bala. À bala foi mesmo a epígrafe de um dos artigos do jornal de Varela, que reapareceu para animar a desordem.

As coisas foram caminhando assim até que a 14 de novembro atingiram ao máximo de intensidade, explodindo de modo violento e selvagem. Foi um dia de grandes apreensões o 14 de Novembro. Desde cedo que se notava muita inquietação, mal-estar e sustos. Os boatos mais desencontrados começaram a aparecer, sendo certo que, desde dias anteriores, mumuravam-se coisas muito sérias. A polícia estava informada dos movimentos de opinião, mas no quartel-general havia credulidade completa, ou pelo menos, não havia desconfianças sérias. Quando almoçava, meu filho foi me comunicar que o General Olímpio da Silveira perguntava pelo telefone se eu podia recebê-lo. Depois de um momento de hesitação, respondi que sim, e, efetivamente, daí

a 10 minutos fui avisado de que aquele general havia chegado ao palácio. Disse-ram-me que viera em um carro da polícia, que lhe foi cedido pelo General Piragibe.

Desci para recebê-lo e comecei a escrever alguma coisa quando entrou o general. Fi-lo sentar-se na cadeira à minha esquerda e continuei a escrever, perguntando-lhe por sua saúde, achando-o mais magro de que a última vez que o vi. Procurava assim acalmar-me e dar-lhe também tempo para se orientar. O general vinha à paisana. Começou, em termos respeitosos, a falar nos movimentos, na agitação das ruas, no receio de maiores desordens e que tomou a responsabilidade de procurar-me para ver se havia um meio de acomodar os ânimos, pois ele receava que as escolas saíssem. Não pude, depois da conferência, certificar-me se ele deu a entender que desejava como meio de acomodação a retirada do doutor Seabra do ministério. Tenho como certo que nada chegou a dizer e meu filho, que ouvia a conversa da porta do seu gabinete, diz que ele nada dissera a tal respeito. Quando falou na possibilidade das escolas saírem, interrompi-o para dizer que o governo estava de tudo informado e preparado para manter a ordem e que manteria, saíssem ou não as escolas. Falei com vigor e energia para impressioná-lo, o que penso haver conseguido. Disse-lhe que devia aconselhar os seus amigos e camaradas para que não se excedessem e, ao retirar-se, sendo a minha resolução de manter a ordem, custasse o que custasse, disse que já aconselhar aos seus companheiros e que no meu lugar, não teria conduta diferente.³⁷ Retirando-se, fiquei muito preocupado com a ousadia de um oficial que, em tal situação, procurava o presidente da República não para se pôr às suas ordens, mas para indicar acomodações, e isto à paisana, embora falando com o devido respeito ao seu superior. Externei estas impressões ao doutor Seabra e incumbi o Chefe de Polícia de levá-lo ao ministro da Guerra, procurando-o imediatamente. O doutor Cardoso de Castro voltou, sem muita demora; deu-me conhecimento da conversa que teve com o Marechal Argolo, afirmando-me que no quartel-general não se acreditava em movimento. E o senhor, que impressões tem? perguntei-lhe eu. Eu estou muito apreensivo, respondeu-me. Pois continue vigilante e vá cumprindo com o seu dever, que havemos de vencer todas as dificuldades. À tarde, perguntei ao General Glicério se conhecia o General Travassos e pedi-lhe que o procurasse para lhe dizer que estava jogando muito com o seu nome, que se dizia envolvido nos movimentos.

37 De fato, em nota posterior, tomada em 1906, Rodrigues Alves recolhe a informação que lhe chegara de que, depois da entrevista com o presidente, o general Olímpio da Silveira tentou convencer os chefes conspiradores a desistirem do movimento, mas não conseguiu.

*Desenho de O Malho, descrevendo a revolta de 14 de novembro, no momento em que ficou ferido o
General Travassos. Coleção Alvaro Cozzim*

Era meu intuito, prevenindo-o, saber do que se passava. Glicério não o encontrou, e, pouco depois de sair do palácio, fui informado de que Travassos passava num bonde com Lauro Sodré para o Catete; iam naturalmente para a escola.

Não contente com o resultado da incumbência que dei ao Chefe de Polícia e, continuando os meus sustos, mandei o General Aguiar³⁸ ao quartel-general conversar com o Marechal Argolo sobre o caso do General Olímpio. Ponderou-me nessa ocasião o General Aguiar se não achava conveniente que ele sugerisse ao ministro da Guerra a idéia de convocar os generais para expor-lhes a situação e pedir que estivessem vigilantes. Respondi que nada lhe dizia a tal respeito porque era esse o dever dos generais, que não podiam estar à espera de convites de qualquer natureza e acrescentei: O senhor é oficial superior, faça o que entender com a idéia sugerida. Saiu o General Aguiar, e, voltando, disse-me que o ministro não tinha achado boa a sua indicação, e, referindo-me a conversa que com ele ministro teve, ainda não fiquei satisfeito e pedi que o chamasse pelo telefone. Estava jantando com várias pessoas quando chegou o Marechal Argolo. Fi-lo sentar-se a meu lado e conversava muito cheio de apreensões. Perguntei-lhe se confiava no comandante da escola, a militar; disse-me que sim.³⁹ Quis saber se havia conversado com o General Costallat, o que este lhe havia dito, quais suas palavras e acabei pedindo que o mandasse aqui para conversar comigo. Saiu o Marechal Argolo e instantes depois chegou meu filho e disse-me ao ouvido que acabava de chegar um oficial que informava que o General Travassos havia assumido o comando da escola, depondo Costallat e que os alunos se preparavam para sair. Levantei-me bruscamente da mesa e corri para ver se encontrava ainda o ministro da Guerra, que, recebendo igual comunicação, tinha saído já para o quartel-general.

O ministro da Marinha tinha vindo a meu chamado e me esperava na sala dos despachos. Combinei com ele o movimento de suas forças, mandando as de terra para o palácio e acendendo fogos a todos os navios disponíveis. Felizmente estavam de prontidão a brigada policial, o corpo de bombeiros e a infantaria da Marinha. Todos tiveram ordem de vir para o Catete. O doutor Seabra recebeu aviso pelo telefone e veio imediatamente. Eram cerca de oito horas da noite.

Em pouco tempo estacionaram em frente ao palácio as referidas forças. Era uma noite escura e lúgubre, os lampiões apagados davam má impressão. O palácio ficou guardado em todas as direções e a maior vigilância se fazia entre os Largos da

38 Francisco Marcelino Sousa Aguiar.

39 O comandante era o general Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat.

Glória e Machado. Parecia o palácio uma praça de guerra, o movimento de armas, a abertura de caixões de munições, as ordens de vigilância davam-lhe esse caráter.

Havia muita gente na sala dos despachos, onde me conservei. Quando apareceu o Coronel Pedro Paulo, que vinha comandando cento e tantas praças do exército,⁴⁰ as opiniões se dividiram sobre sua bravura, a maior parte tinha opinião que não era homem para tal empresa. Quando veio o General Piragibe, o movimento foi melhor. Este general foi incumbido de comandar as forças, que partiram um tanto em desordem. Era grande a apreensão. Dizia-se que da escola partiram 1.000 homens, entre alunos, militares e civis e foi com grande ansiedade que se esperaram os acontecimentos.

Correu, de repente, a notícia do encontro das forças em Botafogo e a retirada⁴¹ das nossas, tendo havido tiroteio. Em verdade apareceu daí a pouco na sala o Coronel Pedro Paulo, e, de pé na porta de entrada, disse, com ar espantado, que a sua força havia debandado. Instantes depois, veio o General Piragibe dizendo, com o mesmo ar daquele, que a sua força debandou e que se queriam que ele combatesse, dessem-lhe soldados e boas armas. Foi indescritível a cena que se seguiu. Pensei que as forças haviam sido destroçadas e que a escola aí vinha sobre o palácio. Houve um momento de pânico, do qual eu mesmo participei. De todos os lados aconselhavam-me que saísse; que fosse organizar a defesa no mar; que era honroso isso; que não devia sacrificar o governo e as instituições. Era essa a voz geral, parecia o sentimento de todos. Já eu havia reassumido a calma, passado o mau momento. Chamei um de meus filhos, mandei ver se convenia às irmãs a saírem do palácio para qualquer parte em uma das lanchas que existiam nos fundos do palácio, e, cumprindo esse dever, readquiri toda a minha presença de espírito, declarando que não sairia e que o meu lugar era aqui, que tínhamos elementos para combater com êxito, e, animando a todos, dei ordem para que se movessem, falei a todos que saíssem para animar os soldados. A coragem foi voltando; as providências começaram a ter ordem; as barricadas de defesa foram em andamento, e, em breve, estávamos preparados para qualquer encontro, porque começaram a chegar forças do exército. Cerca de duas horas começou a circular o ferimento de um general – era recado do Afrânio⁴² do hospício, depois

40 Sublinhado no original.

41 Sublinhado no original.

42 Afrânio Peixoto, na época médico do Hospício da Praia Vermelha. Testemunha dos fatos, Afrânio relatava-os, pelo telefone, para o Catete.

que a escola voltava em debandada; mais tarde do País davam notícias e pediam que se mandassem alguém lá para trazê-las. Foi um oficial, que as trouxe. Dei ordem ao ministro da Marinha para dar uns disparos e às 2 horas o Deodoro deu 2 tiros de canhão e recomendei que sobre a madrugada atirasse sobre a escola para fazê-la render-se.

As notícias foram se tornando claras. Travassos ferido, Lauro também, alguns mortos. O encontro teria sido favorável às nossas forças.

De madrugada o General Argolo, com forças, foi à escola,⁴³ tomou posse dela, prendendo os revoltosos. Travassos, ferido, estava em casa de uma filha e foi transferido para o hospital, onde, dias depois, faleceu.

Tive nessa noite a impressão de que o governo estava sem defesa e lia em todos os semblantes que era inevitável a queda. O ministro da Guerra estava absolutamente sem ação e com evidentíssimo desânimo. Tinha me mandado cento e tantas praças para ir ao encontro da escola. Onde estão as forças? – perguntei, mas perguntei sem resultado. Quando voltaram os nossos oficiais escoraçados (segundo a opinião geral no primeiro momento) o ministro da Guerra insistia para que eu fizesse seguir as forças da Marinha que se achavam em frente ao palácio. O Almirante Noronha dizia-me então – farei seguir mas acho inútil o sacrifício porque têm forças superiores pela frente e dava-me reservadamente a entender ‘que temia a retaguarda’, pois receava que as forças, que se esperava da cidade, nos fossem hostis. Foi uma situação tristíssima. Referiu-me Gastão da Cunha que, saindo à rua, na ocasião em que se providenciava para o seguimento das forças, interpelou o Marechal Argolo sobre a situação e que este dissera: ‘Há dois dias está me parecendo perdida a situação’, inculcando-lhe ele esta linguagem, por lhe caber a responsabilidade da ordem pública. Era o chefe de Polícia, que estava presente, um dos mais desanimados. ‘Sei, dizia ele a meu filho, que eu serei a primeira vítima, porque conheço o ódio que essa gente me vota.’⁴⁴ ‘Se nós vencêssemos’, dizia Fernando Prestes a meu filho, no momento agudo da crise... Este (Prestes) na hora em que os concitei à resistência, ficou animado, saiu à rua e muito auxiliou-nos.

Dizem que em um dos intervalos da noite, Gastão da Cunha foi à casa (Rua Ferreira Viana), que dá fundos para o parque e mandou arranjar uma escada para poder se retirar daqui em um momento dado. Depois me disseram que isso fora lembrança da mulher.

43 Argolo foi à Praia Vermelha em companhia de Lauro Müller.

44 Cardoso de Castro.



O Malho reconhece que Rodrigues Alves venceu a anarquia e restabeleceu a lei. Coleção Álvaro Cotrim

Os oficiais da casa militar portaram-se muito bem e muito ajudaram, sobretudo o Aguiar.

Com as meninas passaram a noite inteira o Dr. Eugênio de Barros, a senhora e o filho.”

Para rematar a narrativa, juntaremos alguns comentários:

A providência a que Rodrigues Alves se refere, em relação às suas filhas, foi pedir ao seu oficial-de-gabinete, Cesário Pereira, noivo da filha mais velha, Ana, que levasse as moças para a casa do pai dele, Virgílio Pereira, residente nas vizinhanças, no Largo de S. Salvador. “As meninas”, como as chamava o pai, eram as três mais velhas, Ana, Marieta e Celina, que se recusaram, entretanto, a deixá-lo. Ficariam no terceiro andar, onde se encontravam. Inutilmente, o chefe da Casa Militar, Coronel Sousa Aguiar, insistiu para que se retirassem. Teimaram em não abandonar o pai. Se não houvesse risco para ele – disseram – também não haveria para elas; e se houvesse risco, com maioria de razão não o deixariam sozinho.⁴⁵

A rebelião fora afinal sufocada.

Lauro Sodré, levemente ferido, abrigou-se, a princípio, na casa de uma família alemã, na Rua da Passagem nº 30, passando depois para a residência de um amigo, o médico Alfredo Barcelos. Ficou amoitado até ser preso em um navio de guerra, como veremos adiante.

O General Travassos, gravemente ferido a bala em uma perna, foi levado para a casa de um filho e, depois, ao Hospital Central do Exército, onde sofreu a amputação do membro atingido, no dia 21. Morreu no dia 22, do choque operatório. Foi enterrado a 23, sem que o governo lhe concedesse honras militares, o que foi criticado pela imprensa.

45 Em agosto de 1954, a filha mais velha de Getúlio Vargas ficou também, junto ao pai, no Palácio do Catete. Belos exemplos de bravura e dedicação das mulheres brasileiras. A diferença de épocas condicionava mudança de comportamento. Enquanto as moças em 1904 ficavam enclausuradas no gineceu do terceiro andar, a jovem senhora de meio século mais tarde participou das deliberações políticas e militares, que precederam ao drama do suicídio. Gastão da Cunha, no seu diário, tem interessantes dados sobre a noite de 14 de novembro. Segundo ele, o Padre Valois de Castro, deputado por São Paulo, chegou a rezear que as filhas do presidente fossem brutalizadas pela soldadesca amotinada.

Varela desaparecera, no frígir dos ovos, recolhendo-se, diz o relatório da Polícia, a “lugar não sabido”, embora incessantemente procurado pelas autoridades. Era a queda definitiva de um político que não merecia ter subido.

A respeito dessa fuga de Alfredo Varela, há uma nota pungente de Rodrigues Alves, no seu caderno íntimo, que põe em causa Rui Barbosa. Diz o apontamento sem data:

“Dias depois do 14 de Novembro, apareceu-me em palácio o Rui, procurando o Seabra que lá se achava. Conversaram: ‘Então, você não vai prender o Varela?’ perguntou ele. ‘Quero sim, o que há?’ ‘Está em casa do Conde Modesto Leal, na Fazenda da Serra.’ Em seguida o Seabra convidou-o a me cumprimentar o que fez na sala dos despachos. Em seguida [sic] o Seabra me informou da delação. Mais tarde me disse o Seabra que o Pinheiro Machado conhece o incidente.”

Segundo ouvi de Rodrigues Alves Filho, seu pai recusou-se a mandar prender o ex-herói Varela. Disse que não faria isto a um vencido, já inofensivo.

Barbosa Lima, que esteve na Câmara até o dia 12, recolheu-se, durante muito tempo, a prudente silêncio. Não compareceu à Câmara na sessão de 16 de novembro, nem nas seguintes. Em dezembro, tampouco, o fecundo orador dá sinal de vida, ao tramitar a mensagem sobre o estado de sítio. Não comparece à Cadeia Velha. Somente em maio de 1905, quando se discutiu a aprovação dos atos do governo durante o sítio é que o fero opoisionista voltou a vituperar a lei “obscena e nauseabunda” da vacina obrigatória.

Além de Travassos e Sodré, foram presos o Major Agostinho Gomes de Castro e o Capitão Antônio Mendes de Moraes. Centenas de populares foram igualmente encarcerados. A Escola Militar foi fechada e dela desligados mais de trezentos alunos. No dia 15 o *Correio da Manhã* foi suspenso e imposta censura à imprensa, com o protesto do *Jornal do Brasil*. No dia 16 Brício Filho compareceu à Câmara e falou protestando contra o que considerava as ilegalidades repressivas do

governo. Foi quem salvou a honra da oposição, enfrentando com sobrançeria a investida dos vitoriosos enraivecidos.⁴⁶

Pelo relatório de Seabra a Rodrigues Alves, verifica-se que o movimento não estava circunscrito ao Distrito Federal. Ramificara-se para o Norte. Embora suas possibilidades de sucesso fossem mínimas, pois as situações políticas estaduais, solidárias com a federal, eram muito mais fortes que as oposições locais, a verdade é que os conspiradores não deixaram de contar com apoio em alguns Estados.

Na Bahia, por exemplo, esta ligação manifestou-se concretamente. Dentro de um quartel do Exército, em Salvador, um amotinado tentou levantar a guarnição contra o comandante, sendo, porém, morto no incidente.

No Recife, a atitude da imprensa oposicionista, apoiando o movimento, mostrou a existência de simpatias locais.

A liquidação da revolta determinou imediata restauração do prestígio do governo, combatido pelos ataques que vinha sofrendo havia meses, a rigor desde o princípio de sua existência, com a questão do Acre.

Vários daqueles órgãos e pessoas, que se faziam porta-vozes de ataques, calúnias e vinganças contra o governo e o próprio presidente, apresentavam-se, agora, embandeirados em seu louvor.

A maior figura do cenário nacional, Rui Barbosa, era exemplo conspícuo dessa atitude dúbia. Ilustremos a afirmativa com alguns exemplos.

Em abril de 1903, por ocasião de um banquete em homenagem a Pinheiro Machado, no Hotel dos Estrangeiros, Rui fez o brinde ao presidente da República. Eis um trecho do seu discurso:

“Não vendo as minhas armas nem abjuro uma linha dos meus princípios de liberdade e justiça, de legalidade e democracia, quando, na sinceridade de uma emoção nova, me aproximo de um governo para o qual me atrai de uma impressão de patriotismo irresistível.”

46 Brício Filho morreu muito velho, esquecido e um pouco ridicularizado. Lembro-me bem dele, baixote retaco, de paletó de alpaca e chapéu de palha, andando solitário, pelas ruas do centro, como um fantasma de outros tempos.

E, pessoalmente sobre Rodrigues Alves, ajunta:

“Entendimento claro, espírito equilibrado, índole reta, consciência sã, alma patriótica.”

Sensibilizado por essa demonstração do velho companheiro, Rodrigues Alves escreveu-lhe:

“Petrópolis, 24 de abril de 1903

“Ao Dr. Rui Barbosa envio cordiais cumprimentos e agradeço, extremamente reconhecido, o brinde que teve a benevolência de fazer ao chefe do Estado, no banquete oferecido ao Senador Pinheiro Machado.”

Em resposta, Rui derrama-se naquela espécie de ternura, que não lhe era rara:

“Peço a Deus que o ajude a confiar em si mesmo, e ouvir as inspirações do seu próprio espírito; porque, nesse caso, há de acertar quase sempre, mantendo, aproveitando e aumentando a grande força moral de que dispõe.”

Mas, em outubro do mesmo ano, Rui Barbosa, discursando em agradecimento a homenagem prestada desta vez a ele próprio, verbera Rodrigues Alves, pela cessão da pequena faixa de território nacional, concedido à Bolívia em troca do Acre.

Não desconhecemos que falava aí uma arraigada opinião, já exposta, como vimos no momento oportuno, desde o tempo de Campos Sales. O que se estranha é a pertinácia em negar apoio ao Tratado de Petrópolis, posição em cuja defesa Rui apela para a História, e que a História não pode deixar de condenar.

Na questão da vacina (que envolvia, de fato, toda a autoridade do governo na política da Saúde Pública), Rui não é mais feliz. Combateu a vacina, e a sua enorme influência trouxe estímulo, intelectual e moral, à revolução. Colhido por esta quase às portas de casa, o incansável lidador arreceia-se ante a sua brutal inabilidade e fulmina-a, em nome da civilização e da lei, sem mesmo atentar, talvez, em que contribuira para a irrupção do barbarismo. Depois, sempre defendendo os valores que ajudara a abalar, concedeu a medida repressiva do estado de sítio. Manifestou, então, o maior

respeito pela autoridade do presidente. Meses após, dissipada a tormenta, atacou a autoridade presidencial e apresentou o projeto de anistia.

Aí estão os caminhos e descaminhos de Rui, durante a primeira metade do quadriênio. Na segunda metade, sua posição hostil foi descoberta e uniforme, para voltar a ser de entusiasmo e apoio mais tarde, em 1913 e 1914, quando quis levantar o nome de Rodrigues Alves para um novo quadriênio. Já no fim da vida de Rodrigues Alves, a posição de Rui volta a ser dúbia, senão inamistosa, ao sonhar com a sua sucessão.

Rui foi o primeiro orador da sessão do Senado de 16 de novembro, na qual se iniciou a discussão da mensagem presidencial que, sem pedir diretamente o estado de sítio, confiava no auxílio do Congresso para “apurar essas responsabilidades, sem o embaraço que as imunidades parlamentares concedem àqueles membros do Congresso, que se acham envolvidos nos lamentáveis acontecimentos”.

De início sustenta Rui que a “lei da vacina obrigatória é uma lei morta” e que sua sanção trouxera ao governo e ao país “irreparáveis dissabores, esparzindo no seio da população malignos germes de intranqüilidade e ressentimento”. Atira, assim, sobre a sanção presidencial de um projeto aprovado, a atmosfera de inquietação criada pelos adversários do governo, da qual fora parte magna. Mais adiante, as afirmativas de Rui contra a vacina são inacreditáveis, partidas de um homem da sua estatura intelectual. Ele, que nunca fora positivista, junta-se aos discípulos mais retrógrados de Comte, ao declarar a vacina um atentado à liberdade de consciência, em frase meio ridícula: “Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme.” E reage contra a imposição:

“Logo não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania, a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução, no meu sangue, de um vírus, em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja condutor da moléstia, ou da morte.

O Sr. Barata Ribeiro – Muito bem!

O Sr. Rui Barbosa – O Estado mata, em nome da lei, os grandes criminosos. Mas não pode, em nome da Saúde Pública, impor o suicídio aos inocentes.”

Isto, dito sobre a vacina contra a varíola em 1904, é inacreditável.

Com tais afirmações, era tratada a medida preventiva em uso obrigatório nos mais importantes países. (É inconcebível semelhante imprecisão. O tribuno de 1904 será o mesmo, diga-se de passagem, que proferiu o admirável necrológio de Osvaldo Cruz, em 1917, do jovem cientista cuja convicção inabalável se sobrepunha à retórica devastadora do grande combatente nunca vencido por adversários, mas derrotado sempre pelas próprias paixões.)

Mas vai ainda além, na trilha das surpresas, o arauto da justiça, o defensor exímio da função judiciária, o cavaleiro andante da lei, quando diz:

“Acima de todas as regras, está o direito de legítima defesa. Quando os tribunais me negarem a mim, como cidadão, esse direito, eu, em nome dele, como homem, resisto aos tribunais.”

Esta extensão do direito pessoal de legítima defesa até a resistência às decisões gerais da Justiça, é outra afirmação incompreensível.

Vem depois a declaração do direito de revolução:

“Justa é a resistência popular, a reação revolucionária, toda vez que, esgotados os meios legais, os meios constitucionais, cerradas todas as válvulas de respiro à liberdade, já se não ofereça aos que a defendem outro recurso além do apelo às armas”.

Mas que revolução desejaria aquele grande advogado conservador? Seria uma revolução sem povo, sem fumaça nem sangue, uma revolução de sábios e prudentes, como ele, Rui? E continua:

“Releva, porém, não abusar de uma faculdade tão extraordinária, tão delicada, tão perigosa, não a malbaratar, não a expor nas ruas, entre multidões confusas, à mercê de interesses inconfessáveis, paixões rasteiras e cobiças desnorreadas. Quando esse

direito se levantar em armas contra os governos desatinados, há de ser de modo a que possa firmar bem alto os títulos da sua reivindicação e o programa da sua conquista.”

Que estranha revolução devia ser a de Rui, revolução flor de estufa, “não exposta nas ruas entre as multidões”, obediente aos discursos sutis e aos raciocínios complicados dos doutores!

Como seria possível, Rui não o diz. De uma coisa tinha ele horror. Daquilo que se dera, junção temível da população com a militança, ou, na sua admirável expressão, aquelas “bodas adúlteras da arruaça com o pronunciamento”.

Rui reconhecia que o fermento da revolta levedara, com a ambição dos políticos frustrados:

“Havia no movimento, ao menos, um princípio geral de sinceridade. Mas, logo depois, mergulharam nele exploradores à cata de uma ocasião, e o desviaram noutro rumo, o envenenaram de outros sentimentos, o acomodaram a outros fins, absolutamente estranhos à repulsa da vacina.”

Exprimindo o apego ao poder legal, ao poder civil, que o animava no fundo, Rui Barbosa termina seu longo discurso homenageando Rodrigues Alves e concedendo o estado de sítio:

“Favorável ao governo, só dentro da lei o apóio. O honrado presidente da República teve um grande momento: o da sua firmeza na hora crítica, em que tantos esmoreceram. Foi já um serviço inestimável ao país e às instituições.”

Barata Ribeiro, orador imediato, também concedeu o estado de sítio, sem prejuízo de sua hostilidade à vacina obrigatória.⁴⁷ No discurso que proferiu, pode-se verificar como a resistência à medida tornara-se um artigo de fé para o iludido povo carioca. Sociologicamente,

47 O Senador Barata Ribeiro, em discurso de 2 de setembro de 1905, diz o seguinte, referindo-se a Rui: “Foi ele quem desfechou sobre a vacinação obrigatória o último golpe, o golpe mortal, cobrindo com a pá de cal destinada a corroê-la para entregá-la em decomposição às depurações que sofrem as tiranias, ao contacto do impulso das idéias liberais.”

tratava-se de manifestação cultural irreprimível. Barata Ribeiro relata o caso de um operário com o filho gravemente enfermo, que se recusava a chamar o médico, “para que não venha algum desses da vacina obrigatória”. E acrescenta outro fato, o de uma mulher idosa que protestava:

“Se tivesse 100 filhos, os amaldiçoaria a todos se não estivessem agora com armas na mão contra a vacinação obrigatória, porque não hei de deixar o governo pegar o braço de minha filha para maculá-la.”

Refere ainda o episódio da criança que disse: “Fujo da casa de meu pai, se me quiser obrigar à vacinação.”

Barata Ribeiro, médico humanitário, dava o estado de sítio para apagar um incêndio que ajudara a atear.

Tramitando em regime de urgência, o projeto de estado de sítio foi aprovado, com apenas um voto contrário, o do Senador paraense Justo Chermont, provavelmente por solidariedade pessoal com o seu patrício Lauro Sodré.

No mesmo dia 16 de novembro, os autógrafos do projeto aprovado foram enviados à Câmara dos Deputados. Em 15 minutos a Comissão de Justiça ofereceu parecer favorável. Não houve discursos importantes. Praticamente não houve debates.

O líder Cassiano do Nascimento, deputado pelo Rio Grande do Sul, que gozava da especial estima de Rodrigues Alves, encaminhou rapidamente a votação, acentuando que a capital se encontrava em “estado de guerra”, e que o sítio seria a maneira de restaurar a ordem constitucional.

Calógeras, deputado por Minas, manteve naquele, como em outros episódios de sua grande carreira, exemplar coerência. Requereu o encerramento da discussão para votação imediata.

O estado de sítio foi aprovado com uma abstenção, a do florianista Brício Filho, simpatizante do movimento, e um voto contrário, do Deputado carioca Irineu Machado.

Devendo o estado de sítio terminar a 15 de dezembro, Rodrigues Alves enviou, a 12 daquele mês, nova mensagem ao Congresso, solicitando a prorrogação, por mais trinta dias, dos seus poderes excepcionais.

O Senado apreciou a mensagem no mesmo dia da sua assinatura, tendo o Senador Francisco Glicério apresentado o projeto necessário de prorrogação, apoiado por 12 colegas da maioria, entre os quais Rosa e Silva.

O primeiro orador foi Gomes de Castro, do Maranhão, que se opôs à medida. Velho político, antigo deputado conservador no Império, sucessivamente eleito de 1881 a 1889, o representante do Maranhão era homem digno, moderado e culto.⁴⁸ Definiu sua posição com argumentos procedentes, afirmando que as condições materiais exigidas para o estado de sítio tinham desaparecido, e que o processo contra os implicados na revolta devia prosseguir normalmente, pela justiça comum. A oposição de Gomes de Castro não o impedia de reconhecer a lisura com que o governo se servira dos seus poderes de exceção. Fê-lo no seguinte trecho, depois de declarar que o presidente governava com a sabedoria que todos lhe reconheciam:

“Tenho muito prazer em acompanhar o ilustre Sr. General Glicério, no reconhecimento de que o atual governo tem agido com a máxima moderação.”

De fato, Rodrigues Alves só se servira do estado de sítio para dois fins inatingíveis na plena vigência da Constituição: superar as imunidades dos parlamentares envolvidos (principalmente as de Lauro Sodré, que foi preso) e desterrar para o Território do Acre, submetido à jurisdição federal, centenas de desordeiros e criminosos que haviam tomado conta da cidade, entre os dias 12 e 14 de novembro, e cuja presença dentro dela provocaria, provavelmente, novos distúrbios. O ponto fraco da posição de Gomes de Castro, segundo salienta Glicério na sua resposta, é que ele havia votado o estado de sítio pedido por Prudente, quando do atentado de Marcelino Bispo, embora não existissem, também, as condições que a Constituição exigia para tanto. Gomes de Castro aceita a observação, com a escusa de que tinha mudado de parecer.

48 Acreditamos que Gomes de Castro era parente do major do mesmo nome, que tentou sublevar a Escola Militar. Gomes de Castro, como já vimos, havia sido colega de Rodrigues Alves na Câmara e no Senado.

Depois de se manifestarem Ramiro Barcelos e Azeredo, o projeto foi aprovado em 24 horas, com apenas dois votos contrários: os de Gomes de Castro e Manuel Barata. Pinheiro Machado votou a favor. Nesse mesmo dia desce à Câmara o projeto aprovado.

Quem ali melhor combateu a prorrogação foi Irineu Machado, em discurso lúcido e moderado. Declara que não participou da revolução nem com ela simpatizou, mas que tinha “a serenidade precisa para reconhecer os precedentes históricos da nossa vida pública e saber que não se deve desprezar nem odiar os vencidos, como não se deve bater palmas precipitadamente aos vencedores”. No dia seguinte, o projeto do Senado foi aprovado com três votos divergentes, os de Irineu, Brício Filho e Érico Coelho.⁴⁹

Com o Congresso em recesso, Rodrigues Alves prorrogou o sítio até o dia 18 de março por dois decretos, de 14 de janeiro e 15 de fevereiro de 1905. Embora, como disse na sua mensagem de 3 de maio, por ocasião da reabertura do Congresso, o governo não tivesse praticado nenhum ato além dos já comunicados anteriormente, e tivesse suspenso o sítio ainda durante as férias do Congresso, teria sido mais acertado que a medida só houvesse permanecido no prazo previamente autorizado pelo Legislativo. Outro erro de Rodrigues Alves foi dizer, naquela mensagem, que o sítio suspendia “todas as garantias constitucionais”. Este não era o melhor entendimento da matéria; os mais acatados escritores a ele se opunham e o direito brasileiro evoluiu posteriormente em sentido contrário.

Acima das interpretações constitucionais, durante o sítio, ocorreram certamente excessos, muitos dos quais sem o conhecimento prévio ou a aprovação do presidente, mas de qualquer forma sob sua responsabilidade de chefe do Estado. Tais excessos ligam-se principalmente às condições com que foram transportados para o Acre os desterrados do ‘quebra-lâmpião’.

É experiência que toca ao lugar-comum reconhecer-se o fácil deslize, para o barbarismo, dos choques decorrentes das discórdias políticas internas. Os horrores vividos pelos mais cultos países do mundo, como a França, a Alemanha ou a Itália, em plena floração intelectual do

49 Deputado fluminense que se opunha a Rodrigues Alves. Atacou a política de Rio Branco e, pessoalmente, como vimos, a Joaquim Nabuco.

Renascimento, por motivo das guerras religiosas ou das disputas do poder municipal; os tremendos dias do terror na Revolução Francesa; os excessos e crueldades da Guerra de Secessão nos Estados Unidos são exemplos do passado que foram revividos, em grau até então desconhecido, pelos massacres e abominações decorrentes da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o mito da cordura e da bondade do homem brasileiro, que durante algum tempo vicejou na obra de alguns poetas nossos, ocupados em observações sociológicas, e espalhou-se para a opinião dominante, não resiste à fria análise da História.

Há uma curiosa revivescência do mito do “bom selvagem”, que tanta influência teve no pensamento europeu do século XVIII, neste outro mito do “brasileiro cordial”, que aborrece as crueldades e soluções sangrentas, lenda cunhada por grandes poetas como Ribeiro Couto e Cassiano Ricardo, a qual, no entanto, não encontra apoio na triste realidade das nossas guerras civis. Nem poderia encontrar, pois não seria crível que fatores passionais, que levam ao comportamento bestial povos de formação mais aprimorada, não dessem resultados semelhantes em um meio tão atrasado quanto o nosso, que, no século XX, encontrava receptividade para resistir a uma medida como a vacina antivariólica. Na verdade, desde os primeiros tempos de nossa vida independente, o sangue correu em borbotões nos movimentos da elite liberal, ou nos levantes populares dos cabanos e balaios, ao Norte, assim como nos entreveros dos farrapos, no Sul.

A jovem República de 1904 já assistira ao entrematar de seus filhos, esmagados aos milhares em Canudos, ou degolados, também aos milhares, na Revolução Federalista.

À tradição dos navios-fantasmas – as chamadas presigangas – que transportavam nos porões uma espécie de gado humano, perdido em imprecações e lamentos, quando não atirado em lutas de desespero, homens enjaulados como feras nos cascos fechados, clamando por água e ar, rolando de borco na lama fétida de sangue, vômitos e excrementos, essa tradição de pesadelo não se reduzia apenas aos navios negreiros, que Castro Alves transformou em símbolos de miséria, revolta e piedade.

Em 1823, ao largo de Belém do Pará, mais de 200 “celeros” envolvidos em motins da cidade (tal como no Rio de 1904) foram recolhidos aos porões do brigue *Palhaço*, da esquadra do Almirante

Grenfell. Asfixiados e sedentos despedaçaram-se como animais, durante a noite, de forma que, ao amanhecer, apenas quatro estavam vivos. Durante o governo Hermes, o navio *Satélite* foi outra persiganga trágica. E assim sucederam-se os casos, até o barco que transportou Graciliano Ramos para o degredo de Fernando de Noronha.

Depois de vencida a revolta de 1904, sob o estado de sítio, 334 indivíduos, participantes das desordens, foram embarcados, em dezembro, no vapor *Itaipava*, para o Acre. Para defender a tripulação contra a provável revolta dessa carga humana, ia, além dela, o 12^o Batalhão de Infantaria. Oficiais, marinheiros e a guarnição militar viajavam nos camarotes e tombadilhos, enquanto os detentos amontoavam-se nos porões, guardados à vista por soldados armados, postados junto às escotilhas superiores.

Segundo discurso de Barbosa Lima (sessão da Câmara de 27 de julho de 1905) outros desterrados foram sendo enviados “por dias, por meses”, para o Acre, o Amazonas e outros Estados do Norte, sendo afinal libertados (mas não transportados de volta) em março, depois de suspenso o estado de sítio.

No Senado, Barata Ribeiro repete a mesma coisa ao falar contra o estado do sítio:

“Quem se arriscará a estabelecer paralelos entre os corpos de exército que vão para o Acre [...] e a onda de desgraçados que entulham as cadeias desta capital, muitos culpados, outros tantos inocentes, atirados em multidão ao fundo dos vasos que os deviam transportar às terras do destino, com tal selvageria e desumanidade que a imaginação recua espantada, como se diante das cenas do navio negreiro que inspiraram a Castro Alves.”

José Maria dos Santos, no livro *A Política Geral do Brasil* (no qual o autor manifesta-se hostil a Rodrigues Alves), informa que:

“Sem direito a qualquer defesa, sem a mínima indagação regular de responsabilidade, os populares suspeitos de participação nos motins daqueles dias começaram a ser recolhidos em grandes batidas policiais. Não se fazia distinção de sexos nem de

idades. Bastava ser desocupado ou maltrapilho e não prover residência habitual, para ser culpado. Conduzidos para bordo de um paquete do Lóide Brasileiro, em cujos porões já se encontravam a ferros e no regime da chibata os prisioneiros da Saúde,⁵⁰ todos eles foram sumariamente expedidos para o Acre.”

Imagina-se bem as horrorosas condições em que se processou a viagem daquelas centenas de infelizes, seminus, cobertos de piolhos, atacados pelos ratos, com água, alimentação e aeração insuficientes, durante os longos dias de mar e rio até o Acre, com escalas em Recife e Manaus. Vários jornais estamparam descrições dramáticas dessa cruel viagem e, no Congresso, discursos de oposicionistas insistiram na responsabilidade presidencial.

Essas vozes de repulsa devem ter mudado bastante a volúvel opinião pública, fazendo-a esquecer as horas de medo e desamparo de novembro e também empanado a auréola de prestígio que a resistência de Rodrigues Alves, na noite de 14, havia criado para a sua figura de homem e de estadista.

Se as condições de transporte eram de natureza a provocar lembranças de fatos anteriores de triste memória, o governo federal, na medida das suas possibilidades, tratou humanamente os deportados, uma vez chegados ao local de destino.

O futuro general Taumaturgo de Azevedo, então prefeito do Alto Juruá, no Acre, relatou a Seabra, a 15 de maio de 1905, as providências que tomara. Construiu galpões para abrigar os exilados, adquiriu-lhes roupas e gêneros, deu-lhes trabalho remunerado. Levavam eles vida equivalente à dos soldados destacados para a região.⁵¹ O Deputado Passos Miranda, falando pelo governo, informou minuciosamente à Câmara sobre a situação dos desterrados do Acre. De qualquer maneira, a aprovação dos atos praticados pelo governo durante o estado de sítio foi sujeita a severa análise pelo Congresso,

50 Os prisioneiros da Saúde foram elementos populares, participantes das desordens de novembro, que se concentraram naquele bairro portuário e só foram desalojados depois da derrota da Praia Vermelha.

51 Era este paralelo feito por Taumaturgo de Azevedo que provocou a contestação já referida, de Barata Ribeiro.

onde críticas não foram poupadas a Rodrigues Alves por aqueles que, nas horas arriscadas de novembro, tinham se encolhido, ou dado apoio às medidas excepcionais solicitadas.

Apresentada a mensagem presidencial à Câmara, no dia 30 de maio, só a 18 de julho recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça, demora contrastante com a rapidez quase instantânea com que tramitou a mensagem de 16 de novembro.

Barbosa Lima esbraveja e tonitroa na tribuna. Refere-se à ação da Saúde Pública como “carta de corso para a mais infame pirataria, contra a qual todas as insurreições serão eternamente gloriosas” e chama a lei da vacina “etimológica e gramaticalmente imoral, imunda, abjeta e degradante”. Acusa o governo de corromper a opinião:

“A verba secreta, com a fecundidade ubérrima dos roedores a parirem entrelinhados, em barrigadas de dezenas a cada dia, multiplicando-se por uma enxertia imunda, a fabricar opiniões a tanto por linha, em tudo que é jornal que se pode chegar a essa mamadeira.”

Não deveria ser grande a moessa causada pelos discursos daquele a quem a crítica afetuosa chamava “Barbosa Fera”. Os sucessos de novembro haviam mostrado, no grande orador, no puro republicano, um tigre de papel.

A 1^a de agosto, foi adotado o projeto de resolução que aprovava os atos do governo, sendo enviado ao Senado no dia 4. Ali também sofreu a matéria demora anormal, à vista dos precedentes.

O parecer da Comissão de Justiça, relatado por Azeredo, solícito em servir ou se opor, segundo os seus interesses, só foi oferecido no dia 31, e a discussão da matéria iniciou-se a 1^a de setembro. Combatido o pedido por Gomes de Castro e Barata Ribeiro, defendido por Glicério e Ramiro Barcelos, foi aprovado em discussão final no dia 4, com três votos contrários. Pinheiro Machado dessa vez não compareceu.

Rodrigues Alves, como fazia habitualmente, anotou o fato no seu caderno, sem comentá-lo:

“Foi ontem aprovado no Senado o projeto sobre os atos do governo durante o sítio. Votaram a favor 33 senadores e

contra, 3 (Gomes de Castro, Manuel Barata e Barata Ribeiro). Foram soltos os anistiados, acompanhados de carros e vivas. O Lauro Sodré passou com a sua gente pela Rua Pedro Américo. Fez discurso em sua casa, nos termos conhecidos, louvando o movimento de setembro⁵² e os companheiros e se comprometendo a continuar a trabalhar pelo povo, etc.”

A ANISTIA

Quando aludiu à soltura dos anistiados, o presidente referia-se à anistia aos revolucionários, aprovada pelo Congresso a 2 de setembro e por ele sancionada no mesmo dia.

A anistia transitou no Senado, paralelamente ao projeto de aprovação dos atos do governo, desde o dia 5 de agosto, em que Rui Barbosa apresentou proposição, estabelecendo aquela medida de clemência para todas as pessoas implicadas no 14 de Novembro, “assim como nas ocorrências civis ou militares, anteriores ou posteriores, que com ela se relacionem”.

O projeto continha também, entre outras, as assinaturas de Barbosa Ribeiro, Manuel Barata e Joaquim Murtinho, opositoristas a Rodrigues Alves, bem como a de Azeredo, que o não era, mas que nunca lhe ofereceu apoio firme, solidário com a política dos Murtinho em Mato Grosso, da qual dependia. No desabafo do seu caderninho, Rodrigues Alves anotou:

“5 de agosto. Foi apresentado o projeto de anistia no Senado. Rui Barbosa foi muito prestigiado. Sessão cheia e muitas flores. O *Jornal do Comércio*, em vária do dia seguinte, diz que deram vivas ao Rui, futuro presidente da República, e vivas a Lauro Sodré. É incrível! O Glicério me disse que o viva ao Lauro Sodré foi mais estrepitoso do que o do Rui, o que deveria ter desagradado a este. O *Correio da Manhã*, de 6, diz

52 Rodrigues Alves escreveu por lapso “movimento de setembro”, talvez pela data em que tomava a nota.

que o Barata Ribeiro beijou o Rui e que Afonso Pena foi o segundo a cumprimentar o orador.”

Os sentimentos (ou ressentimentos) pessoais do presidente eram compreensíveis, nas circunstâncias. Mas a anistia, por sua vez, se apresentava como iniciativa acertada de Rui. O processo contra os criminosos de novembro se arrastava na instância militar, de forma confusa e enervante, o que só servia para desprestigiar o governo e popularizar, como vítimas, os seus adversários.

Rodrigues Alves, na mensagem de abertura das câmaras daquele ano, tinha sido o primeiro a reconhecer e lastimar a morosidade do processo. Naquele documento, o presidente advertia sobre “a obscuridade das leis e a confusão no modo de apreciá-las”, sobre as dúvidas existentes quanto “à extensão das imunidades parlamentares quando deputados e senadores [...] tiverem qualquer responsabilidade” e sobre a vacilação da jurisprudência, que “enfraquecia a ação da autoridade”.

O caso de Lauro Sodré era expressivo. Preso no dia 19 de novembro, ao se apresentar no Ministério da Guerra, por ter sido convocado em edital sob pena de deserção (não esqueçamos que Lauro era militar), começou a ser processado, não por desertor, que já o não era, mas como revolucionário, sem que o Senado houvesse concedido licença. Esta só foi votada a 19 de dezembro. Portanto, o senador estava preso e processado, havia um mês, sem que nenhum dispositivo nem jurisprudência expressos houvessem declarado a suspensão de suas imunidades.

Coisa semelhante se dava quanto aos desterrados. Se eles o haviam sido, como coniventes no crime político, deveriam estar sendo processados no foro militar conexo e o não estavam. Se a detenção era por crime comum, então o processo seria na justiça carioca, e o desterro não se justificava. As realidades do fato político-social não se enquadravam nos meandros de leis confusas e antiquadas. Mas, se a culpa não era do presidente, o culpado único perante a opinião estava sendo ele.

Rui, no discurso com que defendeu o seu projeto, no dia 5 de agosto, põe o dedo na ferida dos interesses pessoais dos membros da Justiça Militar. O Conselho de Guerra incumbido da primeira instância do processo, era de sete membros. Diz Rui, falando desses oficiais:

“Para um se anuncia a melhor comissão do Exército [...], outro foi recentemente promovido [...], a favor de outro os amigos do governo agenciaram, na outra câmara, a rejeição de um veto presidencial [...], outro, enfim, desses julgadores, o mais alto deles, o presidente do tribunal acaba de requerer melhora nas condições da sua reforma, pondo-se, assim, em dependência manifesta com o próprio chefe do Estado.”

Era a triste e inevitável contingência das revoltas e sedições, tantas vezes repetida no decurso da nossa história posterior. A autoridade ameaçada do governo não se restaurava sem concessões e vantagens pessoais aos incumbidos de defendê-la. Rui Barbosa, que tanto atacara a moral política do Império, quando aderiu à República, voltava-se agora contra o regime que ajudara a implantar e entoava saudosas loas ao que contribuía para destruir:

“Em outra época, senhores, fatos desta gravidade incendiariam a opinião do país. Se ainda fôssemos suscetíveis de impressão, não haveria mister tanto para que a nação inteira ardesse em cólera e vergonha[...]. Dezesseis anos atrás nenhum estadista brasileiro aceitaria responsabilidades tamanhas. As duas assembléias legislativas se levantariam em peso, compreendendo [...] que não há nacionalidade bastante forte para se manter neste desleixo completo da sua salubridade moral.”

Nesse discurso, longo e prolixo, Rui lança dardos inflamados contra o governo, cuja valia e destemor tanto apreciara nas horas escuras das “bodas adúlteras da arruaça com o pronunciamento”.

Em certo momento, recorda asperamente ao velho amigo presidente que a ordem “não reside nas exposições e nos triunfos da vaidade e da força, no sacrifício da honestidade e do direito à expansão dos melhoramentos materiais, em metrópoles de países arruinados”. Compara o governo brasileiro de então ao da Rússia czarista, naquele ano derrotada na guerra com o Japão na desconfiança e na repressão. Esquecido das palavras com que, em novembro, galardoara o destemor de Rodrigues Alves (“o honrado presidente da república teve um grande momento: o da sua firmeza

na hora crítica em que tantos esmoreceram”), afirmava agora que, aos 14 de Novembro, tinha-se conquistado “uma vitória oscilante, desconfiada e triste”.

Suas mágoas pessoais resumam como o mosto no fermento daquele vinho de eloqüência. “Contra todos os governos anteriores [recordava Rui] vivi sempre de tenda armada em campanha”. Quanto a Rodrigues Alves acentuou, queixoso, que o vinha seguindo, havia três anos, “não sem sacrifícios, com uma constância digna das melhores causas”. Prometeu que não daria mais estado de sítio a presidente algum, a não ser em casos de invasão estrangeira ou revolução declarada.⁵³

O afastamento de Rui Barbosa não era somente devido às suas divergências quanto à marcha do processo instaurado sobre os acontecimentos de novembro. As causas mais fortes da separação residiam no encaminhamento da sucessão presidencial, que, desde o princípio de 1905, vinha monopolizando atenções e atividades no meio político. Naquele presidencialismo fechado, oligárquico e sem autênticas raízes populares, a política se fazia através de intrigas e combinações vaticanescas, sem mesmo o respiradouro do debate parlamentar, que havia no Império. Só a imprensa dava uma imagem mais larga, embora habitualmente distorcida, da realidade.

Os ódios acumulados contra Rodrigues Alves e a impopularidade que envolveu o governo, em rápida sucessão à euforia e aos louvores de 1904, determinaram a resistência do meio político à orientação do presidente, no tocante à sucessão presidencial. Paradoxalmente, durante 1905 ele atingiu o auge do seu sucesso de governante mas desceu ao fundo do desprestígio como líder político.

Assim, a atitude de Rui, em agosto, não ficaria esclarecida somente com o seu discurso sobre a anistia. Este discurso e o próprio projeto de anistia eram conseqüências do seu engajamento na corrente de oposição que, sob a liderança de Pinheiro Machado, se organizara desde o princípio do ano na chamada Coligação, corrente que, como veremos oportunamente, infligiu cruciante derrota política a Rodrigues Alves, com a vitória da candidatura de Afonso Pena.

53 Rui votou a favor de mais dois estados de sítio: no governo Hermes, por ocasião da revolta dos marinheiros, e no governo Epitácio, quando da revolta de Copacabana.

Em agosto, quando Rui desdobrava da tribuna clamando pela anistia, já a candidatura Bernardino de Campos estava morta, e Rodrigues Alves passara pelas forças caudinas. Naqueles dias de agosto, a candidatura de Afonso Pena à presidência ficara definitivamente assentada. O infatigável orador podia perorar sem peias em defesa dos que agora considerava oprimidos, que eram os mesmos que ele, menos de um ano antes, tachara de ambiciosos e rebeldes. Embora não inteiramente vitorioso, pois o candidato não era ele próprio, Rui podia contentar-se com a sua meia vitória, que era a derrota do presidente.

Os três colegas da Academia de São Paulo encontravam-se de novo, assim, numa solução que vinha premiar a um, com o auxílio enfadado do outro e a aceitação relutante do terceiro. O conselheiro de Minas recebia o prêmio trazido pelo conselheiro da Bahia, contra a vontade do conselheiro de São Paulo. Ninguém, no fundo, a não ser o premiado, estava satisfeito, nem mesmo o caudilho gaúcho, que comandara brilhantemente a manobra, mas que também se sentia frustrado nas suas aspirações presidenciais de republicano histórico. Rui podia, pois, tropejar livremente contra o governo já vencido; reclamar que corresse “o véu do pudor público contra as formas de uma justiça caduca, entrevada e parálitica” que representava “a comédia da repressão legal, que aniquilava as garantias essenciais do direito”. Ao termo da sua profusa fala, fez uma mesura às forças armadas, o que o levou a surpreendente exaltação das armas japonesas que, naquele momento, destruíam “a tirania russa, a mais truculenta e imoral das tiranias”.

E é com este brado de incitamento às forças armadas que o futuro apóstolo do civilismo termina o discurso em que oficializa no Senado o rompimento com o governo, já levado a efeito nas combinações de antecâmara.

O súbito interesse de Rui pelas forças armadas era resultado da influência que, sobre ele, exercia naquele momento Pinheiro Machado, comandante-em-chefe da batalha contra Rodrigues Alves e muito ligado ao meio militar.

No mês anterior, de julho, cuidara-se da criação do Círculo Militar e Pinheiro Machado havia sido designado para representar, no Congresso, os interesses da associação. Para isso trocra telegramas com o General Sotero de Meneses, comandante do Exército na Bahia, cujo governo levantara a candidatura de Rui, o mesmo que, alguns anos

depois, bombardeou a Bahia com protestos bíblicos daquele. Todos esses fatos autorizam a convicção de que o discurso de Rui Barbosa, a 18 de agosto, ia muito além da anistia que lhe servia de pretexto. Era a primeira manifestação oratória de algo que nada tinha a ver com a revolução: a candidatura de Afonso Pena.

O caráter político do discurso ficou patenteado com as reações que provocou. No recinto e nas galerias, anota o redator dos debates, houve bravos e longas salvas de palmas. As aclamações prolongadas interromperam a sessão durante muito tempo. O orador foi coberto de flores.

Enviado à Câmara, o projeto de anistia foi aprovado no dia 30 de agosto, em segunda discussão. Somente cinco deputados votaram contra, entre os quais, coerente com sua atitude passada e com suas posições futuras, o mineiro Pandiá Calógeras, sem dúvida um dos maiores homens da República.

Seabra, com as responsabilidades da pasta política, esforçava-se para que os atos do governo durante o sítio fossem aprovados pelo Congresso, antes do projeto de anistia. Para conseguir isso, cometera a imprudência de difundir a falsa notícia de que teria havido uma reunião de congressistas no Catete, com a presença de Rodrigues Alves, no decurso da qual ficou assentado que seriam consideradas posições de grave hostilidade ao presidente e lançamento da candidatura Pena e a votação da anistia, antes da aprovação dos atos do governo.

A notícia, publicada pelo *Jornal do Comércio*, provocou sensação na praça e nos meios políticos. Rodrigues Alves teve que desmentir a história de que não participara. Para isso pediu a Carlos Peixoto que fizesse declaração formal, na convenção de lançamento da candidatura de Afonso Pena. Diz a nota que tomou a respeito:

“Escrevi uma carta ao Dr. Carlos Peixoto, dizendo-lhe que não houve em palácio reunião alguma de caráter político para tratar de candidaturas, ou da anistia, e que estes assuntos estão sendo debatidos livremente pelos chefes políticos, sob sua exclusiva responsabilidade. Acrescentei que não conhecia os termos do manifesto⁵⁴ e estava convencido que os amigos nada

54 O manifesto de lançamento da candidatura Afonso Pena, de que Rui Barbosa foi o principal redator.

fariam que me pudesse ser desagradável. O Dr. Carlos Peixoto fez ontem uma declaração na convenção. [...]"

Melindrado pelo desmentido, Seabra pediu demissão a 2 de setembro, no dia mesmo da sanção da anistia. O presidente, "em longa e muito desagradável conversa", pediu-lhe que não insistisse no pedido que causava, a ele, presidente, "grande desgosto". Seabra acedeu e retirou-se "recebendo o abraço", do seu chefe.

Rodrigues Alves lutava para manter seu equilíbrio e sua autoridade, naquela derrocada política. Não perdia a calma. Naquele mesmo 2 de setembro, anotava: "Sancionei o projeto de anistia, que saiu hoje da Câmara."

E, no dia 3, escreve esta nota maliciosa: "A *Gazeta de Notícias*, ignorando a sanção da anistia, disse hoje que constava que seria vetada."

A 5 de novembro, data aniversária de Rui Barbosa, teve ele o agradecimento dos favorecidos. Reuniram-se na bela casa de São Clemente numerosos anistiados civis e militares, além de políticos e admiradores. Eram cerca de 200 pessoas, que se acomodaram no interior dos salões marginados de estantes. Falou, em nome dos alunos das Escolas Militares, o Cadete Modesto Lopes de Lima Barros (cujo nome não é mais recordado por qualquer feito de monta) e, pelos políticos, discursou Lauro Sodré. Foi oferecido ao anfitrião, como lembrança, um medalhão com a cabeça de Léon Gambetta.

O dono da casa encontrava-se em companhia da esposa e filhos.

O discurso de Rui, do qual apenas pequena parte foi conservada, parece, por esta, ter sido prudente. Fez, obviamente, grandes louvores às forças armadas, acentuando a auspiciosa reaproximação das de terra com as de mar, separadas desde Floriano, mas acentuou que a missão delas não era "o culto dos caudilhos" nem "a idolatria dos ditadores".

Deve-se consignar que Rui Barbosa, cedendo aos melhores impulsos do seu espírito, que eram a generosidade e o fácil esquecimento das mágoas (tão fácil quanto o surgimento delas), interrompeu a série de ataques que vinha fazendo ao presidente, para louvá-lo no discurso proferido a 15 de setembro. Nesta fala, referindo-se à sanção da anistia, diz: "O governo que, com tanta cordura, com tanta justeza, com tanto bom senso se apressou a sancionar o ato do Congresso [...]" Mais adiante afirma sua confiança "na boa fé do governo".

O festival da anistia verificou-se, porém, dias depois, a 9 de novembro, com grande manifestação pública a Lauro Sodré, no Teatro Lírico. Foi entregue ao chefe da revolta uma espada de ouro. Lauro Sodré agradeceu aquele paradoxal símbolo de vitória com violento discurso-programa, no qual justificou abertamente o 14 de Novembro e propôs a fundação do Partido Republicano Nacional. Seria o instrumento de reunião dos republicanos puros – hoje seriam chamados duros – contra os compromissos e transações de antigos monarquistas. Essa idéia de um partido que pudesse reunir os militares de todo o país pudera vingar no Império, porque era um movimento de oposição às estruturas existentes, sem responsabilidades governativas. Mas não era viável depois da República instaurada, porque os interesses federais, e a força dos grandes Estados a ela se sobrepunham com irresistível primazia. Glicério já experimentara a inutilidade desses esforços com o seu Partido Republicano Federal, um simples aglomerado de cúpula, destinado à partilha das benesses, partido que funcionava quase que somente dentro do Congresso, sem vinculação eleitoral.

Lauro Sodré, oriundo de Estado de pequena força política, declinaria progressivamente no meio federal, apesar da longa vida que teve e dos postos que ocupou.

Tratando da homenagem àquele que tentara depô-lo, Rodrigues Alves comentou com bonomia:

“9-XI – Entregaram a Lauro Sodré uma espada de ouro e foi lido um longo e enfadonho manifesto. A reunião teve lugar no Teatro Lírico, presidida pelo Deputado Moreira da Silva. 11-XI – *O País* dá um bom artigo sobre o manifesto de Lauro Sodré. O Dr. Teixeira Mendes escreve no *Jornal do Comércio* um artigo analisando-o e na *Tribuna* se lê nas seções jocosas que a espada devia ser de prata. Prata e a inscrição ‘Lauro ... Porto Artur’.”

Em nota aposta a um relato que redigiu sobre a própria sucessão, Rodrigues Alves fornece importantes esclarecimentos sobre os bastidores da anistia. Vamos transcrever este depoimento:

“A anistia foi uma arma de que o Pinheiro Machado serviu-se para agitar a questão das candidaturas. Dois ou três meses antes do Rui apresentar o seu projeto, constou-me que o Pinheiro Machado havia escrito ou mandado prevenir o Lauro Sodré, preso a bordo do *Floriano*, que seria apresentado no Senado, pelo Rui, um projeto de anistia. Lauro mostrou-se reservado e incrédulo, mas acrescentou que se isso se desse não teria dúvida em aconselhar a seus amigos que acompanhassem Pinheiro, no seu trabalho pelo Campos Sales. Foi evidentemente esse trabalho político, ao qual Rui se prestou, adiando a apresentação do projeto, sob pretexto de moléstia, até azar-se a oportunidade.⁵⁵ Tendo-se precipitado a organização da Coligação em favor do Pena, perdeu o interesse a anistia. O Pena e a sua gente adiantou-se [sic] tanto pela anistia que me pareceu inábil fazer oposição a essa corrente, tanto mais quanto eu ia a cada passo perdendo a confiança nos juízes militares, trabalhados pelos interesses políticos. Quando Rui fez o seu discurso, dizem que o Pena, deixando a cadeira, foi cumprimentá-lo. Os mineiros da Câmara votaram visivelmente forçados e já com receio de desagradar o sol nascente.”

*

Poderá parecer que atribuímos demasiadas páginas à chamada revolta da vacina. Realmente, se a considerarmos isoladamente, a crítica seria fundada. Mas a extensão que demos ao episódio funda-se na consideração de que representou e sintetizou todo o complexo processo político-social-militar, provavelmente não identificado com clareza pelos seus contemporâneos (inclusive os participantes), processo esse

55 De fato, o discurso com que Rui Barbosa apresentou o projeto de anistia (sessão de 5 de agosto de 1905) começa com estas palavras: “Enfim, Sr. Presidente, bem que convalescente ainda, acudo hoje a um compromisso meu com a minha consciência [...].” E veremos abaixo que, quando da apresentação do projeto, a candidatura Pena acabava de firmar-se vitoriosamente.

que vai se desenvolver nos sucessos posteriores, como a morte de Afonso Pena e a candidatura Hermes.

A análise mais profunda dos acontecimentos de 1904 e 1905 interessa muito na elucidação e na interpretação da realidade brasileira, cujos aspectos atrasados coexistiam, mas não se modificavam, com as conquistas modernizadoras do governo Rodrigues Alves.

Sarah Bernhardt triunfava no Lírico, com galanteios do Barão do Rio Branco, no camarim, e ameaças de vaia dos estudantes, na platéia; Rui era visitado e Sodré homenageado; soldados da Fortaleza de Santa Cruz massacravam um major, um tenente e um sargento, com visível inspiração da revolução russa de 1905, que pouco antes abalara o trono de Nicolau II; o General Hermes, espada da lei em 1904, ameaçava praticar atos de indisciplina contra a orientação política do presidente; a Avenida Central inaugurava-se entre gambiarras de luzes e inundava-se de multidões boquiabertas; a febre amarela desaparecera; impunha-se ao governo a candidatura Pena, e Rodrigues Alves recebia em Petrópolis ameaças de morte.

Todo este mosaico de contradições precisa ser fixado, para que se entenda a vida confusa do Brasil de então, em cujo ventre desenvolvia-se a História posterior da República.



.....

Índice Onomástico

A

- Abranches, Dunshee de – 20, 25, 33, 179, 198, 342
- Abranches, Frederico – 142, 166, 271, 297, 310, 311, 314, 315
- Abreu Fialho – 477
- Acioli (os) – 27
- Adelaide – 87
- Adonias Filho – 76
- Afonso Celso (conde de) – v. Celso Júnior, Afonso
- Agostini, Angelo – 197, 211
- Aguiar (general) – 364, 365, 389
- Aguiar, Tobias de – 103
- Alba, Adelaide Morosine – 76
- Alberdi – 149
- Alberto – 478
- Albuquerque – 278
- Albuquerque, Diogo Velho Cavalcânti de – 223
- Albuquerque, João Pedroso Barreto de – 466
- Albuquerque, Ulisses Lins de – 22
- Alencar Araripe – 162
- Alencar, Alexandrino de – 395
- Alencar, José de – 211
- Alexandre (czar) – 103
- Almeida Barreto – 189, 333
- Almeida Nogueira – 142, 156, 275
- Almeida Prado – 168
- Almeida, Gabriel de Toledo Piza e – 214
- Almeida, Gabriel Osório de – 429
- Almeida, João Mendes de – 101, 158
- Almeida, Laurindo de – 133
- Álvares – 78
- Alves, Antônio Rodrigues – 87, 88, 132
- Alves, Domingos Rodrigues – 82, 84, 85, 86, 87, 89, 124
- Alves, João Rodrigues – 85, 86, 286
- Alves, José Luís – 105
- Alves, Manuel Rodrigues – 82, 85, 86
- Alves, Zaira Rodrigues – 223
- Alvim, Cesário – 109, 127, 137, 141, 154, 155, 157, 168, 171, 205, 286, 464
- Amado, Gilberto – 27, 28, 39, 335, 406
- Amália Perpétua – 87
- Amaral, Crispim do – 442
- Amaral, Ubaldino do – 193, 273, 280
- Amaro Cavalcânti – 135, 390
- Amasilis – 87
- Ana – 75, 87, 124, 333, 361, 435
- Ana Guilhermina – 34
- Anah – 78
- Andrada, Martim Francisco Ribeiro de – 93, 94
- Andrade Figueira – 133, 134, 140, 141, 154, 389, 489
- Andrade Neves – 397
- Andrade, Carlos Drummond de – 77
- Andrade, Nuno Ferreira de – 461, 464, 471, 477

- Andrade, Rodrigo M. F. de – 78, 355
 Antônio Carlos – 37, 104, 106, 107, 135
 Antônio Pedro – 246
 Antunes, Inácio Vieira – 88
 Aquino, Tomás de – 50
 Aracagi (barão de) – 154
 Aragão, José Joaquim Moniz de – 77
 Aramayo – 347
 Aranha, Graça – 237, 239, 337, 381, 388
 Aranha, Joaquim Egídio de Sousa – 146
 Aranha, Walter Arantes de Carvalho – 78
 Arantes, Altino – 37, 68, 75, 76, 106
 Arantes, Stela – 75, 77
 Araripe, Tristão de – 141
 Araripe, Tristão de Alencar – 179
 Araújo Jorge – 343, 358
 Araújo Lima – 83, 84
 Araújo, Joaquim Aurélio Nabuco de – v.
 Nabuco, Joaquim
 Argolo, Francisco de Paula – 285, 326
 Arinos Filho, Afonso – 355
 Arruda, Marcos – 149
 Avelar Brotero – 96
 Azeredo – 328, 348
 Azeredo, Antônio – 158, 226, 229, 244,
 245, 246, 247, 276, 380, 389, 448
 Azevedo Sodré – 487
 Azevedo, João Félix Peixoto de – 246,
 247
 Azicoff, Maurício José – 223
- B**
- Bacekar, Huet – 297
 Bachelos, Ramiro – 395
 Bachelard – 15
 Badaró, Líbero – 106
 Baiana, Gastão – 448
 Baleeiro, Aliomar – 31
 Balzac – 37
 Barata Ribeiro – 45, 348, 489, 491, 492
 Barbalho, João – 193
 Barbosa Lima – 25, 44, 45, 49, 53, 158,
 161, 203, 228, 238, 267, 278, 324, 342,
 348, 357, 379, 474, 489
 Barbosa Lima Sobrinho – 77
 Barbosa Rodrigues – 448
 Barbosa, Antônio Pires – 89
 Barbosa, Chico – v. Barbosa, Francisco
 de Assis
 Barbosa, Elisiário – 197, 297
 Barbosa, Francisco de Assis – 23, 27, 77,
 78, 220
 Barbosa, Januário da Cunha – 85
 Barbosa, João da Silva – 230
 Barbosa, Joaquim Silvério de Castro – 91
 Barbosa, José Leme – 89, 478
 Barbosa, Luís – 381, 478
 Barbosa, Rui – 16, 24, 29, 30, 34, 36, 37,
 42, 45, 48, 49, 52, 53, 67, 68, 72, 75, 76,
 94, 98, 101, 106, 107, 113, 114, 139,
 140, 158, 162, 176, 177, 178, 183, 187,
 192, 193, 226, 229, 230, 231, 237, 262,
 268, 293, 321, 325, 335, 337, 342, 347,
 348, 349, 350, 353, 369, 384, 385, 388,
 395, 414, 415, 443, 491
 Barcelos, Ramiro – 226, 229, 231
 Barradas – 297
 Barreto, Edmundo – 285
 Barros Casal – 274
 Barros, Antônio Pedroso de – 247
 Barros, João Pedro Alves de – 249
 Barros, Manuel de Moraes e – 165, 271
 Barros, Prudente José de Moraes e – v.
 Moraes, Prudente de

- Barthes, Roland – 15
Batista Pereira – 128
Belo, José Maria – 32, 33
Bernadelli, Rodolfo – 448
Bernardes, Artur – 24, 37, 38, 106, 107, 110, 111
Beviláqua, Clóvis – 337
Bezamath, Alberto – 154
Bezzi, Tomazzo G. – 397, 448
Bias Fortes – 109, 113, 234, 289
Bicalho, Francisco de Paula – 409, 429, 434, 456, 463
Bicalho, Honório – 429
Bilac, Olavo – 189, 258, 337, 388, 417
Bismarck – 50, 377
Bispo, Marcelino – 230
Bittencourt, Edmundo – 45, 274, 337, 340, 350, 380, 489, 491
Blanc, Louis – 91
Bocaiúva, Quintino – 32, 33, 94, 193, 197, 198, 208, 209, 210, 226, 227, 231, 237, 238, 258, 269, 270, 273, 278, 297, 325, 357
Bom Retiro (visconde do) – 93, 94
Bonifácio, José – 94, 104, 128, 135
Borges de Medeiros – 29, 267
Borges, Francisco de Assis e Oliveira – v. Guaratinguetá (visconde de)
Borges, José Inácio de Oliveira – 478
Borges, José Martiniano de Oliveira – 86, 328
Borges, Pedro – 395
Botelho, Álvaro – 135
Bowen, Catherine Drinker – 13
Bradley – 301
Braga, Antônio José Ferreira – 91, 92
Braga, Cincinato – 232, 276, 285
Branco, Antônio de Lima Castelo – 205
Branco, Raul do Rio – 308, 312, 389
Branco, Vicente Ferreira – 133
Brandão, Silviano – 24, 263, 270
Brasidas – 301
Brasil, Joaquim Francisco de Assis – 37, 106, 351, 353, 371, 388
Brasiliense, Américo – 107, 169, 170, 171
Braudy, Leo – 15
Brotero, José Maria de Avelar – 93
Buarque de Macedo – 189, 409
Bueno Brandão – 244
Bueno, Dino – 251, 297
Bulcão, José de Aragão – 478
Bulhões de Carvalho – 154
Bulhões, Leopoldo de – 135, 158, 193, 203, 207, 210, 226, 253, 270, 289, 291, 293, 294, 297, 321, 322, 323, 370, 371, 432, 441
Bueno, Bento – 256
Burckhardt – 15
Burke – 52
Burns, Bradford – 342
- C**
- Cabeda, Rafael – 274
Cabo Frio (visconde de) – 302, 307, 310, 316
Cairu – 448
Calmon, Miguel – 439
Calmon, Pedro – 76
Calógeras, Pandiá – 179, 183, 280, 286
Camacho, Paula – 88
Cambon – 302
Camelo Lampreia – 448
Campista, Davi – 37, 106, 108
Campos Filho, Paulo Barbosa de – 97
Campos Paradedá – 351

- Campos Sales – 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 48, 49, 67, 88, 95, 106, 107, 114, 135, 138, 146, 155, 158, 160, 163, 165, 166, 169, 171, 173, 175, 176, 181, 184, 193, 195, 198, 202, 215, 217, 220, 221, 223, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 283, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 302, 310, 311, 312, 313, 315, 321, 323, 324, 327, 329, 330, 332, 334, 337, 338, 342, 346, 348, 360, 373, 405, 425, 429, 459, 464, 470, 478
- Campos, Bernardino de – 34, 37, 48, 106, 114, 158, 160, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 184, 191, 192, 195, 198, 208, 220, 221, 222, 224, 228, 232, 233, 234, 235, 238, 250, 251, 252, 254, 267, 271, 272, 275, 276, 281, 288, 289, 298, 364, 373, 394
- Campos, Carlos Carneiro de – 102
- Campos, Milton – 78
- Campos, Olímpio – 134, 253
- Cândido Rodrigues, Antônio – 256
- Cardoso de Almeida – 284, 397
- Cardoso de Castro – 383, 451
- Cardoso Fontes – 464
- Cardoso, Antônio – 464
- Cardoso, Fausto – 239, 252, 253, 277, 295
- Cardoso, Fernando Henrique – 23, 27
- Cariati (príncipe) – 316
- Carlyle – 12, 14
- Carone, Edgard – 27, 32
- Carrão, João da Silva – 93
- Carré – 464
- Carvalho Moreira – 344
- Carvalho, Antônio Gontijo de – 76
- Carvalho, Arnaldo Vieira de – 103
- Carvalho, Carlos de – 197
- Carvalho, José – 346
- Carvalho, José Murilo de – 46, 51
- Carvalho, Luís Afonso de – 163
- Carvalho, Manuel Maria de – 429, 434
- Carvalho, Vicente de – 448
- Cassiano Ricardo – 342
- Castelo Branco – 169, 170
- Castilhos, Júlio de – 24, 29, 32, 163, 197, 198, 219, 227, 267, 274
- Castrioto, Frederico – 154
- Castro Alves – 52, 94, 95, 98
- Castro, Antônio Augusto Cardoso de – 326
- Castro, Francisco de – 172
- Castro, Gentil de – 224
- Castro, Miguel José de Moraes – 132
- Castro, Plácido de – 347
- Catita – 333
- Cavalcânti (visconde de) – v. Albuquerque, Diogo Velho Cavalcânti de
- Cavalcânti, Amaro – 158, 323
- Cavalcânti, André – 224
- Cavalcânti, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque – 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368
- Cavalcânti, Ubiratã – 76
- Caxias (duque de) – 17, 92, 124, 127
- Celso Júnior, Afonso – 135
- Celso, Afonso – 389
- Cerqueira, Dionísio – 220
- Cerqueira, Tomás José Pinto – 106

- César, José Alves de Cerqueira – 168, 170, 171, 224, 273, 275, 276
Chagas, Carlos – 477
Chantemesse (professor) – 487
Chateaubriand – 104
Chaves, Alfredo – 134, 154
Chaves, Bruno Gonçalves – 360, 361, 362, 364, 365
Chaves, Francisco Lopes – 146
Chermont, E. – 386
Chermont, Justo – 224
Coaracy, Ada Maria – 78
Coelho e Campos – 270
Coelho Rodrigues – 141
Coelho, Antônio Maria – 245
Coelho, Custódio – 285, 320
Coelho, Érico – 379
Coelho, Tomás – 153
Comte, Augusto – 160
Conceição, Francisco José da – 144
Constant, Benjamim – 17, 161, 325
Cordeiro, João – 208
Correia, José Artur de Sousa – 214
Correia, Serzedelo – 158, 161, 183, 184, 185, 188, 189, 201
Costa Ferraz – 472, 477
Costa Júnior – 332
Costa Pereira – 152
Costa Rego – 68
Costa, Antônio Correia da – 242, 246
Costa, Inácio José da – 86
Costa, João Frank da – 369, 374
Cotegipe (barão de) – 34, 75, 127, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 153, 405
Cotrim, Álvaro – 78
Couto de Magalhães – 167, 171
Couto, Deolindo – 77
Couto, Miguel – 337
Croce – 13, 14
Cromwell – 18
Cruls, Gastão – 211, 423, 437
Cruz e Sousa – 237
Cruz, Bento – 461
Cruz, Osvaldo – 39, 77, 258, 282, 325, 326, 404, 421, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 470, 471, 472, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 483, 484, 485, 486, 488, 489, 491
Cunha Leitão – 154
Cunha, Euclides da – 13, 245, 337, 356
Cunha, Gastão da – 108, 258, 286, 339, 350, 355, 356, 357, 358, 385, 388, 390
Cunha, Godofredo – 297
- D**
- D’Alva, Oscar – 237
D’Eu (conde) – 87, 232
Damasceno, Darci – 76
Dantas – 98, 135, 136, 139, 140
Dário, Ruben – 392
Dawson – 354, 368
Delfino, Tomás – 269
Dilthey – 14
Divino, Ana Joaquina do – 87
Dodsworth, Eugênio de Andrade – 446
Dodsworth, Henrique – 77, 464
Dores, Guilhermina Maria das – 86
Dória, Franklin – 135, 138, 156
Doyle, Plínio – 74, 78
Duarte de Azevedo – 152
Duarte Manuel José – 492
Dunham, José Valentim – 446
Duprat (barão de) – 257

E

Eduardo VII – 393
 Ekman, Fried e – 448
 Ellis, Alfredo – 165, 395
 Ernesto – 87
 Esteves – 208
 Ewbank, Luís Henrique de Oliveira – 245
 Ezequiel Dias – 464

F

Faoro, Raymundo – 77
 Faria, Antão de – 163, 164
 Fernandes, Emilio – 351
 Fernandes, Henrique Couto – 446
 Ferraz, Adalberto – 277
 Ferraz, Luís Pedreira do Couto – v. Bom Retiro (visconde do)
 Ferreira de Araújo – 237
 Ferreira Ramos – 189
 Ferreira Viana – 141, 149, 150, 152, 405
 Ferreira, Alfredo de Morais Gomes – 390
 Ferreira, Ernesto – 351
 Ferreira, João Dias – 478
 Ferrez, Marc – 311
 Figueiredo (conde de) – 402
 Figueiredo (visconde de) – 162, 177, 178, 214, 236
 Figueiredo Pimentel – 490
 Figueiredo, Antônio Leite de – 249
 Figueiredo, Luís Manuel de – 82
 Finlay, Carlos – 469, 470, 471, 472, 473
 Flores da Cunha – 27
 Fonseca, Deodoro da – 16, 30, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 171, 173, 180, 184, 245, 265, 287, 288, 325
 Fonseca, Hermes da – 18, 29, 228, 237, 398, 443, 448
 Fonseca, Paula – 351

Fonseca, Valeriano Ramos da – 91
 Frontin – 450, 461
 Fountoura Xavier – 390
 Francisco – 435
 Francisco Belisário – 134
 Francisco de Paula – 87, 88
 Francisco Otaviano – 37, 106
 Franco, Francisco de Melo – 489
 Franco, João de Melo – 106
 Franco, Justiniano de Melo – 106
 Franco, Odair – 470, 483
 Franco, Pedro Afonso – v. Pedro Afonso (barão de)
 Franco, Virgílio de Melo – 97, 106
 Frank, Júlio – 37, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 112
 Freire, Felisbelo – 201, 252, 253
 Freire, Glorinha Frontin Moniz – v. Freire, Maria da Glória Frontin Moniz
 Freire, Maria da Glória Frontin Moniz – 75, 77
 Freitas, Herculano de – 275
 Frioizzi, Lorenzo de – 316
 Frontin, André Gustavo Paulo de – 39, 42, 75, 357, 389, 401, 417, 425, 429, 440, 441, 444, 446, 447, 449, 450, 451, 452, 455, 457
 Frontin, Paulo de – v. Frontin, André Gustavo Paulo de
 Frota, Júlio – 333

G

Gaffré, Cândido – 189, 220
 Galileu – 301
 Galotti, Luís – 77
 Galvão – 128
 Gálvez, Luís – 346
 Gama, Chichorro da – 102

- Gama, Domício da – 351, 387
Gama, Luís – 101
Gama, Rodolfo Branco da – 133
Gama, Saldanha da – 219
Gambetta – 109
Garcez, Martinho – 252, 253
Garcia, Carlos – 169
Geraldino – 87
Gibbon – 12, 14, 16
Gide, André – 238, 239
Gide, Charles – 238
Glicério – 281
Glicério Neto, Francisco – 75, 77
Glicério, Francisco – 49, 75, 76, 158, 165, 168, 197, 207, 208, 219, 225, 226, 227, 228, 229, 238, 239, 250, 252, 254, 255, 256, 265, 266, 442, 443
Godofredo, Lamounier – 137
Goethe – 301
Goffré, Cândido – 451
Góis, Carlos – 237
Góis, Zacarias de – 351
Gomes de Castro – 134, 141, 155, 193, 203
Gomes Ferreira – 371, 388
Gomes Landim – 87
Gomes, José Clemente – 446
Gonçalves Cruz, Osvaldo – v. Cruz, Osvaldo
Gonçalves Ferreira – 197
Gonçalves Ramos – 208
Gonzales, José – 448
Gordo, Adolfo – 165, 171, 275, 276, 277
Gotta, Frank – 415
Gouveia, Hilário de – 470, 477, 480
Griscon – 394
Grocio – 96
Gruti – 301
Guachalla, Fernando – 351
Guanabara, Alcindo – 23, 24, 28, 237, 238, 276
Guaratinguetá (visconde de) – 34, 86, 87, 118, 124, 131
Guedes, Afredo – 271
Guilherme (imperador) – 380
Guilherme II – 299, 377
Guilhermina – 87, 124, 172
Guilhobel, José Cândido – 351
Guimarães, J. A. – 271
Guimarães, Paula – 379
Guinle, Eduardo – 447, 448
Gurgel do Amaral – 477
Gusmão, Alexandre de – 348
Gustavo Adolfo – 448
- H**
- Hahner, June – 168
Halbout, João Francisco – 89
Hambloch – 15
Hardman – 215
Hasslocher, Germando – 277
Hauriou – 16, 18
Hausmann – 42, 408
Hay – 354
Hércules – 417
Higino, José – 163, 184
Hitler – 377
Hobbes – 96
Holanda, Sérgio Buarque de – 13
Homem de Melo (barão) – 89, 448
Horácio – 301

Horta, J. F. Parreiras – 429
Hortênsia – 397
Houaiss, Antônio – 77

I

Ibituruna (visconde de) – 171
Idalina – 87
Iggers, George G. – 15
Inhanbuque (marquês de) – 478
Isabel (princesa) – 134, 142, 150

J

J. Carlos – 442, 462
Jaceguai – 340
Jannuzzi, Antônio – 448, 451
Japurá (barão de) – 354, 358
Jenner – 490
João Alfredo – 177, 408
João Maciel – 88
João Manuel – 109, 137, 155
João VI (dom) – 465
José – 435
Junqueira, Gabriel Denis – 446

K

Kant – 50, 96
Koseritz, Carl von – 256, 403, 404
Kotzebüe, Augusto – 103, 104
Kubitschek – 337

L

La Fontaine – 91
Lacerda – 23
Lacerda Franco – 22, 271
Lacerda Werneck – 154
Lacombe, Américo Jacobina – 76

Laet, Carlos de – 389
Lafayette Rodrigues – 52
Lamartine – 91
Lammenais – 91
Lampreia – 356
Le Bom, Gustave – 46
Leão Veloso – 45, 274, 357, 380
Leão XIII – 360
Leitão, Cândido – 98
Leite de Moraes – 127
Leite, Benedito – 226, 381
Leme, Luís Betim Pais – 91
Leopoldina (conde de) – 189
Lessa, Pedro – 37, 106
Libero, Cásper – 108
Lima – 356
Lima Barreto – 45, 340, 442, 489
Lima, Alceu Amoroso – 392
Lima, Alcides Mendonça – 274
Lima, Negrão de – 223
Lima, Raul – 76
Limoeiro, Eduardo Mendes – 91
Limpo de Abreu – 163, 344
Lincoln – 374
Lins, Francisco de Caldas – v. Barão de Aracagi
Lisboa, Alfredo – 423
Lobo, Eduardo Gusmão – 478
Lobo, Fernando – 163, 204, 226, 229, 232
Loefgren, Alberto – 149
Lopes Chaves – 292
Lopes Trovão – 258, 489
Lopes, João – 161, 208
Loreto (barão de) – v. Dória, Franklin
Loureiro, Valdemar – 223
Love, Joseph L. – 25
Lucena (barão de) – v. Lucena, Henrique

- Lucena, Henrique – 141, 152, 154, 162, 164, 179, 405
- Lugones, Leopoldo – 392
- Luis Edmundo – 420, 421, 423
- Lutz, Adolfo – 470, 478
- Luz, João Dias Ferraz da – 128
- M**
- Macedo Soares – 106
- Macedo, Joaquim Manuel de – 89
- Macedo, José Agostinho de – 489
- Macedo, Sérgio Teixeira de – 344
- Machado Bittencourt – 16, 171, 172, 230
- Machado de Assis – 22, 96, 178, 316, 337, 360, 371, 393, 438, 456
- Machado, Álvaro – 269
- Machado, Irineu – 238
- Machado, Vicente – 235/37, 269, 270, 289, 291
- Maciel, Antunes – 135
- Maciel, Olegário – 280
- Magalhães de Azevedo – 360
- Magalhães Jr., Raimundo – 77
- Magalhães Melo, Manoel de – 451
- Magalhães, Benjamim Constant Botelho de – v. Benjamim Constant
- Magalhães, Bruno de Almeida – 77
- Magalhães, Carlos – 442
- Magalhães, Fernando de – 461
- Magalhães, Olinto de – 263, 312, 321, 425
- Maistre, Joseph de – 52
- Mallet – 297
- Mallet, João Nepomuceno de Medeiros – 245
- Mallet, Pardal – 189
- Malta, Francisco – 257
- Mamoré (barão de) – 405
- Mangabeira, João – 29, 30
- Mangabeira, Otávio – 324
- Mangaratiba (barão de) – 408
- Mannheim, Karl – 52
- Maquiavel – 50, 51
- Marcelino, José – 141
- Marcondes, Jaime – 244
- Maria Perpétua – 87
- Marieta – 333, 435
- Marinho, Saldanha – 181, 193
- Marins, Isabel Perpétua de – 85, 86, 87, 124
- Marshall – 29
- Martim Francisco II – 135
- Martim Francisco III – 127, 128, 141
- Martinho Prado – 125
- Martiniano, José – 87
- Martins, Enéias – 358, 397
- Martins, Luís Dodsworth – 444
- Mártir, Diocleciano – 237
- Mata Machado – 161
- Mauá (barão de) – 402, 408, 433, 438
- Maya, Raimundo de Castro – 223
- Mayrink, Francisco de Paula (conselheiro) – 162, 206
- Medeiros – 278
- Medeiros, Trajano de – 448
- Meireles, Saturnino Soares de – 89
- Melo Franco – 37, 72, 106, 286, 308
- Melo, Custódio de – 163, 164, 173, 448
- Melo, Heitor de – 448
- Mendes de Almeida (os) – 380
- Mendes de Moraes – 230
- Mendes Pimentel – 280
- Mendonça, Carlos Carneiro de – 477
- Mendonça, Lúcio de – 238, 239

- Meneses, Francisco da Cunha – 86
 Merry del Val – 362, 364, 365
 Mesquita, Júlio – 168, 170, 235, 273, 274, 275, 276, 285
 Metchnikoff – 463
 Metelo, José Maria – 135, 246, 348
 Metternich – 104
 Michelet – 15
 Minas (marquês das) – 467
 Miranda – 170
 Miranda, Luís da Rocha – 223
 Miranda, Rodolfo – 158
 Moacir, Pedro – 25, 274, 285
 Modesto Leal (conde de) – 402, 454
 Moniz de Aragão (embaixatriz) – 75
 Monroe – 374
 Monteiro Manso – 137
 Monteiro, Antônio – 87
 Monteiro, Inácio Joaquim – 86, 87
 Monteiro, João – 297
 Monteiro, Tobias – 233, 234, 254, 380, 381
 Montemor, Janice – 76
 Montenegro, Augusto – 244
 Montigny, Grandjean de – 423
 Morais Barros – 276
 Morais, Domingos Correia de – 280
 Morais, Prudente de – 16, 18, 20, 32, 34, 35, 37, 38, 48, 49, 50, 67, 75, 77, 107, 113, 125, 126, 135, 138, 158, 160, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 180, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 207, 210, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 244, 250, 253, 255, 263, 264, 265, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 280, 281, 287, 321, 324, 373
 Mota, Cândido – 106
 Mota, Cesário – 165
 Mota, Vicente Pires da – 93
 Moura, Francisco Antônio de – 172
 Moura, João Ferreira de – 137
 Müller, Lauro – 39, 158, 323, 325, 326, 401, 404, 418, 421, 426, 429, 433, 436, 438, 440, 441, 444, 446, 451, 454, 455, 457, 461, 475
 Mursa, Joaquim de Sousa – 167/8
 Murtinho, Antônio – 244
 Murtinho, Joaquim – 27, 32, 33, 158, 198, 234, 240, 244, 245, 246, 348, 349, 388, 389, 425
 Murtinho, Manuel – 245, 246
 Murтинhos (os) – 246, 247, 249
 Metternich – 104
- N**
- Nabuco (pai) – 17
 Nabuco, Joaquim – 13, 17, 18, 19, 36, 38, 72, 75, 90, 91, 92, 94, 135, 136, 139, 141, 148, 155, 220, 234, 259, 260, 261, 299, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 312, 313, 315, 316, 341, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 379, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 392, 393, 394, 399, 400, 477
 Nabuco, Maria Ana – 75, 77, 91
 Napoleão – 12
 Nascentes de Azambuja – 358
 Nascimento, Cassiano do – 158
 Nava, Pedro – 77, 472
 Neale, Charles – 425
 Neiva (os) – 27
 Neiva, Artur – 478
 Niemeyer, Conrado Jacob de – 447

Nietzsche – 50

Nogueira (os) – 22

Nogueira Acióli – 269, 278

Nogueira Filho, Paulo – 22

Nogueira, Artur – 22, 23

Nogueira, Batista Caetano de Almeida
– 89

Noronha – 323

Noronha, Júlio César de – 297, 326

O

Oberg, John – 448

Odair Franco – 467

Oiticica, Francisco Leite e – 235, 434

Olímpia – 334

Olímpio da Silveira – 491

Olinda (marquês de) – 90

Olinto de Magalhães – 287, 342, 346,
350, 352, 364, 371

Olinto, Antônio – 197

Oliveira Borges – 328

Oliveira Figueiredo – 333

Oliveira Lima – 348, 373, 375, 389

Oliveira Ribeiro – 257

Oliveira Rocha – 276, 415

Oliveira, Cândido de – 135, 141

Oliveira, João Alfredo Correia de –
150, 152, 154, 155

Oliveira, Manuel da Silva – 446

Oliveira, Régis de – 312

Olympio, José – 78

Oscar – 435, 465

Otôni, Cristiano – 193

Otôni, Francisco – 409

Ouro Preto (visconde de) – 37, 106,
109, 110, 155, 177, 178, 202, 203,
207, 224, 232

P

Pacheco Leão – 478

Pacheco, Félix – 237

Pádua Sales – 271

Paine, Thomas – 52

Pais de Barros, Antônio – 246

Pais de Carvalho – 189

Pais, Totó – 246, 247

Pandiá – 388, 390

Pando – 352

Paranhos – 94, 302

Paranhos Júnior, José Maria da Silva – 297

Paranhos, Juca – 396

Parlagreco, Carlos – 316, 371

Parnaíba (visconde de) – 143, 145

Pasin, José Luís – 78

Passos – 282

Passos, Antônio Pereira – v. Mangaratiba
(barão de)

Passos, Ernestina – 77

Passos, Francisco Pereira – 39, 40, 42, 75,
77, 282, 323, 325, 326, 404, 407, 408, 409,
410, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 420,
421, 422, 430, 441, 448, 482

Passos, Maria – 77

Pasteur – 404

Patrocínio, José do – 189, 215, 237

Paula Guimarães – 269

Paulino (conselheiro) – 105, 106

Peçanha, Nilo – 24, 33, 49, 158, 437, 448

Pederneiras, Raul – 237

Pedro Afonso (barão de) – 258

Pedro I – 83, 104, 358, 438

Pedro II – 87, 89, 136, 137, 150, 245, 358,
373, 398, 404, 405, 451

Peixoto Gomide – 255

Peixoto, Carlos – 152, 286, 397

- Peixoto, Floriano – 16, 17, 18, 20, 29, 30, 35, 48, 49, 89, 157, 158, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 180, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 197, 198, 199, 201, 205, 206, 219, 221, 270, 287, 288, 292, 293, 324
- Peixoto, Júlio Afrânio – 466
- Pena – 384
- Pena, Afonso – 34, 37, 52, 68, 75, 94, 98, 99, 106, 107, 109, 110, 113, 135, 140, 141, 181, 182, 186, 196, 205, 206, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 234, 239, 250, 262, 263, 268, 280, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 289, 290, 291, 294, 295, 332, 384, 393, 436, 437, 439, 440, 492
- Pena, Feliciano – 226, 231, 250
- Penedo (barão de) – 311, 387
- Penido, João – 136
- Pereira Barreto – 460, 473
- Pereira Carneiro – 357
- Pereira da Silva – 13
- Pereira Passos – v. Passos, Francisco Pereira
- Pereira, Antônio Olavo – 78
- Pereira, Astrojildo – 442
- Pereira, Cesário – 106, 333, 361, 362
- Pereira, Daniel Olavo – 78
- Pereira, Francisca – 82, 86
- Pereira, Francisco Joaquim – 86
- Pereira, Luís – 460
- Pessegueiro do Amaral – 351, 387
- Pessoa, Epitácio – 24, 27, 38, 158, 159, 192
- Pestana, Francisco Rangel – 167, 181, 191, 204, 205
- Pestana, Nereu Rangel – 204
- Phocion Serpa – 463
- Pilatos – 252
- Pimentel (visconde de) – 132
- Pinheiro Guedes – 297
- Pinheiro Machado – 23, 25, 28, 32, 37, 48, 67, 106, 114, 158, 193, 207, 208, 209, 210, 226, 228, 229, 231, 258, 262, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 274, 286, 289, 291, 293, 294, 328, 333, 348, 349, 395, 398
- Pinheiro, João – 106, 157, 161, 286, 289, 326
- Pinheiro, Joaquim Caetano Fernandes – 89
- Pinilla, Cláudio – 351
- Pinto, Alfredo – 434, 451
- Pinto, José Gabriel da Costa – 76
- Pinto, Manuel da Costa – 86
- Pio X – 360, 361, 365, 366
- Piratininga (barão de) – 127
- Pires Barbosa – 134
- Pires Brandão – 149
- Pitt – 128
- Ponce, Generoso – 226, 244, 245, 246, 247, 248
- Pontes Ribeiro – 354
- Porciúncula, Tomás da – 173, 208, 209, 226
- Porto – 214
- Porto, Luís da Silva – 222
- Prado (conselheiro) – 145, 147, 151, 394
- Prado Jr., Martinho – 146
- Prado, Antônio – 34, 101, 134, 141, 146, 150, 152, 153, 157, 158, 167, 169, 257, 373, 394
- Prado, Caio – 142
- Prado, Eduardo – 142, 260, 315, 316, 402
- Prado, Paulo – 13

- Prestes, Fernando – 242, 244, 255, 256, 257
- Prestes, Júlio – 24, 255, 257
- Pujol, Alfredo – 276
- Q**
- Quadros, Jânio – 278
- Querido, Maria Luísa dos Anjos – 85, 86
- R**
- Raffin, Antônio – 448
- Ramalho (barão de) – 93, 95, 96, 97
- Ramalho Júnior – 346
- Ramalho, Joaquim Inácio – v. Ramalho (barão de)
- Ramiz Galvão (barão de) – 91
- Ramos de Azevedo – 103
- Ranke – 15
- Rebécque, Benjamin Constant de – 17
- Rebouças, André – 409
- Rego Barbosa – 87
- Rego, Joaquim Marcos de Almeida – 89, 90, 91
- Reis, Aarão – 429
- Resende (barão de) – 144
- Resende, Cássio – 478
- Ribas – 470
- Ribas, Antônio Joaquim – 93, 105, 106
- Ribas, Emílio – 257, 470, 471, 473, 485, 487
- Ribeiro Barbosa (barão de) – 134
- Ribeiro, Carlos Leite – 410
- Ribeiro, Demétrio – 161
- Ribeiro, Frederico Sólón de Sampaio – 170, 245
- Ribeiro, Luís Vidal – 447
- Ribeiro, Sebastião Antônio – 133
- Rickert – 14
- Rio Branco (barão do) – 36, 37, 39, 49, 72, 75, 91, 106, 107, 108, 119, 120, 124, 261, 282, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 321, 322, 323, 335, 339, 340, 341, 342, 345, 347, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 362, 364, 365, 369, 371, 373, 375, 378, 379, 380, 381, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 396, 397, 398, 399, 400, 402, 422, 426, 441, 442, 447, 461, 477
- Rio Formoso (visconde de) – v. Aracagi (barão de)
- Rio, João do – 42, 47, 451
- Rios, A Morales de los – 448
- Rios, Artur – 208, 333
- Robespierre – 16, 17
- Roca, Júlio – 250
- Rocha Faria – 476
- Rocha Pita – 467
- Rocha, Ismael – 464
- Rocha, Teodoro da Silva – 382
- Rodrigues Alves Filho – 75, 454, 466
- Rodrigues, José Carlos – 75, 195, 206, 214, 237, 260, 311, 380, 381
- Rodrigues, José de Paula – 389
- Rodrigues, José Honório – 77
- Romanoff (os) – 103
- Romeiro, José Marcondes – 478
- Roosevelt, Theodore – 299, 341, 368, 371, 373, 374, 391, 392
- Root – 383, 385, 386, 387, 391, 392, 393, 394, 395
- Rosa e Silva – 29, 32, 34, 141, 152, 158, 161, 208, 226, 228, 231, 232, 266, 269
- Rosa, Antônio Joaquim da – v. Piratininga (barão de)

Rosário, João José do – 222
Rosas, Oscar – 328
Rothschild (os) – 186, 188, 204, 214, 217,
220, 232, 233, 432, 433, 443
Rousseau – 13, 95
Roux, Emilio – 463, 464
Rubião Júnior – 76, 166
Rubião, José – 77

S

Sá, Francisco – 297, 333
Sabino Barroso – 280, 287, 289
Salamonde – 382
Saldanha Marinho – 107
Sales Guerra – 461, 463, 464, 465, 470,
485
Sales, Alberto – 274, 275
Sales, Antônio – 237
Sales, Fernando – 76
Sales, Francisco – 286, 294
Salinas Vega, Luís – 348
Sampaio Ferraz, João Batista – 254
Sand, Carlos (Karl) – 103, 104
Sand, Karl Ludwing – v. Sand, Carlos
(Karl)
Sand, Luís – v. Frank, Júlio
Santa Branca (barão de) – 146
Santiago, Rodolfo – 103
Santo, Ana Silvéria Umbelina do Espírito
– 86, 87
Santos (marquesa de) – 438
Santos Dumont – 337
Santos Werneck – 107
Santos, José Américo dos – 91
Santos, José Maria dos – 174
Santos, Urbano – 448
São Laurindo (visconde de) – 134
Saraiva – 135, 136, 137, 139, 140
Schmidt, Afonso – 105
Schmidt, Ferdinand – 403
Schmitt, Carl – 379
Seabra, José Joaquim – 158, 189, 228,
229, 270, 277, 372, 323, 324, 325, 382,
383, 409, 441, 461, 464, 465, 466, 471,
477, 479, 480, 481
Seelinger, Hélios – 442
Segurado, Manuel do Amaral – 448
Seidl, Carlos – 478
Serra Negra (barão de) – 144
Sevcenko, Nicolau – 40, 42
Severino Vieira – 286, 288, 289, 291, 294,
323
Silva Jardim – 146
Silva Porto – 214
Silva Tavares – 152
Silva, Antônio José de Paula – 85, 86
Silva, Domingos Sérgio de Sabóia e – 429
Silva, Hermógenes – 270
Silva, José de Passos da – 87
Silva, Luís de Lima e – 92
Silva, Rodrigo – 134, 141, 142, 144, 146,
147, 152, 153, 405
Silveira Martins – 274
Silveira, Edwiges – 76
Silveira, Joaquim Xavier da – 434
Silveira, Olímpio da – 45
Silvério Néri – 347
Silvestre Travassos – 45, 297, 491
Silviano Brandão – 277, 278, 283, 286,
287, 288, 290, 332
Simeão, José – 164, 184
Soares Câmara – 91
Soares, Crispiniano – 93
Sobral, Raul Gomes – 478

- Sodré, Lauro – 45, 158, 228, 229, 232, 239, 249, 285, 348, 372, 489, 491
- Solano Lopez – 97
- Solar – 357
- Sousa Aguiar – 439
- Sousa Correia – 186
- Sousa Franco – 176, 177
- Sousa Lima – 414
- Sousa, Dora Torres de – 78
- Sousa, Francisco de Paula – 103
- Sousa, José Antônio Soares de – 105
- Sousa, Paulino José Soares de – 105, 344
- Sousa, Tarquínio de – 141
- Sousa, Vicente de – 45
- Sousa, Washington Luís Pereira de – 252, 256
- Souto (visconde de) – 402
- Souto, Luís Rafael Vieira – 433
- Spranger, Eduardo – 50
- Stäel (madame de) – 108
- T**
- Tácito – 13
- Taunay (visconde de) – 91, 141, 178
- Taunay, Alfredo de – v. Taunay (visconde de)
- Tautphoeus (barão de) – 89
- Tavares Bastos – 128
- Tavares de Lira, Augusto – 439
- Teixeira Leite – 357
- Teixeira Mendes – 45
- Teixeira Soares – 409
- Teles, Antônio de Queirós – 143
- Thiers – 91
- Thompson, David E. – 368
- Tibiriçá, Jorge – 168, 169
- Tito – 441
- Tito Lívio – 13
- Tocantins, Leandro – 342, 343
- Tocqueville – 15, 53
- Toledo, Manuel Dias de – 93
- Tolentino, Francisco – 270
- Tootal – 233
- Torres, Alberto – 25, 244
- Torres, Oscar Pareto – 448
- Tosta, Inácio – 323
- Três Rios (marquês de) – 146
- Trevelyan, George Macaulay – 14, 15, 128
- Tucídedes – 13
- U**
- Urbano Santos – 333
- Uruguai (visconde do) – 105, 354
- V**
- Valadão – 128
- Valadares, Clarival do Prado – 441
- Vanini, Antônio – 448
- Varela, Alfredo – 45
- Vargas, Getúlio – 24, 278, 308
- Varnhagem – 400
- Vasconcelos, Bernardo Pereira de – 84, 89, 469
- Vasconcelos, Diogo de – 134
- Vasconcelos, Luís de – 446
- Vasques, Bernardo – 197, 208, 297
- Velarde – 356, 357
- Velho, Pedro – 226, 229, 289, 291
- Veloso, Leão – 435, 451, 491
- Venceslau Brás – 37, 67, 106, 107, 112, 262
- Venceslau Escobar – 25
- Vergueiro – 334

Vergueiro César – 108
Vergueiro de Lorena – 108
Vergueiro Steidel – 106
Veríssimo, José – 316
Viana Filho, Luís – 323, 396
Viana, Hélio – 77
Viana, Luís – 21, 250, 324
Victor Hugo – 91
Vidal (barão de) – 447
Vieira de Lima – 153
Vieira Fazenda – 92
Vieira, Severino – 33, 208, 226, 231, 263, 264
Vierhaus, Rudolf – 53
Vilaboim, Manuel Pedro – 448
Viledo, A. de (pseudônimo) – v. Sales, Antônio
Virgílio – 87, 88, 125, 250
Visconti, Eliseu – 159
Vitor Manuel – 316
Vitor Manuel III – 398

Vitorino, Manuel – 196, 201, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 229, 230, 238, 239, 274, 332, 333

W

Walter Reed – 470
Wandenkolk, Eduardo – 160, 163, 189
Washington – 374
Washington Luís – 37, 38, 106, 280
Weber, Max – 14, 15
Werneck, Furquim – 197
White, Hayden – 15
Windelband – 14
Xavier da Silveira – 388, 390
Xavier, Fontoura – 388

Z

Zacarias – 127
Zaira – 75
Zama, César – 135
Zeballos – 384